

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

ANTONIA JUNQUEIRA MALTA CAMPOS

INTERFACES ENTRE SOCIOLOGIA E PROCESSO SOCIAL:

A INTEGRAÇÃO DO NEGRO NA SOCIEDADE DE CLASSES E A PESQUISA UNESCO EM SÃO PAULO

CAMPINAS
2014

ANTONIA JUNQUEIRA MALTA CAMPOS

INTERFACES ENTRE SOCIOLOGIA E PROCESSO SOCIAL:

A INTEGRAÇÃO DO NEGRO NA SOCIEDADE DE CLASSES E A PESQUISA UNESCO EM SÃO PAULO

Dissertação apresentada ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade Estadual de Campinas, para obtenção do Título de Mestre em Sociologia

Linha de pesquisa: Teoria e Pensamento Sociológico

Orientadora: Profa. Dra. Elide Rugai Bastos
Co-orientadora: Profa. Dra. Mariana Miggiolaro Chaguri

CAMPINAS

2013

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Cecília Maria Jorge Nicolau - CRB 8/338

C157i

Campos, Antonia Junqueira Malta, 1986-
Interfaces entre sociologia e processo social : A Integração do Negro na Sociedade de Classes e a pesquisa Unesco em São Paulo / Antonia Junqueira Malta Campos. – Campinas, SP : [s.n.], 2014.

Orientador: Elide Rugai Bastos.
Coorientador: Mariana Miggiolaro Chaguri.
Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Ciências sociais - Pesquisa. 2. Imprensa dos negros - São Paulo (Estado). 3. Pesquisa - Metodologia. 4. Sociologia - Brasil - História. 5. Sociologia - Metodologia. I. Bastos, Elide Rugai,1937-. II. Chaguri, Mariana Miggiolaro,1983-. III. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. IV. Título.

Informações para Biblioteca Digital

Título em outro idioma: Interchanges between sociology and social process : A Integração do Negro na Sociedade de Classes and the Unesco research in São Paulo
Palavras-chave em inglês:
Social sciences - Research
Black Press - São Paulo (State)
Research -Methodology
Sociology - Brazil - History
Sociology - Methodology
Área de concentração: Sociologia
Titulação: Mestra em Sociologia
Banca examinadora:
Elide Rugai Bastos [Orientador]
Mário Augusto Medeiros da Silva
Antonio da Silveira Brasil Junior
Data de defesa: 03-02-2014
Programa de Pós-Graduação: Sociologia

iv

UNICAMP

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

A Comissão Julgadora dos trabalhos de Defesa de Dissertação de Mestrado, em sessão pública realizada em 3 de fevereiro de 2014, considerou a candidata ANTONIA JUNQUEIRA MALTA CAMPOS aprovada.

Este exemplar corresponde à redação final da Tese defendida e aprovada pela Comissão Julgadora.

Profa. Dra. Élide Rugai Bastos

Prof. Dr. Mário Augusto Medeiros da Silva

Prof. Dr. Antonio da Silveira Brasil Júnior

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao CNPQ pelo auxílio que possibilitou esta pesquisa e ao grupo de professores sem o qual não teria sido possível realizá-la: à minha orientadora, Profa. Dra. Elide Rugai Bastos, pela sua orientação, paciência e compreensão; à Profa. Dra. Mariana Miggiolaro Chaguri, pelas críticas valiosas no exame de qualificação e por ter me ajudado na revisão do texto com extrema dedicação, mesmo em última hora, dispondo de seu tempo de férias para esta tarefa, sou imensamente grata; ao Prof. Dr. Mário Augusto Medeiros da Silva, pelas orientações dadas no exame de qualificação e por aceitar ser parte da banca de defesa da dissertação; ao Prof. Dr. Antonio da Silveira Brasil Junior, pela participação na banca. Aproveito para agradecê-los por terem gentilmente aceitado receber a dissertação dispondo de um período curto para a leitura.

Agradeço ao Prof. Dr. Silvio Cesar Camargo, do Programa de Pós-Graduação em Sociologia do IFCH, pela confiança depositada em mim, na ocasião da entrega do meu trabalho à sua disciplina.

Agradeço também aos funcionários do Programa de Pós-Graduação em Sociologia do IFCH, Christina e Daniel, e a Vera Lúcia Costa, do Fundo Florestan Fernandes (BCo/UFSCar).

Agradeço ao grupo de amigos dos saudosos grupos de estudo “GE Marx” e “GE da consciência possível”, que contribuíram para a primeira ideia do que viria a ser esta pesquisa.

Agradeço também à minha família pelo apoio, em especial à minha avó Aurora, que me acolheu (e os meus dois gatos) em um momento difícil, e à minha amiga Paula, pela eterna paciência com inúmeras faltas e com a minha distância, que não faz jus ao quanto esta amizade é importante para mim.

Por fim, agradeço ao Jonas. Seria impossível sumarizar aqui os motivos pelos quais tenho tanto a agradecê-lo, os quais mal consigo colocar em palavras. Além de me ajudar na pesquisa em si (sendo, inclusive, o responsável pela

sistematização dos apêndices e pela identificação das fontes originais de muitas citações de Florestan, um trabalho que eu não teria capacidade de fazer sozinha) e ter contribuído em grande medida para o meu interesse no objeto desta dissertação (pela sua influência como teórico critico extremamente original, que eu admiro imensamente), você me proporcionou algo que eu nunca havia experienciado: a confiança na realização do trabalho e o estímulo de um futuro imaginado. Dizer que, sem a sua parceria, cumplicidade e amor eu não estaria aqui hoje, seria um eufemismo.

RESUMO

Esta dissertação trata da Pesquisa UNESCO acerca das relações raciais, coordenada, no caso da cidade de São Paulo, por Florestan Fernandes e Roger Bastide. Buscou-se reconstruir o procedimento da investigação e as técnicas de pesquisa empírica mobilizadas, em especial o contato entre pesquisadores acadêmicos e intelectuais negros identificados com os movimentos sociais do "meio negro" de São Paulo. A metodologia utilizada consistiu na análise conjunta da tese de cátedra de Fernandes de 1964 intitulada *A integração do negro na sociedade de classes* e da documentação referente ao material empírico coletado em sua forma original, presente no Fundo Florestan Fernandes (localizado na Biblioteca Comunitária da Universidade Federal de São Carlos), procurando estabelecer conexões entre a interpretação sociológica e o contexto original da pesquisa empírica, por meio da análise e explicitação do tratamento e recorte do material bruto coletado realizados por Florestan Fernandes. A riqueza do material empírico comprova a importância e a complexidade da interação entre a investigação sociológica e meio social. Os documentos do Fundo evidenciam a pluralidade de técnicas de pesquisa mobilizadas pelos investigadores para coletar dados por meio da criação de situações de diálogo com os intelectuais negros colaboradores: histórias de vida, estudos de caso, observações em massa em situações individuais (por meio de questionários) e em situações grupais (por meio de onze Mesas Redondas realizadas em 1951 e que reuniram pesquisadores brancos e intelectuais do "meio negro"). A análise das histórias de vida de José Correia Leite e Francisco Lucrécio, ambas coletadas por Renato Jardim Moreira, da monografia "Movimentos sociais no meio negro" e das atas disponíveis das Mesas Redondas compõem o núcleo do tratamento que se deu ao material do Fundo, em conjunto com a organização de um apêndice que fornece um guia para futuros pesquisadores interessados na exploração de todo o material original disponível.

Palavras-chave: 1. Ciências sociais - Pesquisa; 2. Imprensa dos negros - São Paulo (Estado); 3. Pesquisa - Metodologia; 4. Sociologia - Brasil - História; 5. Sociologia - Metodologia.

ABSTRACT

This thesis deals with the UNESCO Research on Racial Relations, coordinated in São Paulo by Florestan Fernandes and Roger Bastide. The objective was to reconstruct the investigation's procedure and the techniques of empirical research that were utilized, specially the contact between the sociologists involved and black intellectuals identified with the social movements in São Paulo's "black milieu". The methodology consisted in the joint analysis of the 1964 Fernandes' Full Professor Thesis entitled *A integração do negro na sociedade de classes* and the collected empirical material in its original form, at the "Fundo Florestan Fernandes" (located in the Federal University of São Carlos' Community Library), seeking to establish connections between the sociological interpretation of Fernandes' work and the empirical research's original context, through the analysis of the treatment and interpretation of the raw material collected, performed by Florestan Fernandes. The extent of the empirical data collected indicates the importance and the complexity of the interaction between sociological research and social movements. The documents located at Fundo Florestan Fernandes show the diversity of the techniques that were employed by creating situations of dialogue with black intellectuals: Life Stories; Case Studies; Individual Mass Observations (by the use of questionnaires) and Mass Observations in Group Situations (by the organization of eleven Round Tables with black intellectuals in 1951). The material that was analyzed in this thesis is that of two Life Stories, of José Correia Leite and Francisco Lucrécio, collected by the sociologist Renato Jardim Moreira; the Case Study "Social Movements in the Black Milieu", written by Correia Leite and Moreira; and the transcripts of the Round Tables. In addition, it was made an Appendix with a guide to future researchers interested in the entire collection of empirical material that is available at the "Fundo Florestan Fernandes".

Key-Words: 1. Social Sciences - Research; 2. Black Press - São Paulo (State); 3. Research - Methodology; 4. Sociology - Brazil - History; 5. Sociology - Methodology.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 1

1 Bases de encaminhamento da pesquisa UNESCO em São Paulo 25

1.1 Projeto de Estudo e técnicas de pesquisa 25

1.1.1 O Projeto de Estudo de 1951 e *A Integração do Negro na Sociedade de Classes* 25

1.1.2 As técnicas de pesquisa empregadas e a colaboração com os intelectuais negros 33

1.2 Os intelectuais negros colaboradores da pesquisa 46

2 Os "anos de espera" 61

2.1 A situação social do negro no pós-Abolição 61

2.1.1 O "déficit negro" e a anomia social no "meio negro" 63

2.1.2 Heteronomia racial na sociedade de classes e o padrão tradicionalista de relações raciais 77

2.1.3 Evolução do padrão de reação societária do "negro" em direção aos movimentos reivindicatórios 90

2.2 A coleta de dados pela técnica da história de vida e a origem da monografia "Movimentos sociais no meio negro" 100

2.3 Os movimentos sociais no "meio negro" 115

2.3.1 Os desafios da "fase pioneira" (1931-1937) 116

2.3.2 A contra-ideologia do desmascaramento racial 144

3 Os desafios dos movimentos sociais no "meio negro" em uma "nova era" 149

3.1 Impulsões igualitárias de integração social e as novas "elites negras" 149

3.1.1 Natureza das impulsões igualitárias 154

3.1.2 Os obstáculos à diferenciação das impulsões igualitárias e a neutralização política das novas "elites negras" 157

3.2 As bases perceptivas e cognitivas do "preconceito de cor" e o dilema racial brasileiro 184

3.2.1 Limites da capacidade perceptiva e cognitiva dos "brancos" com relação ao "preconceito de cor" 186

3.2.2 Limites da capacidade perceptiva e cognitiva dos "negros" com relação ao "preconceito de cor" 191

4 Os debates sobre o "preconceito de cor" nas Mesas Redondas 221

4.1 Dinâmica e organização das Mesas Redondas 222

4.2 A discussão em torno da existência do "preconceito de cor" e do padrão tradicionalista de relações raciais 237

4.3 A discussão em torno da Lei Afonso Arinos na Quarta e Quinta Mesas Redondas 259

4.4 A participação de Eurípedes Simões de Paula na Sexta Mesa Redonda 270

4.5 Debate com Alfred Métraux na última (Décima Primeira) Mesa Redonda da pesquisa sobre o "preconceito de cor" em São Paulo 276

CONCLUSÃO 287

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 305

APÊNDICE A – Relação dos documentos do Fundo Florestan Fernandes 315

APÊNDICE B – Lista dos oradores nas Mesas Redondas 325

APÊNDICE C – Apresentação dos principais intelectuais negros colaboradores da pesquisa 327

APÊNDICE D – Roteiro para a leitura das atas das Mesas Redondas 337

ANEXO A – Orientações para a observação em massa individual de colaboradores negros 347

ANEXO B – Orientações para a observação em massa individual de colaboradores brancos 353

ANEXO C – Monografia "Movimentos sociais no meio negro" 357

INTRODUÇÃO

A história da pesquisa encomendada pela UNESCO, sobre as relações raciais no Brasil, é bem conhecida. Em outubro de 1949, o antropólogo Arthur Ramos, que havia assumido a direção do departamento de Ciências Sociais da instituição internacional, propôs um plano de trabalho para que se realizasse uma pesquisa sobre relações raciais no país. A proposta se encaixava perfeitamente na agenda da UNESCO, e o Brasil era visto como exemplo de uma sociedade moderna com relações inter-raciais harmoniosas[1] (MAIO, 1997). Após a morte de Arthur Ramos no mesmo ano, o projeto foi retomado pelo antropólogo suíço Alfred Métraux, que assumiu o setor de relações raciais do mesmo departamento em abril de 1950 e tinha o brasileiro Ruy Coelho como seu principal assistente. Em junho de 1950, o projeto é aprovado na Quinta Conferência geral da UNESCO.

De início, a pesquisa limitava-se à Bahia, tanto porque era este o local com maior tradição de estudos sobre o negro no Brasil, quanto porque já havia outro projeto sendo idealizado: uma parceria da Universidade de Columbia (por meio de Charles Wagley) com o Estado da Bahia (por meio de Anísio Teixeira, então secretário de Educação e Saúde) e a ideia era realizar uma pesquisa conjunta (MAIO, 1997, p. 63). Segundo Maio, três intelectuais se posicionaram pela ampliação do projeto para outras regiões do Brasil: o psicólogo Otto Klinenberg; o próprio Charles Wagley[2]; e Luís Costa Pinto, que escreveu para Métraux em julho

[1] O ponto de partida da UNESCO era a imagem de uma sociedade multi-racial sem conflitos, construída durante as décadas de 1930 e 1940: "Estendendo o olhar para o conjunto de obras e autores dos anos 30 e 40, pode-se observar que uma coleção heterogênea de interpretações, trilhando caminhos teórico-metodológicos bastante distintos, guarda pelo menos um ponto em comum: a imagem de um Brasil etnicamente democrático. [...] Essas abordagens concebiam o país como um 'laboratório de civilizações' (Arthur Ramos), ou uma 'democracia étnica' (Gilberto Freyre), ou, finalmente, 'uma sociedade multirracial de classes' (Donald Pierson). Cabe observar que tais análises sempre tiveram como parâmetro a negativa experiência racial norte-americana. Acrescente-se também o fato de que essas 'imagens do Brasil' circularam no mundo acadêmico americano e brasileiro por meio de artigos, livros resenhas e experiências de ensino e/ou pesquisa" (MAIO, 1997, p. 9).

[2] Cuja participação no I Congresso Nacional do Negro, realizado em 1950 e organizado pelo Teatro

de 1950 (MAIO, 1997, p. 64-65). Após sua viagem ao Brasil em novembro do mesmo ano, Métraux se convenceria de que a Bahia não poderia ser o único foco da pesquisa e de que São Paulo seria de extrema importância, pois a situação racial na cidade estaria "rapidly deteriorating"[3] (MAIO, 1997, p. 73).

A inclusão de São Paulo – assim como do Rio de Janeiro – se deu como contraponto à experiência baiana, pois Métraux temia que ao restringir a pesquisa à Bahia, os resultados poderiam indicar uma imagem por demais otimista e sem dúvida incompleta das relações raciais no Brasil, de modo que o "espírito científico" que deveria guiar a pesquisa exigia que se incluíssem outros cenários, e nesse ponto São Paulo representava a oportunidade de estudar o impacto que o processo de industrialização e a presença singular de imigrantes brancos, em comparação com o restante do país, teriam no padrão de relações raciais brasileiros (MAIO, 1997, p. 104).

Entre junho e setembro de 1950, Métraux manteve correspondência com os cientistas sociais brasileiros que iriam realizar a pesquisa, entre eles Roger Bastide e, durante sua viagem ao Brasil em novembro, firmou acordos com Luís Costa Pinto (responsável pela pesquisa no Rio de Janeiro) e o sociólogo francês, o presidente do Comitê responsável pela pesquisa em São Paulo, que unia tanto pesquisadores da Universidade de São Paulo quanto da Escola Livre de Sociologia e Política (MAIO, 1997).[4]

Experimental do Negro, levou-o a acreditar que haveriam diferenças entre a Bahia e o Sudeste do Brasil.

[3] Após esta viagem Métraux publica o seguinte artigo a respeito do assunto: MÉTRAUX, Alfred. Brazil: Land of Harmony For all Races? **UNESCO Courier**, Paris, v. IV, n. 4, p. 3, april 1951. Disponível em: <unesdoc.unesco.org/images/0007/000735/073516eo.pdf>. Acesso em: 28 abr. 2013.

[4] Segundo Maio, em sua estadia em São Paulo Métraux compreendeu que precisava fazer um acordo que unisse "instituições rivais" (a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo e a Escola livre de Sociologia e Política). Decide-se que os responsáveis seriam Roger Bastide (USP) e Donald Pierson (ELSP), mas o último não pôde aceitar o convite e sugeriu Oracy Nogueira, o qual levou a pesquisa para o interior do Estado, na cidade de Itapetininga, enquanto Roger Bastide e Florestan Fernandes conduziram a pesquisa na Capital (MAIO, 1997 p. 71).

Bastide teria recebido o convite para a realização da pesquisa com entusiasmo, pois encontrava-se sob o impacto da experiência de ter participado do I Congresso do Negro Brasileiro, que "[...] tinha por objetivo aproximar cientistas sociais e intelectuais em geral, do movimento negro, em busca da associação entre trabalho acadêmico e intervenção política" (NASCIMENTO, 1968 *apud* MAIO, 1997, p. 116). Em sua resposta a Métraux, Bastide

> [...] considerava que o projeto não deveria se limitar ao trabalho de pesquisa. Seria fundamental dar um sentido prático às reflexões teóricas, estimulando uma atitude cooperativa entre estudantes brancos e associações negras. Desse modo, haveria a quebra de certos tabus e a diminuição das tensões que estariam se criando, ao menos no Sul do Brasil. O sociólogo francês revela a Métraux sua intenção de criar um centro de estudos da comunidade negra de São Paulo, abrangendo brancos e negros e que, entre outras coisas, poderia intervir junto aos poderes públicos.[5] (MAIO, 1997, p. 116-117)

Esta cooperação com associações e personalidades do "meio negro" paulistano de fato ocorreu. E, embora não tenha sido criado um "centro de estudos da comunidade negra em São Paulo", como Bastide havia imaginado, foi instalada uma "Comissão para o estudo das relações raciais em São Paulo", composta pelos sociólogos responsáveis, estudantes envolvidos na coleta de dados e por intelectuais negros de destaque. Esta comissão se reunia em "Mesas Redondas" na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras; a Primeira Mesa Redonda se deu no dia 8 de maio de 1951.[6]

Em média, as reuniões das Mesas Redondas compreendiam de 80 a 140

---

[5] Na interpretação de Maio, "o processo de redefinição do ciclo de estudos que viriam a ser realizados pela UNESCO revela o grau de autonomia dos cientistas sociais envolvidos no projeto, especialmente no que tange às relações entre as demandas da agência internacional e suas diversas traduções em solo brasileiro" (MAIO, 1999, p. 150).

[6] Trataremos ao longo da dissertação do conteúdo das discussões ocorridas nestes encontros, bem como do grupo de intelectuais negros que vieram a se tornar colaboradores de destaque na pesquisa. Para a referência às atas destes encontros, que podem ser encontradas no Fundo Florestan Fernandes (FFF), cf. Apêndice A; para um roteiro de leitura destas atas cf. Apêndice D; para uma listagem dos oradores das Mesas Redondas e uma sistematização de suas biografias cf. Apêndices B e C, respectivamente. Até onde pudemos verificar, o único trabalho que até o momento trata deste material empírico (as atas das Mesas Redondas) é do prof. Diogo Valença de Azevedo Costa, parceiro do FFF; cf. COSTA, 2007.

pessoas (FERNANDES, 2008b, p. 597, n. 51), embora o número de oradores fosse consideravelmente menor e composto sempre por um mesmo grupo de intelectuais negros[7] (cf. Apêndice B). Como veremos, a partir da Segunda Mesa Redonda, também se instaura o "Seminário de Debates", frequentado por um grupo menor e realizado todos os sábados na Associação José do Patrocínio[8] em São Paulo, com o objetivo de preparar as discussões das Mesas Redondas, que eram mais espaçadas e compreendiam um número maior de pessoas, e uma "Comissão das Senhoras de Cor", que se reunia separadamente na Faculdade de Filosofia para discutir os problemas relativos à mulher negra.

Para que se efetivasse o encontro entre intelectuais negros e os sociólogos, foram fundamentais o espaço da Associação José do Patrocínio bem como a atuação do jovem intelectual negro Jorge Prado Teixeira, sobre o qual não encontramos muita informação disponível além do fato de que era ligado a esta associação.[9]

---

[7] Apresentaremos este grupo em detalhes no primeiro capítulo. Os nomes dos principais colaboradores e suas biografias encontram-se sistematizados no Apêndice C.

[8] Segundo as informações de que dispomos, a Associação José do Patrocínio foi fundada em 1941 para tratar dos problemas das empregadas domésticas, monitorando e denunciando anúncios que excluíam candidatas negras e desenvolvendo trabalhos de assistência, como cursos de alfabetização e corte e costura. Foi a base do Movimento Afro-brasileiro de Educação e Cultura (MABEC), cuja liderança, Ovídio P. dos Santos, também foi redator do jornal *O Novo Horizonte*. Este movimento fazia um trabalho de alfabetização de jovens e adultos e pretendia arrecadar fundos para a construção de uma escola de ensino primário e admissão no ginásio (cf. ALBERTO, 2011, p. 155; ANDREWS *apud* SILVA, 2003, p. 219; DOMINGUES, 2009, p. 981, n. 6; NASCIMENTO, E. L., 2008, p. 116; NUNES; CUNHA JR. *apud* SANTOS, 2011).

[9] Teixeira (1925-1960) é mencionado em depoimentos de intelectuais que participaram da pesquisa (AMARAL, 1978; LEITE, 1978; LEITE; CUTI, 1992) e há uma breve biografia sua no volume *Quem é quem na negritude brasileira* (OLIVEIRA, 1998). Além destas fontes, as únicas informações de que dispomos vem dos documentos provenientes da pesquisa empírica, localizados no Fundo Florestan Fernandes, em especial uma espécie de autobiografia sua, realizada a partir do questionário de observação em massa individual para negros (TEIXEIRA, [s.d.]). Segundo Oliveira (1998), Jorge Prado Teixeira chegou a participar da fundação e a dirigir a Associação José do Patrocínio, mas não foram localizadas outras informações a respeito da fundação da entidade e nem o período no qual teria exercido o cargo de diretor. Em 1941, quando a Associação foi fundada, Teixeira tinha 16 anos e, segundo sua autobiografia, foi a partir dos 15 anos que passou a participar e assumir papel de "liderança" nos movimentos sociais no "meio negro" em São Paulo. Na época da pesquisa, tinha 26 anos. Ao longo da dissertação, apresentaremos o conteúdo desta autobiografia, bem como de outras contribuições de Jorge Prado Teixeira à pesquisa, em especial sua participação nas Mesas Redondas e um estudo de

Raul Joviano Amaral, importante colaborador da pesquisa e pertencente a uma geração mais velha de intelectuais envolvidos nos movimentos sociais no "meio negro", chegou a dar aulas e a prestar consultoria jurídica na Associação José do Patrocínio. Por meio de depoimento seu, sabemos que Bastide já tinha contato com a Associação e com Jorge Prado Teixeira em 1950, portanto antes do início da pesquisa. O último teria atuado como intermediário do primeiro encontro entre Raul Joviano Amaral e Bastide:

> Naquele casarão imperial da rua Formosa, na Capital Paulista, funcionava a Associação "José do Patrocínio", entidade devotada à defesa da gente negra. Presidia-a o senhor José Ângelo Pinheiro que por secretário tinha o Gil de Carvalho[10], dois dos muitos extrênuos batalhadores anônimos pela melhoria cultural da Mocidade e lutadores intemeratos pela comunhão social do homem e da família afro-brasileira. A convite desses patrícios e de meu pranteado irmão Ismail que ocupava o cargo de Diretor Cultural da instituição[11], semanalmente proferia eu uma aula de orientação histórico-educativa para um grupo de senhoritas e rapazes selecionados, que mais se destacavam no campo das atividades programadas associativamente, a maioria estudantes ávidos de melhores conhecimentos a respeito dos "problemas específicos da coletividade". Numa dessas tertúlias despretensiosas, entre outros assistentes brancos e pretos, notei a presença de um cidadão [Roger Bastide - AMC] de porte pequeno fisicamente, que parecia absorver minhas pobres palavras e concordar com os conceitos e apreciações apresentados. [...] um jovem participante da caravana do cidadão, o futuro acadêmico e condutor de movimento, falecido Jorge Prado Teixeira, negro retinto que provinha de Ribeirão Preto, para ingressar na Faculdade de Filosofia[12], encarregou-se da apresentação formal [...]. Claro que conhecia, de referência, o apresentado. Lera alguns de seus trabalhos. Mas a emoção do contacto direto com o eminente especialista bem pode ser calculada. Desmanchei-me em desculpas e justificativas ante o Mestre, alegando minha condição de curioso, de autodidata da

caso seu, sobre um casamento na "alta classe da comunidade negra" da época (TEIXEIRA, 1951).

[10] Gil de Carvalho figura nos agradecimentos de Bastide, publicados na introdução ao relatório de pesquisa publicado originalmente em 1955 (cf. BASTIDE; FERNANDES, 1959).

[11] Graças ao contato do irmão de Raul Joviano Amaral, anos antes da pesquisa UNESCO a Associação José do Patrocínio também foi abrigo da redação do jornal *Alvorada*, da Associação dos Negros Brasileiros (ANB), entre 1946 e 1948 (LEITE; CUTI, 1992, p. 158). O *Alvorada* tinha José Correia Leite como diretor e Raul Joviano Amaral como redator, com contribuições, entre outros, de Sofia Campos Teixeira. Todos foram colaboradores da pesquisa, como veremos.

[12] Não encontramos nenhuma confirmação de que Jorge Prado Teixeira tenha sido estudante da Faculdade de Filosofia durante a década de 1950, apenas de que era, de fato, um estudante de sociologia, conforme afirma ao se apresentar na Primeira Mesa Redonda (cf. 1ª MESA REDONDA, 1951, p. 8).

> Sociologia e das Ciências Sociais. Expliquei-lhe que cursara a Escola de Sociologia e Política, no seu início, muito mais preocupado com a disciplina que me fascina – a Estatística [...]. (AMARAL, 1978, p. 126-127)

Se as memórias de Raul Joviano Amaral estiverem corretas, então este encontro seria anterior mesmo ao I Congresso do Negro Brasileiro (1950), evento que estimulou Bastide a promover a realização da pesquisa junto ao "meio negro":

> Comecei, então, a ter contatos mais freqüentes com o Mestre, ora na Faculdade, ora em meu escritório, ora em minha casa, que ele honrava. Desse intercâmbio e das atividades correlatas, com o surgimento do 1º Congresso do Negro Brasileiro, sob a presidência de Bastide, designado eu um dos coordenadores, instalou-se a delegação paulista integrada pelos eminentes professores Fernando de Azevedo, Florestan Fernandes, Oracy Nogueira, Gilda de Melo, Fernando Góes e Geraldo Campos de Oliveira. Mais intensa e mais íntima se tornou a convivência com Bastide quando Mário Wagner Vieira da Cunha – meu colega na Comissão de Serviço Civil do Estado – anunciara-me a próxima realização de estudos originais sobre o negro, sob os auspícios da UNESCO [...]. (AMARAL, 1978, p. 127)

Nas memórias de José Correia Leite, um dos intelectuais negros colaboradores de maior destaque, Jorge Prado Teixeira também aparece como "intermediário" entre o "meio negro" e os sociólogos:

> Apareceu aqui em São Paulo um rapaz de Ribeirão Preto, com o nome de Jorge Prado Teixeira. Era um rapaz que quase ninguém conhecia. Ele apareceu como intermediário dos pesquisadores com o meio negro. Ele estava autorizado, e começou a fazer os convites, e a participar de reuniões com os membros da pesquisa. (LEITE; CUTI, 1992, p. 151-152)[13]

[13] Interessante notar que, embora Jorge Prado Teixeira já fosse conhecido do círculo que frequentava a Associação José do Patrocínio e tenha integrado a delegação de São Paulo no I Congresso do Negro Brasileiro, para José Correia Leite aquele tornou-se conhecido apenas no início das Mesas Redondas, já em maio de 1951. Naquela época, José Correia Leite era zelador e cuidava de um almoxarifado na Prefeitura (cf. Apêndice C), portanto, além de não estar diretamente envolvido com a Associação José do Patrocínio, possuía uma situação social bem diversa daqueles intelectuais negros que participaram da delegação de São Paulo que tinham uma pequena penetração no meio de intelectuais brancos, como Raul Joviano Amaral (advogado e colega de Mário Wagner Vieira da Cunha como funcionário público, por quem ficou sabendo da pesquisa) e Fernando Góes e Geraldo Campos de Oliveira (ambos jornalistas).

A carta original de Métraux, realizando o convite para Bastide coordenar a pesquisa em São Paulo, data de 18/8/1950, e a resposta de Bastide data de 9/9/1950 (MAIO,1997, p.116-117). O I Congresso do Negro Brasileiro, por sua vez, foi realizado no Rio de Janeiro entre 26/8/1950 e 4/9/1950 (cf. NASCIMENTO, 1968). Portanto, quando Roger Bastide aceita o convite de Métraux para realizar a pesquisa e comunica, em sua carta ao antropólogo suíço, a intenção de realizá-la em colaboração com o "meio negro" paulistano e possivelmente instaurar um "centro de estudos da comunidade negra", apenas alguns dias haviam passado desde o encerramento do congresso. É neste contexto que se dá a aproximação dos sociólogos responsáveis pela pesquisa UNESCO com personagens de destaque do "meio negro" paulistano.

A delegação de São Paulo no I Congresso do Negro Brasileiro contou com a presença dos sociólogos que conduziram a pesquisa em São Paulo – Bastide, Florestan Fernandes e Oracy Nogueira – além de Fernando de Azevedo e Gilda de Melo, e também por intelectuais negros que depois vieram a ser seus colaboradores – Geraldo Campos de Oliveira[14] e Raul Joviano Amaral. Jorge Prado Teixeira, por sua vez, participou como parte da delegação de Ribeirão Preto e apresentou uma tese chamada *O preconceito e os meios de sua extinção*[15] em conjunto com Rubens da Silva Gordo (cf. NASCIMENTO, 1968, p. 73-89).

É significativo o fato de que neste congresso estiveram presentes alguns dos colaboradores mais proeminentes da pesquisa e, embora não seja possível afirmar com certeza se sociólogos e intelectuais negros encontraram-se pela primeira vez no congresso ou mesmo antes, parece plausível afirmar que a proximidade entre os dois grupos e a possibilidade de uma colaboração já era uma realidade mesmo antes do acordo feito com a UNESCO. Desde o seu início,

---

[14] Geraldo Campos de Oliveira fazia parte da geração mais nova de intelectuais proeminente no "meio negro" paulistano e será apresentado no primeiro capítulo; para uma breve biografia de sua cf. Apêndice C.

[15] Esta tese apresenta ideias muito próximas daquelas defendidas pelo intelectual nas Mesas Redondas, em especial a ideia de que o "meio negro" necessitava de uma "elite" capaz de conduzir o movimento social, como veremos (cf. NASCIMENTO, 1968; 1ª MESA REDONDA, 1951).

portanto, a pesquisa já fora imaginada tendo em conta esta colaboração.

Entre o fechamento dos acordos com Métraux (novembro de 1950), a redação do Projeto de Estudo (publicado em abril de 1951), e o início da realização das Mesas Redondas (8 de maio de 1951), é relativamente curto o tempo de que os sociólogos dispuseram para a preparação da pesquisa, considerando a amplitude desta e o grande número de colaboradores envolvidos, o que é compreensível se considerarmos que estes contatos já vinham sendo cultivados desde antes.

Outro fator que também explica a rapidez com que se iniciou a coleta de dados é que a pesquisa também havia sido encomendada a Bastide, antes do convite de Métraux, pela editora e revista paulistana *Anhembi*, de Paulo Duarte:

> Há muito tempo ANHEMBI tomara a decisão de patrocinar um inquérito em profundidade sobre o problema do negro em S. Paulo. A reação provocada por um artigo saído em 'O Estado de S. Paulo', em 1947[16] [...] nos fizera já pensar na necessidade de tal inquérito [...] porque os dados de uma investigação dessa ordem, fatalmente haviam de constituir um serviço prestado ao meio social e aos próprios administradores públicos [...]. Anhembi permitiria essa realização. Órgão destinado principalmente a estudos espécie, logo após o seu aparecimento, mobilizou-se para esse inquérito solicitando o auxílio do elemento mais indicado para orientá-lo e dirigi-lo: Roger Bastide [...]. Achavam-se as coisas em início, quando chegou a S. Paulo, o antropólogo Alfred Métraux, nome muito conhecido no Brasil [...], hoje chefe do Departamento de Relações Raciais da UNESCO, o qual vinha com a missão de realizar exatamente uma pesquisa semelhante. Foi assim que UNESCO e Anhembi se encontraram unidas na realização de um mesmo trabalho de alta significação universal [...].[17] Trabalho realizado através de todos os meio

[16] Neste artigo, Paulo Duarte "[...] mostra-se perplexo com a tentativa de se criar artificialmente um "problema negro" em São Paulo, provocado por negros revoltados que pregariam um racismo às avessas." (MAIO, 1997, p. 109). Além disso, o artigo revela o "[...] pensamento racialista, inspirado na ideologia do branqueamento [...]" do autor (MAIO, 1997 p. 110). É relevante lembrar que José Correia Leite, o intelectual negro que depois teria participação importante na pesquisa em São Paulo, publicou uma resposta ao artigo de Paulo Duarte no jornal *Alvorada*, da Associação dos Negros Brasileiros; cf. LEITE, José Correia. O Esgar do Sr. Paulo Duarte. O Esgar do Sr. Paulo Duarte. **Alvorada**, São Paulo, ano III, n. 25, 13 mai. 1947 (artigo republicado em LEITE; CUTI, 1992, p. 258-259).

[17] Segundo Maio, em seu relatório à UNESCO sobre as primeiras providências da pesquisa no Brasil, datado de dezembro de 1950, Alfred Métraux menciona que Paulo Duarte já havia feito um pedido a Roger Bastide, o que confirma a versão de Paulo Duarte (MAIO, 1997, p. 108). Florestan Fernandes faz o mesmo em seu prefácio à edição de 1959 do relatório de pesquisa: "Quando

> aconselháveis em pesquisas tais, com a mais absoluta objetividade e isenção e com o auxílio não apenas dos excelentes pesquisadores formados pela nossa Universidade, mas também de numeroso núcleo de negros esclarecidos os quais deram a esse estudo um complemento sem o qual ele deixaria de adquirir os caracteres de profundidade e exatidão com que se apresenta (DUARTE In: BASTIDE; FERNANDES, 1955, p. 7)

Diferentemente de Bastide, Florestan aceitou participar da pesquisa de maneira relutante, a pedido daquele, conforme relembra em depoimento posterior:

> [...] eu não queria aceitar o convite de Bastide porque eu ia fazer meu doutorado sobre os Tupis. Estava com muito trabalho para acabar a tese e para preparar-me para a sua defesa. A pesquisa sobre os sírios e libaneses, que fora suprimida das cogitações do meu doutorado, estava em andamento. Eu não queria de jeito nenhum incluir mais uma pesquisa. Vi-me na contingência de recusar-me. Sabe qual foi a reação dele? Ao sair da sala em que conversávamos e, no vão da porta, me perguntou: "o senhor não aceita só escrever, eu colho os dados para o senhor". Ele foi meu professor durante quatro anos – de 41 a 44 (porque inclusive no curso de didática eu fui aluno dele). Eu fiquei tão comovido, que saíram lágrimas dos meus olhos. Aí eu me levantei e lhe respondi: "está bem, o senhor venceu!" (FERNANDES, 1975, p. 50)

Porém, segundo o sociólogo, a pesquisa acabou se tornando "o trabalho que teve maiores consequências" para ele e teria mesmo dado um novo sentido à sociologia e ao seu próprio trabalho como sociólogo:

> A pesquisa [...] foi algo de fascinante porque apesar de tudo o que se sabe sobre a vida das populações pobres no Brasil e da identificação que o intelectual pode ter com a vida dessas populações, eu me senti tão compensado com o fato de estar fazendo aquela pesquisa, que aquilo tudo deu novo sentido à sociologia para mim (e deu sentido ao meu trabalho e ao que eu pretendia fazer com a pesquisa sociológica). À medida que a coleta de dados progredia, aumentava o meu entusiasmo. O projeto de pesquisa fora escrito ainda de uma maneira ambivalente, o entusiasmo era pequeno e o objetivo consistia em corrigir as diferenças

---

Métraux travou os primeiros contatos com os estudiosos do assunto, o plano de trabalho já estava pronto e algumas de suas partes em desenvolvimento, [...] a colaboração UNESCO/Anhembi se deu à pedido de Roger Bastide, para que se fundissem as pesquisas, de modo que a pesquisa de campo pôde ser ampliada e foi inclusa a parte referente à psicologia social" (BASTIDE; FERNANDES, 1959, p. 17). A coleta de dados foi financiada pela UNESCO, pela Reitoria da Universidade de São Paulo e pelo Estado de São Paulo. Segundo Florestan, o apoio da Reitoria foi obtido por meio da intervenção de Paulo Duarte, sem o qual, "por paradoxal que pareça", "seria impossível conseguir os fundos fornecidos pela Reitoria da Universidade de São Paulo" (BASTIDE; FERNANDES, 1959, p. 17).

> de pontos de vista que existiam entre eu e o Bastide. [...] De um ângulo teórico, portanto, esse foi o trabalho que teve maiores consequências para mim, seja para conhecer o Brasil como sociedade nacional, seja para chegar à temática da sociologia do subdesenvolvimento e da dependência. Além disso, eu me senti como ser humano em comunhão com outros seres humanos. Nenhum outro trabalho meu anterior me permitiu essa comunicação endopática em profundidade. Há muita controvérsia a respeito de saber se o cientista social deve ou não deve repetir o biólogo, o químico etc. Eu penso que esta controvérsia é inútil, porque quer se estude uma tribo primitiva, quer se estude uma sociedade contemporânea altamente industrializada, quer a gente se identifique com os problemas humanos descritos, quer não, o fato é que o sociólogo, como ser humano, sempre interage e recebe o impacto do que estiver investigando. O impacto que eu recebi no estudo do negro não foi brincadeira. (FERNANDES, 1975, p. 50)

Segundo Maio, "[...] os elos entre dois momentos distintos parecem guardar relação com o próprio processo de investigação das fontes primárias e secundárias que começaram a entusiasmar o sociólogo" (MAIO, 1997, p. 125). Na experiência do contato com o "meio negro" de São Paulo, teria ocorrido "[...] uma empatia de tal ordem que se estabeleceram conexões entre trajetória pessoal, produção acadêmica e identificação política com os negros" (MAIO, 1997, p. 125).

Se até aqui apresentamos alguns dos elementos que deram suporte à viabilização da pesquisa encomendada pela UNESCO sobre as relações raciais no Brasil, cabe, agora, apontar de modo mais detido as escolhas metodológicas na base da construção do projeto de pesquisa para o estudo das relações raciais em São Paulo, bem como os seus desdobramentos posteriores, notadamente, na construção da obra *A Integração do Negro na Sociedade de Classes.*

Em diferentes depoimentos ao longo de sua carreira (FERNANDES, 1975; 1977; 1989), Florestan atribui a importância que a pesquisa adquiriu para ele à sua identificação pessoal com a situação social do negro, devido a seu passado pobre. Porém, também destaca o método de interpretação adotado, que dava grande importância à perspectiva do sujeito, e o fato de a pesquisa empírica ter contado largamente com a participação ativa dos pesquisados.

O Projeto de Estudo redigido pelo sociólogo, datado de abril de 1951[18], prevê a utilização de uma grande variedade de técnicas de coleta de dados, como veremos no primeiro capítulo. Entre elas, está a "observação em massa", técnica de pesquisa que previa a incorporação das contribuições dos pesquisados à pesquisa.

A origem desta técnica está em um projeto intitulado "Mass Observation", iniciado na Inglaterra em 1937 com o objetivo de registrar diferentes aspectos da vida cotidiana pelo uso de pesquisadores voluntários não treinados que mantinham diários de observação, realizavam depoimentos pessoais livres ou respondiam a questionários abertos pouco estruturados ou roteiros de pesquisa organizados por tópicos, orientando a observação dos aspectos da vida social focalizados (cf. WILLCOCK, 1944). Esta técnica oferecia a vantagem de promover uma multiplicação de pesquisadores sem a necessidade de sociólogos ou antropólogos profissionais, o que provavelmente contribuiu para que Florestan optasse por utilizá-la amplamente na coleta de dados, como prevê o Projeto de Estudo, pois a pesquisa dispunha de pouco tempo para ser realizada e financiamento limitado.

Além desta vantagem, a técnica da observação em massa permitia a coleta de dados sobre diferentes aspectos; um mesmo documento elaborado pelo colaborador não profissional poderia esclarecer aspectos das condições de vida e situação social observadas, a dinâmica das relações entre brancos e negros nestas situações e revelar suas atitudes e representações referentes ao "preconceito de cor", tanto percepções conscientes a respeito da questão quanto aspectos psíquicos que passam despercebidos quando é utilizada apenas a aplicação de questionários ou entrevistas. Estes dados seriam de grande importância em uma pesquisa que visava apreender uma realidade social tanto

[18] A primeira publicação deste Projeto de Estudo é de abril de 1951 (cf. Publicação n. 118 do instituto de Administração da Faculdade de Ciências Econômicas da USP, abr/1951). Posteriormente, foi publicado como apêndice em *Brancos e negros em São Paulo* (1959) e depois como capítulo na segunda edição de *Sociologia numa era de revolução social* (1976).

histórica quanto sincronicamente e desde seus aspectos estruturais até a dimensão das representações e disposições psicossociais dos agentes, o que prevê o Projeto de Estudo, como veremos.

Porém, no que se refere aos negros, revelou-se difícil a redação destes documentos, de observação e reflexão pessoais, característicos da técnica de observação em massa. Isto levou à adaptação desta técnica sob a forma das Mesas Redondas, chamadas "observação em massa em situação grupal" por Florestan (cf. Apêndice A).

Em depoimento posterior, Florestan lembra o fato de que a observação em massa individual não era ideal como veículo para a colaboração do "meio negro" por conta do nível médio de escolaridade e, portanto, foi desenvolvida esta técnica das discussões em grupo:

> Graças ao prestígio de Bastide na comunidade negra, contamos com uma maciça colaboração de negros e mulatos de várias categorias sociais e das diferentes gerações em contato. A primeira reunião foi celebrada na Biblioteca Pública Municipal, com uma massa notável de ouvintes e participantes. As demais foram realizadas no auditório da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP. Tínhamos a intenção de coligir documentos pessoais, elaborados pelos próprios sujeitos. O nível médio de escolaridade e de maturidade intelectual mostrou que só alguns sujeitos estavam em condições de nos proporcionar os materiais desejados. Isso nos obrigou a uma tática rica de investigação. Substituímos o documento pessoal (mantido para um numero pequeno de sujeitos) pela observação participante[19] em situação grupal (o que aumentou o interesse daquelas reuniões e dos materiais estenográficos resultantes). E logo empreendemos reuniões paralelas com as mulheres (que se revelaram mais maduras que os homens na percepção da realidade ambiente) e com os intelectuais negros (que se tornaram também pesquisadores, elaborando estudos de caso especiais). Assim, tínhamos a grande reunião formal, de mês em mês; o seminário com as mulheres (de quinze em quinze dias) e o seminário com os intelectuais (todos os sábados, em uma associação cultural negra localizada na rua Formosa[20]). (FERNANDES, 1989, p. 104)

---

[19] Note-se que este é o único lugar em que Florestan se refere à "observação *participante* em situação grupal"; seguindo a nomeação dada no material empírico do Fundo Florestan Fernandes e no próprio livro *A integração do negro na sociedade de classes*, referimo-nos à técnica como "observação *em massa* em situação grupal".

[20] Florestan se refere à Associação José do Patrocínio.

Conforme a abertura feita por Roger Bastide na Primeira Mesa Redonda, Jorge Prado Teixeira foi não apenas o responsável por fazer a "ponte" entre os pesquisadores e o "meio negro", mas também foi quem efetivamente sugeriu[21] a ideia de que se fizessem Mesas Redondas, no lugar exclusivamente da técnica de "observação em massa" individual:

> Eu não quero fazer um grande discurso, mas só dizer algumas palavras de introdução à nossa Mesa Redonda de hoje. O Sr. Carneiro, que é o representante do Brasil na Organização Cultural das Nações Unidas, a UNESCO, pediu que se faça um estudo sobre as relações raciais no Brasil, particularmente no Sul e parte do Norte, para mostrar como se pode encontrar um caminho, de solução mesmo, para o problema racial nos Estados Unidos. E assim, aqui em São Paulo, uma pequena Comissão de Professores, Cientistas e Intelectuais foi criada para estudar o preconceito de cor, as barreiras raciais, as suas ideologias, de brancos ou pretos e para estudar também se há alguma dificuldade, um estudo de problemas, aqui na cidade industrializada onde a população estrangeira também é muito importante. Falando deste assunto com meu amigo Jorge Prado Teixeira, ele teve a idéia muito feliz de fazer uma Mesa Redonda, para discutir entre nós este preconceito de cor, ou da existência de miscigenação racial asiática. Foi por isso que eu pedi o comparecimento de alguns intelectuais negros e dos lideres de cor, assim como alguns estudantes brancos que se interessam pelo problema racial.
>
> Agradeço à todos o seu comparecimento.
>
> Esqueci-me de alguns nomes. Infelizmente, não conheço muito bem as organizações daqui, mas espero que se foram esquecidos nomes de intelectuais de cor, ou de estudantes entre os presentes, ou dos que se interessam pelo problema do negro brasileiro, depois da reunião os senhores nos darão os nomes para próxima Mesa Redonda. Porque eu penso que seja o começo de uma grande amizade entre nós, e que continuando a discutir é que será a melhor solução de resolvermos esse problema no Brasil [...]. (BASTIDE, 1ª MESA REDONDA, 1951, p. 1)

Como veremos no quarto capítulo, o interesse de Jorge Prado Teixeira em realizar estes encontros vinha também do desejo de reunir o setor intelectualizado

---

[21] Em sua fala de abertura à Primeira Mesa Redonda, Florestan também atribui a ideia a Jorge Prado Teixeira: "[…] já organizamos na Faculdade uma espécie de quesito básico que poderá servir de orientação para os senhores. Este quesito básico foi considerado, inicialmente, de acordo com a UNESCO, adotado na Inglaterra e depois, o Sr. Jorge Prado Teixeira achou que havia inconveniente em aplicar esta técnica e que seria melhor ficar entre a técnica original de perguntar e de alguma coisa que pudesse se aproximar mais das possibilidades de aproveitamento do interesse dos senhores" (1ª MESA REDONDA, 1951, p. 6). Trataremos novamente desta abertura no quarto capítulo.

do “meio negro” paulistano para uma possível rearticulação do associativismo, após o fechamento da Associação dos Negros Brasileiros em 1948. Teixeira se torna então o Secretário da “Comissão para o estudo das relações raciais em São Paulo” (BASTIDE; FERNANDES, 1959, p. 24) e é sempre responsável pelas aberturas, organização e encaminhamentos nas Mesas Redondas, exercendo um papel articulador e coordenador da colaboração entre os intelectuais negros e os pesquisadores. Isso parece ter se devido ao fato de Jorge Prado Teixeira ser um estudante de sociologia, conforme afirma o próprio:

> A generosidade do Prof. Bastide, houve por bem convidar-me para tomar parte na comissão pesquisadora, por quanto em se tratando de uma pesquisa ou pesquisas, referentes à situação do negro brasileiro, claro é que um negro teria que tomar parte na comissão. E o Prof. Bastide convidou-me, não por razões especiais de ordem intelectual mas, tão somente porque sendo eu estudante de sociologia, posso dispor de enorme tempo para tratar desse assunto, desse problema. (1ª MESA REDONDA, 1951, p. 8)

Considerando que Roger Bastide afirma, na abertura citada acima, que não conhecia muito bem as organizações do “meio negro” de São Paulo, nos parece plausível supor que o contato anterior à pesquisa, entre o sociólogo e os intelectuais negros, se restringisse ao círculo da Associação José do Patrocínio e aos participantes do Congresso de 1950, e que tenha se alargado após as Mesas Redondas e por intermédio especialmente de Jorge Prado Teixeira.

Pelas memórias de José Correia Leite, em agosto de 1951 (três meses após o início das Mesas Redondas), já havia uma relação bem desenvolvida entre sociólogos e intelectuais negros, estando Renato Jardim Moreira, assistente de pesquisa[22], já “integrado” nas reuniões daquele grupo:

---

[22] Os assistentes de pesquisa de maior importância foram Lucila Herrmann, que colaborou com Bastide, e Renato Jardim Moreira, que colaborou com Florestan. Os documentos do Fundo Florestan Fernandes revelam Renato Jardim Moreira como o principal pesquisador responsável pela coleta de dados junto ao “meio negro”. Realizou não apenas estudos de caso em bailes e associações negras, como coletou as histórias de vida de Francisco Lucrécio e José Correia Leite, tendo estabelecido com este último uma relação de proximidade. Um depoimento pessoal seu, feito a partir do questionário de observação em massa individual para brancos (cf. Anexo B), revela que durante a pesquisa frequentou eventos no “meio negro” e manteve encontros com aqueles

> Em 1950[23] eu completei 50 anos. O Fernando Góis resolveu me oferecer um jantar e deu o nome de Cinquentenário de José Correia Leite. Foram convidados vários amigos com suas respectivas esposas. Desnecessário citar os nomes aqui. Veio do Rio de Janeiro, para este jantar, o Sebastião Rodrigues Alves que sugeriu a continuidade desses encontros de confraternização, e assim foi feito. A cada um desses encontros foi dado o título de "Semana Correia Leite", pois outras pessoas aderiram, oferecendo também recepções, principalmente às do Rio de Janeiro, que já vinham de caravana. Assim, a festa deixou de ser minha. Houve almoços e jantares interessantes. Como o Renato Jardim Moreira estava integrado nas nossas reuniões, convidou os professores Roger Bastide e Florestan Fernandes para um jantar devido o Prof. Bastide ter chegado de Paris em suas primeiras férias. Este jantar foi muito alegre e, para que aquelas pessoas brancas (inclusive o Henrique L. Alves) se sentissem à vontade, foi feito um discurso em que se disse que ser negro era um estado de espírito. O Prof. Roger Bastide, em sua conhecida humildade, não queria aceitar ser ele o homenageado no momento, já que se tratava do meu aniversário. Depois dessa homenagem, continuamos ainda sem um movimento negro de projeção. O Lobato, Geraldo Campos, Lucrécio e Sofia Campos prosseguiram militando no Partido Socialista. Eu, como negro, nunca misturei minhas idéias com política partidária, isso porque sempre achei que o negro isoladamente não tinha condições de fazer política [...] O negro só pode e deve fazer política bem organizado. (LEITE; CUTI, 1992, p. 160-162)

A proximidade entre pesquisadores e intelectuais negros foi grande e a participação dos "pesquisados" no processo ultrapassou a qualidade de informantes e tornou-se uma verdadeira colaboração, inclusive para além da técnica da observação em massa individual ou grupal, contando com elaboração

---

intelectuais em suas casas e em bailes promovidos por associações negras (cf. MOREIRA, [s.d.]). Cf. Apêndice A para as referências do material empírico coletado por Moreira, bem como por outros pesquisadores, estudantes na época (Marialice Mencarini Foracchi, Maria Isaura Pereira de Queiroz, Fernando Henrique Cardoso, Ruth Vilaça Correia Leite [Cardoso] e Maria Sylvia de Carvalho Franco).

[23] Conforme este depoimento de José Correia Leite, o militante e intelectual negro teria nascido em 1900 e feito 50 anos em 1950 (LEITE; CUTI, 1992). Este dado foi reproduzido por outras fontes importantes, como Oliveira (1998) em *Quem é quem na negritude brasileira*, entre outros. Embora se trate de depoimento do próprio Correia Leite, acreditamos haver um engano e partimos do princípio de que o jantar referido teria acontecido em 1951, por duas razões: primeiro, em sua história de vida colhida por Renato Jardim Moreira na ocasião da pesquisa, Correia Leite afirma ter nascido em 1901 (Cf. MOREIRA; LEITE, [1951], p. 35); segundo, o depoente, conforme a citação em questão, afirma que na ocasião Renato Jardim Moreira já estava integrado nas reuniões, o que nos parece muito mais plausível que tenha acontecido em agosto de 1951, depois do início da pesquisa, do que em agosto de 1950.

de estudos de caso especiais por aqueles intelectuais[24]. Colaboração esta que era, como vimos, a intenção desde o início.

O foco desta dissertação é justamente este processo de pesquisa empírica, e o lugar da colaboração com os intelectuais negros dentro dele, bem como suas consequências para a análise de *A Integração do Negro na Sociedade de Classes*, redigida anos após a pesquisa empírica como tese para o concurso à Cadeira de Sociologia I em 1964, mas que consiste em um trabalho quase que exclusivamente em cima daqueles dados.[25]

Por diferentes motivos nos contemos na análise de *A Integração do Negro na Sociedade de Classes*, não tratando do relatório de pesquisa publicado em 1953 na revista *Anhembi* e depois republicado em *Relações Raciais entre Brancos e Negros em São Paulo* (1955)[26].

Primeiro, no relatório, a interpretação prevista no programa do Projeto de Estudo de 1951 não se encontra completamente desenvolvida e o material coletado graças à colaboração com os intelectuais negros não é analisado em extensão.

No prefácio à segunda edição do relatório, datado de 18 de agosto de 1958, Florestan lembra que este teria sido escrito às pressas e reconhece que os

---

[24] Apresentaremos estes estudos de caso no primeiro capítulo desta dissertação.

[25] "Este trabalho foi escrito com vistas à obrigação do autor de se submeter à provas de concurso da Cadeira de Sociologia I da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo. Ele teve de ser elaborado um tanto às pressas, entre janeiro de 1963 e abril de 1964. Embora nesse período o autor só se dedicasse a esse mister, a coleta de dados, feita principalmente em 1951, e sua classificação e tratamento analíticos puderam ser concluídos com mais vagar e de forma mais apurada. Só ao expurgo e à formação do índice analítico da documentação coligida o autor devotou mais de quatro anos de trabalho intensivo" (FERNANDES, 2008a, p. 21). Em nota, Florestan acrescenta que "Uma parte dos materiais havia sido levantada anteriormente, em 1941-1944 ou 1949-1951, por alunos ou ex-alunos de Roger Bastide ou do autor" (FERNANDES, 2008a, p. 403, n. 1).

[26] Esta edição comporta os relatórios de todos os pesquisadores responsáveis pelo braço paulista da pesquisa UNESCO, incluindo Oracy Nogueira, Virgínia Bicudo e Aniela Ginsberg, além de Bastide e Florestan. Os capítulos que compõem o relatório de pesquisa dos dois últimos foram republicados em livro sob o título *Brancos e Negros em São Paulo* em 1959.

pesquisadores não teriam conseguido completar o programa previsto no Projeto de Estudo, especialmente no que tocava a etapa interpretativa:

> A verdade é que não chegamos a redigir o estudo sociológico final, tendo-nos limitado à presente exposição, que apenas condensava, de forma predominantemente descritiva, alguns dos resultados da investigação, realizada na capital de São Paulo através de técnicas sociológicas. Com isso, deixamos de dar andamento ao plano anterior, que nos obrigava a tratar dos problemas analisados de uma perspectiva mais ampla [...]. A rigidez revelada pela UNESCO na exigência do cumprimento de prazos cuja dilatação nós não havíamos provocado foi a principal causa dessa ocorrência, que nos impediu de pôr ao alcance do público interessado todas as conclusões teóricas a que chegamos. [...] Houve, também, quem lamentasse as lacunas resultantes do próprio teor do trabalho, por esperarem algo parecido com o que os autores desejavam fazer em seu projeto original. [...] supomos que as informações apresentadas acima, juntamente com os objetivos traçados no projeto original da pesquisa, esclarecem de modo cabal os leitores, mesmo os mais competentes e severos!... Em outros estudos, em elaboração, serão discutidas as questões que precisaram ser negligenciadas ou examinadas de maneira perfunctória. (BASTIDE; FERNANDES, 1959, p. 18-19)

Além do fator tempo indicado acima, é preciso considerar que, na redação do relatório, os trabalhos foram divididos. Coube a Florestan os capítulos históricos, referentes à alteração da situação de contato desde a desagregação da sociedade escravocrata até o surto de industrialização e urbanização de São Paulo, e um capítulo tratando dos movimentos sociais no "meio negro" e das reações deste à Lei Afonso Arinos[27]; Bastide ficou com os capítulos que tratavam das manifestações e dos efeitos do "preconceito de cor", sendo que no último caso trata dos efeitos deste sobre a personalidade do negro e também dos

[27] Este capítulo, intitulado "A luta contra o preconceito de cor", trata das reações ao "preconceito de cor" e o tratamento dos movimentos sociais no "meio negro" faz parte da seção intitulada "Reações espontâneas contra o preconceito de cor", juntamente com o tratamento de outros dados obtidos por meio de entrevistas ocasionais, a respeito das ambições dos "negros" e suas percepções sobre as barreiras que encontravam à ascensão social. A descrição das reações do "meio negro" à Lei Afonso Arinos faz parte de uma seção intitulada "A reação legal contra o preconceito de cor e suas repercussões no meio negro" e é o único momento do relatório no qual o material das Mesas Redondas é tratado diretamente, pela analise do que foi a discussão do tema Lei Afonso Arinos naquelas reuniões, embora de maneira predominantemente descritiva, diferente do tratamento dado em *A Integração do Negro na Sociedade de Classes*, em que Florestan analisa a discussão do ponto de vista dos desafios dos movimentos sociais no "meio negro" naquele momento.

ajustamentos e técnicas que ele precisa dominar para fazer frente às barreiras do preconceito em diferentes situações.

Ainda que os capítulos não sejam, de maneira alguma, contraditórios entre si, não houve oportunidade de realizar uma análise realmente conjunta, que explorasse as conexões entre a dinâmica das relações raciais e o fenômeno do "preconceito de cor" com o processo de mudança social que se verificava no momento, o que estava previsto, como veremos, no Projeto de Estudo.

Segundo, consideramos que *A Integração do Negro na Sociedade de Classes* é uma obra tributária daquele material empírico não apenas na medida em que foi construída com base nele, mas também porque estabelece um diálogo com os intelectuais negros colaboradores, enquanto lideranças dos movimentos sociais no "meio negro".

Nesta obra, Florestan teve a oportunidade de analisar todos os dados coletados, inclusive os que haviam ficado sob o encargo de Bastide, sobre as barreiras impostas pelo "preconceito de cor" à ascensão social do negro, a dinâmica das relações raciais em diferentes espaços sociais e as percepções dos atores a respeito do fenômeno. O método interpretativo permanece o apresentado no Projeto de Estudo, procurando compreender a conexão entre as relações raciais e mudança social, mas ganha uma dimensão abertamente normativa e voltada para o negro enquanto sujeito social e político.

Em *A Integração*, os movimentos sociais no "meio negro" são um tema central na análise como um todo, pois a reconstrução do processo de mudança social é feita a partir dos desafios dos movimentos sociais, e o fundo normativo que orienta esta análise – a democratização racial da ordem social – identifica-se com os objetivos daqueles movimentos. A análise do material coletado junto àqueles intelectuais negros ganha, portanto, maior destaque, e é feita em maiores detalhes e extensão.

Além da diferença de grau no tratamento do material empírico resultante desta colaboração, há uma diferença qualitativa, pois, na medida em que a

narrativa de *A Integração* dialoga com estes movimentos, o material oriundo desta colaboração não é acionado pelo autor apenas para exemplificar ou pontuar momentos da análise, mas informa a própria reconstrução interpretativa de um processo histórico-social e seu objetivo.

Em nossa pesquisa, procuramos compreender como a colaboração com os intelectuais negros ajudou a estruturar grande parte da obra e como suas teses dialogam diretamente com aquele grupo. Este interesse orientou a seleção do material empírico original de 1951 que analisamos em conjunto com a obra, disponíveis no Fundo Florestan Fernandes (BCo/UFSCar).

O Fundo Florestan Fernandes (FFF) foi cedido pela família do sociólogo à Universidade Federal de São Carlos na ocasião da aquisição de sua biblioteca pessoal. Embora a biblioteca pessoal do sociólogo tenha sido inaugurada em 1996, o FFF foi disponibilizado para consulta apenas em março de 2010, devido ao trabalho de limpeza e conservação, organização, catalogação e digitalização do documentos, que somam cerca de 30 mil páginas.[28] O FFF é "[...] composto por manuscritos na forma de folhas soltas, cadernos, cadernetas, fichas manuscritas, fragmentos e guardanapos de papel, fotografias, etc."[29], organizados em seis séries documentais: vida pessoal; vida acadêmica; vida política; produção intelectual; produção Intelectual de terceiros e homenagens póstumas. O pesquisador pode localizar os documentos de interesse em uma base de dados disponível no site do FFF e solicitar a consulta dos originais digitalizados por meio do número de série, bem como adquirir cópias de um número limitado de páginas do arquivo digital (em formato PDF) de sua escolha.

Para uma lista completa do material original da pesquisa empírica feita em 1951 que pudemos localizar no FFF, remetemos o leitor ao Apêndice A, onde disponibilizamos os números de série pelos quais estes documentos podem ser

---

[28] Para um relato da organização e conservação dos documentos pertencentes ao Fundo Florestan Fernandes, cf. CÓSCIA; FRANCO, 2011.

[29] Disponível em <http://www.bco.ufscar.br/acervo/fundo-florestan-fernandes>. Acesso em: 07 dez. 2013.

localizados e procuramos expor sua organização no FFF, para o pesquisador interessado.

Pelo volume do material, não foi possível tratar detidamente de cada documento. Focalizamos no material referente à colaboração com os intelectuais negros, deixando de fora da análise um grande número de documentos, como os estudos de caso com famílias brancas tradicionais, os depoimentos de observação em massa individual de brancos, estudos de caso realizados em fábricas e cortiços, entrevistas e questionários, relatórios de observação direta etc.

Também não analisamos diretamente – embora sejam citados – os estudos de caso realizados em bailes e associações negras e os que analisam o conteúdo levantado da "imprensa negra", pois estes consistem em relatórios realizados pelos pesquisadores sobre temas relevantes ao "meio negro", mas que não são em si mesmos produto da colaboração direta com os intelectuais deste meio.[30]

Foram analisados os materiais que são produto direto desta colaboração e que encontram lugar de destaque na análise da *Integração do Negro na Sociedade de Classes*: as histórias de vida de Francisco Lucrécio e José Correia Leite, coletadas por Renato Jardim Moreira; a monografia *Movimentos Sociais no Meio Negro*, redigida em conjunto pelo último e por José Correia Leite (cf. o Anexo C para a reprodução integral deste trabalho); a autobiografia de Jorge Prado Teixeira (que se trata de seu depoimento pessoal de observação em massa individual, realizado de acordo com as orientações do questionário reproduzido no Anexo A); o relatório deste sobre um casamento realizado entre membros da elite do "meio negro"; e, por fim, as atas das Mesas Redondas[31].

Outros documentos que são produto direto da colaboração com os intelectuais negros mas sobre os quais não nos debruçamos são: um estudo de

---

[30] Apenas na medida em que não são produção oriunda da pesquisa empírica, pois os originais da "imprensa negra" foram cedidos aos pesquisadores pelos intelectuais negros colaboradores.

[31] Foram realizadas onze Mesas Redondas entre 8 de maio e 17 de novembro de 1951, mas as atas da Sétima, Oitava, Nona e Décima Mesas Redondas foram perdidas pela equipe de taquigrafia, sendo que Florestan também não teve acesso a elas (cf. Apêndice B).

caso de Francisco Lucrécio a respeito das "*Relações entre crianças brancas e negras em parques infantis da capital*"; as respostas aos questionários de observação em massa individual dos informantes negros (com exceção da autobiografia de Jorge Prado Teixeira, que consiste em um depoimento e não em respostas pontuais às perguntas do questionário); as atas das reuniões da "Comissão das Senhoras de Cor" e as reuniões do "Seminário de Debates" na Associação José do Patrocínio.

No caso dos dois últimos documentos, com exceção da primeira reunião das "Senhoras de Cor", estes não encontram-se datilografados, o que torna sua leitura extremamente difícil. No caso do estudo de caso de Francisco Lucrécio[32] e dos questionários de observação em massa individual de informantes negros, estes não encontram lugar de destaque em *A Integração do Negro na Sociedade de Classes*.

Conforme avaliamos, a experiência da pesquisa empírica em colaboração com os intelectuais negros informou os próprios objetivos da análise de *A Integração* e o material empírico original localizado no FFF foi o meio pelo qual analisamos as conexões entre a obra e o processo social.

Nosso trabalho se concentrou em explicitar o uso feito por Florestan, na análise de *A Integração*, daquele material e sua origem – muitas vezes não indicada pelo autor, nem mesmo em notas de rodapé. Por meio deste procedimento, procuramos realizar uma reconstrução da narrativa do sociólogo voltada para os momentos em que o material oriundo da colaboração com os intelectuais negros são estruturantes na análise; em alguns momentos, a

[32] Em nota do volume 2 de *A Integração*, Florestan lembra o estudo de caso de Lucrécio: "No caso, lembramos as experiências desagradáveis das 'crianças de cor' no convívio com outras crianças da vizinhança e nas relações com a professora ou colegas 'brancos' na escola. O dr. Francisco Lucrécio elaborou um interessante estudo de caso, a respeito, que infelizmente não podemos aproveitar, e que demonstra que é precoce a deformação da personalidade da 'criança negra' sob diferentes e intensas manifestações do 'preconceito de cor' em seus círculos de convivência com o 'branco'" (FERNANDES, 2008b, p. 598, n. 62).

utilização que Florestan faz do material empírico revela o diálogo estabelecido com aquele grupo de intelectuais.

Este diálogo se torna ainda mais explícito quando conhecemos o contexto original de gênese daquele material: a relação que se estabeleceu entre sociólogo e movimento a partir das técnicas de pesquisa empírica utilizadas, mas que veio a ultrapassar as mesmas. Assim, o critério que orientou a análise dos originais disponíveis no FFF foi sua relação com a obra, não apenas como dados coletados que embasam a análise sociológica, mas como princípio metodológico que a estrutura.

Nosso objetivo foi demonstrar que, ao focalizar os diferentes momentos em que o diálogo direto com os intelectuais negros colaboradores revela-se no texto e o lugar estruturante deste diálogo em sua construção, podemos compreender a obra de Florestan como uma interpretação sociológica feita a partir dos movimentos sociais, de uma maneira que não seria possível sem a colaboração referida no momento da coleta de dados.

Nossa metodologia apresenta vantagens e desvantagens[33], na medida em que conecta obra e processo social por dentro do argumento do sociólogo. O que chamamos de interface, neste caso, limita-se portanto ao princípio metodológico do sociólogo, que alia reconstrução empírica e normatividade, partindo do conhecimento produzido pelos sujeitos e dos desafios enfrentados por seus movimentos sociais como um princípio heurístico para a explicação sociológica dos limites da democracia brasileira, esta vista através do mesmo fundo normativo que orientava aqueles movimentos.

O esforço desta dissertação, portanto, está em expor este princípio metodológico no texto de *A Integração do Negro na Sociedade de Classes* e na forma de pesquisa empírica, de modo que estão ausentes tanto uma reconstrução do processo social realizada de fora do argumento do autor, quanto uma

[33] Agradecemos à banca composta pelos professores Mario Augusto Medeiros da Silva e Antonio Brasil Jr. pelas observações que seguem.

discussão mais ampla sobre este princípio metodológico na sociologia de Florestan.

No primeiro capítulo, apresentamos o Projeto de Estudo de 1951, a metodologia sobre a qual a pesquisa foi montada e as técnicas de pesquisa utilizadas, bem como o "núcleo duro" dos intelectuais negros colaboradores da pesquisa, que já compartilhava entre si uma história e experiências comuns desde décadas antes do início da pesquisa.

No segundo capítulo, iniciamos a reconstrução da obra e da análise que Florestan realizou em cima daquele material. A sua primeira seção procura demonstrar a importância das histórias de vida, da monografia *Movimentos sociais no meio negro* e dos depoimentos realizados nas Mesas Redondas para a reconstrução que o sociólogo faz das condições e organização da vida social no "meio negro", bem como do padrão de reação societária do "negro" à sua situação social, nas décadas que seguiram a Abolição, até o surgimento dos movimentos sociais no "meio negro". A narrativa de Florestan segue a gênese histórica de um problema social – o "problema do negro" – e as tensões que marcam as relações raciais no período. A segunda seção não trata do texto de Florestan e é dedicada a explicar a origem da monografia *Movimentos sociais no meio negro*, que orienta grande parte da reconstrução que Florestan faz do surgimento e ápice dos movimentos sociais. Esta origem está simultaneamente na utilização particular que Renato Jardim Moreira realiza da técnica da história de vida e na narrativa fornecida por José Correia Leite, bem como da qualidade da relação estabelecida entre pesquisador e informante. Na terceira seção, reconstruímos a maneira pela qual aquelas tensões são elevadas ao nível da consciência social e do conflito, objetivadas nos movimentos sociais e em uma consciência crítica do problema, formulada pelas lideranças destes movimentos.

O terceiro capítulo desta dissertação trata do conteúdo dos dois últimos capítulos do segundo volume de *A Integração*, em que Florestan analisa como o processo de expansão e industrialização da cidade de São Paulo afetou o "meio

negro", o surgimento de uma nova "elite negra" e os novos comportamentos e representações dominantes. A seguir, o sociólogo reflete a respeito do impacto que estas mudanças tiveram sobre os movimentos sociais no "meio negro" e suas lideranças – os intelectuais colaboradores da pesquisa –, procurando apontar os novos desafios que estes movimentos devem enfrentar, com relação à sua atuação na década de 1930. É neste momento que encontramos o diálogo mais explícito do sociólogo com aquelas lideranças, pela sua utilização e análise das discussões das Mesas Redondas. Procuramos reconstruir esta análise pela explicitação das citações que Florestan mobiliza, retiradas daquelas discussões, e seu lugar na análise do sociólogo.

Por fim, no quarto capítulo, procuramos realizar uma reconstrução do contexto original das discussões das Mesas Redondas e daquelas citações recortadas e mobilizadas por Florestan, com o objetivo de demonstrar a leitura e interpretação que o sociólogo fez do conteúdo daquelas discussões e dos dilemas que transparecem conforme os intelectuais discutem o "problema do negro" e a sua própria atuação enquanto lideranças de movimentos sociais.

1 Bases de encaminhamento da pesquisa UNESCO em São Paulo

1.1 Projeto de Estudo e técnicas de pesquisa

1.1.1 O Projeto de Estudo de 1951 e *A Integração do Negro na Sociedade de Classes*

No Projeto de Estudo redigido em 1951, Florestan[34] procura definir um "método de interpretação" que viabilizasse uma pesquisa nascida de fatores "extra-científicos" – condição que não deveria comprometer a análise[35] – e ao mesmo tempo apresentasse abertura suficiente para a realização de uma pesquisa comprometida com o negro.

A respeito das condições de trabalho, Florestan chama atenção para o fato de que os recursos, tanto financeiros[36] quanto de pessoal e de tempo para a

---

[34] O projeto foi redigido por Florestan e apresentado a Bastide para aprovação. Este teria apenas atenuado algumas das criticas feitas pelo primeiro a Donald Pierson (cf. FERNANDES, 1975, p. 50).

[35] "[...] o estudo deve ser projetado em bases científicas, mas tem uma origem e um fim que são igualmente *extracientíficos*: destina-se a uma instituição, a UNESCO, que o solicitou com o propósito de servir-se de seus resultados na reeducação social dos adultos e em sua política básica de aproximação das raças. Embora a natureza do trabalho não seja afetada por causa disso, o fato é que a seleção de problemas a serem investigados e a própria delimitação do âmbito da investigação foram amplamente influenciadas por essa circunstância." (BASTIDE; FERNANDES, 1959, p. 267).

[36] "A UNESCO dispunha de quatro mil dólares, o que era uma ninharia, pois o projeto envolvia um desdobramento psicológico, um estudo sociológico de área urbana e outro de área rural. Não sei que concepção de pagamento de pesquisa estava em jogo. Paulo Duarte arranjou uma suplementação da Universidade de São Paulo, de 60 contos na ocasião, que serviu para subvencionar a publicação do trabalho. Os quatro mil dólares, foram divididos assim : a psicologia ficou com 2 mil (por duas pesquisas que deram origem aos dois trabalhos que estão publicados pela editora Anhembi, de Virginia Bicudo e Aniela Ginsberg); mil dólares ficaram com Oracy Nogueira pela pesquisa sobre Itapetininga e mil dólares ficaram para mim e o professor Bastide (nós demos o dinheiro aos nossos pesquisadores: 500 dólares para Lucila Herrmann, por sua colaboração com Roger Bastide e 500 dólares para Renato Jardim Moreira, por sua colaboração

pesquisa (“quase de três semestres”), impunham “limites sérios e embaraçantes” (BASTIDE; FERNANDES, 1959, p. 265). Além do mais, para que se contemplasse os interesses da UNESCO e ao mesmo tempo mantivesse a natureza científica da pesquisa, seria necessário abordar o tema a partir de três critérios: informativo, que “[...] procura corresponder à necessidade de dar informações básicas e precisas sobre o desenvolvimento da situação de contato em São Paulo”; descritivo, “[...] destinado a congregar os conhecimentos sobre o contexto social do fenômeno particular a ser investigado (o preconceito racial ou de cor)”; e interpretativo, “[...] em que encontram acolhida as preocupações estritamente teóricas” (BASTIDE; FERNANDES, 1959, p. 267-268). Dessa maneira, as evidências empíricas não se confundiriam com a parte propriamente de interpretação.

Haveria ainda outra circunstância “extra-científica” a ser considerada:

> A idéia de que não existe “preconceito de cor” no Brasil é muito difundida, particularmente entre os brancos, a ponto de constituir uma pressão com que se deva contar preliminarmente, na elaboração de um projeto de estudo. A compreensão global do fenômeno, visto como uma conexão do “meio social interno”, presumivelmente oferece uma perspectiva segura para seu conhecimento objetivo, ao mesmo tempo que representa uma fonte intelectual de defesa contra a aludida espécie de pressão externa. (BASTIDE; FERNANDES, 1959, p. 275)

Diante destas condições, Florestan define como princípio heurístico norteador da pesquisa a investigação dos fenômenos sociais em seu contexto social original, o que oferecia maiores garantias de exatidão do que a utilização de categorias pré estabelecidas:

> [...] o método que oferece maiores garantias de exatidão à sociologia empírica é aquele que considera os fenômenos particulares investigados em seu modo de integração ao contexto social. [...] esse é um princípio heurístico básico para todos os sociólogos que concebem a sociedade, e os fenômenos de interação humana que nela se desenrolam, como uma realidade social. (BASTIDE; FERNANDES, 1959, p. 268)

---

comigo).” (FERNANDES, 1975, p. 50).

Florestan parte então para a definição das perguntas orientadoras da pesquisa, fundamentadas no "método de interpretação adotado". Este princípio define cinco "grupos de problemas": 1) a "formação do preconceito", ou seja, a formação dos estereótipos e sua imputação a objetos, pessoas e valores como "resposta às condições materiais e morais de convivência humana"; 2) a regulação, pelo meio social, da "exteriorização do preconceito", ou seja, a verificação dos códigos de conduta e etiqueta nas relações raciais; 3) a "integração do preconceito à cultura" e a "significação ideológica dos estereótipos" (sua relação com interesses sociais determinados e a importância destes na cultura como um todo); 4) "a função social do preconceito", seu papel e interferência na organização e dinâmica das relações sociais; 5) "a transformação do preconceito, quase sempre ligada de modo imediato à transformação da ordem social" (BASTIDE; FERNANDES, 1959, p. 269)

Percebe-se que, ao formular o Projeto de Estudo, Florestan concebe o preconceito racial como um fenômeno da esfera da "consciência social" e não como componente da estrutura social. Segundo o autor:

> A elevação dos contrastes [de desigualdade econômica e social, pertencentes à estrutura, entre grupos com marcas raciais distintas – AMC] à esfera da consciência social e a formação dos estereótipos raciais correspondentes se operam por meio de avaliações [...] desencadeadas, graduadas e conduzidas como efeitos dos processos sociais responsáveis pela criação de uma ordem social de ajustamento inter-racial. Por isso, a formação do preconceito racial não é um processo unilateral, em uma dada situação de contato, e produz resultados que variam de uma situação de contato para outra [...]. (BASTIDE; FERNANDES, 1959, p. 270)

Isso não quer dizer que o preconceito racial seja um mero epifenômeno. Visto como "conexão do meio social interno", o preconceito é um fenômeno que

> [...] não é, em si mesmo, um componente imediato da estrutura social. Mas interfere no ajustamento de seres humanos em situações sociais que se repetem, isto é, em situações sociais que fazem parte da estrutura social [...]. O preconceito racial e os padrões de comportamento a ele associados *exprimem*, pois, maneiras de estar ligado no todo e pelo todo social. (BASTIDE; FERNANDES, 1959, p. 271)

Ao classificar diferentes “situações de contato” ou ordens sociais (no caso, uma sociedade de castas ou uma sociedade de classes), Florestan não enxerga preconceito racial enquanto fenômeno social específico a nenhuma delas. Sendo um fenômeno da esfera da consciência social e não da estrutura social, só pode ser compreendido pela análise da relação complexa entre ambas as dimensões.

Ao mesmo tempo em que localiza a explicação de como e porque o preconceito racial se forma e se perpetua, ou se altera, na transformação das situações sociais que o comportam e que condicionam a formação daquele complexo de estereótipos raciais e regras de conduta, Florestan também argumenta que a relação entre os dois processos é dinâmica na medida em que o próprio preconceito e os padrões de comportamento a ele associados, interferem “[...] na integração da estrutura social e na perpetuação ou transformação da ordem social existente” (BASTIDE; FERNANDES, 1959, p. 271).

Ao desenvolver o duplo enfoque apontado acima, Florestan evidencia que, como um fenômeno próprio da consciência social, o preconceito racial não deve ser confundido com uma propriedade da estrutura social. Tal definição marca não apenas a interpretação levada a cabo por Florestan, como orienta algumas de suas críticas aos estudos então desenvolvidos sobre o tema.

Por exemplo, a critica que Florestan faz a Donald Pierson se refere ao enfoque de sua análise, que confunde o fenômeno do preconceito com uma propriedade da estrutura social. Florestan destaca uma passagem em que aquele afirma não existirem, no Brasil, castas baseadas na raça, de modo que não existiria preconceito racial tal qual nos Estados Unidos. Na interpretação de Pierson, como o Brasil seria uma sociedade de classes, existiria somente um preconceito de classe.

Portanto, Pierson define o fenômeno do preconceito racial pela abstração de sua função em uma situação de ajustamento inter-racial baseada na segregação. Este procedimento é problematizado por Florestan, pois segundo o método de interpretação adotado pelo sociólogo brasileiro, a forma de

conceitualização do fenômeno deveria partir da própria pesquisa, empírica e histórica, na medida em que, enquanto realidade social, "[...] a noção de preconceito racial pertence àquela categoria de termos sociológicos cuja delimitação conceptual depende da plena adequação do vocábulo à realidade ou situação particular investigada" (BASTIDE; FERNANDES, 1959, p. 272), de modo que a definição do fenômeno é um dos resultados da investigação. De acordo com Florestan,

> Tanto a conceptualização pela abstração do geral quanto a conceptualização pela abstração do típico apresentam sérias limitações: ambas salientam como essencial o que é somente uma implicação do fenômeno, o modo de consciência social e de tratamento recíproco; a conceptualização pela abstração da função, por sua vez, colide com a impossibilidade criada pelo fato de não ser o preconceito racial um componente imediato da estrutura social: em conseqüência, ele possui não uma, mas diversas funções manifestas ou latentes. Daí a necessidade de procedimento histórico, de conceptualização pela particularização [...] o qual permite operar com o conceito combinando a plasticidade à precisão. (BASTIDE; FERNANDES, 1959, p. 272)

Como consequência, o preconceito racial só pode ser dado como inexistente a partir do momento em que as marcas raciais dos indivíduos não interferem na organização das relações sociais:

> Só nesse sentido é que se poderia interpretar a afirmação de que o "preconceito de cor" constitui, no Brasil, um preconceito de classe. Se isso acontecesse, a cor não teria nenhuma importância ou significado nas relações dos brancos com os pretos; em seu tratamento ou em seus julgamentos recíprocos apenas se poderiam reconhecer os símbolos representativos das posições sociais e dos ideais de vida ligados à hierarquia social produzida pela organização da sociedade em classes sociais. (BASTIDE; FERNANDES, 1959, p. 279-280 n. 15)

As hipóteses diretrizes da pesquisa são baseadas em um diagnóstico da situação de contato brasileira feito a partir do método de interpretação a adotado: do processo de formação do preconceito racial e suas formas de regulação à integração deste à cultura e suas funções nos processos de integração da ordem social.

O objetivo interpretativo final seria identificar as transformações que o fenômeno vinha sofrendo com a mudança da situação de contato, devido aos processos de industrialização e urbanização, que provocariam alterações nas posições sociais dos grupos raciais e, portanto, nas representações recíprocas destes grupos e no papel destas representações na integração da ordem social.

Segundo o diagnóstico de Florestan, no caso brasileiro este quadro adquire algumas complexidades. A formação dos estereótipos raciais se deu na situação de contato de uma ordem social escravocrata como uma ideologia de acomodação, e por isso o preconceito não chegou a adquirir caráter ostensivo ou violento em suas exteriorizações. O padrão tradicional brasileiro de ajustamento inter-racial seria o de aceitação tácita dos comportamentos dos brancos e estereótipos dos negros, sendo que os últimos agiriam segundo uma "capitulação passiva". Segundo Florestan,

> [...] parece que a aceitação tácita da ideologia racial dos brancos se processou como consequência da aceitação dos direitos imanentes à dominação da "raça" branca e do reconhecimento de sua legitimidade. (BASTIDE; FERNANDES, 1959, p. 270)

A mudança provocada pela Abolição não alterou sensivelmente a situação de contato racial, ou seja, não ocorreram transformações estruturais que alterariam as situações sociais de cada grupo racial, a ponto de provocar mudanças nas formas de exteriorização do preconceito ou em sua função na integração da ordem social:

> A antiga ideologia racial não entrou em colapso imediato nem perdeu a função que possuía na ordem escravocrata: a alteração no *status* social do negro foi meramente legal. [...] não chegaram a [se] intensificar as manifestações do preconceito racial, que continuou a ser exteriorizado socialmente de forma discreta e branda. E os negros não conseguiram condições sociais de vida que favorecessem a transferência dessas manifestações do preconceito racial do plano da consciência social para o da crítica ideológica. Sob o manto da igualdade jurídica e política, mantinha-se não só a desigualdade econômica e social entre brancos e pretos, mas a antiga ideologia racial [...]. (BASTIDE; FERNANDES, 1959, p. 273)

Apenas tardiamente provocaram-se mudanças estruturais na situação de contato a ponto de abalar a antiga ideologia racial de legítima dominação dos brancos, com a intensificação dos processos de industrialização e urbanização em São Paulo:

> [...] a etiqueta das relações raciais em questão [da sociedade escravocrata] foi elaborada em um mundo rural; a vigência das regras nela prescritas depende da repetição de situações sociais pouco complexas, que as engendraram e do amplo funcionamento de controles pessoais e diretos. Isso quer dizer que a antiga ideologia racial não encontra na moderna sociedade urbana condições favoráveis à sua perpetuação como um todo e que a desagregação dela é algo socialmente inevitável, embora muitos elementos culturais que a compunham possam ser selecionados e reintegrados à cultura urbana. (BASTIDE, FERNANDES, 1959, p. 277)

A etapa interpretativa da pesquisa deveria, justamente, dar conta dos "aspectos prospectivos da correlação do preconceito racial com a dinâmica social" (BASTIDE; FERNANDES, 1959, p. 277), ou seja, compreender como o preconceito e a antiga ideologia racial estão sendo incorporados à cultura urbana e qual sua nova função no desenvolvimento de uma sociedade de classes.

A nova ideologia racial e as correspondentes novas formas de exteriorização e funções do preconceito racial ainda estariam em formação, portanto seria preciso conhecer as atitudes raciais de brancos e negros no presente. A oscilação destas atitudes deve ser analisada tomando em consideração que a situação é, ao mesmo tempo, de lenta desagregação da antiga ideologia racial e de choque de interesses sociais quanto ao futuro. Trata-se, portanto, de um período de transição.

Assim, da parte dos brancos haveria uma pressão de certos círculos sociais para a preservação do preconceito racial, mas existiria também uma "desorientação dos brancos com relação às atitudes a tomar diante do negro". E, por parte dos negros, haveria, simultaneamente, o "combate aberto à 'oposição racial velada' exercida pelos brancos" e uma "indecisão dos pretos, cujas aspirações e movimentos sociais vão contraditoriamente do ideal de união com os

brancos ao de segregação, segundo o modelo norte-americano" (BASTIDE; FERNANDES, 1959, p. 177-178).

A questão interpretativa está, portanto, em iluminar a direção para a qual a mudança social aponta. No Projeto de Estudo, tal questão permanece indefinida, e, pela própria natureza da questão, o pesquisador poderia colocar a ênfase em diferentes aspectos do processo social, de acordo com uma opção analítica:

> O estudo feito em um tal momento, tanto pode servir para caracterizar uma situação que tende a desaparecer, mas que é representativa do passado, quanto o de constituir uma contribuição para o conhecimento de algo que está em emergência ou em desenvolvimento incipiente. O pesquisador pode pôr mais ênfase em um ou em outro aspecto da realidade investigada, de acordo com as conveniências do estudo. (BASTIDE; FERNANDES, 1959, p. 289)

Como apontamos na introdução, no relatório de pesquisa de 1953 os pesquisadores não tiveram a oportunidade de desenvolver a parte interpretativa da pesquisa. Em *A Integração do Negro na Sociedade de Classes*, Florestan procura cumprir este projeto e analisa as conexões entre "preconceito de cor" e mudança social. A opção do sociólogo é de um equilíbrio na exposição, tratando tanto de um padrão de relação racial que se esgotava quanto das tendências de difusão e consolidação de novos comportamentos, dando ênfase às últimas e procurando articular diagnóstico e prognóstico de maneira própria pois, conforme sua análise é normativa, a mudança social é *avaliada* do ponto de vista de uma democratização racial total da ordem social, nas esferas da renda, cultura e poder.

O problema sociológico da constituição do negro enquanto sujeito social e político é central nesta articulação e na iluminação das tendências dominantes do processo social, o que implica em explicar a interação entre a ordem social e a dinâmica das relações raciais – e nelas o fenômeno do "preconceito de cor" – e as percepções, comportamentos e disposições psicossociais dos negros.

Embora no Projeto de Estudo esta normatividade da análise não estivesse definida, o método de interpretação já previa a coleta de todos os tipos de dados necessários, desde a reconstrução histórica até as percepções e disposições dos

atores. Além disso, conforme desde o início a pesquisa foi realizada em colaboração com intelectuais negros que eram lideranças de movimentos sociais, a ênfase na percepção do negro como componente fundamental da explicação já estava colocada.

1.1.2 As técnicas de pesquisa empregadas e a colaboração com os intelectuais negros

O Projeto de Estudo prevê, além da pesquisa histórica, a combinação de diversas técnicas de pesquisa, que vão da aplicação de questionários, realização de entrevistas e observação direta à observação em massa, estudos de caso e coleta de histórias de vida.

Optamos por apresentar as técnicas de pesquisa a partir de três dimensões de análise: 1) a verificação de fenômenos próprios da *estrutura social*, que caracterizam a situação de contato como um campo de possibilidades dentro do qual os fenômenos relativos à dinâmica social e à consciência se dão; 2) a dimensão da *dinâmica das relações raciais*, das ações manifestas e dos mecanismos de gradação social (a exteriorização do preconceito racial – os estereótipos raciais – e a regulação das relações raciais – a etiqueta destas relações) que interferem nas condições de ajustamento inter-racial e desempenham funções no desenvolvimento da ordem social e, portanto, desempenhando um papel na preservação ou mudança de sua estrutura a longo prazo. Além disso, deveria se considerar a *personalidade*, ou seja, os aspectos emocionais e psíquicos destes fenômenos; 3) fenômenos da *consciência social*, ou seja, as percepções e explicações dos próprios atores a respeito da situação; não apenas as representações que revelam o "preconceito de cor", mas sua dimensão cognitiva: o entendimento deste fenômeno segundo os próprio atores e o conjunto de percepções e explicações destes a respeito de como se dá a

dinâmica das relações raciais. São, portanto, aspectos do comportamento social inteligente dos atores.

Realizamos esta divisão com um propósito expositivo, pois, como vimos, o método interpretativo adotado exige um enfoque que articule constantemente estas dimensões.

No caso dos fenômenos próprios da estrutura social e que caracterizam a situação de contato, a pesquisa histórica é a mais importante, pois esclarece a formação de um padrão de relação racial, do qual o "preconceito de cor" é elemento fundamental, como resposta às condições materiais e morais de convivência dos diferentes "estoques raciais".

No esquema do Projeto de Estudo, parte deste projeto que procura organizar como seria feita a coleta de dados propriamente dita, isto está previsto no primeiro quesito: *Do "escravo" ao "cidadão".* Este quesito divide-se em três tópicos: *Evolução da situação de contato*; *As representações coletivas sobre os negros*; *O elemento negro na população de São Paulo.*

A intenção do tópico *Evolução da situação de contato* é "[...] acompanhar as flutuações da situação social do negro em correlação com a transformação da estrutura social" (BASTIDE; FERNANDES, 1959, p. 282) e Florestan qualifica este problema como o da investigação do impacto da Abolição sobre a situação social da população negra e depois do lento processo de ascensão social pelo mecanismo da infiltração.

O tópico *As representações coletivas sobre os negros* visa a investigação do conjunto de estereótipos ligados ao negro, sua origem e difusão, e a associação destes estereótipos às atitudes dos brancos no tratamento dos negros. Portanto, já articulando a reconstrução histórica das mudanças na estrutura social após a desagregação da sociedade escravocrata à dimensão de análise do preconceito e da dinâmica das relações raciais. As técnicas de pesquisa que Florestan indica neste caso é o estudo do folclore e da música "popularesca", que remontam às origens destes estereótipos, e a observação direta de situações em

que transpareça o modo como estes estereótipos interferem nos comportamentos dos agentes.

Quanto ao último tópico, *O elemento negro na população de São Paulo,* se refere à reunião de todos os dados estatísticos disponíveis sobre a população negra em São Paulo, tanto com relação ao passado quanto ao presente.

A pesquisa histórica referente a este primeiro quesito do Projeto de Estudos não se resume às fontes primárias documentais e à historiografia, pois prevê também a exploração sistemática de "fontes vivas" por meio de entrevistas e histórias de vida. Estas "fontes vivas" são, em sua maioria, os intelectuais negros colaboradores da pesquisa (com exceção de informantes brancos de "famílias tradicionais", não identificados). Isto porque o objetivo não era somente reconstruir a desagregação da sociedade escravocrata no que toca a estrutura social, mas também obter dados a respeito do impacto deste processo para o padrão tradicional de relações raciais e para o "preconceito de cor" como parte da cultura, que haviam se formado e consolidado no contexto daquela sociedade.

Quanto à segunda dimensão da análise, é a que comporta o mais variado número de técnicas de pesquisa, pois se trata da investigação de atitudes e disposições psicossociais das mais diversas e suas influências dinâmicas no quadro das relações raciais:

> As questões relativas aos mecanismos societários de graduação social e de determinação de status e papéis caem sob o campo de observação em termos de condições de ajustamento proporcionados pela situação de contato em uma sociedade de classes. (BASTIDE; FERNANDES, 1959, p. 283)

Os dados coletados deveriam satisfazer o objetivo de compreender não apenas como a formação e expansão da sociedade de classes afetou o padrão de relação racial e o preconceito de cor, mas também indicar se e como estes estariam sendo incorporados na nova ordem social. Pois, embora Florestan considere que as situações de convivência racial dentro das quais este padrão e as representações estereotipadas do negro que o acompanham se formaram

estivessem em rápido processo de desaparecimento, certos elementos poderiam ser incorporados e desempenhar novas funções na organização das relações raciais na sociedade de classes e, portanto, afetar o desenvolvimento desta sociedade.

Os fenômenos englobados nesta categoria são muitos: os quadros de convivência entre negros e brancos na sociedade de classes e os aspectos desta convivência ligados às manifestações de preconceito; as atitudes e os mecanismos de distinção sociais dos brancos e seu "conteúdo emocional"; as atitudes e disposições psicossociais dos negros, tanto os ajustamentos segundo o padrão tradicional de "capitulação passiva" quanto uma possível mudança no sentido da projeção de suas noções de lealdade e ideais de vida, bem como o surgimento de novas atitudes e percepções inconformistas frente ao "preconceito de cor".

O objetivo que está colocado é compreender tanto como se dava a incorporação de elementos tradicionais às relações raciais na sociedade de classes e quais funções estes desempenhariam no ajustamento inter-racial nesta sociedade, quanto quais seriam as tendências de formação de novos comportamentos e disposições psicossociais, em especial por parte dos negros. Os quesitos restantes do Projeto de Estudo tratam destes fenômenos.

O segundo quesito, chamado "*Brancos e pretos em uma sociedade de classes"*, é composto por dois tópicos: *"Contatos raciais e situação de classes"* e *"a situação econômica dos negros: consciência de classe e consciência racial".* O primeiro tópico previa a observação direta do maior número de situações possíveis procurando entender o conteúdo emocional e os mecanismos de distinção social, a aplicação de questionários sobre distinções sociais formulados com a escala Likert e a observação em massa individual, focada em documentos pessoais que deveriam os "aspectos da convivência entre brancos e pretos que merecem consideração especial" (BASTIDE; FERNANDES, 1959, p. 284). O segundo tópico já previa o estudo das tendências de mudanças nos comportamentos do negro

frente ao “preconceito de cor”, procurando inclusive compreender a formação de uma “contra-ideologia” própria, portanto já adentrando a terceira dimensão de análise apontada acima:

> [...] através de entrevistas provocativas será possível obter dados que permitam analisar a existência ou não de uma “contra-ideologia” racial e identificar os sentidos em que estão sendo projetadas as noções de lealdades dos pretos. Parece que o estudo de organizações negras e dos objetivos dos movimentos sociais por elas desencadeados com os seus jornais será a principal fonte de dados significativos a respeito. (BASTIDE; FERNANDES, 1959, p. 284-285)

O terceiro quesito do Projeto de Estudo, chamado “*As manifestações do preconceito racial”*, é composto por três tópicos. O primeiro, *“Oposição velada e capitulação passiva”*, trata dos indícios de incorporação das velhas formas de relação racial à sociedade de classes e, portanto, “[...] visa apanhar todas as situações de contato entre brancos e pretos que se processam segundo o padrão tradicional de ajustamento [...]” (BASTIDE; FERNANDES, 1959, p. 285), o que poderia ser feito pela observação direta restrita a situações que não podem ser provocadas e pela observação em massa individual (por documentos pessoais) para interpretação dos aspectos psíquicos do preconceito de cor. O segundo, *“As barreiras raciais no peneiramento social”*, explora as barreiras que a dinâmica das relações raciais e o “preconceito de cor” opunham à ascensão social do negro e sua classificação social no seio de uma sociedade de classes, pois conforme o objetivo consistia em identificar as conexões funcionais entre relações raciais e desenvolvimento e integração da sociedade de classes, era necessário explorar em especial estas barreiras pelo levantamento de casos de barreira institucionalizada e informal, inquérito por questionários para negros e entrevistas com pessoas estratégicas. Como explicou Bastide em sua introdução ao relatório de pesquisa, onde retoma as técnicas de pesquisa empregadas:

> A fim de julgar da existência de barreiras profissionais, dos estereótipos da classe patronal, das ideologias dos brancos em suas relações com gente de cor, empreendeu-se uma pesquisa sistemática nesse setor,

> não em todas as fábricas de São Paulo, evidentemente, mas numas tantas consideradas estratégicas e fazendo-se, além disso, uma série de sondagens: fábricas grandes e pequenas - nacionais e estrangeiras – de mão-de-obra feminina e de mão-de-obra masculina – e os diversos tipos de negócio ou de banco. (BASTIDE; FERNANDES, 1959, p. XV-XVI)

O terceiro quesito ainda continha, por fim, um tópico dedicado exclusivamente à *"Miscigenação e intercasamento"*, que deveria ser estudado pela procura de casos negativos de oposição, "falatório" e desigualdade de tratamento na mesma família, pois a miscigenação não significaria ausência de preconceito de cor.

O quarto quesito do Projeto de Estudo, *"Os efeitos do preconceito"*, visa especialmente a coleta de dados a respeito da influência do "preconceito de cor" sobre a personalidade de brancos e negros, o que seria feito pela análise de situações que forneceriam dados sobre o "processo de socialização" e pela observação em massa individual (por documentos pessoais) e entrevistas ("orientadas por perguntas altamente provocativas" e na forma de "conversas ocasionais"), que forneceriam dados sobre a função psíquica do preconceito:

> [...] o que importa não é a forma de incorporação propriamente dita de sentimentos, ideias e ideais às personalidades dos brancos e dos pretos; mas a função psíquica delas, em particular no que diz respeito às auto-avaliações e auto-justificações, às atitudes etnocêntricas ou às atitudes autoritárias e de submissão. (BASTIDE; FERNANDES, 1959, p. 287)

O quinto quesito do Projeto de Estudo, *"Impactos da mudança social"*, visa a coleta de dados sobre um processo que ainda estaria no seu início, de desagregação do antigo padrão de relações raciais e reintegração do sistema de relações raciais. Este processo seria composto pelo impacto da urbanização, industrialização e secularização da cultura como fatores de solapamento das barreiras raciais e, também, pela "formação de movimentos sociais de conteúdo ideológico racial ou educativo" (BASTIDE; FERNANDES, 1959, p. 290). Quanto ao primeiro ponto, seria necessário verificar o alargamento do círculo de relações sociais e das oportunidades coletivas dos negros, o que criaria situações de contato "incongruentes [...] com os antigos critérios de atribuição de *status* e papéis e com a função do preconceito de cor no mundo rural" (BASTIDE;

FERNANDES, 1959, p. 290) e as tendências de mudança nas aspirações e ideais dominantes entre os negros. A principal técnica de coleta destes dados seriam entrevistas focalizadas nos ideais de vida e aspirações profissionais e o estudo do "meio negro":

> A entrevista, especialmente sob a forma de conversa ocasional provocativa mas "controlada", deverá ser a principal técnica operativa a ser empregada. Em segundo lugar, vem o aproveitamento de documentos escritos, como os artigos de jornal e revistas, as manifestações dos partidos políticos etc. Por fim, seria conveniente combinar a utilização da observação direta passiva (registro de conversas ouvidas em circunstâncias variadas) com o estudo de caso. É provável que algumas situações sociais ou o ambiente vivido em determinados grupos sociais mereçam atenção particular. (BASTIDE; FERNANDES, 1959, p. 290-291)

Além disso, seria necessário investigar as resistências a estas tendências, a indecisão dos brancos, que se veem forçados a tomar atitudes diante de negros que "forçam a situação", o que poderia ser feito pelo estudo de situações notórias a respeito das atitudes de brancos[37].

Em *A Integração do Negro na Sociedade de Classes*, Florestan dedica grande parte da análise a estes fenômenos de mudança na orientação dos comportamentos e da mentalidade dos negros, em especial no que toca a difusão de novos ideais de vida e aspirações profissionais que rejeitam o padrão tradicional de relação racial, o "preconceito de cor" e a capitulação passiva, fenômeno que chama de "impulsões igualitárias". Para tanto, Florestan mobiliza uma enorme quantidade de dados qualitativos provenientes de diferentes fontes, analisando-os por meio das "convergências" que apresentam e indicam tendências gerais de comportamento e disposições psicossociais, e que foram coletados graças à variedade de técnicas de pesquisa propostas naqueles quesitos do Projeto de Estudo.

---

[37] Foi feito um estudo de caso sobre as reações da imprensa ao caso Katherine Dunhan (cf. Apêndice A).

Porém, ganha importância especial a terceira dimensão de análise, o conjunto de percepções e explicações dos atores (em especial dos negros) a respeito da realidade racial, que orientam seu comportamento social inteligente. Estas questões encontram-se apenas pontualmente no Projeto de Estudo e não se separam da investigação das mudanças dos ideais de vida e personalidade.

Como apontamos, em *A Integração* a análise é normativa e as tendências de mudança social são avaliadas tendo como parâmetro a democratização racial da sociedade de classes em todas as suas esferas. Há uma ênfase na constituição do negro enquanto sujeito social e político capaz de desencadear este processo, de modo que a compreensão do lugar do "preconceito de cor" na sociedade de classes está ligada à compreensão dos bloqueios à constituição deste sujeito coletivo e sua transformação em força social, o que significa que não basta apenas estudar em profundidade as mudanças no comportamento e personalidade do negro que apontam para sua integração na sociedade de classes e rejeição do padrão tradicional de relação racial, é preciso verificar a percepção e tomada de consciência, pelo negro, do "preconceito de cor" como realidade psicossocial e histórico-cultural e suas implicações para a coletividade.

Trata-se de uma virada normativa na interpretação, com relação ao Projeto, pois este prevê o estudo da contra-ideologia elaborada pelo negro, mas focalizando-a apenas como uma influência positiva no processo de integração do negro à sociedade de classes e sintoma de desagregação daquele padrão tradicional de relação racial. A coleta dos dados relativos a estes movimentos e à consciência social crítica do negro é a que mais se beneficiou da colaboração com os intelectuais negros.

O material oriundo desta colaboração concentra-se em: a) depoimentos pessoais; b) depoimentos feitos em público; c) estudos de caso; d) histórias de vida.

Os depoimentos pessoais correspondem aos questionários de "observação em massa individual". Estes questionários foram feitos, idealmente, como uma

orientação para a redação de um documento pessoal de grande abrangência, podendo se aproximar de uma autobiografia ou um balanço das impressões da pessoa sobre o assunto da pesquisa, exemplificado por observações da mesma. Como vimos, na prática, porém, o foco da observação em massa com colaboradores "negros" voltou-se para a "observação em massa em situação grupal", as chamadas Mesas Redondas, o que levou a uma série de discussões que forneceram dados a respeito daquela consciência critica e dos dilemas que enfrentavam os interessados em difundi-la.

O questionário de observação em massa individual direcionado aos "brancos" é o que mais reteve o aspecto original, orientando que se façam observações do seu "meio social" e relatos sobre situações vivenciadas etc. (cf. Anexo B), sendo que as principais pessoas a responder foram os próprios estudantes e pesquisadores envolvidos diretamente ou não com a pesquisa[38]. O questionário de "observação em massa individual" voltado para os negros é muito mais estruturado e consiste em uma série de perguntas ao respondente, e não orientações para a observação e registro do "meio social" (cf. Anexo A).[39]

---

[38] Na introdução do relatório de pesquisa, Bastide agradece a "[...] colaboração graciosa de alunos ou antigos alunos [que] permitiu estender a coleta de materiais a setores que não seriam estudados sem maiores recursos financeiros" (BASTIDE; FERNANDES, 1959, p. 17-8). Os alunos de famílias tradicionais foram incentivados a relatar observações a respeito de seu "meio social" e família. Foram localizados os depoimentos de observação em massa individual de Renato Jardim Moreira e Marialice Mencarini Foracchi, ambos contém relatos de experiências relacionadas à própria participação na pesquisa: MOREIRA, Renato Jardim. **Depoimento (observação em massa individual)**. Mimeo, [s.d.]. Documento disponível no arquivo PDF 02.04.4525 (Material de pesquisa: coleta de dados sobre relações raciais) do Fundo Florestan Fernandes (BCo/UFSCar), p. 125-151; [FORACCHI, Marialice Mencarini]. **Caso 5 - Brancos**. Manuscrito, [s.d.]. Documento disponível no arquivo PDF 02.04.4530 (Observação em Massa - Questionários e depoimentos livres de militantes e informantes) do Fundo Florestan Fernandes (BCo/UFSCar), p. 44-58.

[39] Foram identificadas as observações em massa individuais de José Correia Leite, Jayme de Aguiar e Jorge Prado Teixeira, sendo que apenas o ultimo redigiu um documento conforme o inicialmente idealizado, consistindo numa autobiografia intercalada com considerações gerais a respeito da situação do negro em São Paulo (Florestan utiliza muito este documento e refere-se a ele, normalmente, como "autobiografia"); os dois primeiros responderam às perguntas nos próprios questionários: LEITE, José Correia. **Caso 1 - Mulatos**. Manuscrito de próprio punho, [s.d.]. Documento disponível no arquivo PDF 02.04.4530 (Observação em Massa - Questionários e depoimentos livres de militantes e informantes) do Fundo Florestan Fernandes (BCo/UFSCar), p. 59-70; AGUIAR, Jayme de. **Caso 5 - Negros**. Manuscrito de próprio punho, [s.d.]. Documento disponível no arquivo PDF 02.04.4530 (Observação em Massa - Questionários e depoimentos

Seminário de Debates na Associação José do Patrocínio e Mesas Redondas na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras

Além das Mesas Redondas, reuniões mensais que compreendiam um número maior de pessoas e eram realizadas na Faculdade de Filosofia, Ciência e Letras, a partir da Segunda Mesa Redonda se instaura o "Seminário de Debates", frequentado por um grupo menor e realizado todos os sábados na sede da Associação José do Patrocínio. Estes seminários tinham o objetivo de preparar as discussões das Mesas Redondas.

Como veremos, a dinâmica definida pela comissão do "Seminário de Debates" para as Mesas Redondas, era de intercalar discussões postas pelo plenário (ou de assuntos do momento, como a Lei Afonso Arinos) e apresentações preparadas previamente, que seguiam os quesitos do esquema do Projeto de Estudo redigido por Florestan Fernandes.

Também foi organizada uma "Comissão das Senhoras de Cor", dedicada exclusivamente à discussão dos assuntos relacionados à mulher negra.[40] Conforme citado por Bastide em sua introdução ao relatório original (1955):

> Tratou-se então de organizar sucessivamente: 1º) uma comissão para o estudo das relações raciais entre brancos e pretos em São Paulo, composta dos pesquisadores escolhidos e dos representantes negros, com reuniões quinzenais no salão da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São Paulo, graciosamente posto à disposição pelo seu diretor, prof. Eurípedes Simões de Paula, que a todos muito animou e ajudou durante todo o trabalho; 2º) uma comissão especial de alguns intelectuais de cor para preparar as reuniões da comissão precedente e examinar de

livres de militantes e informantes) do Fundo Florestan Fernandes (BCo/UFSCar), p. 101-115; TEIXEIRA, Jorge Prado. **Caso 10 - Negros**. Autobiografia (observação em massa individual). Mimeo, [s.d.]. Documento disponível no arquivo PDF 02.04.4530 (Observação em Massa - Questionários e depoimentos livres de militantes e informantes) do Fundo Florestan Fernandes (BCo/UFSCar), p. 149-167.

[40] Apenas uma ata destas reuniões pode ser facilmente consultada, pois se encontra datilografada; cf. REUNIÃO das senhoras de cor, realizada na FFCL da USP. Mimeo, 14 ago. 1951. Documento disponível no arquivo PDF 02.04.4534 **(Reunião com Mulheres)** do Fundo Florestan Fernandes (BCo/UFSCar), p. 1-13. A ata da primeira reunião aponta para uma dinâmica diferente das Mesas Redondas, consistindo em uma espécie de entrevista coletiva.

> modo mais profundo certos problemas particularmente delicados; 3º) uma comissão feminina encarregada de examinar os característicos do preconceito de cor relativamente à mulher e à criança, e que se reunia quinzenalmente no gabinete da Cadeira de Sociologia I. (BASTIDE; FERNANDES, 1959, p. 21)[41]

O "Seminário de Debates" reunia os intelectuais e os militantes que parecem ter ficado mais próximos dos pesquisadores durante o processo: Jorge Prado Teixeira, Arlindo Veiga dos Santos, Geraldo Campos de Oliveira, Francisco Lucrécio, Luiz Lobato, José Correia Leite, Raul Joviano Amaral e Sofia Campos Teixeira.

Raul Joviano Amaral é sem dúvida um dos oradores mais ativos nas Mesas Redondas (cf. Apêndice B), suas intervenções são longas e frequentes, além de largamente utilizadas por Florestan em sua análise. Mas, além disso, Amaral também contribuiu com o estudo de caso *O Negro na população de São Paulo*, cuja origem acreditamos estar em uma apresentação que realiza na Quinta Mesa Redonda, a pedido de Florestan Fernandes.[42]

Geraldo Campos de Oliveira, Luiz Lobato e Sofia Campos Teixeira contribuíram especialmente por meio de seu envolvimento nas Mesas Redondas, nas quais têm grande importância como oradores (cf. Apêndice B), além de integrarem o "Seminário de Debates".

Geraldo Campos está entre os que mais realizam intervenções nas discussões das Mesas Redondas; Sofia Campos e Luiz Lobato apresentam diferentes tópicos do projeto de estudos da pesquisa.

Sofia Campos Teixeira, por exemplo, divide com Raul Joviano Amaral os tópicos do quesito *Do "escravo" ao "cidadão"*. Enquanto Raul faz apresentação centrada especialmente em aspectos estatísticos, referente ao tópico "*O elemento*

---

[41] A formação destas comissões ocorre a partir da Segunda Mesa Redonda e será discutida no quarto capitulo desta dissertação.

[42] Na ocasião, é apresentado um "projeto de estudo" deste estudo de caso, feito a pedido de Florestan Fernandes como contribuição de Raul Joviano Amaral à parte histórica da pesquisa, especificamente ao tópico *O elemento negro na população de São Paulo* do Projeto de Estudo, parte do primeiro quesito deste projeto, intitulado *Do escravo ao cidadão* (cf. Apêndice D).

negro na população de São Paulo", Sofia realiza um um depoimento retrospectivo sobre as condições de vida do negro após a Abolição, com base na tradição oral do "meio negro", e a formação de estereótipos raciais, com base no folclore popular, cobrindo assim os tópicos "*Evolução da situação de contato"* e "*As representações coletivas sobre os negros"* (cf. Apêndice D). Luiz Lobato, por sua vez, fica responsável por cobrir o segundo quesito ("*Brancos e pretos numa sociedade de classes"*).[43]

Além destas apresentações, as Mesas Redondas também comportam a discussão de outros trabalhos, preparados para a ocasião, por diferentes participantes, mas que não seguiam os tópicos do Projeto de Estudo e foram iniciativas voluntárias. Outros temas são a Lei Afonso Arinos, a discussão do "preconceito de cor" como problema social e outros aspectos do "problema do negro", notadamente o econômico, e a discussão de uma possível rearticulação dos movimentos sociais no "meio negro".[44]

Os estudos de caso e as histórias de vida

Além das discussões em grupo nas Mesas Redondas e no "Seminário de Debates", alguns pesquisados produziram estudos de caso especiais: Francisco Lucrécio sobre a socialização das crianças negras[45]; Jorge Prado Teixeira, a partir de suas observações em um casamento, tratou das atitudes e percepções das

---

[43] Além de Sofia Campos, Fernando Góes era um dos encarregados de apresentar o tópico "*Evolução da situação de contacto*" na Quarta Mesa Redonda, mas não comparece (4ª MESA REDONDA, 1951, p. 194). Jorge Prado Teixeira menciona então que ele irá realizar a apresentação na próxima reunião, mas ele novamente não comparece (5ª MESA REDONDA, 1951, p. 224). Finalmente, na Sexta Mesa Redonda Jorge Prado Teixeira passa a tarefa para Arlindo Veiga dos Santos (6ª MESA REDONDA, 1951, p. 279), porém não temos acesso às atas das Mesas que seguiram.

[44] O conteúdo das Mesas Redondas sera tratado detalhadamente no quarto capítulo.

[45] LUCRÉCIO, Francisco; MOREIRA, Renato Jardim. **Relações entre crianças brancas e negras em parques infantis da capital**. Mimeo, [s.d.]. Documento disponível no arquivo PDF 02.04.4527 (Estudos de Caso) do Fundo Florestan Fernandes (BCo/UFSCar), p. 194-199.

"elites negras" a respeito do "problema do negro"[46]; e o estudo de caso realizado em conjunto por José Correia Leite e Renato Jardim Moreira apresentado na monografia *Movimentos sociais no "meio negro"*.[47]

Francisco Lucrécio, além de seus depoimentos nas Mesas Redondas, menos frequentes, e do estudo de caso observando os comportamentos de crianças e de professores em parques da cidade de São Paulo, forneceu dados para que Renato Jardim Moreira registrasse sua história de vida[48], documento que se revelará uma fonte importante para Florestan em *A Integração*.

Já a monografia *Movimentos sociais no "meio negro",* tem sua origem na história de vida de José Correia Leite, colhida por Renato Jardim Moreira. José Correia Leite veio a se tornar um dos colaboradores mais importantes da pesquisa, especialmente em função da proximidade que estabeleceu com Renato Jardim Moreira, pesquisador responsável pela coleta de sua história de vida.[49] Destaca-se, ainda, que entre os sociólogos, foi Renato Jardim Moreira quem se integrou no "meio negro" de maneira mais orgânica, passando a frequentar bailes e outros encontros informais com os colaboradores.

Apresentamos aqui a totalidade do material oriundo da colaboração com intelectuais negros, bem como os nomes destes e qual a extensão da colaboração

---

[46] TEIXEIRA, Jorge Prado. **Relatório - Casamento de negros qualificados na classe alta da comunidade negra**. Mimeo, 10 nov. 1951. Documento disponível no arquivo PDF 02.04.4538 (Fichas: Roger Bastide) do Fundo Florestan Fernandes (BCo/UFSCar), p. 2-4.

[47] LEITE, José Correia; MOREIRA, Renato Jardim. **Movimentos sociais no meio negro**. Mimeo, [s.d.]. Documento disponível no arquivo PDF 02.04.4527 (Estudos de Caso) do Fundo Florestan Fernandes (BCo/UFSCar), p. 110-175.

[48] MOREIRA, Renato Jardim; LUCRÉCIO, Francisco. **História de vida de Francisco Lucrécio**. Mimeo, [s.d.]. Documento disponível no arquivo PDF 02.04.4528 (Histórias de Vida) do Fundo Florestan Fernandes (BCo/UFSCar), p. 1-33.

[49] MOREIRA, Renato Jardim; LEITE, José Correia. **História de vida de José Correia Leite**. Mimeo, [s.d.]. Documento disponível no arquivo PDF 02.04.4528 (Histórias de Vida) do Fundo Florestan Fernandes (BCo/UFSCar), p. 34-64; LEITE, José Correia; MOREIRA, Renato Jardim. **Movimentos sociais no meio negro**. Mimeo, [s.d.]. Documento disponível no arquivo PDF 02.04.4527 (Estudos de Caso) do Fundo Florestan Fernandes (BCo/UFSCar), p. 110-175. Como veremos, a natureza da narrativa de José Correia Leite levou à decisão de redigir, além da história de vida, um estudo de caso sobre os movimentos sociais no "meio negro" e a relação entre o intelectual negro e Renato Jardim Moreira foi de grande importância.

de cada um com a pesquisa. Cabe, agora, apresentarmos quem são estes intelectuais negros, pois estes compartilhavam de uma história comum dos movimentos sociais no "meio negro", prévia à realização da pesquisa.

1.2 Os intelectuais negros colaboradores da pesquisa

Como mencionamos na introdução, as reuniões das Mesas Redondas compreendiam de 80 a 140 pessoas (FERNANDES, 2008b, p. 597, n. 51), porém o numero de oradores limitava-se mais ou menos ao mesmo grupo de pessoas (cf. Apêndice B). Antes de continuarmos, é preciso apresentar este grupo, composto por duas gerações de intelectuais envolvidos nos movimentos sociais no "meio negro", cujas trajetórias se cruzam desde muito antes da pesquisa em 1951.

Recorremos, aqui, à caracterização que Florestan faz das duas gerações de lideranças dos movimentos sociais no "meio negro" no capítulo sobre os movimentos sociais no "meio negro" (primeiro capítulo do volume 2).

Florestan trata, a um só tempo, dos movimentos sociais no meio negro da "geração pioneira" (1927-1937) e do período de "ressurgimento", após o fim do Estado Novo (1945-1948), procurando analisar o que identifica como uma ideologia comum a esses movimentos.

O sociólogo elege como unidade de investigação principal a Frente Negra Brasileira (1931-1937), tratando também do grupo do jornal *Clarim d'Alvorada* (1924-1932), que chegou a participar da fundação da Frente Negra Brasileira, mas não prosseguiu na entidade por discordar da orientação dada à direção pelos irmãos Arlindo e Isaltino Veiga dos Santos.

Desta época, Florestan lembra também a fundação da Legião Negra (1932) e do Clube Negro de Cultura Social (1932-1938), sendo o último um empreendimento que o grupo do *Clarim d'Alvorada*, após o conflito com a direção

da Frente Negra e fim do jornal, fundou como modo de manter-se ativo e fiel às reivindicações e ideias de antes:

> A atuação desse grupo foi sempre muito coerente, mantendo a "bandeira do negro", ou seja, as reivindicações relacionadas com "o levantamento econômico, social e cultural do negro", com uma mistura equilibrada de idealismo e de realismo, o que imprimiu às suas posições um caráter marcantemente construtivo. (FERNANDES, 2008b, p. 105).

Após a redemocratização, em 1945, surge uma nova geração de lideranças no "meio negro", inicialmente recrutada pelos grupos da Frente Negra Brasileira e do Clube Negro de Cultura Social. Na interpretação de Florestan, esta geração não perpetua a rivalidade entre os movimentos anteriores, antes, procura promover uma reconciliação:

> [...] as facções e organizações em luta se empenharam arduamente em conquistar os jovens – principalmente a parte letrada da "mocidade negra". As circunstâncias contribuíram, assim, para que os jovens adquirissem enorme influência política. Alheios aos dramas pessoais e doutrinários, que cercavam a luta pelo controle do poder e da liderança (como a que irrompeu, com tamanha violência, na Frente Negra Brasileira), eles se voltaram para o trabalho de conciliação, procurando unir facções divergentes ou criar ambiente para o apaziguamento geral, acima e entre os diversos tipos de movimentos reivindicatórios. (FERNANDES, 2008b, p. 105)

Além disso, esta nova geração se empenhou na formação de novas organizações de caráter mais amplo e flexível, diferentes da rígida e hierárquica estrutura da Frente Negra Brasileira e da publicação exclusiva de um jornal como o *Clarim d'Alvorada*, em direção à arregimentação por meio de ações democráticas e pluralistas (FERNANDES, 2008b, p. 108). Segundo Florestan, o período que segue do fim do Estado Novo até 1948 é marcado por uma "[...] redefinição e implantação definitiva das velhas reivindicações da 'gente negra'" (FERNANDES, 2008b, p. 107-108). Do cenário dos movimentos sociais no "meio negro" de São Paulo após 1945, o sociólogo destaca a Associação dos Negros Brasileiros e seu jornal *Alvorada* (1945-1948), o jornal *O Novo Horizonte* (1946-1961) e a revista *Senzala* (1946):

> O esforço de conciliação alcançará um mínimo de êxito. Quando surge a aspiração de se fundar a Associação dos Negros Brasileiros, ela conseguiu abranger algumas das figuras mais expressivas dos movimentos reivindicativos da década de 1927 a 1937. Seu jornal, *Alvorada*, circulou entre 1945 a 1948, propagando uma compreensão bem mais madura, integrativa e plástica do "problema do negro" encarado, simultaneamente, como problema econômico, social, cultural e racial. Se a tentativa tivesse vingado, nela se encontraria o caminho para a mobilização conjunta dos diferentes estratos sociais da "população de cor". Outros veículos de agitação intelectual e de comunicação no 'meio negro', como *O Novo Horizonte* ("órgão de propaganda unificadora", que tinha por lema, inicialmente, "para seres bom negro, sê culto – o futuro da raça o exige"), também se devotaram a seu modo, ao esforço de congregar e de unir o negro e o mulato em causa comum. As tentativas de uma abertura mais franca e corajosa diante dos processos histórico-sociais da sociedade brasileira como um todo foram retomadas, com amplitude e profundidade que não tiveram antes, pelo grupo de orientação socialista, reunido em torno de *Senzala*, "revista mensal para negros", que teve duração efêmera mas exerceu influência fecunda. (FERNANDES, 2008b, p. 106)

Entre o conjunto de oradores que identificamos nas atas das Mesas Redondas, destacamos os que tiveram presença em pelo menos duas sessões (cf. Apêndice B para a totalidade e frequência dos oradores). Além disso, identificamos outros atores que se destacam por sua participação na pesquisa por meio de outras contribuições, como estudos de caso, histórias de vida e depoimentos individuais, ou por sua presença nas comissões específicas que se formaram a partir das Mesas Redondas: "Seminário de Debates" na Associação José do Patrocínio e "Comissão das Senhoras de Cor".

Por estes critérios, chegamos a um grupo que forma o "núcleo duro" de intelectuais negros que colaboraram com os pesquisadores. Este núcleo duro de colaboradores coincide com os nomes de maior destaque das duas gerações de lideranças dos movimentos reivindicatórios.[50]

Estes intelectuais e militantes já vinham, desde muito antes da pesquisa, trilhando trajetórias cruzadas no "meio negro" paulistano e os problemas

[50] A lista completa de nomes a que chegamos por estes critérios de seleção encontra-se no Apêndice C, com biografias resumidas de cada um.

levantados pelos pesquisadores não eram de maneira nenhuma inéditos; já vinham sendo objeto de análise e discussão por estes intelectuais e militantes, que tinham acumulado tanto um universo de discussão e um rol de análises quanto experiências práticas que punham estas à prova.

Da "geração pioneira", identificamos a participação tanto de membros do grupo do *Clarim d'Alvorada* e do Clube Negro de Cultura Social quanto da Frente Negra Brasileira. Destacam-se José Correia Leite, José de Assis Barbosa, Arlindo Veiga dos Santos, Francisco Lucrécio e Raul Joviano Amaral. Os quatro primeiros já vinham convivendo no "meio negro" desde meados da década de 1920.

José Correia Leite, junto com Jayme de Aguiar[51], foi pioneiro ao fundar o jornal *Clarim d'Alvorada*, em torno do qual se aglutinou um grupo que se manteve mais ou menos coeso ao longo dos anos de luta, do qual José de Assis Barbosa – participante das Mesas Redondas – foi importante membro[52].

O grupo do *Clarim d'Alvorada* já tinha contato com Arlindo Veiga dos Santos e seu irmão Isaltino Veiga dos Santos[53] desde antes da fundação da Frente Negra Brasileira (1931), quando as figuras mais proeminentes do "meio negro" inconformista se encontravam informalmente para discutir o "problema do negro", o que resultou em empreendimentos como o Centro Cívico Palmares

---

[51] Jayme de Aguiar foi um funcionário público, contador e professor particular. Além de fundador do jornal *O Clarim d'Alvorada* (1924-1932), também foi do Clube Negro de Cultura Social (1932-1938) e, após 1945, colaborou com os jornais *Alvorada*, da Associação dos Negros Brasileiros (1945-1948), e com a revista *Senzala* (SILVA, 2008), dos quais falaremos adiante. O único registro que encontramos de Jayme de Aguiar na pesquisa UNESCO foi seu questionário de observação em massa individual respondido; são respostas curtas manuscritas no próprio questionário: Cf. AGUIAR, Jayme de. **Caso 5 – Negros**, [s.d.]. Documento disponível no arquivo PDF 02.04.4530 (Observação em Massa - Questionários e depoimentos livres de militantes e informantes) do Fundo Florestan Fernandes (BCo/UFSCar), p. 101-115.

[52] José de Assis Barbosa não teve participação de destaque nas Mesas Redondas cujas atas dispomos, quando comparado a outros colaboradores, embora realize intervenções na Quinta e Sexta Mesas Redondas (cf. Apêndice B). Foi importante membro do grupo mencionado e, inclusive, dele partiu a ideia de fundação da Associação Cultural do Negro em 1954, entidade que reuniu o mesmo "núcleo duro" de intelectuais aqui apresentado e teve como membros Octávio Ianni e Florestan Fernandes; para mais informações de sua biografia cf. Apêndice C.

[53] Não encontramos registro de participação de Isaltino Veiga dos Santos na pesquisa.

(1926-1929), conforme um depoimento de José Correia Leite feito quatro décadas após a pesquisa:

> Tudo que acontecia de importante no meio negro era discutido em grupos que se reuniam na Praça da Sé, no Largo do Piques, nos cafés... Numa dessas rodas apareceu um dia um sargento da Força Pública, chamado Antonio Carlos, com a idéia de se fundar uma biblioteca que ajudasse os negros a se elucidarem […]. Mas, ao invés de sair apenas uma biblioteca, surgiu o Centro Cívico Palmares. E estava à testa desse movimento o Isaltino Veiga dos Santos e mais alguns rapazes daquela época: Gervásio de Morais, Manoel Antonio dos Santos, Roque dos Santos, entre outros. […] O Palmares fez muitos trabalhos, mesmo sem conseguir captar a confiança dos negros. Aquela luta de aproximação para arranjar apoio da nossa gente foi muito difícil. […]. O objetivo do Palmares foi de fazer a aproximação do negro pra uma tentativa de levantamento para acabar com aquela dispersão […]. Eu não pude participar do Centro Cívico Palmares porque o encargo d'O Clarim d'Alvorada era muito pesado. O Clarim começou em 1924 e o Palmares foi de mais ou menos 1926 a 29. […] O Palmares daí parece que não foi para frente. Mas o grupo continuava sempre se encontrando […]. Discutia-se, conversava-se, sempre com esse anseio de que o negro devia sair da indiferença, da dispersão e deixar de certas banalidades, deixar de pensar apenas em baile, em festa. […] O Centro Cívico Palmares desapareceu. O negro continuou naquelas reuniões (os idealistas) e nos bailes (a maioria). Os idealistas, entre outros, eram: Isaltino Veiga dos Santos, Manoel Antonio dos Santos, Gervário de Morais, José de Assis Barbosa, Henrique Cunha[54], Sebastião Gentil de Castro, Átila Morais e Luís Braga. Esse pessoal continuava se reunindo. (LEITE; CUTI, 1992, p. 73-76)

Em 1929, houve a tentativa de organização de um Congresso da Mocidade Negra Brasileira, iniciativa do grupo do *Clarim d'Alvorada* com apoio de Arlindo Veiga dos Santos, que assina um artigo publicado no jornal do grupo[55]. A ideia não chegou a se concretizar por falta de recursos:

> Quando nós sentimos em nós uma ideologia mais ou menos concentrada, para sair daquela rotina, o grupo d'O Clarim d'Alvorada

[54] O único registro que encontramos do nome de Henrique Cunha foi como colaborador no fornecimento de exemplares da imprensa negra para a análise, junto com José Correia Leite e Raul Joviano Amaral, conforme indicação de Florestan no documento disponível no arquivo PDF 02.04.4585 (Jornais/Revistas) do Fundo Florestan Fernandes (BCo/UFSCar). Com exceção de José de Assis Barbosa, participante das Mesas Redondas (cf. Apêndice B), os outros nomes citados por Correia Leite não foram identificados nos documentos a que tivemos acesso.

[55] SANTOS, A. V. dos. Congresso da Mocidade Negra Brasileira. Mensagem aos negros brasileiros. **O Clarim d'Alvorada.** São Paulo, v. 6, n. 17, 9/11/1929 *apud* FERNANDES, 2008b, p. 113, n. 77.

> resolveu criar uma coisa que desse demonstração da nossa existência. Nós soltamos a ideia da realização de um Congresso da Mocidade Negra. […] E começamos a pregar a ideia do Congresso, que foi ganhando terreno em nosso meio. Mas nós começamos a ver que só com o nosso grupo nós não podíamos fazer o Congresso. […] Então começamos a procurar apoio de pessoas com títulos, responsabilidades. Até aí já tínhamos apoio do Arlindo Veiga dos Santos, que era professor do Ginásio São Bento, e do Dr. Evaristo de Morais […]. Mas outras pessoas não conseguiram ter coragem de aceitar o convite. Enquanto eles não aceitavam, nós ficávamos 'martelando', ali na luta. […] nós vimos que não se conseguia apoio de pessoas de relevância para fazer teses importantes. Também começamos a perceber que não tínhamos dinheiro para convidar pessoas da Bahia, do Rio de Janeiro e de outros lugares. […] Então acabamos não organizando. (LEITE; CUTI, 1992, p. 83 e 88)

A fundação da Frente Negra Brasileira (1931) projetou Arlindo Veiga dos Santos em posição de destaque entre as lideranças do "meio negro" e este foi presidente da organização até 1934, mesmo período em que seu irmão Isaltino Veiga dos Santos exerceu o cargo de secretário geral.

Desde seu início, a Frente Negra Brasileira é marcada pela luta entre diferentes correntes, especialmente pelo conflito entre sua direção, os irmãos Veiga dos Santos, e o grupo do *Clarim D'Alvorada*, de José Correia Leite. Florestan analisa o conflito entre os grupos no capítulo *Movimentos sociais no "meio negro"* (primeiro capítulo do segundo volume), abordando os fatores internos ao "meio negro" que contribuíram para o malogro dos empreendimentos. O conflito entre os dois grupos atinge seu ápice quando militantes da Frente Negra são enviados à casa de Correia Leite e depredam a pequena oficina em que funcionava a redação do *Clarim D'Alvorada*. Após este incidente, as edições deste jornal acabaram sendo suspensas[56] e o grupo decidiu fundar o Clube Negro de Cultura Social. Segundo Correia Leite, ideia foi de José de Assis Barbosa e foi aí que o contato com a juventude ocorreu com mais intensidade:

[56] Entre uma coisa e outra, as edições do *Clarim d'Alvorada* foram temporariamente suspensas para a publicação de um jornal com o nome de *Chibata*, com artigos que atacavam diretamente os diretores da Frente Negra. Após a publicação do segundo número do *Chibata*, houve o ataque referido e foi publicado apenas mais um número do *Clarim d'Alvorada,* antes de ambos os jornais cessarem atividades (LEITE; CUTI, 1992, p.100).

> [...] um rapaz do nosso grupo, chamado José de Assis Barbosa, conhecido pelo nome de Borba e muito popular no meio negro de São Paulo, um dia apresentou a idéia de se fundar um clube para desmentir essa coisa de que nós éramos incapazes de ter uma entidade. Ele queria também me ajudar porque na casa em que ia haver o clube eu ia também residir. E como a maioria dos negros do grande Conselho da Frente Negra era constituída de pessoas idosas, então nós fundamos um clube, em sua maioria de moços. E muitos desses moços eram filhos, outros sobrinhos de homens da Frente Negra Brasileira [...]. (LEITE; CUTI, 1992, p. 103)

Participaram, entre outros, Jayme de Aguiar e Raul Joviano Amaral, que, embora considerado como parte da "geração pioneira" por ter sido da Frente Negra Brasileira, era quatorze anos mais jovem que José Correia Leite e fazia parte do contingente de "moços" que freqüentavam o Clube Negro de Cultura Social antes de ingressar na Frente:

> Um dia apareceu no Clube Negro de Cultura Social um enviado da Frente Negra e convidou vários moços para ingressarem. Disse que não ficava bem os pais, os tios serem da Frente Negra e os filhos e sobrinhos do Clube Negro de Cultura Social. Eu sei que três deles aceitaram o convite: o Raul Joviano Amaral (parece que o pai dele militava na Frente Negra), o chamado Rubens Costa, filho do presidente Justiniano Costa e um rapaz que se chamava Oswaldo Santiago, sobrinho de um dos membros da Frente. Os três foram, mas o Oswaldo Santiago voltou. […] o Raul acabou ficando um dos grandes membros da Frente Negra, depois da saída dos Veiga dos Santos (LEITE; CUTI, 1992, p. 111-112)

Após uma crise interna da Frente Negra entre 1933 e 1934, Arlindo Veiga dos Santos deixou a presidência e seu irmão, Isaltino Veiga dos Santos, foi afastado do posto de secretário geral. Nesta segunda fase da entidade estiveram Justiniano da Costa na presidência, Francisco Lucrécio como secretário geral e Raul Joviano Amaral como diretor do jornal da organização, *A Voz da Raça*, sendo que os dois últimos figuram entre os colaboradores mais importantes da pesquisa[57].

[57] Não encontramos registro de Justiniano da Costa como colaborador; dos que foram parte da Frente Negra Brasileira apenas Arlindo Veiga dos Santos, Francisco Lucrécio e Raul Joviano Amaral aparecem freqüentemente nos documentos localizados no Fundo Florestan Fernandes.

Ao mesmo tempo em que a Frente Negra passou por uma renovação, o Clube Negro de Cultura Social tornou-se um "chamariz para a mocidade" (LEITE; CUTI, 1992, p. 110) e funcionou até 1938, um ano após o fechamento da *Frente*. No mesmo ano, houve as comemorações do Cinquentenário da Abolição na cidade de São Paulo, o que levou à criação de uma "Comissão Negra para o Cinqüentenário da Abolição", formada por membros do Clube Negro de Cultura Social e da Frente Negra.

A iniciativa foi de Francisco Lucrecio, José Correia Leite e Fernando Góes[58]. Na ocasião, Mário de Andrade (então Diretor do Departamento Municipal de Cultura) entrou em contato com Francisco Lucrecio com o objetivo de integrar o

---

Outros dois intelectuais e militantes dos movimentos sociais no "meio negro" desta primeira geração parecem ter colaborado com a pesquisa: 1) Mário Vaz Costa, cujo nome figura nos agradecimentos de Bastide em sua introdução ao relatório original de 1955 (BASTIDE, 1959, p. 24-25) e também é citado na Sexta Mesa Redonda, quando é anunciado que irá apresentar um depoimento sobre "A educação do negro em geral e a educação do negro em relação à recente lei contra o preconceito de cor" (6ª MESA REDONDA, 1951, p. 336). Como as atas das reuniões seguintes foram perdidas (cf. Apêndice B) não temos como confirmar se a apresentação de fato ocorreu. Vaz Costa foi parte do grupo do *Clarim d'Alvorada* em seu início e da Frente Negra Brasileira, além de ter se envolvido mais tarde no Clube Jabaquara, de Luiz Lobato (LEITE; CUTI, 1992, p. 139), outro colaborador importante; 2) o nome de Joaquim Valentim também está nos agradecimentos de Bastide, mas não encontramos outros registros nos documentos do Fundo Florestan Fernandes. Valentim foi líder dos "cabos" da Frente Negra, que após desentendimentos passou a integrar a Legião Negra Civil junto com outros antigos membros da Frente e, em 1935, chegou a convidar o grupo do Clarim d'Alvorada (então no Clube Negro de Cultura Social) para participar de um jornal que chamado *A Tribuna*, que seria o órgão oficial da Legião, mas teve apenas um número (LEITE; CUTI, 1992, p. 96 e 123).

[58] Fernando Góes faz parte da nova geração que entrou para o Clube Negro de Cultura Social e segundo Correia Leite, "[…] ficou logo muito conhecido e estimado no meio negro" (LEITE; CUTI, 1992, p. 121). Foi muito próximo de José Correia Leite, sendo que os dois chegaram mais tarde, na década de 1940, a morar juntos (LEITE; CUTI, 1992, p. 142). Na mesma época, Góes foi redator do jornal *Alvorada*, da Associação dos Negros Brasileiros, ao lado de Raul Joviano Amaral. No Congresso do Negro Brasileiro em 1950, integrou a delegação paulista ao lado de Geraldo Campos de Oliveira, Raul Joviano Amaral, Florestan Fernandes, Roger Bastide, Oracy Nogueira, Fernando de Azevedo e Gilda de Melo. Como figura importante no círculo dos principais colaboradores da pesquisa, é possível que tenha participado das Mesas Redondas, porém não temos como determinar o grau de sua participação, pois o único registro encontrado no Fundo Florestan Fernandes são referências que outros participantes fazem a ele: além de Sofia Campos, Fernando Góes era um dos encarregados de apresentar o tópico "*Evolução da situação de contacto*", do quesito "*Do escravo ao cidadão*" do Projeto de Estudo, na Quarta Mesa Redonda, mas não comparece (4ª MESA REDONDA, 1951, p. 194). Jorge Prado Teixeira menciona então que ele irá realizar a apresentação na próxima reunião, mas ele novamente não comparece (5ª MESA REDONDA, 1951, p. 224). Finalmente, na Sexta Mesa Redonda Jorge Prado Teixeira passa a tarefa para Arlindo Veiga dos Santos (6ª MESA REDONDA, 1951, p. 279) (cf. Apêndice D).

"meio negro" às comemorações, o que levou à iniciativa de formar a Comissão. Foi eleito Justiniano Costa como seu presidente e, embora tenha existido durante um período curto de tempo, marca um momento de colaboração entre membros das duas entidades, após um período de conflito[59].

Após o fim do Estado Novo (1945), inicia-se o que Florestan chamou de período de "ressurgimento" dos movimentos sociais no "meio negro". Em São Paulo, este momento foi marcado pela reunião de antigos membros da Frente Negra e do grupo do *Clarim d'Alvorada* e por uma geração mais jovem, empenhada em promover uma aproximação do "meio negro". A ideia de criar a Associação dos Negros Brasileiros é fruto deste contexto, em que antigos rivais e jovens militantes juntam-se com o objetivo de retomar o que havia ficado estacionado durante a ditadura:

> Por essa época, havia na Avenida São João um escritório do Raul do Amaral [...], onde começaram a aparecer algumas pessoas da antiga Frente Negra Brasileira, como o Francisco Lucrecio, Roque dos Santos e outros. Então nós fomos convidados, eu, o Góis e outros, que éramos do grupo d'O Clarim d'Alvorada, para ver se conseguíamos fazer uma recuperação do trabalho perdido desde 38. Dessa reunião surgiu um manifesto com várias assinaturas. Esse manifesto prometia fundar uma associação aos moldes da Frente Negra Brasileira [...], tirando naturalmente aquelas idéias patrianovistas. Uma coisa que servisse unicamente para a valorização do negro e seu alevantamento. Havia também a proposta de um jornal nos moldes d'O Clarim d'Alvorada. A pretensão era retomar o que ficou estacionado durante o Estado Novo. (LEITE; CUTI, 1992, p. 142)

A primeira iniciativa foi a criação de um periódico chamado *Alvorada* (1945-1948)[60], dirigido por José Correia Leite, Raul Joviano Amaral e Fernando Góes.

---

[59] "A Comissão Negra para o Cinqüentenário da Abolição, assim que terminaram as comemorações, acabou. Ela apareceu junto em poucas ocasiões, na sessão solene de abertura e no encerramento, o dia da Prova 13 de Maio." (LEITE; CUTI, 1992, p. 135). Para o relato completo de José Correia Leite sobre a organização das comemorações, cf. LEITE; CUTI, 1992, p. 131-137.

[60] "Este periódico era o órgão oficial da Associação do Negro Brasileiro, tinha tiragem mensal de 1000 a 2000 exemplares. A ANB tinha por objetivo rever falhas do passado, levando a uma ação conjunta do grupo negro. Sua proposta era reunir a comunidade negra para conscientizá-la e reivindicar uma participação sócio-política e econômica dentro da sociedade. Aborda temas políticos e do engajamento dos negros dentro desse âmbito, com programas de valorização, auto-valorização e integração na sociedade brasileira. Algumas edições tiveram distribuição gratuita"

Outros colaboradores do *Alvorada* incluem Jayme de Aguiar, do antigo grupo do *Clarim d'Alvorada*, e Sofia Campos Teixeira, que teve participação destacada na pesquisa e também participou de outras iniciativas da época, citadas por Florestan, como a revista *Senzala* (1946) e o jornal *O Novo Horizonte* (1946-1954).

A revista *Senzala* reuniu um grupo grande de futuros colaboradores da pesquisa, notadamente os que militavam no Partido Socialista: o jornalista Geraldo Campos de Oliveira[61] (diretor da revista), que teve papel de destaque nas Mesas Redondas; Luiz Lobato[62], cuja participação nas Mesas Redondas também teve grande importância; e, como já mencionamos, Sofia Campos Teixeira[63], professora que também militava dentro do Partido Socialista. A revista *Senzala*, apesar da orientação socialista dos envolvidos, tratava das especificidades do "problema do negro" enquanto problema social e econômico, por isso também contou com colaborações de figuras importantes do "meio negro", como Francisco Lucrécio, Raul Joviano Amaral e José Correia Leite. Porém, o periódico teve curta duração (1946) por conta dos altos custos da produção e da necessidade de ser sustentado por assinaturas, diferentemente de outros periódicos como o *Alvorada*, por exemplo, que chegaram a ser distribuídos gratuitamente em algumas ocasiões:

> É preciso citar ainda, por volta de 1946, o aparecimento do primeiro numero de uma revista com o nome de Senzala, dirigida pelo jornalista

(SILVA, 2008).

[61] Cf. Apêndice C para mais detalhes da biografia de Geraldo Campos de Oliveira.

[62] Luiz Lobato era operário e membro do PSB/Partido Socialista Brasileiro (HECKER, 1998). Na década de 1940 teve uma seção no jornal *Vanguarda Socialista* (1945-1948, editado por Mário Pedrosa), na qual escrevia sob o pseudônimo de Imperador Jones (LEITE; CUTI, 1992 p. 148). Com este pseudônimo, publicava artigos nos quais criticava a Associação dos Negros Brasileiros e seu jornal *Alvorada*, por pretenderem que o negro resolvesse seus próprios problemas sem se envolver diretamente em outras lutas sociais (LEITE; CUTI, 1992, p. 148). Segundo Correia Leite, Luiz Lobato retornou a São Paulo em 1948 e tornou-se mais próximo do "meio negro" paulistano, tendo que enfrentar divergências quanto à suas idéias marxistas (LEITE; CUTI, 1992 p. 140 e 154). Cf. Apêndice C para mais detalhes sobre sua biografia.

[63] Cf. Apêndice C para mais detalhes da biografia de Sofia Campos Teixeira.

> Geraldo Campos de Oliveira. Esta revista, pelo nosso meio, era muito acima da possibilidade. Então ela não pôde sair mais do que três ou quatro números. Porque aquela esperança do Geraldo Campos, de que o negro, impressionado com a beleza da revista, fosse capaz de contribuir como assinante, não deu certo. (LEITE; CUTI, 1992, p. 149)

Outro colaborador de *Senzala* que tem atuação nas Mesas Redondas é Nestor Borges. Além de sua proximidade com o grupo desta revista não temos muitas informações a seu respeito, apenas que participou em 1945 da Convenção Nacional do Negro Brasileiro, junto com Francisco Lucrecio, Geraldo Campo de Oliveira, Luiz Lobato e Sofia Campos Teixeira (cf. Apêndice C). Nestor Borges aparece apenas na ata da Décima Primeira Mesa Redonda, mas sabemos que esteve presente e participou ao menos de duas reuniões, pois em seu depoimento nesta ata relembra sua participação em outra ocasião.[64]

Já o jornal *O Novo Horizonte* persistiu durante um período maior (1946-1954), tratando de diversos assuntos em torno do "problema do negro", desde o alcoolismo e a família até a valorização do negro na história do Brasil. Assim como o jornal *Alvorada* e a revista *Senzala*, partia da necessidade de unir os negros em uma causa comum, o "levantamento econômico, social e cultural da raça". Foi dirigido por Arnaldo de Camargo, Aristides Barbosa e Ovídio P. dos Santos[65], e seus colaboradores foram os mais diversos, incluindo Raul Joviano Amaral, Sofia Campos Teixeira e Geraldo Campos Oliveira entre os que participaram da pesquisa.

Estes três periódicos que surgiram após 1945 (*Alvorada*, *Senzala* e *O Novo Horizonte*) envolvem os nomes que mais se destacaram no que chamamos de "núcleo duro" dos colaboradores da pesquisa, com exceção de Arlindo Veiga dos Santos que, após sua saída da Frente Negra Brasileira e conflito com outros membros por conta de sua defesa do patrianovismo dentro da entidade, não ligou-

---

[64] "Hoje trago escrito, porque desta vez, eu quero mais prudência, porque da outra que aqui estive, fiz o que os macacos fazem. Quebrei muita louça (risos)" (11ª PRIMEIRA MESA REDONDA, 1951, p. 365). Não temos registro desta participação, que se refere provavelmente a uma das Mesas das quais as atas foram perdidas.

[65] Não foram encontrados registros da colaboração destes com a pesquisa.

se formalmente a nenhum empreendimento no “meio negro” após 1945, embora tendo permanecido figura importante e conhecida.

Cabe destacar, aqui, que as publicações mencionadas acima concorriam para criar uma rede de contatos expressa na colaboração com artigos, reuniões, encontros etc., minimizando a rivalidade anterior e dando suporte a um ambiente de diálogo, o que fica claro pela sobreposição dos mesmos nomes como colaboradores em diferentes periódicos. Portanto, antes de se iniciarem as atividades em conjunto com os pesquisadores, no dia 8 de maio de 1951 (data da Primeira Mesa Redonda), estas duas gerações do “meio negro” estavam em contato entre si e envolvidas nestes diferentes empreendimentos.

Também é importante destacar o fato de que, durante os três anos em que existiu, a redação do jornal *Alvorada* (onde se reunia o grupo empenhado em tornar a Associação dos Negros Brasileiros realidade) funcionou em uma sala cedida pela Associação José do Patrocínio, importante espaço de encontro entre os sociólogos e o “núcleo duro” dos intelectuais negros colaboradores da pesquisa:

> Resolvemos não por o nome de O Clarim d’Alvorada, mas apenas Alvorada. E a direção do jornal era minha, do Raul do Amaral e do Góis. Não tínhamos meios para alugar uma sede, então ficamos agregados a uma entidade, situada na rua Formosa, que existiu mesmo dentro do período da ditadura, uma espécie de agência de emprego. Não tinha finalidade que conflitasse com a presença da nossa. Esta entidade chamava-se Associação José do Patrocínio. Esse nome já dava uma ligação com coisa de negro. E geralmente a maioria das empregadas domésticas eram negras. E a pessoa que fundou essa associação teve a finalidade de fazer uma entidade de amparo às empregadas domésticas. Mesmo que elas tivessem com emprego, continuavam freqüentando. Mas lá era muito desorganizado. A Associação dos Negros Brasileiros ficou agregada porque tinha um irmão do Raul do Amaral que era diretor daquela entidade, além de outras pessoas. Então foi fácil a gente conseguir um canto para instalar a nossa secretaria. (LEITE; CUTI, 1992, p. 143-144)

Quando o *Alvorada* deixou de circular em 1948, tanto a Associação José do Patrocínio quanto a casa de José Correia Leite continuaram a ser pontos de encontro do “meio negro” de São Paulo:

> Quando a Associação dos Negros Brasileiros fechou, o jornal Alvorada também parou. [...] Mas continuaram os amigos a freqüentar minha casa. O Luiz Lobato, que tinha retornado do Rio de Janeiro antes do Alvorada fechar, foi um de seus colaboradores, e depois se tornou um amigo meu, sendo também um freqüentador da minha casa, além do Góis, Irineu e outros. (LEITE; CUTI, 1992 p. 154); [...] e, onde tinha sido a sede, continuava se reunindo um pequeno grupo, pois lá existia ainda a Associação José do Patrocínio. [...]. (LEITE; CUTI, 1992, p. 158)

É preciso ainda mencionar outras figuras do "meio negro" paulistano que têm participação relevante nas Mesas Redondas: Francisco Moraes, José Pelegrini, Maria Aparecida Camargo e Afonso Dias, sendo que os dois primeiros participam intensamente das discussões nas Mesas Redondas e Maria Aparecida Camargo fez parte, junto com Sofia Campos Teixeira e Virgínia Bicudo, da "Comissão das Senhoras de Cor". A respeito de Maria Aparecida Camargo e Francisco Moraes não temos informações além de algumas indicações de que não eram estranhos ao "meio negro" paulistano (cf. Apêndice C); de acordo com o que conseguimos reunir, José Pelegrini encontrava-se envolvido com Teatro Folclórico e o Teatro Experimental do Negro e, embora não tenhamos como precisar o grau de seu envolvimento com, sabemos que era conhecido de José Correia Leite, Abdias do Nascimento e Fernando Góes desde a década de 1940 (cf. Apêndice C); por fim, Afonso Dias era professor de música e folclore e amigo de Roger Bastide (cf. Apêndice C).[66]

Com esta reconstrução, procuramos demonstrar que o "núcleo duro" do grupo de intelectuais negros colaboradores da pesquisa já era familiarizado entre si e compartilhava de uma experiência coletiva, acumulada por meio de uma longa história dos movimentos sociais no "meio negro". No momento de início das Mesas Redondas, não havia nenhuma associação em atividade da qual fizesse

[66] Outros dois personagens também importantes nas Mesas Redondas, mas que se caracterizam mais por serem intelectuais interessados na questão racial do que por fazerem parte deste "núcleo duro", com o qual não se identificam: Edgard Santana e José Bento Ângelo Abatayguara (cf. Apêndice C e o quarto capítulo desta dissertação para mais informações).

parte a maior parte destes nomes, porém o fim da Associação dos Negros Brasileiros (1948) não estava muito distante.

Alguns permaneciam militando por outros meios, como o Partido Socialista, e havia publicações da "imprensa negra" em atividade, da qual faziam parte também alguns daqueles intelectuais.[67] Mas pelo que transparece nas memórias de Correia Leite, se tratava de um momento em que este tradicional setor inconformista do "meio negro" se encontrava e mantinha contato principalmente por meio de reuniões informais.

Se esta caracterização estiver correta, é possível que o sucesso do empreendimento das Mesas Redondas esteja ligado a estas circunstâncias, pois apresentava uma oportunidade não apenas de influir em uma pesquisa científica envolvendo instituições de prestígio, mas também possibilitava a rearticulação de pessoas em torno dos debates do "problema do negro", o que permitiria tentativas de rearticulação do movimento.

As expectativas dos participantes das Mesas Redondas com relação àquela oportunidade são múltiplas e apontam nesta direção, conforme desenvolveremos no quarto capítulo quando apresentaremos as atas das Mesas Redondas e o conteúdo das discussões. Além disso, é preciso lembrar que figuras de prestígio no "meio negro", com um histórico antigo de participação nos movimentos sociais, como Arlindo Veiga dos Santos e Raul Joviano Amaral, estavam presentes com frequência nas Mesas (cf. Apêndice B), o que possivelmente projetou o evento no "meio negro" e contribuiu para torná-lo mais conhecido, o que ajudaria a explicar o fato de que, apesar do número de oradores ser relativamente pequeno e consistir neste "núcleo duro" que apresentamos, o número de pessoas que estiveram presentes ter sido maior, compreendendo a média de 80 a 140 pessoas.

---

[67] Luiz Lobato, Fernando Lucrécio, Geraldo Campos de Oliveira e Sofia Campos Teixeira militavam no Partido Socialista e o jornal *O Novo Horizonte* encontrava-se ativo e contava com colaborações de Raul Joviano Amaral, Sofia Campos Teixeira, Geraldo Campos de Oliveira, entre outros.

2 Os “anos de espera”

2.1 A situação social do negro no pós-Abolição

No primeiro volume de *A Integração do Negro na Sociedade de Classes*, Florestan apresenta o seguinte diagnóstico: nas primeiras décadas logo após a abolição, a população negra se concentrou na cidade, mas não se integrou a ela; ficou à margem do processo de expansão do trabalho livre assalariado e relegada especialmente ao mercado de “expedientes”, submetida a um processo de pauperização e vivendo em condições degradantes de anomia social. Devido à marginalização do processo econômico e social, o “negro” permaneceu objetivamente e subjetivamente em uma situação social heteronômica e, portanto, não muito distante daquela do ex-escravo ou do liberto. Lentamente, o “negro” rompeu com esta situação de anomia e heteronomia social e logrou padrões de reação societária adequados.

Para subsidiar os argumentos, Florestan faz referência a fontes historiográficas e a documentos originais da época, mas suas principais fontes vêm da “tradição oral”, a partir de depoimentos colhidos por diferentes técnicas: entrevistas, Mesas Redondas, depoimentos pessoais e histórias de vida.

O uso e a apresentação do material empírico não segue uma regra única e varia de acordo com a natureza do material ou seu lugar na análise. Em grande parte, o sociólogo não identifica os informantes e muitas vezes se utiliza livremente, em sua argumentação, de expressões que aparecem entre aspas, mas sem nenhuma referência. Além disso, também apresenta conclusões tiradas do conjunto de depoimentos, mas sem indicar se se tratam de entrevistas, histórias

de vida, depoimentos por observação em massa individual, Mesas Redondas etc.[68]

Em outros casos, o sociólogo identifica o informante (no texto ou em nota), em especial quando se trata dos intelectuais negros colaboradores da pesquisa. Quando mobiliza um depoimento retirado das discussões feitas nas Mesas Redondas, em geral identifica o informante em nota, indicando que se trata de um "depoimento feito em público".

Além do uso dos depoimentos feitos nas Mesas Redondas, outros dados colhidos junto aos intelectuais negros também ocupam lugar de destaque no primeiro volume de *Integração do Negro na Sociedade de Classes*, em especial um trabalho de análise estatística de Raul Joviano Amaral e a história de vida de José Correia Leite. Esta última tem lugar especialmente importante, pois os dados fornecidos ultrapassam propriamente essa história de vida e servem como caracterização da situação social do "negro" na fase de transição para a ordem social competitiva, por razões que trataremos na segunda seção deste capítulo.

O sociólogo identifica José Correia Leite como o principal informante, destacando a importância da "tradição oral":

> As lacunas da documentação histórica sobre a situação econômica e social do negro aconselharam a apelar para os testemunhos dos agentes humanos. O principal informante, Sr. José Correia Leite, porém, somente possuía conhecimento pessoal dos anos posteriores ao início do século, relatando ocorrências anteriores com base em lembranças mantidas na tradição oral. (FERNANDES, 2008a, p. 414, n. 95)

Ao lado da história de vida de José Correia Leite e do trabalho de Raul Joviano Amaral, outra fonte importante é a apresentação de Sofia Campos Teixeira na Quarta Mesa Redonda. Tanto esta apresentação quanto o trabalho citado têm sua origem na própria dinâmica das Mesas Redondas, nas quais os

[68] O mais provável é que sejam de fontes colhidas por diferentes técnicas, e que foram analisadas em conjunto, à procura de convergências.

pesquisadores solicitaram dos participantes diagnósticos retrospectivos, a fim de colher dados referentes ao primeiro quesito do Projeto de Estudo.

2.1.1 O "déficit negro" e a anomia social no "meio negro"

Florestan inicia sua análise da situação social do negro pela descrição da evolução demográfica da população negra na cidade de São Paulo após a Abolição. O sociólogo se utiliza da tradição oral e de um trabalho realizado por Raul Joviano Amaral[69], com o qual visa completar a lacuna gerada pela ausência do negro nos documentos estatísticos oficiais[70].

O trabalho de Raul Joviano Amaral, por exemplo, coloca o problema do "déficit negro" nos termos de uma política intencional e não declarada de "extermínio racial". Florestan expõe brevemente o sentido que a queda demográfica da população "negra" adquire na consciência crítica do negro, em especial no que toca ao papel da miscigenação:

> A miscigenação possui, para este elemento, uma significação claramente exterminadora, diluindo-o e fazendo-o desaparecer, através dos descendentes mulatos nos contingentes mestiços da população global. A impulsão psicossocial dominante, descrita de várias maneiras pelos estudiosos do processo de branqueamento da população paulista, é agudamente focalizada por aquele estatístico [Raul Joviano Amaral - AMC], na perspectiva em que ela se apresenta para o negro:
>
> "Até onde é licito afirmar-se, há em São Paulo, muito mais acentuada que no resto do Brasil, uma ideologia no tocante à população escura [...], dessa ideologia não formal participam os próprios descendentes dos aglomerados preto e pardo, até certo ponto inconscientemente [...]. A tendência é, por conseguinte, de branquificação [...]. Há, portanto, um

[69] Este trabalho utilizado por Florestan não foi localizado, mas acreditamos que a sua origem esteja na Quinta Mesa Redonda, em que Raul Joviano apresenta um projeto de estudos, a pedido de Florestan, para o debate sobre o quesito de mesmo nome do projeto de estudos, como veremos no quarto capítulo desta dissertação (cf. AMARAL, Raul Joviano. **O negro na população de São Paulo**. Manuscrito, [s.d.?]. *apud* FERNANDES, 2008a, p. 134-135).

[70] Tanto os dados do censo quanto aqueles referentes aos deslocamentos da população negra e mulata para fora ou em direção à capital apresentavam inconsistências, o que impossibilitava a tarefa de determinar as causas exatas da variação demográfica da população negra na cidade (FERNANDES, 2008a, p. 78).

> entendimento tácito, de absorção das pequenas minorias raciais e de, por meio de cruzamentos até estimulados, diluir o sangue negro [...].” (AMARAL, s/d?, p. 80 *apud* FERNANDES, 2008a, p. 134-135)

A miscigenação aparece, portanto, como produto de uma “ideologia não formal” de branqueamento, imposta pelos grupos dominantes brancos, mas que é internalizada pela população negra. Além disso, segundo as “avaliações contra-ideológicas do negro e do mulato”, também fariam parte desta ideologia o abandono da população negra à doença, ao alcoolismo e à prostituição, fatores socioeconômicos da “seleção letal” (cf. FERNANDES, 2008a, p. 136):

> “Nós não somos contra a miscigenação. Mas nós somos contra a política de miscigenação imposta, na vontade de fazer desaparecer a raça negra. Primeiro, pela miscigenação. Segundo, submergindo-a numa torrente de imigrantes brancos. [...] Isso associado a uma política da policia para fazer degradar o negro, a fim de o ver desaparecer também pela tuberculose, pela sífilis e pela prostituição. O que queremos é que se reconheça que somos cidadãos como os outros e que temos direito à educação; integrarmo-nos à sociedade e não o nosso abandono voluntário, à espera que desapareçamos.” (FERNANDES, 2008a, p. 135)[71]

Florestan não encaminha sua análise na direção da comprovação ou não de uma “política racial deliberadamente orientada” para dizimar a população negra paulista, embora deixe clara a problematização que os intelectuais negros fazem do fenômeno e a oposição à miscigenação como política intencional de “branqueamento”. A consideração a este respeito fica a cargo do leitor:

> A terceira tendência é que apresenta, porém, interesse específico para a presente análise. Embora certas avaliações contra-ideológicas do negro e do mulato focalizem as duas primeiras tendências como parte de uma “política racial” deliberadamente orientada para a supressão física do “negro” e acalentem a suspeita de que esta “política racial” se estende, tortuosamente, aos fatores tópicos da seleção letal, em nossa discussão não poderíamos reter senão estes últimos. (FERNANDES, 2008a, p. 136)

---

[71] Este depoimento foi colhido em Maio de 1951, mas não foi localizado nem nas Mesas Redondas nem nos depoimentos da observação em massa individual (cf. FERNANDES, 2008a, p. 135). Segundo o sociólogo, este depoimento “surgiu no curso de um debate com cinco informantes pertencentes à classe media de cor” (FERNANDES, 2008a, p. 135, n. 39).

Portanto, suas conclusões a respeito do fenômeno demográfico do "déficit negro" direcionam a análise para a apreciação da evolução das condições de vida da população negra, pois estas parecem ser o fator mais importante daquele fenômeno e, principalmente, porque elas indicam um desajustamento da "população negra" com relação à vida na cidade:

> O essencial, portanto, não está nas proporções nem no teor aparentemente catastrófico do "déficit negro", mas no que ele representa como índice demográfico de um desajustamento de caráter estrutural e persistente. A situação econômica, social e cultural aparece, assim, como regulador inexorável do crescimento vegetativo da "população negra". [...] Portanto, a "população negra" acompanha a tendência de crescimento demográfico geral da cidade. Porém, as coisas se passaram como se as sucessivas levas de negros e mulatos, que se incorporam incessantemente ao "mundo urbano", viessem reativar a caldeira que alimenta desequilíbrios funestos para o futuro daquela população. (FERNANDES, 2008a, p. 160)

Este desajustamento é, segundo o sociólogo, um fator de atraso na integração do negro na sociedade de classes, com profundas consequências. O que o fenômeno demográfico indicaria é que "[...] o negro e o mulato subsistiram, indefinidamente, no primeiro estágio da luta pela vida das populações rústicas migrantes concentradas na *grande cidade*" (FERNANDES, 2008a, p. 161). Ou seja, o que poderia ser uma fase dolorosa, mas inevitável da transição em direção à integração de uma minoria racial na sociedade de classes, tornou-se uma situação social que persistiu durante décadas após a Abolição, começando a apresentar mudanças apenas no fim do primeiro quartel do século XX.

Após a abertura do capítulo sobre o processo de pauperização e anomia social a que foi submetido o negro com considerações a respeito do "déficit negro", Florestan encaminha a narrativa na direção da descrição e da análise da situação social do "negro" do ponto de vista estrutural, psicossocial e dinâmico das formas de vida organizadas imperantes no "meio negro".

Primeiro, aborda a origem estrutural da situação social do negro: a maneira como se expandiu a cidade de São Paulo e o mercado de trabalho assalariado

qualificado e semi-qualificado, e as conexões deste processo com o surto de incremento, no início do século, da população imigrante no Estado:

> [...] as condições dinâmicas que ligaram a urbanização à imigração e ambas à industrialização da cidade de São Paulo, explicam por que o negro e o mulato não foram reabsorvidos pelo sistema ocupacional urbano. As posições "altas" ou "intermediárias" estavam fora de cogitação, pois a elas só podiam concorrer os elementos das camadas dominantes e os estrangeiros ou descendentes de estrangeiros em ascensão. As posições criadas pelo trabalho assalariado, graças à expansão urbana e à industrialização, caíam na esfera em que era mais intensa e dura a concorrência com elementos estrangeiros ou nacionais (em menor proporção), tidos como mais aptos, competentes e produtivos. Assim, a questão de como "ganhar a vida" surgia como um grave dilema para o negro e o mulato. (FERNANDES, 2008a, p. 164-165)

Esta é a própria origem do "drama" que se iniciou para o negro após a Abolição e se agravou cada vez mais nas primeiras décadas do século seguinte. A hipótese que delineia a interpretação, e que o sociólogo julga conclusiva após analisar o material, é que se estabeleceu um círculo vicioso entre a precária situação ocupacional do "negro" na cidade e seu "estilo de vida", compreendendo a ausência do instrumental dinâmico, cognitivo e psicossocial para se lançar na concorrência do mercado de trabalho urbano. O negro não se integrou ao mercado de trabalho e não conseguiu meios de obter um instrumental adequado "pela experiência", pois esse mecanismo esteve ausente de sua socialização no mundo rural.

O "negro" viveria na cidade, mas permaneceria alheio à vida propriamente urbana, e às novas "regras do jogo", isolado por todos os lados: econômico, social e cultural. Esta situação reforçava ainda mais sua marginalização ocupacional e o impelia às formas de ajustamento à vida social que compreendiam a exploração do trabalho da mulher (que ainda contava com o mercado do trabalho doméstico como nicho), a criminalidade, a "malandragem" e o trabalho de "biscate", a prostituição, o alcoolismo etc. A dificuldade em conquistar ocupação e renda fixas, mesmo que modestas, e assim classificar-se socialmente, é a origem deste círculo

vicioso, na medida em que não se abriam perspectivas de ressocialização do "negro".

Aos poucos, "[...] a vida em condições permanentes de desorganização social se convertia numa tradição cultural e numa cadeia invisível [...]" (FERNANDES, 2008a, p. 172-173) e, na medida em que isto se prolongava, a imagem do negro era identificada com os estereótipos negativos de vagabundo, criminoso, inútil, não confiável e interesseiro etc., marcas vindas do passado e reforçadas e reelaboradas nos quadros da nova situação:

> Criou-se, com o tempo, toda uma mitologia sobre a miséria, a promiscuidade e o desamparo em que viviam, normalmente, uns três quintos da "população negra" da capital nessa época. Tal mitologia circulava tanto entre os "brancos" quanto entre negros e mulatos. Todavia, ela só fazia justiça parcial à realidade. As evocações que conseguimos reunir mostram quadros turvos, chocantes e quase inconcebíveis na cena histórica brasileira. A moradia representava um dos problemas básicos na luta pela sobrevivência. Muito se falou a respeito das condições de vida no cortiço e das conseqüências do apinhamento concentrado de pessoas num quarto comum. Os que se achavam nessa condição já possuíam alguma coisa, pois tinham um teto onde se abrigar. (FERNANDES, 2008a, p. 173)

Segundo as informantes mulheres,

> O trabalho ocasional e esporádico conduziram os homens a um estado tal de dependência e de penúria, que as mulheres se converteram no seu principal expediente na "luta pela vida". [...] A contrapartida moral dessa situação de dependência aparecia na desmoralização crescente do negro, primeiro no seu próprio estilo de vida, depois na consideração aberta dos brancos. [...] Nesse clima, antigas prevenções ressuscitaram e agravaram ainda mais o drama moral dos negros. Uma das informantes[72] aponta-nos como velhos estereótipos foram revitalizados e como surgiram outros novos que identificavam o "liberto" como "negro" e o "negro" como "vagabundo", "desordeiro", "cachaceiro", "mulher à toa". (FERNANDES, 2008a, p. 97-98)

Ao lado dos depoimentos "retrospectivos", a coleta de dados pela técnica da história de vida foi fundamental, pois, segundo o sociólogo, por meio desta

[72] Em nota, Florestan esclarece que se trata de Sofia Campos Teixeira (cf. FERNANDES, 2008b, p. 98, n. 100).

técnica, foi possível o acesso a dados que explicassem como o processo se desenrolou, já que os dados fornecidos pela "imprensa negra" apontam principalmente os seus efeitos e não o processo social em si:

> É extremamente difícil documentar essa faceta da vida do negro e do mulato na cidade. Os viajantes, os historiadores e os ensaístas deixaram de dar atenção ao *negro*, concentrando seu interesse nos imigrantes ou nos agentes econômicos típicos da "sociedade industrial". A variada e rica documentação contida na chamada "imprensa negra", por sua vez, retém mais os efeitos que as causas do drama do negro na cidade. Por isso, ela fornece boas pistas mas poucos dados conclusivos para explicar o que aconteceu. Por meio de alguns documentos pessoais, especialmente algumas histórias de vida e entrevistas focalizadas nos perfis de carreira do negro ou do mulato, conseguimos estabelecer as linhas dessa interpretação geral e comprovar que, de fato, a impossibilidade de "ganhar a vida" de maneira segura, compensadora e constante, mediante ocupações conspicuamente *urbanas*, está na própria raiz de todos os males que se abateram sobre a "população de cor" da cidade de São Paulo. A absorção de novos padrões de comportamento e do "estilo urbano de vida" dependia, naturalmente, da aquisição prévia e em larga escala das formas de "ganhar a vida" produzidas e reguladas pelo desenvolvimento da civilização urbana industrial. (FERNANDES, 2008a, p. 166)

Das treze citações diretas que embasam a longa descrição e análise dos *Diferentes níveis da desorganização social* no "meio negro", nove foram extraídas da história de vida de José Correia Leite[73]. São, na maioria, "retratos" da vida no "meio negro", relatados pelo informante com detalhes e de um ângulo descritivo. Vale a pena pontuar alguns dos momentos em que Florestan se vale dessas observações e experiências, pois por meio delas podemos acompanhar os tópicos importantes arrolados nesta parte da obra, que trata da desorganização institucional e das deficiências da socialização do negro.

Em primeiro lugar, o sociólogo trata do problema das atividades econômicas reservadas aos negros, a origem do "drama negro". Neste quesito, Correia Leite pinta um quadro da situação ocupacional do "meio negro":

---

[73] Não há indicação no texto da origem das citações, mas pudemos localizá-las no documento original da história de vida. Indicamos, nas referências, a paginação ambos do texto de Florestan e do documento original. As reticências que encontram-se entre chaves são omissões da autora e as entre parênteses são omissões feitas por Florestan.

> Em uma das histórias de vida, o informante nos adiantou que "eram raros os negros que tinham profissão, como pedreiro, carpinteiro, barbeiro, alfaiate, sapateiro. Eram profissões difíceis e os negrinhos aprendizes tinham dificuldade em conseguir colocação". Nas fábricas, as oportunidades de trabalho raramente caíam em suas mãos, a menos que fossem "serviços de negros", descritos pelo informante, com esse nome, como "os que os italianos não faziam, os serviços pesados e arriscados para a saúde". [...] Por isso, os negros e os mulatos que quisessem ganhar a vida se sujeitavam aos "serviços de negros" (de faxina, como carregador, de pá e picareta etc.). Em sua maioria, esses serviços eram mal pagos e requeriam pouca ou nenhuma qualificação:
>
> "No começo de minha vida de adulto [por volta de 1920], os negros tinham profissões domésticas. Realizavam todos os serviços de casa. Os cocheiros eram geralmente brancos, mas os que cuidavam dos cavalos eram negros. O cocheiro era um sujeito importante, que tinha uma cartola assim... Nas pensões, os serviçais eram negros. Havia, mesmo lavadores de casas, que faziam ponto num determinado lugar. (...) Os negros fortes eram bem vistos para servirem de capangas para garantir seus patrões ou mostrar que se mexessem com eles teriam de se haver com um negro. (...) Havia advogados e médicos que tinham um negro para tomar conta do escritório". (FERNANDES, 2008a, p. 167; MOREIRA; LEITE, 1951, p. 61 e 63)

Em seguida, Florestan transcreve uma descrição de Correia Leite sobre o estado do “meio negro” da época, combinando-o com a exposição de dados estatísticos referentes às profissões exercidas pelos “negros”, dentre os que foram convocados ao serviço militar entre 1922 e 1923 (FERNANDES, 2008a, p. 169). Segundo o informante, as profissões de motorista e pequenos funcionários públicos constituíam o topo da pirâmide ocupacional do “meio negro”, e mesmo a conquista destas posições não significava autonomia em relação aos “brancos”, pois ainda dependiam de sua proteção para manterem suas posições:

> "A vida do negro dividia-se [o informante refere-se a 1924-1926] em: 1° – negros que freqüentavam salões de baile no centro, considerados elite; 2° – negros de bairro, chamados de brim por causa do tecido das roupas que usavam. Os primeiros eram os que trabalhavam nas repartições públicas, os choferes, ganhavam mais e andavam melhor trajados – os motoristas, por exemplo, gastavam mais nos bufês dos salões de baile e não admitiam a aproximação dos outros, oprimidos, mas ignorantes. Os segundos, embora com menos dinheiro, eram mais independentes, não estavam encostados nos brancos, recebendo proteção e os bajulando." (FERNANDES, 2008a, p. 168; MOREIRA; LEITE, 1951, p. 61)

Assim, mesmo a conquista de ocupações que pouco se afastavam do “trabalho de negro”, em geral braçal, era um desafio e ainda dependia, em grande parte, do “branco”, não rompendo portanto com a situação de heteronomia. A maioria do “meio negro”, por sua vez, ainda vivia de expedientes e sem conhecer o trabalho assalariado.

A descrição das condições de moradia e da promiscuidade no “meio negro” pobre também está ancorada principalmente em informações fornecidas por José Correia Leite:

> Um dos informantes mais fidedignos [José Correia Leite - AMC] relata que “muitos não tinham onde morar”: “minha mãe mesmo chegou a dormir comigo e com minha irmã em uma privada, por falta de lugar". Ao descrever o quarto, que compartilhava com ambas, afirma: "não havia cama, nem colchão. O chão era de terra batida. A cama era uma esteira velha. Não havia cobertas nem roupa de cama”. (FERNANDES, 2008a, p. 173; MOREIRA; LEITE, 1951, p. 36)

Logo em seguida, sem indicar de que se trata do mesmo informante, Florestan cita outro trecho da história de vida de Correia Leite, em que este descreve a vida nos cortiços e a “condição de subserviência” que o “negro” ainda vivia com relação aos “brancos”, mesmo em relação aos italianos pobres:

> Corresponder ao aluguel de um quarto já representava um êxito, pois era preciso possuir dinheiro para pagá-lo e varar as resistências do locador [...]. Só quando conseguia boas referências é que acedia na locação. Relata um informante:
>
> “Em cortiços onde havia promiscuidade de italianos, espanhóis e negros, estes tinham que fazer uma vida mais engraçada: conseguir graças de graças. Precisavam estar em boa situação com os senhores, porque estavam sempre em dificuldades econômicas. A condição do negro era de subserviência. Muitos alimentavam-se com as sobras de comida que as cozinheiras traziam da casa dos patrões [...], havia repulsa aos negros sem índole boa, que chamavam os italianos de carcamanos, sujos, comedores de cebola. Isto era motivo de choques nos cortiços e levava à investigação dos antecedentes, sempre que um negro aparecia querendo quarto.” (FERNANDES, 2008a, p. 174; MOREIRA; LEITE, 1951, p. 39 e 41)

Intimamente ligada a esta situação, a debilidade da instituição familiar teria sido o fator mais importante da desorganização social no “meio negro”. A família

integrada não chegou a se constituir enquanto forma de vida valorizada no “meio negro”, portanto não exerceu nenhum “[...] influxo psicossocial e sociocultural na modelação da personalidade básica, no controle dos comportamentos egoísticos ou anti-sociais e na criação de laços de solidariedade moral” (FERNANDES, 2008a, p. 182). A criminalidade, as doenças, a prostituição, o alcoolismo, a mendicância, a vagabundagem, a malandragem etc. não devem, portanto, nem ser encarados como fenômenos isolados da desorganização da vida social, nem como suas causas:

> [...] parece claro que eles eclodiram, se manifestaram e se perpetuaram de forma especialmente perniciosa, reincidente e destrutiva em virtude das debilidades institucionais da população negra e mulata da capital. (FERNANDES, 2008a, p. 182)

Segundo Florestan, embora a maioria dos estudiosos tenha dado mais ênfase àqueles fenômenos, eles não são a origem da desorganização social. Esta se encontra na não constituição, no “meio negro”, da família como instituição central na socialização e na organização da vida social:

> Não foi a família que se desintegrou, como instituição social, e em conseqüência emergiram certas inconsistências na socialização dos indivíduos; mas, a própria família que não se constituiu e não fez sentir seu influxo psicossocial e sociocultural na modelação da personalidade básica, no controle de comportamentos egoísticos ou anti-sociais e na criação de laços de solidariedade moral. Comprova-se isso, historicamente, por uma simples referência à política central da sociedade senhorial e escravocrata brasileira que sempre procurou impedir o florescimento da vida social organizada e da família como instituição integrada no seio da população escrava. (FERNANDES, 2008a, p. 182)

Mesmo nas situações em que se apresentavam tendências positivas de valorização da instituição familiar, as dificuldades econômicas e o ambiente de moradia, em especial, tornavam dificílima a manutenção da solidariedade doméstica e seu direcionamento em um sentido construtivo (poupança, casa própria, educação dos filhos etc.), obrigando o menor a cuidar de sua própria vida e assim criar outros laços, “na rua”.

A história de vida de José Correia Leite é exemplar destas condições e Florestan cita três trechos característicos. Duas das citações servem para exemplificar a situação de desamparo do menor no "meio negro": primeiro, um relato de sua infância, em que viveu com a mãe e com a irmã em cortiços e em grande parte na rua, até ir morar com uma família de italianos, para a qual trabalhava (FERNANDES, 2008a, p. 250; MOREIRA; LEITE, 1951, p. 49); segundo, um relato do informante sobre seu único contato com a educação formal, que, dadas as pressões das condições de vida material e moral do negro, foi outra instituição fundamental da qual se viu marginalizado (FERNANDES, 2008a, p. 268; MOREIRA; LEITE, 1951, p. 36-37). Em terceiro lugar, o sociólogo seleciona um trecho do depoimento de José Correia Leite em que este descreve como teve contato, pela primeira vez, com a pequena parcela do "meio negro" que compartilhava dos modelos de organização da vida social típicos da sociedade inclusiva, uma situação de existência que até então desconhecia. Segundo Florestan, o "deslumbramento" do depoente diante deste conhecimento é indicativo do fato de que a "[...] maior parte da 'população de cor' não estava plenamente envolvida e identificada com os valores sociais, que incluíam o casamento, a família e as obrigações domésticas na esfera axiológica básica da cultura [...]." (FERNANDES, 2008a, p. 244):

> [...] apenas uma minoria da "população negra" encarava o casamento como um valor social e seguia à risca um estilo de vida compatível com a estabilidade da família integrada. A maioria repelia ambas as coisas e a separação que daí resultava era tão marcante, que o indivíduo que passasse de um mundo a outro sofria uma espécie de deslumbramento. Numa das histórias de vida, deparamos com o seguinte depoimento:
>
> "Os ensaios [e danças] eram realizados às terças-feiras. Certa vez caiu num feriado e o salão foi alugado para um baile de uma sociedade de negros. Nós não sabíamos e fomos para lá na hora do costume. Os meus companheiros foram embora, mas eu vi uns conhecidos de vista e fiquei olhando da porta, meio embasbacado, numa espécie de explosão de alegria. Eram homens e mulheres de maneiras delicadas e finas. O pedido de uma contradança era cerimonioso e respeitoso. Os pares rodopiavam elegantemente pelo salão. Sabia que havia bailes de negros, mas não que fossem tão em ordem. Vi que não precisava [para dançar] sofrer aquelas restrições [encontradas na sociedade a que pertencia, de brancos, e na qual só podia dançar nos ensaios dos homens]. Apresentou-se à minha frente uma nova vida e surgiu o ideal de entrar

> naquele meio. Procurei, então, um dos meus conhecidos de infância, que vi lá, e não sosseguei até conseguir o meu intento." (FERNANDES, 2008a, p. 243-244; MOREIRA; LEITE, 1951, p. 47)

Este exemplo é característico do uso que Florestan faz do material da história de vida de José Correia Leite. Como apontamos, a grande maioria do material empírico utilizado na exposição das debilidades institucionais do "meio negro" e da socialização do "negro" é proveniente desta história de vida. Isto se explica pelo fato de José Correia Leite ser, dentre o grupo de intelectuais negros colaboradores da pesquisa, um dos únicos (se não o único) de origem do "meio negro" pobre, tendo passado sua infância na rua e nos cortiços da cidade. Em 1951, quando a pesquisa foi realizada, Correia Leite era guarda e encarregado de um almoxarifado no departamento de urbanismo da Prefeitura de São Paulo, uma ocupação contrastante com a situação dos outros colaboradores mais importantes, intelectuais, funcionários públicos ou profissionais liberais (cf. Apêndice C).

Outro fator que explica porque essa história de vida é um dos fios condutores da construção do texto é que o depoente forneceu, de saída, uma narrativa já orientada para a descrição da situação social do "negro" no início do século XX. Esta forneceu dados importantíssimos para Florestan, carregados de "interpretações intuitivas" que são estruturantes em sua análise sobre a mudança gradual dos padrões de reação societária do negro, da apatia ao inconformismo, na segunda década do século XX. Há uma identificação entre os caminhos da narrativa de José Correia Leite e de Florestan, embora este último tenha realizado uma interpretação sociológica, seguindo determinada metodologia, e incorporado na análise uma grande quantidade de dados de diversas fontes (da "tradição oral" e da bibliografia a respeito). Esta identificação será desenvolvida adiante; por ora, seguimos a exposição de Florestan.

A reconstrução realizada por Florestan aborda diversos tópicos relacionados às condições e ao estilo de vida que se consolidaram entre a "população de cor" da cidade e é extremamente detalhada e extensa. O mais

importante, para as intenções desta dissertação, é o lugar desta descrição na narrativa de *A Integração do Negro na Sociedade de Classes* como um todo: neste momento, o propósito do sociólogo é analisar os problemas da situação social do "negro", do ponto de vista das exigências da ordem social competitiva. A soma destes problemas, encadeados uns aos outros, concorre para a marginalização do "negro" com relação ao "contrato" da nova ordem social.

Quanto às suas conclusões, em primeiro lugar cabe ressaltar o que já foi dito, que o principal fator de desorganização social no "meio negro" era de ordem institucional, à qual se prende o termo "anomia social":

> Essa breve sondagem sobre os problemas sociais enfrentados pela "população de cor" paulistana nas três primeiras décadas deste século patenteia que o "drama do negro" lançava raízes na precariedade de sua situação econômica, mas eclodia, substancialmente, como uma crise de ordem institucional. (FERNANDES, 2008a, p. 231)

A perversidade do círculo vicioso que se formou entre a miséria e a anomia social é que ele minava mesmo os anseios de vida social organizada e as identificações com os valores da ordem social competitiva, que o "negro" pudesse apresentar; estes eram "destruídos pela base", antes de se concretizarem. O processo social de pauperização, tal como se desenrolou, criou condições psicossociais e socioculturais que operavam como "fator dinâmico de perplexidade, de desorientação e de inércia":

> [...] a desorganização [...] não podia se converter numa fonte de estímulos para a mudança, pois todas as condições psicossociais e socioculturais do ambiente imediato e da sociedade inclusiva concorriam para fazer dela um fator dinâmico de perplexidade, de desorientação e de inércia. Em vez de servir como uma ponte entre o passado e o futuro, desencadeando modificações essenciais à integração do negro [...] ela operava em sentido contrário. [...] Afastava-os da tomada de consciência e de posição em face dessas exigências desligando-os do curso histórico dos processos de reconstrução social. (FERNANDES, 2008a, p. 280)

Portanto, as deficiências da socialização do "negro" para a ordem social competitiva devem ser colocadas sob a perspectiva da origem estrutural do "drama" do "negro", que consiste na sua própria situação de existência histórico-

social: porque não lhe foi possível conquistar posições regulares na estrutura ocupacional da nova ordem social e classificar-se socialmente segundo estes critérios, iniciou-se um processo social de pauperização que engendrou uma situação social de existência extremamente perversa, que o afastava das exigências da situação e impedia que sua herança sociocultural fosse gradualmente substituída:

> Não é na herança cultural transplantada do mundo rústico nem na insuficiência quantitativa e qualitativa da substituição cultural, tomadas em si mesmas, que se devem procurar os fatores dinâmicos tópicos do desajustamento estrutural do negro e do mulato ao meio urbano. Mas nas condições sociais engendradas e mantidas pelo processo de pauperização. Estas condições é que forneceram campo propício à persistência e à influência sociopáticas daquela herança cultural; e que restringiram, também com graves consequências sociopáticas, tanto as proporções quanto a regularidade e a intensidade da absorção dos elementos culturais da "civilização urbana". (FERNANDES, 2008a, p. 272)
>
> O envolvimento social no meio urbano aparece, assim, como fator dinâmico, de caráter condicionante universal, que graduou restritivamente e com freqüência de "modo patológico" a livre manifestação, a seleção positiva e a reelaboração acumulativa das aptidões humanas básicas do negro e do mulato. (FERNANDES, 2008a, p. 274)

O que Florestan procura enfatizar é que, em semelhante situação de existência, "era naturalmente acentuadíssima a impotência social do agente humano" (FERNANDES, 2008a, p. 277). A capacidade de forjar um padrão histórico de mudança social depende de diferentes condições, as quais se encontravam ausentes na referida situação social, tanto do ponto de vista da herança histórica, quanto dos aspectos estruturais e dinâmicos desta situação. Sem os necessários recursos socioculturais e sem condições propícias para desenvolvê-los, era virtualmente impossível ao "negro" canalizar suas frustrações de modo construtivo, submetendo-o ao "impacto acumulativo" da miséria, da anomia social e das deficiências de sua herança cultural.

Sem a configuração de condições sociais propícias para a organização do comportamento social inteligente, do ponto de vista da situação de interesses do "negro", o que se viu foi a tradução dos anseios da "população de cor" em

disposições psicossociais de natureza meramente compensatória e de efeitos destrutivos ou simplesmente inócuos:

> Aquelas identificações não recebiam o suporte organizatório, motivacional e orientador das instituições correspondentes, pairando no ar, como se elas não devessem ou não pudessem ser projetadas no presente, no comportamento concreto e nas reivindicações realistas do "homem de cor". Elas se polarizavam em torno de compensações de natureza subjetiva, suscitadas por amargas frustrações do passado (provocadas pela escravidão) ou animada por aspirações irracionais (como a confusa esperança na "redenção" final da *raça negra*, sem uma mobilização conseqüente dos próprios "homens de cor"). (FERNANDES, 2008a, p. 285-286)

Com este argumento, Florestan explica, portanto, porque os anseios da "população de cor" não se objetivaram imediatamente como inconformismo: a situação social tolhia essa possibilidade, sendo a perplexidade e a apatia as únicas formas de ajustamento psicossocial à vida na cidade que se abriam diante do "negro".

Por outro lado, não havia nenhuma tendência, no movimento da própria sociedade inclusiva, em corrigir estes problemas, incorporando o negro e o mulato no sistema de trabalho e no sistema de referências culturais da ordem social competitiva. Pelo contrário, esta permaneceu indiferente ao "drama negro", pois estes não contavam como uma categoria pertencente à nova ordem social, e sim como elemento residual do antigo regime. Aceitou-se a marginalização econômica e o isolamento psicossocial e sociocultural da "população de cor" como se se tratasse de um fenômeno natural.

Este fato criou uma situação histórico-social perversa do ponto de vista dos interesses do negro e do mulato, pois tanto as tendências dinâmicas operantes em seu meio social quanto as tendências dinâmicas que vinham do desenvolvimento da sociedade de classes solapavam as tentativas de compreensão e superação de sua situação social.

A consequência foi a defasagem considerável no ajustamento do negro à ordem social, pois apenas o tempo e a experiência o impeliram a romper o círculo

vicioso e tentar, como podia, manipular as técnicas de ajustamento social próprias da ordem social competitiva.

2.1.2 Heteronomia racial na sociedade de classes e o padrão tradicionalista de relações raciais

Após analisar os fatores internos ao "meio negro" que contribuíram para a perpetuação e o agravamento da marginalização da população negra, cabe investigar de perto os "fatores que operavam [...] na esfera de diferenciação e de integração da própria ordem social da sociedade inclusiva" (FERNANDES, 2008a, p. 297). Seria preciso explicar porque exatamente a sociedade inclusiva permaneceu indiferente ao drama que representava a situação social do "negro" e, portanto, fechou-se para este. Para o autor, o elemento chave da explicação seria a preservação de "[...] formas sociais arcaicas, que perpetuavam o antigo regime no seio da ordem social competitiva e do sistema de classes" (FERNANDES, 2008a, p. 297-298).

A correção dos desajustamentos da população negra nos processos de integração à ordem social era, assim, neutralizada no plano dinâmico não apenas pelas carências institucionais do "meio negro", mas também na medida em que as relações sociais entre "brancos" e "negros" se davam segundo padrões de comportamento herdados do passado. É nesta chave que Florestan inicia a análise sobre a perpetuação do *padrão tradicionalista de relações raciais*, formado nas condições de uma sociedade escravocrata, no seio da sociedade de classes. Sua exposição se baseia fortemente em depoimentos e histórias de vida dos colaboradores negros[74].

[74] A totalidade do material empírico mobilizado, além do que já mencionamos e foi-nos possível identificar os originais no Fundo Florestan Fernandes, inclui entrevistas e "depoimentos" de informantes brancos de "famílias tradicionais", respostas aos questionários de observação em massa individual, em especial dos brancos.

Suas fontes principais são as histórias de vida de José Correia Leite e Francisco Lucrécio e a "autobiografia"[75] de Jorge Prado Teixeira, que fornecem dados úteis na medida em que expõem experiências de indivíduos que cresceram e viveram sua fase adulta no período focalizado; os dois primeiros vivenciaram as relações raciais no início do século XX, enquanto as experiências do início da vida adulta do último se referem mais ou menos ao início da década de 1940[76].

Além das histórias de vida, Florestan seleciona alguns trechos curtos de depoimentos feitos nas Mesas Redondas, porém não retirados das apresentações "retrospectivas", indicadas acima, e mobilizados apenas para exemplificar, de maneira pontual, o funcionamento do padrão tradicionalista de relação racial e seu impacto na personalidade do "negro".[77]

Como em seu tratamento da desorganização social no "meio negro", o sociólogo se preocupa com os aspectos relativos à formação da personalidade e à generalização de certas disposições psicossociais. Assim, na definição da dinâmica das relações raciais segundo este padrão tradicionalista, procura esclarecer as expectativas que orientam as disposições psicossociais dos agentes.

Para o sociólogo, o material empírico coletado indica que "[...] 'negros' 'brancos' e 'mulatos' interagiam entre si como se ainda fossem separados e unidos pela antiga etiqueta de relações raciais, vigente na ordem senhorial e

---

[75] Trata-se da observação em massa individual de Jorge Prado Teixeira, que segue o roteiro proposto pelo questionário reproduzido no Anexo A desta dissertação. Cf. TEIXEIRA, [s.d.].

[76] Para uma biografia resumida de José Correia Leite, Francisco Lucrécio e Jorge Prado Teixeira cf. Apêndice C. Segundo o sociólogo, os comportamentos e representações raciais arcaicos "[...] se preservaram com tamanha tenacidade, que seria perfeitamente possível estudar o passado através do presente" (FERNANDES, 2008a, p. 328). Porém, Florestan afirma que não foi necessário utilizar esta técnica de reconstrução histórica, pois teria acesso a dados a respeito do padrão de relações raciais na época focalizada (mais ou menos até o final da década de 1930). Em nota, afirma que recorreu a esta possibilidade apenas de maneira pontual, o que explicaria a utilização da autobiografia de Jorge Prado Teixeira, em que este relata fatos ocorridos provavelmente já na década de 1940 (FERNANDES, 2008a, p. 328, n. 18). Ademais, estes fatos referem-se às atitudes e mentalidade do círculo de "brancos" no qual foi criado, de famílias tradicionais do interior de São Paulo.

[77] São momentos em que os colaboradores procuram definir o fenômeno do "preconceito de cor" e seu papel na dinâmica das relações raciais.

escravocrata" (FERNANDES, 2008a, p. 338). Esta constatação tem um sentido mais profundo do que aparenta à primeira vista, pois a verificação dos sentidos das ações de "brancos" e "negros"

> [...] evidenciam claramente que as "pessoas de cor" não se libertaram – nem objetiva nem subjetivamente – da condição heteronômica inerente à antiga situação do "escravo", do "liberto", do "cria da casa", etc. (FERNANDES, 2008a, p. 336)

Objetivamente, a situação social do negro, descrita acima, indica que este não chegou, de maneira suficientemente ampla, a se classificar socialmente segundo os critérios típicos de sociedade de classes:

> A situação de classe só encontra vigência quando determinada categoria social conquista os requisitos econômicos, sociais e culturais de uma classe (ou de parte de uma classe). Em termos raciais, somente os estoques "brancos" da população de São Paulo adquiriram, desde logo, os caracteres psicossociais e socioculturais típicos da formação de classe. [...] Enquanto se manteve nessa condição, o "negro" vivia numa sociedade organizada em classes sem participar do regime de classes. O termo "preto" permitia selecionar a cor como marca racial para distinguir, a um tempo, um estoque racial e uma categoria social em situação societária ambígua, para não dizer francamente marginal. […] Na medida em que os "negros" e os "mulatos" não se inseriram, senão tardia e lentamente, nas classes sociais em emergência, eles não partilharam das situações de classe existentes e suas relações com os "brancos" também não eram, tipicamente, relações de classe. (FERNANDES, 2008a, p. 339-340)

As representações que tanto brancos quanto negros fazem de si e dos outros, continuam também sendo próprias de uma sociedade estratificada e de uma situação de contato marcada pela heteronomia racial: "[...] dentro deste contexto psicossocial e cultural, o 'escravo' e o 'liberto' não desapareceram: subsistiram no 'preto' como categoria a um tempo racial e social" (FERNANDES, 2008a, p. 338). A lenta transição fez com que se "[...] reduzi[ssem] ao mínimo as modificações do horizonte cultural imperante em cada setor racial da sociedade paulistana" (FERNANDES, 2008a, p. 343):

> A resistência à alteração de semelhantes expectativas de comportamento partia, simultaneamente, de "brancos" e de "negros" embora entre estes

> surgissem, aqui e ali, personalidades inconformistas em franca rebelião contra tais arranjos. Os próprios informantes, de ambos os estoques raciais, tinham plena consciência desses fatos. Reconheciam abertamente subserviência do "negro" e o orgulho emproado do “branco”. (FERNANDES, 2008a, p. 336)

O comportamento dos atores era, assim, mantido dentro das possibilidades circunscritas pelo padrão tradicionalista, como se o “negro” vivesse em um “estado de servidão não declarada”:

> Em suma, todos consentiam, espontaneamente, em perpetuar as velhas formas exteriores de convivência racial. “Brancos” e “negros” se viam através de um prisma deformado, tendiam a se apegar, portanto, a expectativas de comportamento, a ideais de personalidade e a concepções de status e de papéis sociais que ordenavam a situação de contato interracial, material e moralmente, como se prevalecesse para fins de classificação social e de tratamento recíproco, um estado de servidão não declarada da raça negra. (FERNANDES, 2008a, p. 344)

Subjetivamente, diversas tendências e modalidades de deformação da personalidade do “negro” entram em cena. Florestan cita quatro casos em que a internalização das representações e das disposições inerentes ao padrão assimétrico de relações raciais, por parte dos negros, fica evidente: primeiro, se refere a um relato de uma patroa branca de família tradicional a respeito de duas antigas empregadas que, mesmo após terem saído da casa continuam a se comportar como subordinadas diante de sua presença, sem vislumbrar outra posição para si próprias (FERNANDES, 2008a, p. 335); o segundo e terceiro casos, Florestan extrai das anotações de duas pesquisadoras que “[...] ainda em 1949 […] se interessaram pelas influências tradicionalistas que alimentam o extremo conformismo dos 'pretos velhos'” (FERNANDES, 2008a, p. 343-344); o quarto caso também é tirado do relato de uma pesquisadora, a respeito de uma “filha de criação” de uma família branca, que “[...] se comparece na casa dos mais íntimos, obstina-se a ficar na copa, dizendo que é o lugar dela” (FERNANDES, 2008a, p. 367).[78]

[78] Não identificamos nenhum dos originais destes relatos no Fundo Florestan Fernandes, portanto

No entanto, se no período imediatamente seguinte à Abolição era mais comum a "[...] absorção passiva e dissimulação aberta das frustrações psicossociais [...]" (FERNANDES, 2008a, p. 388), a progressiva emergência do conflito deu o tom das primeiras décadas do século XX, posto que os "negros"

> [...] começavam a mostrar ansiedade, insatisfação e até oposição declarada contra [estas] exigências […], passavam a se orientar, ainda que indecisamente, por impulsões psicossociais fomentadas pela ordem social competitiva e democrática. (FERNANDES, 2008a, p. 389)

O conflito traz à tona claramente o funcionamento do padrão tradicionalista de relações raciais, pelas restrições e deformações que este impõe às relações raciais, afastando-as dos critérios de uma sociedade de classes. Os casos dos depoimentos dos intelectuais negros colaboradores da pesquisa são exemplares neste sentido, pois estes elaboram as tensões resultantes do contraste entre as expectativas de comportamento e representações, de "brancos" e "negros", em termos de conflito social.

De dez casos concretos que Florestan coloca em destaque, para descrever as "[...] expectativas que regulavam, reciprocamente, os ajustamentos em que as pessoas interagiam como 'negros', 'brancos' e 'mulatos' […]" (FERNANDES, 2008a, p. 329), quatro são extraídos da história de vida de José Correia Leite, três da autobiografia de Jorge Prado Teixeira, dois da história de vida de Francisco Lucrécio e um de uma informante que não conseguimos identificar.[79]

Da história de vida de José Correia Leite, seleciona quatro trechos nos quais este relata sua experiência de crescer entre uma família de italianos (como menor acolhido sob a condição de trabalhar no negócio da família) e como, quando se aproximava da idade adulta, percebeu que a cor era um entrave para

---

não sabemos a quais "pesquisadoras" Florestan se refere.

[79] Confrontando o livro com o material empírico encontrado no Fundo Florestan Fernandes, pudemos comprovar de maneira fundamentada que Florestan, nesta parte específica, se refere aos seguintes informantes: "J." é José Correia Leite, "G." é Jorge Prado Teixeira e "F." é Francisco Lucrécio (FERNANDES, 2008a, p. 328-338).

sua participação como igual na vida social do grupo de amigos que formara (cf. FERNANDES, 2008a, p.328-339; MOREIRA; LEITE, 1951).

Da autobiografia de Jorge Prado Teixeira, o sociólogo selecionou trechos que descrevem o meio branco onde foi criado, uma família brasileira da alta burguesia de Ribeirão Preto, que o "adotou" e o criou "como filho", tendo tido ele a mesma educação privilegiada que seus irmãos de criação. A despeito desta condição, os episódios acionados por Florestan relatam o modo como, mesmo em suas relações mais próximas, Teixeira vivenciava restrições devido à cor, como, por exemplo, sua quase expulsão do colégio onde estudava (de brancos de classe alta) por ter se aproximado de uma garota branca, aos quinze anos de idade (cf. FERNANDES, 2008a, p. 328-339; TEIXEIRA, [s.d.], p. 165).

Florestan procura evidenciar que nem mesmo a sua condição de filho "adotivo" de uma família importante preservou-o das restrições do padrão tradicionalista e assimétrico de relações raciais:

> Aliás é impossível dizer se os "crias da casa", os "filhos adotivos" e os "protegidos" estavam melhor amparados nessas emergências, associados à escolha ou à manutenção de uma carreira. Em sua autobiografia, G. aponta os dilemas morais que impuseram diante dele, quando seu companheiro escolheu uma profissão que ele também desejaria para si, se pudesse tentá-la com êxito:
>
> "Certa vez, em conversa com um desses meus amigos, revelou-me ele que seu sonho era seguir carreira diplomática [...] julgava ele que eu também deveria seguir carreira diplomática porque carreira mais bonita não existia no Brasil. Disse-lhe que não tinha vocação para tal; que minhas intenções para o futuro eram bem outras. Mas tanto ele argumentou que acabou convencendo-me que a carreira ideal para mim era a diplomática [...]. No entanto, no decorrer da preparação fiquei ciente que negro não podia seguir carreira diplomática e, sendo assim, resolvi não tentar uma recusa formal no Rio de Janeiro. [...] Disse-lhe então que não mais estava interessado em fazer aquele concurso, eis que tinha verificado que minha carreira não podia ser aquela. Insistiu ele em saber o verdadeiro motivo que me fizera desistir na última hora, eis que havia estudado com muito entusiasmo. Disse-lhe então que estava informado de que negro não podia seguir carreira diplomática. Ele riu e retrucou dizendo-me que no Brasil não existem essas barreiras [...]. Sustentei o meu ponto de vista e pedi que não insistisse. [...] Concordei em ir com ele mas não fazer o exame. Lá ele ficou cientificado da verdade: negro não entraria no Instituto Rio Branco, nem com ordem do presidente da república." (FERNANDES, 2008a, p. 334-335; TEIXEIRA, [s.d.], p. 165)

Em outro caso, o desfecho é menos feliz, quando a mãe de um de seus colegas, que sempre o recebeu sem maiores restrições em sua casa, tenta dissuadi-lo de seguir um caminho que seria perfilhado de confrontos inevitáveis:

> Doutro lado, o próprio branco manipulava, como podia, os cordões do conformismo e da acomodação passiva do “preto”. O seguinte depoimento autobiográfico de G. ilustra esse fato vivamente:
>
> "Certa vez, estava sentado em uma bela poltrona, na varanda da residência daquele amigo que queria que eu seguisse carreira diplomática. Sua família é riquíssima. Grandes fazendeiros de café. Sua mãe estava ali também, fazendo tricot. E eu cabisbaixo pensava justamente na situação em que me encontrava. Era bem quisto em quase todos os lares ricos e pobres da cidade; desfrutava de um conceito muito bom; era o "doi-doi" de toda aquela gente. Entretanto, pensava, se um dia eu me casasse, tivesse filhos, minha mulher e meus filhos desfrutariam daquela situação que eu gozava? O bom-senso dizia-me não. E isso me tornava mais meditabundo e sorumbático. Em dado momento, aquela senhora quebrou o silêncio reinante e, como que adivinhando quase o que se passava em minha mente, perguntou-me porque estava tão triste e se eu não gostava da vida que levava, pois ela não podia conceber que eu já tivesse problemas. Disse-lhe então que tinha e que eram bem graves, e que não sabia mesmo como solucioná-los. Falei-lhe a respeito do que pensava. [...] que não podia me conformar com essa situação, pois a posição que desfrutava na sociedade era falsa, e eu não podia me manter nessa situação por tempo indeterminado [...], no dia em que eu fosse obrigado a viver sem estar amparado por aquela família, toda aquela situação desapareceria. Aquela senhora não soube e nem pôde me contestar. Aconselhou-me apenas a não lutar muito contra a evidência das coisas, porque acabaria mal." (FERNANDES, 2008a, p. 337; TEIXEIRA, [s.d.], p. 165-166)

Embora Florestan não cite o trecho original que segue, é interessante observar que é precisamente neste momento de seu depoimento que Jorge Prado Teixeira lembra como tomou consciência de sua situação ambígua e contraditória, tendo sido necessário fazer uma escolha, a certa altura, pelo inconformismo sistemático e pela participação em entidades negras:

> Foi daí que resolvi aceitar o primeiro convite que me fora feito para tomar parte na organização de uma entidade negra. Até então, a não ser com os componentes da minha verdadeira família, não havia tido contato com os de minha raça. Estava com quinze anos, e desde então, sempre assumi a liderança de movimentos negros no interior de São Paulo. Tenho lutado contra a ignorância e a miséria na minha raça e contra a incompreensão dos brancos. Não posso dizer que tive alguma vitória, porque só a concebo na totalidade. Não atingi o meu completo objetivo

> em nenhum dos empreendimentos, que tem sido vários e díspares: políticos, recreação, de assistência social, etc. Todavia, a marca do meu sonho permanece em todos os lugares por que passo. Um dia hei de vê-lo concretizado. (TEIXEIRA, [s.d.], p. 163-166)[80]

No caso de José Correia Leite, coisa parecida se sucede e a convivência com a família italiana que o acolheu é repleta de tensões. Por conta de sua origem pobre e da falta de recursos, a escolha pelo caminho inconformista significou muitas vezes não aproveitar-se de certas oportunidades, pois estas significavam conformar-se, de certa maneira, às contradições inerentes à situação social do negro:

> O negro, por sua vez, defrontava-se com um dilema. O seu modo de ser, no trato com o "branco", é que decidia do aproveitamento final de suas aptidões, e não, como gostaria, o seu valor como pessoa. Isso transparece no seguinte depoimento de J. L.:
>
> "Existem as possibilidades de realizar os meus desejos, através de coisas incompatíveis com os meus princípios e com o meu caráter, A bajular políticos e a mendigar um direito que tenho adquirido do meu próprio esforço e trabalho". (FERNANDES, 2008a, p. 353-354; LEITE, [s.d.], p. 62)[81]

Enquanto estava entre os italianos, antes de ingressar no "meio negro" inconformista, procurava se ajustar, como podia, à situação:

> O "preto", por sua vez, podia não gostar do servilismo a que se via reduzido. Mas tinha de se acomodar passivamente às expectativas de comportamento dos "brancos". Como esclarece J., a seu próprio respeito: "aturava, porque era condição de vida do negro na ocasião". (FERNANDES, 2008a, p. 337; MOREIRA; LEITE, 1951, p. 39)[82]

---

[80] Os dados que dispomos sobre seu engajamento são muito poucos e estão reunidos no verbete correspondente do Apêndice C.

[81] Este depoimento especificamente não é da história de vida de José Correia Leite e sim das respostas deste ao questionário de observação em massa individual. Cf. LEITE, José Correia. **Caso 1 - Mulatos**. Manuscrito de próprio punho, [s.d.]. Documento disponível no arquivo PDF 02.04.4530 (Observação em Massa - Questionários e depoimentos livres de militantes e informantes) do Fundo Florestan Fernandes (BCo/UFSCar), p. 62.

[82] Os diferentes momentos da trajetória e ajustamentos de José Correia Leite serão tratados diretamente e em detalhes na próxima seção, onde analisamos sua história de vida.

Naquele momento, sua experiência era muito próxima da maioria da população negra, igualmente às voltas com o ajuste precário à situação subalterna:

> Integrar-se à vida social significava, para o negro e para o mulato, aceitar passivamente as regras do jogo, estabelecidas pelo e para o "branco". O que equivalia a admitir e reconhecer sua condição submissa, dependente e de "gentinha". A outra saída consistia em romper pela abstenção – isolar-se do convívio com o branco e quebrar o maior número possível de ligações com o seu mundo social, constituído pela própria sociedade inclusiva. Esse mecanismo de ajustamento fomentou a elaboração de estranha filosofia conformista, que transformou o "retraimento" e o "complexo" em fatores de isolamento renitente. Um informante negro escreveu, em documento pessoal, algo característico: "nunca procuro um lugar em que eu me sinta acanhado nem também que eu me sinto indesejado nesse ou naquele ambiente". (FERNANDES, 2008a, p. 337)

Com base no que foi exposto acima, podemos dizer que a situação social à qual o "negro" se viu impelido, na fase de transição do antigo regime para a ordem social competitiva, tem dois lados: primeiro, a "população de cor" era impelida a um estado de "desilusão coletiva" e "apatia" pelo círculo da miséria e da desorganização social; segundo, conforme o "negro" vivia em uma condição heteronômica que era ao mesmo tempo material e moral, permanecia identificado, para a sociedade e para si mesmo, segundo os critérios do padrão tradicionalista de relações raciais, o que não exclui as contradições e disparidades que com o tempo tornam-se crescentes.

Nesta fase de formação da ordem social competitiva, os ajustamentos mais comuns são os representados pelos casos expostos acima, que delineiam um espectro de possibilidades limitadas. De um lado, no "meio negro" desorganizado os problemas ligavam-se mais à ausência dos instrumentos socioculturais necessários e às influências dinâmicas negativas da anomia, o que acabou por configurar a apatia como alternativa principal de ajustamento social e psicológico. De outro, conforme os caminhos para a classificação e ascensão social dos "negros" – e, portanto, de afastamento dos ajustamentos apáticos imperantes no "meio negro" desorganizado – abriam-se de maneira ultrarrestrita e inteiramente

dependente dos ajustamentos dos “brancos”, sem romper totalmente com a situação de heteronomia, o sujeito ajustava-se forçosamente de maneira passiva às restrições e representações degradantes que lhe eram impostas (“aturava, porque era condição do negro na época”), sendo variável o grau de autonomia subjetiva com relação à internalização de tais representações, mas preponderante a deformação da personalidade pela sua adequação ao padrão tradicionalista e formação do “complexo de inferioridade”.

Para o Florestan, até o fim da década de 1930, a realidade racial ainda encontrava-se muito próxima daquela do passado. As relações raciais continuavam a ser organizadas pelo mais rígido padrão tradicionalista. Porém, o mais importante não é que o “complexo de inferioridade do negro” ou a tendência do “branco” de se representar como seu “tutor” indicam uma repetição dos costumes, pois estes não se perpetuavam apenas como “sobrevivências” do comportamento humano, mas como um padrão de relação racial:

> [...] o que se constata é que as exterioridades do comportamento do “negro” correspondiam, estrutural e funcionalmente, a exterioridades contrapostas do comportamento do “branco”. Em outras palavras, era um padrão de relação racial que se perpetuava historicamente, prolongando pelo tempo uma forma de acomodação racial contrária aos requisitos econômicos, sociais e culturais da sociedade de classes. A mais completa assimetria continuava a imperar na convivência entre “negros” e “brancos” e seus descendentes mestiços. E não se tratava de uma assimetria nascida da livre competição racial ou das desigualdades inerentes ao regime de classes. Porém, de uma assimetria monolítica, rígida e implacável, que não deixava nenhuma alternativa – ou o ajustamento esperado; ou a auto-exclusão. (FERNANDES, 2008a, p. 346)

Conforme já indicamos, a perpetuação deste padrão de relação racial, nesta forma inflexível e monolítica, foi possível porque objetivamente o “negro” continuava uma situação de heterenomia racial durante a fase de formação da ordem social competitiva:

> Desse ângulo, as debilidades históricas que cercaram a formação do regime de classes contam como muito mais decisivas para a preservação

> da antiga ordem racial que as predisposições dos “brancos” de se precaver do “negro livre”. (FERNANDES, 2008a, p. 305).

De início, o “negro” estava propenso a aceitar passivamente a perpetuação deste padrão de relação racial, seja porque o solapamento de suas aspirações de integração social, que a sua situação social operava, reforçava a convicção de que a “vida de negro é assim mesmo” e estimulava a adesão a um tipo de conformismo que combinava a um só tempo frustração e resignação, seja porque não havia objetivamente espaço para o desenvolvimento de padrões alternativos de reação societária e as deformações de sua personalidade, como o “complexo de inferioridade”, eram reforçadas diariamente pela própria dinâmica das relações raciais segundo o padrão tradicionalista.

Posteriormente, novas oportunidades se abrem à integração do “negro” na sociedade e a situação de heteronomia se modifica, deixando de ser totalizante. O padrão tradicionalista de relações raciais deixa então de se perpetuar de maneira “monolítica” e passam a ser crescentes e mais intensas as tensões entre as expectativas de brancos e negros com relação ao tratamento recíproco.

Para Florestan, as lideranças dos movimentos sociais do “meio negro” teriam percebido que “[...] o fulcro do padrão assimétrico de relação racial consistia numa polarização em que o 'branco' e o 'negro' apareciam, respectivamente, como os equivalentes do tutor e do interdito” (FERNANDES, 2008a, p. 347) e que o conceito da inferioridade do negro fazia parte não apenas das representações dos brancos, mas das convenções estabelecidas socialmente na esfera das relações raciais, estando presente nos sentimentos e ações de ambos os agentes sociais, “brancos” e “negros”, estipulando como cada um deveria se comportar. Com o fim de expor tal percepção, o sociólogo cita um depoimento de Francisco Moraes, feito na Segunda Mesa Redonda, em que este define a situação das expectativas e prescrições em jogo nas relações raciais:

> "[...] Nestas condições, o que nós sentimos de ordinário na rua é não somente o efeito do preconceito mas, no caso, é a causa dos efeitos citados. O preconceito é este conceito de inferioridade que se tem para

> com o negro e em decorrência dessa inferioridade aparece o tratamento do superior para com o inferior. (...) A raça branca criou para si o conceito de superioridade e para a raça negra o conceito de inferioridade. (...) Este conceito criado para o negro criou, no elemento branco, a prevenção. Criou um estado de espírito que, se não podemos dizer de atrocidade para com o elemento negro, pelo menos o podemos afirmar na condição a que deveria ser – relegado a um elemento inferior. E esse conceito de inferioridade sentimos a cada passo." (FERNANDES, 2008a, p. 348; 2ª MESA REDONDA, 1951, p. 90 e 91)

A profundidade e precisão da percepção do "fulcro" do padrão tradicionalista de relações raciais vêm da elaboração que o "negro" fez da sua própria experiência concreta, extraindo dos conflitos morais internos e sofrimento psicológico cotidianamente vivido – um "drama íntimo" – as definições dos elementos que percebiam orientar os comportamentos e disposições psicossociais dos atores, tanto "brancos" quanto "negros".

Segundo o sociólogo, os "negros" perceberam a origem social do "complexo de inferioridade do negro" e do padrão de reação societária a ele associado. Trechos de outros depoimentos de Jorge Prado Teixeira e Francisco Moraes, feitos na Terceira Mesa Redonda, são mobilizados por Florestan para continuar sua demonstração:

> De um lado, eles descobriram que o retraimento, o isolamento e a aparente subserviência constituíam mecanismos adaptativos. Desse ângulo, como patenteou Jorge Prado Teixeira, "o negro é obrigado a assumir um elemento de defesa, um campo de defesa, um organismo de defesa e esta idéia está num complexo de inferioridade". Ao se submeter passivamente ou ao se retrair e se isolar voluntariamente, estaria pondo em prática os "melhores" ajustamentos, aqueles que reduzem a área de atritos com o "branco" ou atenuam o "drama íntimo" provocado por suas frustrações. De outro, verificaram que, de fato, "negro tem preconceito", mas este não prejudica o "branco", além de ser útil ao próprio "negro". "Isto não inclui o fato de o negro também ter preconceito para com o branco. Aliás o preconceito que o negro tem para com o branco é ainda humilhante para si e lisonjeiro para o branco porque é um conceito que ele tem também de que o branco é superior [Francisco Moraes – AMC]". (FERNANDES, 2008a, p. 368; 3ª MESA REDONDA, 1951, p. 130 e 156).

As lideranças dos movimentos sociais no "meio negro" teriam compreendido a necessidade de modificar o padrão de reação societária do negro ao recusarem a imagem do "bom negro" e incentivarem outras formas de

ajustamento social, segundo modelos de personalidade-status e comportamento mais compatíveis com a ordem social competitiva. Em sua primeira fase, esta viria a ser a principal função preenchida pelos movimentos reivindicatórios e sua preocupação imediata. Procuravam fornecer justamente uma alternativa aos ajustamentos deprimentes e combater o "complexo de inferioridade", conforme relembra Arlindo Veiga dos Santos em um depoimento citado por Florestan logo após os destacados acima:

> Eis como se refere ao assunto um dos artífices dos movimentos sociais que nasceram das contradições da situação racial que estamos descrevendo:
>
> "O negro precisa de uma educação separada, para ele tomar brios, para encarar o complexo de inferioridade que foi incutido desde menino. Isto é que se precisa fazer. Foi isso que fiz. Foi essa minha função. Educar o negro para revidar, não ficar de cabeça baixa, na decadência da própria personalidade, de chapéu na mão. Como disse, não ofendíamos ninguém. Enquanto os negros estivessem com o chapéu na mão, eles ficariam com o complexo de inferioridade e quem padece desse complexo é o Brasil. Fica-se um pais servil, inferior, sem personalidade internacional. Com a situação que estamos, temos de ser um país fraco, e que está ao sabor das potências internacionais." (FERNANDES, 2008a, p. 369; 2ª MESA REDONDA, p. 98 e 100)

Assim, combatiam as funções que o "preconceito de cor" exerce no desenvolvimento da passividade do negro diante de sua situação e na fomentação de ajustamentos subordinados nas relações com os "brancos", no tolhimento da autonomia moral na avaliação de suas próprias experiências, e na repressão do conflito até um ponto de "tensão".

Ao mesmo tempo, este combate era bem sucedido e adquiria sentido na medida em que objetivamente a situação de heteronomia racial deixava de ser totalizante e progressivamente se abriam oportunidades mais amplas de classificação social, processo que só atinge um grau realmente significativo a partir da década de 1940. Por outro lado, conforme alargam-se as oportunidades acessíveis aos negros e estes conquistam certo grau de autonomia objetiva e subjetiva, o "preconceito de cor" ganha novas conexões funcionais, não mais relacionadas ao padrão tradicionalista de relações raciais, mas à reprodução da

desigualdade racial na sociedade de classes, e os movimentos sociais se deparam com novos desafios, como veremos no próximo capítulo.

2.1.3 Evolução do padrão de reação societária do "negro" em direção aos movimentos reivindicatórios

Ainda dentro do recorte temporal das décadas que seguiram a Abolição, Florestan realiza uma primeira análise das reações societárias manifestadas pelo negro, principalmente pelo setor do "meio negro" que começou a desenvolver comportamentos e convicções inconformistas. Esta seção mobiliza, de maneira peculiar, alguns trechos de depoimentos feitos por colaboradores negros nas Mesas Redondas, como veremos.

O sociólogo acompanha a formação de uma "elite negra" nas décadas que seguiram a Abolição e o surgimento de uma consciência que progressivamente situa a situação social do negro como fruto de uma "espoliação racial", estimulando a mudança do padrão de reação societária da apatia ou dos ajustamentos prejudiciais em direção à absorção das formas de vida social adequadas à nova ordem social (em especial a família e a reorganização institucional do "meio negro") e ao comportamento racial inconformista.

Este período histórico, que vai até mais ou menos 1925, Florestan denominou os "anos do desengano", "[...] em que o 'negro' descobre, por sua conta e risco, que tudo lhe fora negado e que o homem só conquista aquilo que ele for capaz de construir, socialmente, como agente de sua própria história" (FERNANDES, 2008a, p. 117). Como a sua situação social não conduziu a população por este caminho, espontaneamente, reconhece que "[...] foi graças ao peneiramento constante de uma 'elite negra' que essa consciência histórica, confusa e desorientada no início, clara e ordenada depois, não se perdeu." (FERNANDES, 2008a, p. 113).

Num primeiro momento, Florestan aciona o depoimento de um informante negro, não identificado, que relembra como negros “da casa grande”, que tiveram certa proteção e educação por famílias brancas, obtiveram maior sucesso na fixação e adaptação na cidade que os “negros de lavoura”, os quais teriam ficado em situação de desamparo e sem instrumentos para se adaptarem à vida urbana e ao trabalho formal:

> “Não sabiam fazer nada. Só trabalhavam na roça [...]. Não sabiam ler e escrever, em regra, e não possuíam protetores. Eles sofreram muito, pois ficaram largados a si próprios. Mal vestidos, analfabetos, sem proteção, ficaram vivendo aqui e ali de expedientes [...], os que só se vestiam de brim e os que tinham menos traquejo na vida social e para o trabalho.” (FERNANDES, 2008a, p. 94)

Os “negros da casa grande”, por sua vez, conseguiam melhores colocações por meio do paternalismo tradicionalista, ainda muito importante como via de acesso do negro ao mundo do trabalho formal e assalariado, além do fato de que o contato anterior com as formas de vida social organizada tornava-o mais preparado para a sociabilidade urbana.

O fato de haver uma socialização prévia ajustada à vida urbana já era uma grande vantagem, em um processo abolicionista cujo “sentido moral” e “forma histórica final” foram uma situação em que o branco despiu-se das responsabilidades que mantinha para com o negro e este “[...] entrou em plena posse de sua pessoa e da responsabilidade de cuidar de seus interesses ou de seu destino” (FERNANDES, 2008a, p. 95).

Segundo Florestan, mesmo os empregos conquistados pelos “negros da casa grande” eram modestos, como já havia deixado claro o retrato de José Correia Leite a respeito das duas camadas do “meio negro”:

> Não passavam, no fundo, de empregos modestos, de moços de recados, serventes, contínuos ou, muito raramente, de escriturários. Mas conferiam boa renda e prestígio, em comparação com os demais. Por isso, pela década de 1920 esse estrato da população negra começava a aparecer como a elite de cor paulistana ou, na linguagem do informante, “os pretos de salão”. (FERNANDES, 2008a, p. 94)

Este estrato do “meio negro” diferenciou-se primeiramente pela aparência, pelas atitudes e pela adoção de uma postura rigorosa de reprovação do estilo de vida no “meio negro” desorganizado. Segundo Florestan, consideravam a “vagabundagem” e a “malandragem” inaceitáveis e desmoralizantes para a imagem do negro:

> Por volta de 1920, as elites da "população de cor" não queriam saber de nenhuma ligação com esta zona espúria da sociedade paulistana. Se dependesse delas, aqueles elementos seriam presos e "deportados" para o interior, ou sujeitos a programas correcionais, sob tutela policial. (FERNANDES, 2008a, p. 223)

Tanto José Correia Leite (que os chamou de “bajuladores”) quanto o informante não identificado, criticaram o distanciamento dos “pretos de salão” do restante da “população de cor”. Segundo trecho de depoimento do último, citado por Florestan, os outros eram vistos com desprezo:

> Como acentuou o informante, jogando com o contraste já indicado:
>
> “[...] os pretos da casa grande desprezam, de certa maneira, os outros pretos que não têm os mesmo ideais de vida. Eles encarnam a “moral dos brancos”: querem vestir-se bem, querem subir, querem comportar-se como pessoas de responsabilidade. Sentem-se chocados e ofendidos com o modo de viver e as concepções daqueles pretos que são largados, pois tem medo que isso reflita na idéia que o branco faz do preto. Vêem nos companheiros de situação mais baixa ou inferior uma ameaça ao seu prestígio social, que depende do que os brancos pensam a seu respeito”. (FERNANDES, 2008a, p. 103)

Apesar das críticas à adesão à “moral dos brancos” o sociólogo aponta como a aquisição de “ideais de vida” e adesão a um estilo de vida coerente com os requisitos para a participação social na sociedade de classes eram um requisito para o desenvolvimento de um inconformismo produtivo, e que apenas este estrato da “população de cor” apresentava na época.

Por isto, esta “elite” – que compreendia também os “negros letrados”, com instrumental para formular e difundir avaliações e diagnósticos a respeito da situação do negro – estava mais predisposta ao inconformismo, pois, “envolvidos

na torrente da vida social", tinham uma visão mais realista de seus próprios interesses, enquanto o restante vivia em resignação, conforme a convicção de que "vida de negro é assim mesmo" ou então tomava o caminho dos ajustamentos sociopáticos, da criminalidade, alcoolismo etc.

Nesta época, a percepção de um pequeno segmento inconformista desta "elite" a respeito da situação do negro, e que permaneceu forte na "tradição oral" do "meio negro" (FERNANDES, 2008a, p. 104), seria a um só tempo inconformista e ainda não completamente autônoma. Para Florestan, compreendiam o teor das principais dificuldades impostas pela situação social e a origem dos problemas de socialização do "negro":

> [...] focalizavam melhor o problema da transição e o que se poderia esperar do confronto do ex-escravo com o branco nas "condições de igualdade" com que contavam: quase doentiamente, ressaltam que o negro não encontrou nenhum amparo, oficial ou particular, enquanto o imigrante estrangeiro absorvia todas as atenções e recursos existentes. Por fim [...], tinham uma idéia clara a respeito da herança do negro: miséria, abandono e corrupção, encarados como uma retribuição injusta a quem fora o construtor do "progresso econômico" do Brasil [...]. (FERNANDES, 2008a, p. 104-105)

Mas, ao mesmo tempo, atribuíam ao problema uma "solução anacrônica", objetivando a "espoliação racial" pessoalmente e concentrando esforços na denuncia da negligência dos ex-senhores e dos círculos dirigentes, que teriam de ter se responsabilizado pelos ex-escravos:

> Essa derivação personalizou, praticamente, os efeitos da destituição do escravo [...]: os ex-senhores foram culpados, pessoal e diretamente, pelas desditas sofridas pela população negra [...]. Ao objetivar personalizadoramente uma espoliação social, os negros projetavam no passado tanto as causas quanto as soluções de seus problemas. Perdiam toda possibilidade de uma consciência clara, objetiva e autônoma do presente, privando-se, ao mesmo tempo, das consequências positivas que isso teria para a ebulição de reivindicações de natureza revolucionária. Em outras palavras, as convicções nucleares que alimentavam as avaliações críticas dos círculos mais "realistas", "independentes" e "insatisfeitos" da população negra não eram suficientes para criar um horizonte cultural próprio do "homem de cor livre". [...] o grosso da "população negra" se entregava a um desencanto funesto, que não encontrava sequer compensações aleatórias e superficiais. O desalento mais atroz se apossara dessa gente, impedindo

> o florescimento de disposições tão freqüentes em populações migrantes e desenraizadas concentradas em "cidades grandes": de se superar depressa, para sempre e por quaisquer meios um estado insatisfatório, penoso e deprimente de existência. (FERNANDES, 2008a, p. 104-107)

Esta interpretação, Florestan constrói com base em documentos da "imprensa negra" da época, bem como nos "diagnósticos retrospectivos" fornecidos por informantes e militantes negros, em depoimentos nas discussões realizadas nas Mesas Redondas; ambas as fontes dariam "amplo fundamento à interpretações expostas" e demonstram como a projeção do "drama negro" nos prejuízos causados pela Abolição permaneceu um componente importante na "tradição oral" (FERNANDES, 2008a, p. 107). Ao todo, são quatro referências às Mesas Redondas: um trecho da apresentação realizada por Sofia Campos Teixeira, já citada, e trechos de depoimentos de Francisco Lucrécio, Raul Joviano Amaral e Nestor Borges.

O trecho escolhido do depoimento de Sofia Campos Teixeira, uma informante com "conhecimento exemplar do passado da coletividade negra em São Paulo", ressalta como os libertos ficaram "postados à margem da sociedade" e "[...] passaram a palmilhar o caminho do vício [...]. E daí muitos negros encontraram a morte por causa da bebida [...], pela fome e por outras misérias, oriundas da *Abolição mal aplicada*" (FERNANDES, 2008a, p. 107; 4ª MESA REDONDA, 1951, p. 186 – grifo nosso).

Já Francisco Lucrécio, relembrando sua infância, aponta como era opinião comum, mesmo entre abolicionistas negros, que "[...] a lei de 13 de maio fora precipitada e que se devia, antes de promulgá-la, 'primeiro educar o preto para viver em liberdade'" (FERNANDES, 2008a, p. 107)[83]. Raul Joviano Amaral, por sua vez, reforça como o aspecto verdadeiramente dramático da situação do negro tem sua origem na Abolição:

---

[83] Não localizamos este trecho nas atas mas Florestan indica em nota que se trata de um depoimento feito em público por Francisco Lucrécio (cf. FERNANDES, 2008a, p 415, n. 111). É possível que a observação estivesse nas anotações de Florestan das reuniões cujas atas foram perdidas (cf. Apêndice B).

> "Efetivamente, senhores, com o decreto de 13 de maio de 1888, começou verdadeiramente, para a gente negra, o drama insolvido até hoje. [...] Suprimiram-lhes os castigos corpóreos e impingiram-lhe uma igualdade jurídica que, ainda agora, poucos conseguiram entender." (FERNANDES, 2008a, p. 108; AMARAL, [1951], p. 385)[84]

Florestan cita ainda, no mesmo bloco, parte de um depoimento[85] de Nestor Borges, onde este projeta a origem do problema especialmente na omissão e negligência do Estado diante dos libertos:

> "Sem excluir a responsabilidade moral da sociedade brasileira, o problema que aqui analisamos no seu aspecto econômico é de inteira responsabilidade do Estado. [...] De fato, as providências tomadas a fim de prover a lavoura de novos braços, providências que nunca terminam, gastando-se com isto quantias fabulosas, deviam ter ditado aos homens responsáveis pelos destinos do pais providências idênticas no sentido de amparar a grossa massa de trabalhadores libertos [...]." (FERNANDES, 2008a, p. 108; 11ª MESA REDONDA, 1951, p. 367 e 369)

Outras fontes citadas por Florestan incluem artigos do jornal *Alvorada* (FERNANDES, 2008a, p. 109), outros dois documentos ligados à Frente Negra[86] e um trecho de um documento redigido no contexto de uma campanha eleitoral na década de 1950 e assinado em parte pelo mesmo grupo de militantes colaboradores da pesquisa[87].

---

[84] Trata-se de uma apresentação realizada por Raul Joviano Amaral, voluntariamente, na Décima Primeira Mesa Redonda, intitulada "Reflexões sobre o preconceito". Cf. AMARAL, Raul Joviano. **Reflexões sobre o preconceito**, [1951]. Documento disponível no arquivo PDF 02.04.4531 (Observação em Massa - Situação Grupal) do Fundo Florestan Fernandes (BCo/UFSCar), p. 383-393.

[85] Trata-se de uma consideração que Nestor Borges escreveu e leu, voluntariamente, na Décima Primeira Mesa Redonda, chamada "Situação econômica do negro brasileiro, suas razões e conseqüências" (cf. 11ª MESA REDONDA, 1951, p. 367 e 369).

[86] SANTOS, Arlindo Veiga dos. **Manifesto à gente negra brasileira**. Frente Negra Brasileira, São Paulo, 2 dez. 1931; [AMARAL, Raul Joviano]. **Frente Negra Brasileira**: suas finalidades e obras realizadas. [1936]. Ambos os documentos estão disponíveis no arquivo PDF 02.04.4540 (Documentação Escrita) do Fundo Florestan Fernandes (BCo/UFSCar). Cf. Apêndice A.

[87] Trata-se de um *relatório datilografado sobre arregimentação eleitoral e politização no meio negro, escrito em primeira pessoa, mas onde consta como signatário um "comitê" contituído por* Geraldo Campos de Oliveira, José Evaristo, Benedito Armando Costa, Dr. Raul Amaral (candidato a deputado estadual), Sofia Campos Teixeira, Herminio Augusto Evaristo, B. Vitalino A. da Silva, Firmino Ferreira, Jorge Prado Teixeira. Além das associações Associação José do Patrocínio,

Estes serviriam também de demonstração de como a constatação de que o negro fora abandonado à própria sorte, adentrando uma nova era marcada por um diferente tipo de escravidão que “ficou dentro dos homens”, a “escravidão moral e intelectual”, difundiu-se e generalizou-se, no “meio negro” letrado, com um certo grau de ressentimento. Segundo Florestan, “em algumas manifestações da Frente Negra Brasileira, essas críticas amargas são condensadas e ampliadas, aplicando-se por igual à orientação e à politicagem da 1ª República” (FERNANDES, 2008a, p. 110).

Há ainda dois depoimentos de caráter mais extremo, dos quais não identificamos a origem, que expressam preferência pela escravidão e pela monarquia, diante da situação de “escravidão moral e intelectual” que se seguiu à Abolição. Podemos inferir que se trata de informantes militantes no “meio negro”, pela consideração do sociólogo: "A complexidade das implicações da Abolição são tão grandes, que mesmo informantes identificados com o meio negro e com a luta contra o preconceito de cor emitem opiniões que envolvem diferentes graus de saudosismo" (FERNANDES, 2008a, p. 109).

Conforme apontamos acima, para Florestan era necessária a compreensão de que, no contexto da nova ordem social, o homem “só conquista aquilo que ele for capaz de construir, socialmente, como agente de sua própria história” (FERNANDES, 2008a, p. 117). Em realidade, a projeção da espoliação racial no passado e sua objetivação pessoal denunciariam deformações na percepção do problema, pois a auto-representação do sujeito ainda encontrar-se-ia identificada

---

Legião Negra de São Paulo, Associação Palmares, Campos Elíseos, Evoluidos, Irmandade do Rosário, Irmandade dos Remédios – Cambuci, Irmandade de São Benedito – Vila Santa Isabel, Clube Negro de Cultura Social, Organização “Novo Horizonte”, Centro de Cultura Luiz Gama, União das Escolas de Samba, Extra - Ribeirão Preto. Florestan faz duas menções à origem deste documento: (1) “Presumivelmente, esse documento foi escrito pelo prof. Jorge Prado Teixeira, promissor intelectual jovem do ‘meio negro’, que morreu prematuramente e que prestou construtiva colaboração à nossa pesquisa” (FERNANDES, 2008a, p. 108, n. 114); e (2) “[...] documento divulgado de modo restrito e que se destinava a servir de fulcro à seleção de um candidato político negro e à organização da campanha eleitoral correspondente” (FERNANDES, 2008a, p. 108). Cf. [TEIXEIRA, Jorge Prado?]. **Relatório - arregimentação eleitoral e politização no meio negro**. Mimeo, [s.d.]. Documento disponível no arquivo PDF 02.04.4539 (Estudos de Caso II) do Fundo Florestan Fernandes (BCo/UFSCar), p. 1-14.

com a imagem do “negro” construída pelo padrão tradicionalista, onde “brancos” são representados como “tutores” e “negros” como “interditos”. A situação requeria, no mínimo, a redefinição da auto-representação e atitudes do “negro” de acordo com critérios adequados à ordem social competitiva e, idealmente, a formação de uma minoria racial capaz de exercer papéis sociais e políticos em prol de seus interesses.

Para o sociólogo, este momento histórico seria o da “[...] primeira experiência crucial do negro com o significado e o uso das funções da liberdade como uma dimensão do horizonte cultural e da organização do comportamento social [...]” (FERNANDES, 2008a, p. 111). A partir desta experiência “impiedosa e brutal”, um grupo teria formado uma “consciência histórica” adequada. Porém, pelas questões apontadas acima, seria preciso ir mais adiante e abandonar as representações que aproximassem o “negro” do “liberto” ou “ex-escravo”, redefinindo-o como sujeito social e político:

> Só por meio do próprio “negro”, no processo de transformação de seu modo de ser e de interagir com a sociedade paulistana, seria possível determinar o sentido dessa ideia [de uma Segunda Abolição] e, portanto, o que o sombrio período de desorganização pessoal e social representa como uma etapa da árdua luta do “homem de cor” pela liberdade. (FERNANDES, 2008a, p. 112)

Após estas considerações a respeito de certo anacronismo da consciência social, Florestan nota que “[...] ainda no primeiro quartel do século XX, [o negro] procurará rever o conteúdo de suas aspirações, tentando se lançar na torrente social com um espírito mais realista [...]” (FERNANDES, 2008a, p. 115). Assim, por exemplo, encerra suas considerações no capítulo em questão com uma consideração de José Correia Leite a respeito deste processo, retirada da monografia “*Movimentos sociais no meio negro*”:

> A seguinte reflexão de um dos informante mais lúcidos do meio negro esclarece suficientemente este aspecto:
>
> “Por volta de 1927-1928, já se havia percebido o ‘erro’ ‘de não ter imitado o imigrante, ao ter este último passado necessidade e alimentado-se mal – fato de que o negro caçoava. Nessa época, os italianos já eram donos

> do Bexiga e seus filhos, quando não doutores, eram guarda-livros, alfaiates, marceneiros ou tinham pequenas casas de comércio, enquanto os negros ainda viviam em porões e sofriam as mesmas picadas da desigualdade econômica. O Clarim [da Alvorada] chamou a atenção para este fato muitas vezes". (FERNANDES, 2008a, p. 116; LEITE; MOREIRA, [1951], p. 142)

Nesta parte da análise, encontramos uma primeira demonstração da operação utilizada pelo sociólogo na construção de uma interpretação normativa que dialoga diretamente com os intelectuais negros colaboradores da pesquisa e lideranças dos movimentos reivindicatórios.

O uso crítico que Florestan faz dos depoimentos das Mesas Redondas poderia levar à compreensão equivocada de que o sociólogo pretende, de alguma maneira, contestar a consciência social construída pelo setor inconformista do "meio negro". Como veremos, as coisas são mais complexas. Ao longo da obra Florestan expõe recortes de trechos dos depoimentos feitos nas Mesas Redondas para exemplificar tanto percepções que denomina como "anacrônicas" ou "pouco eficazes", quanto formulações que apreendem o "problema do negro" na sua dimensão mais profunda e fundamental.

Seu objetivo é destacar certos elementos da consciência crítica que se formou e se difundiu desde o início do século XX, com os primeiros movimentos sociais no "meio negro", e se prolongou pela "tradição oral" e em iniciativas posteriores. Estes elementos são os que têm sentido, conforme sua avaliação, no contexto de uma luta social pelos direitos de uma "minoria racial" dentro de uma sociedade de classes e, portanto, pela democratização racial desta sociedade. Este destaque é feito em oposição a outros aspectos igualmente críticos da referida consciência, mas que não têm eficácia no combate à dominação racial tal qual ela se reproduz no seio de uma sociedade de classes, sendo portanto "anacrônicos", embora respondam a experiências reais e a elaborações coerentes em termos lógicos, éticos e emocionais.

Sua reflexão sobre os desafios dos movimentos sociais no "meio negro" é feita de uma perspectiva histórica e, assim, estabelece os parâmetros para a

definição dos anacronismos. Embora encare os elementos da consciência crítica formada como pertinentes, as transformações do próprio “meio negro” e da situação social da “população de cor” em geral redefinem as condições estruturais, dinâmicas e psicossociais nas quais os movimentos sociais se inserem e, portanto, redefinem o campo de possibilidades de sua atuação e as exigências práticas da situação.

Assim, não se trata de uma proposição nova do sociólogo àqueles intelectuais, mas do discernimento e contextualização, feitos por meio da interpretação sociológica, do conjunto de percepções e explicações dadas por eles ao “problema do negro”; um conjunto que Florestan considera de maneira abrangente como uma consciência crítica que foi se mantendo através da “tradição oral” no “meio negro” inconformista e conservou inclusive os aspectos que se tornaram anacrônicos e tem, portanto, menor importância com relação a outros componentes desta consciência.

Até então, tratamos do primeiro volume de *A integração*. No primeiro capítulo do segundo volume, Florestan realizará uma análise sistemática da formação e dos conteúdos desta consciência crítica, partindo do momento histórico caracterizado pela citação acima, retirada da monografia “*Movimentos sociais no meio negro*”. Para tanto, se apóia em documentos originais da época e no material da “imprensa negra”, mas principalmente nesta mesma monografia.

Porém, antes de iniciarmos o tratamento do conteúdo do segundo volume de *A Integração*, é necessário explicar a origem desta monografia e a natureza dos dados que ela forneceu.

2.2 A coleta de dados pela técnica da história de vida e a origem da monografia "Movimentos sociais no meio negro"

Até aqui, apontamos a identificação entre as representações de José Correia Leite a respeito do "problema negro" e a análise de Florestan; o primeiro constrói "interpretações intuitivas" que são estruturantes na análise do sociólogo sobre a mudança gradual dos padrões de reação societária do negro na segunda década do século XX. Parte da importância da história de vida de Correia Leite já foi evidenciada acima: sua origem social torna seu relato crucial para a caracterização da vida no "meio negro" desorganizado no início do século XX. Nesses termos, suas experiências estabelecem, no capítulo sobre os movimentos sociais no meio negro, uma ponte entre a análise do material da "imprensa negra", produzido por aquela "elite", e a análise do fator humano cuja mobilização foi fundamental para o advento e crescimento dos movimentos reivindicatórios, o "meio negro" pobre. José Correia Leite era um indivíduo saído desta "massa" e viveu em condições graves de desorganização social, tornando-se um dos principais lideres dos movimentos, situação incomum visto que, em geral, tais líderes eram recrutados no segmento mais privilegiado do "meio negro".

A identificação é ainda mais profunda e ficará explícita quando tratarmos do surgimento dos movimentos reivindicatórios, pois os fatores internos ao "meio negro" que Florestan identifica como incentivos a este surgimento estão intimamente ligados à trajetória do próprio colaborador e às experiências que definiram sua lealdade aos interesses do negro, em especial seu contato com os italianos e a sua própria explicação do fenômeno de surgimento e expansão dos movimentos sociais no "meio negro", que se encontra bem estruturada na monografia "Movimentos sociais no meio negro" (cf. Anexo C).

Deve-se notar, no entanto, que outro fator importante se prende à qualidade e forma dos dados fornecidos por José Correia Leite e tratados por Renato Jardim Moreira. Antes de tratarmos do capítulo *Movimentos sociais no meio negro*

(primeiro capítulo do segundo volume), no qual a monografia referida adquire grande importância, é preciso contextualizar a coleta e tratamento dos dados que deram origem a este documento. Nossa hipótese é que a qualidade e formato dos dados a que Florestan teve acesso nasceram de uma combinação entre o modo como Renato Jardim Moreira aplicou a técnica de coleta de história de vida e a natureza da narrativa de José Correia Leite. Três pontos são fundamentais: a) a própria técnica de coleta de dados; b) a iniciativa espontânea do colaborador em fornecer uma história dos movimentos sociais no "meio negro" ao pesquisador[88]; c) a racionalização que Renato Jardim Moreira faz dos eventos da vida de José Correia Leite, culminando no momento da "redefinição das lealdades".

A abordagem de Renato Jardim Moreira ao colher as histórias de vida é em grande parte esclarecida por um artigo em que relata sua experiência de aplicação da técnica na pesquisa da UNESCO. O artigo, em que o pesquisador compara seu contato com José Correia Leite e com Francisco Lucrécio[89], foi publicado em

---

[88] Posteriormente, Correia Leite escreveu uma sistematização que resultou no trabalho *O alvorecer de uma ideologia*, ideia que teria surgido da primeira experiência de sistematização e reconstrucão histórica sobre os movimentos sociais no "meio negro", a monografia que realizou em conjunto com Renato Jardim Moreira: "No meu tempo não se deu muita atenção ao que futuramente seria uma história de lutas e reivindicações. Eu mesmo estava um pouco despreocupado. Por isso a maioria não conhece essa história de lutas sociais que foi feita. Os brancos em suas pesquisas é que começaram a descobrir esse lado que não é do folclore nem dos cultos africanos. Eu tentei fazer, escrever qualquer coisa, mas achei que seria coisa sem importância e os originais ficaram na gaveta... Então, acabei desistindo. Eu tinha até escolhido o título: *O Alvorecer de uma Ideologia*. A idéia veio quando comecei a fornecer dados para um moco, estudante de sociologia, chamado Renato Jardim Moreira. Nós chegamos a fazer um trabalho que foi utilizado na pesquisa da Unesco, chamado Relações entre Negros e Brancos em São Paulo. Fiz as primeiras páginas, mas desisti. Ninguém pensou no amanhã. A razão disso é a desorganização do meio negro." (LEITE; CUTI, 1992, p. 17-18). *O Alvorecer de uma Ideologia* seria publicado pela Associação Cultural do Negro em seus Cadernos de Cultura Negra, o que não chegou a ocorrer. O original foi devolvido a José Correia Leite em 1963 e foi publicado em LEITE; CUTI, 1992. Sabemos que Florestan teve acesso ao original, pois o utiliza na caracterização da "contraideologia do desmascaramento racial" (cf. FERNANDES, 2008b, p. 120-121).

[89] "Esta exposição apresenta, inicialmente, minha experiência de campo e as dificuldades que enfrentei ao coligir o material necessário para a elaboração das histórias de vida; propõe em seguida o modo pelo qual penso ter superado essas dificuldades, isto é, indica uma técnica de coleta de material capaz de fornecer uma história de vida da qual constem os dados necessários à pesquisa sociológica [...]." (MOREIRA, 1953, p. 26). Neste artigo, Renato Jardim Moreira não nomeia seus informantes, mas sabemos que se trata de José Correia Leite e Francisco Lucrécio pelo confronto com suas considerações no documento original das histórias de vida (MOREIRA; LEITE, [1951]; MOREIRA; LUCRÉCIO, [1951]).

conjunto com um texto de Maria Isaura Pereira de Queiroz sobre suas próprias experiências na mesma pesquisa e uma introdução de Roger Bastide (BASTIDE, 1953; QUEIROZ, 1953).[90]

Como Bastide aponta em sua apresentação, a pergunta que orienta esses dois artigos é a possibilidade do uso propriamente "sociológico" da técnica da história de vida, em contraste com o uso que se faz dela na psicologia social[91]. Isso significaria que os dados deveriam revelar mais "os fatos sociais propriamente ditos", que têm dimensão coletiva, e menos o desenvolvimento de uma personalidade individual (BASTIDE, 1953).

Assim, Bastide observa que Maria Isaura Pereira de Queiroz foi levada, pela natureza de sua pesquisa, a solucionar o problema pelo "método comparativo". Seu objetivo era colher a história de vida de uma pessoa da "classe baixa" para conhecer o meio social em que vivia, mas esta era uma história de vida isolada e, portanto, para que se verificassem os elementos que se ligavam propriamente à vida coletiva e indicassem fatos sociais (no caso, o papel desempenhado pela cor neste meio social) seria preciso comparar o conteúdo narrado com outras histórias de vida ou depoimentos pessoais do mesmo meio social, ou ainda com dados colhidos por outra técnica de pesquisa. Assim, a pesquisadora colheu não apenas esta história de vida como outros depoimentos pessoais e fragmentos de histórias de vida; além disso, procurou adotar a técnica de deixar o pesquisado falar com liberdade e sem o conhecimento do objetivo do pesquisador, pois os episódios relatados poderiam estar ligados ao objeto da pesquisa sem que o pesquisado perceba ou queira perceber, de modo que, se este fosse levado a narrar apenas episódios nos quais identifica conscientemente

---

[90] Cf. também o artigo de Florestan sobre a técnica de pesquisa da história de vida (FERNANDES, 1959 [1956]). Embora publicado em coletânea de 1959, o artigo data originalmente de 1956 e tem como co-autor Ramzia Gattás. Foi escrito, portanto, depois dos artigos de Moreira e Queiroz, ambos de 1953; trata dos mesmos problemas metodológicos mas de uma perspectiva mais abstrata.

[91] A principal referência são os critérios de John Dollard para a aplicação da técnica da história de vida (BASTIDE, 1953; MOREIRA, 1953).

um papel desempenhado pela cor, dados importantes seriam omitidos. Segundo Bastide, Maria Isaura Pereira de Queiroz teria encontrado uma solução "aparentemente paradoxal" para o uso sociológico da técnica da história de vida: o controle dos dados pela comparação, mas sem que esta implicasse na estandardização dos dados, utilizando-se da técnica de dar liberdade à narrativa do pesquisado (BASTIDE, 1953).

Portanto, os dados que os pesquisadores esperavam obter por esta técnica de pesquisa diziam menos respeito à vida do informante e mais sobre o que poderia ser entendido da dinâmica das relações sociais em seu meio social, no caso o "meio negro". O caso de Renato Jardim Moreira era bem diverso e mais promissor que o de sua colega, por conta do próprio informante envolvido (José Correia Leite):

> [...] estudava um líder, cuja vida se misturava à dos grupos que fundara ou dirigira ou aos que se opusera pela luta; sua vida era, assim, menos um conjunto de acontecimentos (onde a cor desempenhava um papel) que a história de um pensamento, de uma ideologia, e de uma racionalização, determinada sem dúvida pela cor, mas agindo como força "dinâmica" na modificação das relações sociais, dotada de uma potência criadora, manifestando-se através da formação de grupos. [...] Ora, a história de vida permite justamente a Renato Jardim Moreira descobrir essa realidade social objetiva, um duplo ângulo complementar: o da própria dinâmica das relações sociais, e do social *in statu nascendi* [...]. (BASTIDE, 1953, p. 6)

Segundo o próprio Renato Jardim Moreira, as entrevistas se davam "[...] no sentido de obter a maior quantidade possível de dados sobre as relações entre brancos e negros, tomando estas últimas como o eixo em torno do qual girava a vida do pesquisado" (MOREIRA, 1953, p. 27)[92]. Nesse contexto, a atitude de José Correia Leite era ideal, fornecendo dados sobre os movimentos sociais no "meio negro" e sobre sua situação social, que vem a ser a do "meio negro desorganizado", conforme aponta Florestan. Houve uma identificação imediata

[92] É evidente que a omissão do propósito da pesquisa, neste caso, era impossível, pois os informantes não apenas eram intelectuais que pensam o "problema do negro", como participavam também naquele momento das Mesas Redondas.

entre os objetivos do pesquisador e do pesquisado, ambos procuravam fornecer um “retrato objetivo” da situação social do negro:

> [...] houve por iniciativa do pesquisado uma focalização nos fatos de ordem social [...], pessoa de evidência nos movimentos sociais surgidos no meio negro, procurou narrar objetivamente os acontecimentos de que participou, tendo daí resultado uma verdadeira história dos movimentos negros. Fatos de ordem pessoal só apareciam na medida em que suas atitudes explicavam algo desses movimentos; por outro lado, surgiam constantemente dados sobre a estrutura social do meio negro. (MOREIRA, 1953, p. 27-28)

Na avaliação do pesquisador, o caso de Francisco Lucrécio confirma o anterior pela negativa, pois o pesquisado não forneceu dados que pudessem ser aproveitados, por não se tratarem de dados objetivos sobre a realidade social e sim de uma narrativa que dizia mais a respeito de sua personalidade. O pesquisador relata a coleta de dados da seguinte maneira:

> O outro entrevistado não me forneceu elementos que permitissem a elaboração de sua história de vida. Depois de algum tempo, realizadas cerca de dez entrevistas, no decorrer das quais cheguei a estabelecer com ele uma certa intimidade e a perceber alguns traços de sua personalidade, fui obrigado a desistir de levar adiante a coleta de dados, uma vez que ficou patente que o pesquisado fazia uma escolha nos dados em que me narrava, com o fito de tornar suas ações passadas coerentes com seus ideais e atitudes atuais. Sem dúvida, para o pesquisador preocupado com problemas de personalidade, este caso poderia apresentar interesse; mas, como meu objetivo era esclarecer determinadas questões ligadas à evolução das condições de contato entre brancos e negros, para o que as informações do pesquisado não traziam contribuição, fui levado a abandonar sua história de vida. (MOREIRA, 1953, p. 28)

Para Renato Jardim Moreira, esse caso indicou que o conhecimento da personalidade do entrevistado era importante como fator de controle, para que o pesquisador pudesse discernir na narrativa o que realmente fosse esclarecedor do ponto de vista dos fatos “objetivos”. O conhecimento da personalidade do informante entra em questão na medida em que “[...] permite uma verificação das informações obtidas, uma vez que torna possível extrair delas, usando a personalidade como fator de controle, os elementos devidos à perspectiva pessoal

do entrevistado" (MOREIRA, 1953, p. 29). O conhecimento da personalidade do entrevistado deve ser assim uma preocupação prévia do pesquisador:

> Praticamente, o pesquisador conseguirá isto, procurando conhecer, de início, os interesses e ideais do pesquisado, seja dedicando as primeiras entrevistas a conversas sobre assuntos gerais, seja discutindo sua pessoa com outras pertencentes aos grupos em que convive. (MOREIRA, 1953, p. 29-30)

Na introdução do documento original da história de vida de Francisco Lucrécio o pesquisador relata como procedeu nesse sentido:

> Depois desse primeiro contacto vi F.L. várias vezes em reuniões da "Mesa Redonda" e em outras situações. Tive também oportunidade de conhecer as impressões de outros negros sobre ele. No que concerne o homem de família, as opiniões são favoráveis […]. Quanto à sua atividade como dentista, alguns elogiam-no: "bom dentista, mão leve, nem sente". Outros, quando a política serve como tema da conversa, mostram-se menos benévolos: "metido a doutor, não sei de onde ele tirou esse diploma, ligando-se a seus adversários políticos este último tipo de observação. Seus adversários políticos consideram-no, na vida política, igual aos outros que nela estão metidos: "Malandro como os demais, picareta, sei que esta semana mesmo ido dar o golpe no Ademar para arranjar dinheiro". Essa opinião é mais ou menos geral: um de seus amigos põe ênfase em sua lábia e conta da "cantada" que dera em uma branca […]. Foi com esses elementos que compareci à primeira entrevista para fazer a história de vida. O relatório que se segue não apresenta, de fato, uma história de vida, por não me ter sido possível colher dados completos, em razão do informante negar-se, desconversando, a referir-se a fatos concretos que pudessem lançar-me em uma boa pista. […] Procurei inicialmente, nas nossas entrevistas, conhecer o pesquisado para, em seguida, orientar seu depoimento em função dos interesses da pesquisa, e tendo como referência de controle aqueles modos de conduta que já me eram conhecidos. (MOREIRA; LUCRÉCIO, 1951, p. 1, 3 e 5)

Não vamos nos aprofundar nessa história de vida, pois é utilizada de maneira pontual por Florestan, frequentemente em conjunto com exemplos retirados de outras fontes[93], em contraste com a de Correia Leite, que é estruturante da narrativa. Mas é importante pontuar como a natureza dos dados está intimamente ligada à personalidade dos atores e as relações que se

[93] Cf. FERNANDES, 2008a, p. 170 e 367; FERNANDES, 2008b, p. 46, 85, 513 e 518.

estabelecem, em um nível pessoal. Na história de vida de José Correia Leite, veremos que o contato inicial entre ele e Renato Jardim Moreira é diferente, havendo logo no primeiro encontro uma identificação tanto entre objetivos e interesses de ambos, quanto às informações que deveriam ser fornecidas e como.[94]

Quando trata da situação social do "negro" no início do século, Florestan recorre a ela principalmente para exemplificar aspectos da miséria e desorganização social no "meio negro", por motivos que já indicamos da origem social do informante e da qualidade "objetiva" dos dados, que focalizam a situação social no "meio negro". Quando trata do surgimento dos movimentos sociais no "meio negro" Florestan recorre a ela para orientar sua análise, não apenas com exemplo; há uma identificação entre a racionalização intuitiva de José Correia Leite a respeito daquele fenômeno – conforme a citação de Bastide acima, o que o informante fornecia era a "história de um pensamento, de uma ideologia", que capturava o social *in statu nascendi* – e a racionalização sociológica de Florestan. Isto foi possível pelo uso da técnica de coleta de dados feito por Renato Jardim Moreira, segundo os parâmetros expostos acima, e pela disposição espontânea de José Correia Leite.

Nestes termos, a monografia "Movimentos sociais no meio negro" deve ser entendida como produto deste encontro. A partir da introdução que o pesquisador faz ao documento original da história de vida, constatamos que a ideia nasceu dos encontros entre ele e José Correia Leite, conforme este fornecia os dados; o último tinha, desde o início, expectativa que o pesquisador registrasse cuidadosamente a "história dos movimentos sociais" narrada.

---

[94] Esta identificação se refere ao desejo de fornecer e obter dados para a redação de uma "história dos movimentos sociais no meio negro". Enquanto a disposição de José Correia Leite vai de encontro aos interesses do pesquisador, a reação de Francisco Lucrécio quando o pesquisador procura direcionar a conversa para a questão do "negro" é diversa: "[…] passados os minutos difíceis de um primeiro contacto com pessoas até então desconhecidas, passamos a falar do negro. F.L. logo procurou mostrar suas ligações com pessoas que se ocupam desse problema (Bastide, Pierson), assim como expor algumas opiniões desses professores" (MOREIRA; LUCRÉCIO, 1951, p. 1).

Optamos, aqui, por reproduzir integralmente, de saída, a introdução do pesquisador ao documento da história de vida, pois ela esclarece simultaneamente aspectos da relação que se estabeleceu, da disposição de Correia Leite e da estrutura do documento, bem como indica a maneira como os dados foram organizados:

> Antes de expor o material colhido para a organização desta história de vida, é necessário explicar como o apresentarei. A primeira parte consistirá em um depoimento sobre os "Movimentos Sociais no Meio Negro"; a segunda, na história de vida propriamente dita, e a terceira, em alguns fatos conhecidos através do entrevistado, os quais refletem suas atitudes em relação ao branco e ao negro. Esta disposição explica-se pelo tipo de ajustamento desenvolvido entre pesquisado e pesquisador. De fato, desde as primeiras entrevistas precisei usar lápis e papel para anotações, pois percebi ser essa uma expectativa do entrevistado. Colhi, dessa forma, alguns fatos de sua vida; logo, entretanto, a narração desviou-se para a história dos movimentos sociais no meio negro ("não vejo em que minha vida possa interessar... isto sim."). Com o correr das entrevistas, pude voltar várias vezes à sua história de vida, mas agora em condições mais favoráveis, que permitiam uma certa espontaneidade do entrevistado – produto do desenvolvimento de uma relação de caráter simpático. As referências sobre sua vida apareciam ocasionalmente, não como parte das informações e do depoimento, mas como considerações à margem dos assuntos tratados. Assim, para não constrangê-lo, não anotei em sua presença, nenhuma das informações sobre sua experiência pessoal; pude, no entanto, completar aqueles dados iniciais e organizar a história de vida. A terceira parte tem uma gênese completamente diferente: são fatos e observações obtidos nas mais diversas situações, principalmente nas vezes em que a conversa se desviava para temas gerais, e também em outras ocasiões, em que a relação não era mais a de pesquisado e pesquisador. (MOREIRA; LEITE, 1951, p. 34-35)

De acordo com Renato Jardim Moreira, portanto, a história de vida se dividiu em três partes: a monografia “Movimentos Sociais no meio negro”; a reconstrução cronológica de situações vividas pelo informante; um aglomerado de dados fornecidos e que tratam, diretamente, da situação social e ocupacional do negro no período focalizado. As duas últimas partes estão no documento original

da história de vida e a monografia foi arquivada separadamente como "estudo de caso"[95].

Relacionando esta divisão com o uso do material por Florestan Fernandes, constatamos que: a) a monografia é usada principalmente no capítulo 1 do volume 2 sobre os movimentos reivindicatórios, como já apontamos; b) as citações que arrolamos na primeira seção deste capítulo, sobre a desorganização social no "meio negro", são retiradas das duas partes do documento da história de vida em si; c) a história de vida em si foi organizada como uma sucessão de situações da vida do informante encadeadas segundo uma racionalização do pesquisador[96], que é adotada de maneira indireta por Florestan na estrutura do capítulo sobre os movimentos sociais, em conjunto com a monografia (que é colocada com citações diretas).

Sobre a monografia, o mais importante é apontar que, embora tenha sido tomada como um estudo de caso, o original consiste literalmente em uma sequência de citações de José Correia Leite, sem intervenções do pesquisador interpretando os dados, o que ocorre na história de vida. Segue-se a ordem cronológica dos principais eventos ocorridos durante o surgimento, o auge e a desarticulação dos movimentos sociais no "meio negro". A narrativa é interrompida em 1945, ano de fundação da Associação dos Negros Brasileiros (ANB), da qual José Correia Leite não quis tratar por considerar que os eventos eram recentes

---

[95] O leitor poderá encontrar no documento original (MOREIRA; LEITE, 1951), disponível no arquivo PDF 02.04.4528 (Histórias de Vida) do Fundo Florestan Fernandes (BCo/UFSCar), a seguinte divisão: da página 35 a 61 a história de vida; da página 61 a 64 as considerações sobre o estado do meio negro da época (como, por exemplo, as ocupações mais comuns entre os negros e a diferenciação entre uma elite frequentava salões de baile e os "negros de brim"). A parte sobre os movimentos sociais (LEITE; MOREIRA, [1951]) foi separada e arquivada junto com diferentes estudos de caso, como um estudo de caso sobre a história desses movimentos, estando disponível no arquivo PDF 02.04.4527 (Estudos de Caso) do Fundo Florestan Fernandes (BCo/UFSCar), p. 110-175.

[96] Segundo o pesquisador, no artigo já citado, "[...] a história de vida do ponto de vista da sociologia é o relato das situações vividas por um indivíduo, ordenadas cronologicamente. A ênfase posta nos estímulos sociais recebidos pelo indivíduo não implica no desconhecimento dos aspectos biológicos e psíquicos mas os transforma de objeto em meio de conhecimento" (MOREIRA, 1953, p. 30). O documento original segue exatamente esta lógica.

demais[97]. Renato Jardim Moreira, então, completa o documento com que lhe foi possível acessar, tendo recorrido, para tanto, ao jornal *Alvorada*, publicação da ANB:

> Não quis o depoente prestar informações sobre este período, alegando ser história recente. Forneceu-me uma coleção de "Alvorada", órgão oficial da "Associação dos Negros Brasileiros", fundada com a democratização do país. Observa-se, pela análise do jornal, que os elementos responsáveis por esta organização foram os mesmos que tomaram parte nos acontecimentos passados. Sangue novo praticamente não existia. O presidente foi o próprio depoente e secretário geral, o dr. Raul do Amaral. Os demais membros da diretoria haviam pertencido aos dois grupos que se digladiaram desde 31, quando os elementos do Clarim abandonaram a Frente Negra[98]. A base do programa é a necessidade de levantamento social, econômico e cultural do negro. Esta intenção é perseguida através de um planejamento objetivo, onde não figura qualquer relação com a política, desligamento esse constantemente afirmado [...]. (LEITE; MOREIRA, [1951], p. 172 e 174)

Florestan não dispunha, portanto, de muitos elementos para estender sua análise dos fatores específicos que envolvem o surgimento e o fracasso dos movimentos sociais no meio negro para além do fim da FNB e depois da abertura democrática em 1945. Dispunha dos originais das publicações da ANB, entre outras da mesma época (1945-1951) das quais a principal é *O Novo Horizonte*[99]. Como veremos, Florestan trata os dados como um conjunto, e considera que tanto os movimentos da década de 1930 quanto os posteriores compartilham uma ideologia comum, não havendo disparidades fundamentais.

Trataremos do conteúdo da monografia na próxima seção, acompanhando o uso que Florestan faz dela[100]; antes, é preciso esclarecer alguns pontos do

---

[97] Provavelmente, José Correia Leite não desejava expor os atritos com os companheiros e as dificuldades que culminavam em seu fechamento em 1948. Já no caso da Frente Negra Brasileira (FNB), Correia Leite descreveu detalhadamente os embates entre seu grupo e a direção daquela.

[98] Neste ponto Florestan faz uma anotação na margem: "elite velha".

[99] Como apontamos no primeiro capítulo, foi dirigido por Arnaldo de Camargo, Aristides Barbosa e Ovídio P. dos Santos[99], e entre seus colaboradores estavam Raul Joviano Amaral, Sofia Campos Teixeira e Geraldo Campos Oliveira entre os que participaram da pesquisa.

[100] Acompanharemos apenas o uso que Florestan faz do material, mas o documento original pode ser consultado em sua integridade no Anexo C desta dissertação.

conteúdo da história de vida em si, que parece ter influenciado indiretamente a análise dos incentivos histórico-sociais e internos do "meio negro" que contribuíram para o surgimento dos movimentos reivindicatórios.

O que orienta a narrativa, composta de dados fornecidos por José Correia Leite, mas encadeados e racionalizados por Renato Jardim Moreira, é a experiência de formação no "meio negro" pobre, em contato próximo com imigrantes italianos, de uma gradual tomada de consciência do "problema do negro" e redefinição das lealdades em direção a este. Tudo culmina, portanto, na adesão de José Correia Leite aos movimentos reivindicatórios e, eventualmente, em seu papel de liderança.

Seguindo ordem cronológica, a história de vida começa com relatos dos dez primeiros anos de vida de José Correia Leite: a vida na rua, tentativas fracassadas de frequentar a escola e duras condições do dia-a-dia, na luta pela subsistência. É desta parte que Florestan retira algumas das citações sobre a dificuldade de adquirir uma educação formal; o fato de que muitos negros não tinham onde morar e a vida nos cortiços, onde havia "promiscuidade". Esta fase da vida é tomada por Renato Jardim Moreira como um período muito difícil, o que explicaria o fato do informante não ter dado muitas informações a respeito.

Esta "promiscuidade"[101], além de mais de uma ocorrência em que assistiu a estupros violentos de negros a crianças e mulheres negras aparecem como muito marcantes, sendo um dos motivos que levaria o depoente a procurar se afastar do "meio negro" e a viver em condições de maior segurança e estabilidade com uma família de italianos, que o acolheu em sua casa quando tinha dez anos (MOREIRA; LEITE, 1951, p. 35-38). Para Renato Jardim Moreira, nesta fase, "O negro, mesmo se apresentando sob a forma de um herói, não preenchia todas as

[101] Renato Jardim Moreira destaca como a descrição de José Correia Leite sobre sua mãe era de uma mulata "deste tipo muito seqüestrado", associando-se a isto o fato de sua irmã ser "filha de um turco" e o próprio pai, um "branco importante" (MOREIRA; LEITE, 1951, p. 35).

condições deste” (MOREIRA; LEITE, 1951, p. 35-38). O pesquisador encerra esta primeira parte com a seguinte constatação:

> Embora pobres, os dados relativos aos primeiros dez anos de vida, são significativos na medida em que representam a tomada de contacto com a sociedade em que o individuo vai viver. Como se verá, pelos dados que correspondem ao período que vai dos dez aos dezoito anos, a importância dos já apresentados cresce, pois esclarecem em muito a definição da lealdade para, e integração no, grupo branco. (MOREIRA; LEITE, 1951, p. 39)

Quando foi chamado por um italiano para trabalhar como vendedor de lenha (o tipo de ocupação comum aos menores negros da época), passou a morar com sua família. A experiência é seu primeiro contato com a vida social organizada e a instituição familiar:

> Viu, então, "o que era viver no seio de uma família, o que, entre eles (italianos) era cousa séria. Gostava, porque comia na mesa... não havia o ranço escravocrata das famílias tradicionais. Acabei tomando conta das crianças, levando-as por toda parte. O italiano (o chefe da família) me tratava como a um filho, mas quando explodia, me chamava de negro […].” (MOREIRA; LEITE, 1951,p. 39)

Inicialmente, a experiência da segurança e do ambiente familiar é positiva e, segundo o pesquisador, criam um desejo de integração entre os brancos. Ocorrências “desagradáveis” como ser chamado de “negro” pelo chefe de família eram em certa medida amortecidas pelos fatores acima. Com o tempo, estas começam a tomar mais relevância, mas as compensações positivas teriam levado José Correia Leite a permanecer naquele meio, ficando na casa desta família italiana até os 21 anos. A análise é feita, por Renato Jardim Moreira, lançando mão de uma metáfora curiosa:

> Na medida que posso reconstituir sua vida, a entrada na casa do "italiano", com o ajustamento aí desenvolvido, promoveu uma definição de lealdade em favor do grupo branco. Deste lado, concorreram dois fatores que facilitaram uma boa aceitação: o conhecimento da filiação paterna (homem branco, político e importante) transmitido pela mãe, e os traços físicos do historiado (um mulato claro de traços "finos"). A vida

> instável anterior, frente à segurança encontrada e a "resposta emocional favorável" agiram no sentido de tornar desejável, por este negro, uma integração total no grupo branco. Enquanto a vida foi ser empregado e companheiro dos filhos, não houve alteração no processo integrativo. O "tziu" [expressão pejorativa usada pelos imigrantes para chamar os negros - AMC] do italiano, nos momentos de raiva, era como se fosse um prego insistente do salto de borracha de um sapato que, com o uso, furou a palmilha e, conforme o modo de pisar, atinge o calcanhar. São cotucões cacetes; mas quem tem um só sapato, não tem dinheiro para pagar o sapateiro e sabe que se tirar o prego o salto cai e o sapato fica inutilizado, não tem remédio… agüenta. (MOREIRA; LEITE, 1951, p. 43)

Com o passar do tempo, a integração na vida daquele grupo torna-se cada vez mais difícil, com as restrições aos negros se tornando explícitas e recorrentes, culminando, eventualmente, com a influência de outros fatores, na formação de uma consciência:

> A própria percepção das condições de vida do negro, indicada até certo ponto linhas atrás, só atingiu um nível de consciência mais tarde, quando a vida mesma engendrou situações que exigiram uma participação mais íntima na vida daquela família branca e no seu grupo social. E isto não se deu de uma só vez, mas aos poucos. São "poucos" que se somam ao prego do sapato e explodem um dia menos como uma consequência de sua dinâmica própria, do que a conjugação desta com outros fatores. Acompanhemos esse processo. (MOREIRA; LEITE, 1951, p. 43)

Por exemplo, uma experiência marcante foi quando foi aceito, por intervenção do grupo de amigos brancos, em uma sociedade de baile, mas com a restrição de que só poderia dançar com homens ou quando recebeu de uma sobrinha da família de italianos, pela qual se interessara, a recusa, alegando que "o que estraga é você ser escuro demais" (MOREIRA; LEITE, 1951, p. 47); e o pesquisador complementa: "E comentado este fato: 'foi quando comecei a notar que a cor era um entrave"' (MOREIRA; LEITE, 1951, p. 47). Portanto, conforme a vida no grupo branco torna-se penosa, especialmente do ponto de vista afetivo, sujeita a restrições e condições, surgem condições propícias para uma tomada de consciência:

> Ajustamento mais fácil tem lugar quando as relações não envolvem níveis mais profundos de afetividade. Quando estes níveis mais profundos de afetividade são (ou podem ser) atingidos, criam-se as condições para o

> aparecimento de uma consciência de limitações, oriundas da cor ("aceitei num momento de deslocamento"; "comecei a notar que a cor era um entrave"). (MOREIRA; LEITE, 1951, p. 49)

Porém, o fator realmente decisivo foi o contato com o “meio negro” organizado de “classe média”, descrito em uma citação que destacamos no início deste capítulo, em que José Correia Leite expressa a surpresa e a alegria deste conhecimento: “Apresentou-se à minha frente uma nova vida e surgiu o ideal de entrar naquele meio. Procurei, então, um dos meus conhecidos de infância, que vi lá, e não sosseguei até conseguir o meu intento” (MOREIRA; LEITE, 1951, p. 47). Na análise de Renato Jardim Moreira, o primeiro contato é positivo na medida em que o “baile de negros” não só corresponde às expectativas que haviam sido formadas no “meio dos brancos”, quanto aos comportamentos e à organização da vida social, mas também oferece uma solução às frustrações afetivas:

> É só quando há oportunidade de "trocar de sapato" que ela se processa - é só quando se apresenta um baile de negros correspondendo a expectativas nascidas nas “sociedades dos brancos” e, mais ainda, possibilidades de solução de problemas afetivos para os quais o "mundo dos brancos" não oferecia perspectivas animadoras. Essa redefinição não se desenvolve facilmente - na troca de sapatos, o novo é de forma diferente - ela se dá com choques e conflitos que, desta vez, não mais afetarão a nova lealdade. (MOREIRA; LEITE, 1951, p. 51)

A identificação do informante com o “meio branco” aparece, neste momento, mais como identificação com os princípios e forma de vida da própria ordem social competitiva do que com os “brancos” em si, pois a possibilidade de viver segundo tais princípios no “meio negro” é aceita com entusiasmo. Descobre-se, também, que o “meio branco” não se identifica totalmente com a ordem social aberta e competitiva, que é válida apenas para aqueles do próprio grupo “racial” e fechada ao “negro”. Mas, além disso, a vida no “meio negro” organizado proporcionou também o contato com um inconformismo larval que se formava e, aos poucos, com uma consciência histórica e completa do “problema do negro” e da natureza das inconsistências da ordem social na esfera racial, ultrapassando a constatação superficial de que “existem restrições por causa da cor”:

> O processo de redefinição de lealdade é acompanhado por uma tomada de consciência da situação e dos problemas específicos do grupo negro. Isto se dá, inicialmente, através de “choques com negros revoltados”. "Lembro um dia em que um negro chegou com um jornal onde se falava na 'raça resgatada' e eu achei certa a expressão. Foi o bastante para provocar uma explosão mais ou menos nestes termos: 'Não acredito nessa história de resgate. Os negros foram sugados para fazer a base de nossa economia e estão soltos no mundo... não (nos) pagaram nada'." (MOREIRA; LEITE, 1951, p. 53)

Renato Jardim Moreira termina sua análise e o encadeamento dos acontecimentos apontando para o ingresso de José Correia Leite no “meio negro” inconformista e, mais ainda, argumentando que a redefinição das lealdades de sua parte aponta para uma tomada de consciência coletiva e para o próprio nascimento dos movimentos reivindicatórios:

> Com o tempo, essa consciência vai se desenvolvendo: são situações ora do grupo negro, ora do branco, ora resultante das relações entre um e outro, que a avivavam - de algumas participa, de outras apenas toma conhecimento. Estes fatos estão narrados nas 12 primeiras páginas da parte referente aos movimentos sociais. Por aí se vê que, concomitantemente à passagem da lealdade para o grupo negro, desenvolve-se uma “consciência social da situação" do negro e, mais ainda, desta tomada de consciência participa um grande número de pessoas e dá como resultado a emergência de movimentos de recuperação do negro. Esta recuperação deve ser feita, pensam, pela aproximação e com o auxílio do branco. É só nos últimos anos da década de 20, com repetidas desilusões em relação a esse auxílio [...] que estes movimentos adquirem caráter reivindicatório e que seus lideres passam a encarar os problemas como solucionáveis só pela ação do próprio negro. (MOREIRA; LEITE, 1951, p. 53 e 55)

Por aí se vê que a trajetória de José Correia Leite foi tratada, por Renato Jardim Moreira e pelo próprio informante, simultaneamente como trajetória pessoal e processo social, que desemboca nos movimentos sociais no “meio negro”, o que irá se refletir na reconstrução feita por Florestan de como se deu a passagem da perplexidade e apatia a uma “inquietação larval” e, desta última, para um inconformismo sistemático e para a ação coletiva organizada.

2.3 Os movimentos sociais no “meio negro”

Florestan abre o segundo volume de *A Integração do Negro na Sociedade de Classes* com um capítulo dedicado exclusivamente aos movimentos sociais no “meio negro”. A construção do livro segue os passos do processo social, ou seja, aponta para a forma a partir da qual um problema opera. Assim, após ter tratado do processo de desagregação da sociedade escravocrata e configuração da sociedade de classes em São Paulo, do ponto de vista das implicações deste processo para a situação social do “negro” e da gênese de um “problema do negro”, o autor reconstrói como se deu a elevação do conflito, antes contido sob a forma de tensões e reações societárias inócuas ou prejudiciais, à consciência social dos atores e a sua coletivização que é, afinal, a emergência do movimento social.

Neste capítulo, sua exposição se inicia com uma análise dos incentivos histórico-sociais e dos requisitos psicossociais que tornaram possíveis aqueles movimentos, seguido de uma análise do processo de escalada, do que era uma “inquietação larval”, em direção à formação de uma ideologia e de uma filosofia de ação e, finalmente, uma análise dos fatores que “explicam a descontinuidade, as inconsistências e a frustração final dos movimentos” (FERNANDES, 2008b, p. 83). Por último, na segunda seção (do capitulo 1 volume 2) Florestan realiza uma análise da ideologia que se formou e se difundiu com aqueles movimentos, que considera ser comum tanto à “fase pioneira” quanto às iniciativas que surgem após a abertura democrática em 1945 e retomam as mesmas temáticas, além de, como vimos, envolverem muitos dos mesmos atores. Optamos por seguir esta exposição de Florestan, acompanhando a relação entre o andamento da análise do sociólogo e o material empírico mobilizado.

Partindo das conclusões a que chegou após a análise da situação social do “negro” nas primeiras décadas da ordem social competitiva na cidade de São Paulo, Florestan argumenta que o “problema do negro” tem duas faces: uma

estrutural e outra dinâmica e cultural. Por um lado, era necessária a superação do estado de miséria e desorganização social em que vivia a "população de cor" da cidade, pela sua integração na sociedade de classes e participação nas formas de vida social organizada imperantes na ordem social competitiva, de forma total e igualitária. Por outro, havia o "dilema do preconceito de cor" ou do padrão tradicionalista de relações raciais: o combate à "[...] perduração da velha associação entre cor e posição social ínfima, a qual excluía o 'negro' de modo parcial ou total (conforme os comportamentos e os direitos sociais considerados), da condição de gente" (FERNANDES, 2008b, p. 7-8). Os dois problemas estão relacionados, pois a integração do negro de maneira total e igualitária implicaria a substituição do padrão tradicionalista de relações raciais por um padrão democrático e vice versa.

Nas primeiras décadas de vigência da ordem social competitiva, o desenvolvimento de uma reação societária produtiva do "negro" a estes desafios era tolhido tanto pelo círculo vicioso entre miséria e anomia quanto pela heteronomia de sua situação social, pois enquanto o primeiro fomentava um estado de apatia provocado pela desilusão e perplexidade, a segunda fomentava a perpetuação do padrão tradicionalista e das deformações da personalidade do "negro", inerentes a ele:

> De acordo com os resultados das análises feitas nos dois capítulos precedentes, vários fatores concorreram, simultaneamente para impedir que a "população de cor" da capital desenvolvesse qualquer espécie de reação conjugada e consciente [...]. De um lado, o pauperismo e a anomia social conduziam à desilusão coletiva [...]. De outro, [...] modelos arcaicos de ajustamento racial, com todos os ônus que eles envolviam para o "negro", da passividade à percepção deformada da realidade. (FERNANDES, 2008b, p. 13)

2.3.1 Os desafios da "fase pioneira" (1931-1937)

A partir da segunda década do século XX, algumas mudanças e processos iniciados na esfera da própria ordem social operaram como uma espécie de

regulador da emergência de aspirações igualitárias e contribuíram para a mudança do padrão de reação societária do "negro" aos desafios colocados por sua situação social. Em primeiro lugar, Florestan destaca processos desencadeados pela urbanização acelerada da cidade neste período e típicos do amadurecimento de uma sociedade de classes:

> [...] a urbanização intensa e rápida iria desencadear mudanças profundas [...], convertendo a cidade de São Paulo no principal centro de modernização tecnológica e institucional, de secularização do pensamento, de propagação de novas ideologias, de agitação social e de democratização gradativa dos comportamentos políticos. [...] O conflito passa a ser usado regularmente [...] como atestam as reivindicações e as greves operárias dessa época [início do século XX]. (FERNANDES, 2008b, p. 13-14)

Segundo o sociólogo, "o meio negro não permaneceu imune e indiferente a tais acontecimentos. Ligou-se como podia ao clima geral de fermentação de ideias, de ebulição social e de renovação política" (FERNANDES, 2008b, p. 14). Dentro deste contexto, formaram-se "[...] pequenos núcleos de equacionamento autônomo e crítico do 'problema do negro' [...]"; um "pugilo de pioneiros" que "[...] empenh[ou-se] em projetar o negro e o mulato nessas tendências globais [...]" e conseguiu criar um novo "estado de espírito" no negro e colocar o "problema do negro" no contexto daquelas transformações sociais. A ação deste grupo criou uma nova situação, em que as aspirações adquirem caráter de reivindicação, as reações canalizam-se em direções produtivas e a discussão sobre a questão racial passou a contar com o interesse pelo conhecimento objetivo da "realidade racial brasileira" e com a voz ativa do "negro" (FERNANDES, 2008b, p. 14).

Contribuíram para isto alguns elementos específicos daqueles processos globais, entre eles o abalo do tipo de dominação tradicionalista baseado no paternalismo, o que Florestan caracteriza como o advento de um "vazio histórico" que incentivou a conquista de uma "autonomia moral" do negro. O controle direto do comportamento e a subordinação irracional ao branco, típicos das relações paternalistas, foram abalados na medida em que se destacava uma pequena elite com condições materiais de vida que proporcionavam autonomia. As migrações

internas e a mobilidade da “população de cor” também contribuíram para cortar as relações de caráter paternalista com o “meio branco”; já não se esperava dos “brancos” a solução do “problema do negro” e se compreendia que os interesses do “negro” eram independentes das avaliações íntimas dos daqueles.

Ao mesmo tempo, a estrutura de poder da sociedade mudava, com o aparecimento dos descendentes de imigrantes em posição econômica capaz de competir com as “famílias tradicionais” pelas posições sociais estratégicas no terreno político e afetando assim as relações daquele círculo com o restante da sociedade, em especial com o “meio negro”:

> Os núcleos que procediam à defesa monolítica e impenitente das velhas formas de dominação racial haviam perdido vasta parcela de sua influência direta e pessoal no "meio negro", estando por sua vez empenhados em se resguardar de concorrentes bem mais temíveis. [...] já não possuíam condições eficientes para paralisar, divertir ou perverter as manifestações coletivas que abalavam a ‘população de cor’ e a encaminhavam na luta por reivindicações próprias. (FERNANDES, 2008b, p. 20)

Do ponto de vista do “meio negro”, estas alterações eram recebidas com “júbilo”, como indica a caracterização feita por José Correia Leite e Renato Jardim Moreira das reações dos “negros mais conscientes” aos acontecimentos:

> Essas alterações de conjunto eram acompanhadas conjugadamente, pelos aspectos por assim dizer exteriores, pela “população de cor”. Em muitos de seus círculos, sentia-se um secreto júbilo pela derrocada daquelas famílias. Como nos adiantou um dos informantes: “Só depois da Grande Guerra, com o surto de industrialização verificado, que os negros mais conscientes observaram o aparecimento da pequena burguesia de imigrantes produzir uma transformação nas camadas dirigentes, pois começavam os imigrantes a substituir uma suposta aristocracia rural, sem iniciativas na indústria e no comércio, os quais ficavam nas mãos de italianos e turcos.” A própria revolução de 1930 foi por ela recebida e saudada como um “golpe de morte” e como o “desmantelamento da oligarquia que domina o país”. (FERNANDES, 2008b, p. 20; LEITE; MOREIRA, [1951], p. 118)

Com este pano de fundo, se inicia uma escalada da inquietação larval que subsistia no “meio negro” a um inconformismo sistemático e a uma ação coletiva organizada, movimento que Florestan descreve acompanhando de perto a

narrativa de José Correia Leite na monografia “Movimentos sociais no meio negro”.

Segundo o sociólogo, subsistia uma “revolta reprimida” no “meio negro” desde a Abolição, que “[...] trabalhava de forma latente os espíritos, constituindo uma base natural para a emergência de solidariedade, de consenso e de comportamento coletivo inconformista [...]” (FERNANDES, 2008b, p. 21). Se antes ela era sufocada pela apatia ou equacionada de maneira negativa, na forma de reações prejudiciais, o desenvolvimento de certos requisitos psicossociais, após determinado tempo, funcionou como ponte entre os sentimentos negativos de humilhação e desespero e os incentivos histórico-sociais acima citados, criando uma predisposição à adesão a formas coletivas de reação societária inconformista, que surpreendeu a minoria envolvida nos movimentos reivindicatórios, conforme aponta José Correia Leite:

> A acuidade do "meio negro" a tais intenções era tão grande, que o êxito logrado chegou a surpreender e desorientar os próprios fomentadores e os líderes de semelhantes iniciativas. Eles pensavam que os vários obstáculos inerentes ao estado do "meio negro" e à organização da sociedade inclusiva iriam dificultar o recrutamento, a retenção e a animosidade dos prosélitos. No entanto, quando se fundou a Frente Negra, por exemplo, mostrou-se uma realidade diversa, com o afluxo em massa de aderentes entusiastas: “O conhecimento dessa conjuntura não permitia que fossemos otimistas com relação ao êxito da Frente Negra. Por este motivo, o seu extraordinário sucesso deixou os elementos de sua direção abalados e sem saber que orientação tomar.” (FERNANDES, 2008b, p. 22-23; LEITE; MOREIRA, [1951], p. 146)

O que havia possibilitado esta acuidade aos movimentos coletivos foi um processo de ressocialização, vivido pelo “negro” pela sua própria experiência com os efeitos negativos das formas de vida social imperantes no “meio negro”:

> A liberdade funcionou como uma armadilha que o "negro" só logrou perceber e enfrentar, completamente, quase meio século depois da Abolição. Nesse interregno, a sua aprendizagem raramente se deu através da participação e da ação. Ele aprendeu graças à exclusão, à provação e à frustração. [...] O fato mais importante de todo o *background* psicossocial e sociocultural que nos interessa, diz respeito a essa aprendizagem tosca, dolorosa e, por excelência, vicária. [...] Apenas podemos identificá-la exteriormente, pelos efeitos que dão testemunha de

> sua existência, do seu alcance e do seu significado. (FERNANDES, 2008b, p. 33)

O “negro” rompeu com o isolamento provocado por sua situação social e absorveu, pela experiência, certos requisitos psicossociais e socioculturais mínimos e fundamentais, pelo menos no que toca o domínio dos ajustamentos e técnicas sociais básicas da vida social na ordem social competitiva. Passou a ter acesso, portanto, a condições mínimas de organização do comportamento social inteligente, se não para o comportamento inconformista em escala coletiva, pelo menos para integrar-se à ordem social competitiva. Os movimentos reivindicatórios irão promover a generalização destes requisitos e a diferenciação do comportamento social em direção ao inconformismo sistemático, como veremos.

Florestan dá grande ênfase ao fator do contato com o êxito do imigrante, especialmente do italiano. Por meio deste, o “negro” teria tomado consciência de que precisava alterar seus padrões de comportamento e formas de vida, caso pretendesse lograr algum sucesso no contexto da nova ordem social. Segundo Florestan, foi “[...] graças à vizinhança e, principalmente, à convivência íntima no seio de algumas famílias que abrigavam ‘menores de cor’, [que] formou-se uma compreensão madura das ‘fontes de sucesso do italiano’” (FERNANDES, 2008b, p. 16).

Se no início, “[...] viam com ansiedade e ressentimento as transições quase mágicas que se operavam no destino de antigos vizinhos nos porões e nos cortiços” (FERNANDES, 2008b, p. 16), mas daí logo saíram avaliações construtivas a respeito do estilo de vida do italiano, em comparação com o imperante no “meio negro”, e as energias voltaram-se para a absorção das formas de vida social organizada e padrões de comportamento postos em prática pelo imigrante, especialmente com relação ao trabalho e à poupança.

Este processo era, ao mesmo tempo, um requisito para o surgimento de movimentos reivindicatórios e algo estimulado e levado adiante por estes; trata-se

de um processo de ressocialização pela experiência, que permitiu o surgimento de um empenho de ressocializacão consciente pela comunicação e ação, no “terreno das ideias”. A atuação de uma minoria consciente fazia um trabalho de promover a diferenciação das novas disposições em direção a uma consciência crítica do “problema do negro”.

A inspiração da narrativa do sociólogo nas experiências de José Correia Leite é evidente e, embora Florestan não cite diretamente a história de vida do informante neste capítulo, o fato de sabermos que a monografia foi, em realidade, uma derivação da primeira, indica a apropriação que Florestan faz de uma narrativa coerente previamente construída em conjunto por José Correia Leite e Renato Jardim Moreira, a partir das experiências daquele.

Como apontamos, essa narrativa presente no material empírico original encadeia as experiências de José Correia Leite, apresentadas em sua história de vida, como parte de um processo social mais amplo, que culmina no surgimento dos movimentos reivindicatórios; a continuidade entre ambos os documentos é Renato Jardim Moreira quem aponta, ao encerrar a história de vida do informante.

Na monografia, o pesquisador não retoma as experiências formativas de José Correia Leite diretamente, a não ser por uma nota de rodapé, não citada por Florestan, em que faz uma associação justamente entre a convivência próxima do “negro” com os imigrantes e a ideia de fundar a FNB:

> Talvez o sucesso econômico dos imigrantes moradores do Bexiga, que viviam ao lado dos negros, também tenha um papel importante no despertar da ideia de uma organização [FNB] para patrocinar o levantamento social, econômico e cultural do negro, assim como na de defesa de suas reivindicações. Não tenho elementos para esta afirmação, mas me parecem sugestivos dois fatos: um, o de terem, os movimentos de negros, surgido no Bexiga e não na Barra Funda, zona também de população negra densa, outro, o do depoente, tendo passado sua adolescência em casa de família italiana, fazer referências ao “erro que o negro estava percebendo em 27-28, de não ter imitado o imigrante, ao ter este último passado necessidades e se alimentado mal – fato de que o negro caçoava. Nessa época os italianos era donos de todo o Bexiga e seus filhos, quando não doutores, eram guarda livros, alfaiates, marceneiros, ou tinham pequenas casa de comércio, enquanto os negros ainda viviam em porões e sofriam as mesmas picadas da desigualdade

> econômica. O Clarim chamou a atenção para este fato muitas vezes." (LEITE, MOREIRA, [1951], p. 142)[102]

Assim, substituíram-se as aspirações irrealistas ou a inércia alimentada pela desilusão e compreendeu-se que o trabalho era uma fonte de classificação e um ponto de partida para a ascensão, ajustando as aspirações da "população de cor" a fins realistas e aos meios adequados. O aprendizado pela experiência negativa e pela observação do imigrante bem sucedido teve uma influência importante e positiva na orientação dos movimentos reivindicatórios, que os impulsionou na direção já apontada, de estimular e desenvolver as novas disposições e promover de maneira consciente a ressocialização do "negro":

> Essa percepção, alcançada mais ou menos quando os movimentos sociais começaram a germinar, teve enorme significação dinâmica. Ela concentrou a atenção dos lideres desses movimentos naquilo que era essencial: a absorção, pelo negro e pelo mulato, de novas técnicas e instituições sociais. Entenderam, enfim, que a classificação na ordem social competitiva dependia de certos requisitos psicossociais [...]. A essa complexa aprendizagem se prendem as palavras de ordem que se formaram, que insistiam no valor da vida familiar integrada, na solidariedade doméstica, no respeito pela mulher, na importância da educação dos filhos etc. que lançaram a "população de cor" em uma autêntica política cultural de assimilação em bloco de complexos socioculturais a que se mantivera, antes, mais ou menos indiferente. (FERNANDES, 2008b, p. 17)

A diferenciação deste processo de ressocialização em direção à formação de uma consciência crítica do "problema do negro" se deu no seio dos movimentos reivindicatórios. As novas disposições adequadas à ordem social competitiva (classificar-se socialmente pela aquisição de uma ocupação fixa, participar de certas formas de vida social, desfrutar dos mesmos direitos e

---

[102] Florestan não cita integralmente esta nota de Renato Jardim Moreira, apenas a parte referente ao depoimento direto de José Correia Leite, em que este nota o "erro" do negro não ter "imitado" o imigrante. Já destacamos esta citação na primeira seção deste capítulo – ela encerra algumas considerações do sociólogo sobre evolução da "consciência histórica" de uma minoria a respeito da "espoliação racial" que foi produto da Abolição; aos poucos, teriam percebido que o único sujeito que poderia corrigir tal espoliação era o próprio negro, abandonando formulações anacrônicas que projetavam a solução do problema nos ex-senhores ou camadas dirigentes do passado.

prestígio que os outros etc.) e as frustrações que derivavam da não satisfação daqueles impulsos, encontram um espaço para seu amadurecimento nos pequenos círculos inconformistas do "meio negro" da época, as "[...] claques de companheiros, que se reuniam nos bares, nas esquinas e nos terrenos baldios, canais de livre expressão verbalizada" (FERNANDES, 2008b, p. 21).

Pela sua verbalização e representação diante do grupo, a inquietação difusa transformava-se em um "novo estado de espírito" e se chegava, coletivamente, a uma consciência dos "problemas específicos do negro" (portanto, a uma compreensão da natureza histórica e social das inconsistências da ordem social na esfera racial, para além do sentimento imediato de que a cor impunha certas barreiras aos indivíduos). Este processo, Florestan acompanha pela monografia:

> As seguintes indicações sugerem como se formou e se difundiu o novo estado de espírito:
>
> "Em 1924 já havia consciência formada, do idealismo do negro. [...] Começou-se a sentir a revolta que causavam os negros capangas de políticos, bajuladores, e a necessidade de formar-se um grupo consciente para lutar contra esses que tinham sentimento de inferioridade. Esclarece bem esta situação o jornal – O Clarim da Alvorada – que Jaime de Aguiar teve a ideia de fundar, fazendo-o em companhia de José Correia Leite. Aparecendo em janeiro de 1924 com pretensões puramente literárias, tornou-se um ano depois um jornal doutrinário e de luta, por força da colaboração que recebia. A orientação que se imprimiu ao jornal, neste início, foi de aproximação ao branco e recuperação do negro, além da ideia constante da necessidade de união de classe (de homens de cor, porque o termo só mais tarde foi aceito). Ao lado desta situação, pela qual se percebia que os negros começavam a tomar consciência de sua existência como grupo aparte e com problemas específicos dentro da nossa sociedade, permanecia ainda, imperando de fato, a situação passada." (FERNANDES, 2008b, p. 22; LEITE; MOREIRA, [1951], p. 120 e 122)

Para Florestan, ao tomar consciência dos "problemas específicos do negro", o setor minoritário e conscientemente inconformista do "meio negro" se preparava para inserir-se como ator no processo mais amplo de mudança social pelo qual a sociedade passava; o esforço de ressocialização consciente atingia o patamar de uma verdadeira aprendizagem política. Sob a influência do contexto

de mobilizações políticas, o “negro” passou por uma “aprendizagem” e passou a ver-se como agente da democratização da ordem social competitiva em formação (FERNANDES, 2008b, p. 23). Novamente, o sociólogo lança mão da monografia para caracterizar o processo a que se refere:

> Eis como o documento citado descreve esse aspecto da “reação do negro”:
>
> “À estas transformações de estrutura social, corresponde uma série de outros sucessos que influíram na tomada de consciência por parte dos negros, de seus problemas específicos. A partir da guerra de 14-18, começou a efervescência dos negócios de ismos (socialismo, comunismo). Freqüentei reuniões da U.T.G, onde se embaralhava a revolta do negro com reivindicações do proletariado. Nas nossas rodas de conversa apareciam negros e brancos envolvidos nas teorias marxistas. Estes diziam que a posição verdadeira do homem negro era lutar contra a ordem social pois a culpada da situação era a exploração do regime capitalista. Falavam de um famoso pintor mexicano que tinha feito um mural onde aparecia Lenine no meio de dois trabalhadores: um branco e um negro com as mãos entrelaçadas, tendo Lenine as mãos sobre eles.” (FERNANDES, 2008b, p. 23-24; LEITE; MOREIRA, [1951], p. 118)

O evento que teria estimulado propriamente a criação de uma entidade e o esforço de arregimentação do “negro” por estes atores, dando encaminhamento propriamente político àquele “novo estado de espírito” e consciência, foi a revolução de 1930 ou, mais precisamente, a decepção com que o “meio negro” recebeu seus resultados. Tendo depositado grandes esperanças na revolução que desalojava as “famílias tradicionais” do poder, a indiferença da nova camada política com relação aos “problemas específicos do negro” incentivou a criação de uma entidade capaz de promover a efetivação das soluções imaginadas e levar a cabo as reivindicações:

> **“**Os movimentos adquirem, na década de 30, um *conteúdo novo*. De fato, se já podiam ser notadas, na ação do Clarim da Alvorada, no Palmares, na tentativa de realização de um Congresso da Mocidade Negra, *intenções de reivindicação de um grupo que até então vivera a margem da sociedade, é só na referida década que procuraram os negros arregimentar sua massa para conseguir maior eficiência na efetivação dessas reivindicações*. Para isto concorreu, ao lado das transformações expressas nos fatos apontados na parte anterior, *‘a não concretização das esperanças que os negros depositavam na revolução de 30’.* [...]

> ‘Antevendo a possibilidade de ter a sua situação mudada com a revolução de 30, os negros entusiasmaram-se e passaram a encará-la como a solução de todos os seus males. Na fase revolucionária os negros estavam contentes... podia mesmo ser observado, entre eles, um espírito vingativo: a *satisfação de ver aqueles velhos homens da política perderem a posição dominante*. A revolução, feita para liquidar um estado de cousas que predominava desde o início da República, serviu, na realidade, para *satisfazer a ânsia, dos que estavam por baixo, em ocupar uma posição de destaque na vida nacional* – pelo menos, aos que viverem a situação revolucionária, assim se apresentava’.” (FERNANDES, 2008b, p. 24; LEITE; MOREIRA, [1951], p. 140 e 142)

A combinação destes acontecimentos foi uma influência dinâmica que impulsionou a inquietação e inconformismo em direção a uma racionalização estratégica do comportamento, “originando uma radicalização imprevisível das manifestações coletivas do ‘protesto negro’” (FERNANDES, 2008b, p. 24). Rapidamente a “decisão para a luta” tornou-se a principal orientação, substituindo a oposição discreta pela “preparação do negro para enfrentar e se opor, pessoal e diretamente, contra as manifestações e os efeitos do preconceito de cor” (FERNANDES, 2008b, p. 24-25).

Florestan cita dois casos, extraídos da monografia, que exemplificam esta nova orientação combativa; um deles se refere ao surgimento do Centro Cívico Palmares, conforme descrito por José Correia Leite e contextualizado por Renato Jardim Moreira como um momento decisivo:

> “[...] em que o negro começava a tomar consciência (uma consciência ainda nublada, confusa, toda cheia de contradições) de sua situação social, ‘aparece um negro, Antonio Carlos, hoje major em Barbacena, com a ideia de formar uma biblioteca exclusivamente para negros. Surgiu, desta ideia, uma instituição com o nome de Centro Cívico Palmares, que assumiu logo um papel sui-generis entre os movimentos de negros. A finalidade nitidamente cultural com que surgiu – organização de uma biblioteca – foi superada por força das condições em que vivíamos, passando essa sociedade a ter papel na defesa dos negros e dos seus direitos. É esclarecedora, nesse sentido, a campanha que fez contra uma portaria do chefe de polícia dr. Bastos Cruz, que impunha a condição de branco para a aceitação na Guarda-Civil. Conseguiu o Palmares, que o deputado Orlando de Almeida Prado fizesse um discurso de grande repercussão, o qual provocou a queda dessa determinação (...)’.” (FERNANDES, 2008b, p. 25; LEITE; MOREIRA, [1951], p. 128 e 130)

Florestan acompanha a radicalização do setor inconformista do "meio negro" em direção a um movimento social estruturado até o momento em que "[...] logram suplantar o temor pela identificação através do termo negro" (FERNANDES, 2008b, p. 27), fato relatado por José Correia Leite como um elemento importante introduzido naquele contexto por Vicente Ferreira (cf. LEITE; MOREIRA, [1951], p. 132).

Quando surge a Frente Negra Brasileira, a orientação combativa de defesa irredutível dos direitos do "negro" já é dominante, o que impunha outros caminhos complementares de ação, além da oposição direta e pessoal a casos pontuais em que se manifestava o "preconceito de cor", com o descrito acima. Os atores tiveram então de lidar com as técnicas sociais próprias ao comportamento social inteligente em nível coletivo, das quais a doutrinação pela imprensa toma lugar de destaque, por sua funcionalidade naquele esforço de diferenciação do processo de ressocialização em direção à consciência crítica e completa da natureza histórica e social das dificuldades enfrentadas pelo "negro" na nova ordem social:

> Ao mesmo tempo, impunha-se criar veículos de comunicação capazes de imprimir viabilidade e dar continuidade ao esforço de consciência e de crítica à situação racial brasileira. A "imprensa negra" aparece, assim, vinculada a fins de proselitismo, como uma imprensa engajada na solução dos "problemas específicos do negro brasileiro". Ela teve, por isso, uma função socializadora e de controle altamente construtiva. Condensou e difundiu avaliações inconformistas sobre a realidade racial brasileira; contribuiu para transpor o consenso mecânico, fundado na identidade das frustrações, numa solidariedade consciente e orgânica [...]. (FERNANDES, 2008b, p. 26)

A imprensa foi, nesta fase, a mais importante técnica social de organização e controle do comportamento e o meio principal pelo qual se difundiu a consciência dos "problemas específicos do negro" e procurou-se criar um "querer coletivo". Por isso, ao lado da monografia, algumas das principais publicações da

"imprensa negra"[103] compõem o corpo do material documental no qual Florestan se apoia para a análise dos conteúdos da referida consciência.

***

A consciência crítica formulada e difundida pelos movimentos reivindicatórios ficou marcada, especialmente, por seu "apelo moral", o que Florestan atribui a dois motivos. Primeiro, porque a origem do inconformismo do "negro" é seu desejo de integrar completamente à ordem social competitiva e supostamente aberta: os "negros" inconformistas "[...] admitiram abertamente que [esta ordem social] satisfazia a seus anseios de segurança, de dignidade e de igualdade sociais, advogando apenas que ela também valesse para eles" (FERNANDES, 2008b, p. 9), o que dotava as reivindicações de um forte apelo moral. Segundo, porque a necessidade de lidar com a pressão das reações negativas dos "brancos" e da parcela não participante do "meio negro", impôs

> [...] a elaboração prévia de certas categorias de pensamento e de ação – cuja função consistia em imprimir cunho moral às reivindicações, em demonstrar sua conformidade com a ordem social existente e em submeter suas manifestações concretas à contenção consciente [...]. Não só se queria evitar uma regressão, como havia profundo empenho que se entendesse que os movimentos reivindicativos constituíam um recurso extremo, inevitável e provisório de *justiça social*. (FERNANDES, 2008b, p. 43)

O apelo moral é, portanto, tanto característico do impulso original do inconformismo do "negro" quanto um limite que tiveram de enfrentar, pois não tinham controle sobre as condições externas em que se desenrolaria o conflito (FERNANDES, 2008b, p. 43). Para Florestan, os "mecanismos psicossociais"

[103] As principais fontes mobilizadas neste capítulo, em ordem decrescente até um mínimo de 3 menções, são: diferentes edições do jornal *O Clarim da Alvorada*; a monografia "Movimentos sociais no meio negro" (LEITE; MOREIRA, [1951]); diferentes edições do jornal *A Voz da Raça*; *Manifesto à gente negra brasileira. Frente Negra Brasileira* (SANTOS, 1931); diferentes edições do jornal *O novo Horizonte*; diferentes edições do jornal *Alvorada*; *Frente Negra Brasileira: suas finalidades e obras realizadas* (AMARAL, 1936); diferentes edições do jornal *O Clarim*.

envolvidos na introdução das reivindicações sob um signo moral "[...] restringiam o alcance inconformista dos movimentos reivindicativos, impedindo que eles ultrapassassem as fronteiras do combate estrito aos resíduos do 'antigo regime' na ordenação das relações raciais." (FERNANDES, 2008b, p. 43). O conteúdo das reivindicações e da consciência formada vão, porém, além da oposição às exigências dinâmicas e psicológicas do padrão tradicionalista de relações raciais e atingem a estrutura das relações raciais, denunciando a espoliação racial oculta por trás da nova ordem social competitiva, supostamente aberta e democrática.

Embora se amparando sob o signo de uma "revolução moral", formou-se uma compreensão completa e profunda dos diferentes aspectos morais, históricos e estruturais do "problema do negro". Muito além da denúncia e oposição das "restrições por conta da cor" que os indivíduos encontram, as bases perceptivas e cognitivas por trás da orientação dos movimentos sociais no "meio negro" atingiam o "problema do negro" em sua dimensão histórica e social.

Florestan destaca duas categorias de pensamento que regulavam a percepção, ambas ligadas à compreensão do preconceito e da discriminação raciais como problemas sociais. Primeiro, há uma mudança na explicação que se dá à situação social do negro, derivada da própria experiência coletiva, de onde nasce a noção de "espoliação racial":

> A fonte dessa autonomia intelectual não foi uma revisão das explicações histórico sociológicas. Mas uma autêntica projeção especulativa nas experiências concretas de vida e em seus ensinamentos, que configuravam uma "perspectiva social do homem negro". Dessa perspectiva, o passado e o presente da sociedade brasileira podiam ser percebidos e explicados por meio da "espoliação secular do negro" e do significado histórico que a luta contra essa espoliação possui para a "gente negra". (FERNANDES, 2008b, p. 39-40)

Segundo, introduziu-se a noção de "preconceito de cor" para designar as exigências dinâmicas e psicológicas que as relações raciais segundo o padrão tradicionalista impunham. O "preconceito de cor" é, portanto, uma construção conceitual formulada pela consciência crítica do "negro" e de sentido histórico-

social; ela se refere a todo um padrão histórico-cultural de relações raciais, que organiza as representações e comportamentos dos indivíduos segundo a associação entre "cor" e "posição social inferior" e, portanto, exclui o indivíduo "negro" das garantias do contrato da nova ordem social, estabelecendo a regra do tratamento assimétrico nas relações entre indivíduos de diferentes "estoques raciais":

> Descobriu que ele não era rejeitado "por ser negro", pura e simplesmente. Mas que a cor e outros caracteres raciais serviam como um sistema de referência para mantê-lo como um "estrato social inferior", que não tinha acesso aos padrões de vida e às garantias sociais desfrutados por outros grupos nacionais, étnicos ou raciais. Surgiu, então, a noção de "preconceito de cor" como uma categoria inclusiva de pensamento. Ela foi construída para designar, estrutural, emocional e cognitivamente, todos os aspectos envolvidos pelo padrão assimétrico e tradicionalista de relação racial. (FERNANDES, 2008b, p. 44).

Por isso, o conceito não distingue preconceito de discriminação. A discriminação era o fator operativo danoso, mas o que lhe dava fundamento (os estereótipos preconceituosos) aparecia em primeiro plano por conta do contraste que mantinha com os "mores da sociedade" (FERNANDES, 2008b, p. 45).

Sendo uma "categoria inclusiva de pensamento", o "preconceito de cor" designa todos os aspectos do padrão tradicionalista de relações raciais: a regra da associação entre cor e posição social, os estereótipos raciais, os aspectos psicológicos e deformações da personalidade tanto de "brancos" quanto de "negros", os "complexos", as expectativas recíprocas de comportamento etc.

O mais importante, porém, não vem a ser o conceito em si e nem as exigências psicológicas ou dinâmicas do padrão tradicionalista a que ele se refere, mas as impulsões que estavam por trás dessa construção conceitual e as reivindicações profundas que elas envolvem. Na medida em que se explicava a situação social do "negro" pelas consequências do "preconceito de cor", este foi associado àquela noção de "espoliação racial" e encarado como fator da *desigualdade racial*. O "preconceito de cor" era visto, pelos movimentos reivindicatórios, como fator dinâmico que impedia a correção da desigualdade

racial, pois naturalizava a situação pela consideração de que a "população de cor" seria um "estrato inferior". Assim, o que procuravam eram "mecanismos coletivos de reação" ao "preconceito de cor" nesta dimensão.[104]

Isto implicava reivindicações profundas, as quais Florestan exemplifica com um trecho do depoimento de observação em massa individual de José Correia Leite e um da história de vida de Francisco Lucrécio:

> Em depoimento escrito por um dos principais pioneiro e líderes dos movimentos reivindicatórios, deparamos com a seguinte afirmação: "Os negros devem, diretamente, participar de qualquer movimento que se promova, visando a sua melhoria. Como? Procurando dar aos negros a assistência material que ele necessita, para, entre si, desenvolver uma vasta obra de ação social para seu alevantamento." (FERNANDES, 2008b, p. 46; LEITE, [s.d.], p. 69)
>
> Outro líder daqueles movimentos assevera, em passagem de sua história de vida: "Não se trata de ir ao barbeiro ou hotel e ter navalha sem corte ou cama dura, mas de lutar em torno de reivindicações mais sérias e que

---

[104] Nestes, a reação ao "preconceito de cor" toma feições mais amplas que o combate confinado e imediato às suas manifestações e focaliza o fenômeno pelo lado ideológico, da naturalização e obscurecimento da desigualdade racial pela representação do "negro" como "estrato social inferior" que não dispõe dos mesmos direitos que outros:

"Os movimentos visavam consolidar e difundir um dado tipo de consciência da situação racial brasileira, congregar e reeducar os interessados em debatê-la e em combatê-la; e, por fim, convertê-los em força irresistível, capaz de alterar a referida situação. Os textos arrolados a seguir evocam esses intentos como eles se traduziram num dos documentos mais significativos da época: 'A Frente Negra Brasileira é o resultante de uma consciência da nova geração negra do Brasil na observação e estudo do ambiente nacional [...]. À margem da vida nacional, cuja organização sustentou em seus ombros durante esse decorrer de séculos, sem economia, sem instrução e sem saúde, o negro vem sofrendo os terríveis efeitos de maquiavélica campanha de preconceito de cor, que só ele sente e percebe, porque é fato de todo instante. [...] *Reagir*, eis o sentido exato dessa arregimentação. A última tentativa foi o Centro Cívico Palmares, há uns dez anos, com programa menos desenvolvido, porém com o mesmo escopo. (...) Foi quando, apreciando e sentindo a imediata necessidade que as condições de vida exigiam, se fez, com mais entusiasmo e experiência, a arregimentação que tomou o nome de Frente Negra Brasileira.' E, adiante, assevera no mesmo diapasão: 'É uma afirmação leviana, se não maldosa, dizer-se que no Brasil não há preconceito de cor. Já inscrevemos em nosso estandarte: "O preconceito de cor no Brasil só nós, os negros, podemos sentir". Porque a luta que se move ao negro é traiçoeira e disfarçada: não é feita como, especificamente, nos Estados Unidos, onde a mentalidade material impôs: "O homem vale por aquilo que ele seja capaz de fazer". (...) Não é a luta aberta de valores. Ao contrário, prometem-lhe muito mas nada lhe dão. (...) E a mentalidade reinante é a de fazer do negro, sempre, um elemento servil, negando-lhe todos os direitos que, ironicamente a lei lhe concede (...) Vem sofrendo o negro nessa maldosa infiltração e maquiavélica insinuação; e onde quer que ele esteja, apenas o vêem como negro e sob indisfarçável ponta de ironia como se a cor da epiderme pudesse influir na capacidade intelectual'." ([AMARAL], [1936] *apud* FERNANDES, 2008b, p. 47-48).

> têm raízes mais profundas." (FERNANDES, 2008b, p. 46-47; MOREIRA; LUCRÉCIO, 1951, p. 9)

As mudanças esperadas do comportamento e da personalidade, então organizados segundo o padrão tradicionalista, não eram vistas como fim em si mesmo, mas como a solução de certos obstáculos à integração total e em condições de igualdade com o "branco", de modo que vinham acompanhadas de reivindicações de condições de participação igualitária na riqueza, cultura e poder.

Assim, os aspectos psicológicos e dinâmicos do padrão tradicionalista eram atacados especialmente nos seus efeitos na formação da personalidade do "negro", o que significa que os efeitos perniciosos do "preconceito de cor" eram avaliados sobretudo pelos entraves subjetivos que colocavam ao desenvolvimento, pelo "negro", de impulsões igualitárias. Por isso, um dos sentidos que o combate ao "preconceito de cor" adquiriu foi o de "educar para reagir".

Segundo um informante não identificado de Florestan, porém, apenas uma minoria tinha clara esta consciência, a maioria "não compreendia bem a situação" e não diferenciava totalmente os objetivos de maior alcance a serem perseguidos:

> A referida compreensão não era universal no "meio negro". De acordo com um dos informantes, somente uma minoria possuía ideias claras a respeito. A maioria não só "não compreendia bem a situação"; mas, ainda, "não tinha educação para elevar-se espiritualmente, para desenvolver uma conduta mais branda e conveniente" [segundo Florestan, o informante se referia a uma conduta "esperta" - AMC]. O que pensava e como agia aquela minoria são coisas facilmente documentáveis. (FERNANDES, 2008b, p. 46)

A minoria empenhada na difusão desta consciência crítica e sua transformação em força social teve de manipular técnicas sociais de controle do comportamento coletivo organizado antes desconhecidas e a "[...] lidar, organizadamente, com o comportamento voluntário, consciente e inteligente em escala coletiva" (FERNANDES, 2008b, 40). Para Florestan, de maneira surpreendente, os líderes dos movimentos reivindicatórios "[...] souberam passar

depressa da ideia de que a ‘união faz a força’ para tentativas bastante complexas de arregimentação da ‘gente negra’ em torno de uma causa comum” (FERNANDES, 2008b, p. 40-41). Compreenderam que precisavam “[...] desenvolver impulsões integracionistas bastante fortes para operarem independentemente de motivações psicológicas e de controles sociais, seja do ‘meio negro’, seja da sociedade inclusiva” (FERNANDES, 2008b, p. 42), pois de ambos os lados o “negro” enfrentava pressões psicológicas e objetivas contrárias à sua “arregimentação”.

Formou-se uma “subcultura” capaz de orientar as percepções e regular os comportamentos, canalizando os anseios integracionistas em direção ao inconformismo e, idealmente, às reivindicações de grande alcance. Esta subcultura se consolidou em torno da vida social nas associações e entidades dedicadas aos “problemas específicos da raça”, que compunham “[...] base institucional que iria aglutinar as tendências de formação da referida subcultura” (FERNANDES, 2008b, p. 42), e se difundiu no “meio negro” principalmente pela atuação dos órgãos de imprensa dos movimentos reivindicatórios, subsistindo pela tradição oral nos anos que seguiram o fechamento da Frente Negra Brasileira.

Florestan elege como unidade de investigação a Frente Negra Brasileira, apesar de sua análise dos conteúdos da consciência crítica introduzida pelos movimentos reivindicatórios se referir a um período mais amplo que vai até pouco depois de 1945, sendo a data de maior referência o fechamento da Associação dos Negros Brasileiros em 1948. A análise mais detalhada das principais ocorrências históricas da “fase pioneira”, como o sociólogo chama o período de existência da FNB (1931-1937), é útil na medida em que facilita a explicitação dos desafios que os movimentos sociais do “meio negro” teriam de enfrentar, tanto com relação aos objetivos visados quanto às técnicas sociais mobilizadas.

A fundação da FNB foi um evento que congregou todos os grupos do “meio negro” da época e marca a primeira objetivação organizada e coletiva das expectativas e percepções que agitavam o “meio negro” na época. Segundo

Florestan, a organização surgiu em um momento em que a canalização das novas impulsões que surgiam no "meio negro" em direção a uma ação inconformista ordenada só poderia se dar pela apresentação de alternativas aos sujeitos, e a FNB forneceu justamente estas alternativas. O avanço em direção àquelas reivindicações profundas, não tão evidentes na experiência cotidiana dos indivíduos, se deu no contexto que a própria ação reivindicatória criava:

> O fato é que a Frente Negra Brasileira pôs a "população de cor" de São Paulo diante de alternativas de comportamento e de opções coletivas representadas por aquelas tendências, abrindo novas sendas à influência ideológica dos movimentos reivindicatórios e provocando avanços que não se fariam a não ser sob a pressão emocional ou moral da própria ação reivindicatória. (FERNANDES, 2008b, p. 62)

Os objetivos da FNB tinham grande alcance transformador e podem ser entendidos como uma definição dos interesses da "população de cor" segundo os critérios de uma sociedade de classes e de uma democracia. A pretensão de uma integração igualitária à ordem social exigia que se interviesse diretamente na estrutura e na dinâmica das relações raciais, ajustando-as a critérios democráticos de assimilação e ascensão social:

> Cristalizara-se, em pouco tempo, toda uma filosofia de ação, que concentrava as reivindicações em torno de objetivos simples, claros mas essenciais. Bem examinados, eles indicam que se queria, na verdade, uma única coisa: substituir os critérios tradicionalistas de absorção individual, lenta e descontínua do "negro", por critérios alternativos, congruentes com a ordem social da sociedade aberta, competitiva e democrática. Em suma, por critérios que promovessem a assimilação e a ascensão do "negro" em escala grupal, de modo rápido e ininterrupto. (FERNANDES, 2008b, p. 61)[105]

As técnicas sociais mobilizadas para "arregimentar" o negro deveriam funcionar como polarizações dinâmicas que orientam as tendências inconformistas já existentes na direção dos "[...] fins coletivos mais amplos, que requeriam

[105] Exemplos de como previam esta substituição de critérios estão arrolados nas páginas 58 a 61 do capítulo; são retirados dos documentos *Manifesto à gente negra brasileira* (SANTOS, 1931) e *Frente Negra Brasileira: suas finalidades e obras realizadas* ([AMARAL], [1936]).

consciência da realidade ambiente e atuação social organizada" (FERNANDES, 2008b, p. 21). Porém, a situação social da "população de cor" colocava dificuldades ao movimento, das quais os lideres tinham plena consciência. A ressocialização e a revolução do horizonte cultural do "negro" eram condições primeiras para que os movimentos pudessem atingir os seus objetivos, tanto porque precisavam de apoio para ganhar força diante da falta de ressonância de suas reivindicações na sociedade inclusiva, quanto porque tratava-se de "preparar" o "negro" para atuar na ordem social competitiva e repelir os ajustamentos inerentes ao padrão tradicionalista de relações raciais. A FNB soube manejar a situação e "[...] montou uma estratégia por assim dizer brusca, direta e tosca, que o grosso da massa podia entender e acompanhar" (FERNANDES, 2008b, p. 63), que consistia nos dois empenhos já mencionados, a propaganda e a própria ação reivindicatória:

> [...] fugia-se deliberadamente a qualquer "academicismo" ou "intelectualismo". Não se pretendia que o "negro" primeiro compreendesse esses objetivos centrais e depois agisse. Mas, ao inverso, fomentava-se a ação como etapa inicial, deixando que, ao longo dela ou depois dela, os aderentes entendessem, como pudessem, o verdadeiro sentido daqueles objetivos centrais. Daí o fato capital: o ativismo constituía o nexo efetivo entre a liderança e a massa, bem como entre a propaganda, a formação de uma ideologia comum e a transformação dos lideres ou dos aderentes. (FERNANDES, 2008b, p. 64)

Enquanto o ativismo se voltava mais para o que era praticável imediatamente, os objetivos que impunham uma transformação estrutural da ordem social não foram abandonados, eles eram explorados especialmente na imprensa e nos discursos públicos:

> A atualização constante mantinha acesa a ira sagrada e revitalizava o clamor pela justiça social, que o "negro" exigia e esperava. Portanto, as fórmulas pertinentes ao "alevantamento econômico, social e moral do negro" não eram negligenciadas. Ao contrário, alimentavam-nas com discursos apaixonados e com escritos virulentos [...]. (FERNANDES, 2008b, p. 63)

Em realidade, uma análise detida de sua atuação "[...] demonstra[ria] que a Frente Negra Brasileira operou, realisticamente, dentro de uma faixa estreita" (FERNANDES, 2008b, p. 64). Para Florestan, porém, este foi "[...] o preço de uma atuação eficaz, o qual não impedia a esperança de uma alteração radical da estratégia seguida, quando o próprio 'negro' tivesse chance de por em prática comportamentos políticos de maior envergadura." (FERNANDES, 2008b, p. 64).

Quanto à atuação imediata, esta se organizava segundo uma "estratégia direta de combate confinado ao 'preconceito de cor'" (FERNANDES, 2008b, p. 69). Em primeiro lugar, havia grande empenho em levar adiante o processo de ressocialização do "negro", iniciado pela experiência e pela observação do êxito do imigrante.

A primeira coisa que os movimentos reivindicatórios perceberam foi que era necessário absorver as formas de vida organizada, o comportamento e os tipos de personalidade adequados à ordem social competitiva. Compreenderam a necessidade de os "negros" "[...] assumirem posições defensáveis na estrutura da sociedade de classes" (FERNANDES, 2008b, p. 18) e esta foi identificada como a condição primeira de qualquer atuação bem sucedida, tanto do ponto de vista reivindicativo quanto simplesmente no que toca a competição por melhores condições de vida e posições sociais. Esta percepção levou o "negro" a "[...] converter seus movimentos sociais em centros de reeducação [...] para o estilo urbano de vida [...]" (FERNANDES, 2008b, p. 18) e a FNB não foi exceção:

> [...] inspirando-se nas diretrizes anteriores, vindas principalmente do grupo do *Clarim da Alvorada*, insistia na absorção dos modelos de organização do comportamento, da personalidade e dos grupos sociais existentes na sociedade inclusiva. [...] nesse campo as investidas eram diretas. A crítica à situação presente passava para o plano secundário e subsidiário. (FERNANDES, 2008b, p. 64-65)

Em segundo lugar, era promovido o combate direto dos indivíduos às manifestações do "preconceito de cor" e aos ajustamentos segundo o padrão tradicionalista. Nas orientações a seus membros, a FNB, "[...] de um lado, fomentava o repúdio ostensivo e até irritado às expectativas de capitulação

passiva. De outro, incentivava comportamentos conscientemente 'exigentes' [...]" (FERNANDES, 2008b, p. 65). Além disso, divulgava publicamente uma "política decidida em face das manifestações e das consequências do 'preconceito de cor'" (FERNANDES, 2008b, p. 65) e "[...] combatia [as] reações ambíguas, desmascarando-as mediante a explicação dos interesses, das concessões ou das confusões que ficavam por trás delas" (FERNANDES, 2008b, p. 65).[106]

A maioria das ações era voltada para o próprio "meio negro", segundo a filosofia de que quem deve resolver o problema do "negro" é, antes de tudo, ele próprio. Não pretendiam reeducar o "branco" profundamente, modificando sua personalidade, mas apenas exigiam o tratamento igual, independente das convicções "íntimas" dos "brancos". Ao exigir que recebesse tratamento simétrico ao dispensado aos outros "brancos", o "negro" criava circunstâncias para que, em toda situação em que se criava um conflito, este tivesse justificação moral nos princípios da ordem social, e a manipulação pelo "negro" do conflito tinha, portanto, de ser aceita pelos "brancos". Estes eram os limites da manipulação da técnica do conflito, posta em prática pela Frente Negra Brasileira, que embora

---

[106] Como exemplo desta orientação, Florestan cita um trecho de depoimento de Arlindo Veiga dos Santos na Segunda Mesa Redonda:

"E, principalmente, inculcava um ânimo beligerante em seus seguidores, levantando-os contra os 'brancos' que tivessem 'preconceito de cor' e animando-os a lutar com bravura pela correção das 'injustiças' recebidas: 'No tempo em que nós militávamos na Frente Negra Brasileira sempre vieram estas questões à tona. Quando da nossa peregrinação pelo interior, por motivos de serviço, encontrávamos casos assim de preconceito. Formado o grupo na cidade [o núcleo da FNB – F.F.], a ordem era quebrar os tabus. Em várias cidades havia este costume. Os negros perambulavam pelo jardim [enquanto os brancos faziam o *footing* – F.F.]. Então um dizia: estão no jardim. E quando nós fazíamos isso, quebrava-se e acabava-se [aquele costume – F.F.] (...) Houve (...) uma coqueluche de patinação. Os negros, graças à flexibilidade do corpo, talvez porque são mesmo do samba, tomaram-se logo os maiores patinadores. Então começou a prevenção. Os negros não podiam entrar no ringue. Nunca permitiram que o negro entrasse. A Frente Negra deu o alarme. Comunicou aos jornais. Não tomaram providências. Ordem da Frente Negra: vão, patinem com cuidado; entrem com respeito. Não estraguem nada e patinem. Os negros foram e ninguém quebrou nada (...) É aquele mesmo fato de sempre. Onde a Frente Negra entra, acaba com isso. Até parece que os brancos acharam bom. Porque afinal não havia razão. Há também alguns casos diferentes, em que afinal não havia razão. Há também alguns casos diferentes, em que os negros é que pensam que não podem entrar, que o lugar deles é fora. Se quisessem entrar entrem, entrarão também...'. Punha-se, pois, em primeiro plano o esforço de compelir o 'negro' 'a ter coragem', tanto de 'viver entre os brancos' quanto a enfrentá-los com decisão." (FERNANDES, 2008b, p. 65-66; 2ª MESA REDONDA, 1951, p. 102-104).

estreitos delineavam as únicas possibilidades naquele momento, caso os atores quisessem evitar que sua estratégia se tornasse contraproducente.

Esta estratégia de combate direto e confinado ao padrão tradicionalista de relações raciais, embora circunscrita por limites claros, já implicava grande empenho e várias complicações. Segundo explicações de Arlindo Veiga dos Santos, o principal foco imediato de preocupação da FNB era "[...] preparar o 'negro', subjetiva e materialmente, para suportar as tensões e conflitos que porventura resultassem dos ajustamentos recomendados [...]" (FERNANDES, 2008b, p. 66):

> O dr. Arlindo Veiga dos Santos nos explicou que a situação existente era consequência da falta de preparo no "negro" para se integrar na coletividade. Por isso, "a estratégia da Frente Negra era reunir os negros para prepará-los, para quebrar o seu medo e a covardia diante do branco, para lhe dar coragem e ousadia na competição econômica ou na defesa de seus direitos". (FERNANDES, 2008b, p. 66).

Após esta definição dos objetivos visados e das estratégias de ação que a Frente Negra Brasileira pôs em prática, Florestan acompanha as divergências que levaram o grupo do Clarim da Alvorada a separar-se da FNB, após ter participado de sua fundação. As informações sobre os conflitos internos de que dispõe vêm do relato de José Correia Leite na monografia "Movimentos sociais no meio negro":

> As primeiras divergências surgiram em função das técnicas autoritárias de organização do poder, adotadas pelos primeiros líderes principais da Frente Negra Brasileira:
>
> "Ao se fundar a Frente Negra, em meados de 31 [...]. Apareciam, aqui, os primeiros pruridos da ação integralista, semelhante em muitos pontos ao movimento patrianovista dirigido pelo dr. Arlindo Veiga dos Santos. Por este motivo, a escolha do dr. Arlindo Veiga dos Santos para a presidência da Frente Negra foi aceita com restrições por vários negros, inclusive pelo grupo que se formara em torno do Clarim da Alvorada. Logo na elaboração dos estatutos, os quais deram à organização um caráter nitidamente fascista, surgiram as primeiras divergências, afastando-se nessa ocasião alguns elementos [...]. O Grupo do Clarim, percebendo desde já a intenção dos irmãos Veiga dos Santos de fazer dos demais elementos simples caudatários de seus ideais, assumiram uma atitude vigilante e independente em relação aos acontecimentos. Apareceram

> nesse momento os primeiros sintomas da divergência logo depois manifestada entre a direção da Frente Negra e o Grupo do Clarim. Na primeira grande reunião da Frente Negra, realizada nos salões das Classes Laboriosas, que ficaram totalmente lotados, o grupo do Clarim teve o primeiro choque com a direção da Frente. Um dos componentes do referido grupo apresentou, no meio da assistência, uma sugestão concernente a algumas das diretrizes que deveriam nortear a luta em prol da causa específica do alevantamento social, econômico e cultural dos negros. O dr. Arlindo Veiga dos Santos, na presidência dos trabalhos, não aceitou a sugestão." (FERNANDES, 2008b, p. 69-70; LEITE; MOREIRA, [1951], p. 148 e 150)

Além das divergências quanto às técnicas autoritárias de arregimentação, Florestan destaca como os conflitos rapidamente escalaram para o nível pessoal e tornaram-se violentos:

> Esses entendimentos suscitaram a formação de facções e, mais tarde, o abandono da Frente Negra Brasileira pelo grupo do Clarim da Alvorada. Iniciam-se, então, conflitos intestinos no "meio negro". [...] Os ânimos chegaram a se exaltar de tal maneira, que se chegou a depredar o interior da casa onde funcionava aquele jornal:
>
> "Uma vez definidas as posições opostas, da Frente Negra e do Grupo do Clarim, começou uma luta surda entre eles. Na Frente dizia-se que o Grupo do Clarim, e outros considerados inimigos, eram os Judas da Raça. Acusava-se o Grupo do Clarim de ser sem ação, de nunca ter feito nada pelos negros, de só saber falar e criticar – são palavras do sr. Isaltino: 'os nossos seguidores não precisam de intelectuais; precisamos de mais ação e menos palavras'. Por seu lado, o Grupo do Clarim continuava a fazer críticas, pelo jornal, à orientação seguida pela direção da Frente." (FERNANDES, 2008b, p. 71; LEITE; MOREIRA, [1951], p 154)

Para o sociólogo, esta escalada violenta – que envolveu dois dos principais colaboradores da pesquisa, Arlindo Veiga dos Santos e José Correia Leite – explica-se pelo fato de que, pela primeira vez, se distinguia, no "meio negro", uma elite cujo prestígio era retirado do próprio meio e conferia aos indivíduos certa influência política:

> As pessoas e os grupos envolvidos naquelas pugnas não conhecidos por sua dedicação exemplar à "causa" do "negro" e do mulato. Então, por que as coisas foram tão longe? Parece que à inexperiência política se somou uma condição fortuita mas crucial: pela primeira vez se concretizava, no "meio negro", a possibilidade de competir por prestígio e por poder na arena política. (FERNANDES, 2008b, p. 72)

Soma-se a isto o fato de os líderes terem saído da camada letrada e "notável" do "meio negro", pois "[...] possuíam renome e prestígio suficientes para atrair seguidores" (FERNANDES, 2008b, p. 73), e não "[...] peneiramento espontâneo e prolongado no seio da massa de militantes" (FERNANDES, 2008b, p. 73). Não havia, porém, condições para que ocorresse de outra maneira: em um "meio negro" no qual os principais desafios ainda encontravam-se presos à ressocialização dos sujeitos e à libertação da personalidade do "negro" da "escravidão que ficou dentro dos homens", não havia possibilidade de uma politização da "massa" que fosse capaz de exercer controle sobre a atuação da liderança dos movimentos, de modo que "os líderes exerceram as funções de liderança com autonomia elástica" (FERNANDES, 2008b, p. 73).

A complexidade e variedade das implicações do "problema do negro" e dos objetivos visados, alguns com sentido mais funcional e imediato, e outros de maior alcance transformativo - cuja realização exigia certas condições estruturais e dinâmicas das quais o "meio negro" ainda não dispunha -, tornava difícil um consenso exato entre as lideranças sobre quais estratégias de ação priorizar.

Por sua vez, a resposta a tais dilemas não podia sair da "massa aderente". Esta, não só não tinha domínio das técnicas sociais que a organização de indivíduos em um movimento social exige, como não era conscientemente reivindicativa. Como apontou o informante de Florestan, a consciência crítica e global do "problema do negro" não era generalizada. Na interpretação do sociólogo, isto significava que não se discernia o combate confinado ao "preconceito de cor" do problema da integração igualitária do negro como coletividade na sociedade de classes:

> Eles mais repeliam o presente, com seu tipo de integração à sociedade e de relações com o "branco", do que elegiam um determinado destino. [...] a massa dos movimentos compunha-se de gente que aceitava uma escolha feita por certa elite porque *não queria continuar como estava*. Muitas dessas pessoas nem sabiam explicar por que não queriam mais que as coisas continuassem como estavam. [...] Apenas um pugilo de homens reunia uma experiência mais vasta, possuía adestramento prévio

> em posições e papéis sociais criados pela expansão da ordem social competitiva e sabia claramente quais eram as perspectivas dos movimentos no seio da sociedade inclusiva. (FERNANDES, 2008b, p. 79)
>
> Os agentes não discerniam os dois alvos nem tinham como atacá-los por meios apropriados. Deram o "não!" para uma coisa; e o "sim!" para outra. Ficou faltando, porém, criar o "querer coletivo" e o "agir coletivo" que esses dois alvos formidáveis requeriam. (FERNANDES, 2008b, p. 82)

A solução do "problema do negro" exigia não apenas que se combatesse de maneira confinada o padrão tradicionalista de relações raciais e os efeitos negativos do "preconceito de cor". Exigia que se formasse uma minoria racial identificada e que esta se transformasse em força social capaz de realizar as condições necessárias para que fosse superada a "espoliação racial" e suas consequências corrigidas e, portanto, para que o "negro" se integrasse na sociedade de classes de maneira igualitária e em bloco. A superação e correção das consequências da espoliação racial significava nada menos do que a democratização da ordem social, um feito social e político de enorme porte.

A explicação da "[...] limitadíssima influência que [os movimentos reivindicatórios] exerceram na alteração propriamente dita do sistema de relações raciais" (FERNANDES, 2008b, p. 94), deve ser procurada, então, em grande parte no próprio "meio negro":

> [...] os movimentos reivindicatórios correspondiam a uma problemática histórica real, que precisava ser enfrentada de imediato, mas pressupunha exigências práticas em grande parte inexeqüíveis. Faltava à "população de cor" o necessário suporte material e moral: recursos econômicos, sociais e culturais. (FERNANDES, 2008b, p. 82)

Malgrado o empenho dos responsáveis, o esforço de doutrinação pela imprensa própria não tinha meios de preencher estas lacunas; para que se realizassem todas as condições expostas acima era preciso que a "população de cor" dispusesse de recursos cognitivos e dominasse certas técnicas sociais, cuja complexidade ainda estava além do processo de ressocialização que já dava fortes sinais de sua existência no início da década de 1930:

> Os pioneiros daqueles movimentos, por idealismo puro, foram vitimas de uma ilusão que tem cegado a maioria dos reformadores sociais. Julgaram que bastava jogar a semente da razão, para ela medrar. [...] A dificuldade aparecia nesse nível – de instilar esse "querer" e esse "ver" na compreensão do mundo e na capacidade de ação coletiva da nossa "população de cor". O seu envolvimento no estilo moderno de vida contribuíra para desbastar o horizonte cultural do "homem médio de cor"; mas não o bastante para criar um "14 de julho do negro brasileiro". Para realizar semelhante façanha, o "negro" teria, antes, de assimilar técnicas sociais de cuja existência mal suspeitava. (FERNANDES, 2008b, p. 81)

A análise do sociólogo não pode ser mal compreendida como uma crítica à Frente Negra Brasileira e aos líderes daqueles movimentos reivindicatórios; trata-se de identificar os obstáculos histórico-sociais que tiveram de enfrentar, e aos quais não tinham como sobrepujar, por circunstâncias que estavam fora de seu controle.

As eventuais "ilusões" em que os atores possam ter se empenhado, são consequências da situação e da única via que se apresentava para sua atuação. Em realidade, os objetivos visados por aqueles movimentos correspondiam exatamente ao problema que se colocava, de integração acelerada, igualitária e em bloco do "negro" na sociedade de classes, como "minoria racial espoliada". O fato do alcance de sua atuação e influência ter sido, com relação a este objetivo, extremamente limitado, não diz respeito à qualidade das questões colocadas por aqueles movimentos e deve ser atribuído a causas mais complexas e derivadas da situação histórico-social:

> É preciso atentar bem para as implicações sociológicas desta análise. Há os que pensam que a função dos movimentos sociais consiste em *fabricar* as ideologias e as técnicas de ação, exigidas pelas circunstâncias. Se pensássemos assim, faríamos uma crítica severa mas unilateral aos movimentos reivindicatórios descritos. Na verdade, se a análise desenvolvida for verdadeira, eles ficaram aquém das exigências da situação histórico-social; todavia, mesmo assim, iam além das possibilidades médias da "população de cor". [...] as limitações e as inconsistências crônicas dos movimentos não chegaram a ser corrigidas e superadas por causa mesmo dessas possibilidades médias. (FERNANDES, 2008b, p. 83)

Em nota, Florestan aponta para o fato de que, a "[...] longo termo, tais problemas têm de ser resolvidos na orbita da sociedade inclusiva [...]"

(FERNANDES, 2008b, p. 82, n. 57), apontando para os parâmetros segundo os quais devem ser compreendidas algumas das críticas que fará no último capítulo do segundo volume (onde o material das discussões das Mesas Redondas ocupa lugar central), após uma análise da mudança pela qual passou o "meio negro" desde a década de 1930.

Para o sociólogo, a Frente Negra Brasileira ficou na história como um "[...] teste que serviu para o melhor conhecimento dos meios e dos fins que o 'negro' terá de mobilizar se quiser alterar, abruptamente, a ordem social imperante" (FERNANDES, 2008b, p. 73).

***

A falta de ressonância das reivindicações e de solidariedade ao "problema do negro", na sociedade, contribuiu ainda mais para que o impacto transformador dos movimentos reivindicatórios fosse neutralizado e a realização de seu potencial fosse solapada.

Com o conflito aberto excluído das possibilidades e a permanência do padrão tradicionalista como principal fonte da organização do comportamento e das representações dos "brancos", foi a inércia da sociedade que estabeleceu, em última instância, o "[...] padrão histórico-social que vai regular, na sociedade de classes, o controle e a racionalização progressivos das inconsistências raciais herdadas do passado" (FERNANDES, p. 2008b, 75).

O que irá ocorrer, e será analisado com cuidado por Florestan nos capítulos seguintes, é o oposto do que queriam os líderes dos movimentos reivindicatórios: "Elas serão absorvidas lentamente, à medida que o 'negro' tiver elementos para se inserir, individualmente, na ordem social competitiva." (FERNANDES, 2008b, p. 75). Estas tendências convertem o "indivíduo de cor" na "unidade dos processos de socialização e integração" (FERNANDES, 2008b, p. 75), ignorando as necessidades e reivindicações do "negro" como coletividade:

> [...] ela não se tornou aberta, *ex abrupto*, a toda uma categoria racial [...]. Portanto, na dinâmica da sociedade inclusiva existia uma resistência atópica e inabalável à igualdade racial, da maneira em que ela era formulada e pretendida pelos movimentos reivindicativos dos "negros" [...]. Não tolerav[a] [...] que se alterassem as bases estruturais das relações de "raça" para "raça". (FERNANDES, 2008b, p. 132)

Não obstante, os movimentos reivindicatórios preencheram certas funções sociais construtivas, que pertencem especialmente àquele processo de ressocialização:

> Reportam-se a transformações de um estado de espírito e de impulsões sociais, coisas difíceis de descrever através da documentação disponível. Em nossos dias, o máximo que se pode fazer, nessa direção, apenas permite surpreender algumas transformações identificáveis pela motivação de certos comportamentos ou pela alteração evidente de certos conteúdos do horizonte cultural do "negro". [...] certos efeitos psicossociais, presumivelmente associados às influências sociodinâmicas dos movimentos reivindicatórios. (FERNANDES, 2008b, p. 95)

Segundo Florestan, os movimentos sociais no "meio negro" atuaram como "forças intermediárias" de regulação da passagem de um estado de isolamento sociocultural praticamente total para um estado de participação consciente e organizada. Embora o último não tenha se realizado plenamente, nos termos em que pretendiam seus idealizadores, é inegável que ficaram enraizados na subcultura do "meio negro", saldos relativos àqueles movimentos. Estes saldos não são apenas as novas impulsões psicossociais e a alternativa de um novo padrão de reação societária aos efeitos visíveis do "preconceito de cor", mas principalmente a definição deste como problema social, encarado como um "fator da desigualdade racial", e uma nova concepção histórica do "problema do negro" como minoria racial espoliada, cujos frutos e alcance ainda não teriam sido completamente desenvolvidos, embora promissores:

> [...] a concepção do mundo e da história que eles iriam difundir trazia consigo a marca da "negridade" – ou seja, uma compreensão do passado, do presente e do futuro coerente com a perspectiva social e os anseios de justiça da "gente negra". Pode-se dizer que eles não foram tão longe quanto prometiam, como fontes de uma nova concepção do

> mundo e da história. Contudo, iniciaram um processo que ainda está em curso e que poderá produzir outros frutos. [...] Ela oferece uma perspectiva social, de que o 'negro' carecia antes, a partir da qual lhe será possível absorver as identificações psicossociais e socioculturais imperantes na sociedade inclusiva mas de maneira autônoma. (FERNANDES, 2008b, p. 98)

2.3.2 A contra-ideologia do desmascaramento racial

Na seção "Uma ideologia de desmascaramento racial", Florestan procura realizar uma apresentação sintética do que considera ter sido a ideologia formulada e difundida pelos movimentos reivindicatórios, que, neste caso, incluem tanto a "fase pioneira" quanto a fase posterior à democratização de 1945, como já mencionamos. Além da monografia de José Correia Leite e Renato Jardim Moreira, não havia outras fontes que tratassem dos movimentos reivindicatórios de uma perspectiva histórica e analítica, portanto, conforme o sociólogo dispunha apenas de publicações originais da "imprensa negra" e alguns documentos da época, também redigidos pelos mesmos atores[107], não é de se surpreender que o mesmo considera que "[...] a parte mais rica da documentação existente diz respeito à formação e à difusão de uma ideologia racial característica, praticamente construída graças às disposições e às reivindicações suscitadas pelos movimentos sociais" (FERNANDES, 2008b, p. 95).

A partir de uma reunião de artigos dos periódicos como *O Clarim da Alvorada*, *A Voz da Raça* (FNB), *O Clarim* (Clube Negro de Cultura Social), *Alvorada* (Associação dos Negros Brasileiros) e *O Novo Horizonte*, Florestan condensa alguns aspectos em comum que considera comporem o núcleo de uma "ideologia de desmascaramento racial", difundida no "meio negro" pela atuação desta imprensa e pela tradição oral. Apoiando-se neste material, Florestan

[107] Referimos-nos ao "Manifesto à gente negra brasileira" de Arlindo Veiga dos Santos e ao documento "Frente Negra Brasileira: suas finalidades e suas obras realizadas" de Raul Joviano Amaral, citados anteriormente. O único documento que não é da época, e que Florestan utiliza, é o texto "O Alvorecer de uma ideologia", de José Correia Leite, cuja redação foi iniciada na ocasião da pesquisa, conforme apontamos em nota anterior.

identifica uma situação de interesses comum e “estoque de convicções elementares universais” dos “negros inconformistas” (FERNANDES, 2008b, p. 111).

Já tratamos acima do conteúdo da consciência crítica do “problema do negro” compartilhada por estes atores, portanto vamos nos limitar, aqui, a defini-los sob os termos de uma ideologia de desmascaramento, pois é nestes termos que Florestan irá retomar o tema posteriormente, quando analisa o material das Mesas Redondas.

Segundo o sociólogo, o fundo das convicções compartilhadas é “inconfundível”: “[...] o ‘negro’ inconformista pretendia que se redefinisse a situação de interesses da ‘raça negra’ em termos da estrutura e do funcionamento da sociedade de classes” (FERNANDES, 2008b, p. 111). Por outro lado, trata-se uma ideologia cujo objetivo principal era desmascarar uma situação de contato praticamente de castas que se reproduzia na ordem social competitiva (FERNANDES, 2008b, p. 111).

O desmascaramento atingia simultaneamente a dinâmica das relações raciais segundo o padrão tradicionalista e a estrutura da desigualdade racial. Por um lado, desmascarava as racionalizações da ideologia da “democracia racial”, a persistência do “preconceito de cor” na cultura e perpetuação do padrão tradicionalista de relações raciais na organização dos comportamentos dos “brancos”. Por outro, negava a eficácia da ordem social competitiva para os “negros”, pois a “espoliação secular” não teria sido resolvida nesta nova ordem, e os “negros” não encontram condições de desfrutar de direitos e condições de competição.

Assim, no que toca o primeiro aspecto o desmascaramento tinha um forte apelo moral, pois explicitava até onde ia a lealdade dos “brancos” para com os princípios da ordem social, ao se recusarem a reconhecer o “negro” como igual. Quanto ao segundo, a contra-ideologia do “negro” explicitava como a ordem racial herdada do antigo regime se reproduzia na ordem social competitiva

especialmente pelos efeitos cumulativos da desigualdade racial, mas também pelas influências dinâmicas negativas da ideologia dominante e da organização dos comportamentos segundo o padrão tradicionalista e assimétrico, pois estas influências impediam a correção dos efeitos em cadeia da desigualdade.

O último aspecto é aquele ao qual Florestan dá maior destaque, pois este atingiria diretamente o "problema do negro" na sociedade de classes. Segundo o sociólogo, os conteúdos e orientação das formulações ideológicas

> [...] respondem à necessidade básica de uma "raça" [...] que precisa tomar consciência de sua situação de interesses para poder participar das garantias materiais e morais da "sociedade aberta". [...] Por isso, ele [o "negro" - AMC] se propõe a "questão negra" tipicamente como minoria racial espoliada, que almeja romper as cadeias dessa espoliação. (FERNANDES, 2008b, p. 120)

Florestan destaca como "[...] a noção de 'raça espoliada', de 'espoliação secular', de 'raça secularmente desprezada e espoliada' atravessa os espíritos e ressurge em quase todos os debates" (FERNANDES, 2008b, p. 120). Neste ponto da análise, Florestan faz uma citação do texto "O Alvorecer de uma ideologia", de José Correia Leite[108]:

> "Foi uma época que marcou o surgimento de personalidades anônimas, cheias de anseios e de esperanças; era um novo alvorecer. Um novo abolicionismo, mais difícil, mais complexo. (...) Mas nós somos os párias. Lutamos com alegria e atormentados pela esperança de um ideal de conquista a um lugar ao sol." Em suma, tratava-se de "uma luta de redenção e de afirmação de direitos." (FERNANDES, 2008b, p. 120-121; LEITE; CUTI, 1992, p.)

Para Florestan:

> O que importa é ressaltar que ela possuía um elemento político irredutível: uma coletividade que luta por sua "redenção" e contra a "espoliação secular" (com o objetivo de compartilhar, "em condições de igualdade completa e absoluta", os direitos e garantias sociais

[108] Como afirmamos em nota anterior, o autor iniciou a redação deste texto em parte por ocasião da pesquisa, estimulado pelo esforço que ele e Renato Jardim Moreira dispensaram na redação da monografia.

> consagrados pela ordem legal vigente), luta fundamentalmente pela conquista de posições e de papéis políticos na estrutura de poder da sociedade. [...] O resultado é que concebia, embora confusamente, que a luta por sua integração à estrutura de poder da sociedade devia se processar segundo modelos democráticos. (FERNANDES, 2008b, p. 122-123)

Conforme os movimentos reivindicatórios tiveram influência limitada, as funções que esta ideologia tinha de unificar a percepção e explicação do "problema do negro" como o problema de uma minoria racial espoliada, não foram completamente preenchidas.

Porém, análogas às funções sociais construtivas de ressocialização preenchidas pelos movimentos, a ideologia do desmascaramento racial preencheu efetivamente as funções de promover impulsões igualitárias que rompiam com os ajustamentos passivos ou que implicavam concessões ao padrão tradicionalista de relações raciais, desmascarando para os próprios "negros" todas as consequências destes comportamentos e os transtornos psicológicos por eles causados. Portanto, promoveram uma diferenciação produtiva a partir daquele processo de ressocialização pela experiência e ofereceram um equacionamento daquela revolta reprimida que subsistia no "meio negro" e alimentava reações improdutivas, embora no campo da ação este não tenha ultrapassado o combate confinado ao padrão tradicionalista de relação racial. Não lograram promover um domínio das técnicas sociais mais complexas exigidas pelo comportamento social inteligente em nível coletivo, mesmo porque este exigiria a generalização daquela consciência crítica, mas avançaram no combate aos ajustamentos passivos frente as exigências dinâmicas e psicológicas do padrão tradicionalista de relações raciais e, especialmente, difundiram uma condenação moral destes ajustamentos.

Com o tempo, o "meio negro" veria a consolidação e expansão daquelas impulsões e surgiriam condições estruturais e dinâmicas básicas para que se desenvolvesse o domínio destas técnicas sociais, embora os obstáculos à unificação das percepções e explicações dos "negros" nos termos daquela consciência crítica surjam em um novo patamar, como veremos.

3 Os desafios dos movimentos sociais no “meio negro” em uma “nova era”

3.1 Impulsões igualitárias de integração social e as novas “elites negras”

No capítulo *Impulsões igualitárias de integração social*, Florestan analisa o processo de expansão e de redefinição estrutural e dinâmica da ordem social competitiva na cidade de São Paulo.

Em termos estruturais, a expansão da indústria e do mercado de trabalho abriu vias mais amplas de proletarização, que tenderam a absorver os setores antes distantes do mercado de trabalho assalariado. Ao mesmo tempo, a classe média baixa (composta por profissionais liberais e funcionários públicos) encontrou condições para a mobilidade ocupacional e ascensão social. No plano dinâmico, desenvolveu-se um “estilo metropolitano de vida”, bem como surgiram “[...] tendências de organização do espaço, do convívio humano e do horizonte cultural típicas da ‘sociedade de massas’.” (FERNANDES, 2008b, p. 137).

Como indicamos no capítulo anterior, malgrado os esforços dos movimentos sociais no “meio negro”, a direção dos processos de integração do negro na sociedade de classes e, assim, a “racionalização progressiva das inconsistências raciais herdadas do passado”, foi estabelecida por aquele padrão histórico de justiça social. Portanto, foi a influência indireta da expansão da ordem social competitiva que desencadearam um processo de classificação social do “negro” na sociedade de classes, absorvendo um contingente antes completamente marginalizado da vida social organizada nos moldes da ordem social competitiva:

> Foi por essas vias, graças a coincidências totalmente alheias às agitações raciais, que o negro e o mulato se viram, repentinamente, capturados e impelidos na torrente social. [...] Assim, o ‘negro’ penetra,

> não em grupo ou como categoria racial, mas diluído na massa de agentes do trabalho assalariado, em quase todos os ramos de atividades. As resistências, as ambigüidades e as reservas não cessaram, só por causa disso. Entretanto, elas se atenuam, obliteram-se ou ficam evasivas, de acordo com as flutuações da procura de mão de obra. (FERNANDES, 2008b, p. 138)

Assim, na medida em que a pressão quantitativa da economia favoreceu a aplicação de técnicas racionais na seleção, supervisão e promoção de pessoal, o "negro" encontrou vias mais acessíveis de ascensão social pela mobilidade ocupacional, *apesar* das avaliações negativas que ainda pesavam sobre o "trabalhador negro".

É verdade que a maioria das oportunidades surgiu em trabalhos que não exigem qualificação; em realidade, os dados apontam como a população negra ainda encontrava-se no "limiar da proletarização" (FERNANDES, 2008b, p. 144): "[...] muitos ainda se ocupam em serviços brutos e indiferenciados, entendidos no consenso geral sob a noção 'trabalho de negro'" (FERNANDES, 2008b, p. 151). Segundo Florestan, baseado em dados do censo de 1940, a principal diferença com relação ao passado está na simples incorporação ao regime de trabalho e na aquisição de uma ocupação fixa, "[...] o número dos que se proletarizaram e dos que se inseriram nas classes médias parece notoriamente menor" (FERNANDES, 2008b, p. 151), a maioria ainda não partilhava de "situações de classe" típicas:

> [...] a diferença decisiva, que se estabelece com relação ao passado recente, diz respeito a uma fonte estável de ganho. [...] No entanto, essas posições nem sempre asseguram classificação no sistema capitalista de relações de produção [...], essa diferença é meramente de grau. A "população de cor" ainda está confusamente empenhada na luta por converter o trabalho livre em fonte de classificação socioeconômica e de mobilidade social vertical. (FERNANDES, 2008b, p. 158-159).

Mesmo assim, o negro encontra compensações exteriores ao seu desejo de participar das formas de vida organizada, mesmo que pequenas, e isto tem implicações importantes do ponto de vista do avanço e diferenciação das impulsões igualitárias:

> O sentimento de “ser gente” pode ser difundido e compartilhado com um mínimo de segurança, oferecendo novas bases às compulsões seculares de autonomia, de competição com o “branco” e de ascensão social. (FERNANDES, 2008b, p. 139).

Por isso, o maior contraste com relação ao passado está na “[...] qualidade da percepção alcançada pelo negro e pelo mulato a respeito da competição ocupacional” (FERNANDES, 2008b, p. 161).

Assim, embora nem todos compartilhem efetivamente de uma “situação de classe” e o número que ascendeu a ocupações que garantem um padrão de vida típico da “classe média” seja menor ainda, torna-se visível o domínio das técnicas de vida social básica da ordem social competitiva, que aparece agora com certa regularidade no “meio negro”:

> No torvelinho provocado pelo “afã de subir” vamos: a cozinheira que se prepara para ser datilógrafa; a datilógrafa que se prepara para ser contadora; a dona de casa que se prepara para ser costureira; a costureira que se prepara para ser modista; ou, em outra direção, a empregada doméstica que passa a aceitar o trabalho por dia, “para ganhar mais” e poder, assim, instruir os filhos e “ter vida decente” [...]. (FERNANDES, 2008b, p. 212).

Contribui para tanto, o fato de que engajamento do trabalhador negro na estrutura ocupacional, agora mais sensível a critérios racionais de funcionamento, favorece o aprendizado não apenas do ofício, mas da mentalidade adequada à ordem social competitiva.

Isto significa que o negro libertou-se daquele desalento coletivo gerado por uma situação de anomia social:

> A ocupação estável não garante só uma posição na sociedade e uma concepção de mundo. Ela desenvolve os pontos de apoio estruturais e dinâmicos que impediam o “negro” de participar, normalmente, da ordem social competitiva. [Desenvolve-se] toda uma cadeia de conexões e motivações, que criam e generalizam ideais mais ou menos sólidos de ascensão social. O homem que descobre que “não é escravo do trabalho”, mas que pelo trabalho se liberta e se afirma socialmente. Quando essa visão da realidade se configura, o “trabalhador negro” deixa de ser uma “vítima de seu passado” e passa a usar o trabalho como

> única arma de que dispõe [...] para se impor ao branco de igual para igual. (FERNANDES, 2008b, p. 183).

O processo de ressocialização pela experiência não apenas se consolida, como também é levado adiante: o "negro" não apenas domina os requisitos básicos da competição ocupacional e compreende que é preciso assumir "posições defensáveis" na ordem social, como estas impulsões se diferenciaram até o ponto da competição aberta com o "branco" e de uma redefinição de sua auto-representação, de acordo com modelos de personalidade-status que rompem com a imagem do negro construída no seio do padrão tradicionalista de relações raciais.[109]

Vê-se, portanto, como se configura um processo social de correção daqueles problemas de socialização decorrentes do circulo vicioso entre miséria e anomia social no "meio negro". Responsável pela regulação deste processo de ressocialização é o processo social de classificação social da "população de cor", produto indireto da expansão da ordem social competitiva:

> O sistema capitalista foi pouco favorável ao "negro" em seus primórdios. Isso aconteceu, porém, não por causa das limitações insuperáveis do "trabalhador negro". Mas porque foi convertido, de escravo e liberto, numa sorte de pária. À medida que o próprio sistema capitalista se expande e se diferencia e que o "trabalhador negro" encontra, dentro dele, oportunidades realmente promissoras de trabalho, ele não só sabe aproveitá-las, como o faz de maneira notoriamente construtiva. (FERNANDES, 2008b, p. 184).

---

[109] O processo ainda seria incipiente, e aqueles que compartilham integralmente daquele novo estado de espírito descrito acima compõem, em realidade, uma minoria na totalidade do "meio negro". Ajustamentos inadequados à organização do trabalho assalariado (como o não reconhecimento de hierarquias, falta de disciplina e previsibilidade etc.) ainda persistem, assim como a dificuldade em "perceber e aproveitar oportunidades de trabalho" e o "apego a níveis de aspiração profissional demasiado estreitos e pouco compensadores" (FERNANDES, 2008b, p. 174). Porém, este grupo exerce uma importante e inteiramente nova influência dinâmica no interior do "meio negro", de forma que as novas impulsões e padrões de comportamento tendem a se difundir e adquirir cada vez mais vitalidade, na medida em que novos contingentes da "população de cor" conquistam ocupações fixas e logram se classificar socialmente: "O essencial, por enquanto, não é o número. Mas as tendências que o pequeno numero deixa entrever. Neste momento, fechamos o circuito histórico, que abrimos nos dois primeiros capítulos. A figura do 'negro' como trabalhador livre se prefigura como uma realidade histórica." (FERNANDES, 2008b, p. 184)

Partindo deste diagnóstico, Florestan acompanha as contradições resultantes deste incipiente processo de classificação e ascensão sociais, do ponto de vista dos objetivos de grande alcance visados pelos movimentos sociais. Seu objetivo é chegar a uma conclusão a respeito do papel que as novas "elites negras" tem (ou poderiam ter) no processo de mudança social. A análise tem como referência normativa uma mudança que pudesse alterar radicalmente o padrão histórico de justiça social em direção à democratização da ordem social competitiva.

Como vimos, os movimentos reivindicatórios encontraram dificuldades na realização daqueles objetivos de grande alcance, pois se depararam com a ausência de requisitos mínimos necessários para o encaminhamento de um processo de aprendizagem cívica e política. Não obstante, compreenderam as exigências da situação e desenvolveram uma estratégia de ação "tosca" que tinha eficácia no combate aos problemas de socialização e personalidade cuja necessidade de solução era imediata.

Naquele momento, foram os limites das possibilidades médias da "população de cor" o fator de maior influência na restrição das funções preenchidas por aqueles movimentos. Dado o avanço de um processo de correção daqueles problemas, caberia investigar o atual campo possibilidades de atuação dos movimentos sociais no "meio negro".

Além disso, como no passado, as lideranças dos movimentos sociais no "meio negro" desta segunda geração fazem parte das elites do "meio negro", mas a dinâmica e estrutura deste meio sofreu consideráveis mudanças e os indivíduos empenhados em uma rearticulação daqueles não se deparam mais com a polaridade "elites"/"massas" e sim com um "meio social" mais diferenciado, de modo que as estratégias de ação antes adotadas não surtem a mesma eficácia e nem atendem às exigências da nova situação.

Colocando os desafios dos movimentos reivindicatórios numa perspectiva histórica, Florestan inicia uma análise dos comportamentos das novas "elites negras". Nesta parte do trabalho, volta-se para o material colhido por meio de entrevistas, de estudos de caso e dos debates nas Mesas Redondas.

Frequentemente, as entrevistas eram realizadas com sujeitos recrutados nestes encontros, cujo público era formado especialmente pelas "elites negras". A audiência comportava tanto os intelectuais colaboradores da pesquisa – que compunham em maior parte o grupo de oradores – quanto indivíduos que não se identificavam com os movimentos reivindicatórios e, pelo contrário, apresentavam uma oposição a estes. Como veremos, o acompanhamento destas tensões faz parte da análise.

3.1.1 Natureza das impulsões igualitárias

Em primeiro lugar, é preciso entender porquê as novas impulsões igualitárias representam uma consolidação e uma diferenciação do processo do ressocialização que já havia se iniciado por volta do segundo quartel do século XX. O aspecto inovador destas impulsões igualitárias está no fato de que a frustração do "negro" com o "preconceito de cor" e com sua situação social é canalizada pela formação de disposições construtivas, voltadas para a ascensão e classificação sociais.

No início do século, aquela "revolta reprimida" constituiu o substrato psicossocial da escalada dos movimentos reivindicatórios de uma inquietação larval a um inconformismo sistemático e à ação coletiva organizada, mas o seu equacionamento construtivo era, ainda, direcionado em grande parte pelas orientações das lideranças destes próprios movimentos. Agora, uma parcela significativamente maior do "meio negro" seria capaz de por em prática, autonomamente, este equacionamento construtivo. Não apenas canalizavam suas

impulsões à classificação e ascensão sociais, como manipulavam as modalidades de “ação racional referente a fins” necessárias (FERNANDES, 2008b, p. 201-206).

Portanto, a primeira grande mudança com relação ao passado refere-se ao “[...] domínio da percepção da realidade e do comportamento consciente [...]” (FERNANDES, 2008b, p. 201): interessado em tirar proveito das oportunidades existentes, o negro se volta para um comportamento social inteligente, planejado e calculista. A motivação que levou uma parcela maior do “meio negro” a aderir aos movimentos reivindicatórios – a convicção confusa de que “as coisas não podiam continuar como estavam”, embora não tivessem compreensão das complexidades do problema – transforma-se efetivamente em uma “ânsia incontida de melhorar de vida” (FERNANDES, 2008b, p. 198) e leva o “negro” a uma série de ajustamentos estratégicos que visam o aproveitamento das brechas abertas pela expansão da ordem social competitiva.

A segunda grande mudança é a realização daqueles requisitos cuja ausência os movimentos reivindicatórios buscavam sanar pela estratégia de ação de “educar para reagir” e “para o negro criar coragem”. Por trás do desejo de “melhorar de vida” e dos ajustamentos estratégicos que daí se formam, existem sentimentos e convicções de igualdade racial, o que é visível pela disposição de competir com os “brancos” pelas mesmas posições, animados pela convicção de que o “negro é gente” e que pode e deve “ter as mesmas coisas que os brancos”. Em suma, vê-se também uma correção daqueles problemas de deformação das personalidades que compunham o padrão passivo de reação societária às exigências do padrão tradicionalista de relações raciais. Segundo Florestan, nas entrevistas, mesmo as pessoas que afirmavam que o “complexo” do negro seria o responsável por criar as ideias de preconceito de cor ou apontavam o negro como o culpado pela sua situação etc., repudiavam veementemente qualquer acomodação, passividade ou atitude que pressupusesse a “inferioridade do negro”. Portanto, a redefinição do horizonte cultural do “negro” envolveu não apenas o “afã de subir” e o domínio das técnicas sociais necessárias, mas a mudança nos padrões de dignidade da pessoa e da auto-avaliação. Isto implica

também em uma "[...] preocupação absorvente pelas probabilidades normais de atuação social, garantidas pela posição social conquistada [...]" (FERNANDES, 2008b, p. 219).

Assim, o "novo negro" preocupa-se simultaneamente com a ascensão social e com o usufruto das prerrogativas, status e prestígio que a nova posição social confere, bem como o exercício dos papéis sociais correspondentes. Esta preocupação é animada por uma impulsão igualitária, na medida em que "[...] envolv[e], de uma maneira ou de outra, a compulsão a eliminar ou a restringir o papel da situação racial como fator condicionante da participação da cultura." (FERNANDES, 2008b, p. 197).

E esta preocupação denuncia ainda outro avanço considerável, a plena compreensão dos seus direitos e deveres enquanto indivíduos em determinada posição social pertencente a uma ordem social e, portanto, uma libertação da auto-representação do negro presa à situação de heteronomia racial:

> O que importa acentuar não é somente o repúdio puro e simples seja à capitulação passiva do "negro", seja ao mandonismo do "branco". Mas o fulcro mesmo de uma nova concepção, que leva o negro e o mulato a se representarem conscientemente seus direitos e deveres, como e enquanto socii, em termos estritos da categoria social que pertençam. (FERNANDES, 2008b, p. 220)

Porém, como a sociedade inclusiva é apenas parcialmente aberta e a maioria das oportunidades deriva, em realidade, da influência indireta da expansão da ordem social competitiva – estando abertas *apesar* do "preconceito de cor" –, o sujeito que conseguir se tornar advogado, médico, funcionário público, jornalista bem sucedido, professor etc. percebe que a cor impõe limites ao usufruto pleno do *status* adquirido ou ao desempenho dos papéis sociais que gostaria, independentemente de seus esforços:

> Na verdade, o negro e o mulato estão expostos, normalmente, a uma perda real de prestígio social, como se os níveis de classificação da sociedade global não tivessem plena eficácia para eles. A cor aparece, a

> um tempo, como marca racial e como símbolo de status. (FERNANDES, 2008b, p. 334)

Portanto, malgrado a mudança nas atitudes e comportamentos do “negro”, a realidade é que o padrão tradicionalista continua operante na organização das relações raciais. Por mais que aquele domine os ajustamentos necessários, a eliminação da “cor” como fator de participação na ordem social requereria não apenas a identificação do “negro” com esta, mas a sua integração enquanto coletividade e de maneira igualitária, ou seja, a mudança do próprio padrão histórico de integração do negro na sociedade de classes.

Por isso, as impulsões igualitárias do “novo negro” precisariam se diferenciar na direção daquela consciência critica da natureza histórica e social do “problema do negro” e o processo socialização deveria avançar em direção a um padrão relativamente sólido de solidariedade racial, ao acesso e ao domínio das técnicas do comportamento social em nível coletivo em uma democracia.

Aqui se iniciam as contradições que envolvem a situação social do “negro que sobe”. A sua situação social tolhe a diferenciação das impulsões igualitárias e, ao mesmo tempo, a consciência que ele tem de que a imagem que o “branco” faz do “preto” interfere negativamente nas suas possibilidades de fruição das garantias sociais que a posição social conferiria, o leva a um comportamento social inteligente na defesa de seus interesses individuais, mas que tem profundo impacto negativo na integração do próprio “meio negro” e nos padrões de solidariedade racial imperantes.

3.1.2 Os obstáculos à diferenciação das impulsões igualitárias e a neutralização política das novas “elites negras”

Do ponto de vista individual, o controle estratégico das reações às manifestações do “preconceito de cor” é fundamental para o sucesso da tarefa de minimizar o papel da “cor” no aproveitamento das oportunidades e na participação

da vida organizada na ordem social competitiva. As posições sociais que se tornaram mais ou menos acessíveis não apenas implicam a ampliação dos quadros de convivência com indivíduos “brancos”, como o objetivo de traçar uma trajetória de mobilidade ocupacional esbarra frequentemente nas barreiras “por causa da cor”.

Torna-se importantíssimo evitar reações que possam prejudicar a estabilidade e mobilidade ocupacionais e as manifestações do “preconceito de cor” são encaradas como “desafios” pessoais:

> [...] [para] enfrentar seus dilemas raciais no plano individual e concreto, [...] ele terá de encarar as manifestações e os efeitos do “preconceito de cor” como um desafio [...]. Então, tentará enfrentá-lo, resguardando seus interesses materiais e morais. (FERNANDES, 2008b, p. 232)

No que toca aos ajustamentos voltados exclusivamente para a proteção de interesses individuais, frente às manifestações do “preconceito de cor”, há um avanço notável na capacidade de compreensão da dinâmica das relações raciais:

> [o “negro que sobe”] faz escolhas e procede a opções em que as diferentes alternativas de comportamento são claramente antecipadas. Doutro lado, não fica se lamentando em um canto e nem se congrega a protestos coletivos. [...] Alcança maior domínio consciente das condições e dos efeitos de suas relações com os “brancos”, o que lhe permite proteger, cuidadosamente, os seus interesses [...]. (FERNANDES, 2008b, p. 203).

Com relação à personalidade, é o controle do “complexo” que representa o principal desafio imposto pelo traquejo necessário nas relações sociais que envolvem o “preconceito de cor”. Trata-se de um complexo diferente daquele “complexo de inferioridade”, do “medo” ou do “retraimento”.

Trata-se de uma reação comum mesmo nos setores mais adaptados da "classe média negra", que não é incompatível com as impulsões igualitárias, mas aparece quando a personalidade não consegue suportar as pressões do ambiente:

> [...] Na ânsia de se furtar ao clima moral penoso, projetado em torno de expectativas reais ou imaginárias [...], o "negro" antecipa atitudes, comportamentos e avaliações que solapam ou destroem suas melhores possibilidades da integração normal à ordem social competitiva. (FERNANDES, 2008b, p. 264-265).

Florestan define o "complexo" como "[...] a totalidade de reações perceptivas, cognitivas e de defesa do ego diante de manifestações reais ou presumidas de 'preconceito de cor'" (FERNANDES, 2008b, p. 586, n. 19). Ele é, portanto, um mecanismo reativo de defesa do ego, estimulado por um "folclore das manifestações do preconceito de cor" existente no "meio negro", que exerce uma "pressão desmoralizadora" sobre os sujeitos e leva a reações prejudiciais que não correspondem às exigências da situação, ou seja, aos requisitos para ser bem sucedido em uma sociedade parcialmente aberta (FERNANDES, 2008b, p. 177).

As opiniões no "meio negro" sobre o problema do "complexo" são variadas; segundo Florestan, há uma percepção de que o complexo é variável de acordo com cada indivíduo, existindo dois ajustamentos mais recorrentes: primeiro os indivíduos que não tem sobre ele nenhum controle e se prejudicam por conta disso, sofrendo internamente com as manifestações reais de "preconceito de cor" ou mesmo com projeções que existem apenas na sua mente'; segundo, há os indivíduos que dele tiram proveito e exploram-no em suas relações com os "brancos".

Baseado em "conversas com pessoas que iam às reuniões em massa [as Mesas Redondas - AMC] ou que serviram de sujeitos nas entrevistas formais e informais" (FERNANDES, 2008b, p. 588, n. 64), Florestan procura quantificar os dados colhidos sobre estes mecanismos reativos e conclui que metade dos indivíduos tendia para o "complexo", o que é um indício de como as pressões do padrão tradicionalista ainda seriam extremamente poderosas:

> Segundo estimativas grosseiras e meramente conjecturais, baseadas em experiências restritas por ocasião da pesquisa, estabelecemos as seguintes proporções: 3/10 das pessoas tendiam para ajustamentos parcial ou puramente tradicionalistas; 5/10 sucumbiam de um modo ou de

> outro, às injunções do "complexo"; 2/10 propendiam para modelos complexos, equilibrados e autônomos de organização da personalidade, afirmando-se, psicológica e moralmente, de acordo com as disposições competitivas e as concepções igualitárias do "novo negro". Essas proporções insinuam o quão poderosas vem a ser as barreiras subjetivas e dentro de que escala elas operam como forças devastadoras, que comprometem ou arruínam, pela base, os melhores anseios e os maiores esforços da "população de cor". (FERNANDES, 2008b, p. 266)

Assim, no caso das novas "elites negras", as influências dinâmicas do "preconceito de cor" sobre a personalidade não seriam de uma deformação tendendo para o conformismo e para a aceitação da "condição do negro", mas uma pressão psicológica e objetiva (pois reações inadequadas podem custar boas oportunidades) que conduz o "negro que sobe" a uma experiência estressante o suficiente para impulsioná-lo aos referidos mecanismos de defesa do ego.

O "complexo", porém, não é o produto mais problemático desta situação social, embora ateste tanto a severidade das contradições quanto a força e a presença das impulsões igualitárias. As consequências mais graves, para Florestan, ligam-se à natureza do processo de diferenciação interna do "meio negro", que se dá em grande parte por conta dos ajustamentos estratégicos voltados para o afastamento da imagem do "preto".

Tanto a preocupação com se dissociar da imagem exterior do "preto", quanto dos próprios espaços sociais que sejam identificados com este estereótipo negativo tornam-se uma "[...] técnica tortuosa mas indispensável para afirmar e resguardar uma 'posição' em vias de consolidação" (FERNANDES, 2008b, p. 347).

A estratégia corresponde especialmente à tendência reativa de ostentar o *status* adquirido, principalmente através dos padrões de consumo e do cultivo das aparências, mas também pela adoção de um exclusivismo que rejeita as camadas baixas do "meio negro", o que afeta profundamente a dinâmica das relações sociais "intra-raciais".

Primeiro, é preciso compreender porquê esse processo de diferenciação marcante no interior do "meio negro", apesar de estar ligado principalmente à

necessidade de afastamento do estereótipo do “preto”, não pode ser identificado com aquele processo de diferenciação posto em movimento pelo “negro da casa grande” ou “preto de salão”.

A princípio, as coisas se parecem, pois o comportamento das “novas elites negras” é também exclusivista e voltado especialmente para a ostentação de prestígio social e distanciamento do “meio negro” desorganizado. Embora a parcela das novas “elites negras” que alcançaram a posição de classe média tenha aumentado, a pesquisa teria indicado que a identificação ainda se dá mais pelo estilo de vida sustentado que pela posição social real:

> As observações feitas por nossos pesquisadores, em cerimônias especiais como casamentos e festas no lar ou nas reuniões e festas dos “clubes importantes”, puseram em evidência que essas elites ainda são heterogêneas, mas possuem numerosos participantes de classe média real. O critério básico, para o reconhecimento e a avaliação do *status* adquirido, usado pelo “negro”, diz respeito ao padrão de vida. Se este for considerado “elevado”, mesmo que o nível ocupacional da pessoa possa ser “baixo”, à luz dos critérios alternativos da sociedade inclusiva, ela pode ser tida como “rica” e de “elite”.
>
> Assim, num documento elaborado por pesquisador negro[110], este sublinhou:
>
> “Urge também observar que o fato da noiva ser cozinheira por profissão não quer dizer que sua condição seja inferior [...]. Uma cozinheira que, pela sua capacidade profissional, está em condições de ser chefe em qualquer hotel de luxo pertence à alta classe negra [...].” (FERNANDES, 2008b, p. 390; TEIXEIRA, 1951, p. 3)

Porém, estes indivíduos não são mais os “negros da casa grande”, pois devem a conquista de sua posição social mais à abertura de novas oportunidades e à revolução em seu próprio horizonte cultural, que permite aproveitá-las, do que à proteção paternalista do “branco”. Além disso, a diferença realmente significativa entre as velhas e as novas “elites negras” está no fato de que as motivações por trás da valorização da ostentação de um estilo de vida elevado são outras.

---

[110] TEIXEIRA, Jorge Prado. **Relatório - Casamento de negros qualificados na classe alta da comunidade negra**. Mimeo, 10 nov. 1951. Documento disponível no arquivo PDF 02.04.4538 (Fichas: Roger Bastide) do Fundo Florestan Fernandes (BCo/UFSCar), p. 2-4.

A absorção do estilo de vida do "branco" pelas "novas elites" representa menos um desejo de "embranquecimento social" que uma identificação com os modelos de personalidade-status da ordem social competitiva: "[...] o negro não é motivado, nessas situações, pela ambição de cair na categoria de 'preto só na cor'. Ele busca as garantias de forma de vida social que antes (ou ainda hoje) são privilégios da 'raça' dominante" (FERNANDES, 2008b, p. 379).

Assim, não são animados pelo desejo de aceitação do "branco" (se não de um ponto de vista calculista), mas pelos novos padrões de dignidade e auto-avaliação do negro, de modo que por trás do estilo de vida das "elites negras", também estão as impulsões igualitárias. Segundo Florestan, se trata de "[...] um puritanismo particular: a associação entre a dignidade da pessoa e a maneira mais ou menos íntegra de por em prática os valores sociais da ordem social estabelecida" (FERNANDES, 2008b, p. 206).

No passado, quando não canalizada para os movimentos reivindicatórios, esta impulsão levava o "negro" à simulação de um *status* fictício por meio das aparências, tanto para os outros quanto para sua própria consciência: em meio à ânsia de "ser gente", os meios se confundiam com os fins e o comportamento não era, em realidade, orientado de maneira inteligente. O *status* ostentado pelas "novas elites negras" não é mais fictício no sentido prejudicial de uma simulação que se converte em ilusão pessoal e sim verdadeiramente uma manifestação de auto-afirmação social e igualitária.[111]

O "negro que sobe" não identifica os modelos de personalidade-status e as formas de vida social organizada como algo que pertence ao "branco", pelo contrário, sabe que se trata de uma parte importante da ordem social, pois compreende os direitos e deveres relacionados às posições sociais.

---

[111] Isto fica claro nos casos em que empregos abaixo do status desejado são aceitos, pois a remuneração permite um estilo de vida valorizado. Segundo Florestan, a pesquisa evidenciou que "[...] a importância da classificação social, em si mesma, é tão grande, que todos os sacrifícios são justificados, desde que eles rendam em prestígio social, efetivo ou aparente." (FERNANDES, 2008b, p. 185-186).

Por outro lado, ele sabe que é preciso se afastar da imagem social do "preto" se quiser garantir sua participação na ordem social. A escolha de se diferenciar da "massa da população negra" é, portanto, uma escolha voltada para o desejo de pertencer à ordem social e desfrutar das garantias e das formas de vida social inerentes a esta, tal qual o "branco" faz normalmente.

Por isso, quando encontra barreiras insanáveis à sua participação, prefere desfrutar destas garantias e formas de vida no próprio "meio negro" e seus esforços não se voltam para tentativas de "ser aceito" pelos "brancos", mas para o cultivo do estilo de vida almejado no próprio "meio negro":

> Tome-se, como exemplo, a preocupação de se manter um clima "rigorosamente moral" nas reuniões recreativas das "associações negras". Em um estudo de caso, o pesquisador recolheu farto material, que comprova essas interpretações. Assim, num dos clubes mais seletos, encontrou o seguinte lembrete, distribuído em forma tipográfica aos participantes:
>
> "AVISO IMPORTANTE!
>
> CAVALHEIROS E DAMAS
>
> *O CLUBE DOS EVOLUÍDOS* se preza de ser uma sociedade familiar e, como tal, julgamos desnecessário chamar a atenção dos presentes, para que se portem neste recinto com a máxima ordem, respeito, educação e compostura, que devem reinar obrigatoriamente, num ambiente freqüentado por famílias. Portanto, muita atenção! Pois a Diretoria deste Clube está observando atentamente todos aqueles que faltarem com o respeito ou abusarem do uso de bebidas alcoólicas a fim de tomar enérgicas providências, nas futuras festas dos *Evoluídos*, ou seja: Veda, terminantemente, a entrada aos cavalheiros e damas, que forem julgados inconvenientes dentro desta sociedade.
>
> MUITO CUIDADO! ORDEM E RESPEITO!" (FERNANDES, 2008b, p. 377-378)[112]

Outra indicação de que todos este comportamentos giram em torno do desejo de assimilação normal à ordem social competitiva é que, ao responder a uma situação à qual o indivíduo está sujeito, a qualquer momento e sob qualquer

---

[112] O estudo de caso a que Florestan se refere foi realizado por Renato Jardim Moreira e trata dos bailes e associações recreativas do "meio negro", que o pesquisador visitou: MOREIRA, Renato Jardim. **Bailes de negros**. Mimeo, [s.d.]. Documento disponível no arquivo PDF 02.04.4527 (Estudos de Caso) do Fundo Florestan Fernandes (BCo/UFSCar), p. 1-39. O trecho citado sobre o "Clube dos Evoluídos" encontra-se na página 22.

pretexto, à perda de prestígio por causa da “cor”, não é só o estilo de vida e o afastamento da imagem social do “preto” que entram em cena. Dependendo da situação e das pessoas envolvidas, o indivíduo pode “ser atrevido” e mesmo tematizar a cor com o intuito de “colocar as cartas na mesa”, se julgar que isso pode, em determinada situação, beneficiá-lo.

Pretende-se indicar, aqui, que os ajustamentos são múltiplos e a situação social e moral do “negro que sobe” é mais complexa do que a do “preto de salão” ou “bajulador”. O afastamento do estereótipo do “preto” tem que ser compreendido como ajustamento estratégico animado por impulsões igualitárias, pois é animado pela identificação com os valores e formas de vida social da ordem social competitiva e pela convicção de que o “negro” têm direito a tudo que o “branco” têm, ou seja, é igual ao “branco”.

O problema maior, agora, reside em entender porquê a objetivação dessas impulsões igualitárias não adquire a forma de uma preocupação com o “problema do negro” em escala coletiva e o papel produtivo do “negro que sobe” como influência dinâmica no interior do próprio “meio negro” se restringe, portanto, à promoção da organização da vida social nos moldes da ordem social competitiva.

Este fenômeno, que Florestan chama “neutralização política das elites negras”, está implicitamente associado à situação que os intelectuais negros colaboradores da pesquisa enfrentavam naquele momento. A explicação deste processo social de neutralização política e das origens do desinteresse geral das novas “elites negras” pelos movimentos sociais no “meio negro” vai ao encontro dos desafios enfrentados naquele momento pelo “negro inconformista” e “radical”, formado no seio dos movimentos reivindicatórios. Florestan acompanha estes desafios de forma implícita e assistemática ao longo do capítulo *Impulsões igualitárias de integração social*. No entanto, pela identificação de alguns dos informantes dos quais o sociólogo cita trechos de depoimentos e pela leitura dos documentos originais em que estes se encontram, podemos visualizar o problema

da neutralização política das “elites negras” do ponto de vista dos intelectuais negros colaboradores da pesquisa[113].

A análise dos ajustamentos e impulsões igualitárias das novas “elites negras” é feita principalmente a partir de estudos de caso e de entrevistas que, como indicamos acima, eram frequentemente realizadas com indivíduos que frequentavam as Mesas Redondas. Entre os estudos de caso, três se destacam: o feito por Renato Jardim Moreira nos “bailes” e associações recreativas de prestígio do “meio negro”; o de Jorge Prado Teixeira a respeito de casamentos realizados entre “negros qualificados da classe alta da comunidade negra”; e o depoimento de Renato Jardim Moreira ao questionário de observação em massa individual[114]. Há, nestes documentos, indícios importantes da situação que aqueles intelectuais vivenciavam e que não são selecionados por Florestan.

Por um lado, o segmento inconformista do “meio negro” fazia parte desta elite e compartilhava de suas formas de vida social organizada, como aponta Renato Jardim Moreira, que conviveu intensamente com este grupo:

> Nas conclusões de um estudo de caso, o pesquisador ressaltou esses aspectos:

---

[113] A leitura das atas das Mesas Redondas também esclarece algumas das tensões e dilemas que viviam naquele momento, como veremos no quarto capítulo desta dissertação.

[114] Trata-se de um depoimento organizado conforme o questionário de observação em massa individual para brancos, no qual Renato Jardim Moreira relata suas impressões gerais da experiência da pesquisa: MOREIRA, Renato Jardim. **Depoimento (observação em massa individual)**. Mimeo, [s.d.]. Documento disponível no arquivo PDF 02.04.4525 (Material de pesquisa: coleta de dados sobre relações raciais) do Fundo Florestan Fernandes (BCo/UFSCar), p. 125-151. Ignoramos as razões pelas quais Florestan se refere ao depoimento pessoal como “estudo de caso”, mas é importante notar que as orientações para observação em massa para brancos diferem das orientações entregues aos informantes negros na medida em que compreende perguntas mais abrangentes e de observação do meio social, inclusive o “meio negro”, tratava-se de um questionário orientado não apenas para que o informante realizasse um depoimento sobre sua experiências, mas para estimular a pesquisa e a observação, exigindo respostas mais próximas a um relatório. De fato, os depoimentos de observação em massa individual de brancos que localizamos são em sua maioria de estudantes da própria Faculdade de Filosofia, Ciência e Letras, que foram estimulados a “pesquisar” seu próprio meio social. Cf. o Apêndice A para a lista dos depoimentos localizados, com os nomes dos estudantes que pudemos apurar, e o Anexo B para o questionário de observação em massa individual voltado aos colaboradores brancos.

> "O setor onde pode ser sentida mais intensamente uma vida social entre os negros é nos bailes. A classe média tem seus clubes de dança, onde a preocupação máxima é oferecer aos associados um ambiente 'decente', que as moças de família possam freqüentar. Fora disso, a classe média realiza um intenso movimento de visitas, gostando de dar almoços e jantares aos parentes e amigos. No grupo intelectual, este fato é bastante notável." (FERNANDES, 2008a, p. 188-189; MOREIRA, [s.d.], p. 134)

Por outro, enfrentam um drama próprio, pois estão preocupados com a situação do negro enquanto coletividade. Renato Jardim Moreira faz uma consideração a respeito da decepção e isolamento dos intelectuais negros, frente o desinteresse das elites negras pela causa:

> Entre os "intelectuais" negros há, de um modo geral, uma decepção em relação aos negros. Em alguns, ela é oriunda do fato de não terem sentido a solidariedade do grupo quando procuraram participar da vida política. Em outros, ela liga-se ao fato dos negros não terem correspondido às expectativas, quando solicitados a se organizarem para defender aspirações e interesses comuns. Outros ainda, afirmam essa decepção (e então ela age como racionalização) para aproximarem-se do branco e tirarem vantagens ("ele tem o dinheiro").
>
> O negro comum não tem tempo para pensar em problemas de negros; ele tem a considerar, antes, um problema de subsistência. Tem, entretanto, consciência de que são considerados um grupo aparte, mas não se preocupa com uma solução para essa questão, porque aceita a situação como algo próprio da ordem das cousas neste mundo. O negro em ascensão social, de sua parte, não se deixa prender por esse problema, pois a preocupação com a elevação das condições de vida domina a todas as outras. Quando a questão se coloca, ele foge a ela. (MOREIRA, [s.d.], p. 146 e 148)

O relatório de Jorge Prado Teixeira a respeito de suas observações em um casamento da "classe alta negra" é ainda mais expressivo. Nele o intelectual revela seu descontentamento e "confusão" diante da postura desta elite de negar retoricamente a existência do "preconceito de cor" e de procurar afastar-se do "meio negro" "com certa consciência racial". Primeiro, explica a sua técnica de observação:

> O círculo de amizade de ambos [os noivos], é muito bom, compreendendo as melhores famílias negras da Capital. O ambiente era de fato dos melhores, realçando a pompa das damas vestidas ao rigor da

> moda, com chapéus caríssimos, demonstrando mesmo alto gosto. Os cavalheiros demonstravam bom índice econômico, muitos até possuindo seus carros próprios. Reuní-me a um grupo que pareceu-me interessante e fonte boa para coleta de dados. [...] O grupo pareceu-me representar bem o ambiente, assim como a que podemos chamar "classe alta" da comunidade negra. [...].
>
> Grupo muito comunicativo. Reunimo-nos em um canto do salão e passamos a discutir sobre vários assuntos. Provoquei então, a discussão sobre o preconceito de cor. A snrta. Nerina [...], negou peremptoriamente a existência do preconceito de cor ou de raça no Brasil. Alegando mais não conhecer nenhuma barreira taxativa que impossibilitasse o acesso do negro. [...] Disse mais que, sendo pintora, tem conseguido excelentes relações com pessoas da mais alta classe, freqüentando lugares que dizem inconcéssos a negros, sem nunca ter encontrado qualquer manifestação de preconceito ou coisa semelhante. Discordei plenamente dos seus pontos de vista e procurei demonstrar-lhe o erro em que estava incorrendo, estabelecendo a diferenciação existente entre os contatos categóricos e os simpáticos. Usei dos meus argumentos já conhecidos, não tendo ela se conformado. Disse mesmo que os meus argumentos, baseados alguns em experiência pessoal demonstravam certo recalcamento que precisava ser extirpado. Conduzí-a então de maneira a se trair, revelando algum incidente, dos que são costumazes quando pessoas de cor estão em contacto com ambientes que lhe são mais ou menos hostis, tendo ela dito que procura evitar tais casos, não freqüentando tais ambientes, em que poderá sentir-se mal. Procurei confundi-la, quando então interveio o Dr. Geraldo[115], que colocou-se ao lado de minha antagonista, dizendo que, observando bem minhas considerações sobre o assunto, que reputava delicado, concluiu que sou ingênuo ainda, mas com uma qualidade, a de grande entusiasta sobre a situação do negro, entusiasmo esse que deveria ser mantido. Todavia, era necessário que eu eliminasse alguns recalques, prejudiciais à minha conduta em sociedade. Daí houve exaltação de ânimos, tendo eu lutado ferrenhamente para manter o meu ponto de vista, contra a maioria dos componentes do grupo, estando ao meu favor apenas o Sr. José[116]. (TEIXEIRA, 1951, p. 2)

Como indica a citação acima, Jorge Prado Teixeira encontrou não apenas uma forte resistência ao reconhecimento da existência do "preconceito de cor" - mesmo após uma das presentes ter admitido que há certos lugares que evita frequentar pois poderia "sentir-se mal" - como seu apego à ideia e esforços em

---

[115] Importante alertar o leitor para o fato de que não se trata de Geraldo de Campos Oliveira, intelectual e jornalista negro colaborador da pesquisa e muito ativo nas Mesas Redondas, e sim de um dos convidados do casamento em questão, que Jorge Prado Teixeira diz ser um advogado carioca que, apesar de ser "conhecedor do problema", evitaria contato com o meio negro. (TEIXEIRA, 1951, p. 4).

[116] Trata-se de José Pelegrini, corretor de algodão (cf. TEIXEIRA, 1951, p. 2) e intelectual negro colaborador da pesquisa, também presente nas Mesas Redondas (cf. Apêndices B e C).

convencer os outros foram taxados de “recalques prejudiciais à conduta em sociedade”.

Evidentemente, sua conclusão não é nada positiva. Para ele, o grupo se comportaria como uma “casta” ainda mais prejudicial ao negro que as próprias barreiras impostas pelo “branco”, pois agiriam de maneira dissimulada e reprovam o envolvimento dos seus pares nos movimentos sociais no “meio negro”:

> Conclusão: - Do que pude constatar, concluo que existe em São Paulo um grupo de negros, na maioria mulatos que, por ter conquistado uma relativa situação folgada, sob o aspecto econômico, procura, sem diretriz e orientação, formar uma casta que é mais hostil e perniciosa ao elemento negro da situação econômica inferior, do que as barreiras impostas pelo branco. Procuram a ferro e fogo fugir ao problema, através de dissimulação enorme. Estabelecem condições para o ingresso em seu meio, manifestando-se com hostilidade até quando um integrante do grupo ingressa em qualquer das associações negras desta Capital. [...] A senhorita Nerina é pintora, suas relações talvez sejam com o mundo artístico, onde não encontra mesmo barreiras taxativas. Pelo que constatei, não tem conhecimento algum do problema negro. Sempre viveu afastada do meio, sem ter tido a oportunidade de enfrentar as situações desagradáveis por que passa o elemento negro que tem certa consciência racial. O Dr. Geraldo é carioca, tendo vivido no Rio ate bem pouco tempo. Tem noção do problema pelo que pude verificar, no Rio de Janeiro. E lá mesmo, creio que sempre procurou fugir ao contato com o elemento negro. (TEIXEIRA, 1951, p. 4)

Sua perplexidade é tanta, que o pesquisador sente a necessidade de buscar informações a respeito de um lugar exemplar da “alta classe” paulistana, tido como hostil ao “negro”, pois uma das convidadas se diz frequentadora deste círculo social, nos quais teria “excelentes relações” e nunca teria encontrado nenhuma manifestação de preconceito de cor. A conclusão a que chega é de que não existem “barreiras taxativas”, mas uma hostilidade informal tão grande, que constitui, de fato, uma barreira aos frequentadores “de cor”:

> Fiquei um tanto confuso, ante a impetuosidade da negação da existência do preconceito de cor ou de raça. Assim, entrei em contato com um negro que é o porteiro da Boite Esplanada, para ele colher alguns dados sobre o que se passa quando um elemento negro quer ingressar naquela casa de diversão. Ele disse-me que não existe uma barreira taxativa, em que a direção ordena a proibição da entrada a elementos de cor. Todavia, estando o cidadão em condições de ingressar, ingressa e não

> fica muito tempo, porque, a recepção é feita com tal frieza e o ambiente se torna tão carregado e a sua pessoa é tão medida por todos os presentes, que ele é obrigado a retirar-se [...]. (TEIXEIRA, 1951, p. 4)

Embora expresse desinteresse pelos movimentos sociais no "meio negro" e mesmo "fuja" de qualquer discussão que toque no assunto dos "problemas no negro" ou do "preconceito de cor", o "negro que sobe" não é indiferente. Em realidade, ele vive um drama moral interno que, devido à situação social a que está submetido, não se chega a se equacionar de maneira inconformista. As contradições que minam este equacionamento são produtos da situação social de "isolamento difuso" deste estrato da "população de cor".

Por um lado, o "negro que sobe" não encontra mais, em seu antigo meio social, ambiente compatível com suas ambições e estilo de vida. Por outro, ele encontra, no "meio dos brancos", barreiras ao reconhecimento do status adquirido com a nova posição social e à sua participação normal na vida social. Assim, sofre de um "isolamento sui generis", fonte de diversos "transtornos morais" e que o impele a ajustamentos contraditórios do ponto de vista das lealdades ao seu grupo racial.

Em primeiro lugar, tinha de enfrentar a separação do seu antigo meio, amigos e parentes, muitas vezes causas de ressentimentos e conflitos, sendo que os primeiros frequentemente sentiam-se "traídos" e interpretavam o afastamento e adoção de novo estilo de vida do outro como uma aproximação com os "brancos", pura e simplesmente, acusando o companheiro de "renegar sua raça" ou "se tornar orgulhoso" etc. Chegam mesmo a contestar a veracidade do êxito do indivíduo, se recusando a reconhecer que um "negro" possa ter chegado a determinada posição.[117]

---

[117] Sobre este quesito, Florestan cita dois exemplos que envolvem intelectuais negros colaboradores. Primeiro, uma anedota sobre a coleta da história de vida de Francisco Lucrecio, por Renato Jardim Moreira: "Numa história de vida, o pesquisador, ao confrontar os dados do sujeito com as informações de pessoas de seu círculo de convivência, registrou: 'metido a doutor, não sei de onde ele tirou esse diploma'" (FERNANDES, 2008b, p. 308; MOREIRA; LUCRÉCIO, 1951, p. 3 e 5). Também se refere a trecho de um aparte dado por José Pelegrini na Sexta Mesa Redonda, em que, em meio a uma discussão sobre as diferentes "barreiras" encontradas pelo negro, diz:

Este fenômeno é extremamente nocivo para a integração do meio negro e para a formação de padrões de solidariedade racial, pois incentiva o afastamento das "elites", já propensas a isto pela natureza dos ajustamentos estratégicos que põe em prática:

> Deixa de se estabelecer e de se consolidar, assim, uma tradição característica de grupos sociais em mobilidade vertical, com tudo o que isso significa em termos de identificação das pessoas com certos alvos ideais, compartilhados coletivamente, acima das diferenças de realização pessoal e níveis sociais. A ausência dessa tradição favorece o extremo isolamento da "elite negra", que se alheia cada vez mais aos dramas humanos do seu "antigo ambiente". (FERNANDES, 2008b, p. 283)

Em segundo lugar, o "negro que sobe" enfrenta a barreira da resistência dos "brancos" da mesma posição social em reconhecer seu status adquirido. Surgem, então, as diversas técnicas que o indivíduo precisa empregar para lidar com estes problemas sem prejudicar seus interesses, conforme descrevemos.

Malgrado o empenho do "negro que sobe" em "pertencer ao sistema" e seu domínio dos requisitos da competição ocupacional e esforço de identificação com os modelos de personalidade-status e estilos de vida condignos, a sociedade inclusiva não é completamente aberta a ele e a "cor" interfere a todo momento nas suas possibilidades de participar integralmente da ordem social, como deseja.

Por mais que haja uma pressão indireta favorável à classificação e ascensão sociais do negro, pelo aumento das oportunidades, a maneira como esta se dá não se alterou substancialmente e o mecanismo da "exceção que confirma a regra" continua forte e operante, como no passado:

> A sondagem efetuada mostrou que o mecanismo opera, sensivelmente, como no passado. A condição *sine qua non* para a "pessoa de cor" contar como *exceção* ainda é a *identificação* ostensiva com os interesses, os

---

"Aliás, falando em barreira, eu queria apartear, para dizer que também o próprio negro, às vezes, quando os seus elementos sobem numa determinada profissão, numa profissão diferente, o próprio negro não admite que este seu elemento tenha chegado àquele lugar" (FERNANDES, 2008b, p. 309; 6ª MESA REDONDA, 1951, p. 330).

> valores e os modelos de organização da personalidade do “branco”. Mesmo que o negro e o mulato não queiram “passar por branco” precisam corresponder, *aparentemente*, a este requisito, onde e quando aspirem a ser aceitos e a ser tratados de acordo com as prerrogativas da sua posição social. Desse ângulo [...], a ascensão social do “preto” continua a ser um processo de infiltração no “mundo dos brancos” e “acefalização do meio negro”. (FERNANDES, 2008b, p. 326)

No caso, o “negro” que aceita este caminho como meio de se ajustar socialmente, precisa se conformar a exercer papéis sociais ambíguos e a estar a todo momento pronto para provar sua lealdade aparente à moral dos “brancos”, mesmo que não o deseje internamente. Ao aceitar o mecanismo da “exceção que confirma a regra”, submete-se a uma situação moral deprimente, mas estrategicamente compensadora.

Os “negros radicais”, por sua vez, repelem por completo essa situação:

> Nessa esfera, ganham realidade certos procedimentos, invisíveis para os “brancos”, mas que constituem a dimensão mais amarga e deprimente do “negro que sobe”, aos olhos dos antigos líderes e seguidores dos movimentos reivindicatórios. As tarefas sem fim, concentradas em torno do objetivo de neutralizar, com relação à própria pessoa ou à sua família, as marcas e os efeitos da estereotipação negativa. (FERNANDES, 2008b, p. 347-348)

Nestes casos, ele não reconhece, nas compensações do tratamento excepcional e das oportunidades a que tem acesso, nem mesmo uma vantagem estratégica; pelo contrário, vê esta situação com revolta. Florestan cita um exemplo de “reação típica”, retirado da autobiografia de Jorge Prado Teixeira:

> Em sua autobiografia, um negro de classe média descreve francamente a sua irritação:
>
> "Quase que diariamente tenho tido experiências desagradáveis por causa da cor. Não sei se a constância dessas situações é advinda da prevenção imposta por meu espírito, traduzindo-se, talvez, já, em recalque, que fazem com que eu tenha um pré julgamento das atitudes dos brancos; mas, mesmo assim, tenho a dizer que as experiências desagradáveis, ou seja, as manifestações diretas ou indiretas de preconceito são bem constantemente percebidas em meus contatos. Uma das manifestações de preconceito bastante comum é aquela em que, num grupo de pessoas, onde se encontra apenas uma negra, sendo os demais brancos, tem-se, por costume, em qualquer comentário

> desairoso sobre o comportamento de um negro ou dos negros em geral, que surge na conversa, excluir-se o componente do grupo atacado que ali se encontra, em dizendo-se: Você não é negro, ou então, Você é negro com alma branco. Já me encontrei muitas vezes em situações como a citada [em que se manifesta o preconceito em sua presença, seguido de "você não é negro" ou "você é negro de alma branca"], sendo bem veementes os meus protestos, porque nunca admiti ataques à minha raça em minha presença. Também não admito elogios, porque não creio que ela os mereça, após a Abolição. Somente me curvo ante uma análise conscienciosa e criteriosa da real situação em que se encontra o negro brasileiro." (FERNANDES, 2008b, p. 316-317; TEIXEIRA, [s.d.], p. 154)

Como mostra este trecho do depoimento de Jorge Prado Teixeira, nestes casos a pessoa toma todo "ataque à raça" como inaceitável. Porém, como o empenho em se dissociar da imagem do "preto" é muitas vezes a única maneira de obter o reconhecimento desejado e viabilizar a ascensão social, a recusa poderia implicar a perda de oportunidades promissoras. Por isso, a tendência dominante no comportamento do "negro que sobe" é encarar a necessidade de dissociação do estereótipo do "preto" como um protocolo natural nas relações com "brancos".

A diferença com relação aos "bajuladores" do passado é que, se antes prevalecia a identificação total com os valores e interesses dos "brancos", pois o "negro" não tinha, em realidade, condições objetivas para o desenvolvimento de uma autonomia moral, nesta "nova era" haveria oportunidades reais que escapam ao controle direto da vontade de alguns "brancos" e, portanto, haveria uma margem para a autonomia moral do "negro", na medida em que este sofre um "peneiramento largamente impessoal". Por isso, a situação do "negro que sobe" não é a mesma dos "pretos de salão", cujo comportamento complacente era condenado pelos movimentos reivindicatórios:

> O próprio "negro" sentia [...] uma desconfiança incoercível e indisfarçável diante de tal espécime de "preto de salão" e "metido a branco". Por mais que se iludissem, psicológica e socialmente, eles não possuíam condições de autonomia moral. Tinham de se identificar [...] com os interesses e valores da raça dominante. [...] As histórias de vida esclareceram bem essa faceta, mostrando como o "negro consciente e

> radical", envolvido nos movimentos reivindicatórios, hostilizava aqueles personagens [...]. Na situação observada, as condições de integração da ordem social competitiva já haviam abalado boa parte da eficácia das antigas técnicas de auto-afirmação do "mulato fino" e do "negro genial". Em contraste com o que ocorria no passado, a proteção e o apoio do "branco" dependem, em maior escala, de outros requisitos, que colocam o "preto que sobe" sob o crivo de um peneiramento largamente impessoal. (FERNANDES, 2008b, p. 351)

As causas das ambiguidades na definição das lealdades do "negro que sobe" e de seu desinteresse pelo "problema do negro" não são a falta de autonomia moral e a identificação total com os interesses dos "brancos", mas as pressões dinâmicas exercidas pela própria situação social que é, por sua vez, produto do padrão de acomodação racial da sociedade inclusiva. A questão dos limites das impulsões igualitárias deve, portanto, ser considerada menos do ponto de vista da falta de tenacidade destas impulsões em si mesmas e mais do ponto de vista da pressão que a sociedade inclusiva exerce sobre elas:

> O que importa é que a identificação íntegra e leal com a esfera axiológica da cultura traduz um empenho exaltado de participar da ordem social e fundir-se nela [...]. Esta propõe o "mundo dos brancos" como a única alternativa de assimilação e de integração da ordem social vigente [...]. Se as coisas não vão mais longe, na realidade, não é culpa deste e das compulsões psicossociais que modelam sua personalidade ou suas volições sociais, mas por causa dos mecanismos "raciais" ultra-seletivos da sociedade inclusiva, que reduzem, severa e continuamente, o número de negros e de mulatos assimiláveis, impondo-lhes critérios que colidem com suas disposições igualitárias de integração social. (FERNANDES, 2008, p. 359)

O que acaba ocorrendo com maior frequência é que o indivíduo vive uma situação de conflito, pois embora procure, acima de tudo, participar integralmente da vida social e, portanto, compartilhar de um mundo que ainda é o "mundo dos brancos", não deixa de reconhecer as restrições de que é vítima como algo revoltante.

Segundo Florestan, os documentos pessoais e as entrevistas coligidos entre representantes do "negro que sobe" mostram que o indivíduo vive em

constante tortura moral, na medida em que tem plena consciência das barreiras advindas do “preconceito de cor”, mas cultiva a aceitação e participação na ordem social competitiva segundo estas condições. Esta tortura moral se reflete em atitudes e percepções ambivalentes e contraditórias a respeito do “preconceito de cor”, mas não indiferentes:

> Na chamada “classe média de cor”, as apreciações são realistas e, ao mesmo tempo, ambivalentes e amargas. Como a inclusão no “mundo dos brancos” representa um ideal supremo, estabelecem-se compromissos com a ordem racial existente. Chega-se a culpar o próprio negro – ou por não saber de ajustar [...]; ou porque ele seria demasiado “sensível”, “choramingas” e “revoltado demais”. Mas experiências concretas provocam cicatrizes indisfarçáveis e incuráveis. As mesmas pessoas que advogam semelhantes pontos de vista, admitem contraditoriamente que “a cor é uma barreira” e que ela “exclui o negro de prerrogativas a que tem direito por sua situação econômica e social”. [...] As contradições inerentes a semelhante ambivalência de atitudes e de avaliações não impedem a dolorosa certeza de que “o negro fica de lado por causa da cor”. (FERNANDES, 2008b, p. 333)

Assim, o “negro que sobe” nunca é completamente indiferente ou ignorante com relação às dificuldades devido ao “preconceito de cor”. Pelo contrário, ele aprende rapida e dolorosamente, que “não adianta fugir da cor da pele”, pois mesmo quando apresenta “absorção do estilo de vida do branco em todos os níveis de organização da personalidade, do comportamento e das formas de convivência” (FERNANDES, 2008b, p. 377), encontra resistências.

Esta situação mina os incentivos que o “negro” tem para se empenhar na mobilidade vertical e por isso geralmente prefere, quando possível, desfrutar das prerrogativas de sua posição extraindo prestígio de dentro do próprio “meio negro”, do que viver em situação de inferioridade em meio a “brancos” que possuem a mesma posição social:

> O sujeito consegue tornar-se dentista, médico, advogado ou engenheiro e depois verifica que “ter dinheiro não é tudo” ou que “a cor fecha-lhe todas as portas sociais”. Isola-se, desanima e passa a participar, eventualmente, dos “clubes negros” de classe média. Os seus incentivos “para subir” sofrem uma crise, pois sua carreira deixa de ter sentido em

> face das exigências sociais de um estilo de vida. (FERNANDES, 2008b, p. 307)

Muitas vezes, as compensações oferecidas pelo estilo de vida das "elites negras" é o mais próximo que encontram da satisfação do desejo de participar normalmente da ordem social e desfrutar do mesmo prestígio e exercer os mesmos papéis que os "brancos". Quando não conseguem traduzir sua posição social conquistada em prestígio, perante a sociedade inclusiva, extraem-no do próprio "meio negro":

> Quando procuram os outros, fazem-no menos em busca de "companheiros", que por causa da necessidade de conviverem com amigos e colegas, ostentando em público os frutos do êxito alcançado. Se esses amigos ou colegas possuem a mesma cor ou se enfrentam os mesmos problemas, essas são contingências que ninguém quer discutir e encarar de frente. (FERNANDES, 2008b, p. 140)

Porém, o "meio negro" de classe média não é nem tão grande e nem tão diversificado para neutralizar o "isolamento sui-generis" do "negro que sobe" e dar um encaminhamento a seu dilema moral. O que ocorre é que ele enfrenta uma situação em que não encontra "[...] meios para equacionar socialmente seus dilemas morais, arrastando consigo suas frustrações, seus sonhos de igualdade racial perfeita e o zelo puritano pelo respeito às suas 'regalias pessoais'" (FERNANDES, 2008b, p. 220).

Enquanto vive o estilo de vida das "elites negras" – e daí extrai alguma satisfação imediata – ele cultiva uma crença na correção progressiva da interferência da "cor":

> O "negro que sobe" deposita suas esperanças mais amplas nos efeitos reativos da ascensão social. Ele espera que tais efeitos irão reeducar os "brancos", patenteando as qualidades reais do "negro" e eliminando as bases objetivas ou subjetivas dos estereótipos raciais negativos. (FERNANDES, 2008b, p. 389)

Assim, a projeção das esperanças de solução do "problema do negro" é em um futuro imaginado, em que, indiretamente, a ascensão social iria lentamente corrigir as avaliações estereotipadas e negativas: "[...] passa a atribuir à ascensão social da 'gente negra' e aos seus efeitos visíveis a função manifesta de 'reeducar os brancos' [...]" (FERNANDES, 2008b, p. 379-380).

Para Florestan, ocorre uma "rotação de perspectivas", com relação ao passado e aos objetivos dos antigos movimentos reivindicatórios:

> Parece-lhe vã a pretensão de modificar a situação coletiva do "negro" de alto a baixo e de um momento para o outro. Aceita friamente o mundo em que vivemos, como ele é, procurando se afirmar pelo aproveitamento estratégico das oportunidades existentes, e deixando para o futuro remoto a transformação da mentalidade dos "brancos" ou da ordem social. [...] está em processo uma rotação de perspectivas. Entre 1927 e 1937, os movimentos sociais exigem uma alteração da realidade como condição para o ajustamento do "negro". À luz das impulsões assinaladas, vê-se que estão surgindo outras alternativas. (FERNANDES, 2008b, p. 199-200)

Dentre os casos citados, que evidenciam esta "rotação de perspectivas", há um que trata da reação de dois sujeitos a uma das discussões a respeito da Lei Afonso Arinos nas Mesas Redondas[118]:

> Eis como dois sujeitos entrevistados, em seguida a uma reunião devotada à análise da "lei contra o preconceito de cor", emitiram tais opiniões. Eles apoiaram com entusiasmo a posição de um estudante de direito[119] do "meio negro" que defendia o projeto de lei. "Até agora, se pretendia que o governo tomasse uma providência em favor do negro e contra a atual situação. À primeira providência tomada, vêm eles e dizem que a lei não presta! Vamos jogá-la fora!". Para eles, essa atitude seria errada: "Isso de pensar em transformar a estrutura é muito bonito. Mas, enquanto a situação é esta, o negro vai apanhando direitinho [...] A lei foi feita para a estrutura que existe, não para aquela que o Geraldo e o Lobato idealizam[120]. Se a sociedade do futuro for o que eles pretendem, então a lei será desnecessária. No momento, ela é importante. Sem

[118] Este assunto será tratado no próximo capítulo, onde procuramos reconstituir a discussão a que Florestan se refere.

[119] Trata-se de Cirineu Goes, primo de Maria Aparecida Camargo, como veremos no próximo capítulo.

[120] Geraldo Campos de Oliveira e Luiz Lobato.

> dúvida está cheia de defeitos, é vaga, incompleta. Em particular, não obriga os industriais, os banqueiros e os comerciantes a aceitar um empregado competente quando ele for negro. Com tudo isso, é alguma coisa. O governo deu uma grande vitória aos negros, forçando o reconhecimento da existência do preconceito, que era falsamente negado por muitos brancos que o praticavam [...]". (FERNANDES, 2008b, p. 199)

Este exemplo utilizado por Florestan é interessante porque demonstra, mais ou menos, o ambiente que se formou nas Mesas Redondas: as tendências de comportamento da nova "elite negra" apareciam ainda mais em contraste com os debates colocados pelos intelectuais envolvidos nos movimentos sociais no "meio negro".

Portanto, os setores intelectualizados e inconformistas veem sua liderança ser "solapada e eliminada", conforme não há mais interesse em movimentos coletivos. Surgem novas figuras proeminentes no "meio negro", os "homens de ação":

> As 'elites negras', no período das agitações raciais, foram conduzidas por intelectuais mais ou menos conscientes da tutelagem da 'raça branca' e extremamente independentes às suas pressões diretas ou indiretas. Por isso, apesar das grandes divergências internas, eles conseguiram fomentar e difundir uma contra ideologia racial dotada de certa unidade e de notável autonomia moral. Nos últimos tempos, a liderança dos intelectuais foi solapada ou eliminada. Em seu lugar, surgiram os 'homens de ação', formados sob tirocínio da luta pela vida e extraídos das diferentes profissões, do pequeno comércio e da pequena indústria. Enfim, por homens que subestimavam a utilidade do 'projeto coletivo' e davam precedência às formas de acomodação racial que pareciam favorecer a fruição mais rápida possível do prestígio social inerente à posição adquirida. Por isso, ao mesmo tempo que davam seu beneplácito aos canais acessíveis de aburguesamento do negro em ascensão social, aderiram a um estilo de vida social que afastava as 'elites' da 'massa' na 'população de cor'. (FERNANDES, 2008b, p. 385)

Para o sociólogo, estas constatações são problemáticas, pois a lentidão com que se dá o processo de classificação e ascensão sociais do negro e do mulato e, principalmente, o fato desta não compreender uma parcela mais significativa da "população de cor" indicam que se reproduz a desigualdade racial em escala estrutural e, portanto, as bases sociais da persistência do padrão tradicionalista e assimétrico de relações raciais. Ou seja, o que ocorre é

exatamente o contrário do que imaginam as “elites negras” que depositam suas esperanças na correção progressiva das inconsistências da ordem racial.

O resultado é que se processa uma “neutralização político-social das elites de cor”, pois suas ações não têm grande significação do ponto de vista da alteração do padrão histórico de dominação racial, malgrado suas impulsões igualitárias:

> A ética individualista ainda não ensinou ao “negro que sobe” os riscos que ele corre, enquanto perdurar esta situação, nem as vantagens que poderia colher, acaso se dispusesse socialmente a condená-la e conjurá-la. É verdade que o “negro que sobe” repudia o padrão tradicional de relações raciais e tem atitudes inconformistas e concepções igualitárias, mas nem a desigualdade entre os “estoques raciais” e nem as dificuldades enfrentadas depois que [...] este logra conquistar uma posição social levam a um “inconformismo sistemático e praticante”. Decorre que o impacto da ascensão social, na forma em que ela está se dando através da expansão da ordem social competitiva, contribui mitigadamente para mudar a estrutura e a dinâmica do padrão de acomodação “racial”. Aderindo às perspectivas abertas pelo peneiramento “racial” ultra-seletivo, o “negro que sobe” se conforma, psicológica e moralmente, com o tipo de inconformismo dissimulado e latente, que sempre impregnou as relações raciais no Brasil [...], tende a se processar, no presente, a neutralização político-social das “elites de cor”. Na medida em que a “nata” dessas elites se prende a um código ético-social obsoleto, ela realiza condições para o aproveitamento constante do prestígio compensatório, conferido pela participação de formas conspícuas de vida social e pelo exercício correlato das oportunidades de liderança, que elas facultam. Mas se divorcia, crescentemente, da “grande massa de cor” e, o que é pior, do próprio fluxo dos processos histórico sociais. (FERNANDES, 2008b, p. 381-383)

Seu papel limita-se à influência dinâmica positiva associada ao processo de ressocialização já apontado de identificação progressiva do negro com a ordem social e domínio crescente das técnicas de ajustamento adequadas. Deste ponto de vista, de fato, o padrão de relação racial tradicionalista e assimétrico entrou em crise, pois ele não se apresenta mais daquela maneira monolítica como no passado, determinando por completo a situação social e a autonomia moral do “negro”. Porém, a combinação da perpetuação deste padrão de relações raciais com o padrão de acomodação racial gera novas contradições.

Em realidade, a impossibilidade de dar encaminhamento ao dilema moral do “negro que sobe” e, portanto, sua concentração na extração de prestigio do “meio negro” e postura individualista e utilitarista, corresponde às pressões da sociedade inclusiva.

Esta impõe, não apenas restrições à ascensão e reconhecimento sociais pelas manifestações do “preconceito de cor”, como a própria polarização das impulsões igualitárias exclusivamente em torno dos desejos de ascensão e classificação sociais que não afetam a distribuição racial da renda, do prestígio e do poder.

As impulsões igualitárias formam-se em meio à luta pela classificação e ascensão sociais. Este processo corresponde a duas pressões sociais: de um lado, a pressão da sociedade inclusiva nascida da necessidade de assimilar o “negro” ao sistema de produção capitalista, como mão de obra; de outro, as próprias aspirações integracionistas da “população de cor”.

A pressão da sociedade inclusiva é indireta e não provem de nenhuma alteração do comportamento do “branco” na dinâmica das relações raciais. No caso do “negro”, sua aspiração integracionista corresponde à sua identificação com os princípios e os modelos de personalidade adequados à ordem social competitiva e à rejeição do padrão tradicionalista de relações raciais, implicando naquela tarefa de “[...] suprimir a importância da ‘cor’ como ponto de referência e como critério de classificação nas relações sociais” (FERNANDES, 2008b, p. 408). Ou seja, corresponde às impulsões igualitárias.

Do lado da ordem social, a pressão integracionista exercida pela expansão da ordem social competitiva sobre a “população de cor” “[…] somente produziu efeitos estruturais e dinâmicos diretos em um único nível: o da diferenciação das posições e dos papéis ocupacionais e profissionais do 'homem de cor'” (FERNANDES, 2008b, p. 417). Trata-se de uma pressão integracionista que não afetou o padrão de dominação racial, pois não age no sentido da democratização racial da renda (pois a proporção de negros e mulatos que se beneficiaram desta

pressão e conquistaram posições sociais antes exclusivas dos "brancos" é relativamente pequena), de prestígio social (pois o paralelismo entre cor e posição inferior ainda é operante e encontra vias de atualização) e do poder.

Consideradas desta perspectiva mais ampla, a diferenciação das impulsões igualitárias surgidas e disseminadas no "meio negro" é, desde o início, sufocada:

> Dadas essas condições externas, que iriam ordenar, canalizar e graduar o modo pelo qual a ordem social competitiva iria se tornar aberta à "população de cor", as impulsões igualitárias operantes nessa população ficaram sujeitas: 1º a um condicionamento histórico-social prévio de teor altamente restritivo; 2º a uma seleção confinada, rígida e inevitável. (FERNANDES, 2008b, p. 417-418).

A polarização das referidas impulsões igualitárias em torno do desejo de classificação e ascensão sociais – o "afã de pertencer ao sistema" – corresponde, portanto, às suas possibilidades de realização.[121] Apenas sendo canalizadas em direção ao aproveitamento das oportunidades existentes de fato é que adquirem alguma eficácia, de modo que naturalmente não há espaço para a diferenciação destas impulsões em direção à democratização de ordem racial.

---

[121] Segundo Florestan, "Essas inferências são corroboradas, empírica e interpretativamente, pelas conclusões que se podem extrair dos dados concernentes ao protesto coletivo do 'negro' e aos mecanismos de mobilidade social vertical inerentes às tendências de classificação do 'homem de cor' no núcleo da ordem social competitiva. O protesto coletivo desencadeava, no seio da 'população de cor', compulsões psicossociais que respondiam por seus conteúdos e por seu sentido, à pressão integracionista da sociedade inclusiva. Contudo, ele punha em xeque os padrões estabelecidos de concentração racial da renda, do prestígio social e do poder, pois pretendia a universalização, *ex abrupto*, dos interesses econômicos, das garantias sociais e dos valores culturais em que se fundam a legitimidade e o equilíbrio da ordem social competitiva. […]. Em outras palavras, ao mesmo tempo que reagia à pressão integracionista da sociedade inclusiva, o protesto coletivo do 'negro', através dos movimentos reivindicatórios, levava-a demasiadamente longe" (FERNANDES, 2008b, p. 416). Portanto, seria evidente porque o "negro que sobe" expressa desinteresse em movimentos coletivos: "Não é de se admirar, portanto, que o 'negro' em ascensão tenha optado por uma vida tão realista quanto oportunista, voltando as costas seja para os movimentos reivindicatórios, seja para os interesses comuns da 'coletividade negra'. Como dizem alguns de seus expoentes, 'pensar em movimentos coletivos dá azar'; ou, 'as agitações raciais dão muito trabalho e não adiantam nada. É a mesma coisa que bater com a cabeça na parede'. Aderiram, insensivelmente, à lógica de que 'pessoas espertas não dão murros em ponta de faca', contando com sérias razões para realizar e fundamentar semelhante opção. Proceder em sentido contrário equivaleria a arriscar a segurança e os encantos de 'pertencer ao sistema' em troca de miragens. A sociedade inclusiva já delineou o caminho a ser percorrido e, com ele, traçou a solução final para o 'problema do negro'" (FERNANDES, 2008b, p. 416-418).

Por conta disso, as funções destas impulsões igualitárias se restringem à equiparação do “negro” ao “branco” apenas no que se refere à

> [...] secularização de atitudes e de avaliações sociais; racionalização dos modos de agir e de conceber o mundo; individualização dos interesses, dos valores sociais e da localização da pessoa na organização da sociedade global [...]. (FERNANDES, 2008b, p. 414)

Da mesma maneira, as influências dinâmicas das “elites negras” se restringem à difusão destas mudanças do horizonte cultural. É evidente que estes avanços são de grande alcance, com relação ao passado, pois sem estas condições não há nem mesmo a possibilidade do “negro” conceber e controlar seu destino na sociedade inclusiva como homem livre e igual ao “branco”. Seria condição primeira que o “negro” aderisse a padrões de dignidade da pessoa e auto-avaliação compatíveis com a ordem social competitiva e rejeitasse por completo a identificação com o padrão tradicionalista de relações raciais.

Porém, também é evidente que seria necessária uma diferenciação destas impulsões para além do “afã de pertencer ao sistema” e em direção ao desejo de democratização racial da renda, do prestígio e do poder em todas as suas formas, se o “negro” quiser de fato alcançar a integração coletiva e igualitária à ordem social.

É preciso, ainda, apontar para o fato de que o processo de classificação e ascensão sociais do negro e do mulato seria ainda incipiente. Como foi dito no início deste capítulo, a maioria da “população de cor” encontrava-se ainda no limiar da proletarização, tendo conquistado ocupação e renda fixas, mas não necessariamente uma “situação de classe” típica (o que não impede a formação de uma “elite de cor”, pois a identificação desta se dá, como visto, mais pelo estilo de vida sustentado que pela posição social real no interior da ordem social competitiva). Por isso, as impulsões igualitárias não se objetivam, ainda, a partir de uma “situação de classe” e sim de “fora” da sociedade de classes.

Florestan distingue dois momentos do processo: em um primeiro momento, a classificação social é vista como redenção, algo que lhe dará condição de “ser

gente" e um fim em si mesmo; em um segundo momento, os indivíduos "[...] projetam-se no âmago dos valores de uma sociedade competitiva e querem, realmente poder em todas as suas formas" (FERNANDES, 2008b, p. 371).

Segundo o sociólogo, a importância dinâmica deste segundo momento seria fomentar um comportamento orientado não pelo fim de alcançar a condição de "gente", mas pela visão da ascensão social como um meio para a disputa de poder e prestígio em todos os níveis. Em situação ideal, esta influência dinâmica tiraria o foco do "negro que sobe" das formas de auto-afirmação social pela ostentação de um estilo de vida elevado e revelariam para a "elite negra" que a disputa está na "[...] eliminação progressiva da distancia socioeconômica e política que separa o 'negro' do 'branco' na competição pelo poder e pelo prestígio social" (FERNANDES, 2008b, p. 372). Isto significaria que as impulsões igualitárias estariam sendo objetivadas de dentro de uma "situação de classe", pois a motivação não seria mais o "afã de pertencer o sistema", mas a transformação deste sistema pela democratização racial da sociedade de classes:

> Há, pois, uma correlação entre o grau de afastamento ou do ego-envolvimento em uma *situação* de classe e o grau de tenacidade das impulsões igualitárias. Elas emergem como requisitos da luta por uma *situação de classe*. Mas, à medida em que esta se consolida, elas se diferenciam e se fortalecem, a tal ponto que os indivíduos acabam ficando conscientes de sua existência e de sua utilidade social. (FERNANDES, 2008b, p. 412)

Esta compreensão, por parte da "elite negra", significaria que a ascensão social passaria a ser uma plataforma para a disputa mais ampla pela distribuição do poder e prestígio sociais. Se isto ocorresse, o papel da "elite negra" no interior do "meio negro" não seria mais restrito às influências positivas da ressocialização e ela promoveria a projeção do "problema do negro" no fluxo do processo histórico de construção da ordem social competitiva.

Porém, pelo fato do processo estar no seu início, o grupo das "elites negras" que alcançou uma posição social da qual pode depreender de sua ascensão social um meio para outros fins ainda mais ousados é muito reduzido:

> Mesmo nas reuniões dos “clubes negros” mais refinados e nos “grandes espetáculos” por eles promovidos, nos quais se pode ver a “nata da elite negra”, esse numero não passa de duas ou três dezenas. (FERNANDES, 2008b, p. 371)

A grande maioria das “elites de cor” ainda se prende à idéia da ascensão social como “redenção”, e seus esforços se encontram voltados para o combate confinado às manifestações do “preconceito de cor” e para a sustentação daquele estilo de vida descrito acima. Ambos orientados pelo desejo de “pertencer ao sistema”.

Trata-se de um padrão de reação societária obsoleto, pois atribui importância demasiada à fruição do prestígio social correspondente à posição social e, portanto, limita a função das impulsões igualitárias àquela “[...] associação entre a dignidade da pessoa e a maneira mais ou menos íntegra de por em prática os valores sociais da ordem social estabelecida” (FERNANDES, 2008b, p. 206).

Se a aquisição de uma situação de classe levasse à compreensão da ascensão social como uma plataforma para a disputa mais ampla, os indivíduos “[...] encarar[iam] a montagem cênica como uma elaboração convencional, atribuindo-lhe apenas importância relativa no conjunto das ‘responsabilidades morais’ de cada um” (FERNANDES, 2008b, p. 412).

Essas considerações de Florestan a respeito da qualidade incipente do processo poderiam levar ao entendimento de que o simples avanço do processo de classificação e ascensão sociais do negro seriam suficientes para colocar em cheque o padrão de dominação racial e, embora este avanço seja uma condição, é aqui que entra em jogo a pressão do “isolamento difuso” da situação social do “negro que sobe”.

O tipo de diferenciação no interior do “meio negro” que o processo de classificação e ascensão sociais pela infiltração favorece, não estimula a ação social refletida dos beneficiados, mas o aproveitamento dos dividendos do prestígio retirado do próprio meio social. Mesmo quando o indivíduo tem

consciência de que os ajustamentos postos em prática tem utilidade meramente estratégica e entram em cena por causa da atuação do “preconceito de cor”, não encontra saídas para seu dilema – ou põe em prática tais ajustamentos ou não encontra vias de participação na vida social.

Por isso, mesmo o pequeno grupo das “elites de cor” acima mencionado, que logrou conquistar situações de classe, não apresenta nenhum indício de interesse pelos problemas da coletividade, muito pelo contrário: “[...] padecem de uma miopia incurável, pois não enxergam os problemas coletivos dos ‘negros’ nem a função construtiva dos movimentos reivindicatórios [...]” (FERNANDES, 2008b, p. 371). Apenas “[...] retira[m] sua seiva do grosso da ‘elite de cor’, dentro da qual se projeta [...]” (FERNANDES, 2008b, p. 373).

Seria necessária a quebra do “isolamento difuso” e um encaminhamento consciente das frustrações em direção ao combate do padrão de dominação racial e à formação de padrões consistentes de solidariedade racial.

3.2 As bases perceptivas e cognitivas do “preconceito de cor” e o dilema racial brasileiro

Na seção anterior, traçamos o quadro das contradições que impedem a diferenciação das impulsões igualitárias do “negro”, de uma perspectiva das relações entre o comportamento social dos atores e as pressões da sociedade inclusiva.

Concluímos que, por um lado, a sociedade inclusiva restringiu a polarização das impulsões igualitárias do “negro” em torno dos desejos de classificação e ascensão sociais, realizáveis no contexto da expansão da ordem social competitiva; por outro, a situação social de “isolamento difuso” vivida pelo “negro que sobe” limita a área de seu comportamento social inteligente, levando-o a

voltar suas atenções para as compensações proporcionadas pelo estilo de vida das “elites negras” e se desinteressar pelo “problema do negro”. Estas considerações correspondem à análise desenvolvida por Florestan no capítulo *Impulsões igualitárias de integração social,* o segundo capítulo do segundo volume de *A Integração.*

No último capítulo da obra, intitulado *O problema do negro na sociedade de classes*, Florestan introduz a dimensão das percepções e das representações dos sujeitos à análise, completando, assim, o “[...] quadro nítido da situação de contato racial existente, a partir da consciência social e do comportamento social inteligente dos próprios atores do drama” (FERNANDES, 2008b, p. 536). Seu objetivo é compreender como se processa a neutralização político-social das “elites negras” do ponto de vista cognitivo e explicar como, em sua consciência, “[...] a acumulação de percepções objetivas sobre as manifestações e as consequências desastrosas do ‘preconceito de cor’ é separada de qualquer intuito de desforço ‘racial’.” (FERNANDES, 2008b, p. 380).

O problema da diferenciação das impulsões igualitárias de “pertencer ao sistema” em direção à intenção de “transformar o sistema” é também um problema de desenvolvimento daquela consciência critica, o que os movimentos reivindicatórios procuravam fazer pela atuação da imprensa, na tentativa de combinar o combate confinado ao “preconceito de cor” – imediatamente acessível aos sujeitos pela sua experiência imediata – à unificação das percepções e explicações do “problema do negro” segundo aquela ideologia, uma condição para que se pudesse atuar em direção àqueles objetivos de maior alcance.

Como antes, Florestan aponta que há conexão frágil, na consciência social dos atores, entre o problema do “preconceito de cor” e o padrão de dominação racial. As possibilidades cognitivas médias da “população de cor” aumentaram consideravelmente, pelos motivos que apontamos acima, porém ela encontra obstáculos ao seu desenvolvimento na própria dinâmica das relações raciais e nas tensões que delas emergem.

Assim, a questão que Florestan coloca no último capítulo é a de como as próprias tensões raciais, vividas pelos agentes, teriam contribuído, paradoxalmente, para a reprodução do *status quo*. Assim, é preciso compreender como as tensões raciais são representadas pelos agentes e, portanto, as diferentes percepções e explicações que dadas ao "preconceito de cor".

Quando aborda as *bases perceptivas e cognitivas do preconceito de cor,* Florestan trata das discussões ocorridas nas Mesas Redondas de maneira mais demorada. Em comparação com o restante da obra, é aí que se concentram a maioria das citações retiradas daqueles debates.

Na seção anterior, vimos como o sociólogo dialoga indiretamente com os intelectuais negros colaboradores da pesquisa, na medida em que procura explicar o solapamento de sua liderança entre as classes médias; ao tratar das bases perceptivas e cognitivas do "preconceito de cor", dialoga diretamente com os intelectuais por meio de seu uso do material das Mesas Redondas.

3.2.1 Limites da capacidade perceptiva e cognitiva dos "brancos" com relação ao "preconceito de cor"

Primeiro, é evidente que as percepções e explicações que os "brancos" tem do "preconceito de cor" diferem das dos "negros". Sua capacidade perceptiva e cognitiva é limitada, na medida em que sua experiência concreta e o ego-envolvimento não o levam a tomar da consciência nem da origem e nem dos efeitos do "preconceito de cor". A consciência alcançada socialmente sobre as manifestações do "preconceito de cor", pelo branco, é não apenas orientada, mas circunscrita por sua experiência de contato racial. A presença do "negro" nas diferentes situações de classe é tão pequena que este não chega nem a adquirir visibilidade para o "branco", o que opera como fator de inércia do seu horizonte cultural tradicionalista.

Florestan expõe uma série de exemplos de diferentes formas de objetivação deste limite de percepção da questão: em primeiro lugar, a disposição generalizada de se negar a existência do “preconceito de cor” ou de um “problema do negro” na sociedade; segundo, a redução do “preconceito de cor” a uma preferência individual e não a um problema social; terceiro, a avaliação de que se trata, em realidade, de um preconceito de classe; por último, a acusação de que o fenômeno é recente e produto da influência estrangeira, sendo incompatível com a “tradição brasileira”.

Confrontados com as reações dos “negros”, os “brancos” lançam mão de explicações já mais ou menos difundidas sobre as diferenças entre as percepções dos dois grupos raciais, inclusive compartilhadas por alguns segmentos do “meio negro” identificados com a ideologia racial dominante. Segundo estas explicações, o “negro” seria vitima de si mesmo, de suas “manias de perseguição” e “fantasias compensatórias ou autopunitivas”, ou do “ressentimento” com os “brancos”, por causa da escravidão (FERNANDES, 2008b, p. 460).

Florestan extrai dois exemplos das Mesas Redondas, que revelam alguns dos limites mais comuns da consciência do branco sobre o “preconceito de cor”. O primeiro corresponde a um depoimento de Hamilton de Oliveira, em que este procura apoiar e defender a veracidade dos depoimentos dos intelectuais negros, a respeito da existência do “preconceito de cor”. A intervenção é interessante porque se trata de uma objetivação clara de um limite da consciência, pois mesmo quando o “branco” procura dar uma manifestação de apoio de “negro”, não reconhece o “preconceito de cor” com problema social:

> Em depoimento feito em público, o informante declarou: “Sou branco e creio que o preconceito de raça existe no Brasil, como existe em toda parte. Tenho amigos escuros e brancos e sei que o preconceito é uma condição pessoal de cada indivíduo. Há indivíduos que sentem aversão por pessoas, se são negras. E vice-versa. E há indivíduos que procuram estudar cientificamente, para encontrar a possibilidade que os pretos e os brancos possam entender-se mais ou menos”. (FERNANDES, 2008b, p. 463; 1ª MESA REDONDA, 1951, p. 44)

Outro exemplo, menos solidário, é da reação de um intelectual "branco" às discussões que presenciou em uma Mesa Redonda:

> Por ocasião da pesquisa, contamos numa das reuniões com a presença de um intelectual pertencente a uma tradicional família de fazendeiros. Ele ouviu atentamente os depoimentos dos colaboradores negros e mulatos; no fim, pediu a palavra para contestar as suas afirmações. No dia em que se realizava outra reunião, ele foi convidado a comparecer. Negou-se terminantemente, dizendo: "Eu não vou lá. Aqueles ligas tem mais preconceito que nós. Eles enchem o saco da gente com as idéias deles". (FERNANDES, 2008b, p. 479-480)

Pelo nosso levantamento de todos os oradores que pediram a palavra nas Mesas Redondas cujas atas encontram-se disponíveis (cf. Apêndice B), há uma grande probabilidade de que este intelectual seja Eurípedes Simões de Paula, Diretor da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo entre 1950 e 1954. Sua situação social é compatível com a descrição de Florestan de "um intelectual pertencente a uma tradicional família de fazendeiros" e sua única participação se dá na 6ª Mesa Redonda, na qual ele de fato pede "a palavra para contestar" as afirmações contidas nos "depoimentos dos colaboradores negros e mulatos".[122] Parece-nos, portanto, extremamente plausível concluir que o intelectual branco em questão era Eurípedes Simões de Paula.

Segundo o sociólogo, este exemplo mostra como "[...] se opõe uma resistência concentrada aos fatos ou ocorrências que poderiam abalar formas de

---

[122] Acerca da situação social da família de Eurípedes partimos da informação de que seus pais eram Jacintho Araujo Cintra de Paula e Maria de Lourdes Carvalho Simões de Paula (LOMÔNACO, [2000]), enquanto que seus avôs paternos eram Francisco Antonio de Paula e Maria Cintra da Silveira, cujos pais eram fazendeiros de café no interior do estado de São Paulo (LEME, 1904). Além disso, na 6ª Mesa Redonda Eurípedes Simões de Paula entra em polêmica acirrada com militantes negros como Luiz Lobato, José Pelegrini e Jorge Prado Teixeira (6ª MESA REDONDA, 1951, p. 314, 328, 330 e 334), como veremos no quarto capítulo. É pequena a probabilidade de Florestan estar se referindo a um incidente ocorrido em uma das Mesas cujas atas se perderam, pois o sociólogo não teve acesso a estas quando da redação do livro em questão. De qualquer modo, é importante ressaltar que, como registra Bastide na Introdução de *Brancos e negros em São Paulo*, o incidente parece não ter interferido na continuidade das reuniões e na disponibilização do espaço do salão da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São Paulo, segundo Bastide "[...] graciosamente posto à disposição pelo seu diretor, prof. Eurípedes Simões de Paula, que a todos muito animou e ajudou durante todo o trabalho." (BASTIDE; FERNANDES, 1959, p. 21).

compreensão mistificadas da realidade racial brasileira" (FERNANDES, 2008b, p. 479-480), apontando, também, que o comportamento dos "brancos", de um ponto de vista global, ainda é orientado pelo horizonte cultural tradicionalista, com fortes resistências a mudanças.[123]

Não obstante, alguns segmentos da população "branca" estão em situações sociais em que a experiência concreta impõe uma representação um pouco mais realista do "problema do negro" e a revisão das convicções formadas à luz da ideologia racial mistificadora. Este é o caso de membros das classes médias que ocupam posições estratégicas em determinadas instituições, e por isso são forçados a lidar com suas políticas raciais informais e não declaradas. Também é o caso dos intelectuais, cuja qualidade da percepção se orienta por critérios específicos da categoria.

No primeiro caso, experiências concretas acumuladas vão compondo um conhecimento mais realista da situação:

> Em regra, essas pessoas só deixavam de perceber a realidade racial de acordo com o prisma moldado pela tradição cultural quando se defrontam com casos sintomáticos. [...] Em consequência, seus focos de percepção são muito estreitos. Mas lhe fornecem convicções firmes e um conhecimento mais ou menos matizado. (FERNANDES, 2008b, p. 472)

Este conhecimento, porém, não é nem homogêneo e nem profundo, abrangendo apenas as manifestações do "preconceito de cor" em sua superfície, sem atingir um conhecimento global da situação do negro e do mulato.

No segmento intelectualizado, onde as representações são mediadas por instâncias e reflexões próprias, alcança-se uma "inteligência global consistente da

---

[123] Outro exemplo que Florestan considera ser uma evidência da disposição para defender a ideologia racial dominante, mesmo diante de ocorrências dramáticas, é a reação da imprensa ao caso da bailarina Katherine Dunham (Cf. FERNANDES, 2008b, p. 464-465). O estudo de caso original utilizado pelo sociólogo é de Renato Jardim Moreira (Cf. MOREIRA, Renato Jardim. **Relatório da leitura de noticiário de jornal. O caso Katherine Dunham**. Mimeo, [s.d.]. Documento disponível no arquivo PDF 02.04.4527 (Estudos de Caso) do Fundo Florestan Fernandes (BCo/UFSCar), p. 96-109.)

situação do negro e do mulato na cidade" e uma reflexão mais profunda sobre o próprio comportamento do "branco" (FERNANDES, 2008b, p. 476). Os exemplos utilizados por Florestan são de dois depoimentos feitos por estudantes da Faculdade de Filosofia a partir dos questionários de observação em massa individual para "brancos" (Cf. Anexo B). Um deles, de autoria de Marialice Foracchi[124], na qual esta relembra um incidente em que teve, como primeira reação, uma repulsa a um "indivíduo de cor parda bem escura", ao vê-lo entrar em uma piscina que frequentava. O sociólogo utiliza o relato para exemplificar como estes setores realizam tentativas de racionalização para superar os limites de seu horizonte cultural tradicionalista, que apontavam para a associação espontânea entre cor e posição social:

> Eis como esse esforço é descrito por uma jovem universitária: "Quanto à minha atitude geral frente ao problema do preconceito de devo dizer sinceramente que procuro evitar senti-lo cada vez mais. Em certas ocasiões, contudo, não posso deixar de sentir certas manifestações que só depois de consciente conseguem ser racionalizadas. [...] uma prova de que, se tais reações se verificam em pessoas 'atentas' e de certa formação, que diria daquelas que não tem, diante de si, nenhum problema relativo a uma atitude científica da questão racial" (FERNANDES, 2008b, p. 481; [FORACCHI], [s.d.], p. 54-55).

Em seguida, no mesmo depoimento, a então estudante de graduação faz observações a respeito de sua experiência nas reuniões das Mesas Redondas. Ainda que não citadas diretamente no texto de *A integração do negro na sociedade de classes,* os relatos são interessantes porque indicam como a própria pesquisa teve impacto nas "racionalizações" dos pesquisados a respeito do problema:

> "Sem dúvida também mais uma prova a evidenciar a realidade numa observação causticante do Lobato[125] (freqüentador das reuniões da

[124] O outro depoimento de uma estudante branca é de Angelina Cabral (Cf. FERNANDES, 2008b, p. 476; [TEVES, Angelina Cabral de?]. **Caso 3 - Brancos**. Mimeo, [s.d.].)

[125] Luiz Lobato (Cf. Capítulo 1 e Apêndice C para apresentação dos intelectuais negros colaboradores da pesquisa e frequentadores das Mesas Redondas).

> pesquisa) de que os indivíduos de certa formação intelectual não manifestam abertamente uma atitude de preconceito por 'uma questão de verniz'. Os elementos das camadas mais baixas da população não tem, evidentemente, esse verniz refreador de maneira que em quase todas ocasiões em que existe o preconceito, ele se manifesta. Embora incômoda essa observação é verdadeira pois acredito que todo nosso esforço (meu e de meus colegas) de procurar interpretações científicas, quantas forem possível, a questão do preconceito é uma prova evidente de que existe em todos nós um preconceito que procuramos destruir com as armas que nos são familiares – isto é – a ciência, a razão"). ([FORACCHI], [s.d.], p.55)

Estes exemplos mostram como as percepções e o conhecimento que o "branco" tem a respeito do "preconceito de cor" são formadas, em sua grande maioria, ainda pelo seu horizonte cultural tradicionalista. Estas tendem a se manter porque de um lado não se configuram situações de contato suficientes para o abalo destas convicções.

3.2.2 Limites da capacidade perceptiva e cognitiva dos "negros" com relação ao "preconceito de cor"

No caso do "negro", este passa por experiências que o levam a elaborações e explicações próprias do fenômeno. Ele tem uma vantagem sobre o "branco", quando se trata da percepção da realidade racial:

> [...] possui elementos suplementares para romper e, até, insurgir-se contra as limitações das formas existentes de percepção e de consciência da realidade racial. As experiências concretas nem sempre são elaboradas de modo radicalmente construtivo. Mas elas tem a seu favor uma influência excitante: os interesses e as aspirações sociais, condicionados ou alimentados pela situação de 'raça' do negro e do mulato, alargam e aprofundam sua capacidade de perceber e de conhecer aquela realidade. O sofrimento, a vergonha e a revolta, isoladamente ou em conjunto, levam-nos ao fundo do abismo. Em consequência, suas cogitações não param no limiar das exterioridades. (FERNANDES, 2008b, p. 481-482)

A questão reside na profundidade e difusão das elaborações inconformistas feitas em cima das experiências concretas, e, portanto, do alcance e eficácia do conhecimento elaborado.

Este conhecimento alternativo à ideologia tradicional é compartilhado na tradição oral do "meio negro", mas de forma heterogênea, pois

> [...] ocorrem flutuações intensas no modo pelo qual diferentes estratos da 'população de cor' participam, simultaneamente, de elementos universais da tradição cultural e das alternativas oferecidas por sua própria subcultura. (FERNANDES, 2008b, p. 461).

Assim, o "grau de bloqueamento da capacidade de percepção e da consciência" (FERNANDES, 2008b, p. 460) não é o mesmo em todos os segmentos da "população de cor" e o conhecimento difundido no "meio negro" a respeito do fenômeno varia em torno de alguns elementos mais comuns e outros que aparecem nos contextos especificamente inconformistas, ou seja, no segmento do "meio negro" que se associa aos movimentos reivindicatórios.

Os elementos mais comuns da consciência social do "negro" a respeito do "preconceito de cor" são aqueles que gravitam em torno das experiências do "negro que sobe", ou de uma maneira geral do "negro" que se encontra engajado de uma maneira ou outra nas formas de vida organizada da ordem social competitiva e apresenta aquelas impulsões igualitárias polarizadas em torno do "afã de subir".

Como apontamos, há um avanço notável na capacidade de compreensão da dinâmica das relações raciais, com relação ao passado, pois na medida em que compreende os direitos e deveres associados à posição social, em uma sociedade de classes, o "negro" tem um domínio consciente das suas relações com os "brancos" e dos critérios que orientam seus comportamentos. Este conhecimento corresponde perfeitamente às suas impulsões igualitárias, ou seja, ao seu "afã de subir" e à sua identificação com os padrões de dignidade da pessoa e tipos de personalidade-status adequados à ordem social competitiva. E,

com base nele, é capaz de por em prática um comportamento social inteligente visando proteger seus interesses.

Neste ponto, ele "[...] possui uma imagem clara, diferenciada e consistente da realidade racial" (FERNANDES, 2008b, p. 510) e é capaz de identificar as manifestações do "preconceito de cor" e os diferentes fatores que orientam os comportamentos dos "brancos".

Para identificar a atuação do "preconceito de cor" em uma sociedade onde este se manifesta de maneira assistemática e multiforme, se associando às distinções de posição social, o negro desenvolveu um mecanismo adequado a este padrão de manifestação, capaz de determinar o que pode e o que não pode ser atribuído ao preconceito, no comportamento dos "brancos". O contraste entre o tratamento recebido e o tratamento considerado adequado e coerente com a posição social conquistada é o elemento indicativo, para o "negro", de que é vitima de "preconceito de cor":

> [...] o divisor de águas passa pelas diferenças notórias (e por isso irrefutáveis) que se estabelecem entre o tratamento dado ao 'homem de cor' e ao que se dispensa ao 'branco' em situações e em condições análogas. Desse ângulo, o elemento manipulado primordialmente diz respeito à posição social e às 'prerrogativas' (direitos e deveres sociais) que esta confere às pessoas em interação [...]. (FERNANDES, 2008b, p. 511).

Conforme a referencia primordial diz respeito às prerrogativas e aos papéis sociais garantidos pela posição social, torna-se imperativo identificar se de fato o "negro" em questão pode ou não exigir determinado tratamento:

> O principal foco de referencia, então, deixa de ser o 'branco'. Toma-se em conta a 'vítima' – e não o 'algoz' – e procura-se, nela, os requisitos para se determinar, de fato, se ela poderia invocar a equidade pleiteada perante o 'branco'. Já existe um verdadeiro folclore em torno do 'preconceito simulado', que aconselha extrema prudência e moderação ('nem tudo que o negro entende por preconceito têm esse caráter', 'a nossa gente é muito sensível', 'é preciso saber se havia preconceito ou falta de capacidade', 'devemos distinguir entre seleção e preconceito' etc.). (FERNANDES, 2008b, p. 511).

As diferenças de tratamento oriundas da hierarquia social conferida pelos critérios da sociedade de classes são reconhecidas e "[...] o 'negro' admite uma ampla flutuação do tratamento diferencial, sabendo atribuí-la à distância sociocultural existente entre as pessoas em contato." (FERNANDES, 2008b, p. 511-512). Assim, o "preconceito de cor" aparece quando a "cor" é visivelmente o elemento determinante na dinâmica das relações sociais, como se ela bastasse para estabelecer uma distancia social que na realidade não existiria, pois todos os outros atributos dos envolvidos seriam equivalentes (classe, educação, cultura, competência etc.). Há uma compreensão bem difundida no "meio negro" de que a "cor" opera como um símbolo que identifica estratificação social e estratificação racial na organização do comportamento dos "brancos".

No entanto, ainda seria preciso "testar" o "preconceito de cor", pois a eficácia do comportamento inteligente e calculado implica em identificar perfeitamente quando há "de fato" a determinação deste no comportamento do "branco", caso contrário o sujeito incorre no perigo de reagir de maneira inadequada, prejudicando seus interesses na situação[126]. O "teste" consiste em colocar o "branco" em situações em que, se este manifestar resistências, a evidência do "preconceito de cor" aparece inegavelmente. Porém, conforme a variante da distância social deve ser considerada em conjunto com a "cor", nas explicações possíveis para os comportamentos dos "brancos", a estratégia é complexa e pode também incorrer em "erros":

> O teste é de realização fácil – basta submeter a personalidade branca visada a contatos por assim dizer experimentais. Todavia, o sistema moral de referencia é complicado. Vejamos um exemplo. Um jovem negro disse para um seu amigo mulato que "as moças da Faculdade [de

[126] Como apontamos acima, preciso lidar com as pressões do "preconceito de cor" sobre a personalidade, em especial o perigo de "ficar complexado". Quando isso ocorre o sujeito passa a explorar o preconceito como "fonte de racionalização das frustrações e de defesa do ego" (FERNANDES, 2008b, p. 485) e pode ficar sem saber discernir no comportamento dos outros o "preconceito de cor" e atribuir todas suas experiências negativas a este, o que o prejudica em suas avaliações a respeito de que oportunidade pode e deve perseguir, por exemplo. Pode também se retrair e não querer se expor a situações em que se possa entrar em jogo a "cor", entre outras reações prejudiciais.

> Filosofia] não devem ter preconceitos". Tencionava convidá-las para ir a uma gafieira, para ver o resultado. O amigo ponderou: "Elas não irão e isso não tem nada a ver com preconceito. Elas também não vão a gafieiras de branco. Não é o meio em que vivem". O que mostra que, onde o teste é feito, o 'negro' se preocupa em estabelecer um sistema de referencia adequado às provas. (FERNANDES, 2008, p. 513)[127]

Este conhecimento de senso comum do "meio negro" fornece um quadro de referência para o "negro" identificar o preconceito e calcular a melhor maneira de lidar com as situações que encontra e, portanto, atende à necessidade do "negro" de defender seus interesses no processo de classificação e ascensão social, correspondendo perfeitamente às suas necessidades, quando consideradas dentro dos limites da impulsão de "pertencer ao sistema".

Apontamos como, quando polarizadas em torno do "afã de pertencer ao sistema", as impulsões igualitárias contribuem para que o "negro" aproveite as oportunidades existentes e equipare-se ao "branco" no que toca à absorção dos comportamentos e valores adequados à ordem social competitiva, mas não o impulsionam a disputar a concentração racial da renda, do poder e do prestígio.

No plano cognitivo, o problema da polarização das impulsões igualitárias do "negro" em torno do "afã de pertencer ao sistema" se traduz no fato de que, conforme seu ego-envolvimento não se volta para aquela disputa pela democratização racial da ordem social competitiva, suas percepções a respeito das "manifestações do preconceito de cor" objetivam-se em explicações que não compreendem o padrão de dominação racial.

Por isso, o conhecimento que se forma é insuficiente quando se trata do "problema do negro" e, portanto, quando se trata de sua própria situação de interesses e dos próprios fins que deveriam orientar a ação social:

---

[127] Este exemplo é tirado de um trecho da história de vida de Francisco Lucrécio (o "amigo mulato"), em que este conta ao pesquisador da conversa que teve com Jorge Prado Teixeira (o "jovem negro"). Fica claro como as relações dos colaboradores com os pesquisadores foi, por si mesma, uma fonte de dados a respeito da complexidade moral da situação que o "negro" enfrenta quando conquista posições sociais no núcleo na ordem social competitiva. Cf. MOREIRA; LUCRÉCIO, 1951, p. 14.

> [...] os alvos visados socialmente acabam obscurecendo, de alguma maneira, a completa consciência racional de interesses e fins, que poderiam (ou deveriam, idealmente) orientar a ação e as relações sociais (e, portanto, a percepção e a consciência da realidade). (FERNANDES, 2008b, p. 497)

As impulsões de ascensão, classificação sociais em si mesmas, nas condições do padrão histórico de integração do negro determinado pela sociedade, não tem como orientá-lo na direção correta de seus interesses como coletividade, pois suas realizações não implicam a eliminação do padrão de dominação racial, que se reproduz. O "negro" precisaria estar voltado especificamente para sua "situação de raça" na ordem social competitiva. No seu caso, portanto, a interferência do "querer algo socialmente" no "ver algo socialmente" é central:

> As peculiaridade da situação econômica e sociocultural do 'negro' fazem com que essas interferências sejam bem mais ruinosas para ele, que para o 'branco' que se proletariza. É que ele enfrenta, simultaneamente, dois tipos de barreiras: as que nascem das classes e as que se polarizam em torno da cor. Quanto maior for a limitação do seu 'querer algo socialmente' e quanto maior for a limitação do seu 'ver algo socialmente', tanto pior para ele. Uma coisa não corrigirá automaticamente a outra [...] como *uma questão de tempo*. Se vence umas barreiras, tomba nas outras, como nos ensinam os dilemas das 'classes médias de cor'. (FERNANDES, 2008b, p. 497-498).

O "afã" que orienta o ego-envolvimento do negro no processo de classificação e ascensão sociais leva-o a considerar, em primeiro plano, as experiências concretas ligadas às "barreiras" à sua ascensão ou ao reconhecimento desta e ao desfrute do prestígio correspondente:

> [...] o 'negro' se debateu com as manifestações e com os efeitos do 'preconceito de cor' no plano de sua luta pela sobrevivência na 'grande cidade' da era capitalista. [...] o 'preconceito de cor' barrava seu caminho, solapando, diluindo ou impedindo sua passagem da área periférica e marginal para o núcleo do regime de classes. O contexto da situação de existência social o impulsionava, portanto, a saber porque era repelido, como condição para lograr êxito em suas tentativas de 'pertencer ao sistema'. (FERNANDES, 2008b, p. 504-505)

Note-se que este “afã de pertencer ao sistema” ainda corresponde àquele mesmo impulso original dos movimentos sociais no “meio negro”. Por isso, o conhecimento do “preconceito de cor” como definição do padrão tradicionalista e a manipulação do conceito no combate confinado às manifestações deste padrão são extremamente lógicas no contexto da experiência dos sujeitos e, agora, dominadas com maior maturidade.

Florestan aponta duas debilidades das percepções e explicações do “negro” sobre o “preconceito de cor”, ligadas a esta circunstância.

Em primeiro lugar, a percepção permanece presa à necessidade de desmascarar as atitudes dos “brancos”, que impedem sua afirmação e ascensão sociais. Segundo o sociólogo, é sintomático o fato de que “o universo de discussão onde é debatido o “problema do negro” não ultrapassa este limite do “desmascaramento” das inconsistências do comportamento do “branco”, perante os princípios da ordem social vigente:

> Numa reunião com intelectuais e membros racialmente inconformistas das "classes médias de cor" ouvimos uma longa e variada exposição sobre casos concretos de manifestações do "preconceito de cor". A conclusão final de um dos líderes do debate foi a seguinte[128]: “São esses casos que nos mostram qual é a situação entre nós. Quando dizem que não há preconceito, estão mentindo. Exemplos como esses são muitos. A pessoa fica isolada por causa da cor”.
>
> Eis aí o que adquire importância. Como se ainda se defrontasse com o monolítico padrão tradicionalista de relação racial assimétrica, interrompe-se o processo de conhecimento da situação no âmbito do desmascaramento do "branco" (quando os interesses da "população de cor" exigem que ele seja conduzido até o nível de transformação da realidade). (FERNANDES, 2008b, p. 499).

Sua avaliação a respeito dos debates em torno da Lei Afonso Arinos também é critica. Segundo o sociólogo, os dados revelaria que a tendência dominante no “meio negro” seria a interpretação da lei como sendo positiva, por

[128] Não localizamos nas atas das Mesas Redondas esta afirmação; é possível que Florestan tenha retirado de suas anotações das mesas cujas atas se perderam ou então que se trate de outra reunião, possivelmente dos Seminários de Debates na Associação José do Patrocínio.

ela servir justamente como instrumento de desmascaramento da hipocrisia dos "brancos", enquanto não se deu suficiente atenção para o fato de que a lei não tratava das providências necessárias para a democratização racial da ordem social competitiva, fato que "só uma ou outra voz isolada apontou":

> Em nosso levantamento, por exemplo, demos extensa atenção ao modo pelo qual os diversos círculos da "população de cor" reagiram, intelectualmente, à promulgação da "lei contra o preconceito de raça e de cor". É sintomática a convergência de opiniões e avaliações. Deu-se realce quase exclusivo ao significado daquela lei como desmascaramento da "hipocrisia do branco". Mesmo antigos lideres dos movimentos reivindicativos no "meio negro" insistiram entusiasticamente nesse aspecto, negligenciando por completo as questões de autêntica política racial numa sociedade democrática. Só uma ou outra voz isolada apontou a inocuidade da lei e o quanto ela deixava desejar à luz de uma legislação que viesse implantar no Brasil um padrão equitativo de relações raciais. (FERNANDES, 2008b, p. 500-501).

Identificamos ainda a origem dos outros exemplos utilizados por Florestan para demonstrar a insistência no uso do desmascaramento como principal artifício na discussão sobre o "preconceito de cor". O sociólogo cita três exemplos em um mesmo bloco: dois tirados das respostas ao questionário de observação em massa individual para "negros", dadas por José Correia Leite e Jayme de Aguiar, e um tirado de um depoimento de Raul Joviano Amaral na última Mesa Redonda:

> No vasto material coligido a respeito, nota-se como o "negro" responde ao "branco" e às pressões diretas e indiretas da sociedade inclusiva, em todos os tons de serenidade ou da veemência. Eis um pequeno rol de exemplos:
>
> (1) "a afirmação de que no Brasil não existe preconceito contra o negro é uma balela. O preconceito existe. O que não existe, claramente, é uma discriminação racial, de resto existem as restrições e uma acentuada intolerância contra o negro";[129]
>
> (2) "A esperteza, a safadeza ou o sadismo nacional, porém, não conseguem impingir aos negros - que sofrem nas próprias carnes o orgulho, o ferrete, o carimbo identificador do 'seu lugar' - a fantasia composta de imensidades pueris que os fatos da vida cotidiana desmentem a todo momento. Diante da triste realidade em que vive, o homem negro procura avançar em consciência, colimando aquele estado de aperfeiçoamento, de elevação, de dignificação da pessoa humana, e

[129] Observação em massa individual de José Correia Leite (LEITE, [s.d.], p. 66).

> todas as vezes que assim procede, tentando fugir da sonolência, tentando libertar-se de nocivos atavismos, herança mórbida do cativeiro, os sonoros sinos da demagogia cabocla sufocam o seu grito lancinante, bimbalhando solenemente: 'negro não tem problemas; não temos barreiras baseadas na cor; somos um povo sem preconceito'.";[130]
>
> (3) "Existe, sim, o preconceito no Brasil. Só não o vê, aquele que não o quer. Aquele negro que não sabe avaliar o próprio Eu."[131] (FERNANDES, 2008b, p. 504)

Logo após estes exemplos, Florestan cita outra afirmação tirada do contexto daquela discussão provocada por dr. Abatiguara na primeira Mesa Redonda:

> "Registramos mesmo, num debate público, a seguinte constatação: 'Antes de mais nada, eu quero dizer a V. Ex.ª que negar o preconceito de cor é negar as cores da bandeira nacional." (FERNANDES, 2008b, p. 504; 1a MESA REDONDA, 1951, p. 38).

Haveria, portanto, no "meio negro", uma compreensão bem difundida de que o "branco" age de maneira dissimulada:

> [...] o "negro" tem plena consciência da importância que a dissimulação possui nas orientações do comportamento do "branco". A fórmula pela qual descreve essa tendência envolve duas palavras muito cruas: "fingimento" ou "falsidade dos brancos". No entanto, ela se expressa com maior neutralidade e cortesia nos círculos cultos da "população de cor", onde se fala em que a cordialidade do "branco" é aparente – "uma questão de verniz". (FERNANDES, 2008b, p. 514).

Muitas vezes esta compreensão não ultrapassa o apontamento das "intrigas" ou "má vontade" dos "brancos" ou não se reconhece, com segurança, esta dissimulação como parte do "preconceito de cor" (imaginando que pode se tratar de "desconfiança da incapacidade dos negros" ou "gosto pessoal"). Mas, em regra, seria bem difundida no "meio negro" a consciência de que o "branco" age

---

[130] Apresentação "Reflexões sobre o preconceito de cor" de Raul Joviano do Amaral na 11ª Mesa Redonda (AMARAL, [1951], p. 389).

[131] Observação em massa individual de Jayme de Aguiar (AGUIAR, [s.d.], p. 109).

segundo uma “ética mascarada” que opõe barreiras à ascensão e afirmação sociais do “negro” e que esta conduta faz parte do fenômeno “preconceito de cor”.

Porém, a compreensão da dissimulação dos “brancos” e a aplicação da tática do desmascaramento, que expõe as incongruências dos comportamentos daqueles perante os princípios da ordem social que aceitam e mesmo dizem defender, não é suficiente como ação social voltada para o “problema do negro”.

Pode ser suficiente como mecanismo de reação societária em um plano individual, permitindo a entrada do “negro” que atingiu certa posição no “mundo dos brancos” – embora ele saiba que mesmo o contato próximo com amigos “brancos” envolva certo grau de isolamento –, mas não é efetivo quanto à reprodução da “dominação racial”.

A insistência em manter a discussão em torno do “preconceito de cor” nos termos do desmascaramento age, em realidade, em conformidade com os interesses dos “brancos”:

> Por paradoxal que pareça, o “negro” desmascara o “branco” pondo em xeque as racionalizações que dissimulam os fundamentos e os efeitos visíveis do “preconceito de cor”. Não obstante submete-se espontaneamente ao seu jogo, contendo o seu próprio conhecimento da realidade num limiar histórico. (FERNANDES, 2008b, p. 496)

Para Florestan, se trata de um padrão de reação societária anacrônico, pois rebate o padrão tradicionalista de relações raciais, na medida em que exige a extensão da validade dos princípios da ordem social competitiva até as relações com “negros”, mas ignora o “problema do negro” tal qual ele se reproduz no interior da própria ordem social competitiva:

> Parece claro que os limites do conhecimento da realidade racial, elaborado pelo “negro”, procedem de um lapso histórico. O sujeito não parte da configuração do presente, vista através de uma situação de classe, mas de ações isoladas [...] inculcadas como evidências indiscutíveis do “preconceito de cor” e esbatidas, projetivamente, no padrão tradicionalista de dominação racial. Em um contexto histórico-social em que o próprio padrão tradicionalista de dominação racial entrou em crise e no qual o perigo coletivo, em termos da situação de interesses da “raça negra”, consiste no solapamento e na deformação das

> tendências de democratização das relações raciais, esse tipo de conhecimento é pelo menos insuficiente. (FERNANDES, 2008b, p. 499-500)

Assim, seria preciso atentar para a maneira como se reproduz a desigualdade racial na sociedade de classes, a partir do monopólio das oportunidades econômicas, da cultura e das formas de poder e mecanismos de defesa dos próprios interesses pelos "brancos":

> Se o ponto de partida de seu comportamento social inteligente atribuísse importância central às consequências sociopáticas da concentração racial da renda, do prestígio social e do poder na ordenação das relações sociais, o "afã de pertencer ao sistema" se objetivaria, socialmente, em conexão com o ideal de "alterar o sistema". Essa simples rotação da perspectiva social conferiria ao "negro" a possibilidade de superar o tipo especial de alienação que pesa sobre o seu conhecimento do "preconceito de cor". Por enquanto, esse conhecimento serve para compensar as inconsistências das opiniões e avaliações raciais correntes, elaboradas pelos "brancos" bem como para dar ao 'negro' uma imagem realista e pragmática do mundo, que atenta às suas necessidades de auto-afirmacão social. [...]. (FERNANDES, 2008b, p. 496)

Em segundo lugar, embora o alvo do desmascaramento sejam as atitudes dos "brancos", as experiências concretas das barreiras impostas por estas atitudes não contribuem para sua compreensão como um processo social, pois o próprio padrão assumido pelas manifestações do "preconceito de cor" nestas atitudes oculta a sua natureza como padrão.

Como vimos, a maior parte das atitudes de resistências dos "brancos" à ascensão social e ao reconhecimento do "negro" enquanto igual deriva do fato de que a posição dos "estoques raciais" na estrutura da ordem social não se alterou o suficiente para que se modificasse a imagem social do "preto"; a desigualdade racial atua como fator de inércia na definição das disposições psicossociais dos "brancos", pois estes em geral não experimentam situações nas quais se deparam com o "negro" como um igual. Na realidade, o "branco" nunca chegou a encarar o "negro" como um "igual" e tem uma tendência, espontânea e muitas vezes inconsciente, de associar "cor" e posição social inferior.

Pelo mesmo motivo, as situações em que sua resistência aparece claramente como defesa de seu *status* e de sua posição dominante, através de atitudes ostensivas de manifestação de "preconceito de cor", não são frequentes o suficiente para que se revelem como um processo social de defesa da dominação racial. Este processo existe, mas fica mais ou menos oculto, pois seu principal fator dinâmico seria estrutural, e não relativo às manifestações do "preconceito de cor" aparentes nas atitudes da "raça dominante". Conforme o que está em jogo é a estrutura das relações raciais,

> [...] sem que se manifeste nenhum temor generalizado diante dos riscos reais ou potenciais de competição com o "preto", há uma resistência bem definida à sua incorporação em bloco e ex-abrupto a essa ordem social. (FERNANDES, 2008b, p. 335).

Esta situação permite que o "preconceito de cor" se manifeste em um padrão que obedece a duas regras básicas: não adquire caráter aberto e sistemático, aparentemente variando de indivíduo para indivíduo e opera segundo a norma oculta do paralelismo entre cor e posição social inferior, sustentado pela estrutura das relações raciais.

Tal padrão dificulta, ao mesmo tempo, a definição do próprio "preconceito de cor" como parte de um processo social e o discernimento do "fator tópico de maior importância dinâmica" na reprodução da dominação racial, que é estrutural.

Mesmo quando entende que a "cor" opera como categoria que identifica estratificação racial e social, compreendendo, portanto, o "fulcro" do padrão tradicionalista de relação racial, o "negro" não consegue fazer a ponte entre as atitudes manifestas dos "brancos", o padrão histórico-cultural que orienta estas atitudes e a reprodução da estrutura das relações raciais.

Conforme "[...] não consegue apreender o padrão assumido pelas práticas discriminativas e pelas avaliações etnocêntricas [...]", o "negro" apenas localiza com "[...] notória incongruência ou apenas pela rama os papéis preenchidos pelos 'brancos' na dinamização do preconceito." (FERNANDES, 2008b, p. 493).

Há uma limitação na maneira como o “negro” enxerga o agente do “preconceito de cor”. Ele sempre aponta o “branco” como o responsável pela sua dinamização, mas há uma tendência em explicar o preconceito pelos fatores que orientam o comportamento dos “brancos” apenas na superfície, variando entre indivíduos e grupos sociais, e não como a dimensão cultural de um padrão de dominação racial.

Baseando-se no material tanto dos depoimentos coletados pela observação em massa individual (Cf. questionário no Anexo A) e quanto na observação em massa grupal (as Mesas Redondas), Florestan identifica que a tendência dominante é explicar o “preconceito de cor” pelas influências negativas ou da imigração, ou das “famílias tradicionais”.

Neste ponto da análise, o sociólogo mobiliza depoimentos feitos na Primeira Mesa Redonda, em uma discussão desencadeada por uma afirmação de dr. Angelo Abatayguara[132].

Logo no início da discussão, ele defende a ideia corrente de que o preconceito existente em São Paulo e no Brasil seria artificial e transplantado:

> O dr. Ângelo Abataiguara defendeu o ponto de vista de que o “preconceito de cor”, existente em São Paulo, constitui um fenômeno peculiar e artificial:
>
> "Estive em toda a parte [no Brasil] e nunca vi o preconceito de cor, a não ser aqui em São Paulo, trazido por elementos estrangeiros, por pessoas que querem imitar não sei o que. [...] Assim, eu cheguei à conclusão de que existe um preconceito artificial, trazido pelos estrangeiros [...] que não é da índole do povo [brasileiro].” (FERNANDES, 2008b, p. 489; 1ª MESA REDONDA, 1951, p. 40 e 42).

Arlindo Veiga dos Santos rebate esta afirmação com a teoria de que é o estrangeiro que aprende o preconceito no Brasil:

---

[132] Que, após ter recebido basicamente apenas réplicas negativas, deixou de participar das reuniões, como veremos.

> O prof. Arlindo Veiga dos Santos discordou, dizendo que “não foram os estrangeiros que trouxeram o preconceito. O estrangeiro que chega ao Brasil não tem preconceito. O preconceito ele o encontra aqui”. (FERNANDES, 2008b, p. 489; 1ª MESA REDONDA, 1951, p. 40).

Florestan também cita uma réplica de Raul Joviano Amaral, que atribui o “preconceito de cor” às reminiscências da “sociedade escravocrata”, pela comparação entre sua intensidade nos lugares em que aquela ainda se faz mais presente e na Capital:

> Nos debates, o dr. Raul Joviano Amaral introduziu o artifício de comparar a situação existente em São Paulo com outros núcleos do interior do Estado. Em suas conclusões salientou:
>
> "O preconceito de cor, no meu entender, é muito mais forte na sociedade brasileira, em virtude do desequilíbrio econômico provocado pela debandada do negro, em virtude da Abolição. [...] em Tietê, Porto Feliz, Piracicaba, Campinas e outras tantas cidade paulistas em que menor foi a ingerência de estrangeiros [...] o preconceito não é artificial. [...] É o negro de Campinas que mais sofre dentro do Estado de São Paulo, isto porque Campinas foi e é, nos tempos atuais, o centro da sociedade escravocrata de São Paulo". (FERNANDES, 2008b, p. 489-490; 1ª MESA REDONDA, 1951, p. 46).

Em seguida, o sociólogo se utiliza de um trecho de depoimento de Francisco Lucrécio, que, no contexto de outra discussão[133], retoma a avaliação de Raul Joviano Amaral:

> "A meu ver, que faz esse preconceito são as famílias tradicionais brasileiras, e não o estrangeiro. [...] aquelas famílias tradicionais de Campinas, mesmo já pela sua tradição, pela influência nos filhos, já contaram o modo por que tratavam os negros e desta maneira eles trazem na sua mentalidade, os netos dos escravocratas, o mesmo conceito que aprenderam de seus avós". (FERNANDES, 2008b, p. 490; 4ª MESA REDONDA, 1951, p. 180)

[133] Trata-se de sua apresentação a respeito do trabalho redigido por Edgard Santana para discussão nas Mesas Redondas. Este trabalho consiste em um livreto que pudemos localizar em um sebo: SANTANA, Edgard T. **Relações entre pretos e brancos em São Paulo**: “preconceito de cor” - Estudo de Cooperação à UNESCO. São Paulo: Editora do Autor, 1951.

O costume de utilizar como "bode expiatório" as famílias de tradição escravocrata seria generalizado e corresponderia a percepções que fariam parte da "tradição cultural" do "meio negro", aparecendo em graus variáveis, mas sempre amplamente difundidas:

> Os documentos pessoais iriam nos revelar que essas apreciações se repetem co grande intensidade, nos diferentes círculos da "população de cor", surgindo como bode expiatório ora o estrangeiro ora as "famílias tradicionais". (FERNANDES, 2008b, p. 490).

Florestan cita ainda outras duas fontes: estudo de caso feito em um cortiço em Jacareí[134], em que o informante defende que o preconceito é criação dos "brasileiros antigos", pois no cortiço e na convivência com o imigrante pobre não há preconceito (FERNANDES, 2008b, p. 492); e um documento, que não localizamos, e também indicaria uma tendência, entre os intelectuais "negros", em explicar o "preconceito de cor" por fatores superficiais que aparentam determinar a labilidade do comportamento dos "brancos", enquanto ignora-se que esta labilidade integraria um padrão histórico-cultural:

> O outro documento condensa as opiniões de um grupo de intelectuais negros e mulatos, de classe média, que participaram de uma discussão reservada do assunto:
>
> "A idéia dominante consiste em que o preconceito de cor varia muito em São Paulo, de grupo social para grupo social, de grupo étnico para grupo étnico. Assim, ele aumenta entre os brasileiros ao chegar-se nas camadas mais ricas, sendo mais intenso nos descendentes de fazendeiros escravocratas [...]." (FERNANDES, 2008b, p. 492)

.

O sociólogo também se dedica a expor como há pontos em que a percepção do "negro" a respeito dos "velhos mitos raciais" atinge seus verdadeiros fins e permite discernir algumas das conexões dinâmicas entre o comportamento dos "brancos" e o padrão de dominação racial (FERNANDES, 2008b, p. 520). Este

---

[134] ESTUDO de caso - cortiço em Jacareí. Manuscrito, [s.d.]. Documento disponível no arquivo **PDF 02.04.4539 (Estudos de Caso II)** do Fundo Florestan Fernandes (BCo/UFSCar), p. 19-45.

é o caso, especialmente, quando se trata do círculo inconformista da "população de cor", que envolve pessoas que tiveram, de forma direta ou indireta, contato com os movimentos sociais no "meio negro".

Em contextos especificamente inconformistas, a compreensão da "ética mascarada" do branco é bem mais profunda e "[...] se associa a uma tendência reativa insopitável de entender a ideologia racial como uma consciência falsa e mistificadora da realidade" (FERNANDES, 2008b, p. 514), ultrapassando, portanto, o desmascaramento em nível individual.

Neste círculo do "meio negro", não apenas há um conhecimento profundo a respeito desta consciência falsa e mistificadora da realidade racial brasileira, mas compreende-se também os efeitos sobre a integração do "meio negro", como fator que dificulta a união dos "negros" entre si e a homogeneização das percepções. Florestan exemplifica com um trecho da abertura de Jorge Prado Teixeira à primeira Mesa Redonda:

> [...] acentua-se que a mistificação da consciência racial, fomentada pela raça dominante, colhe os próprios "negros" em suas malhas, desarmando-os e impelindo-os à passividade. Eis como essa percepção se faz sentir, com acento típico:
>
> "[...] existe preconceito de cor [...] e de maneira bem perniciosa, pois, além de ser um preconceito, é hipócrita. Nos Estados Unidos, onde esse preconceito é declarado, beneficiou o negro, levou-o a voltar as vistas para si e resolver os seus próprios problemas. No Brasil, aconteceu justamente o contrario. A negação do preconceito de cor fez com que o negro caísse cada vez mais. O aspecto que nós verificamos disso aí está, para que todos vejam. O negro não tem possibilidade de ascensão. Essa é uma situação que, se continuar, estará fadada a raça negra a um desaparecimento inglório no concerto racial." (FERNANDES, 2008b, p. 520; 1ª MESA REDONDA, 1952, p. 12)[135].

[135] Segundo Florestan, os informantes fariam frequentemente menção às possibilidades que a segregação do "negro" nos Estados Unidos acabou conferindo: "Vários informantes focalizaram espontaneamente o assunto. A maioria para salientar as vantagens iniciais da segregação sistemática. Embora não a desejem e a condenem moralmente, vêem nela a verdadeira causa do progresso do negro nos Estados Unidos. Outros, em depoimentos repetidos, mas em menor numero, para explicar o malogro do 'negro' em confronto com o italiano, o 'turco' e, especialmente, o japonês. O significado do auxílio mútuo e do cooperativismo é posto em relevo, como fonte de vitalidade econômica, social e cultural dessas minorias nacionais e étnicas. O fato é que o próprio 'negro' percebe o drama em que está envolvido". (FERNANDES, 2008b, p. 248).

Haveria, no “meio negro” inconformista, uma

> [...] compreensão objetiva, inculcada pelo sofrimento e por fortes decepções comuns, de que condições externas, de participação da cultura ou de êxito unilateral, regulam o grau de consciência, de autonomia moral e de lealdade para com o *nosso grupo*. (FERNANDES, 2008b, p. 517).

Esta compreensão é aplicada tanto ao “negro que sobe” que, levado por um cálculo social, prefere seguir o caminho dos ajustamentos pelo “mecanismo da exceção que confirma a regra” e apresenta ambigüidades nas suas lealdades, quanto ao “negro” que cuja auto-avaliações se dão segundo o padrão tradicionalista de relações raciais, e por isso apresenta lealdade total para com os interesses do “branco”. Há um entendimento bem sedimentado sobre a pressão do padrão tradicionalista de relação racial na personalidade do negro; tanto o “complexo de inferioridade” quanto a capitulação passiva são compreendidos como realidades histórico-sociais que têm sentido apenas no contexto das relações com os “brancos” e do “preconceito de cor”.

Florestan já havia chamado a atenção para o fato de que o “negro” compreendeu o “fulcro” do padrão tradicionalista e a origem social do “complexo de inferioridade” e do padrão de reação societária a ele associado, como apontamos no segundo capítulo. No “meio negro” inconformista não apenas são rejeitadas estas deformações da personalidade, como este conhecimento serve de quadro de referência na regulação dos desentendimentos e discordâncias no interior do próprio “meio negro” inconformista:

> Em consequência, divergências substanciais – mesmo quanto à existência ou à não-existência do “preconceito de cor” e aos meios para combatê-lo – ganham um foco de referência suprapessoal, podendo ser situadas em “níveis de explicação” que reduzem os perigos potenciais de desentendimentos e de conflitos. Os dados coligidos mostram que essa condição tem sido neutra para a superação das divergências. Mas

> introduz um mínimo de respeito e de compreensão pelo "outro" – senão de suas razões – nas fricções intermináveis. (FERNANDES, 2008b, p. 517-518).

Assim, certas atitudes, como por exemplo a convicção de que o "problema do negro" não pode ser solucionado senão pelo auxílio do "branco", são atribuídas a um grau de consciência e autonomia moral deficientes, explicados pelas pressões acima citadas.

O desmascaramento, nestes casos, não se aplica às atitudes fragmentadas e variantes dos "brancos" e não tem caráter exclusivamente moral e sim prático, pois se volta para a técnica de "dividir para reinar" posta em prática pelo "branco":

> [...] ainda que de modo parcialmente confuso, o 'negro' estabelece uma ligação entre as manifestações do 'preconceito de cor' e o monopólio do poder pelo 'branco'. Não só aponta, com argúcia, que as pressões morais, nascidas indiretamente das suas manifestações, desunem as 'pessoas de cor' e aumentam sua propensão a 'valorizar o branco'. Mas compreende que a norma de 'dividir para reinar' faz parte de um código ético não expresso, que converte o 'preconceito de cor' em uma arma funesta de dominação racial. (FERNANDES, 2008b, p. 522-523).

A técnica do desmascaramento cumpre seu verdadeiro fim quando faz a conexão dinâmica entre a "ética mascarada" do "branco" e o padrão de dominação racial, apontando a indiferença da sociedade inclusiva perante a reprodução estrutural da desigualdade e o ataque indireto aos padrões de solidariedade racial no "meio negro".

Outra especificidade do conhecimento compartilhado no "meio negro" inconformista é a colocação do "preconceito de cor" de uma perspectiva histórica, como espoliação de uma raça sobre a outra, que determina, no nascimento da ordem social competitiva, uma desigualdade de oportunidades, que daí tende a se reproduzir junto à situação econômica do negro e a prática da discriminação no mercado de trabalho, como num círculo vicioso:

> [...] há um item que não é universal, mas se associa, com muita frequência, às objetivações mais radicais e intransigentes da 'situação do negro'. Trata-se do papel explícito que a espoliação desempenha na

> formação e na manutenção do 'preconceito de cor'. As percepções operam em três níveis distintos: a) de explicação do processo abolicionista como esbulho histórico e a expulsão irremediável do 'negro' para a periferia da sociedade organizada; b) de explicação das bases materiais e morais da perpetuação da desigualdade racial e, portanto, da associação entre o 'preconceito de cor' e a defesa dos privilégios da 'raça dominante'; c) de explicação dos níveis diferenciais de aproveitamento, retribuição e promoção do 'negro' no sistema de trabalho livre, o que situa a espoliação em termos de manter uma reserva de candidatos para os trabalhos indesejáveis e da deteriorização dos níveis de remuneração do 'trabalhador negro'. Esse item, embora apareça de maneira assistemática e só em contextos especificamente inconformistas, possui importância quase única. É que ele constitui o único componente do desmascaramento racial que não gravita em torno de argumentos morais e que apela, francamente, para uma aparente vinculação do 'preconceito de cor' com os interesses materiais da 'raça dominante". (FERNANDES, 2008b, p. 518).[136]

Com exceção do trecho citado acima e do capítulo sobre o*s movimentos sociais no meio negro*, não há outros momentos em que Florestan sistematiza os elementos específicos da percepção e explicação do "negro inconformista" a respeito do "problema do negro" e do "preconceito de cor".

Outros elementos aparecem de maneira não sistemática quando o sociólogo elenca as "barreiras" à ascensão social do "negro" que não vêm das atitudes manifestas de "preconceito de cor" dos "brancos". A primeira e mais importante barreira viria do "círculo vicioso" entre desigualdade econômica e racial, que é visto como principal origem do "problema do negro":

> É preciso que se entenda que a desigualdade racial, em termos de "situação da raça negra", não representa apenas uma condição desvantajosa. Ela se ergue como uma verdadeira muralha [...]. Como procurou nos explicar um grupo de jovens intelectuais negros, ela se prende à renovação incessante do círculo vicioso que encadeia entre si a pobreza, a ignorância e a doença, ocupações incertas, economicamente degradadas e socialmente indesejáveis, níveis ínfimos de renda, os mais

---

[136] Em nota, Florestan aponta como as fontes para a caracterização deste aspecto do conhecimento do "negro" sobre o "preconceito de cor" vêm especialmente do contato com os intelectuais negros: "Coligimos dados especiais a respeito de tais manifestações, principalmente por meio de depoimentos, obtidos pela técnica de observação em massa, em debates públicos. Alguns dados já foram utilizados em outras partes deste trabalho. Além disso, a discussão desenvolvida sobre o tema, no Capítulo 1 deste volume, é suficientemente ampla e bem documentada". (FERNANDES, 2008b, p. 518, n. 72).

> baixos padrões de vida reconhecíveis e a posição social inferior. (FERNANDES, 2008b, p. 238).

Assim, não bastaria expandir as oportunidades abertas e garantidas pela ordem social competitiva, pois a condição econômica do "negro" o exclui do aproveitamento destas oportunidades, como aponta Jorge Prado Teixeira em um trecho de depoimento seu, feito na Sexta Mesa Redonda, citado por Florestan:

> O problema está residindo na precariedade da situação econômica em que se encontra o negro. (...) Eu presumo que a maior dificuldade para o negro ir para a escola está única e exclusivamente dentro do fator econômico que impera sob todos os pontos. Eu não creio que um pai nunca não deseje que seus filhos vão à escola. Mas acontece que um pai nunca poderá dar uma educação elevada aos seus filhos porque ele é obrigado a recorrer a seu serviço para poder sustentar o lar e isto faz com que o filho fique abandonado. (FERNANDES, 2008b, p. 241; 6ª MESA REDONDA, 1951, p. 334).

Florestan cita ainda uma intervenção de Luiz Lobato no mesmo debate, em torno das dificuldades que o "negro" encontra no caminho da escolarização:

> Outro informante foi ainda mais enfático: 'Como é que nós podemos mandar nossos filhos ao colégio, se não temos dinheiro para sustentar-nos? Nós temos de mandar nossos filhos para as fábricas, ou onde quer que seja. A educação gratuita é uma ficção. Não existe'." (FERNANDES, 2008b, p. 241; 6ª MESA REDONDA, 1951, p. 314).

Como a absorção do "negro" à ordem social competitiva não se deu de forma rápida e homogênea, em proporção com os outros "estoque raciais", a diferença com relação ao passado é grande do ponto de vista do horizonte cultural e das disposições psicossociais, mas com relação à desigualdade racial se trata apenas de uma diferença pequena de grau. De fato poderiam ser encontrados mais "negros" que se classificaram socialmente, adquirindo uma ocupação fixa e reconhecida, mesmo que pouco qualificada, e uma parcela menor que ascendeu à classe média real, mas a estrutura das relações raciais, de um ponto de vista global, permaneceria a mesma.

O “negro” ainda precisaria superar uma barreira quase intransponível para poder aproveitar as mesmas oportunidades que são de fácil acesso os “brancos”, e o faz ainda sem maiores incentivos da sociedade inclusiva e sem o apoio de um “meio negro” integrado o suficiente para suprir suas carências, em termos de socialização e apoio institucional:

> [...] o ‘meio negro’ não dispõe de vitalidade econômica, social e cultural para desenvolver mecanismos reativos compensadores. Como no passado, as associações negras, *verbi gratia*, inscrevem entre os seus objetivos o amparo à educação e a orientação dos menores e dos jovens. Contudo, tais objetivos continuam a ser meramente ideais. Em consequência, as gerações ascendentes ficam, em regra, mal amparadas ou totalmente desamparadas [...]. A mesma realidade paira sobre as tentativas de ajustamento dos adultos, que não contam, igualmente, com pontos de apoio adequados à realização de seus projetos pessoais de classificação profissional e de ascensão socioeconômica. (FERNANDES, 2008b, p. 246-247).

Ainda poderia ser observada uma “especialização racial não declarada” (FERNANDES, 2008b, p. 251-153) no mercado de trabalho, que se reproduz conforme o “negro” não tem acesso aos recursos materiais e institucionais que garantem boas oportunidades. Esta “especialização” do “negro” nos trabalhos com pouca ou nenhuma perspectiva de mobilidade ocupacional age como “[...] principal fator da perpetuação indefinida do padrão brasileiro de desigualdade racial” (FERNANDES, 2008b, p. 254), pois não se criam possibilidades de investimento nas gerações ascendentes e, portanto, não se vê uma melhora gradual dos níveis de emprego da “população de cor”.

Nos quadros deste diagnóstico, presente nos depoimentos e discussões promovidas no “meio negro” inconformista, a caracterização do “preconceito de cor” é como fator de estabilização, se juntando à muralha da desigualdade racial, na minimização do impacto que o desenvolvimento da ordem social competitiva tem sobre a “população de cor”.

Diante desta visão que compreende o “problema do negro” tal como ele se desenrola na ordem social competitiva, as preocupações dos setores mais

inconformistas do “meio negro” naturalmente não se limitam ao desmascaramento do “branco”, nem mesmo onde ele atinge seus verdadeiros fins.

No capítulo *Movimentos sociais no meio negro*, Florestan já havia apontado a preocupação pragmática destes movimentos com o “levantamento econômico e cultural do negro” e o seu elemento político, que prescrevia uma disputa por caminhos democráticos na defesa dos direitos e interesses da “raça”.

Quando fala das “barreiras” que o “negro” enfrenta na ordem social competitiva, aponta algumas das idéias dos “elementos mais politizados” do “meio negro”:

> O desamparo do menor, os abusos contra os jovens ou contra as mulheres ‘pretas’ , a indiferença em face dos efeitos sociopáticos da desorganização social da ‘família negra’ ou do ‘meio negro’ representam uma constante que revolta os elementos politizados da ‘população de cor’. Nas entrevistas, esses elementos revelaram uma repulsa violenta, demonstrando um ressentimento incomum diante do ‘desprezo do governo pelo negro’. [...] salientam que seria preciso instituir uma espécie de *Serviço Nacional de Proteção ao Negro* suscetível de coordenar medidas de assistência e amparo efetivos [...]. Percebem com clareza que nada podem esperar da iniciativa privada, seja do ‘branco’, seja do ‘negro’. [...] Compreendem, também, que não é suficiente criar instituições gratuitas [...]. À luz de semelhantes reflexões, segue-se que pretendem ‘do governo’ intervenções de alcance radical. Além das escolas, bolsas de estudo para o sustento e a manutenção das crianças; serviços de assistência social que orientem os pais e os menores, que os convençam das vantagens da escolarização, do trabalho regular, da vida social organizada; medidas de amparo que se traduzam em melhoria das oportunidades de trabalho e do nível de renda do ‘trabalhador negro’, de ambos os sexos etc. (FERNANDES, 2008b, p. 290-292).

Fica claro, portanto, que Florestan considera que o conhecimento compartilhado pelos “negros inconformistas” é plenamente adequado à situação de interesses da “raça” na ordem social competitiva:

> O protótipo do *agitador racial*, que nasceu e prosperou com os movimentos reivindicatórios no “meio negro” [...] não só repele o “preconceito de cor” como faz a teoria que permite ligá-lo à concentração racial da renda, do prestígio social e do poder. (FERNANDES, 2008b, p. 563-564).

Como apontamos, a exposição completa e sistematizada a respeito da consciência do "problema do negro" que este segmento inconformista alcançou está no capítulo *Os movimentos sociais no meio negro*. Mas não há, naquele momento da análise, a preocupação em expor o contraste com relação a uma visão limitada deste problema, o que aparece apenas no último capítulo, pois o sociólogo pretende expor o lapso entre a maneira como está sendo manipulado o conceito "preconceito de cor", pelos atores, e as exigências da situação.

Por isso, neste momento da análise, Florestan retoma aqueles aspectos e os coloca em contraste com os limites que aponta na técnica do desmascaramento como principal recurso na luta do "negro" na ordem social competitiva:

> Na época da eclosão dos movimentos reivindicatórios no "meio negro" essa tática podia produzir frutos. Tratava-se de demolir a bastilha, de por abaixo as muralhas da intolerância e do temor, que inibiam e manietavam o "negro". Em nossos dias, as exigências da situação histórica são mais complicadas. É preciso acrescentar outros componentes ao desmascaramento. Numa fase de transição, não importa apenas apontar e combater, no plano dos ajustamentos sociais dos indivíduos, as manifestações e os efeitos concretos do "preconceito de cor". Impõe-se estabelecer como isso tende a repercutir no próprio padrão de dominação racial [...]. (FERNANDES, 2008b, p. 500).

Portanto, a manipulação do conceito segundo o autor precisaria ser outra, para surtir efeitos. Ele deveria sem empregado mais na direção da denúncia da naturalização da desigualdade racial e da exclusão do "negro" dos direitos garantidos pela ordem social, e menos no sentido do padrão tradicionalista de relações raciais.

Como vimos, para evidenciar o contraste, o sociólogo mobiliza trechos de depoimentos de intelectuais negros para exemplificar tanto os limites de uma compreensão do "preconceito de cor" que não consegue nem conectar o comportamento dos "brancos" com um padrão de dominação racial e nem ultrapassar o desmascaramento de ordem moral, quanto para reconstruir como o "negro inconformista" "faz a teoria que permite ligá-lo à concentração racial da

renda, do prestígio social e do poder". Há uma aparente contradição, mas que se explica tanto pela análise de Florestan quanto pelo contexto do qual aqueles depoimentos são tirados.

Estas considerações a respeito dos limites da consciência social do "negro" devem ser entendidas, no contexto da análise de Florestan, em dois níveis que estão pouco diferenciados e por vezes se sobrepõe em seu texto.

Primeiro, há uma preocupação com os limites que a situação social e o "afã de pertencer ao sistema" do "negro que sobe" impõem à sua percepção do "preconceito de cor" e, portanto, ao desenvolvimento de uma consciência critica profunda do "problema do negro".

Segundo, há uma preocupação com as razões que levam o "negro inconformista" a adotar a técnica do desmascaramento como principal mecanismo de reação societária ao "preconceito de cor", enquanto os outros aspectos do conhecimento elaborado a respeito do "problema do negro" pelos movimentos reivindicatórios ficam em um plano secundário, mesmo em contextos que envolvem os "negros radicais", como fica demonstrado pelos exemplos que utiliza das Mesas Redondas.

As duas preocupações se sobrepõem no texto original e não há uma distinção muito clara entre o uso do material empírico em cada caso. No meio de sua exposição sobre as *bases perceptivas e cognitivas do "preconceito de cor"*, o autor coloca a questão da seguinte maneira:

> Essas reflexões sugerem, em conjunto, que o 'querer social' mesmo do 'negro que sobe' é insuficiente para ampliar o horizonte cultural do 'homem de cor' até os limites das exigências da situação. No entanto, nesse ponto pretendíamos ir mais longe: levantar o problema da qualidade do conhecimento da realidade racial que precisa desenvolver, para intervir na construção do seu destino na comunidade e na democratização do nosso sistema de relações raciais. Os resultados dessa análise das debilidades das formas de percepção e de consciência do 'preconceito de cor', por parte do 'negro', põe-nos diante de uma pergunta simples mas crucial. A que se deve a sua repetição crônica? Seriam elas produtos do nível intelectual médio da 'população de cor'? Tais perguntas nos levam, diretamente, ao âmago dos debates, que se travam na sociedade paulistana, entre 'brancos' e 'negros' que aceitam

> ou recusam a idéia de que existe ‘preconceito de cor em São Paulo’. (FERNANDES, 2008b, p. 501)

A crítica do sociólogo não é voltada para os indivíduos cujos depoimentos são citados ou para uma suposta capacidade intelectual intrínseca dos sujeitos. Seu objetivo é demonstrar como não se criaram condições de aproveitamento daquele conhecimento construído pelos movimentos reivindicatórios, por conta de duas circunstâncias.

Primeiro, por conta da persistência do padrão brasileiro de acomodação racial que realiza a ascensão social do “negro” pelo processo de infiltração tolhe qualquer tendência de formação de uma minoria racial identificada para si, ao gerar uma situação social altamente restritiva para aqueles sujeitos que poderiam ser pioneiros na formação desta minoria.

Não fazendo parte de uma minoria racial integrada, o “negro” é impotente e vulnerável às pressões da sociedade inclusiva, elaborando sua percepção da realidade racial a partir de suas experiências individuais. Enquanto permanece em situação de isolamento difuso, o “negro” não tem mesmo condições de compreender perfeitamente o “preconceito de cor” como um problema social, pois não tem elementos para unificar a suas percepções e consciência, que ficam ao sabor daquelas experiências concretas que não o impulsionam na direção da consciência critica do “problema do negro” como problema social e histórico, pelos motivos apontados acima.

Em suma, seja porque o indivíduo é levado a fazer um cálculo estratégico na defesa de seus interesses imediatos, seja porque não chega a compreender o problema, o isolamento difuso afasta do “negro” do combate ao padrão de dominação racial.

A vantagem dos movimentos reivindicatórios era, justamente, que a percepção e cognição eram orientadas não apenas pelas experiências, mas pela doutrinação e propaganda daqueles movimentos, o que homogeneizava as percepções a respeito do “preconceito de cor” e ligava o desmascaramento do

“branco” à atuação como minoria racial independente. Com a perda da posição de liderança destes movimentos no “meio negro” perdem-se também as

> [...] fontes psicossociais para a unificação e reorganização das bases perceptivas e cognitivas do comportamento social inteligente, segundo os interesses de uma minoria racial integrada em uma sociedade de classes. (FERNANDES, 2008b, p. 495).

Sem a socialização alternativa promovida por aqueles movimentos, o “negro” perde em autonomia de ação e de percepção, e têm suas reações ao “preconceito de cor” limitadas ao que a sociedade inclusiva permite, dinamicamente.

Segundo, porque o padrão do próprio “preconceito de cor” e a maneira como emergem as “tensões raciais” torcem o debate em torno do “problema do negro” em direções que nada tem a ver com a sua verdadeira situação de interesses e não contribuem para gerar reações societárias construtivas do ponto de vista da sua situação de interesses.

Haveria um “lapso histórico” entre a dinâmica das relações raciais, no plano cotidiano, e o funcionamento da sociedade de classes. O “preconceito de cor” agiria como “influência arcaizante”, desviando os processos de diferenciação social, nas diferentes situações em que se manifesta, das alternativas fornecidas pela sociedade de classes e em direção ao padrão tradicionalista de relação racial. Faz isso na medida em que conforma as disposições psicossociais, a percepção e os recursos cognitivos dos sujeitos sobre a realidade racial, conforme aquele padrão.

Tudo se passa como se o padrão tradicionalista de relações raciais, herdado do passado, fosse o fator de maior importância na reprodução da dominação racial, enquanto esta encontra, em realidade, suporte real nas estruturas da própria ordem social competitiva, na medida em que os mecanismos de estratificação e funcionamento desta operam sob o impacto da desigualdade racial.

A maneira como eclodem as tensões raciais bloqueia o horizonte cultural dos agentes, sendo uma das funções latentes do "preconceito de cor" a canalização do descontentamento do "negro" às restrições impostas pelo padrão tradicionalista de relações raciais e, portanto, a restrição de seu "universo reivindicatório" à igualdade de tratamento e reconhecimento do prestígio social adquirido,

> [...] concentrando sua atenção, sua insatisfação e sua ambição em torno de aspirações de igualdade social que não põem em choque a concentração racial da 'renda', do prestígio e do poder – e, portanto, que não afetam, diretamente, a situação de interesses dos brancos como e enquanto 'raça dominante'. (FERNANDES, 2008b, p. 553).

Na medida em que as tensões raciais são representativas da crise do padrão tradicionalista de relações raciais, elas suscitam reações societárias anacrônicas, referentes a este padrão. O desmascaramento, portanto, ainda encontra pleno sentido no contexto das relações raciais vistas no plano dinâmico dos ajustamentos individuais.

As atitudes dos "brancos" diante deste desmascaramento, de defesa obstinada da ideologia racial dominante, e o padrão assistemático e dissimulado de manifestação do preconceito, apenas contribuem para manter a discussão em torno do "problema do negro" no limiar histórico do padrão tradicionalista de relações raciais.

Criou-se uma situação em que o reconhecimento da existência do "preconceito" aparece como requisito da solução do "problema do negro" e até como a própria solução, ao mesmo tempo em que o padrão pelo qual se manifesta torna extremamente difícil sua definição, ou permite o reconhecimento de sua existência como "preferência individual", "influência estrangeira" etc.

Tudo isso explica aquela "[...] insistência crônica - ao mesmo tempo lógica, ética e emocional - no tema central ('o preconceito de cor existe') [...]" (FERNANDES, 2008b, p. 503) e o fato de que os elementos mais construtivos e pragmáticos da contra-ideologia de desmascaramento racial dos movimentos

reivindicatórios ficam em segundo plano, quando estes tentam exercer alguma influência na reorganização do sistema de relações raciais:

> Em resumo, o negro se viu comprimido, numa situação histórico social de existência sufocante, por um padrão de manifestação do 'preconceito de cor' que operava, por si mesmo, como uma espécie de areia movediça, e por mecanismos tortuosos de reação societária ao desmascaramento da ideologia racial dominante. Não se configuraram saídas fáceis e construtivas para o uso produtivo das formas de percepção e de consciência do 'preconceito de cor', com as quais uma minoria racial desarticulada e impotente pôs em cheque os fundamentos da 'democracia racial brasileira'. (FERNANDES, 2008b, p. 504).

O diálogo que o sociólogo estabelece com aqueles intelectuais negros é evidente. Florestan procura apontar os obstáculos dinâmicos e estruturais à atuação dos movimentos reivindicatórios.

Os aspectos dinâmicos deste dilema já foram bem desenvolvidos aqui. Primeiro, Florestan aponta os perigos dos canais de ascensão social e das formas compensatórias de afirmação social para os quais a sociedade inclusiva pressiona o "negro", que combinam a formação de uma "elite negra" e a reprodução da desigualdade racial, ao mesmo tempo que promovem uma forma de diferenciação nociva e ilusória no interior do "meio negro", impedindo que "situação de raça" se traduza em solidariedade racial. Segundo, denuncia como as tensões raciais e a discussão em torno da existência do preconceito de cor operam, antes de tudo, como armadilhas, que afastam o debate da situação de interesses do "negro" enquanto minoria racial em uma sociedade de classes.

Ou seja, enquanto o "branco" defende seus interesses de maneira coesa e disfarçada apenas pela inércia dos padrões de comportamento racial e pelo próprio funcionamento "normal" da ordem social competitiva, que absorve o impacto da desigualdade racial, o "negro" não pode contar nem com as tensões raciais, em suas experiências cotidianas ou no debate público, como fator de fomento de um padrão de reação societária efetivo na defesa de seus interesses.

No plano estrutural, o sociólogo procura avaliar as perspectivas efetivas de controle voluntário da organização das relações raciais na ordem social competitiva, pelo "negro", limitadas pela própria desigualdade racial e pela sua marginalização das posições sociais estratégicas que permitiriam alguma influência nos processos de mudança social, mesmo quando este atinge uma posição social elevada economicamente e desfruta de prestígio social:

> Enquanto a quase totalidade da 'raça dominante' se projeta na arena histórica e lidera os desenvolvimentos da mudança cultural progressiva, nem mesmo os segmentos favorecidos da 'população de cor' têm acesso [...] às posições ou papéis sociais institucionalizados de significação estratégica na organização de poder da coletividade." (FERNANDES, 2008b, p. 554).

Esta falta de perspectivas não deriva da incapacidade dos movimentos reivindicatórios, no que era possível interferir diretamente o avanço foi feito de fato: a ressocialização do "negro" para a ordem social competitiva e a luta contra a apatia e a adesão ao padrão tradicionalista de relações raciais.

Em uma dimensão coletiva, porém, as coisas se complicaram ainda mais; a valorização da ação conjunta do "negro" e da união da "raça negra" encontram menor ressonância, na medida em que o próprio "meio negro" sofre uma diferenciação e seu estrato superior se afasta dos debates coletivos. Sem o suporte de uma solidariedade racial efetiva e um meio social integrado, os movimentos reivindicatórios não encontram caminhos para ação, na medida em que a sociedade é insensível ao "problema do negro".

Para Florestan, os movimentos sociais no "meio negro" enfrentam uma situação análoga à do início do século XX, embora por motivos diferentes. Sem encontrar espaço nem no "meio negro" e nem na sociedade inclusiva para por em prática aquelas soluções imaginadas, que se relacionam ao "pragmatismo construtivo" e à atuação política, permanecem presos à "formulação de diagnósticos":

> Como e aonde conduzir uma influência, através de um dialogo entre surdos e mudos inativos? As perplexidades que vitimaram os movimentos reivindicatórios continuam a operar com todo o seu peso funesto. O 'negro' percebe as soluções e pressente o que se deveria fazer para conduzi-las à ação. No entanto, não tem meios para ir mais longe, porque não é senhor do seu destino nem das condições que dão acesso às técnicas sociais de controle, a serem manipuladas. Daí ficar, mesmo no terreno prático, como mero formulador de diagnósticos. (FERNANDES, 2008b, p. 525).

4 Os debates sobre o “preconceito de cor” nas Mesas Redondas

Reservamos para este capítulo a tarefa de contextualizar o uso que Florestan faz do material das discussões das Mesas Redondas, colhido em 1951, ao longo de *A integração do negro na sociedade de classes.* Para tanto, recorreremos a trechos e documentos já destacados ao longo dos capítulos anteriores, dando mais sentido às conclusões que o autor apresenta quando trata dos limites da capacidade perceptiva e cognitiva do “negro”, em especial suas críticas à ambiguidade da focalização do “branco” como agente do “preconceito de cor” e a utilização como “bode expiatório” das famílias tradicionais ou imigrantes, e também à critica da centralização da discussão em torno da existência do “preconceito de cor”.

Nossa hipótese é que as questões colocadas por Florestan estão presentes nas discussões das Mesas Redondas. Conforme os intelectuais negros colaboradores da pesquisa pretendem encaminhar a discussão em determinado sentido, a participação de outros personagens, não identificados com aqueles movimentos, e a própria pergunta de partida da pesquisa (“existe preconceito de cor em São Paulo?”) leva a tensões e ao deslocamento do universo de discussão em direções que o sociólogo considera menos produtivas.

Além disso, as Mesas Redondas foram um espaço para os intelectuais do “meio negro” discutirem meios de viabilizar suas propostas, de modo que ficam aparentes os dilemas que os movimentos sociais do “meio negro” enfrentavam na época, de mobilização das “novas elites negras”, redefinição do universo de discussão do “problema do negro” e os limites que sua posição restrita na estrutura de poder impõe a estas tarefas.

4.1 Dinâmica e organização das Mesas Redondas

Nesta seção, iremos considerar o início das Mesas Redondas e a dinâmica que se estabeleceu a partir da Segunda Mesa Redonda e orientou a pauta e a organização dos encontros que seguiram.

Em primeiro lugar, trataremos das intenções dos principais atores envolvidos na iniciativa e organização dos encontros (Roger Bastide, Jorge Prado Teixeira e Florestan Fernandes). Através de suas falas de abertura na Primeira Mesa Redonda (8 de maio de 1951), podemos perceber como viam o propósito das reuniões e que tipo de colaboração esperavam dos participantes, desde o início.

Em segundo lugar, trataremos da discussão que ocorre logo após as aberturas, e que denuncia desencontros entre os atores, com relação às expectativas dos resultados que a pesquisa ou aquelas reuniões poderiam ter.

Estas circunstâncias levaram os organizadores a pensarem uma nova maneira de trabalhar, que se estabeleceu a partir da Segunda Mesa Redonda. Apresentaremos estas providências tomadas na Segunda Mesa Redonda, que visavam organizar melhor as discussões e a pauta dos encontros que se seguiriam.

Finalmente, apresentaremos os eixos temáticos que marcaram o conteúdo das seis primeiras e da última Mesa Redonda[137].

Roger Bastide, apesar de sua importância e prestígio para aquele grupo de pessoas[138], não realiza grandes orações em nenhuma das mesas cujas atas

---

[137] As atas das sétima, oitava, nona e décima Mesas Redondas foram perdidas e Florestan não teve acesso a estas quando da redação de *A Integração do Negro na Sociedade de Classe* (cf. Apêndice A).

[138] O professor desfrutava de grande admiração entre os intelectuais negros colaboradores da pesquisa, tendo recebido uma série de homenagens na última mesa. Não tratartemos destas homenagens aqui, mas elas podem ser encontradas no original, na pafinação indicada no Apêndice D.

temos acesso, sendo o papel de organização e encaminhamento das discussões reservado a Jorge Prado Teixeira.

A abertura da Primeira Mesa Redonda feita pelo sociólogo francês é breve, com o objetivo apenas de introduzir a pesquisa e a UNESCO aos participantes. Bastide explica que se trata de uma pesquisa encomendada pela UNESCO com o objetivo de se encontrar uma solução para o problema racial americano e que, para tanto, se formou uma "Comissão de Pesquisa" para estudar o problema em São Paulo[139]. Em seguida, apresenta o planejamento da reunião:

> A reunião de hoje terá duas partes. Uma parte de exposição e outra de discussão. O meu colega Florestan Fernandes, da Faculdade de Filosofia, vai em primeiro lugar, fazer uma pequena exposição sobre a Comissão da UNESCO em São Paulo, sobre o nosso projeto de trabalho para estudarmos as relações raciais em São Paulo. Depois o Sr. Jorge Prado Teixeira abrirá verdadeiramente a Mesa Redonda, expondo a situação racial no Brasil, em São Paulo, e particularmente, também o que ele acha sobre este problema das questões raciais aqui, na cidade bandeirante. (1ª MESA REDONDA, 1951, p. 1)

As falas de aberturas de Florestan Fernandes e de Jorge Prado Teixeira são mais longas e revelam expectativas diferentes do que poderia vir a ser a colaboração do "meio negro". Primeiro, Florestan introduz o método da "observação em massa" aos participantes:

> Tendo em vista a possibilidade de contar com uma comunidade negra, que possui elementos de grande envergadura intelectual, nós pensamos que podíamos transformar a pesquisa no sentido de aproveitarmos a contribuição que os próprios pesquisados poderiam nos trazer. Essa experiência de aproveitar o pesquisado, de transformar a pesquisa, da participação e colaboração, tendo em vista a experiência que já foi realizada fora do Brasil, na Inglaterra, que deu resultados muito interessantes, permitirá ver os problemas, não do ângulo do especialista que pode ter a mente mais ou menos limitada, mas do ângulo do observador. Essa pesquisa que aproveita a experiência do pesquisado foi chamada tecnicamente com o nome de "Método de Observação em Massa". [...] Nós queríamos lançar um apelo aos senhores no sentido de verem quais as pessoas que poderiam se interessar, entre os senhores e seus amigos, para colaborar conosco, alguma coisa diferente do que se faz nos laboratórios, com a química: o aparelho é inerte e não reage à

[139] Este trecho da abertura de Bastide foi citado na introdução desta dissertação.

> pesquisa. E como não dispomos de sociólogos, antropólogos, como acontece nos Estados Unidos, queremos lançar mão da boa vontade dos senhores. (1ª MESA REDONDA, 1951, p. 4 e 6)

Em realidade, o que Florestan esperava era algo próximo da aplicação da técnica da "observação em massa" tal qual ela foi aplicada na Inglaterra, como uma multiplicação de pesquisadores, em que os colaboradores deveriam relatar experiências cotidianas e registrar casos relevantes para o assunto da pesquisa, em suma, um trabalho de observação e registro, e menos de elaboração conceitual ou opinião. No entanto, teve de adaptar a ideia, a conselho de Jorge Prado Teixeira, de modo que as orientações para a observação em massa individual para os negros tomaram a forma de um questionário[140] e se deu mais destaque às discussões em grupo:

> Para isso já organizamos na Faculdade uma espécie de quesito básico que poderá servir de orientação para os senhores. Este quesito básico foi considerado, inicialmente, de acordo com a UNESCO, adotado na Inglaterra e depois, o Sr. Jorge Prado Teixeira achou que havia inconveniente em aplicar esta técnica e que seria melhor ficar entre a técnica original de perguntar e de alguma coisa que pudesse se aproximar mais das possibilidades de aproveitamento do interesse dos senhores. De maneira que deixa de ser um documento estritamente pessoal. Qualquer um dos senhores, que quiser participar da nossa pesquisa, poderá dispor de toda a assistência que desejar e todo material; tanto os quesitos de base, como assistência técnica de que precisar. (1ª MESA REDONDA, 1951, p. 6)

Não obstante, o sociólogo permanece confiante na contribuição pessoal que cada um poderia dar por escrito, e na quantidade de dados que se obteria pela multiplicação de observadores. A explicação de Florestan é confusa na

---

[140] Esta seria a origem da diferença entre as orientações para a observação em massa de colaboradores "negros" e "brancos". No caso de "brancos", as orientações consistem em tópicos para observação, sugerindo que se descreva "minuciosamente" situações em que "negros" e "brancos" entram em contato, hábitos de uns e outros, situação do bairro onde mora, casos conhecidos de casamentos inter-raciais, a opinião de amigos e família etc., além de também tópicos para a investigação da "vida social dos pretos entre si" e suas opiniões, atitudes etc. No caso do questionário para "negros", este abrange diversos aspectos da vida, desde hábitos de consumo até relação com amigos etc,, mas na forma de perguntas estruturadas e com uma seção para que os participantes expressem suas opiniões a respeito da "situação do negro" e suas "idéias políticas" (cf. Anexos A e B).

medida em que a contribuição seria um “documento pessoal”, mas o que interessaria à pesquisa seriam os “fatos” a serem relatados e interpretados, e não a “construção de ideias”:

> A cooperação que nós desejamos e esperamos que os senhores nos dêem vai consistir no seguinte: os senhores precisariam escrever um documento, no qual relatariam suas experiências em São Paulo. Evidentemente não poderão indicar todas as experiências que, no caso da pesquisa, nos interessam. Mas é preciso indicar alguma cousa que seja essencialmente para este projeto inicial de pesquisa. Se a colaboração dos senhores for bastante e nos entusiasmar, poderemos nos entender. [...] Não irão contar as suas experiências pessoais, mas ampliar os quesitos de base a outras pessoas, amigos, parentes, pessoas que conviverem e mesmo a pessoas cuja convivência não envolve nenhum laço de amizade. O que deverão fazer é um documento pessoal, referente à situação do negro, em geral, em São Paulo. Não interessa que se particularize. Nos interessa é que fatos sejam relatados. Não nos interessa construção de idéias, mas apenas elaboração de interpretação de fatos. De maneira que se os senhores poderão colaborar conosco e isto representaria o eixo central da pesquisa. Os senhores nos dariam a possibilidade de esclarecer a situação do negro em São Paulo [...]. (1ª MESA REDONDA, 1951, p. 6 e 8)

Por fim, Florestan explica que, no futuro, talvez fosse possível extrair da pesquisa sugestões para uma intervenção no campo da sociologia aplicada e, possivelmente, realizar um trabalho de divulgação científica, pois seria possível que “certos jornais tenham interesse por este conhecimento e que possam a vir a trazer qualquer melhoria à situação dos pretos em São Paulo”:

> É evidente que os senhores não poderão pretender que nós venhamos a modificar a situação. A sociologia não modifica a situação; ela pode contribuir para que a situação seja modificada. Se nós tivermos um conhecimento exato da situação, nós poderemos, então fazer uma série de sugestões no terreno da sociologia aplicada e poderá ser aplicada tanto para os brancos como para os pretos. Nós todos somos cidadãos e temos os mesmos deveres para com os outros. A sociologia será posta a serviço de um problema prático, que nos interessa igualmente a todos. Se os senhores derem esta contribuição, estarão contribuindo ao mesmo tempo para que a situação de contato em São Paulo não só seja conhecida, como também que certos jornais tenham interesse por este conhecimento e que possam a vir a trazer qualquer melhoria à situação dos pretos em São Paulo. (1ª MESA REDONDA, 1951, p. 8)

A abertura de Jorge Prado Teixeira, por sua vez, expressa outras expectativas com relação aos possíveis ganhos e consequências práticas da pesquisa. O intelectual estava preocupado em estabelecer um intercâmbio de ideias no próprio "meio negro" e uma "maior aproximação dos intelectuais negros desta Capital":

> Esta reunião, meus senhores, não tinha ou não terá o poder do raio ômega que liquidou com Jim Roy, aquele personagem de Monteiro Lobato. Tinha ou terá duas virtudes: a primeira é justamente a satisfação desse empreendimento pesquisador que a UNESCO determinou fosse efetuado nessa Capital; a segunda virtude é a que diz respeito - é o meu ponto de vista - a uma maior aproximação dos intelectuais negros desta Capital, de modo que dentro desse estreitamento de relações profundas estudemos melhor os diferentes aspectos da nossa comunidade e vermos quais as possibilidades de solução para esse problema que eu denomino negro e que por certo não sei se todos admitirão se é problema ou não.
>
> E justamente com esta intenção é que sugeri ao Prof. Bastide que patrocinasse uma reunião de intelectuais negros e brancos para que pudéssemos discutir e analisar as questões referentes à situação do negro brasileiro. (1ª MESA REDONDA, 1951, p. 10)

Suas esperanças sobre o que se poderia extrair daquela experiência iam ainda mais além, chegando a propor que, se necessário, deveriam, após entrarem em acordo sobre o assunto, formar uma "elite" voltada inteiramente para o "problema do negro" e capaz de conduzir um processo de mudança:

> É justamente por essa razão, que estando nós numa situação possibilitadora de orientar e liderar mesmo a nossa gente, temos a necessidade absoluta de encarar essa questão com toda a seriedade possível, para que possamos ver concretizada, dentro da nossa geração, qualquer cousa em benefício do negro, porque ele está completamente abandonado. Existe o Serviço Nacional de Proteção do Índio; existem instituições auxiliando brancos, porquanto, foram instituições criadas pela civilização européia. Elas procuram colocar de lado esse problema, e é o que mais nos prejudica. Assim, nós temos que estudar essas relações. Nós seguiremos os mais esclarecidos, e temos naturalmente de consultá-los, e se por ventura um dia não houver possibilidade de entrarmos, de sermos aceitos categoricamente, dentro da sociedade brasileira, então formaremos a nossa própria elite, embora queiram uns que falando em elites poderemos laborar em erro, entretanto, seja qual for a tendência política e ideológica de qualquer povo, essa compreensão coletiva entre nós é quimérica. (1ª MESA REDONDA, 1951, p. 12)

Jorge Prado Teixeira também realiza uma breve exposição de seus pontos de vista a respeito do "problema do negro"; nesta parte, encontra-se uma citação feita por Florestan, que destacamos no capítulo anterior, em que o intelectual compara como o preconceito declarado nos Estados Unidos incentivou o "negro" a "voltar as vistas para si e resolver seus próprios problemas", enquanto no Brasil "a negação do preconceito de cor fez com que o negro caísse cada vez mais":

> Uns dizem, mesmo no meio de negros, que tal preconceito não existe, e outros afirmam o contrário. No entanto, nós temos que analisar bem a questão e se nós assim fizermos, tiraremos a conclusão de que existe preconceito de cor, mesmo num país democrático como o nosso, existe e de maneira até bem perniciosa pois, além de ser um preconceito, é hipócrita. Nos Estados Unidos onde esse preconceito é declarado, beneficiou o negro, levou-o a voltar as vistas para si e procurar resolver os seus próprios problemas. No Brasil, aconteceu justamente o contrário. A negação do preconceito de cor, fez com que o negro brasileiro caísse cada vez mais. O aspecto que nós verificamos disto aí está para que todos vejam. O negro não tem possibilidade de nada. Não tem possibilidade de ascensão. Essa é uma situação que se continuar, estará fadada a raça negra a um desaparecimento inglório no conserto racial. (1ª MESA REDONDA, 1951, p. 10 e 12; FERNANDES, 2008b, p. 520)

A fala de abertura de Jorge Prado Teixeira nesta Primeira Mesa Redonda vem de encontro com a tese que o mesmo apresentou no Congresso do Negro Brasileiro, no ano anterior (1950). Nesta tese, Teixeira defende a ideia de que a solução do problema "[...] está na dependência da nossa elevação cultural e econômica, colocando-nos em pé de igualdade com o branco." (NASCIMENTO, 1968, p. 78). Pois a situação econômica e social do negro perpetua o preconceito que se gerou desde a escravidão e a ideia de uma "superioridade" do branco. O que se assemelha às suas intenções demonstradas na Primeria Mesa Redonda é a proposta prática de como isto deve ser feito: a auto-organização do negro através da liderança de uma elite intelectual responsável.

Jorge Prado Teixeira recomenda "[...] a criação de uma entidade de âmbito nacional, a qual deve nortear-se preliminarmente na formação de uma elite, substanciada em toda a acepção do termo." (NASCIMENTO, 1968, p. 80). Esta entidade deveria promover a auto-organização em todos os níveis:

> [...] desenvolver atividades no terreno da arregimentação dos negros brasileiros, com planos de assistência social completa, prática intensiva e metódica de todos os esportes, recreação moderada e bem orientada, economia dirigida, dentro de uma bem planejada orientação financeira, incremento das associações de crédito, cooperativas de consumo e produção, creches, orientação escolar, profissional, alfabetização, e coligir dados referentes às atividades da associações negras, de todos os gêneros existentes no território nacional, com fins estatísticos e de orientação mútua. (NASCIMENTO, 1968, p. 80)

Teixeira aponta para o possível financiamento por meio da ajuda particular. Porém, tanto para criar um "plano financiador" particular quanto para pleitear financiamento perante os órgãos públicos seria necessário a "[...] reunião de homens de cor suficientemente idôneos e capazes, para a inspiração da confiança necessária à estruturação de um plano financiador." (NASCIMENTO, 1968, p. 81). A proposta é voltada justamente para as "elites" negras, cujo isolamento só poderia ser quebrado pela sua própria organização no "meio negro", e não pela entrada no "mundo dos brancos", para utilizar os termos de Florestan:

> Os negros mais esclarecidos que por razões de ordem econômica e intelectual tem conseguido elevar-se do nível moral e material da massa ficam na dura e cruel contingência de se verem isolados dos demais. Assim, por não poderem ambientar-se de um modo franco e sincero no meio que a sua posição requer, por somente existir entre os brancos; e por não poderem descer ao baixo nível dos seus patrícios, ficam completamente à margem das atividades sociais, tão necessárias ao homem, que é por excelência gregário. A tara do complexo de inferioridade domina-o. E apresenta-se o triste aspecto que todos os dias anteparamos em todos os lugares por que passamos: homens desconfiados, mal-humorados, vitimas completas da desilusão e do pessimismo. Esses homens devem reunir-se e formar a elite que conduzirá o negro brasileiro aos mais altos destinos. (NASCIMENTO, 1968, p. 81)

A intenção de utilizar as Mesas Redondas como espaço de aproximação dos intelectuais negros da Capital era, portanto, ligada uma proposta que Jorge Prado Teixeira já havia expressado antes mesmo de a pesquisa ser iniciada. Assim, sua sugestão de realização de Mesas Redondas explica-se não apenas pela dificuldade dos pesquisadores em realizar a observação em massa individual, pela via de depoimentos pessoais, mas também por esta proposta que o jovem

intelectual negro já tinha formada. Desde sua organização, portanto, as Mesas Redondas comportavam um duplo propósito.

Em outra ocasião durante esta Primeira Mesa Redonda, respondendo a uma pergunta a respeito das providências que a UNESCO poderia tomar após a conclusão da pesquisa, Jorge Prado Teixeira reitera que seu interesse é de utilizar a oportunidade para "colher um traço de união" no "meio negro" intelectualizado, pois haveria uma ausência de "harmonia de ideologias":

> Com relação à UNESCO, o Prof. Florestan poderá dar uma explicação mais ou menos detalhada[141]. Com relação aos interesses que nos podem dar este estudo, só posso dizer que existe um fenômeno bem interessante no meio negro, qual seja o de quase não haver uma certa harmonia de ideologias, dentro do nosso meio intelectual. Esta é a razão porque todos, visando o mesmo objetivo, procuram dar uma solução a este problema, de maneiras diversas. E assim nós poderemos, através da exposição de cada um que se dignar fazer nesta reunião que vamos proceder, nós poderemos então, colher um traço de união, capaz de harmonizar esta situação, e então poderemos dar um novo aspecto à luta, se considerarmos que temos que nos lançar à luta para resolver, de uma vez por todas, ou parcialmente, este problema, bem estendido, se aqui considerarmos que ele existe. (1ª MESA REDONDA, 1951, p. 22 e 24)

Jorge Prado Teixeira encerra sua fala de abertura com a leitura de um temário que ele mesmo preparou, mas que não se encontra transcrito nas atas. O que podemos inferir a respeito de seu conteúdo vem da discussão que segue, conforme o temário é questionado por partir do princípio de que existiria "preconceito de cor", em lugar de formular uma pergunta, e por misturar aspectos "científicos" e "normativos".

Dr. Ângelo Abatayguara – figura cujas intervenções são de grande importância, na medida em que muitos dos trechos selecionados por Florestan para exemplificar os limites da percepção do "negro" a respeito do "preconceito de

---

[141] A pergunta também é respondida de maneira breve por Florestan, que aponta como os resultados da pesquisa seriam mais para fins educativos e científicos, pois sendoa UNESCO uma instituição paraestatal ela não poderia intervir ou impor uma solução ao problema das relações raciais no Brasil. (1ª MESA REDONDA, 1951, p. 24).

cor" vem de reações às suas afirmações nesta Primeira Mesa Redonda – abre uma discussão sobre se o temário expressaria a opinião pessoal de Jorge Prado Teixeira ou a opinião da Comissão de Pesquisa, para o que Jorge Prado Teixeira responde que ele teria feito o temário e então submetido à apreciação da Comissão de Pesquisa, que o aprovou (1ª MESA REDONDA, 1951, p. 16). O principal ponto de discordância de Abatayguara é que o temário partiria do pressuposto da existência do "preconceito de cor", e este deveria ser o objeto da pesquisa, e não seu ponto de partida. Arlindo Veiga dos Santos faz uma intervenção para esclarecer que as proposições de Jorge Prado Teixeira são apenas para orientar o debate, pois cada um deverá expor suas opiniões sobre o assunto, independentemente do que foi dito no início.

A intervenção de Arlindo Veiga dos Santos é uma tentativa de conciliar o ponto de partida do temário de Jorge Prado Teixeira (o qual Santos nomeia de "temário *contra* o preconceito de cor", indicando que tratava-se de um diagnóstico e uma proposta de ação) e as objeções de Abatayguara:

> Eu penso que estamos fazendo uma tempestade num copo d'água, porque o temário do Prof. Teixeira está feito assim. Todos os intelectuais já tem os seus pontos de vista, nas suas posições. O Sr. Teixeira fez o temário, propôs aos outros membros da Comissão, o temário contra o preconceito de cor. Isto não quer dizer que todos nós vamos discutir o assunto do preconceito, considerando-o como existente. Eu sei a posição que ele vai tomar, mas a posição dele ficará dependendo de muita gente que vai defender também o seu ponto de vista. (1ª MESA REDONDA, 1951, p. 20)

Percebe-se que há uma tensão, de saída, entre as expectativas de cada participante com relação ao propósito daqueles encontros, sejam eles vistos como uma oportunidade de articulação e discussão entre intelectuais negros identificados com o "meio negro" inconformista ou um encontro voltado para a discussão "científica" em torno da existência ou não do "preconceito de cor". Ademais, há uma expectativa com relação à UNESCO, que reaparece em outras Mesas Redondas, como veremos.

Estas tensões ficam ainda mais explícitas em um diálogo entre Edgard Santana e Luiz Lobato, antes de uma intervenção de Oracy Nogueira, que encaminha o debate para a pergunta inicial da pesquisa UNESCO (a existência ou não do "preconceito de cor"). Na percepção de Edgard Santana o propósito da UNESCO seria "mais ou menos incompatível" com o das Mesas Redondas, voltadas para a intervenção:

> […] a UNESCO quer fazer este negócio através de uma propaganda, de uma campanha de esclarecimentos, como nos Estados Unidos […]. A atividade que tem a UNESCO e a ONU é de orientações. Ela baseia-se em uma razão mais ou menos incompatível com a reunião desta noite. Isto porque a ONU e a UNESCO recebem dados e não interferem em nada. Isto ficaria sendo uma brincadeira, ao meu ver. (1ª MESA REDONDA, 1951, p. 28)

Assim, Santana atribui sua própria participação à relação com Roger Bastide:

> E em atenção ao Prof. Bastide, a minha atitude será de caráter pessoal e direta. […] Na minha opinião, a primeira sessão deveria ser geral, para haver uma discussão de idéias e as outras sessões seriam de especificação, porque o ponto de vista do Prof. Florestan – que eu achei magnífico – é que a gente não pode encaminhar uma coisa a UNESCO, sem que o assunto seja completamente ventilado. (1ª MESA REDONDA, 1951, p. 28)

Luiz Lobato concorda que o assunto deve ser discutido longamente e de maneira séria e "científica", até estar completamente esclarecido, mas acrescenta que "[…] para discutirmos os problemas do negro, não precisamos das diretrizes, da UNESCO, posto que nos interessamos por esses problemas" (1ª MESA REDONDA, 1951, p. 30). Ao que Edgard Santana responde "[…] cabe à UNESCO depois então interessar-se por aquele problema" (1ª MESA REDONDA, 1951, p. 30), provocando a seguinte resposta de Lobato: "[...] mas, a iniciativa não foi nossa?" e depois: "Donde o senhor conclui que nós delegamos todos os poderes à Mesa para resolver todos os problemas" (1ª MESA REDONDA, 1951, p. 30).

O conflito de expectativas com relação aos encontros, vistos por alguns como uma discussão "científica" a serviço da pesquisa da UNESCO e por outros

como oportunidade de aproximação e articulação entre intelectuais negros identificados com os movimentos sociais no "meio negro" paulistano, é evidente. Em realidade, como são fruto tanto da iniciativa de Jorge Prado Teixeira e quanto da necessidade própria pesquisa, as Mesas Redondas se iniciam com duplo propósito e caráter, e assim permanecem até o último encontro.

Enfim, a discussão é encaminhada por uma intervenção de Oracy Nogueira, que denuncia os problemas de planejamento, organização e consenso, mesmo com relação às finalidades dos próprios debates, que marcam o início das Mesas Redondas:

> Eu queria apenas encaminhar a discussão, ligando duas experiências diferentes que eu tive. Encontrei muitos grupos negros nos Estados Unidos e nas reuniões que eu compareci, eu percebia que havia uma ansiedade para falar. No entanto, havia o seguinte: eu percebia que todos os negros que compareciam às reuniões já tinham o assunto na ponta da língua. Tinham necessidade de falar, porque já haviam pensado a vida toda no assunto. Há aqui alguma pessoa que possa falar sobre o assunto pois, já pensou sobre este assunto e está em condições de dar opinião sobre, se existe ou não preconceito racial na capital do Estado de São Paulo. Haverá alguma pessoa que, na base das experiências que tem tido até agora, e na reflexão que já fez sobre o assunto, poderá dizer alguma cousa neste momento. (1ª MESA REDONDA, 1951, p. 30)

A discussão que segue, em torno da existência do "preconceito de cor" no Brasil e em São Paulo, trataremos na próxima seção. No momento, apresentamos as providências que a Comissão de Pesquisa (Roger Bastide, Florestan Fernandes e Jorge Prado Teixeira, além de outros pesquisadores envolvidos) foi levada a tomar, como medida de organização.

É neste momento que o grau de participação de cada um na pesquisa começa a se diferenciar, pois se estabelecem uma série de comissões e são escolhidos seus participantes. A partir deste momento, as discussões ganham uma dinâmica que se repete em todas as Mesas, orientadas diretamente pelos encaminhamentos de Jorge Prado Teixeira, com base em pautas pré-estabelecidas nas reuniões dos "Seminários de Debate" na Associação José do Patrocínio.

A primeira providência a ser tomada é a criação de um comitê especial, que vem a ser o grupo que se reunia aos sábados na Associação. Na abertura da Segunda Mesa Redonda, Florestan anuncia a criação do comitê:

> Esse comitê fará estudos sobre problemas específicos e os resultados desses estudos deverão ser expostos aqui e, posteriormente publicados a medida do possível, quer na imprensa, quer em revistas que aceitarem nossa colaboração. Os seminários serão feitos independentemente das reuniões deste grupo. Mas como já disse, os trabalhos serão ventilados, discutidos aqui, de maneira que o seminário de debates está ligado ao grupo de pessoas que estão presentes e não participaram da redação das comissões, os indivíduos especializados para esse comitê poderão depois participar na discussão das nossa reuniões. Não haverá nada velado; nada será escondido ou feito sem a colaboração dos presentes. Algumas pessoas aqui serão convidadas imediatamente. (2ª MESA REDONDA, 1951, p. 68 e 70)

Ao final da reunião, Jorge Prado Teixeira anuncia os nomes que tomariam parte destes "Seminários de Debate": Abatayguara (que, ao que parece, deixou de participar após a Primeira Mesa Redonda), Arlindo Veiga dos Santos, Geraldo Campos de Oliveira, Francisco Lucrécio, Luiz Lobato, José Correia Leite, Raul Joviano Amaral e Sofia Campos Teixeira, além da Comissão de Pesquisa.[142]

O encerramento da Segunda Mesa Redonda, por Jorge Prado Teixeira, é um bom exemplo do que vem a ser a dinâmica repetida até o final:

> Dado o adiantamento da hora, não será possível prosseguirmos nesta sessão, todavia, interessante seria que continuássemos a debater a respeito do preconceito de cor, nessas discussões preliminares. Desta maneira, desque a Comissão, ou seja o Seminário de debates ora criado, vai tratar naturalmente de dar uma orientação de ação ao Plenário, a distribuição dos assuntos e da apresentação desses para serem submetidos à apreciação do Plenário, eu gostaria de saber alguma cousa a respeito do seguinte: devemos continuar esses debates preliminares a respeito da existência ou não de preconceito de cor em São Paulo, ou deveremos nos manifestar de conformidade com a orientação de que existe o preconceito e que este seminário de debates trabalhe com a classificação dos assuntos [...]. Assim então discorrendo a respeito da

[142] Esta representa a lista final dos convidados, lida por Jorge Prado Teixeira ao final da reunião. Cf. Apêndice D para a lista completa de nomes sugeridos. Além destes "Seminários de Debate", criaram-se uma "Comissão das Senhoras de Cor" e uma comissão de redação do regimento interno (Cf. Apêndice D para a lista de participantes de ambas).

> vida do negro do Brasil, em todos os seus aspectos e parceladamente. (2ª MESA REDONDA, 1951, p. 114 e 116)

Após uma votação, a Segunda Mesa Redonda é encerrada com o anúncio das determinações que seriam feitas pelo "Seminários de Debates":

> Ninguém mais querendo fazer uso da palavra, vou submeter à votos a proposição da Mesa, com urgência a questão levantada pela Mesa: 'Se devemos continuar ou não com o debate preliminar em torno do preconceito de cor, ou se devemos prosseguir nas nossas reuniões obedecendo à orientação que será dada pelo seminário de debates, criado nesta sessão. Assim sendo, fica submetido à votação. [...] Então está aprovado o seguinte: na próxima reunião o Seminário de debates já apresentará a orientação para os trabalhos. [...] Esta é a Comissão de Debates que se incumbirá de orientar a ação do Plenário, distribuir os assuntos a serem debatidos e estudar as teses apresentadas, apresentando também, teses para serem discutidas no Plenário. É esta a ação do Seminário de Debates. (2ª MESA REDONDA, 1951, p. 118)

Os membros integrantes do Seminário de Debates[143] são, sem dúvida, os que mais se envolveram na pesquisa. A orientação adotada passa a ser a de intercalar apresentações baseadas nos quesitos do Projeto de Estudo original da pesquisa (e delegadas pela Comissão de Pesquisa a diferentes intelectuais negros) com discussões propostas pelo plenário ou depoimentos espontâneos a respeito de algum tópico específico, inscritos pelos participantes, além das discussões propostas pela própria Comissão de Pesquisa sobre a Lei Afonso Arinos, que era "assunto do momento"[144].

Reunimos, no Apêndice D, um roteiro do conteúdo das atas, diferenciando as apresentações baseadas no Projeto de Estudo e solicitadas pela Comissão de Pesquisa aos colaboradores dos depoimentos preparados por iniciativa espontânea dos participantes.

Nas atas de que dispomos, localizamos duas apresentações que focam na parte histórica do "problema do negro" na cidade de São Paulo, do ponto de vista

---

[143] Estamos nos orientado pelos nomes citados acima, pois não temos acesso às atas destes Seminários, apenas a anotações manuscritas ilegíveis (cf. Apêndice A).

[144] A promulgação da Lei Afonso Arinos ocorreu no dia 3 de Julho de 1951, entre a realização da Terceira e da Quarta Mesa Redonda que, aliás, foi realizada dias depois, em 24 de Julho de 1951.

estrutural e das condições de vida do negro após a Abolição: o primeiro quesito, "Do escravo ao cidadão", é dividido entre Sofia Campos Teixeira, Raul Joviano Amaral e José Correia Leite. A primeira apresenta um trabalho tratando do tópico a "Evolução da situação de contato" e os dois últimos ficam responsáveis pelo tópico "O elemento negro na população de São Paulo"[145]. Estes trabalhos são a origem da maioria dos "diagnósticos retrospectivos" utilizados por Florestan no primeiro volume de *A Integração do Negro na Sociedade de Classes*, além das histórias de vida de José Correia Leite e Francisco Lucrécio.

Na Quarta Mesa Redonda, Jorge Prado Teixeira anuncia que o tópico "O elemento negro na população de São Paulo" ficaria com Raul Joviano e José Correia Leite (Cf. Apêndice D), mas a apresentação, na Quinta Mesa Redonda, é feita apenas por Raul Joviano:

> Senhores: a nós foi dado, no belo projeto de estudos dos professores Bastide e Florestan, que têm o condão de a todos nós reunir neste cenáculo do pensamento planaltino, o ensejo de discorrermos sobre a 3ª parte do item 1º, do referido projeto, no que se refere ao tema "Do Escravo ao Cidadão", melhormente situada a nossa missão no subtítulo "O Elemento Negro na População de São Paulo".
>
> Embora esse não seja ou não fosse o nosso desejo, não fugimos dissertarmos sobre o assunto, em homenagem à lúcida inteligência de Florestan Fernandes, a quem deveis culpar pelo castigo intolerável de nos ouvirdes.
>
> É evidente que, tomado de quase surpresa, nos numerosos afazeres que nos enfeitam a existência, não podíamos, como não podemos, por falta de luzes maiores que a outros aqui presentes sobejam, analisar todas as facetas do problema a nós proposto. Incompleta, falha, falhíssima até, esta exposição, que, no imprevisto das ocupações cotidianas, tentamos rascunhar em alguns minutos [...] Somos meio observadores, simples ledores, modestos catadores de cousas esquecidas do negro, cujo único mérito está na maneira mais ou menos sistematizada de como o vimos fazendo há 2 décadas. Por isso mesmo, parodiando célebre copla, a porta continua aberta para os que, melhor e bem melhor do que nós, possam trazer-nos, a todos, o contributo precioso de suas experiências, o cabedal rico de suas observações, o repositório valioso de ensinamentos abalizados, aos quais, minúsculas e despretensiosas, juntamos as migalhas destes subsídios. (5ª MESA REDONDA, 1951, p. 228 e 230)

[145] É provável que esta seja a origem do trabalho de Raul Joviano Amaral, intitulado *O negro na população de São Paulo* e mobilizado por Florestan na seção a respeito do *Déficit Negro*, como apontamos no segundo capítulo desta dissertação.

Quanto à apresentação de Sofia Campos Teixeira, realizada na Quarta Mesa Redonda, trata-se de um depoimento relativamente breve que inicia com um tópico sobre o estado de desamparo e doença em que foram deixados os libertos, consequência de uma "Abolição mal aplicada". Depois, Sofia Campos apresenta, através de exemplos tirados de canções do folclore popular, como "brancos" e "negros" viveram em um estado de hostilidade e antipatia mútua, resultado do fato de que, quando passado o "êxtase" da Abolição, o "negro" "esforçou-se para se integrar", mas encontrou a barreira do "preconceito de cor" do "branco", que o tratava apenas pelos estereótipos de cachaceiro, de vagabundo, de prostituta etc. Isto teria gerado, também, uma série de recalques prejudiciais na personalidade do "negro", que não apenas "canta" seu lamento com relação ao passado, como também "passa sua ofensiva para o branco". Esta situação teria começado a mudar depois que o "negro" "procurou entender as coisas" e se educar. (Cf. 4ª MESA REDONDA, 1951, p. 184-194).

O segundo quesito do Projeto de Estudo, chamado "*O que denomina brancos e pretos numa sociedade de classes*" – e seus dois tópicos: "*Contato racial, situação de classe*" e "*Situação econômica dos negros*" – ficaram sob responsabilidade de Luiz Lobato, que os apresenta na Sexta Mesa Redonda, porém Florestan não mobiliza sua apresentação em nenhum momento que pudemos identificar (cf. Apêndice D).

Ocorrem outras apresentações espontâneas, que não obedecem aos tópicos do projeto de estudos, entre elas estão duas apresentações realizadas na Décima Primeira Mesa Redonda: uma de Nestor Borges (cf. Apêndice D) e outra de Raul Joviano Amaral, intitulada "Reflexões sobre o preconceito de cor" (cf. Apêndice D; AMARAL, [1951]).

Ambas são citadas na seleção que Florestan faz dos elementos que teriam permanecido presentes na "tradição oral" do "meio negro" e objetivariam,

anacronicamente, a solução da espoliação racial no passado, conforme apontamos no primeiro capítulo desta dissertação.

Outros eixos temáticos que encontramos nas Mesas Redondas são a discussão em torno da existência do "preconceito de cor", concentrada na Primeira e Segunda Mesas Redondas, em reação às teses defendidas por dr. Angelo Abatayguara; a discussão e critica do trabalho *Relações entre pretos e brancos em São Paulo: "preconceito de cor" - Estudo de Cooperação à UNESCO*[146], redigido por Edgard Santana especialmente para as Mesas e enviado aos participantes, para que preparassem apresentações a respeito; e a discussão em torno da Lei Afonso Arinos.

Uma participação que não configura um "eixo temático" é a de Eurípedes Simões de Paula, na Sexta Mesa Redonda. O então diretor da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras entra em uma discussão com os intelectuais negros, que ocupa apenas uma parte relativamente pequena da Sexta Mesa Redonda. No entanto, Florestan mobiliza trechos das intervenções dos intelectuais quando trata das diferentes barreiras à ascensão social do negro, que citamos no capitulo anterior, fazendo referência às intervenções de Luiz Lobato e de Jorge Prado Teixeira que procuraram esclarecer o funcionamento da maior barreira que o "negro" enfrentaria: o círculo vicioso entre desigualdade econômica e racial, em especial no que se refere à dificuldade de acesso do "negro" à educação formal.

4.2 A discussão em torno da existência do "preconceito de cor" e do padrão tradicionalista de relações raciais

As citações realizadas por Florestan para exemplificar tanto a ambiguidade com que o agente do "preconceito de cor" é focalizado na consciência social do

[146] SANTANA, Edgard T. **Relações entre pretos e brancos em São Paulo**: "preconceito de cor" - Estudo de Cooperação à UNESCO. São Paulo: Editora do Autor, 1951.

"negro", sendo frequentemente utilizados como bodes expiatórios os imigrantes e as "famílias tradicionais", quanto a polarização da discussão em torno da técnica do desmascaramento, são retiradas principalmente de um contexto: a discussão sobre a existência ou não do "preconceito de cor", realizada na Primeira e Segunda Mesas Redondas a partir de uma afirmação de dr. Ângelo Abatayguara.

Outra origem da contenção do universo de discussão dentro dos limites do padrão tradicionalista de relações raciais, especialmente em torno dos temas do "complexo de inferioridade" do negro, é o trabalho de Edgard Santana citado acima.

Tanto Abatayguara quanto Santana não estavam identificados com os movimentos reivindicatórios, o que fica claro pelas intervenções do primeiro e pelo trabalho apresentado pelo segundo. Assim, as discussões provocadas por estes personagens são em grande medida reações ao negacionismo de Abatayguara e às teses de Edgard Santana.

Como já mencionamos, o debate da primeira Mesa Redonda é aberto com um depoimento de Luiz Lobato, que inicia afirmando que o preconceito se manifesta em todos os ambientes profissionais, "em qualquer lugar onde exista uma diferenciação de cor" e que sua origem estaria na desigualdade social e econômica, pois esta determinaria a formação de estereótipos negativos e de problemas morais[147].

Em seguida, a partir de um aparte de Arlindo Veiga dos Santos, tanto este quanto Lobato apontam o círculo vicioso da situação de desigualdade de oportunidades e a situação econômica do "negro". Consideram ainda que o "preconceito de cor" contribui para perpetuar esta situação ao impedir o alargamento das oportunidades para os "negros". Assim, no terreno prático, como

---

[147] Seu exemplo é o caso da Rua Direita, em São Paulo, em que o "elemento negro" é alvo de manifestações de preconceito e estereotipação negativa, mas as causas da situação seriam "[...] uma decorrência do elemento que vem do interior do Estado e mesmo dos outros estados para São Paulo, na ânsia de ganhar dinheiro. Aqui chegam, não encontram emprego, ficam desempregados, o problema econômico está aí". (1ª MESA REDONDA, 1951, p. 32 e 34)

resolver este problema sem reeducar os brancos e acabar com o próprio "preconceito de cor"? Afinal, são estes que detém o controle das "oportunidades":

> Dr. Arlindo Veiga dos Santos – O senhor permite-me um aparte? O Sr. Falou sobre o problema econômico. Alguém pode dizer: o problema econômico é que cria o preconceito em São Paulo. Eu mesmo vou responder. É não dar emprego aos negros em certas circunstâncias. [...] Mas não querem que o negro seja técnico. Querem que ele fique na vassoura. O negro pode melhorar, porque não lhe dar oportunidade de emprego?
>
> Prof. Luiz Lobato – Concordo plenamente neste sentido. [...] (1ª MESA REDONDA, 1951, p. 34)

E Luiz Lobato acrescenta, apontando a distância entre a natureza do "problema do negro" e o tema e o objetivo do debate:

> Prof. Luiz Lobato – [...] O problema do negro em São Paulo e no Brasil creio que não pode ser resolvido da maneira que estamos fazendo aqui.
>
> Prof. Bastide – Ninguém tem esta intenção.
>
> Prof. Luiz Lobato – Sei disto. É mais complexo. As relações entre negros e brancos, conforme a indicação que preconiza e o temário que foi apresentado, eu creio que também ainda não resolve, por uma razão: a de se dar oportunidade ao negro. Como dar esta oportunidade? Instruindo o patrão branco, porque é ele precisamente quem não vai dar emprego ao negro. Tenho experiência própria e os senhores também devem ter a sua experiência [...]. Como se vê, o problema do preconceito é um fato. Existe e não pode ser desfeito através de reuniões como a que nós estamos fazendo. Creio que nós deveríamos agir de forma diferente, como seja: não só com pesquisas dentro dos laboratórios mas, levando essa pesquisa ao povo. É preciso que o operário branco entenda que ele é tão pobre, tão miserável quanto ao operário negro. É preciso que ele entenda que é igual ao preto e não há diferença (...). Na forma como se está conduzindo a nossa pesquisa, acredito ser a mesma inócua. Eu creio que ela não deve ficar somente dentro da Biblioteca Municipal, mas ir dentro dos bares..." (1ª MESA REDONDA, 1951, p. 34 e 36)

A discussão, porém, não continua nesta direção, justamente por conta do depoimento de dr. Ângelo Abatayguara:

> Eu peço licença à doutra Assembléia para falar sentado. A velhice vem chegando e os apartes podem ser violentos e então é melhor que eu esteja sentado. A maioria dos prezados constituintes da reunião conhecem a minha opinião. Eu acho que não há preconceito de cor nem de raça no Brasil. Eu conheço muito bem a opinião do Prof. Bastide e ele acha que há preconceito de cor no Brasil. Eu discordo; peço minhas

> desculpas. Salvo se a definição de negro para ele é diferente daquela que eu conheço. Eu pensava e penso que negro é africano. Eu conheço brasileiros... [...] O que eu vejo são mestiços, uns mais claros, outros menos. Eu, ao olhar qualquer das pessoas que estão falando, logo vejo os seus caracteres fenotípicos. O Prof. Lobato não é absolutamente um mestiço que tenha mais sangue africano que sangue índio. Lá estão as características dos ameríndios do norte. Isto é que é o brasileiro e este problema do negro na minha opinião desaparece por si mesmo. [...]. (1ª MESA REDONDA, 1951, p. 38)[148]

O primeiro a questionar Abatayguara é Arlindo Veiga dos Santos, que aponta a confusão entre os planos fisiológico e sociológico, na tese do primeiro:

> Estou de acordo que o Brasil está caminhando para uma raça nova, mas enquanto isto vai acontecendo, o negro espera muito. (risos). E quando vem o caso do preconceito, o que acontece é isso. O Prof. Lobato é preto. Todos são pretos. Eu sou mulato, na escala sociológica. O que interessa na parte que o senhor está estudando aí é o plano fisiológico. [...]. (1ª MESA REDONDA, 1951, p. 40)

Dr. Abatayguara contra-argumenta inserindo no debate a distinção entre interior e litoral e a influência dos estrangeiros como explicação do fenômeno do "preconceito de cor", que seria artificial e contrário à "índole do povo" brasileiro, que é em sua maior parte mestiço. É deste trecho de seu depoimento que Florestan retira o trecho citado:

> O interior é que é Brasil. Este litoral, com duas dúzias de milhares de brasileiros e estrangeiros não é Brasil. Eu venho de Grotas [sic], de Minas Gerais, onde não há preconceito de cor nem de raça. [...] estive em toda a parte e nunca vi o preconceito de cor, a não ser aqui em São

[148] Esta afirmação faz parte de um depoimento maior em que defende não apenas que o preconceito não existiria, mas que a raça negra tenderia a desaparecer e o Brasil caminharia para o surgimento de uma nova raça, a "raça brasiliense". Em realidade, esta teoria só se torna compreensível quando tomamos conhecimento de que este farmacêutico homeopata de origem mineira era entusiasta da Teosofia (1ª MESA REDONDA, 1951, p. 38: "nosso eminentíssimo presidente C. Jinarajadasa [presidente da Sociedade Teosófica Internacional - AMC.]"), tendo inclusive publicado três décadas atrás um artigo intitulado "O Brasil à luz da theosophia" na *Revista do Brasil*, então editada por Monteiro Lobato (1ª MESA REDONDA, 1951, p. 38; [ABATAYGUARA], 1921), conforme ele mesmo anuncia em seu depoimento. As concepções raciais de pensadores teosóficos, como o referido Curuppumullage Jinarajadasa, tiveram alguma ressonância na imprensa negra na primeira metade do século XX, como comprova a seguinte passagem: "O jornal Progresso publicou [em 1928] a opinião de um viajante hindu teosofista [C. Jinarajadasa] que afirmavam que os brasileiros demonstravam ter mais 'fraternidade' que qualquer outro povo que ele havia conhecido [...]" (SIEGEL, 2007, p. 325).

> Paulo, trazido por elemento estrangeiro, por pessoas que querem imitar não sei o que. Desconhecem o assunto e têm um orgulho tolo. [...] O que eu noto aqui é um preconceito artificial. Qualquer um dos presentes pode reconhecer que este preconceito de cor é todo artificial. Em 1938 fiz nos grupos escolares uma pesquisa em massa. Tenho cerca de 2 mil observações. Assim eu cheguei à conclusão de que existe um preconceito de cor artificial, trazido pelos estrangeiros [...]. A idéia é muito boa. Se ficar provado que existe um preconceito artificial, que não é da índole do povo. Eu provaria que o preconceito é artificial, que precisamos lutar contra este artificialismo. A maior parte do povo brasileiro é de mestiço. O operário é um mulato disfarçado. É um cafuzo claro. Esta nova raça que de homens de cor nascem filhos claros; os meus filhos são brancos – o assunto de fato é inesgotável... (1ª MESA REDONDA, 1951, p. 40 e 42; FERNANDES, 2008b, p. 489)

Conforme também citado por Florestan, Arlindo Veiga dos Santos contra-argumenta que "[...] o estrangeiro que chega ao Brasil não tem preconceito. O preconceito ele se encontra aqui" (1ª MESA REDONDA, 1951, p. 40; FERNANDES, 2008b, p. 504).

Antes que se inicie uma sequência de longos depoimentos respeito de casos concretos conhecidos ou experienciados pelos participantes, que provam a existência do "preconceito de cor", Abatayguara enfrenta ainda uma reação relativamente violenta de Pedro de Alcântara, que argumenta: "[...] negar o preconceito de cor é negar as cores da bandeira nacional" (1ª MESA REDONDA, 1951, p. 38; FERNANDES, 2008b, p. 504). Esta colocação, Florestan utiliza para exemplificar a insistência na técnica do desmascaramento como reação ao "preconceito de cor" e a restrição do universo de discussão em torno da existência do mesmo.

Quando colocamos estes trechos mobilizados pelo sociólogo em contexto, é fácil perceber porque os intelectuais negros presentes reagiram desta maneira; a situação da Primeira Mesa Redonda é um exemplo das circunstâncias que impeliam o "negro" a ter que lidar com "mecanismos tortuosos de reação societária ao desmascaramento da ideologia dominante" (FERNANDES, 2008b, p. 504). Desde o início, os intelectuais colaboradores da pesquisa pareciam pretender encaminhar a discussão em outro sentido, mas tanto a própria pergunta de partida

da pesquisa quanto a participação de Abatayguara levam à polarização dos debates iniciais em torno da existência do "preconceito de cor".

Essencialmente, o que se segue até o final da Segunda Mesa Redonda é um esforço destes intelectuais de estabelecer a existência do preconceito de cor como premissa dos debates, o que fazem por meio da longa exposição de diversos casos concretos conhecidos e de suas próprias experiências ao se defrontarem com o "preconceito de cor". A necessidade de "provar" a existência do preconceito leva, inclusive, a uma intervenção de Hamilton de Oliveira, que Florestan utiliza para demonstrar os limites da percepção do "branco", que, mesmo quando reconhece o fenômeno, falha em compreendê-lo como problema social. No contexto da discussão, porém, a preocupação imediata é com a afirmação restrita de que "o preconceito de cor existe" e sua intervenção contra Abatayguara é aplaudida, apesar de seus limites:

> Eu quero falar minha experiência. Eu tenho alguma prática e a prática pode ser útil. Eu estou de acordo com a maneira de estudar este assunto, porque assim naturalmente o próprio pesquisado poderá dar dados mais claros, mais perfeitos e livre de leviandades, que deva ter bases para um estudo científico. [...] Sou branco e creio que o preconceito de raça existe no Brasil, como existe em toda parte. Tenho amigos escuros e brancos e sei que o preconceito é uma condição pessoal de cada indivíduo. Há indivíduos que sentem aversão por pessoas, se são negras. E vice-versa. E há indivíduos que procuram estudar cientificamente, para encontrar a possibilidade para que os pretos e os brancos possam entender-se mais ou menos. Tudo é possível e naturalmente, colaborarei para que haja não só uma maneira científica, apesar de não ter estudos profundos, mas na minha prática, na minha apreciação, na minha experiência, na minha maneira pessoal. [...]. (PALMAS). (1ª MESA REDONDA, 1951, p. 42 e 44)

Pela necessidade de rebater o argumento de Abatayguara de que o preconceito seria fruto da influência imigrante, os depoimentos concentram-se na afirmação de que o preconceito seria, em realidade, parte da tradição e história brasileiras, o que se explicaria pela escravidão. O primeiro a depor é Raul Joviano Amaral, que também mobiliza evidências "científicas":

> Dr. Raul Amaral – O Prof. Oracy Nogueira fez um estudo entre os comerciantes de São Paulo e constatou a existência desse preconceito, através de várias razões, inclusive razões de ordem estética. A Professora Virgínia L. Bicudo também fez um estudo de relações de pretos e mulatos e chegou à conclusão de que não só existe o preconceito de cor, mas também o preconceito sub racial, do mulato contra o preto e vice versa. Se nós abrirmos as páginas dos jornais, verificamos que há preconceito de cor, através dos pedidos de emprego.
>
> Dr. Abataiguara – É exatamente o que existe: preconceito artificial, trazido pelos estrangeiros.
>
> Dr. Raul Amaral – Eu me permito continuar, para dizer o seguinte: o preconceito de cor, no meu entender e na base da minha experiência, é muito mais forte na sociedade brasileira, em virtude do desequilíbrio econômico provocado pela debandada do negro, em virtude da abolição. Explica-se perfeitamente. Em Ribeirão Preto o preconceito é muito mais intenso do que em São Paulo. Se V. Exia. conhece Tietê, Porto Feliz, Piracicaba, Campinas e outras tantas cidades paulistas em que menor foi a ingerência de estrangeiros, V. Exia. deve saber que o preconceito não é artificial. [...]. Eu digo isto porque sou filho de Campinas e conheço perfeitamente a situação do negro ali. Está feito o esclarecimento.
>
> Dr. Abataiguara – Precisamos notar que as pessoas de cor, especialmente intelectuais, tem grande preconceito e principalmente em Campinas. É sabido entre nós aqui em São Paulo.
>
> Dr. Raul – Eu não acredito que isto seja verdade. É o negro de Campinas quem mais sofre dentro do Estado de São Paulo, isto porque Campinas foi e é nos tempos atuais, o centro da sociedade escravocrata de São Paulo. Foi o centro econômico e intelectual do Estado no século passado, como ninguém ignora. (1ª MESA REDONDA, 1951, p. 46; FERNANDES, 2008b, p. 489-490)

Outros participantes seguem o modelo de Raul Joviano Amaral para argumentar contra Dr. Abatayguara, dando exemplos concretos e recorrendo fontes "científicas", em apoio ao depoimento do primeiro. Edgard Santana menciona artigo de Oracy Nogueira na Revista *Sociologia* (1ª MESA REDONDA, 1951, p. 46 e 48) e Pedro de Alcântara, Arlindo Veiga dos Santos, Olegário Alexandre, Sofia Campos Teixeira e Maria Aparecida Camargo citam exemplos de casos em que negros foram barrados em empregos, escolas etc. (1ª MESA REDONDA, 1951, p. 48 e 50).

Na exposição dos casos concretos, era inevitável que estes fossem de barreiras impostas pelo "preconceito de cor", sejam elas explicadas por meio da evidência de atitudes discriminatórias ou por meio da verbalização das próprias experiências íntimas dos sujeitos. Estas experiências concretas correspondem

claramente ao que Florestan caracterizou como as barreiras do “negro que sobe” em ascender socialmente ou desfrutar do prestígio e reconhecimento correspondente à posição social. A determinação do “preconceito de cor” é feita por aquele procedimento que o sociólogo apontou como sendo um conhecimento de senso comum no “meio negro”, que identifica na diferença de tratamentos e no “drama íntimo” da própria “vitima” o fenômeno do “preconceito de cor”.

Depoimentos ou afirmações que lançam mão destes recursos aparecem recorrentemente nas Mesas Redondas, mas dois argumentos de Raul Joviano Amaral, nesta mesma discussão com dr. Abatayguara, são exemplares. Primeiro, o intelectual sugere que se fizesse um “teste” que demonstraria que, “apesar de ter dois cursos universitários”, um “negro” é barrado em certos lugares (que, ao contrário, corresponderiam efetivamente à sua posição social):

> [...] Quero relatar aqui na base de experiências pessoais e conhecidas, que há o preconceito de cor, principalmente em São Paulo. Se alguns dos colegas brancos quiserem me acompanhar, nós sairemos daqui e, apesar de ter dois cursos universitários (digo isto também como mera explicação), nós iremos à algumas casas de São Paulo que pelo simples fato de estarem em minha companhia, todos teremos a nossa entrada barrada. Estará patente o preconceito pela cor, pois, eu não posso esconder a minha cor. (1ª MESA REDONDA, 1951, p. 44 e 46)

Segundo, Raul Joviano Amaral procura demonstrar que a ausência de barreiras taxativas em si não é sinônimo de ausência de preconceito, pois a oposição é feita de maneira “velada” e, mesmo quando são “recebidos na sociedade dominante”, o “negro” é “mantido a uma certa distância”:

> Dr. Raul Amaral – Há aqui em São Paulo vários clubes desportivos que tem recusado o ingresso do negro. Todo mundo conhece. [...]. Eu creio que todos aqui tem dessas experiências. Pessoalmente, eu sou recebido pelos meus colegas. S. Excia. é recebido na sociedade porque é o doutor. O dr. Santana igualmente. Mas nós sentimos que nós somos tratados a certa distância como pessoas humanas. V. Exia. é privilegiado. Os demais tem passado por isto.
>
> Dr. Abataiguara – Em 60 anos, jamais passei por isto.
>
> Dr. Raul – Há gente de 70 anos que tem passado por isto. O Sr. vai ao Roof da Rádio Gazeta e se sente perfeitamente integrado como pessoa. O Sr. Vai à própria Faculdade de Direito e é tratado como personalidade,

> medico abalizado que é mas, isto não acontece com todos. A própria sociedade procura por todas as maneiras – veladas, naturalmente – evitar o negro.
>
> Dr. Abataiguara – É absurdo que pensemos em duas cores de raça atualmente.
>
> Dr. Raul – Não podemos negar esse direito, o de pensar como quiserem. O certo é que o preconceito existe e se somos recebidos na sociedade dominante, não menos certo é que somos vistos como pessoas de cor, respeitadas, mas mantidas a uma certa distância. (1ª MESA REDONDA, 1951, p. 50)

A pauta da Segunda Mesa Redonda, além das providências de organização dos trabalhos expostas acima, consiste na continuação desta discussão[149]. Os participantes lamentam a ausência de Ângelo Abatayguara (2ª MESA REDONDA, 1951, p. 90), mas retomam o assunto de onde foi deixado. O primeiro a falar é Raul Joviano Amaral, que faz uma recapitulação dos eventos anteriores[150], seguido de Francisco Moraes e Arlindo Veiga dos Santos.

Nesta ocasião, embora ainda trate da existência do "preconceito de cor", a discussão tem outro tom, pelo fato de se encontrarem ali somente os intelectuais negros identificados com os movimentos reivindicatórios. Os participantes não apenas estabelecem a existência do preconceito, mas também retomam o problema da desigualdade e a discussão sobre as soluções da questão.

Arlindo Veiga dos Santos situa o problema da classificação por cor na sociedade brasileira, pois o "negro" brasileiro não poderia ser avaliado do ponto de vista de uma raça pura e sim do ponto de vista da "cara". Nesse sentido, considera

---

[149] Trecho do encaminhamento de Jorge Prado Teixeira para início dos debates: "Assim sendo, vamos entrar na ordem do dia dos nossos trabalhos com a continuação dos debates preliminares sobre o 'preconceito de cor', obedecendo o seguinte critério: a questão 'há ou não há preconceito de cor em São Paulo?'. Em caso positivo, porque e como; em caso negativo, porque e como? Considerando-se o fenômeno e situação de casos concretos." (2ª MESA REDONDA, 1951, p. 88)

[150] "[...] disse de antemão que acreditava na existência do preconceito de cor e comecei a citar uma série de casos acontecidos em São Paulo e no interior de São Paulo. Para reforçar eu disse a respeito da existência do preconceito de cor e no valor do depoimento do Prof. Oracy Nogueira que fez uma pesquisa entre os comerciantes radicados em São Paulo e me vali de uma tese da sra. Virginia Bicudo, sobre as relações de pretos e mulatos em São Paulo, com base em depoimentos de elementos brancos e negros. Fui aparteado pelo nobre companheiro Abataiguara, e minha oração terminava quando disse que nós negros somos recebidos na sociedade pelo que nós valemos, mas nós como pessoas humanas, somos tratados à distância pela sociedade." (2ª MESA REDONDA, 1951, p. 88 e 90)

que as opiniões de Abatayguara seriam equivalentes a fazer “academismo” quanto ao problema do preconceito, quando ele é um problema concreto:

> A primeira reunião que nós tivemos, parece que elucidou suficientemente o caso. Não precisamos novamente apreciar a questão depois daquelas exposições, não só intelectuais [...], mas também pela manifestação de todos aqueles que estavam presentes à reunião e repeliram formalmente a quem quisesse alegar a não existência de negros no Brasil, a não existência do preconceito. Se nós fossemos [...] considerar a gente negra brasileira, como uma raça africana dentro do Brasil, então o problema seria outro. Mas o problema dentro do Brasil não é este. [...] Em toda a parte a mestiçagem foi total. Quando estudamos o problema do preconceito de raça temos que ver claro, a cara, porque é isso que veêm em nós [...]. Nos jornais vemos anúncios com os seguintes dizeres: “Precisa-se de empregada, não se aceita de cor” [...]. Isto é que é a realidade. Agora, quanto a fazer academismo a respeito do preconceito, eu acho tolice. Sabemos que a cor nos desfavorece e que sofremos as vezes carradas de injustiças, que portanto sabemos que o preconceito existe no Brasil. (2ª MESA REDONDA, 1951, p. 94-98)

Acrescenta que o problema encontra-se nas atitudes dos “brancos” e não dos “negros”, pois estes saberiam comportar-se segundo sua posição social. Indo além, estende o problema do reconhecimento do “negro” à coletividade, indicando que não bastaria o “negro” ser um advogado e ser bem reconhecido, e sim “que se reconheça no Brasil, as possibilidades do negro” enquanto “homem”:

> A pesquisa mostrará que o preconceito existe e isto nos interessa. Interessa resolver este problema pela educação mais do branco que do negro. Porque o branco é que é mal educado, não é o negro. O negro sabe o seu lugar, conforme a posição que tem. Na sua profissão, ele sabe o seu lugar, ele põe-se no seu lugar; o branco é que é mal educado […]. Se o negro for um advogado, será bem reconhecido, mas o que importa é que o negro seja recebido como homem, que se reconheça no Brasil, as possibilidades do negro, que é um povo que fez imensamente a grandeza do Brasil. (2ª MESA REDONDA, 1951, p. 98 e 100)

O depoimento de Francisco Moraes é semelhante e também aponta para a falta de reconhecimento e “aproveitamento” do “negro” enquanto coletividade. Primeiro, realiza uma definição do preconceito como o tratamento assimétrico nas relações entre “brancos” e “negros”, determinado pelo princípio de inferioridade que o “branco” tem para com o “negro”:

> Lamento que não esteja presente nesta casa o nosso amigo Dr. Abatayguara, em que pesem as ilustrações, e em que pesem o acato que nos merece o ilustrado companheiro. [...] Disse ele que não existe o preconceito de cor, mas para fazer tal afirmação negou também a existência de negros [...]. O preconceito é este conceito de inferioridade que se tem para com o negro e em decorrência dessa inferioridade aparece o tratamento do superior para com o inferior. Sinto-me, meus srs., bastante a vontade para falar como pretendo, porque se sou a favor do negro não sou contra o branco. Sou o produto do cruzamento dessas duas raças, contudo, a raça branca criou para si o conceito de superioridade e para a raça negra o conceito de inferioridade ou que francamente chamamos: o preconceito. Este conceito criado para o negro, criou, no elemento branco, a prevenção. Criou um estado de espírito que, se não podemos dizer, atrocidade para com o elemento negro, pelo menos o podemos afirmar na condição a que deveria ser – relegado a um elemento inferior. E esse conceito de inferioridade sentimos a cada passo. (2ª MESA REDONDA, 1951, p. 90-92)

Florestan utiliza esta definição para demonstrar que o "negro" percebeu o "fulcro" do padrão tradicionalista de relações raciais (FERNANDES, 2008a, p. 348) e seu peso nos comportamentos e representações de ambos "brancos" e "negros", como apontamos no segundo capítulo desta dissertação.

Conforme naquele momento da análise a preocupação do sociólogo é apenas com a definição do padrão tradicionalista de relações raciais, não cita a continuação do depoimento de Francisco Moraes, mas este não apenas define o "conceito de inferioridade" segundo o qual o negro é tratado (e que "sente a cada passo"), mas também aponta para como este conceito determina os direitos e oportunidades dos quais cada "estoque racial" poderia desfrutar no contexto da nova ordem social, associando o "preconceito de cor" à desigualdade:

> Vamos exemplificar com São Paulo, em que, no comércio, nós encontramos negros comprando. Entretanto, muito raramente encontramos um negro vendendo. As casas comerciais não aceitam. [...] O negro só é aproveitado mesmo, a altura de sua capacidade [...], quando não acham elementos que não sejam negros para serem aproveitados [...]. Em nossa Marinha, infelizmente, não se encontra negros também. Porque será senhores? Será que os negros não são capazes para serem oficiais de Marinha [...]? Não; certamente porque existe o complexo de inferioridade para com o negro. [...] Nós temos ainda a nos falar do mesmo modo os números. Nós baixando os olhos para as estatísticas e encontramos disse, que o Brasil é um pais de analfabetos. Um pais onde 60% é analfabeto. Mas, se os brasileiros são analfabetos, os brasileiros negros são analfabetíssimos! A estatística que

> registra 51% de brancos analfabetos, permitem-me senhores e senhoras informá-los que registra para o negro 83% de analfabetos. Será por acaso por ironia do negro? Estejamos certos que não. A única cousa que há é o desleixo do poder, em face do negro, diante da condição de raça inferior. Dificilmente negrinhas conseguem matrículas nas escolas. Eu vou citar um caso [...]. Em face à este caso, à esta situação, ainda o nosso ilustre amigo teve coragem de dizer que não existe o preconceito [...]. (2ª MESA REDONDA, 1951, p. 92-94)

Ainda na Segunda Mesa Redonda, outros dois depoimentos, de Vitalino B. Silva e de Carlos Assunção, são exemplares das disposições dos participantes. Vitalino, após concordar com os depoimentos anteriores, de "elementos de grande projeção no meio negro nacional" e apresentar mais casos concretos de manifestações do "preconceito de cor"[151], finaliza:

> É preciso acabar de vez para sempre, mostrar de uma vez para sempre, através do trabalho desta Comissão, finalizando categoricamente esse trabalho de divulgação do preconceito, mostrando de uma vez para sempre, fazendo com que brancos e pretos, ombro à ombro, levantem bem alto o nome de São Paulo, o nome do Brasil. Dar mais uma vez a confirmação do mestre Arlindo: "há caracterização do preconceito de cor e raça em São Paulo e no Brasil". (2ª MESA REDONDA, 1951, p. 106 e 108)

Carlos Assunção, por sua vez, expressa não apenas o desejo de responder definitivamente a questão de "se existe preconceito ou não", mas também de realizar "um trabalho mais prático":

> [...] Fazem, promovem um programa sinistro contra o negro, contra a ascensão do negro por todos os meios. [...]. Eles acham que o único serviço para o negro é o serviço braçal, o serviço sujo. Portanto, o preconceito de cor existe como já disseram os oradores que me antecederam. Devemos trabalhar mais, num trabalho mais prático, mais imediato. Enquanto nós ficamos falando se existe preconceito ou não, não fazemos nada e ficaremos sofrendo da mesma forma. Eu acho que tem que ser uma coisa mais prática, um trabalho mais prático mais imediato, porquanto, a situação que nós estamos é demais dolorosa para que se prossiga por muito mais tempo no mesmo pé. (2ª MESA REDONDA, 1951, p. 108 e 110).

---

[151] Também realizam depoimentos neste sentido Luiz Lobato, Francisco Lucrécio e José Pelegrini (Cf. Apêndice D).

A Segunda Mesa Redonda é a última em que a pauta consiste na existência ou não do “preconceito de cor”, e esta se encerra com uma votação que determina o encaminhamento dos trabalhos a partir do princípio de que “existe preconceito de cor”.

O segundo motivo de grande polarização das discussões é o trabalho de Edgard Santana. O trabalho foi enviado por Edgard Santana aos participantes, que teceram comentários críticos na Terceira e na Quarta Mesa Redonda. Pelo que podemos concluir da participação de Edgard Santana nas Mesas Redondas, este era amigo de Bastide e frequentou os encontros por conta desta amizade; não encontramos registros de participação sua em movimentos sociais do “meio negro” além do fato de que apresentou uma tese – que foi rejeitada – no I Congresso do Negro Brasileiro em 1950 (NASCIMENTO, 1968, p. 193). Embora nos anais do Congresso não possa ser encontrada a reprodução desta tese, apenas o parecer e o debate que se faz a respeito (NASCIMENTO, 1968, p. 193), ela está reproduzida neste trabalho apresentado por Santana em contribuição à pesquisa, como o próprio autor alerta (SANTANA, 1951, p. 39).

Os motivos que levaram à rejeição de sua tese no Congresso são os mesmos que levam às criticas que Santana recebe dos participantes das Mesas Redondas. Jorge Prado Teixeira, que faz uma longa apresentação a respeito do trabalho de Santana nas Mesas, também é foi o parecerista da tese apresentada no Congresso. Em seu parecer, critica principalmente a sugestão de Edgard Santana de que seria necessária uma “[...] doutrinação entre os negros no sentido de os imitarem [os brancos – AMC], afirmando ainda que esses negros não podem precindir do apoio dos brancos.” (NASCIMENTO, 1968, p. 195). A ideia de que o branco deveria exercer papel de liderança no processo de “recuperação” da população negra e que esta dependeria de um “embranquecimento” social dos negros é a principal causa de discordância tanto no Congresso quanto nas Mesas Redondas, como veremos.

Se Abatayguara é criticado pelos intelectuais por negar a existência do "preconceito de cor", as discordâncias com relação às teses apresentadas por Edgard Santana em seu "estudo de cooperação à UNESCO" giram em torno da natureza do fenômeno e, principalmente, os meios para combatê-lo. Ao contrário do primeiro, Santana não nega a existência do "preconceito de cor" – sendo inclusive um dos maiores críticos à falta de atuação dos representantes da UNESCO no Brasil com relação aos casos notórios de discriminação e preconceito da época –, porém suas propostas são amplamente rejeitadas.

O trabalho de Edgard Santana é dividido em uma "parte prática", que consiste em um longo relato a partir de observações feitas das relações raciais em diferentes categorias profissionais (trabalhador doméstico, trabalhador industrial, profissional liberal, funcionário público) e espaços sociais (rua, casa, comércio, repartições públicas, hospitais, escolas, forças armadas, partidos politicos), e em uma "parte doutrinária", na qual o autor procura definir o "problema do negro" e apresenta propostas para sua solução.

A abertura do trabalho já indica o tom da visão de Santana sobre o problema, centrada em torno da necessidade de "esclarecimento dos pretos". Relembrando os eventos da Primeira Mesa Redonda, o autor critica a dinâmica:

> Apesar da obrigação que tenho, como parte do elemento em estudo, de prestar a minha colaboração e o meu depoimento, não sei se o faria não fosse o convite estar assinado pelo meu amigo Prof. Bastide. À primeira sessão a que acorreram os elementos convidados pelo Prof. Bastide, logo de início propus que se esquematizasse o assunto e que as respostas fossem dadas por escrito, ao questionário previamente organizado. O Prof. Florestan Fernandes, foi ainda mais explícito, quando ofereceu os serviços da Comissão de Pesquisas, num sentido amplo, se pondo a inteira disposição dos interessados, para receber os depoimentos, pelos meios que julgassem de preferência: escritos, ditados, etc. O ambiente era predominantemente emocional e todos os participantes, como disse Oracy Nogueira, estando com seus problemas "na ponta da língua", fácil seria depor. Mas, entre depor num caráter de pesquisa [...] e o simples desfiar de queixas pessoais, acho que a diferença é grande. [...]. E foi o que se viu: desfiar de queixas [...]. Qual a solução? Questionários para serem respondidos em casa ou sessões, onde seriam escolhidos assuntos específicos que necessitassem balanço de opiniões, onde precisasse aproveitar a maior cultura ou experiência de alguns, onde se pudesse aprender com mestres da sociologia como o Prof. Bastide, Florestan, Gilberto Freyre, Raquel Queiroz, Oracy e outros

> que tão sábia e bondosamente podem orientar e esclarecer. [...] aproveito o ensejo para fazer um apelo a todos os meus compatriotas da mesma cor: que tenham a coragem de fazer uma coisa pouco comum ainda aqui no Brasil. Isto é, dizer que não sabem, que não tem experiência, que não puderam observar, etc. [...] É muito hilariante, o desembaraço e coragem com que um operário preto, que come arroz e feijão e mora na construção onde trabalha, fala das relações entre pretos e brancos na alta sociedade e nos problemas daí decorrentes, quando não lê, não tem experiência e nem contato? Simplesmente deduzindo empiricamente, do seu caso, os outros! (SANTANA, 1951, p. 3-6)

Ao abordar as relações entre "negros" e "brancos" em locais públicos de comércio e serviços (bares, confeitarias, cafés e restaurantes), Edgard Santana procura descrever a resistência velada do "branco" e o retraimento correspondente do "negro", lançando mão de uma comparação com o "negro" norte-americano, sobre o qual a técnica da "má vontade" e o comportamento resistente do "branco" não teriam efeitos práticos, visto que o "negro americano" não teria o mesmo "sentido de inferioridade" que o brasileiro, que "traz o gérmen atávico da inferioridade" (SANTANA, 1951, p. 9).

A idéia de um "complexo de inferioridade" norteia as avaliações do autor. Porém, não se trata do complexo como foi definido por José Prado Teixeira e Francisco Moraes, segundo os quais este seria uma realidade histórico-social criada pelas atitudes dos brancos para com os negros, mas de um complexo que Santana considera uma "doença" e um problema de adaptação da população negra à civilização ocidental:

> Esse homem preto começou a reagir mal, perante às injunções da vida, sob os moldes puramente ocidentais de São Paulo moderno. Exemplifiquemos: enquanto um italiano, sírio, israelita, etc. estavam vacinados nos problemas da luta pela vida, pois através de séculos estavam em contato com os germens dessa luta (portanto vacinados), sendo S. Paulo para eles "café pequeno", em relação à luta que já disputaram em seus países de origem; enquanto isso se passava, os pretos, ainda não vacinados por esses germens, pois na sua África, tudo era diferente, começaram a ficar atônitos e contaminados, pegando as doenças graves da "luta pela vida", essa terrível enfermidade, que precisa ter resistência formidável para vencê-la. Essa resistência tiveram os sírios, japoneses, italianos, quando aqui chegaram. Venceram a doença. Conseqüência os seus descendentes desfrutam dessa magnífica situação! (SANTANA, 1951, p. 14-15)

O autor procura embasar as afirmações em observações do comportamento dos “negros” em São Paulo:

> Eu mesmo, já me ofereci para cooperar com vários lavadores de carros que me servem, no sentido deles aplicarem o que ganham [...]. Mas tenho encontrado sempre reações e recusas pitorescas. Defendem uma filosofia, muito a gosto dos poetas, [...] mas que não me parecem muito em face da realidade e da filosofia seguida pela maioria em São Paulo. Eles defendem a filosofia de vida sossegada, sem mais problemas que os de comer, de cantar, de dormir, de dar boas gargalhadas, de aplaudirem seus ídolos do futebol! Não acredito que seja propriamente um defeito, um crime, mas é contrariar normas ocidentais que levam ao progresso, à “luta pela vida”, ao sentido que o ocidente tem de “vitória”. As razões disso são complexas. (SANTANA, 1951, p. 13)

Edgard Santana vê o problema das reivindicações do “negro” atrelado ao problema de sua assimilação à civilização ocidental. O “complexo de inferioridade” apareceria não apenas nos casos em que o indivíduo não se julga capaz, mas em toda circunstância que o “negro” procurasse se diferenciar do “branco”, sendo positiva a “branquificação para efeitos sociais”:

> Então não achei disparatado, quando apresentei o meu projeto ao Congresso do preto Brasileiro, no Rio, encaixando tanto medidas culturais comuns, como até ensinar como vestir-se, como se portar em sociedade, como atuar psicologicamente bem no sentido de armazenar simpatias. Porque se o preto não pode mudar a cor, pode dentro dessa ciência e arte moderna que é a estética psicológica, se apresentar dentro de sua cor, com as coisas que combinem mais com ela, que levem menos ao ridículo [...]. Não tenho o menor acanhamento em tratar do assunto, que parece fútil, mas que faz parte da cobertura geral do problema, no que se refere a reivindicação e no que se refere à assimilação à vida daqui dessas plagas. Agora, se querem os pretos viver gozando das vantagens da civilização ocidental, sem se entregarem na luta de competição tremenda que ela aqui obriga, sem se prepararem como fizeram japonês, chineses e judeus, e por comparação o próprio preto americano, a coisa torna-se então mais difícil. E ainda nesse setor, de cobertura de todos os assuntos, o da psicologia será um dos fundamentais, para que os pretos tenham uma mentalidade sadia, libertos do complexo de inferioridade, para que não mais se ouça dizer, como alguém que protestou porque numa cidade só de brancos, um dia apareceu um preto advogado e todos ficaram admirados e deram risada. É lógico, é claro o que não é comum causa admiração, às vezes chincana. Mas se a atitude mental do visado for clara e simpática, ele acaba não sendo mais notado e termina branquificado para efeitos sociais. (SANTANA, 1951, p. 36-37)

O autor vê com otimismo a situação, pois já haveria um interesse social dos "especialistas" pelas "doenças sociais" da população negra. Estes "especialistas" são, em realidade, uma categoria muito ampla que engloba desde o governo, a igreja e os intelectuais:

> [...] como houve mudança da ordem social, quer por evolução dos tempos e do homem nesse próprio tempo, a saúde pública mundial [...] criou esse novo conceito de que hoje, *todos têm direito à saúde*. Não só os que podem pagar os médicos, mas todos, ao contrario são obrigados a terem saúde. Enquanto isso, a *saúde pública social*, tomou esses mesmos princípios, mas ainda de forma teórica [...]. Mas as clareiras já foram abertas, e já assistimos grupos esparsos, governamentais ou particulares, e se interessarem pela 'saúde pública social' dos pretos! Medida de higiene social, de prudência, de inteligência, de cultura, pois assim se evitarão choque que são as *doenças sociais*! [...] Olho com otimismo, o desenvolver dessa evolução, inexorável! E apesar de tudo, acho tudo melhor do que era. [...] com a terapêutica bem conduzida pelos diferentes especialistas e com a cooperação dos doentes o assunto se resolverá! Daí, acho agora interesse nessas reuniões em que se convidam os doentes, no caso, os pretos, que apresentando suas queixas, aos seus médicos assistentes, no caso os Professores Bastide, Florestan, UNESCO etc., poderão chamar outros especialistas: pessoas de boa vontade dos cultos religiosos, instituições científicas, governo, etc., no sentido de sararem ou amenizarem os sofrimentos desses doentes, que sofrem de males inerentes à sua constituição de gente de outras plagas, apesar de assimilados, e cujos os males pioram pela fermentação de germens existentes na sociedade [...]. (SANTANA, 1951, p. 15-16)

Quanto às suas propostas, Edgard Santana, reproduz o que havia exposto no Congresso do Negro Brasileiro, realizado no ano anterior. Para o autor, deveriam ser feitas "campanhas sociais": "[...] culturais, técnicas sociais, assistência social no sentido moderno, mundanas, campanhas de esclarecimentos, onde entra a propaganda, psicológica e higiene mental etc." (SANTANA, 1951, p. 39). Haveria uma reivindicação ligada à "melhor distribuição de justiça", mas a resposta estaria não na mobilização do negro e no conhecimento desenvolvido por ele sobre a sua situação, e sim na sua educação e convivência com o branco. Por isso, Santana atribui grande importância ao auxílio do último:

> É preciso que se deixe a questão de amor próprio ou de vaidade exaltados, de uma parte, e se peça o apoio dos atuais líderes, o homem branco, no sentido do soerguimento da raça e no sentido de melhor distribuição de justiça. [...] Que melhores provas e desmentido posso dar de valor e de não inferioridade de minha raça, senão na proficiência e eficiência com que me conduzo na minha profissão e na convivência com os brancos?! Eis uma mentalidade que os negros precisam adquirir. Trabalhar sem esmorecimentos e com o apoio de quem nos possa apoiar, seja branco, amarelo ou preto. Como prescindir da ajuda do atual líder branco, se ele no Brasil não estabeleceu linhas, e os casos de preconceito que tomam maior vulto, representam exceção ao sentimento nacional?!... (SANTANA, 1951, p. 39-40)

As propostas do autor centram-se na convicção de que seria possível um entendimento e cooperação entre os dois grupos, sendo do interesse dos brancos o "alevantamento" da população negra, visto que a evolução da sociedade aponta para o ideal da "saúde pública social". Por isso, a mobilização deveria agrupar tanto brancos quanto negros e seguir moldes universalistas e visar a integração gradual do negro na sociedade, respeitando critérios meritocráticos, ao contrário do que pretendiam os movimentos sociais do "meio negro", orientados pela perspectiva de quem poderia resolver o "problema do negro" era o próprio negro. Para o autor, isto seria não apenas equivocado como impossível, visto que as "massas negras" careceriam de ilustração:

> Aqui no Brasil, não precisamos de centros específicos raciais [...]. O que se precisa é recrutar grupos, se pedir professores, autoridades nas diversas matérias, quer sejam brancos, amarelos ou pretos, para ilustrarem as massas negras. [...] Trazer no primeiro plano sempre a couraça do branco nacional ou estrangeiros, como lideres da civilização atual, contra os quais, se a minoria se opuser, em porfia, haverá lutas, como na Índia e África do Sul. Ao contrario, com seu apoio, o entendimento vai se estabelecendo, sem se precisar de "promoção por antiguidade", mas sim por valor. [...] Faço aqui um veemente apelo para que todas as sociedade negras do Brasil retirem os nomes de... frentes negras... movimentos negros... e assim por diante. Tomem nomes como Luiz da Gama, José do Patrocínio [...]. Apelo para que esses centros negros espalhados por todo o Brasil procurem saber da história e do apoio de personalidades brancas que ajudaram à compreensão geral e protestaram contra as injustiças. Que amanhã, a gente leia Centro Roger Bastide. [...] Que se ensine a todos os pretos e brancos a venerarem a personalidade invulgar de Gilberto Freyre [...]. E assim, senhores

> congressistas[152], se agindo com uma mentalidade universalista, sem preconceitos, solicitando-se apoio de todos, sem arrogâncias, sem complexo de inferioridade, sem frentes de resistências guerreiras, que, ao meu ver, nada mais fazem que acirrar ódios ou represálias. [...] Que beleza seria um titulo assim: Centro de alevantamento no nível dos negros e de compreensão dos brancos [...]. Que coisa eficiente e séria – Centro de estímulo ao trabalho e à economia para os negros, com aulas práticas dadas por homens que são exemplo de trabalho e economia: sírios, judeus, italianos, etc. (SANTANA, 1951, p. 42-43)

Apresentações críticas ao trabalho de Edgard Santana são feitas por Jorge Prado Teixeira, Francisco Moraes, Luiz Lobato e Francisco Lucrécio, sendo que o primeiro realiza uma longa exposição que procura refutar ponto a ponto os argumentos do autor, em especial a ideia de que o "complexo de inferioridade" seria algo inerente ao negro, ou produto de seu desajustamento à civilização ocidental. Como vimos no primeiro capítulo, a definição de Jorge Prado Teixeira do problema do "complexo", de que este seria um "elemento de defesa" que o negro adquiriu devido ao comportamento do branco, é utilizada de maneira pontual por Florestan para exemplificar a percepção alcançada pelo primeiro a respeito do padrão tradicionalista de relações raciais:

> [...] não quero crer que este complexo de inferioridade constitua um atavismo, nem nego, porquanto, eu presumo que já é uma ideia superada a de que os caracteres adquiridos possam transmitir hereditariamente [...]. Assim sendo, acho, não é possível que admitindo que o complexo de inferioridade possa ser fruto de um atavismo ou alguma coisa que possa vir de pai para filho, de ascendente para descendente. Existe, mas é adquirido dos diversos comportamentos de brancos para com o preto [...]. Ele é obrigado a assumir um elemento de defesa, um campo de defesa, um organismo de defesa e esta ideia está num complexo de inferioridade. É uma coisa que naturalmente não possui e por isso tinha que se constituir dessa forma para poder se argumentar, se ajustar dentro do meio em que ele vive. (3ª MESA REDONDA, 1951, p. 128 e 130)

Além disso, Teixeira critica a noção do negro como inadaptado com relação às exigências da sociedade ocidental. Os fatores que contribuiriam para o fato de

[152] Relembramos o leitor que as recomendações apresentadas por Edgard Santana nesta contribuicão por escrito que fez à pesquisa são uma reprodução da tese apresentada pelo mesmo no I Congresso do Negro Brasileiro em 1950.

os negros não cultivarem carreiras estariam ligados mais à falta de oportunidades e estímulos que de aptidão.

Por fim, a principal critica volta-se à ênfase posta por Edgard Santana no auxílio do branco, pois para Jorge Prado Teixeira suas sugestões "[...] não condizem com a realidade e com as reais possibilidades", denunciando uma falta de "conhecimento do grupo estudado" (3ª MESA REDONDA, 1951, p. 122). O jovem intelectual negro diferencia a "liderança" que o branco possa ter com relação ao domínio das técnicas sociais adequadas à competição de sua liderança como condutor do processo de integração do negro à sociedade, pois se a primeira constituiria um fato, a segunda derivaria de um "sentimento de servilismo", ainda mais considerando-se que não há demonstração de interesse, por parte do branco, neste processo de integração:

> As conclusões gerais e as recomendações feitas por Sua Excelência são boas. A única coisa que tenho a retorquir é de que Sua Excelência põe em grande escala a necessidade do negro pedir auxílio ao *líder* branco. Eu acredito mesmo que o branco seja o líder, o condutor da civilização mas da maneira como ele fala, dá um pensamento de Gobinot – e isto, sinceramente, foge à minhas próprias convicções e do próprio grupo, porquanto se ele admite, não é por um sentimento de servilismo ao elemento branco mas sim, justamente por que temos necessidade de adotar as medidas apontadas. Mas, nós estamos cansados de procurar este ajustamento porque desde a época da escravidão nós temos sofrido toda sorte de impedimentos por parte da comunidade branca. [...] os poderes públicos até hoje nada fizeram para melhorar nossa situação. Não é de se dizer que esses poderes públicos não foram procurados. E nós temos procurado todos aqueles que assumem altos cargos, mas eles não fazem nada para por termo a essa situação. (3ª MESA REDONDA, 1951, p. 148 e 150)

Francisco Moraes, por sua vez, não realiza um depoimento minucioso a respeito do trabalho de Edgard Santana, mas sua critica é ainda mais severa. Para ele, a contribuição seria valiosa "[...] pelo que ela tem de contraditório [...]" e serviria de "[...] subsídio para um estudo psicológico do elemento que milita mesmo entre nós" (4ª MESA REDONDA, 1951, p. 154). Para Moraes, ao não assumir devidamente sua posição de liderança enquanto intelectual negro, Santana teria sido mesmo conivente com o problema:

> Ocorre-me ainda um outro aspecto interessante, talvez seja esse o mais importante para nós. É o tratamento do próprio negro elevado economicamente e culturalmente para com os negros que não puderam atingir esta condição. Tive oportunidade de num trabalho, em um artigo, em uma crônica jornalística dizer que quanto mais o negro sobe no plano econômico e cultural, mais ele desce no complexo de inferioridade. [...] Vamos apresentar com caso recente, com caso que todos nós conhecemos. Eu quero ler aqui o intróito do nosso respeitável companheiro dr. Sant'Anna. Ele começa o seu trabalho, dizendo: "Apesar da obrigação que tenho, como parte do elemento em estudo, de prestar a minha colaboração e o meu depoimento, não sei se o faria não fosse o convite estar assinado pelo meu amigo Prof. Bastide". Senhores, não houve entre nós aquele que não houvesse anuído ao convite do Prof. Bastide. Eu, de minha parte, entretanto, digo, afirmo pela fé de minha consciência, que só compareci à esta reunião, por ela tratar de assunto pertinente aos interesses do negro, aos meus interesses porque sou negro. Porquanto a assinatura do Prof. Bastide, fosse uma grande recomendação, não seria ela suficientemente bastante para me atrair à esta Casa [...]. O Prof. Sant'Anna, desta maneira, com este pensamento, ele se tornou, um conivente do descaso do negro, porque infelizmente o negro exige do seu intelectual, pois, se os negros não saíram ainda desse marasmo é porque não apareceu para guiá-lo um elemento esclarecido, um elemento científica ou culturalmente capaz de conduzir para o caminho acertado. Porque os negros intelectuais capazes de conduzir a nossa gente, não são capazes de comparecer à uma reunião em que se trata do assunto de negros [...]. Quantos negros também não deixam de comparecer à uma reunião organizada por negros, e deixam mesmo porque na verdade, não encontram um dr. Sant'Anna, um Raul Amaral para organizar essas reuniões. (4ª MESA REDONDA, 1951, p. 158)

Além disso, Francisco Moraes também desloca a questão do "complexo de inferioridade" para dentro do problema mais amplo do "preconceito de cor". Em seu argumento, se o "preconceito de cor" nada mais é do que o conceito de inferioridade do negro, todas as atitudes que daí derivam constituem manifestação deste preconceito, tanto a hostilidade quanto a compaixão do branco, e também o fato de o negro ter um "preconceito humilhante para si e lisonjeiro para o branco" e colocar o próprio negro em um plano inferior, atitude levada a cabo por Santana (4ª MESA REDONDA, 1951, p. 154 e 156). Assim como no caso do depoimento de Jorge Prado Teixeira, Florestan utiliza esta definição de Francisco Moraes para exemplificar a consciência que o negro alcançou a respeito do padrão tradicionalista de relação racial.

Embora Florestan não trate diretamente dos debates em torno do trabalho de Edgard Santana em *A Integração do Negro na Sociedade de Classes*, utilizando-se apenas de maneira pontual dos depoimentos e colocando-se ao lado das explicações expostas por Francisco Moraes e Jorge Prado Teixeira, a polarização em torno da participação de Santana aparece indiretamente quando o sociólogo aponta que o setor inconformista possui consciência dos efeitos que a ideologia dominante exerce sobre a integração do próprio "meio negro" como fator que dificulta a união dos "negros" entre si e a homogeneização das percepções. Como o sociólogo menciona, o conhecimento a respeito do padrão tradicionalista e da ideologia dominante serve de quadro de referência na regulação dos desentendimentos e discordâncias no interior do próprio "meio negro" inconformista, o que fica evidente nas reações dos intelectuais ao trabalho apresentado por Edgard Santana.

Em uma das fichas que Florestan mantinha entre as páginas dos diferentes documentos coletados (cf. Apêndice A), encontramos a seguinte anotação:

> Conversei com R.J.M [Renato Jardim Moreira – AMC] = a questão está definida com referência ao pequeno grupo, em que se quebra a solidariedade racial e em que o negro define uma lealdade para com o ethos do branco. Exemplo: dr. Sant'Anna; dr. Abataiguara → é o "negro que passa por branco"; "negro que não quer saber de negro" etc. (MOREIRA, [s.d.], p. 129)

Esta anotação encontra-se no depoimento pessoal de Renato Jardim Moreira, assistente de pesquisa que colheu maior parte dos dados junto aos intelectuais negros.

4.3 A discussão em torno da Lei Afonso Arinos na Quarta e Quinta Mesas Redondas

Embora Florestan não trate longamente das discussões sobre a Lei Afonso Arinos, ocorridas nas Mesas Redondas, elas servem de referência importante para sua análise, na medida em que a maioria das opiniões expressas pelos informantes negros pertencentes àquelas "novas elites" do "meio negro", em especial quando postas em contraste com a opinião dos intelectuais negros colaboradores da pesquisa, evidenciam uma "rotação de perspectivas" que teria ocorrido no "meio negro" organizado, agora mais interessado em explorar as oportunidades que se abrem com as influências indiretas do crescimento econômico que em participar de movimentos reivindicatórios.

Florestan cita a reação de dois participantes das Mesas Redondas – que assistiram ao debate, mas não participaram como oradores – às discussões a respeito da Lei Afonso Arinos; ambos "[...] apoiaram com entusiasmo a posição de um estudante de direito do 'meio negro' que defendia o projeto de lei"[153] e criticaram as posições de Luiz Lobato e Geraldo Campos de Oliveira. Segundo estes participantes anônimos, seria errônea a crítica, feita pelos intelectuais, de que a lei não é boa porque não atinge os problemas estruturais do "negro"; seria preciso aproveitar os ganhos com relação à situação presente, em especial a "vitória" dada pelo governo aos "negros", por forçar "[...] o reconhecimento da existência do preconceito, que era falsamente negado por muitos brancos que o praticavam [...]" (FERNANDES, 2008b, p. 199).

Pretendemos, aqui, contextualizar estas afirmações; as discussões feitas em torno da Lei Afonso Arinos são uma boa amostra das tensões, no "meio negro" integrado, entre as novas "elites negras" e os intelectuais negros colaboradores da pesquisa. Outro indício importante no mesmo sentido, é o debate entre os próprios

[153] Como veremos, o estudante de direito a que Florestan se refere acima é, muito provavelmente, Cinireu Góes.

intelectuais, que serve de evidência dos dilemas maiores apontados por Florestan em sua análise, relacionados aos desafios dos movimentos sociais no "meio negro", entre a estratégia de combate confinado às manifestações de "preconceito de cor" e as reivindicações mais profundas.

A Lei Afonso Arinos foi discutida principalmente na Quarta Mesa Redonda, pois havia sido promulgada no mesmo mês. A discussão é aberta por Geraldo Campos de Oliveira, que em primeiro lugar aponta como a Lei não deve ser vista como "presente", pois é uma "consequência lógica" dos movimentos reivindicatórios, embora não atenda a todas as demandas que haviam sido feitas:

> Eu acho que uma apreciação assim sobre a Lei ora promulgada, do combate ao preconceito de cor está sujeita a inúmeras falhas, contudo vou tentar dizer alguma coisa sobre isto. Quero dizer apenas que ela é o resultado lógico de uma luta desenvolvida por algumas entidades de negros, que não é presente, que vem de muitos anos. Uma luta que teve talvez o mesmo autor, embora em proporção menos que a luta desenvolvida na campanha abolicionista e talvez possa ter as mesmas consequências. Lembro-me agora da primeira campanha, o primeiro manifesto reivindicatório lançado por negros e desenvolvido nas ruas de São Paulo que era uma reivindicação corajosa que equivalia a dizer que era um negro enfrentando as hostilidades, através das ruas de São Paulo, reivindicando os direitos que não eram somente dos negros, mas também dos brasileiros. Depois, veio também embora envolvido por um aspecto político eleitoral a realização de outro movimento em S. Paulo que foi a convenção do negro brasileiro. Esta reivindicação tinha em um dos seus tópicos além de determinada liberdade que deveria ser concedida ao povo. Além do padrão de vida mais barato, reivindicava que se convertesse em lei ordinária o combate ao preconceito de cor. Isso em 1945. Felizmente, ou infelizmente, não sei por quais cargas d'água esses movimentos não foram bem recebidos e originaram-se daí cerca de um número pequeno de negros que entre eles, possivelmente aqui se encontram alguns, do movimento vigorante através da imprensa. Entrevistas em jornais de notícias, como "Época" e até um trabalho de nosso pasquim "O Mundo Novo" nós endereçamos à Câmara Federal um pedido de inciso constitucional que estabelecesse, em base de característica racial, característica de cor, ou então em causas religiosas ou filosóficas. (4ª MESA REDONDA, 1951, p. 196 e 198)

Em seguida, Geraldo Campos realiza um paralelo, repetido por outros oradores, entre a Lei Afonso Arinos e a Lei Áurea, apontando para o fato de que a primeira pode não ser aplicada e "exemplo disso seria a Lei Áurea". O paralelo não é claro, mas Geraldo Campos de Oliveira parece estar considerando, como

“aplicação da lei” e como suas “características educativas”, medidas mais profundas e de caráter social, cuja falta, após a Abolição, são constantemente apontadas pelos intelectuais negros:

> […] É um problema enorme e a lei dentro do atual estatuto é inócua e poderá ser aplicada ou não. Quando puder[m]os nos reunir, quando os poderosos e os fracos, a nossa luta então, será para a aplicação da lei, dentro do seu conteúdo, das suas características, não só normativas mas, características educativas. Isto é lei exercendo função como educar que é quando a lei pune mas, educa. Dentro da atual Constituição, não se compreende a aplicação desta Lei. Exemplo disso, é a Lei áurea que foi promulgada em 1888, continuando inclusive da mesma forma, nos dias de hoje. (Palmas prolongadas) (4ª MESA REDONDA, 1951, p. 196 e 198)

O próximo orador, Romeu Oliveira Pinho, repete o mesmo raciocínio:

> De modo que eu achava que a lei [Áurea de 1888] falhou por isso: por não ter tido tempo de preparar o preto para viver em liberdade. Não era possível. Foi o tremendo erro dos abolicionistas. Foram idealistas, corações generosos mas erraram. As consequências são lastimáveis, dolorosas até hoje. De modo que precisou vir essa artista da América do Norte [Katherine Dunn – AMC], para o Brasil, para prov[o]car essa lei que já vinha sendo aos poucos trabalhada pelas manifestações dos pretos, em congressos, etc. E isso é como forçar o meio ambiente. Pois bem a lei está aí e façamos votos e contribuamos já com tudo que estiver ao nosso alcan[c]e para que a lei seja regulamentada. Senão não há razão para estarmos aqui. Acho a Lei completamente inócua porque na aplicação da lei quas[e] sempre o poderoso centro que com seu dinheiro, a Lei é letra morta. (4ª MESA REDONDA, 1951, p. 200 e 202)

Nesses termos, se não houvesse regulamentação da lei, ela teria o mesmo “destino inglório de 13 de maio”, por isso, sua avaliação é de que seria “preciso irmos ao Legislativo Nacional para que se recomende a lei, pois, se esta lei não for recomendada terá as mesmas consequências da Lei de 1888” (4ª MESA REDONDA, 1951, p. 202).

Luiz Lobato, por sua vez, considera que os oradores “demonstraram o que há de perigoso nesta lei” e reitera que a lei é inócua, pois não visa nenhuma “transformação da estrutura”, já que não teria “nenhum caráter educativo”. Ademais, considera sua promulgação um perigo para os movimentos, pois poderia atuar como um “arrefecimento” da luta:

> Prof. Luiz Lobato – Colocou bem o Prof. Geraldo Campos quando disse que sem a transformação da estrutura, é evidentemente impossível arranjar qualquer pessoa que se digne a aceitar o elemento negro. Por isso a lei deveria ter um caráter educativo que não tem. […] Eu não vejo interesse político para fins eleitorais. Eleitorais não, porque as eleições estão muito distantes. Que fim então eu vejo?
>
> Prof. Geraldo Campos – Prestígio partidário.
>
> Prof. Luiz Lobato – Vejo então, como disse o Prof. Geraldo, desejando-se fazer o prestígio partidário, dentro do partido que está arraigado o preconceito de raça, como reacionário são todos os outros partidos da situação. Vejo que ali se procura arrefecer a luta do elemento negro para conquistar o lugar que ele precisa. Senão vejamos. Aquele que lê o "O Estado de São Paulo" há questão de quatro anos, quando o sr. Paulo Duarte, através de quatro artigos, mostrava que o elemento negro não teria virtude no seu partido porque era inculto, porque a[fi]nal de contas os elementos negros faziam a reza, que precisava acab[a]r com aquela negrada e que os negros viviam assaltando os brancos no meio da rua. Quando eu vejo elementos desses que são da mesma escola de Afonso Arinos eu pergunto: Seriam os artigos de Paulo Duarte substanciais a essa lei? Por isso, na minha opinião pessoal, eu direi sempre aqui, utilizem a Lei, na medida do possível, mas, tenham reservas com essa Lei. Não deixem de ir a essas agremiações, não deixem de revidar, não deixem de lutar [contra o] preconceito racial. (4ª MESA REDONDA, 1951, p. 202 e 204)

Embora o que citamos acima não seja o centro de seu argumento, Lobato também realiza uma observação que é interessante na medida em que se relaciona com uma declaração de Francisco Lucrécio em sua história de vida:

> [...] Então agora, dizem, temos uma lei e quando eu for à um barbeiro, o proprietário não poderá negar-se a servir-me porque a lei me permite o direito de entrar e não pode haver d[i]scriminação racial. Mas, temos um fator importante: existe o direito da propriedade privada. Não há que obrigue-me a receber dentro da minha casa aquele que eu não queria. Então o barbeiro não diz: "Não faço a barba desse negro". Em última análise, arranja uma navalha tal, que eu não resisto. (risos). Nenhum negro voltará mais ali. Quer dizer que foi uma maneira de me impedir de ir até a barbearia. O hoteleiro me arranja uma cama que eu não posso dormir. É uma forma de impedir que eu entre naquele hotel. (4ª MESA REDONDA, 1951, p. 202)

Citados no segundo capítulo desta dissertação, os comentários de Lucrécio a respeito da Lei Afonso Arinos[154] apontam para o fato de que aqueles intelectuais permaneciam preocupados com os mesmo objetivos de democratização da ordem social, atribuídos por Florestan aos movimentos reivindicatórios do início do século XX. Porém, ainda se fazia presente uma dificuldade em relacioná-los a uma estratégia de ação, que pudesse tirar proveito dos instrumentos de combate confinado às manifestações do "preconceito de cor", como a Lei Afonso Arinos. Assim, a lei é vista como um instrumento de uso exclusivamente individual e extremamente limitado ou, pior, uma possível estratégia de desarticulação do protesto negro.

Francisco Lucrécio, por sua vez, considera que o "negro", por já não se encontrar na situação do pós-Abolição, seria capaz de fazer um uso produtivo da lei "dependendo apenas das associações negras organizarem-se para fazer uso e receber os benefícios dessa lei":

> Há quem alegue sentido político, outros pelo sentido que eu também posso adotar as palavras do Prof. Lobato, que pensam ser para arrefecer as lutas das entidades negras. Também podemos observá-la no sentido social e da moral. Não resta dúvida que a lei de 1888 veio encontrar o negro completamente desprovido de cultura ou de organização que pudessem fazer uso da lei mas, eu acredito que na parte que o negro se encontra, exercendo atividades em diversos locais, o grau cultural que o negro já recebe de 88 para cá esta lei nem de todo está prejudicada e, podemos fazer uso dessa lei de acordo com a nossa capacidade. A meu ver, já por este fato, já há uma influência moral no lado dos brancos para que aceitem os negros já pela coação ou medo ou pelo receio, dependendo apenas das associações negras organizarem-se para fazer uso e receber os benefícios dessa lei. Portanto, a meu ver, não está de tudo perdido o lado moral de educação que podemos fazer melhor, se aproveitarmos os seus benefícios. (Palmas prolongadas). (4ª MESA REDONDA, 1951, p. 206)

[154] "Outro líder daqueles movimentos assevera, em passagem de sua história de vida: 'Não se trata de ir ao barbeiro ou hotel e ter navalha sem corte ou cama dura, mas de lutar em torno de reivindicações mais sérias e que têm raízes mais profundas'." (FERNADES, 2008b, p. 46-47; MOREIRA; LUCRÉCIO, 1951, p. 9). Originalmente, esta afirmação de Francisco Lucrecio é feita a Renato Jardim Moreira no contexto de uma conversa a respeito da Lei Afonso Arinos.

Neste sentido, seria possível combinar as duas lutas e utilizar a lei como instrumento para o acesso a maiores benefícios.

O último depoimento anterior à intervenção de Cirineu Góes, que acreditamos ser o estudante de direito ao qual Florestan se referiu, é José Pelegrini. Este reitera, mais uma vez, que seriam necessárias "reformas de base" para a solução do problema e que seria preciso ainda que o jovem negro "torne-se um elemento que acompanhe em todos os momentos todas e quaisquer iniciativas que diga respeito ao elemento negro e a parte política" e que filie-se a um movimento, pois este é "inteligente":

> Sou de opinião também, mais uma vez confirmando as palavras dos oradores que já me antecederam de que é necessário mesmo que haja a reforma de base, uma reforma de estrutura política no País para que se possa fazer as reivindicações sociais, já não digo política, porque são obrigados [a] nos dar e também espero que o elemento jovem, negro, do Brasil torne-se conhecedor de fato da situação política. Torne-se um elemento que acompanhe em todos os momentos todas e quaisquer iniciativas que diga respeito ao elemento negro e a parte política, porque o negro precisa um pouco de reconhecimento, porque o negro tem-se entregue até os nossos dias apenas por ouvir dizer "o senhor siga este e aquele", deixando de conhecer sua própria posição dentro da sociedade, deixando de ver dentro da sociedade em que vivemos, a situação de constrangimento em que se encontra, não dando oportunidade para se fazer ouvir e valer dentro [da] nossa sociedade. E assim sendo, eu gostaria de pedir aos jovens que estão presentes, para que em bom futuro afiliem-se a esse movimento, aliás cujo movimento eu reputo, para terminar a oração, inteligente. Tenho dito. (4ª MESA REDONDA, 1951, p. 208)

Após estes depoimentos, que concordam entre si quanto ao essencial, inicia-se uma polêmica com o jovem Cirineu Góes[155], quando este critica as opiniões de Geraldo Campos de Oliveira. São suas defesas da "justiça" e da Faculdade de Direito de São Paulo que nos levam a acreditar que se trata do

[155] Sabemos se tratar do primo da professora Maria Aparecida Camargo, pois ou final do debate esta diz estar "plenamente de acordo com Geraldo de Campos" e pede desculpas pelo seu primo pois ele seria "muito jovem ainda, não conhece os reveses da vida" (Cf. 4ª MESA REDONDA, 1951, p. 220).

estudante de direito com quem os informantes anônimos de Florestan concordam "entusiasticamente". Reproduzimos aqui a parte essencial desta discussão:

> Sr. Cirineu Gôes – Preliminarmente eu quero agradecer a Mesa por esta oportunidade que me foi dada. Depois, quero frizar [sic] aqui não vai nada de crítica a qualquer elemento presente. Compreendo que os oradores que me precederam foram brilhantes, embora não seja da mesma opinião, mas quero externar a maneira que penso. É uma opinião modesta. Aliás que nada vale (Não apoiado) mas, como me foi dada a palavra, quero demonstrar a maneira que penso. Quero discordar, primeiramente, do discur[s]o do Prof. Geraldo Campos, quando ele disse que a lei não é obriga[tória] para os grandes. Quero discordar no sentido de que essa interpretação não foi muito feliz. Eu acho. É uma opinião toda minha. Porque se a lei não é aplicada, que faz a justiça, a Faculdade de Direito de São Paulo?
>
> Prof. Luiz Lobato – O que tem feito até hoje sobretudo os preconceitos que existem.
>
> Sr. Cirineu Gôes – Ensinando...
>
> Prof. Geraldo Campos – Entre ensinar um curso de didática e aplicar uma lei há uma grande distância. […]
>
> Prof. Luiz Lobato – Existe a sociedade. A sociedade precisa de uma lei. É regida por essa lei estruturando-a. Antes do dia 13 de Maio, o negro era considerado escravo e os homens resolveram que os negros tivessem os mesmos direitos que os brancos. A lei foi feita. Desapareceu o preconceito e a miséria que os negros vinham encontrando?
>
> Sr. Cirineu Gôes – O negro não soube usar a lei. Nós precisamos saber usar a lei. Infelizmente, quando se apresenta uma oportunidade, não sabemos usá-la. O meu modo de ver é aceitá-la porque amanhã ou depois não pode entrar em certos lugares e como a lei foi promulgada, irão querer entrar. […] Outra diferença do elemento negro é que ele é contra tudo e todos. Então quando um não gosta, todos não gostam. Há elementos brancos que acham que o negro deve ser escravo, mas há elementos brancos que querem ajudar os negros. Foram feitos diversos e tantos debates de elementos negros e a que conclusão chegaram? Qual a conclusão que o Sr. me aponta? Porque quando o negro recebe uma lei, o negro vem e diz que a lei é perniciosa mas, se a lei é o primeiro passo? O que é preciso é que o negro saiba usar a lei. Então vamos ensinar os negros a usar a lei. A lei foi discutida, foi promulgada mas, a lei só não basta.
>
> Prof. Luiz Lobato – Permita-me esclarecer. Quando disse que há elementos brancos dispostos a ajudar os negros, eu concordo. Prova são estas pesquisas que estamos fazendo aqui, com o Prof. Bastide...
>
> Prof. Afonso Dias – (Presidente) – Vamos deixar que o Sr. Cirineu conclua o seu pensamento, conforme foi o pedido dele.
>
> Sr. Cirineu Gôes – Agradeço. Eu quero frisar o seguinte. Eu acredito na justiça de São Paulo em prol do negro brasileiro. Acredito também que a lei vem em boa hora, já que o negro não é mais escravo e vive abaixo do chicote. Depende do elemento negro usar essa Lei.
>
> Era o que eu tinha a dizer. (Palmas prolongadas)

> Prof. Afonso Dias – Tem a palavra o Prof. Geraldo Campos.
>
> Prof. Geraldo Campos – Não podemos negar certas vantagens a essa lei, como as apontadas pelo jovem que ocupou a tribuna.
>
> Sr. Cirineu Gôes – Eu apenas quis expressar meu pensamento, mesmo errado.
>
> Prof. Geraldo Campos – O sr. tem a liberdade e deve ter a liberdade de fazer uso da palavra, de pensar e externar seus pensamentos. Louvo até sua vontade em debater e, gostaria que seu exemplo fosse imitado por todos os jovens negros. Apenas queria falar, para esclarecer uma coisa. Ninguém falou aqui que não devemos aproveitar aquilo que a lei nos possa apresentar. Evidentemente, todas as vezes que nós usarmos da palavra será para apreciá-la e devemos tirar todos os proveitos possíveis daquilo que a lei nos faculta. A lei é facciosa, foi feita com fins eleitorais para o brilho de certo partido. Evidentemente, foi feita dentro dos princípios democráticos e nos concede um número de vantagens e neste terreno ninguém vai deixar de usá-la. Vamos apreciar a lei, mas, com aquela devida ressalva, pois, o que nós deixamos de falar aqui foi que a lei tem duas feições e ninguém poderá dizer que a nossa sociedade está preparada para fazer bom uso dela. Eu acompanhei a evolução da lei, mas, infelizmente, não pude evitar a votação no Parlamento. Estou apenas frisando o que se pode esperar desse estado político e seus resultados serão desastrosos, todas as vezes que tivermos de mudar para um campo político. A lei só será igualada quando aparecer a verdadeira democracia social pois, sem democracia social não haverá aplicação da lei.
>
> Prof. Luiz Lobato – Por isso levantei a questão, que o negro não deve deixar as suas agremiações e continuar a lutar pelo[s] seus direitos.
>
> Prof. Geraldo Campos – Essa é uma verdade indiscutível e não devemos esquecer que o negro é parte da sociedade. O preconceito de classe, porém é rigoroso porque já faz parte da própria sociedade humana. Por que então condenar a lei? Porque foi feita com intuitos políticos e não o levantamento moral e social do negro. (4ª MESA REDONDA, 1951, p. 208-218)

A discussão parece girar em torno de uma questão estratégica, pois, embora defenda que a lei será aplicada igualmente a todos, Cirineu Goes parece concordar com os outros no fato de que apenas a lei não seria suficiente para resolver o problema. Porém, Luiz Lobato e Geraldo Campos falam do ponto de vista específico dos movimentos reivindicatórios, preocupando-se não apenas com o fato de a lei não prever mudanças estruturais e não contribuir para a garantia de direitos iguais entre negros e brancos, como aponta Lobato ao relacioná-la com 1888. A preocupação de ambos é também política em sentido estratégico, pois veem a Lei como algo que poderia “arrefecer” o interesse do “meio negro” pelos movimentos coletivos e, ainda, servir como barreira à atuação destes.

Como afirma Geraldo Campos, “[...] seus resultados serão desastrosos, todas as vezes que tivermos de mudar para um campo político” (4ª MESA REDONDA, 1951, p. 218). Assim, procuram alertar que no terreno do uso individual a Lei deveria, portanto, ser manipulada, pois de fato conferia uma série de vantagens, mas quando se trata da luta da coletividade ela serve simultaneamente como um desestímulo e como uma barreira. É significativo o fato de que Geraldo Campos de Oliveira tenha considerado inclusive a tentativa de impedir a votação da Lei no Parlamento.

O motivo pelo qual a lei poderia apresentar um obstáculo aos movimentos sociais no “meio negro”, quando estes pretendessem atuar no plano político, não fica claro nos depoimentos. No contexto da análise de Florestan, a Lei Afonso Arinos poderia ser prejudicial na medida em que tira o foco das providências políticas que realmente deveriam ser tomadas (de democratização racial da renda, do prestígio e do poder) e restringe o universo reivindicatório ao plano dinâmico das relações raciais organizadas segundo o padrão tradicionalista, representando ainda mais um mecanismo que funciona como uma “areia movediça” na luta daqueles movimentos.

Semelhante à postura de Cirineu Goes, de que seria preciso educar o “negro” para o uso da lei, é a de Francisco Lucrécio, que, no entanto, apresenta maior maturidade ao relacionar este uso da lei às entidades negras e à luta pelas reivindicações que são, segundo o próprio, “mais sérias e que têm raízes mais profundas”.

A continuação das discussões se dá na Quinta Mesa Redonda, embora compreenda apenas dois depoimentos (cf. Apêndice D). Entre eles, está um longo depoimento de Afonso Dias, em que este discorre não tanto a respeito da Lei Afonso Arinos, mas sobre duas condições para a rearticulação dos movimentos. Primeiro, aponta para a necessidade de o próprio “meio negro” voltar-se para os problemas do “negro” (seria preciso aproveitar os valores do próprio negro e manter-se leal à “gente negra”):

> […] Parece-me que urge, temos urgência de uma coisa. Nós precisamos aproveitar os nossos valores e os valores estão aí, e não estamos tomando com acatamento esses valores. O tempo está passando, a vida vai passando. O tempo passa e esses valores estão se perdendo. [...] principalmente, tratando-se do nosso ambiente. Vamos aceitar as leis mas, não esqueçamos de uma coisa: nós os negros de S. Paulo, devemos acima de tudo olhar os valores nossos. Depois, faremos um trabalho de educação, de reeducação da nossa gente, para essa compreensão do aproveitamento dos valores [...]. O negro precisa ter seu automóvel, precisa ter seu telefone e seu palacete. A confirmação de bom cidadão, de acordo com sua pele – ter 1 automóvel, ter bens, é reflexo de autoridade. Mas, vamos sentir pelo negro, pela maioria [...]. Precisamos educar a nossa gente, nem que seja com a força do pensamento [...]. (5ª MESA REDONDA, 1951, p. 252- 254)

Segundo, aponta a necessidade de se realizar uma articulação estratégica com os "brancos", visto que o negro é minoria na sociedade e não pode "estar em pé de guerra". Em combinação com uma valorização do "meio negro", Afonso Dias parece enxergar na colaboração com a Faculdade de Filosofia, Ciência e Letras um caminho para uma rearticulação:

> [...] e não nos esqueçamos de uma coisa: que é nesse ambiente em que nós estamos surgindo é que nós devemos permanecer ao lado do branco porque não podemos combater contra o branco. Nós de acordo mesmo com a estatística que acabamos de ver no trabalho do dr. Raul Amaral, o negro não poderá fazer nada, isolado. [...] Encontramos dentro desta Faculdade outros elementos [além de Bastide] que eu tenho ligação como amigos, como é o Prof. Florestan Fernandes, Antonio Candido, Fernando de Azevedo e outros e outros que à casa deles recebem os negros na sua mesa, na sua sala de visitas. Então, o que estamos precisando? Não sei qual é o meio, nem tentarei porque julgo-me pequenino para ensinar o caminho, mas, é um problema. Não podemos separar-nos do branco, principalmente quando se trata de brancos, assim recomendáveis. Como agora temos o apoio da Faculdade de Filosofia, o que falta para nós? Eu noto uma coisa. Falta essa revelação sincera, o desejo de se aproveitar os elementos nossos com toda sinceridade. [...] Agora, no presente momento, nós precisamos, já que estamos com esse apoio dos intelectuais, dos homens que educam na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, que se estendesse o conhecimento à nossa gente [...]. Qual é o nosso caminho? Não sei mas, os Senhores estão amparados por elementos de vulto perante a ciência, como agora acabo de dizer. […] Meus amigos não vou discursar. Eu peço permissão até para encerrar essa minha brusca revelação que eu diria "entusiasmo". […] As escolas estão abertas de acordo com a nossa época porque não podemos fazer como fizemos ontem. [...] Desses elementos aproveitáveis

> vamos ver o que poderemos tirar para que seja beneficiado o negro no Brasil, porque o negro sendo minoria não pode levantar pé de guerra. [...] Agora eu faço o meu apelo às figuras tão ilustradas, como a figura do dr. Raul, do Prof. Geraldo, a figura distinta da Profa. Sofia, da Profa. Aparecida, altos elementos do comércio, como o sr. José Assiz [sic] Barbosa e outros que na sua atuação poderão vibrar um pouco mais o coração, não pelo lado da paixão, pelo lado sensato. [...] Como não estava preparado fica êste meu apelo que eu espero que, sinceramente, com o coração sensibilizado, não serei nada mais perante os Senhores do que um soldado raso à disposição disso. Que possa eu refletir nos meus, em consequência da idade, das experiências, falo com mais sentimento, mais docilidade à um certo número de elementos da nossa gente mas, nós pensamos expor à nossos próprios elementos para que destaquemos os valores. (5ª MESA REDONDA, 1951, p. 254-260).

Não temos registros, contudo, de um encaminhamento neste sentido. Arlindo Veiga dos Santos, por sua vez, procura dar um esclarecimento a Afonso Dias, a respeito da colaboração com a pesquisa. Destaca o fato de que o trabalho seria, em realidade, "puramente universitário":

> Como presidente desta Reunião, eu queria também fazer uma ponderação a respeito do discurso do Prof. Afonso Dias. [...] Não se trata de trabalho de caráter normativo. Quanto a outro aspecto, isso se pensará mais tarde mesmo porque o trabalho é puramente universitário e, para que não ficasse somente no pensamento universitário, dentro da Faculdade de Filosofia, foi que os Professores Roger Bastide e Florestan Fernandes procuraram entrar em contacto com o brasileiro negro de S. Paulo, com elementos negros para fazer a pesquisa. [...]. (5ª MESA REDONDA, 1951, p. 270)

Já para Jorge Prado Teixeira, as Mesas Redondas teriam o duplo propósito de servir à pesquisa e à rearticulação dos movimentos sociais no "meio negro", visão que já havia anunciado em sua abertura na Primeira Mesa Redonda e reitera neste momento da discussão:

> Se me permitem, eu observei que estas reuniões tem tido duas virtudes: 1ª - satisfazer a pesquisa e 2ª - estabelecer contacto entre elementos esclarecidos do nosso grupo racial, de modo que podemos encontrar um traço de união capaz de fazer com que possamos dar um sentido prático a nossas ideias, aos nossos objetivos, com relação ao engrandecimento da nossa gente. (5ª MESA REDONDA, 1951, p. 270).

Novamente, não temos nenhum registro de encaminhamentos práticos da experiência da pesquisa, embora estas intenções permaneçam presentes até a última Mesa Redonda, como veremos. É interessante, porém, localizar a preocupação de Florestan em dialogar com os intelectuais negros colaboradores da pesquisa e realizar uma análise voltada para desafios enfrentados pelos movimentos sociais no "meio negro" neste contexto. Como procuramos demonstrar, os dilemas e os obstáculos identificados pelo sociólogo encontram-se presentes como tensões que permeiam as discussões das Mesas Redondas, embora muitas vezes de maneira implícita até para os próprios participantes.

No depoimento de Afonso Dias, por exemplo, vemos a consciência tanto do fato de que o "negro" não tem acesso significativo a posições estratégicas que poderiam lhe conferir um poder de pressão política, sendo, portanto necessário aproximar-se dos "elementos brancos aproveitáveis", quanto da necessidade imperiosa de forjar padrões de solidariedade racial e uma conexão entre os interesses da "massa" e das novas "elites negras"; seu diagnóstico de que estes dois elementos em conjunto poderiam significar um ponto de partida para uma nova articulação é significativo, e vem ao encontro das conclusões do sociólogo.

4.4 A participação de Eurípedes Simões de Paula na Sexta Mesa Redonda

Antes de encerramos esta apresentação dos eixos temáticos e das tensões que permeiam as Mesas Redondas, é importante destacar para o leitor um episódio pontual, mas significativo tanto porque se trata da participação de Eurípedes Simões de Paulo quando porque esta discussão fornece algumas das citações de Florestan que apresentamos no capítulo anterior, a respeito do círculo vicioso entre situação econômica do negro e o monopólio das oportunidades pelos "brancos". Como dissemos anteriormente, se tratam de citações que Florestan

mobiliza para exemplificar barreiras ao “preconceito de cor” que não se ligam à experiência do “negro que sobe” e sim ao problema da desigualdade racial.

Eurípedes Simões de Paula participa da Sexta Mesa Redonda de maneira pontual, mas entrando em forte polêmica com os presentes, nos levando a crer que o intelectual branco a que Florestan se refere em sua apresentação a respeito dos limites da consciência social sobre o “preconceito de cor” do “branco” é, de fato, o então diretor da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras[156].

Após apresentação de Luiz Lobato a respeito do segundo quesito do Projeto de Estudos (cf. Apêndice D), Eurípedes Simões de Paula realiza sua primeira intervenção na discussão, sobre sua experiência no exército, com o objetivo de contrastar a situação de contato brasileira com a americana. Isto gera uma discussão com direta com Luiz Lobato, reproduzida integralmente aqui:

> Prof. Eurípedes Simões de Paula (Diretor da Faculdade) – Não sei se posso interferir. Eu queria dar um depoimento. Não sei se os senhores sabem; eu [servi] na FEB e conosco foram uma porção de pretos, inclusive um [s]argento que era preto. A nossa divisão brasileira causou um verdadeiro escândalo no 5º Exército porque os americanos tinham divisão preta [...] e causou um escândalo porque sargento preto comandava loiros do Paraná, Santa Catarina, e vinham perguntar para nós: “Como é possível esse negócio de preto comandar um branco?”. Eles publicaram no jornalzinho deles, que no Brasil havia democracia. Este é um depoimento meu, o que vi lá. Uma coisa interessante; junto conosco estava combatendo uma divisão de sargentos africanos e lá havia essa separação; branco era combatente, preto era chofer, era bagageiro. Eles ficaram admirados porque o preto brasileiro podia brigar também. Causou uma revolução.
>
> Sr. Luiz Lobato – V. Exia. me permite um aparte?
>
> Prof. Eurípedes Simões de Paula – Já sei o que o sr. vai dizer: que não havia oficial preto. O meu capitão era preto.
>
> Sr. Luiz Lobato – Não, eu vou levantar uma questão só. O sr. professor deve se lembrar que quando as tropas brasileiras desfilaram na Avenida Rio Branco, para embarcar para a Itália, não apareceu um soldado preto.

[156] Repetimos aqui a citação de Florestan: “Por ocasião da pesquisa, contamos numa das reuniões com a presença de um intelectual pertencente a uma tradicional família de fazendeiros. Ele ouviu atentamente os depoimentos dos colaboradores negros e mulatos; no fim, pediu a palavra para contestar as suas afirmações. No dia em que se realizava outra reunião, ele foi convidado a comparecer. Negou-se terminantemente, dizendo: ‘Eu não vou lá. Aquelas ligas tem mais preconceito que nós. Eles enchem o saco da gente com as idéias deles’.” (FERNANDES, 2008b, p. 479-480).

Prof. Eurípedes Simões de Paula – Não é verdade! Protesto veementemente. No meu batalhão havia. Comigo todos desfilaram. Só se em outro batalhão não desfilaram. Pois o meu Capitão era preto, o Capitão Andrardino e [?] desfilou.

Sr. Luiz Lobato – Eu pergunto se o Capitão Milton Freitas – ele atualmente teve um caso – ele desfilou?

Prof. Eurípedes Simões de Paula – Não o conheço. Desfilaram todos os pretos, sargentos, capitães, o Tenente Abataiguara[157].

Sr. Luiz Lobato – Abataiguara é mulato que nega ser negro. Há um preconceito no Brasil, não há preconceito de raça, há preconceito de cor. Eu peço atenção. É isso que se tem em mente. Não há preconceito de raça. Não falei há pouco? Você é mulato. Você entra em determinados lugares disfarçado. Ele é negro, não entra. Nós dois juntos, ele entra, eu não.

Prof. Eurípedes Simões de Paula – Tudo se resume no fator educação de preto e do branco, esses dois problemas.

Sr. Luiz Lobato – O que eu quero mostrar é o seguinte: é que há realmente uma educação dirigida contra os negros.

Prof. Eurípedes Simões de Paula – Aqui na Faculdade garanto que não há. Todos são iguais.

Sr. Luiz Lobato – Aqui na Faculdade não; todos são iguais. Todos nós sabemos que ela permite que nós negros estejamos discutindo aqui.

Prof. Eurípedes Simões de Paula – Temos assistentes negros: o dr. Rozendo...

Sr. Luiz Lobato – Perfeitamente. Ele é professor. Tanto não cria casos que permite que estejamos debatendo. Há e existe uma educação dirigida, mesmo. O senhor é professor, sabe, perfeitamente, que existe tendência de dirigir o elemento branco contra o negro. Eu sei, em certos casos.

Prof. Eurípedes Simões de Paula – E o negro não é contra o branco?

Sr. Luiz Lobato – Há um outro caso em que o cidadão negro não gosta do branco. As sociedades religiosas em totalidade não gostam de negros lá. Elas não são freiras. A profa. Sofia sabe. Vou citar um caso. Conheci em Campinas um caso em que a moça foi estudar lá no colégio porque era afilhada do bispo e há casos aqui – a professora Sofia conhece. Fomos procurar internar duas surdas mudas, [d]eram vagas e quando

---

[157] Este Abatayguara ao qual Eurípedes se refere não é o mesmo Dr. José Bento Ângelo Abatayguara que participa da Primeira Mesa Redonda. Trata-se do tenente João Angelo Abatayguara, que participou da expedição contra o fascismo na Itália durante a Segunda Guerra Mundial, tendo assinado em abril de 1945, junto com cerca de 300 jovens oficiais da FEB (Força Expedicionária Brasileira), o manifesto "FEB - Símbolo Vivo da União Nacional" (CUNHA, 2008, p. 196), documento que "teve um papel significativo no processo de queda do Estado Novo" (CUNHA, 2008, p. 189). Tudo indica que sua participação como oficial da reserva na FEB foi na condição de médico (CÔRREA NETTO *apud* BEGLIOMINI, s/d, p. 3, n. 9), apesar de só ter efetivamente se formado pela Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo em 1947 (Informação disponível em: <http://www.aaafmusp.org.br/>. Acesso em: 03 mar. 2013). Embora não tenhamos como provar, tratar-se-iam muito provavelmente de parentes, um médico, o outro farmacêutico homeopata.

> souberam que se tratava de pretas, disseram que estavam fazendo pavilhão para essas mocinhas e tentando desse modo, evitar atrito entre essas e as outras mocinhas. Na Faculdade de Filosofia não existe.
>
> Prof. Eurípedes Simões de Paula – E fazemos votos para que não exista, mesmo. São todos iguais. Senão [sic] temos que p[ô]r também para fora, judeus, filhos de sírios... Eu acho que este caso não está bem explicado.
>
> Sr. Luiz Lobato – Não, mulato entra... preto, olhe lá!... Era o que eu tinha [a] dizer.
>
> (6ª MESA REDONDA, 1951, p. 306, 308 e 310)

O sentido da discordância parece claro: Eurípedes Simões de Paula toma a ausência de barreiras taxativas ao "negro" na sociedade brasileira como ausência do preconceito, ao que Lobato procura responder tanto com casos concretos de discriminação quanto pressionando Eurípedes a reconhecer que "há realmente uma educação dirigida contra os negros", uma "tendência", embora pouco aparente.

Graças ao próximo argumento de Eurípedes, a discussão envereda para o lado do círculo vicioso entre desigualdade racial e desigualdade de oportunidades. Repetindo o mesmo procedimento de tomar a ausência de impedimentos evidentes como a ausência de um problema do negro, Eurípedes expõe a opinião de que a solução estaria nas mãos do próprio negro, pois há oportunidades de educação formal abertas a todos e gratuita:

> Acho que a educação podia acabar com isso [a falta de "categorias sociais" ao negro, como disse um aparteante – AMC.]. *A* chave está nas mãos dos pretos. No Est. De S. Paulo a educação é gratuita. Hoje há oportunidade, hoje há mais probabilidade de alguém se educar. Cabe aos negros que não tem meios, para os negros do Interior, fazer força de ir para adiante. (6ª MESA REDONDA, 1951, p. 314).

Aqui entramos numa questão fundamental para Florestan quanto ao "problema do negro". As citações que mobiliza para caracterizar como a desigualdade racial constitui, para o "negro", uma "muralha", são retiradas das respostas de Jorge Prado Teixeira e Luiz Lobato a este argumento de que a educação no Estado de São Paulo seria acessível a todos.

A primeira reação é de Luiz Lobato, que pergunta: “Não gosto de paralelos, mas vou pedir um perentesis, como é que podemos mandar os filhos aos colégios se não temos dinheiro nem para nos sustentar?” (6ª MESA REDONDA, 1951, p. 314). E adiante:

> Como é que nós podemos mandar nossos filhos ao colégio, se não temos dinheiro para nos sustentarmos. Nós temos que mandar nossos filhos para as fábricas, ou onde quer que seja. A educação gratuita. É uma ficção. Não existe. (6ª MESA REDONDA, 1951, p. 314; FERNANDES, 2008b, p. 241)

Continuando sua explicação, Luiz Lobato caracteriza os efeitos cumulativos da desigualdade racial como uma “tradição” contra o “negro”, que o branco não precisa enfrentar:

> Concordo plenamente que neste caso [da educação – AMC] é o problema do negro e do branco, mas o negro luta com uma dificuldade muito maior porque é o problema da tradição contra ele. Nós temos tudo contra nós. O branco ainda tem a possibilidade de ter alguma coisa, a não ser que o negro seja afilhado do branco [...]. (6ª MESA REDONDA, 1951, p. 314 e 316)

Ao que Eurípedes responde com a associação tradicional entre o reconhecimento de um “problema do negro” e a ameaça à “paz social”: “[...] já pensou no problema que vai tornar-se cada vez mais violento, agora que a África está se levantando?”. Ao que Lobato responde negando haver qualquer ligação entre o negro brasileiro e a África: “[...] ninguém mais vê a África como mãe pátria” (6ª MESA REDONDA, 1951, p. 316).

Por fim, Lobato e outros participantes continuam a apontar as barreiras à classificação e ascensão sociais, enfrentadas pelo “negro”, tanto da “tradição” da desigualdade racial quanto do “preconceito de cor”. Quanto ao último, argumentam que quanto mais o negro “sobe”, mais fortes são as resistências que encontra do “branco” da mesma categoria social, de modo que a situação de um

médico ou advogado negro, por exemplo, seria altamente restritiva (6ª MESA REDONDA, 1951, p. 326-330)[158].

Florestan então se interessa pelo assunto e realiza sua única intervenção nas discussões das Mesas Redondas, que não se trata de um esclarecimento a respeito da pesquisa ou da UNESCO:

> Prof. Florestan Fernandes – O preto quanto mais s[o]be, maior é a parada. Tem que enfrentar uma barreira. Queria que me explicasse essas causas.
>
> Sr. Luiz Lobato – Além da situação econômica que tem, vem de tradição, encontra também a barreira de preconceitos.
>
> Prof. Florestan Fernandes – Quanto ao aumento de resistência, pode me explicar?
>
> Sr. Adélio Silveira – Perfeitamente. Até o Grupo Escolar vai bem. Ginásio é mais difícil. Faculdade é raro.
>
> Prof. Eurípedes Simões de Paula – Há cursos noturnos, aqui estão abertos.
>
> (6ª MESA REDONDA, 1951, p. 328)

Para finalizar a discussão a respeito das "barreiras" que o negro enfrenta no processo de classificação e ascensão sociais, Jorge Prado Teixeira reitera a questão dos efeitos da desigualdade racial, com objetivo de esclarecer a questão a Eurípedes Simões de Paula. Parte deste depoimento também é citado por Florestan, como destacamos no capítulo precedente:

> Eu não deveria falar, mas eu presumo que o assunto é interessante e eu peço apenas alguns minutos somente para falar. Esta questão levantada pelo Prof. Eurípedes Simões de Paula, o problema da educação, é vital para o levantamento da nossa gente, mas S. Senhoria, na sua boa fé, presumo eu, não houve por bem pensar no problema do negro ir a escola. É necessário que se compreenda o seguinte: o problema está residindo na precariedade da situação econômica em que se encontra o negro. A situação precária em que se encontra o negro sobrepõe-se a

[158] Interessante apontar que é neste momento da discussão que José Pelegrini faz um aparte para dizer que o "negro" enfrenta não apenas as barreiras dos "brancos", mas dos próprios negros que não reconhecem sua ascensão. Como apontamos em nota no capítulo anterior, Florestan se utiliza desta curta intervenção na explicação do isolamento difuso do "negro que sobe", que fica entre dois mundos aos quais não pertence: o seu antigo meio negro e o "mundo dos brancos" (cf. FERNANDES, 2008b, p. 309; 6ª MESA REDONDA, 1951, p. 330).

> esta situação. Eu presumo que a maior dificuldade para o negro ir para a escola era única e exclusivamente dentro do fator econômico que impera sobre todos os pontos. Eu não creio que um pai nunca não deseje que seus filhos vão a escola. Mas acontece que um pai nunca poderá dar uma educação elevada ao seu filho, porque ele é obrigado a recorrer ao serviço para poder fazer alguma coisa pra poder sustentar o lar e isto faz com que o filho fique abandonado. Anteriormente a coisa estava melhor, mas há questão de uns cinco ou dez anos atrás, a maioria dos negros tinha o privilégio de serem sustentados por brancos. (6ª MESA REDONDA, 1951, p. 334; FERNANDES, 2008b, p. 241)

A discussão da Sexta Mesa Redonda, portanto, sistematiza os aspectos da situação social do "negro" ressaltados por Florestan: o isolamento difuso, pela separação do "meio negro" e pela resistência dos "brancos", e o problema da desigualdade racial e seus efeitos cumulativos.

A Mesa é encerrada com um convite de Jorge Prado Teixeira a Eurípedes Simões de Paula, para que este compareça aos próximos encontros:

> Sr. Jorge [Prado] Teixeira – […] mas, quero crer que a presença do Dr. Eurípedes Simões de Paula, tomando parte nos debates de hoje, nos honrem ainda mais vezes com a sua presença. […] Mais uma vez, agradeço a presença do Sr. Diretor desta Casa, convidando-o também para tomar parte na nossa próxima conferência. (6ª MESA REDONDA, 1951, p. 336 e 338).

Conforme não dispomos das atas das Mesas seguintes, não temos como afirmar se Eurípedes Simões de Paula aceitou o convite de Jorge Prado Teixeira. Porém, se for correta nossa inferência de que o intelectual branco de família tradicional citado por Florestan seria, de fato, o então diretor da Faculdade, então este não teria comparecido a nenhuma outra Mesa Redonda por discordar frontalmente dos intelectuais negros.

4.5 Debate com Alfred Métraux na última (Décima Primeira) Mesa Redonda da pesquisa sobre o "preconceito de cor" em São Paulo

A última Mesa Redonda realizada por ocasião da pesquisa está organizada em três eixos de discussão: um dialogo com Alfred Métraux, que se encontrava

presente; homenagens feitas pelos intelectuais negros a Roger Bastide; e duas apresentações previamente preparadas, de Raul Joviano Amaral e Nestor Borges. Estas apresentações não referentes a itens do Projeto de Estudo (cf. Apêndice D), são espontâneas, tem caráter de síntese e seu conteúdo se parece muito com os documentos da ”imprensa negra” mobilizados por Florestan no capítulo a respeito dos movimentos sociais no “meio negro” para tratar da consciência crítica do “problema do negro”, divulgada por aqueles movimentos; não por acaso, os apresentadores fazem parte daquela geração pioneira.

Trataremos, aqui, especialmente das discussões em torno da UNESCO e da própria pesquisa, pois nosso objetivo é retratar as expectativas e as tensões com as quais se encerraram as Mesas Redondas, como fizemos com as outras atas.

A Mesa é aberta por Jorge Prado Teixeira, que apresenta aos demais Alfred Métraux[159], o qual realiza uma longa introdução a respeito da UNESCO e dos interesses da pesquisa. Primeiro, Métraux introduz a UNESCO como instituição, concentrando sua atenção no fato de que, por sua própria natureza, não tem poder de intervenção:

> [...] quisera aproveitar estes momentos para falar um pouco de nossas atividades da UNESCO, para falar de nossos problemas raciais e ter uma ideia, uma história do projeto pelos quais os senhores participam tão ativa e eficazmente. A UNESCO é uma instituição cujo nome significa “Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura” para as Nações Unidas para todos os problemas intelectuais e científicos do Mundo. A UNESCO não é uma organização com poderes políticos. Isto é muito importante, porque mais tarde vou apresentar algumas objeções que é o nosso trabalho escrito. As atividades da UNESCO são muitas, e os domínios, especialmente da educação porque o aspecto mais prático de nossas atividades é termos um dever um encargo que nos foi dado pelas Nações Unidas, e promulgar e dar a conhecer a cada um o custo dos direitos humanos. [...] Nosso esforço está definido por organização mesmo de nossa instituição. E dizer que teremos que empreender a luta, o combate, no campo da educação, da ciência e da cultura. Não

[159] “(Nota da Taquigrafia) - A oração do Sr, Jorge Prado Teixeira não foi taquigrafada por ter sido lida e o orador ter nos prometido o original para cópia, o que não nos foi possível conseguir depois. Essa oração constou das palavras de saudação e do ‘curriculum vitae’ do Prof. Alfred Métraux” (11ª MESA REDONDA, 1951, p. 343).

> podemos, não teremos nenhuma outra possibilidade de empreender combate no terreno político. Isso é uma cousa muito importante porque muitas pessoas nos estão criticando. As pessoas dizem: - "A UNESCO sempre faz pesquisas, publica cousas, mas que cousas pratica?" [...] Estou completamente de acordo. O que vale são medidas concretas, medidas legislativas. Isso realmente é a base, mas medidas legislativas não servem para nada sem conhecer o ambiente psicológico. Temos o caso dos Estados Unidos, a constituição é perfeita mas, as leis são violadas porque o clima intelectual se opõe. [...] O progresso, a situação dos pretos está melhorando dia a dia. Estão melhorando à força de propaganda, de luta, de pesquisas, este combate cotidiano. Assim eu não creio que o esforço que estamos fazendo na UNESCO seja inútil, porque se fosse inútil gastar dinheiro, energia e tempo, seria uma coisa sumamente triste. Eu como representante encarregado da UNESCO, no campo da luta racial, tenho distribuído nossas ações em três grupos: uma ação de propaganda - e vamos fazer uma boa propaganda - a boa propaganda esta baseada na verdade e dizem que não vale a pena fazer ajuste de sentimentalismo. É melhor apresentar as cousas como elas são, objetivamente, e não ter medo. [...] É um programa científico e educativo ao mesmo tempo que tem um valor objetivo em que nós vemos o poder. (11ª MESA REDONDA, 1951, p. 343-345)

Em seguida, Métraux esclarece uma pergunta que já havia sido colocada mais de uma vez pelos intelectuais negros colaboradores da pesquisa, a do destino dos resultados e dos dados colhidos. A única ação prevista pela UNESCO era a propaganda e a divulgação dos resultados que mostrariam a "verdade" e que não desconsiderariam o "lado sombrio" da questão racial no Brasil:

> Agora estamos fazendo pesquisa e sei que os senhores colaboraram muito e quero agradecer em nome da UNESCO. Mas, qual é o objetivo, o jeito? Que importância existe em se fazer um estudo racial em S. Paulo? Em 1950, durante a conferência geral da UNESCO em Florença, a delegação brasileira apresentou um projeto de estudo das relações raciais no Brasil para descobrir qual o fator que contribui no Brasil, porque são muito diferentes dos que existem em outros países. [...]. Com o material que foi colhido o que vamos fazer? Vamos fazer um livro. Não vamos fazer um repertório muito grande. Temos muito o que fazer; não temos tempo. Queremos apresentar um livro de 200 páginas. Pretendemos publicar esse livro no ano que vem, aproveitando todos os esforços que foram feitos aqui. O mesmo tipo de estudo numa situação muito diferente, será feito no Rio, Bahia, Pernambuco e Recife. Vamos fazer uma colheita e confrontar todas as situações raciais no Brasil e isto servirá como documentação. O Brasil é um paraíso! [sic] Não é verdade que tudo é bom quando se demonstra isso. O livro não terá valor se esquecermos as sombras, os pontos maus que existem, este quadro, comparado ao lado bom. Se proclamarmos que o Brasil tem uma situação muito privilegiada no Mundo, é muito prejudicial ao Mundo. A situação se envolve completamente e a gente se esquece e as injustiças se multiplicam. Assim é que temos de ter coragem para enfrentar a

> verdade. Isso agora, junto às pessoas de respeito, defensoras desta causa - Prof. Bastide, Florestan Fernandes - querem esclarecer para saber que não se esqueceram da parte sombria do quadro geral. (11ª MESA REDONDA, 1951, p. 347-351)

Apesar destes esclarecimentos, o que segue é um forte debate dos participantes com Alfred Métraux, centrado em duas questões: primeiro, há um questionamento de que a UNESCO não faz bom uso no Brasil de sua influência política indireta, por ser uma instituição de prestígio; segundo, a temática gira em torno da "solução" do "problema do negro", considerada pelos debatedores não apenas de acordo com o papel da UNESCO, mas de uma perspectiva ampla e de suas próprias iniciativas, orientando a discussão para o terreno prático.

A discussão é iniciada por uma afirmação de Geraldo Campos de Oliveira, que questiona a possibilidade de se resolver o problema na esfera da propaganda e da cultura: "[...] nós sabemos que os prejuízos não são decorrentes da sua própria estrutura. O estudo não modifica. Essas modificações provocariam uma revolução. Vamos provocar uma alteração na estrutura [...]" (11ª MESA REDONDA, 1951, p. 371).

Edgard Santana, por sua vez, concentra suas criticas à UNESCO no mau uso que esta faz de sua influência e prestígio:

> Aproveitando a oportunidade peço a palavra. Disse o Prof. Métraux na sua palestra que a UNESCO não tem influência política internacional ou cultural. Vou provar à Casa que tem influência política. Entre a influência política decorrente de uma instituição que tem prestígio como a UNESCO há diferença, grande diferença. Uma crítica que podemos fazer é que a UNESCO, ao lado do trabalho cultural, tem-se descuidado da influência política que o seu cargo obriga. [...] O representante da UNESCO não está como delegado de polícia mas, como um elemento de denúncia às instituições. Aqui no Brasil tem-se notado vários casos. Eu mesmo já denunciei vários ao representante, o que muito o impressionou. Todos protestaram o que não é justo, nem aqui e nem em outras partes. Tenho dito. [...] eu vou dar uma situação de abuso constituído, pegado [sic] a S. Paulo. O Prof. Bastide, esse cidadão com o prestígio da sua personalidade, denunciou o fato e o seu prestígio influiu na denúncia. E o fato foi provado. A UNESCO poderia fazer alguma cousa, mas a sua comissão nada fez. Que existe, existe representante no Brasil e ele é indiferente. [...] é uma intervenção cultural, que pode ser realizada como a que realizou o Prof. Bastide aqui em S. Paulo e no Rio de Janeiro a Diretoria de lá. [...] O desprestígio da UNESCO resulta de que seus

> representantes na primeira oportunidade nem sempre estão à altura dos acontecimentos que acabam de se verificar, razão porque denunciei. O Prof. compareceu a um jornal e, de qualquer forma, a questão teve uma repercussão social. Isto é o que a UNESCO não tem feito. (11ª MESA REDONDA, 1951, p. 373-377)

A resposta de Métraux nega a existência de um "representante" da UNESCO no Brasil, apenas uma comissão de membros brasileiros:

> Creio que há uma confusão. Não existe tal coisa com o representante da UNESCO. A UNESCO não tem representante. [...] Existe no Brasil uma comissão nacional da UNESCO que representa realmente os interesses e ideais da UNESCO no Brasil, mas é inteiramente brasileira. A UNESCO como organização internacional não tem nenhum representante. Temos o representante de estudos sociais, das ciências naturais, etc. mas, não há tal cousa.[...] As Nações Unidas têm o poder de intervir, [...] A UNESCO não pode fazer absolutamente nada. O representante foi mandado como representante, sem nenhum direito de fato, devido ao mecanismo administrativo. (11ª MESA REDONDA, 1951, p. 373 e 375)

Devido a um encaminhamento de Jorge Prado Teixeira, redirecionando a discussão, o debate direto entre Edgard Santana e Alfred Métraux é interrompido, mas a temática em torno da solução e das "questões práticas" é uma constante nesta última Mesa Redonda. No depoimento que segue, Nestor Borges enfatiza especialmente a dimensão econômica e coletiva do problema; "Sem se resolver essa situação não há possibilidade de se ter uma solução para o problema racial" (11ª MESA REDONDA, 1951, p. 379).

Após este depoimento, Roger Bastide realiza uma intervenção a favor de Métraux, apontando como sem a parceria com o governo brasileiro não seria possível nenhum tipo de atuação:

> Essa reunião que começa como um tribunal de acusação contra a UNESCO está mudando. […] A UNESCO está muito exigente […] no Brasil mas, somente o Governo pode ajudar. A ajuda única da UNESCO não é suficiente. É sempre o mesmo problema. É preciso que o Governo do Brasil ajude a UNESCO, porque do contrário não se pode fazer nada. (11ª MESA REDONDA, 1951, p. 379)

A discussão então se encaminha, pela primeira vez em todas as Mesas Redondas, para uma tentativa concreta de rearticulação entre estes intelectuais negros, antigas e novas lideranças do "meio negro" inconformista:

> Sr. Nestor Borges – Ação. Ação é o que é preciso. Os negros do Brasil, infelizmente são de uma inércia extraordinária porque basta considerar pela última estatística: há 14 milhões de negros na população, se formos aprofundar chegaremos á quase 30 milhões. Teria que vir esse auxílio econômico.
>
> Dr. Raul Amaral – Quero fazer uma pergunta. Se nós os homens de côr em melhor situação procurássemos fazer uma organização de fundos angariando fazendo gastos entre nós mesmos (que uma pessoa dê 5.000,00 cruzeiros, outra 10.000,00 cruzeiros) justamente para auxiliar os homens de côr mais necessitados. Isso não seria uma grande cousa?
>
> Sr. Nestor Borges – Eu penso que não. Uma organização de fins econômicos para auxílio é impossível. Eu tenho a dizer aos senhores que estamos organizando uma sociedade para fins econômicos, para produzir lucros e ao mesmo tempo aproveitamos os diversos ramos como por exemplo, procuramos elevar o nível cultural do negro.
>
> Sr. Pelegrini – Isso não é uma solução.
>
> Sr. Nestor Borges – Aí a solução preferível seria ainda uma sociedade de fins econômicos.
>
> Sr. Nestor Borges – Na formação de uma sociedade de fins econômicos o próprio estado arrenda. O resultado financeiro é nosso auxílio. Depende de começar.
>
> (11ª MESA REDONDA, 1951, p. 381)

A dinâmica da reunião, porém, não permite que a discussão avance e o assunto é encaminhado para a apresentação de Raul Joviano Amaral, intitulada "Reflexões sobre o preconceito de cor". Não temos registros se esta iniciativa teria sido tomada de fato, mas os últimos depoimentos da Décima Primeira Mesa Redonda, de Geraldo Campos de Oliveira, Sofia Campos Teixeira e Jorge Prado Teixeira, se concentram em encaminhar a pesquisa na direção prática.

A crítica de Geraldo Campos de Oliveira é voltada, sobretudo, ao próprio grupo e à percepção de que seria possível resolver o problema pela discussão do mesmo:

> [...] Pensava falar não propriamente quanto ao objetivo da pesquisa, mas sobre os destinos que devem ser dados a esta pesquisa. […] Vamos dar todo nosso apoio à pesquisa. Acho que deve ser prestigiada. Não é só vir aqui prestar nossos depoimentos. É preciso que nós mesmos façamos a

> nossa revolução interna. Nós devemos modificar a nossa personalidade, a nossa conduta diante desse problema. O que tenho visto é que muitas pessôas têm querido comentar a situação. É que nós nos convencemos da realidade da situação mas, continuamos na cômoda situação errada, porque já continuamos naquela pesquisa que tange para essa meta. Nós continuamos no perigo que atravessamos. [...] precisamos lutar, precisamos de lutadores com punhos de bronze. Dizemos o que pensamos; não é isso. Não precisamos de palavras microfônicas, de sessões faustósas. Precisamos apenas de um princípio. [...] Não adianta a gente querer pretender ficar nas escolhas, tomando a nossa posição [...]. Os fatos dia a dia provam que não adianta ficar assim, ficarmos nesse academismo. Porque só satisfazer a um grupo não é suficiente. É preciso que esse grupo tome uma atitude mais que o lirismo da psicologia. Queremos uma posição diante dos fatos sociais [...]. Não estamos vendo o homem das massas. Não estamos vendo o negro. Não estamos ouvindo o negro das fábricas. Não estamos vendo o negro da Casa Verde, onde êle mora. Não estamos vendo o negro, constatando de perto como êle sofre ou reage. Creio que essa pesquisa servirá para alguma cousa. Esse trabalho foi muito bem orientado, não resta dúvida e talvez eu tenha que carregar a minha culpa. Todos nós temos que carregar as nossas culpas, porque ainda somos confrades. Não sabemos lutar, enfrentar a situação como ela deve de ser enfrentada […]. (11ª MESA REDONDA, 1951, p. 399-403)

Geraldo Campos parece criticar, simultaneamente, a metodologia da pesquisa e a atitude do grupo ali reunido. Considerando que se tratava de um momento de tentativa de rearticulação daquele “meio negro”, três anos após o fechamento da Associação dos Negros Brasileiros, é plausível que as Mesas Redondas tenham sido vivenciadas desta maneira pelos presentes, especialmente porque promoviam um encontro entre duas gerações de lideranças dos movimentos sociais no “meio negro”.

Sofia Campos Teixeira também retira o foco da UNESCO e volta sua reflexão para o próprio “meio negro” e para o grupo de intelectuais em questão:

> [...] quero salientar que estou de acordo com o Prof. Métraux, quando diz que a UNESCO não pode influir diretamente, em relação ao preconceito, porque nós temos visto, assistindo muitos fatos. De fato, ela tem trabalhado muito. Acredito que a nossa situação perante a sociedade, depende muito mais de nós mesmos, porque vemos nas histórias passadas que os povos daquela época conseguiram o que queriam lutando com seus próprios elementos. Nós que estamos numa época evolutiva, temos ótimos elementos. Devemos encarar nossa situação perante a sociedade para conseguirmos todos os objetivos que desejamos e assim também podermos gozar da fraternidade e liberdade,

> isto é, liberdade que existe para todos juntos. (11ª MESA REDONDA, 1951, p. 409)

Florestan Fernandes, por sua vez, presta um esclarecimento a Geraldo Campos Oliveira, a respeito da metodologia da pesquisa, e da importância daquelas Mesas do ponto de vista da sociologia e dos estudo sobre a questão racial que haviam sido feitos até então. Segundo o sociólogo, a motivação da Comissão de Pesquisa teria sido "obter informações mais amplas não somente com os agentes positivos da investigação mas, agentes ativos de uma crítica", pois a "verdade na história" seria feita pelos brancos:[160]

> Eu queria prestar um esclarecimento ao Prof. Geraldo. É que a nossa forma de coleta de dados, não foi só através desses seminários, exclusivamente. Temos dados de outras fontes [...]. Procuramos obter informações mais amplas não somente com os agentes positivos da investigação mas, agentes ativos de uma crítica. Foi o que aconteceu, não só trazendo informações mas, discutindo conosco, mostrando como a personalidade dos senhores reagem e aproveitam esse fato. A verdade na história é feita pelos brancos e é que dentro desses, da sociologia, não temos sociólogos negros que poderiam dar o seu ponto de vista, dar a situação do grupo a que pertencem. Conhecer o ponto de vista das pessoas que façam parte de um grupo de modo que através dessa técnica possamos evitar uma porção de erros. Se ficássemos só nos quesitos, não veríamos o que os intelectuais pensam a esse respeito agora, e dessas situações o que se passa em todo o Mundo. Não é uma questão de fazer política, é uma maneira capaz de fazer com que a psicologia não seja errada, e fazer com que as respectivas pessoas sejam estudadas, para não fazermos novamente um erro. (11ª MESA REDONDA, 1951, p. 407).

[160] É interessante notar o que este esclarecimento sinaliza em termos de uma aparente radicalização do sociólogo, com relação à maneira como apresentou o método da observação em massa na Primeira Mesa Redonda. Naquele momento, se mostrava preocupado mais com os benefícios com os quais a coleta de dados poderia contar devido à multiplicação dos observadores e com as contribuições únicas que os intelectuais negros poderiam dar para esclarecer as condições de vida reais do "negro" em São Paulo, pouco conhecidas e estudadas, o que fica expresso na recomendação aos colaboradores para que relatem apenas "fatos" e não a "construção de ideias". Como mencionamos na introdução, Florestan sentiu grande identificação e comprometimento com o "negro", conforme a pesquisa ia sendo realizada, sendo que se antes havia aceitado participar de maneira relutante, o empreendimento acabou por dar um novo sentido a seu trabalho como sociólogo. Nesta última Mesa Redonda, Florestan já expressa clara e abertamente seu comprometimento com o negro.

O que podemos observar destes depoimentos não é apenas o desejo de canalizar os resultados da pesquisa à prática, ou então de cobrança para que a UNESCO tomasse providências, mas que as Mesas Redondas foram uma experiência que assumiu mais de um sentido para os atores.

A experiência foi uma metodologia de pesquisa inovadora que visava incorporar, na análise sociológica, a experiência e a visão de mundo dos sujeitos cujos comportamentos, representações e situação social eram estudados, com uma perspectiva que privilegiava o negro como "agente de uma crítica", que por sua vez poderia ser reveladora da realidade racial, de um ponto de vista objetivo.

Além disso, representaram uma ocasião em que diferentes gerações dos movimentos sociais no "meio negro" puderam se encontrar e, inevitavelmente, seus próprios desafios no que tangiam os caminhos da ação social e política tornaram-se um dado fundamental que informou as discussões. É possível verificar isto em todas as Mesas Redondas, às vezes de maneira explícita e às vezes de maneira implícita, como procuramos demonstrar.

As Mesas Redondas se encerram com uma chamada de Jorge Prado Teixeira para a criação de um "grupo prático", essencialmente uma tentativa de rearticulação, de acordo com o que havia sido exposto por Geraldo Campo Oliveira. Não temos, porém, registros destas atividades, apenas a orientação dada por Jorge Prado:

> Antes de encerrar esta sessão, quero advertir à todos que será brevemente realizada uma nova sessão, onde vamos tratar das possibilidades de nos organizarmos como um grupo, de modo a desenvolvermos um trabalho mais agrupado, seguindo assim a orientação que o Prof. Geraldo Campo de Oliveira imprimiu em seu discurso. Para a solução desses problemas condizentes da nossa comunidade e, também, considerando o que o Prof. Métraux disse ter em relação a esses grupos, seria estímulo nosso, de tal forma, dando-nos um grupo mais eficiente, imprimindo as nossas atividades, de forma a levarmos o nosso desideratum o mais breve possível. Desta forma quero me referir aos senhores todos que vamos tratar da organização desse grupo e também do aumento de pessoas para podermos acelerar os nossos trabalhos. Eu quero agradecer a presença do Sr. Alfred Métraux, do dr. Osvaldo de Andrade e, especialmente da Associação José do Patrocínio, Palmares e os membros da Sociedade Escola de Samba, que

através de seus dirigentes e representantes se fizeram comparecer nesta reunião de hoje.” (11ª MESA REDONDA, 1951, p. 409).

CONCLUSÃO

Procuramos demonstrar nesta dissertação como Florestan realiza, em *A Integração do Negro na Sociedade de Class*es, uma análise voltada para os movimentos sociais no "meio negro", de forma particular, e para o "negro", de forma geral, como sujeito possível de um processo de democratização da sociedade de classes em formação.

Nesta conclusão faremos uma breve reconstrução da tese defendida por Florestan, com o objetivo de evidenciar os parâmetros que guiam o diálogo do sociólogo com aqueles movimentos sociais e intelectuais.

Florestan demonstra, pela análise do material empírico, que as relações raciais na sociedade de classes continuaram a se organizar segundo aquele padrão tradicionalista de tratamento assimétrico, embora este encontre cada vez menos condições para sua perpetuação, especialmente na medida em que se generalizam, entre os negros, comportamentos e concepções que colidem frontalmente com a associação entre "cor" e posição social inferior.

Porém, mais importante do que a perpetuação do padrão tradicionalista na organização da dinâmica das relações raciais é o fato de que esta perpetuação corresponde a um *padrão histórico de justiça social*. Este padrão não apenas designa como a dominação racial se reproduz na sociedade de classes: ele é característico da formação e funcionamento da democracia brasileira, segundo a análise de Florestan.

Efetivamente, o que fez com que a sociedade inclusiva permanecesse indiferente ao "drama do negro" foi que ela optou, desde o início, por este padrão histórico de justiça social. Ele atende à situação de interesses dos "brancos" e, na fase de sua definição, quando da desagregação da sociedade escravocrata e da formação da ordem social competitiva, atendia aos interesses dos círculos dominantes econômica e politicamente de forma direta, sem maiores mediações:

> Nenhum interesse econômico, social ou político, bem como nenhuma consideração de caráter moral, religioso ou convencional impeliram as elites dirigentes inovações que entrosassem o sistema de relações raciais na ordem societária em emergência e em expansão. [...] De um lado, havia a propensão em isentar aquelas elites, com os círculos sociais que elas representavam – ambos dramaticamente envolvidos na exploração secular do escravo ou do liberto e na política de substituição populacional que eliminou o "negro" da arena econômica –, de "culpas objetivas" pelo desfecho melancólico dos processos abolicionista e republicano. [...] De outro lado, a orientação alternativa – que não chegou a se concretizar historicamente –, de organizar e fomentar o caminho da *integração racial democrática*, colidia com os objetivos diretos e conscientes da política de expansão econômica com base nos interesses da grande lavoura e de suas vinculações com o crescimento econômico. (FERNANDES, 2008a, p. 313)

Conforme a sociedade de classes se diversifica e, com ela, o que se poderia chamar de "situação de interesses da raça dominante", a conexão entre estes interesses e o padrão histórico de justiça social não é direta e evidente, mas continua a haver uma forte resistência à democratização racial da riqueza, da cultura e do poder.

Seus componentes fundamentais, após a expansão e desenvolvimento da sociedade de classes, não são mais o controle direto do processo de mudança social por um pequeno círculo dirigente, mas a regulação da ascensão social do "negro" pelo mecanismo de infiltração gradual (e, portanto, manutenção da desigualdade racial e seus efeitos cumulativos) e a concentração do poder político e controle do acesso a posições sociais estratégicas nas mãos dos "brancos". Assim, o processo social de integração do negro na sociedade de classes se dá de acordo com este padrão, que dissocia a integração da igualdade racial.

As principais conexões funcionais do "preconceito de cor" e implicações dinâmicas do padrão tradicionalista, conforme a formação e crescimento da sociedade de classes avançam, deixam de ser a deformação da personalidade do negro, a supressão de sua autonomia moral e a conformação de suas representações àquele padrão assimétrico. No contexto da conformação deste padrão histórico de justiça social à expansão da sociedade de classes, as

conexões funcionais fundamentais do “preconceito de cor” não se dão na forma de controles diretos sobre os comportamentos do “negro” e sim de maneira mediada.

Primeiro, o preconceito não opera mais pela identificação total do “negro” com os interesses do “branco”, mas age como influência dinâmica nos ajustamentos das relações raciais e, portanto, contribui para o fortalecimento da situação social de isolamento difuso das novas “elites negras” e para o solapamento da formação de padrões de solidariedade racial:

> Convert[e] a ascensão social em processo de desligamento da condição de “preto” e, em sentido muito amplo, de branqueamento social, anulando pela base a importância que ela poderia ter tanto para a formação de uma minoria “negra” integrada, quanto para a equiparação entre “negros” e “brancos” na estrutura social. (FERNANDES, 2008b, p. 552)

Segundo, as restrições que ele impõe ao reconhecimento do prestígio social do “negro que sobe” geram uma experiência social que permanece presa àquele “afã de pertencer ao sistema” e, portanto, gera “tensões raciais” que correspondem à maneira como se dava a dominação racial no passado, como se o “negro” ainda se encontrasse em uma situação restrita de heteronomia e total marginalização da ordem social competitiva, tirando o foco da questão fundamental:

> Restring[e] o universo reivindicatório do “negro”, concentrando sua atenção, sua insatisfação e sua ambição em torno de aspirações de igualdade social que não põem em cheque a concentração racial da “renda”, do prestígio e do poder – e, portanto, que não afetam, diretamente, a situação de interesses dos brancos como e enquanto “raça dominante”. (FERNANDES, 2008b, p. 553)

Porém, as manifestações concretas do preconceito não compõem o fator mais importante da reprodução da dominação racial na sociedade de classes: a desigualdade racial e suas conseqüências dinâmicas; a reprodução da dominação racial se dava por mecanismos que não colidiam diretamente com o funcionamento normal da ordem social competitiva.

Em adição, a negação constante do “preconceito de cor” pela sociedade também contribui para a fixação das insatisfações do “negro” em torno do reconhecimento de sua existência, o que, para Florestan, levou a uma “insistência crônica” dos movimentos sociais no “meio negro” em torno do tema.

Nos termos do que expusemos no terceiro capítulo, estas duas conexões funcionais correspondem aos obstáculos à diferenciação das impulsões igualitárias em direção ao desejo de *transformar* o sistema e à consciência de que a situação de interesses do “negro” exige a quebra daquele padrão histórico de justiça social e uma democratização racial da sociedade de classes no âmbito de todas as suas estruturas de poder: econômico, cultural e político.

Primeiro, o isolamento difuso impele o sujeito a canalizar suas frustrações para o desfrute do prestígio equivalente à sua posição social, seja extraindo-o do meio negro, seja submetendo-se às exigências de afastar-se da imagem do “preto” em suas relações com os brancos. Segundo, a sua experiência imediata leva-o a considerar que o essencial do “problema do negro” é o “preconceito de cor”, entendido como barreira à ascensão e reconhecimento sociais pela orientação que imprime aos comportamentos dos “brancos”.

Para Florestan, o combate ao “preconceito de cor” na sociedade de classes deveria se preocupar com o padrão de ascensão pela infiltração e com a desigualdade racial, ou seja, a manipulação do conceito, feita pelas lideranças dos movimentos sociais no “meio negro”, deve colocar ênfase neste como fator da perpetuação daquele padrão histórico de justiça social, pelas suas conexões funcionais de mediação entre os interesses dos “brancos” e o solapamento das condições de luta e da consciência crítica dos “negros”.

Assim como antes, o combate confinado ao “preconceito de cor”, ou seja, a luta pela redefinição dos comportamentos, continua a ser uma parte importante do que os movimentos sociais no “meio negro” devem enfrentar, mas não pelos mesmos motivos.

Florestan considera que o objetivo dos movimentos sociais no “meio negro” é, em última instância, a democratização racial da riqueza, da cultura e do poder na sociedade de classes ainda em fase de formação e em rápida expansão. Como irá apontar em sua análise destes movimentos, eles de fato responderam a este desafio histórico desde o início, mas sua atuação permaneceu presa ao combate ao “preconceito de cor” porque era preciso corrigir deformações da personalidade do negro e promover uma ressocialização adequada para a ordem social competitiva. Estes problemas eram requisitos mínimos e era imperativo, para qualquer atuação, a sua realização.

Como vimos, estes problemas encontraram, com o tempo, a sua correção, tendo o padrão tradicionalista de relações raciais entrado em crise, pois aqueles controles que exercia sobre os comportamentos dos “negros” entraram em crise. O combate ao “preconceito de cor”, agora, não corresponderia a estes controles, e sim ao combate ao isolamento difuso e acefalização do “meio negro” e à maneira enganosa como emergem as tensões raciais.

No início do século, os controles diretos do padrão tradicionalista sobre os comportamentos e percepções dos “negros” ainda se mostravam relevantes como obstáculos aos movimentos reivindicatórios. No momento da pesquisa, segundo o sociólogo, não estaríamos mais nas condições extremas de identificação com o “branco”, como as relatadas por José Correia Leite nos seguintes trechos da monografia *Movimentos sociais no meio negro*, selecionados a titulo de exemplo pelo sociólogo:

> Já não estamos em condição análoga à que existia por volta do fim da I Grande Guerra, [...] os italianos diziam aos “negros” que “fora o rei da Itália que fizera a Abolição” – e muitos deles acreditavam; nem à que prevalecia entre 1927 e 1937, em que “depois de assistir às reuniões da Frente, havia negros que comentavam com brancos as discussões presenciadas e, ouvindo deles que entre nós não eram necessários tais movimentos, nos abandonavam.” FERNANDES, 2008b, p. 87; LEITE; MOREIRA, [1951], p. 114 e 144-146)

Porém, a situação social ambígua do isolamento difuso “[...] drena e destrói improdutivamente as impulsões inconformistas” (FERNANDES, 2008b, p. 86).

Este diagnóstico é preocupante, para Florestan, por dois lados. Primeiro, não há nada que indique uma mudança social em direção a um padrão democrático de integração racial, conforme a sociedade de classes expande e se desenvolve. Pelo contrário, as mudanças sociais são reguladas por aquele padrão histórico de justiça social extremamente restritivo com relação a qualquer avanço em direção à igualdade racial e à democratização das estruturas de poder da sociedade de classes.

Segundo, também não há nenhum incentivo, na experiência social, de canalização espontânea das impulsões igualitárias emergentes no “meio negro” na direção da situação de interesses do “negro” enquanto coletividade. Seus efeitos ficam restritos à ressocializacão do “negro” e à própria crise do padrão tradicionalista, na medida em que a canalização das impulsões igualitárias às impulsões de ascensão e classificação sociais – resultante da pressão da sociedade inclusiva segundo aquele padrão – afastam o “meio negro” dos movimentos reivindicatórios:

> [...] Ao invés de fortalecerem os movimentos reivindicatórios, dando-lhes novos conteúdos e outras direções, os pequenos progressos alcançados socialmente pela "população de cor" acarretaram uma espécie de confinamento do "idealismo negro". Eles diminuíam, visivelmente, o numero de indivíduos ego-envolvidos nos movimentos. E retiraram da participação ativa o caráter nobilitante e de fonte ímpar de prestígio, que ela possuía no passado. (FERNANDES, 2008b, p. 89-90)

Estas constatações apontam Florestan para duas conclusões: do lado da sociedade inclusiva, seria preciso a intervenção neste desenvolvimento por meio de uma “política de integração racial”:

> [...] qualquer inovação construtiva, de sentido mais amplo, teria de resultar de técnicas racionais de controle [...]. Seria preciso introduzir serviços especiais, de âmbito nacional, regional e local, para lidar com os problemas práticos de absorção de contingentes populacionais diversos a uma sociedade democrática. (FERNANDES, 2008b, p. 575)

Do lado do "meio negro", se faz necessária uma reorganização dos movimentos sociais:

> [...] a única força de sentido realmente inovador e inconformista, que opera em consonância com os requisitos de integração e de desenvolvimento da ordem social competitiva, procede da ação coletiva dos homens de cor. Desse lado, a reorganização dos movimentos reivindicatórios e sua calibração ao presente parece algo fundamental. (FERNANDES, 2008b, p. 574)

Não há, na obra, muitos momentos em que Florestan expõe sistematicamente o que esta "calibração ao presente" significaria, mas alguns elementos ficam claros.

O sociólogo diz, explicitamente, que é preciso considerar a necessidade de envolver as novas "elites negras" nestes movimentos, associando-os com seus interesses (FERNANDES, 2008b, p. 574). Ou seja, é preciso combater o isolamento difuso.

Além disso – e este é o ponto menos explícito mas igualmente presente –, ao mesmo tempo que se procura envolver novos setores do "meio negro" e da sociedade nos movimentos reivindicatórios, é preciso escapar daquelas armadilhas do debate em torno do "preconceito de cor" e direcionar a ação e compreensão do "problema do negro" para aquele "pragmatismo construtivo" que animava os movimentos reivindicatórios desde o início.

Estes são os parâmetros com os quais o sociólogo analisa as discussões das Mesas Redondas; como procuramos demonstrar, estes dilemas estão presentes naquelas discussões, embora de maneira difusa e pouco aparente para os próprios sujeitos.

Há um trecho da discussão da Décima Primeira Redonda, do depoimento de Geraldo Campos de Oliveira[161], que Florestan cita – sem nenhuma referência

[161] Cf. o capítulo 4 desta dissertação, p. 254.

ou mesmo indicação de que se trata de um depoimento em público – ao falar da necessidade do combate ao isolamento difuso:

> [...] onde ele prevalece [o isolamento difuso – AMC], é impossível cultivar, com êxito amplo, o inconformismo racial. Este exige uma mentalidade avessa à capitulação passiva. [início da citação – AMC] "É preciso que nós mesmos façamos a nossa revolução interna. Nós devemos modificar a nossa personalidade, a nossa conduta diante desse problema (o preconceito de cor). O que tenho visto é que muitas pessoas têm querido comentar a situação. É que nós nos convencemos da realidade, mas continuamos na cômoda situação errada..." [fim da citação – AMC]. Permanecendo passivo diante do isolamento difuso, o "negro" não podia nem se modificar, nem intervir diretamente na transformação da ordem racial. (FERNANDES, 2008b, p. 88; 11ª MESA REDONDA, 1951, p. 399-403)

Este trecho é revelador da maneira como Florestan interpretou aquelas discussões. Em conjunto como a maneira como ele interpreta a discussão em torno do "preconceito de cor" e a insistência na técnica do desmascaramento na dimensão moral, a identificação do uso que o sociólogo fez do material empírico ajuda a esclarecer os dilemas que ele enxerga no processo social, do ponto de vista dos movimentos sociais.

Como dissemos, não há nenhum momento em que Florestan sistematiza suas considerações a respeito da "calibração ao presente" dos movimentos reivindicatórios, mas pela identificação de alguns momentos pontuais em que trata do assunto e pela sua consideração conjunta com as tensões que vemos nas Mesas Redondas, é possível chegar a algumas conclusões. Ao encerrar o capítulo sobre os movimentos sociais no "meio negro", Florestan faz algumas considerações com relação ao presente e ao futuro destes:

> Quanto ao presente e ao futuro imediato são possíveis vários prognósticos. Se as impulsões igualitárias da "população de cor" se mostrarem tímidas e fracas ou se elas forem fortes mas a sociedade de classes se revelar bastante "aberta" para atendê-los, os movimentos sociais permanecerão estagnados ou apenas desenvolverão, unilateralmente, suas atividades ressocializadoras. Contudo, eles poderão ressurgir com uma vitalidade e uma violência que não possuíam no passado. Tal coisa poderá acontecer se os anseios de classificação e de ascensão sociais do "negro" forem demasiado intensos para serem absorvidos com relativa rapidez pela sociedade de classes. Então seus

> componentes relacionados com o “protesto racial” poderiam adquirir relevo ímpar [...]. O essencial é que a “resposta” não está exclusivamente nas mãos do “negro”. Ela depende das relações que se estabelecerem entre suas necessidades sociais e a dinâmica da ordem social inclusiva. (FERNANDES, 2008b, p. 101-104)

Portanto, a questão reside na diferenciação das impulsões igualitárias em conexão com seus componentes relacionados com o “protesto racial”.

A situação de isolamento difuso empurra o “negro que sobe” em direção a um dilema moral, que só poderia ser encaminhado pela existência de solidariedade racial, por sua vez desencorajada pela mesma situação, produto das pressões da sociedade inclusiva.

Se o “negro que sobe” encontrasse uma via de encaminhamento de suas frustrações, seria possível o desenvolvimento das impulsões igualitárias na direção necessária e sua conjugação com os objetivos dos movimentos reivindicatórios. Os movimentos precisam, portanto, oferecer uma alternativa aos indivíduos e conduzir o processo de diferenciação das impulsões em direção à consciência do problema e dos meios e fins a serem manipulados.

Esta alternativa, por sua vez, não pode deixar de considerar os interesses particulares a esta camada do “meio negro”, de modo que o combate ao isolamento difuso, se for feito pelo apelo moral que a “lealdade ao grupo” tem, não surte efeitos. Trata-se, portanto, de uma questão das formas de solidariedade racial e de integração interna do “meio negro” que são adequadas ao seu desenvolvimento em uma sociedade de classes.

Ao mesmo tempo, não se pode confundir as causas do desinteresse pelos movimentos coletivos (as questões da “nossa gente”, conforme a linguagem comum nas Mesas Redondas). Não se trata, igualmente, de combater a identificação com os interesses do branco, a “bajulação” ou o complexo de inferioridade. Ou seja, a principal questão não estaria mais naquela “educação para reagir”, mas em oferecer, ao “meio negro”, alternativas às pressões da sociedade inclusiva.

Há um momento pontual da análise, no encerramento da exposição sobre os movimentos sociais no “meio negro”, em que Florestan coloca de maneira mais ou menos clara os caminhos que se apresentam aos movimentos reivindicatórios para forjar um padrão de solidariedade racial:

> Em suas manifestações mais relevantes, fomentaram tendências que pressupunham o ideal [...] de converter a “população de cor” numa minoria racial monolítica (embora em comunicação com a sociedade inclusiva).
>
> [...] [Isso] fazia com que eles não se ajustassem à realidade existente no seio da própria “população de cor”, em processo de diferenciação interna. Se isso sucedesse, vários movimentos simultâneos poderiam equacionar socialmente os interesses dos diferentes estratos daquela população, o que facilitaria a formação de uma consciência mais completa: (a) dos interesses que variam de um nível social para outro; (b) dos interesses que são comuns e que exigiriam a colaboração estreita dos diversos movimentos independentes. Semelhante processo permitiria oferecer incentivos próprios à mobilização das "classes médias de cor" (pouco identificadas com os alvos dos movimentos reivindicatórios que representam os interesses da "gente negra" monoliticamente) e corresponderia melhor ao tipo de solidariedade requerida pelo padrão integrativo da sociedade de classes. (FERNANDES, 2008b, p. 93)

Aqui, vemos explicitamente o diálogo do sociólogo com os intelectuais negros identificados com os movimentos reivindicatórios.

Em nossa leitura, a obra *A Integração do Negro na Sociedade de Classes* só pode ser compreendida integralmente se levarmos em conta este diálogo que, por vezes, não se encontra completamente explícito no livro. Por meio de uma tentativa de reconstrução da colaboração com os intelectuais negros durante a pesquisa empírica em 1951 e da identificação do material empírico selecionado e analisado pelo sociólogo na obra esperamos ter demonstrado a extensão e profundidade deste diálogo.

A Integração coloca em prática a ideia de uma sociologia como “técnica de consciência social” crítica em diferentes níveis; a análise que o sociólogo faz de todo o material relacionado às bases perceptivas e cognitivas dos sujeitos, tanto “brancos” quanto “negros” é parte deste quadro, na medida em que todos os dados relativos à “consciência social” são explicados pela sua inserção no

conjunto das relações e situações sociais dos quais fazem parte e adquirem sentido, o que por sua vez evidencia a origem de seus limites.

Porém, há uma dimensão específica da narrativa que se desenrola como um diálogo com aqueles colaboradores, e é isto que procuramos explorar neste trabalho pela exposição do uso que o sociólogo faz do material oriundo daquela colaboração, em especial das discussões das Mesas Redondas.

A utilização de Florestan deste material não é uma só, ela vai desde a mobilização de trechos de depoimentos para a exemplificação pontual de um determinado fenômeno social, a reconstrução de uma situação histórico-social com base na "tradição oral" e nas histórias de vida dos sujeitos, até a interpretação sociológica das "debilidades" de uma consciência social por meio da identificação das tensões e limites que se revelaram em uma discussão em grupo.

Em todos os casos o material empírico colhido junto aos intelectuais negros é estruturante na análise. Nos dois primeiros casos, procuramos demonstrar o papel fundamental que as histórias de vida e a monografia *Movimentos sociais no "meio negro"* têm na estruturação da narrativa que vai até o capítulo sobre os movimentos reivindicatórios, pois constituem fontes sem as quais Florestan não poderia realizar uma reconstrução histórica rica nos aspectos que procurava: as relações entre situação social e a percepção e personalidade dos sujeitos.

No caso do uso que Florestan faz de trechos dos depoimentos de Sofia Campos Teixeira, Nestor Borges e Raul Joviano Amaral nas Mesas Redondas, para demonstrar uma evolução do padrão de reação societária do "negro", há uma peculiaridade, pois se trata literalmente de um recorte de trechos de documentos que Florestan seleciona, para destacar certos aspectos desta consciência, que permaneceram na "tradição oral" do "meio negro", e recontextualizá-los de acordo com os parâmetros de sua interpretação.

Naquele momento, vemos uma amostra do procedimento do sociólogo em dialogar com os intelectuais negros colaboradores da pesquisa, mas de uma maneira mais demonstrativa e menos crítica, pois Florestan não aponta limites

daquela consciência crítica, apenas recontextualiza historicamente certos elementos, em especial a projeção da solução do problema do negro no momento após a Abolição, que já haviam sido superados mas permaneceram na "tradição oral" daqueles discursos. Seu objetivo é, ainda, a reconstrução histórica.

Apesar de se tratar de um material das Mesas Redondas, estes são documentos apresentados e lidos nestas reuniões, e não produto da dinâmica de uma discussão em grupo. É na parte relacionada às bases perceptivas e cognitivas do "negro" com relação à realidade racial que Florestan trabalha com o material das discussões propriamente ditas, em uma dimensão mais complexa e mais crítica, pois se trata de apontar não apenas os limites ou anacronismos de uma consciência crítica do "problema do negro", mas inclusive a origem destes limites.

Nesta parte, o sociólogo não apenas faz uso de trechos dos depoimentos dados das Mesas Redondas, mas interpreta os caminhos tomados pela discussão coletiva. Não se trata apenas da reconstrução e análise crítica da "tradição oral", mas da explicação sociológica de uma experiência coletiva no presente, de um grupo voltado para a articulação de novas iniciativas dos movimentos reivindicatórios. Florestan enxergou, naquelas discussões, evidências dos obstáculos e entraves que os novos movimentos sociais no "meio negro" encontravam, tanto no que toca as formulações quanto no que toca a prática.

O sociólogo percebeu e procurou apontar as armadilhas da centralização da discussão do "problema do negro" em torno do desmascaramento do "preconceito de cor", um universo de discussão que não dava conta das reivindicações feitas, embora concentrasse grande parte das energias. Também percebeu e apontou as dificuldades que encontravam na prática, pelo desinteresse e imediatismo das "elites negras" e pela sua própria posição na estrutura de poder, que restringia severamente os recursos que tinham para pôr em prática as iniciativas de grande vulto que pretendiam. Esperamos ter demonstrado, com a exposição do contexto original dos trechos selecionados por

Florestan, o caminho que o sociólogo fez em sua leitura e interpretação daquelas atas.

Embora tenhamos nos concentrado, neste trabalho, no diálogo entre o sociólogo e os intelectuais negros identificados com os movimentos reivindicatórios no contexto da pesquisa empírica de 1951 (o início daquela relação) e depois no texto de *A Integração* (obra em que Florestan expõe pela primeira vez a sua contribuição enquanto sociólogo para aqueles movimentos), esta relação é mais ampla do que exploramos. Assim, é preciso mencionar outros momentos de contato do sociólogo com os movimentos sociais após a publicação de *A Integração*.

A história da relação entre Florestan Fernandes e o "meio negro" inconformista pode ser dividida em quatro momentos: a pesquisa empírica de 1951; a Associação Cultural do Negro (1954-1964); a obra *A Integração do Negro na Sociedade de Classes* (1964); a sua atuação como intelectual público comprometido com o tema.

Destes momentos, tratamos apenas do primeiro e do terceiro, que estão ligados diretamente pelo material empírico, apesar da diferença de mais de uma década.

Quanto à Associação Cultural do Negro (ACN), ela foi fundada em São Paulo em 1954, por ocasião do Quatrocentenário de São Paulo, portanto pouco tempo depois da pesquisa UNESCO ter terminado. Seus membros e diretoria faziam parte daquele grupo que colaborou com a pesquisa e também de uma geração mais nova; seu primeiro diretor foi Geraldo Campos de Oliveira e participavam da associação José Correia Leite e José de Assis Barbosa, além de Oswaldo de Camargo e Carlos de Assumpção[162], entre outros. Em suas memórias, José Correia Leite relembra a fundação da ACN como uma iniciativa de

[162] Não temos como afirmar que Carlos de Assumpção, autor do poema *Protesto* e que recebeu o título de "Personalidade Negra" em 1958 pela ACN, seja o mesmo "Carlos Assunção" que participou da Segunda Mesa Redonda (cf. Apêndice B), mas isto nos parece plausível. Em 1951, Assumpção teria então 24 anos de idade.

José de Assis Barbosa com o intuito de reunir “elementos do passado”, que estiveram no “núcleo duro” de colaboradores da pesquisa:

> Com tudo isso, houve alguns negros interessados em fazer qualquer coisa no Quatrocentenário da Cidade [em 1954 – AMC] [...]. Por casualidade encontrei-me com o Borba, que já tinha dado uma iniciativa sobre a idéia da fundação de uma entidade cultural, de propaganda em defesa dos valores negros, isso era o suficiente para a presença do negro no movimento cultural e cívico da cidade. Então eu fui e participei de algumas reuniões, até que o próprio José de Assis Barbosa conseguiu uma sede na praça Carlos Gomes. Aí veio aquela história de os negros acharem que eu já estava superado, era uma raposa velha, um macaco velho, muito visado e ia prejudicar. Então eu falei pro Borba:
>
> - Eu continuo, mas você não me põe na direção de nada. Eu venho aqui acompanhar. Os sabidos que estão aí, com muito medo, que fiquem comandando. Eu não vou atrapalhar em nada. Apenas quero participar.
>
> Não fui eu o único nessa situação. Então o Borba disse:
>
> - Nós vamos fazer um trabalho com os elementos do passado. Vamos reconciliar todos, o grupo d’O Clarim d’Alvorada, Cultura Social, Frente Negra...
>
> Então, ele convidou várias pessoas: o Geraldo Campos, o Raul Amaral, o Lucrecio... Mas muitos deles não quiseram participar.
>
> Houve a proposta dos estatutos [...]. Já tínhamos escolhido também o nome: Associação Cultural do Negro. Muitos achavam que era uma continuação do Clube Negro de Cultura Social, mas não era disso. (LEITE; CUTI, 1992, p. 163-164)

Não dispomos de maiores informações a respeito da extensão da relação de Florestan com a ACN, porém sabemos que o sociólogo era próximo da entidade, tendo sido inclusive seu "representante para fins culturais" (DOMINGUES, 2007 apud SILVA, 2002, p. 246). O prefácio que o sociólogo escreveu ao livro *15 Poemas negros*, de Oswaldo de Camargo, foi possível graças a esta proximidade, pois Florestan frequentava a ACN (SILVA, 2012, p. 246).[163]

Após a publicação de *A Integração do Negro na Sociedade de Classes*, Florestan também atua por muitos anos como intelectual público discutindo a questão do “negro” e também continua a circular no “meio negro” e estar próximo

---

[163] “Poesia e sublimação das frustrações raciais”. Publicado como “Prefácio” In: CAMARGO, Oswaldo de. 15 Poemas Negros. São Paulo: Edição da Associação Cultural do Negro, 1961. Posteriormente publicado em: FERNANDES, Florestan. **O negro no mundo dos brancos.** São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1972.

das novas iniciativas que surgiam[164]. Os artigos escritos e conferências proferidas neste período encontram-se em sua maioria publicados em *O Negro no Mundo dos Brancos* (1972), *Circuito Fechado* (1976) e *O Significado do Protesto Negro* (1989).

O sociólogo continua a tratar dos mesmos problemas, com relação aos movimentos sociais no "meio negro", tornando mais claras algumas de suas conclusões, especialmente no que toca a radicalização e politização dos movimentos reivindicatórios e dos limites impostos pela sociedade inclusiva, pois como procura demonstrar em *A Integração*, a questão depende de ambos os lados e não está exclusivamente nas mãos do "negro".[165]

Em textos posteriores Florestan também relembra a recepção que os resultados da pesquisa tiveram naquele "meio negro". Segundo o sociólogo, o

---

[164] "Várias conferências feitas em associações culturais negras permitiram ao autor acompanhar a evolução de múltiplos aspectos da situação de contato racial e a influência que os resultados da pesquisa tiveram na qualidade da percepção da realidade e na categorias de explicação utilizadas pelos ativistas do meio negro. A última conferencia, feita sob os auspícios do Instituto Brasileiro de Estudos Africanistas, em 13/10/1975, sobre 'A atual situação do negro no Brasil – perspectivas', suscitou um longo debate e permitiu consolidar muitas das conclusões a que o autor tinha chegado previamente, explorando sua condição de membro-adotivo e pesquisador-participante" (FERNANDES, 2010, p. 302, n. xxvii). Além disso, importante lembrar que já no ano de 1964 Florestan realizou uma conferência a respeito de *A Integração* e do "mito da democracia racial" no Teatro Experimental do Negro (cf. NASCIMENTO, 1968).

[165] Na apresentação que faz em *Circuito Fechado*, por exemplo, Florestan reitera a necessidade de canalização do inconformismo e transformação dos movimentos reivindicatórios em força social e política capaz de contestar o padrão histórico de justiça social e dominação racial da sociedade de classes e democracia brasileiras, o que requer uma radicalização daquele movimento. E, ao mesmo tempo, isto não seria o suficiente, pois tal feito depende da abertura que esta sociedade apresentar para a absorção desta força pelos caminhos adequados: "A simples elevação da consciência crítica do negro não leva a nada. [...] para alterar a atual combinação entre raça e classe seria preciso que o negro utilizasse politicamente essa 'consciência crítica' [...]. Estas necessidades psicossociais e histórico-sociais, que não são atendidas e não encontram canais de encaminhamento e concretização, exigem que o inconformismo do negro adquira outro caráter, em particular que possa ser absorvido pela rede de instituições e de estruturas sociais da sociedade de classes" (FERNANDES, 2010, p. 118-119). Continuando o negro afastado de todas as posições estratégicas nas estruturas sociais – política, econômica e cultural –, os movimentos reivindicatórios são especialmente vulneráveis às pressões da sociedade e seu fracasso seria uma evidência, em realidade, do que o desenvolvimento da sociedade de classes brasileira poderia assegurar ao "negro", nada além daquele padrão histórico de justiça social: "[…] O 'negro rico' de São Paulo não ergue, apenas, a questão da 'vez do negro'. Ele nos diz, claramente, o que o capitalismo de periferia pode assegurar aos 'oprimidos', em geral, e às 'raças submetidas', em particular" (FERNANDES, 2010, p. 29).

contexto daqueles mesmos limites que o sociólogo aponta quando ao universo de discussão em torno do "preconceito de cor" contribuiu para que a pesquisa fosse bem recebida e fosse incorporada ao desmascaramento, conforme o texto de *Circuito Fechado* (1976)[166]:

> A ausência de racismo institucional, por sua vez, contribuiu para que esses resultados [...] recebessem acolhida muito favorável por parte dos radicais e ativistas negros, que viram neles um prolongamento e um aprofundamento das tentativas de desmascaramento racial encetadas pelos principais mentores do "protesto negro" nas décadas de 30 e 40 [...], o meio negro revelou uma sensibilidade maior às "verdades reveladas" ou "comprovadas". De José Correia Leite, Raul Joviano Amaral, Fernando Goes, Oswaldo de Camargo, a S. Rodrigues Alves, José Pelegrini e Abdias do Nascimento – sem enumerar os veteranos "mais conspícuos" e os "jovens mais promissores" – partiram as avaliações reativas mais entusiásticas e apologéticas, que adquiriram, na prática, o significado de um rito de adoção. Através daquela pesquisa, portanto, a sociologia não só se incorporou ao desmascaramento do mito da democracia racial – ela se inseriu, também, na confusa situação presente e nos anseios daqueles que procuram redefinir o *protesto negro* em busca de "um mundo melhor para os negros", de uma "verdadeira confraternização racial" e de "igualdade sem hipocrisia". (FERNANDES, 2010, p.103-104)

Por outro lado, para Florestan a pesquisa também poderia servir para a ampliação das bases perceptivas e cognitivas do comportamento inconformista:

> A corrente nova de negros e brancos que ostentam atitudes raciais divergentes, autenticamente democráticas e igualitárias, encontra uma base perceptiva e explicativa para a sua atuação racional e, ao servir de contrapeso, amplia o público aberto à "sociologia crítica e militante". [...] Ainda não se constituíram os meios institucionais que poderiam fazer o enlace da pesquisa sociológica com as impulsões inconformistas e inovadoras do comportamento coletivo divergente. As necessidade desse

[166] Em outro depoimento posterior, em *O significado do protesto negro* (1989), Florestan considera inclusive que a reação positiva teria sido exagerada: "A comunidade negra, por sua vez, exagerou a importância de nossa contribuição. Estava maravilhada com o fato de termos rompido aquele isolamento psicossocial e histórico, feito dele uma arma da razão e da crítica. Principalmente, ficaram encantados com o fato de suas 'lutas' terem encontrado resposta e confirmação. Parecia-lhes que a sociologia lhes abria uma 'ponta de justiça', acenando com a perspectiva de que, aquilo que não se convertera em história, poderia vir a sê-lo no futuro próximo. Fomos cuidadosos. Não tentamos indicar a falta de correlação entre a reação seletiva do negro e a gravidade do dilema racial na sociedade brasileira. [...] As transformações da sociedade logo iriam demonstrar o acerto de nossos procedimentos e dos prognósticos implícitos ou explícitos [...]" (FERNANDES, 1989, p. 107-108).

> enlace existem e impõem ao negro inconformista um novo ponto de partida, que o obriga a ser *mais realista* e, ao mesmo tempo, *mais difícil de satisfazer*. Em função do nível crítico da percepção sociológica, a negação da ordem se abre simultaneamente para a classe, a raça e seus entrelaçamentos visíveis ou invisíveis. (FERNANDES, 2010, p. 109)

Florestan segue em diálogo com as lideranças dos movimentos sociais, inclusive com as gerações mais jovens, que ganhavam proeminência a partir da década de 1970. Por motivos óbvios, não pudemos tratar deste diálogo neste trabalho, mas é importante alertar o leitor para sua continuidade, onde ganham destaque novas tendências dos movimentos sociais no "meio negro" e da relação destes com o trabalho sociológico e com os sociólogos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Fontes primárias[167]

1ª MESA REDONDA da pesquisa sobre preconceito racial no Brasil, realizada na Biblioteca Municipal, patrocinada pela Unesco, sob a presidência do prof. Roger Bastide. Mimeo, 8 mai. 1951. Documento disponível no arquivo PDF 02.04.4531 (Observação em Massa - Situação Grupal) do Fundo Florestan Fernandes (BCo/UFSCar), p. 1-53.

2ª MESA REDONDA da pesquisa sobre o preconceito racial no Brasil realizada no Salão Nobre da FFCL da USP, patrocinada pela Unesco, sob a presidência da Sra. Ruth de Souza. Mimeo, 5 jun. 1951. Documento disponível no arquivo PDF 02.04.4531 (Observação em Massa - Situação Grupal) do Fundo Florestan Fernandes (BCo/UFSCar), p. 64-119.

3ª MESA REDONDA da pesquisa sobre o preconceito racial no Brasil realizada no Salão Nobre da FFCL da USP, patrocinada pela Unesco, sob a presidência do Prof. Geraldo Campos [de Oliveira]. Mimeo, 26 jun. 1951. Documento disponível no arquivo PDF 02.04.4531 (Observação em Massa - Situação Grupal) do Fundo Florestan Fernandes (BCo/UFSCar), p. 120-175.

4ª MESA REDONDA da pesquisa sobre o preconceito racial no Brasil realizada no Salão Nobre da FFCL da USP, patrocinada pela Unesco, sob a presidência do Prof. Afonso Dias. Mimeo, 24 jul. 1951. Documento disponível no arquivo PDF 02.04.4531 (Observação em Massa - Situação Grupal) do Fundo Florestan Fernandes (BCo/UFSCar), p. 176-223.

5ª MESA REDONDA da pesquisa sobre o preconceito racial no Brasil realizada no auditório da Biblioteca Municipal, patrocinada pela Unesco, sob a

[167] Constam nestas Referências como fontes primárias os documentos que consultamos no Fundo Florestan Fernandes (FFF) para o desenvolvimento da presente pesquisa. É importante alertar o leitor que fomos nós quem normalizamos cada entrada de acordo com a ABNT, inclusive acrescentando informações que não estão diretamente disponíveis no sistema de busca do próprio FFF (como, por exemplo, a identificação que realizamos nos originais, muitas vezes manuscritos, dos nomes dos colaboradores da pesquisa que preencheram os formulários de observação em massa individual: Jayme de Aguiar, Lazaro Barbosa, José Correia Leite, Jorge Prado Teixeira ou mesmo Marialice Mencarini Foracchi). Para o leitor interessado em ter acesso a estes documentos no FFF, sugerimos a utilização do Apêndice A desta dissertação como guia, pois lá sistematizamos o conteúdo dos arquivos PDF disponíveis no FFF, inclusive discriminando as paginações inicial e final de cada documento no PDF, o que facilita imensamente a sua localização.

presidência do Prof. Arlindo Veiga dos Santos. Mimeo, 26 jul. 1951. Documento disponível no arquivo PDF 02.04.4531 (Observação em Massa - Situação Grupal) do Fundo Florestan Fernandes (BCo/UFSCar), p. 224-275.

6ª MESA REDONDA da pesquisa sobre o preconceito racial no Brasil realizada na FFCL da USP, patrocinada pela Unesco, sob a presidência da Profa. [Maria] Aparecida Camargo. Mimeo, 7 ago. 1951. Documento disponível no arquivo PDF 02.04.4531 (Observação em Massa - Situação Grupal) do Fundo Florestan Fernandes (BCo/UFSCar), p. 276-339.

11ª MESA REDONDA da pesquisa sobre o preconceito racial no Brasil realizada na FFCL da USP. Mimeo, 17 nov. 1951. Documento disponível no arquivo PDF 02.04.4531 (Observação em Massa - Situação Grupal) do Fundo Florestan Fernandes (BCo/UFSCar), p. 341-412.

AGUIAR, Jayme de. **Caso 5 - Negros**. Manuscrito de próprio punho, [s.d.]. Documento disponível no arquivo PDF 02.04.4530 (Observação em Massa - Questionários e depoimentos livres de militantes e informantes) do Fundo Florestan Fernandes (BCo/UFSCar), p. 101-115.

[AMARAL, Raul Joviano]. **Frente Negra Brasileira**: suas finalidades e obras realizadas. [1936]. Documento disponível no arquivo PDF 02.04.4540 (Documentação Escrita) do Fundo Florestan Fernandes (BCo/UFSCar), p. 39-45.

AMARAL, Raul Joviano. **Reflexões sobre o preconceito**, [1951]. Documento disponível no arquivo PDF 02.04.4531 (Observação em Massa - Situação Grupal) do Fundo Florestan Fernandes (BCo/UFSCar), p. 383-393.

ATAS do Seminário de Debates. Manuscrito, [s.d.]. Documento disponível no arquivo PDF 02.04.4535 (**Seminários - Associação José do Patrocínio**) do Fundo Florestan Fernandes (BCo/UFSCar), p. 1-158.

BARBOSA, Lazaro. **Caso 2 - Negros**. Manuscrito de próprio punho, [s.d.]. Documento disponível no arquivo PDF 02.04.4530 (Observação em Massa - Questionários e depoimentos livres de militantes e informantes) do Fundo Florestan Fernandes (BCo/UFSCar), p. 78-83 e 85.

BARBOSA, Lazaro. **Carta a Ermelinda de Castro**. Manuscrito de próprio punho, [s.d.]. Documento disponível no arquivo PDF 02.04.4530 (Observação em

Massa - Questionários e depoimentos livres de militantes e informantes) do Fundo Florestan Fernandes (BCo/UFSCar), p. 84.

CASO 4 - Brancos. Manuscrito, coletado por Angelina Cabral de Teves, [s.d.]. Documento disponível no arquivo PDF 02.04.4530 (Observação em Massa - Questionários e depoimentos livres de militantes e informantes) do Fundo Florestan Fernandes (BCo/UFSCar), p. 35-43.

ESTUDO de caso - cortiço em Jacareí. Manuscrito, [s.d.]. Documento disponível no arquivo PDF 02.04.4539 (Estudos de Caso II) do Fundo Florestan Fernandes (BCo/UFSCar), p. 19-45.

[FORACCHI, Marialice Mencarini]. **Caso 5 - Brancos**. Manuscrito, [s.d.]. Documento disponível no arquivo PDF 02.04.4530 (Observação em Massa - Questionários e depoimentos livres de militantes e informantes) do Fundo Florestan Fernandes (BCo/UFSCar), p. 44-58.

LEITE, José Correia. **Caso 1 - Mulatos**. Manuscrito de próprio punho, [s.d.]. Documento disponível no arquivo PDF 02.04.4530 (Observação em Massa - Questionários e depoimentos livres de militantes e informantes) do Fundo Florestan Fernandes (BCo/UFSCar), p. 59-70.

LEITE, José Correia; MOREIRA, Renato Jardim. **Movimentos sociais no meio negro**. Mimeo, [1951]. Documento disponível no arquivo PDF 02.04.4527 (Estudos de Caso) do Fundo Florestan Fernandes (BCo/UFSCar), p. 110-175.

LUCRÉCIO, Francisco; MOREIRA, Renato Jardim. **Relações entre crianças brancas e negras em parques infantis da capital**. Mimeo, [s.d.]. Documento disponível no arquivo PDF 02.04.4527 (Estudos de Caso) do Fundo Florestan Fernandes (BCo/UFSCar), p. 194-199.

MOREIRA, Renato Jardim. **Depoimento (observação em massa individual)**. Mimeo, [s.d.]. Documento disponível no arquivo PDF 02.04.4525 (Material de pesquisa: coleta de dados sobre relações raciais) do Fundo Florestan Fernandes (BCo/UFSCar), p. 125-151.

MOREIRA, Renato Jardim; LEITE, José Correia. **História de vida de José Correia Leite**. Mimeo, [1951]. Documento disponível no arquivo PDF 02.04.4528 (Histórias de Vida) do Fundo Florestan Fernandes (BCo/UFSCar), p. 34-64.

MOREIRA, Renato Jardim; LUCRÉCIO, Francisco. **História de vida de Francisco Lucrécio**. Mimeo, [1951]. Documento disponível no arquivo PDF 02.04.4528 (Histórias de Vida) do Fundo Florestan Fernandes (BCo/UFSCar), p. 1-33.

REUNIÃO das senhoras de cor, realizada na FFCL da USP. Mimeo, 14 ago. 1951. Documento disponível no arquivo PDF 02.04.4534 (**Reunião com Mulheres**) do Fundo Florestan Fernandes (BCo/UFSCar), p. 1-13.

SANTOS, Arlindo Veiga dos. **Manifesto à gente negra brasileira**. Frente Negra Brasileira, São Paulo, 2 dez. 1931. Documento disponível no arquivo PDF 02.04.4540 (Documentação Escrita) do Fundo Florestan Fernandes (BCo/UFSCar), p. 30-38.

TEIXEIRA, Jorge Prado. **Caso 10 - Negros**. Autobiografia (observação em massa individual). Mimeo, [s.d.]. Documento disponível no arquivo PDF 02.04.4530 (Observação em Massa - Questionários e depoimentos livres de militantes e informantes) do Fundo Florestan Fernandes (BCo/UFSCar), p. 149-167.

[TEIXEIRA, Jorge Prado?]. **Relatório - arregimentação eleitoral e politização no meio negro**. Mimeo, [s.d.]. Documento disponível no arquivo PDF 02.04.4539 (Estudos de Caso II) do Fundo Florestan Fernandes (BCo/UFSCar), p. 1-14.

TEIXEIRA, Jorge Prado. **Relatório - Casamento de negros qualificados na classe alta da comunidade negra**. Mimeo, 10 nov. 1951. Documento disponível no arquivo PDF 02.04.4538 (Fichas: Roger Bastide) do Fundo Florestan Fernandes (BCo/UFSCar), p. 2-4.

[TEVES, Angelina Cabral de?]. **Caso 3 - Brancos**. Mimeo, [s.d.]. Documento disponível no arquivo PDF 02.04.4530 (Observação em Massa - Questionários e depoimentos livres de militantes e informantes) do Fundo Florestan Fernandes (BCo/UFSCar), p. 21-34.

Fontes secundárias

[ABATAYGUARA], José[B]ento [Ângelo]. O Brasil à luz da theosophia. **Revista do Brasil**, São Paulo, n. 69, p. 49-57, set. 1921.

AGUIAR, Jayme de. Depoimento. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, São Paulo, n. 20, p. 130-137, 1978.

ALBERTO, Paulina L. **Terms of Inclusion**: Black Intellectuals in Twentieth-Century Brazil. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 2011.

AMARAL, Raul Joviano. Roger Bastide - no coração do negro. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, São Paulo, n. 20, p. 126-129, 1978.

ASSOCIAÇÃO DOS ANTIGOS ALUNOS DA FACULDADE DE MEDICINA DA USP. **Formados na Turma de 1947**. Disponível em: <http://www.aaafmusp.org.br/murais/murais-turmas/d-40/1947/1947-formados.html>. Acesso em: 03 mar. 2013.

BARBOSA, Kátia Maria de Aguiar. **Um educador negro na Chapada Diamantina**: a história ainda não contada. Orient. Jaci Maria Ferraz de Menezes. Dissertação (Mestrado em Educação) – UNEB, Salvador, 2008.

BASTIDE, Roger. A imprensa negra do estado de São Paulo. **Boletim de Sociologia**, São Paulo, v. CXXI, n. 2, p. 50-78, 1951.

BASTIDE, Roger. Introdução ao estudo das técnicas de história de vida. **Revista Sociologia**, São Paulo, v. 15, n. 1, p. 3-7, mar. 1953.

BASTIDE, Roger; FERNANDES, Florestan. **Brancos e negros em São Paulo**: ensaio sociológico sobre aspectos da formação, manifestações atuais e efeitos do preconceito de cor na sociedade paulistana. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1959.

BASTIDE, Roger; FERNANDES, Florestan (Org.). **Relações raciais entre negros e brancos em São Paulo**. São Paulo: UNESCO/Anhembi, 1955.

BEGLIOMINI, Helio. **Alípio Corrêa Netto**. s/d. Disponível em: <www.academiamedicinasaopaulo.org.br/biografias/12/BIOGRAFIA-ALIPIO-CORREA-NETTO.pdf>. Acesso em: 03 mar. 2013.

CANDIDO, Antonio. Entrevista. In: JACKSON, Luiz Carlos. **A tradição esquecida**: Os parceiros do Rio Bonito e a sociologia de Antonio Candido. Belo Horizonte: UFMG; São Paulo: FAPESP, 2002. p. 148-176.

CARLOS DE ASSUMPÇÃO. In: **Portal da Literatura Afro-brasileira**. Disponível em: <http://www.letras.ufmg.br/literafro/>. Acesso em: 04/03/2013.

CÓSCIA, Vera Lucia; FRANCO, Izabel da Mota. Disponibilização do Fundo Florestan Fernandes: a experiência da Biblioteca Comunitária da UFSCar na adequação de uma base de dados. **XXIV Congresso Brasileiro de Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação**, Maceió, 2011.

COSTA, Diogo Valença de Azevedo. A intelectualidade negra de São Paulo e o Projeto Unesco: a construção de uma contra-ideologia racial. **XIII Congresso Brasileiro de Sociologia**, Recife, 2007.

CUNHA, Paulo Ribeiro da. Um Manifesto elaborado no calor das batalhas. In: PENNA, Lincoln de Abreu (Org.). **Manifestos políticos do Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: E-papers, 2008.

DOMINGUES, Petrônio. O recinto sagrado: educação e antirracismo no Brasil. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 39, n. 138, p. 963-994, set./dez. 2009.

FERNANDES, Florestan. A história de vida na investigação sociológica: seleção dos sujeitos e suas implicações. In: FERNANDES, Florestan. **Ensaios de sociologia geral e aplicada**. São Paulo: Pioneira, 1959 [1956].

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**, v. 1. São Paulo: Globo, 2008a.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**, v. 2. São Paulo: Globo, 2008b.

FERNANDES, Florestan. **A sociologia no Brasil**: contribuição para o estudo de sua formação e desenvolvimento. Petrópolis: Vozes, 1977.

FERNANDES, Florestan. **A sociologia numa era de revolução social**. 2ª ed. reorganizada e ampliada. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

FERNANDES, Florestan. **Circuito Fechado**: quatro ensaios sobre o "poder institucional". São Paulo: Globo, 2010.

FERNANDES, Florestan. **O negro no mundo dos brancos**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1972.

FERNANDES, Florestan. **O significado do protesto negro**. São Paulo: Cortez, 1989.

FERNANDES, Florestan. Sobre o trabalho teórico. **Trans/Form/Ação**, Marília, v. 2, p. 5-86, 1975.

FERRARA, Miriam Nicolau. **A imprensa negra paulista, 1915-1963**. São Paulo: FFLCH-USP, 1986.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo; MACEDO, Márcio. Diário Trabalhista e democracia racial negra dos anos 1940. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 51, n. 1, p. 143-182, 2008.

HECKER, Alexandre. **Socialismo sociável**: história da esquerda democrática em São Paulo (1945-1965). São Paulo: UNESP, 1998.

JINARAJADASA, Curuppumullage. **The First Principles of Theosophy**, [1921]. Disponível em: <http://api.ning.com/files/vGOdtPwwDjVo3JeYr7ala8wTfjb0Wh2MpVkcmp*atYxFgrfQAyvizCT22E2ehEh0*gHW*KPGLqZkdFdSIMCJ2sRnJyZiQehN/THEFIRSTPRINCIPLESOFTHEOSOPHY.pdf>. Acesso em: 31 mai. 2013.

KÖSSLING, Karina Sant'Anna. **As lutas anti-racistas de afro-descendentes sob vigilância do DEOPS/SP (1964-1983)**. Orient. Leila Maria Gonçalves Leite Hernandez. Dissertação (Mestrado em História Social) – FFLCH/USP, São Paulo, 2007.

LEITE, José Correia. Depoimento. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, São Paulo, n. 20, p. 129-130, 1978.

LEITE, José Correia. Depoimento. In: BARBOSA, Márcio (Org.). **Frente Negra Brasileira**: depoimentos. São Paulo: Quilombhoje, 1998. p. 65-80.

LEITE, José Correia. O Esgar do Sr. Paulo Duarte, [1947]. In: LEITE, José Correia; CUTI. **... E o disse o velho militante José Correia Leite**: depoimentos e artigos. São Paulo: Secretaria Municipal de Cultura, 1992. p.

258-259.

LEITE, José Correia; CUTI. **... E o disse o velho militante José Correia Leite**: depoimentos e artigos. São Paulo: Secretaria Municipal de Cultura, 1992.

LEME, Luiz Gonzaga da Silva. **Genealogia Paulistana**, vol. 2. São Paulo: s. ed., 1904. Versão digital do Projeto Genealogia Paulistana disponível em: <buratto.org/paulistana/agradecimentos.htm>. Acesso em: 24 out. 2013.

LOMÔNACO, José Fernando Bitencourt. Resgatando a memória dos Patronos - Vida e Obra de Eurípedes Simões de Paula. **Boletim Academia Paulista de Psicologia**, São Paulo, ano XX, nº 2/00, p. 5-11, [2000]. Disponível em: <www.psi.bvs.br/local/file/subsidios/simoesdepaula.pdf>. Acesso em: 24 out. 2013.

LUCRÉCIO, Fernando. Depoimento. In: BARBOSA, Márcio (Org.). **Frente Negra Brasileira**: depoimentos. São Paulo: Quilombhoje, 1998. p. 35-64.

MAIO, Marcos Chor. **A história do projeto UNESCO no Brasil**. Orient. José Murilo de Carvalho. Tese (Doutorado em Ciencia Política) – IUPERJ, Rio de Janeiro, 1997.

MAIO, Marcos Chor. Projeto UNESCO e a agenda das ciências sociais nos anos 40 e 50. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 14, n. 41, p. 141-158, out. 1999.

MÉTRAUX, Alfred. Brazil: Land of Harmony for all Races? **UNESCO Courier**, Paris, v. IV, n. 4, p. 3, april 1951. Disponível em: <unesdoc.unesco.org/images/0007/000735/073516eo.pdf>. Acesso em: 28 abr. 2013.

MOREIRA, Renato Jardim. A história de vida na pesquisa sociológica. **Revista Sociologia**, São Paulo, v. 15, n. 1, p. 25-30, mar. 1953.

NASCIMENTO, Abdias (Org.). **O negro revoltado**. Rio de Janeiro: GRD, 1968.

NASCIMENTO, Elisa Larkin. O movimento social afro-brasileiro no século XX: um esboço sucinto. In: NASCIMENTO, Elisa Larkin (Org.). **Cultura em movimento**: matrizes africanas e ativismo negro no Brasil, Volume 2. São Paulo: Selo Negro, 2008. p. 93-178.

OLIVEIRA, Eduardo de. **Quem é quem na negritude brasileira**. São Paulo: Congresso Nacional Afro-Brasileiro, 1998.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. Histórias de vida e depoimentos pessoais. **Revista Sociologia**, São Paulo, v. 15, n. 1, p. 8-24, mar. 1953.

QUINTÃO, Antonio Aparecida. **Irmandades negras**: outro espaço de luta e resistência (São Paulo: 1870-1890). São Paulo: Annablume; Fapesp, 2002.

RAIDE, Elias. Dois primos e duas teorias no Teatro Experimental do Negro. **Diário da Noite**, São Paulo, 24 jan. 1958. Disponível no Arquivo Temático do CNFCP (Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular): <http://www.cnfcp.gov.br/index.php>. Acesso em: 02 mar. 2013.

SANTANA, Edgard T. **Relações entre pretos e brancos em São Paulo**: "preconceito de cor" – Estudo de Cooperação à UNESCO. São Paulo: Editora do Autor, 1951.

SANTOS, Karla de Oliveira. **As relações étnico-raciais no livros didático da educação de jovens e adultos**: implicações curriculares para uma sociedade multicultural. Orient. Edna Cristina do Prado. Dissertação (Mestrado em Educação) – UFAL, Maceió, 2011.

SIEGEL, Micol. Mães pretas, filhos cidadãos. In: CUNHA, Olívia Maria Gomes da; GOMES, Flávio dos Santos (Org.). **Quase-cidadão**: histórias e antropologias da pós-emancipação no Brasil. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

SILVA, Joselina da. A União dos Homens de Cor: aspectos do movimento negro dos anos 40 e 50. **Estudos Afro-Asiáticos**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 2, p. 215-235, 2003.

SILVA, Mário Augusto Medeiros da. Fazer história, fazer sentido: Associação Cultural do Negro (1954-1964). **Lua Nova**, São Paulo, n. 85, p. 227-273, 2012.

SILVA, Zélia Lopes (Org.). **Catálogo da Imprensa Negra (1903-1963)**. 2008. Disponível em: <http://www.assis.unesp.br/#!/cedap---centro-de-documentacao-e-apoio-a-pesquisa/acervo-do-cedap/catalogo-da-imprensa-negra/>. Acesso em: 02 mar. 2013.

WILLCOCK, H. D. Observação em massa. Trad. Donald Pierson. **Revista Sociologia**, São Paulo, v. 6, n. 3, ago. 1944.

APÊNDICE A – Relação dos documentos do Fundo Florestan Fernandes

Este Apêndice busca ser uma apresentação de alguns dos documentos relacionados à pesquisa sobre o negro. Espera-se, desta forma, que a Dissertação contribua para a publicização e divulgação da existência destes documentos, a fim de fomentar novas pesquisas e convidar outros pesquisadores para a exploração do rico material ali disponível.

O Fundo Florestan Fernandes disponibiliza para consulta arquivos PDF que são digitalizações feitas de acordo com o princípio da proveniência, utilizado na Arquivologia, o qual prescreve a manutenção da ordenação dos documentos deixada pelo seu criador.[168] Desta forma, cada PDF corresponde a um conjunto de diferentes documentos, originalmente organizados e arquivados juntos pelo próprio Florestan. Daí resultou nossa decisão de elaborar este guia, discriminando todos os documentos por página e normalizando-os de acordo com a ABNT. Para compreender a notação adotada, seguem exemplificações.

Entre colchetes se encontra o número do arquivo PDF por meio do qual é possível pedir o seu acesso no Fundo:

[02.04.4527]

Em seguida vem o nome do arquivo PDF que consta no Fundo:

Estudos de caso

Por fim, a entrada do arquivo termina com a quantidade de páginas do PDF:

---

[168] Para mais informações a respeito da organização do Fundo Florestan Fernandes, consultar a responsável Vera Lúcia Costa e o Prof. Dr. Diogo Valença de Azevedo Costa (UFPE), parceiro do Fundo que contribui com o estudo e revisão da organização original de Florestan Fernandes; cabe notar que a primeira apresentação das atas das Mesas Redondas como material empírico coletado para a Pesquisa UNESCO encontra-se em trabalho do referido professor (cf. COSTA, 2007).

(199 páginas)

Em seguida, são descritas as referências de cada documento presente no arquivo PDF em questão, com sua paginação inicial e final (sempre seguimos a numeração de página do próprio arquivo PDF, não a numeração criada por Florestan ou presente em cada um dos documentos individuais).

Muitas vezes, os arquivos PDF contém uma ficha no meio das páginas entre cada documento ou até mesmo no interior de um mesmo documento, fichas estas inseridas pelo próprio Florestan como maneira de organizar seus materiais; por esta razão, às vezes a paginação presente em citações pula em números pares ou ímpares.

Em outras circunstâncias, se o documento não é nem mimeografado e nem um recorte de jornal, a sua condição de "manuscrito" pode significar que a sua leitura é praticamente impossível (principalmente nos casos em que a letra é do punho do próprio Florestan). Nestes casos, não nos foi possível dividir o arquivo PDF em cada um dos seus documentos constituintes, nem referir às suas respectivas paginações.

[02.04.4525] Material de pesquisa: coleta de dados sobre relações raciais (166 páginas)

p. 1-109: FERNANDES, Florestan; MOREIRA, Renato Jardim. **Conversas informais**. Anotações manuscritas, [s.d.].

p. 110: FERNANDES, Florestan. **Conversas focalizadas**. Anotações manuscritas, [s.d.].

p. 125-151: MOREIRA, Renato Jardim. **Depoimento (observação em massa individual)**. Mimeo, [s.d.].

p.152-166: FORACCHI, Marialice Mencarini. **Relatório. Questionários aplicados em fábrica de massas e café**. Mimeo, [s.d.].

[02.04.4526] Entrevistas (426 páginas)

p. 1-50: MOREIRA, Renato Jardim. **Entrevistas formais**. Mimeo, [s.d.].

p. 51-426: MOREIRA, Renato Jardim; FERNANDES, Florestan; HERMANN, Lucila; BASTIDE, Roger; [A.C.L.]. **Entrevistas informais**. Mimeo e manuscrito, [s.d.].

[02.04.4527] Estudos de caso (199 páginas)

p. 1-39: MOREIRA, Renato Jardim. **Bailes de negros**. Mimeo, [s.d.].

p. 40-59: RELATOS de pessoas de famílias tradicionais. Mimeo, [s.d.].

p. 60-71: [ALMEIDA, Gastão Thomaz de?]. **Alguns aspectos da imprensa de negros em São Paulo**. jul. 1951.

p. 72-95: CARDOSO, Fernando Henrique. **Relatório. Imprensa negra em São Paulo**. Exame de seis números do jornal "O Novo Horizonte". Mimeo, set. 1951.

p. 96-109: MOREIRA, Renato Jardim. **Relatório da leitura de noticiário de jornal. O caso Katherine Dunham**. Mimeo, [s.d.].

p. 110-175: LEITE, José Correia; MOREIRA, Renato Jardim. **Movimentos sociais no meio negro**. Mimeo, [1951].

p. 176-193: PEREIRA DE QUEIROZ, Maria Isaura. **Relatório sobre os artigos de jornais colecionados pelo prof. Roger Bastide. Problemas do negro brasileiro**. Mimeo, [s.d.].

p. 194-199: LUCRÉCIO, Francisco; MOREIRA, Renato Jardim. **Relações entre crianças brancas e negras em parques infantis da capital**. Mimeo, [s.d.].

[02.04.4528] História de Vida (64 páginas)

p. 1-33: MOREIRA, Renato Jardim; LUCRÉCIO, Francisco. **História de vida de Francisco Lucrécio**. Mimeo, [1951].

p. 34-64: MOREIRA, Renato Jardim; LEITE, José Correia. **História de vida de José Correia Leite**. Mimeo, [1951].

[02.04.4530] Observação em Massa - Questionários e depoimentos livres de militantes e informantes (167 páginas)

p. 1-7: CASO 1 - Brancos. Manuscrito, [s.d.].

p. 8-20: [TEVES, Angelina Cabral de?]. **Caso 2 - Brancos**. Mimeo, [s.d.].

p. 21-34: [TEVES, Angelina Cabral de?]. **Caso 3 - Brancos**. Mimeo, [s.d.].

p. 35-43: CASO 4 - Brancos. Manuscrito, coletado por Angelina Cabral de Teves, [s.d.].

p. 44-58: [FORACCHI, Marialice Mencarini]. CASO 5 - Brancos. Manuscrito, [s.d.].

p. 59-70: LEITE, José Correia. **Caso 1 - Mulatos**. Manuscrito de próprio punho, [s.d.].

p. 71-77: CASO 1 - Negros. Manuscrito por Fernando Henrique Cardoso, [s.d.].

p. 78-83 e 85: BARBOSA, Lazaro. **Caso 2 - Negros**. Manuscrito de próprio punho, [s.d.].

p. 84: BARBOSA, Lazaro. **Carta a Ermelinda de Castro**. Manuscrito, [s.d.].

p. 86-92: CASO 3 - Negros. Manuscrito de próprio punho, [s.d.].

p. 93-101: CASO 4 - Negros. Manuscrito por Ruth Vilaça Correia Leite [Cardoso], [s.d.].

p. 101-115: AGUIAR, Jayme de. **Caso 5 - Negros**. Manuscrito de próprio punho, [s.d.].

p. 116-129: CASO 6 - Negros. Manuscrito por Fernando Henrique Cardoso, [s.d.].

p. 130-134: CASO 7 - Negros. Manuscrito por Marialice Mencarini Foracchi, [s.d.].

p. 135-138: CASO 8 - Negros. Manuscrito por Marialice Mencarini Foracchi, [s.d.].

p. 139-143: CASO 9 - Negros. Mimeografado por Maria Sylvia de Carvalho Franco, [s.d.].

p. 144-148: CASO 9 - Negros, notas da pesquisadora. Mimeografado por Maria Sylvia de Carvalho Franco, [s.d.].

p. 149-167: TEIXEIRA, Jorge Prado. **Caso 10 - Negros**. Autobiografia (observação em massa individual). Mimeo, [s.d.].

[02.04.4531] Observação em Massa (situação grupal) (540 páginas)[169]

p. 1-53: 1ª MESA REDONDA da pesquisa sobre preconceito racial no Brasil, realizada na Biblioteca Municipal, patrocinada pela Unesco, sob a presidência do prof. Roger Bastide. Mimeo, 8 mai. 1951.

p. 54-63: CUSTÓDIO, Vicente de Paula. **O preconceito racial no Brasil**. Palestra realizada na Biblioteca Municipal pelo representante da Irmandade Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos de São Paulo. Mimeo, 8 mai. 1951.

[169] As Mesas Redondas 7 a 10 foram perdidas, como comprova anotação manuscrita do próprio Florestan: "[as reuniões: VIIª, VIIIª, IXª e Xª foram perdidas, por irresponsabilidade e incompetência da equipe de taquígrafos. Todo o material destas reuniões se perdeu. O pouco que se salvou: estão em minhas notas pessoais]" (p. 340 do documento 02.04.4531 (Observação em Massa - situação grupal) do Fundo Florestan Fernandes).

p. 64-119: 2ª MESA REDONDA da pesquisa sobre o preconceito racial no Brasil realizada no Salão Nobre da FFCL da USP, patrocinada pela Unesco, sob a presidência da Sra. Ruth de Souza. Mimeo, 5 jun. 1951.

p. 120-175: 3ª MESA REDONDA da pesquisa sobre o preconceito racial no Brasil realizada no Salão Nobre da FFCL da USP, patrocinada pela Unesco, sob a presidência do Prof. Geraldo Campos. Mimeo, 26 jun. 1951.

p. 176-223: 4ª MESA REDONDA da pesquisa sobre o preconceito racial no Brasil realizada no Salão Nobre da FFCL da USP, patrocinada pela Unesco, sob a presidência do Prof. Afonso Dias. Mimeo, 24 jul. 1951.

p. 224-275: 5ª MESA REDONDA da pesquisa sobre o preconceito racial no Brasil realizada no auditório da Biblioteca Municipal, patrocinada pela Unesco, sob a presidência do Prof. Arlindo Veiga dos Santos. Mimeo, 26 jul. 1951.

p. 276-339: 6ª MESA REDONDA da pesquisa sobre o preconceito racial no Brasil realizada na FFCL da USP, patrocinada pela Unesco, sob a presidência da Profa. Aparecida Camargo. Mimeo, 7 ago. 1951.

p. 341-412: 11ª MESA REDONDA da pesquisa sobre o preconceito racial no Brasil realizada na FFCL da USP. Mimeo, 17 nov. 1951.

p. 383-393: AMARAL, Raul Joviano. **Reflexões sobre o preconceito**, [1951].

p. 412-540: FERNANDES, Florestan. **"Atitudes raciais"**. Fichas manuscritas sobre material coligido por Roger Bastide, [s.d.].

[02.04.4534] Reunião com Mulheres (95 páginas)

p. 1-13: REUNIÃO das senhoras de cor, realizada na FFCL da USP. Mimeo, 14 ago. 1951.

p. 14-62: REUNIÃO com mulheres, [s.l.?]. Manuscrito, 31 jul. 1951.

p. 63-80: REUNIÃO com mulheres, [s.l.?]. Manuscrito, 18 jul. 1951.

p. 81-92: REUNIÃO com mulheres, [s.l.?]. Manuscrito, 3 jul. 1951.

p. 93-95: REUNIÃO com mulheres, [s.l.?]. Manuscrito, 25 jun. 1951.

[02.04.4535] Seminários (Associação José do Patrocínio) (158 páginas manuscritas, s.d.)

[02.04.4538] Fichas: Roger Bastide (9 páginas)

p. 2-4: TEIXEIRA, Jorge Prado. **Relatório - Casamento de negros qualificados na classe alta da comunidade negra**. Mimeo, 10 nov. 1951.

[02.04.4539] Estudos de Caso II (153 páginas)

p. 1-14: [TEIXEIRA, Jorge Prado?]. **Relatório - arregimentação eleitoral e politização no meio negro**. Mimeo, [s.d.].

p. 15-18: AMARAL, Raul Joviano. **Documentos - candidatura nas eleições**. out. 1950.

p. 19-45: ESTUDO de caso - cortiço em Jacareí. Manuscrito, [s.d.].

p. 46-54: FORACCHI, Marialice Mencarini. **Estudo de caso - cortiços na Capital**. Mimeo, [s.d.].

p. 55-93: FORACCHI, Marialice Mencarini. **Negro no folclore e na música popular**. Mimeo, [s.d.].

p. 94-153: [OLIVEIRA, Lólio Lourenço?]. **Negro na música popular**. Mimeo, [s.d.].

[02.04.4540] Documentação Escrita (114 páginas)

p. 4-12: ANNAES DA CAMARA DOS DEPUTADOS DE SÃO PAULO. 13ª Sessão Ordinária, 31 jul. 1928.

p. 13-18: PRADO, Orlando de Almeida. **Manifesto com que Orlando de Almeida Prado, candidato à Deputado Federal, se apresenta ao eleitorado de São Paulo**. 1950. Notas manuscritas.

p. 19-21: NA CAMARA municipal. **Diário Popular**, São Paulo, 25 set. 1951.

p. 22-24: I CONVENÇÃO PAULISTA DO NEGRO. **Regimento Interno**, abr. 1956.

p. 25-29: SANTANA, Edgard Teotonio. A fuga do negro brasileiro para a filosofia existencialista. **I Congresso Nacional de Filosofia**, São Paulo, ago. 1954.

p. 30-38: SANTOS, Arlindo Veiga dos. **Manifesto à gente negra brasileira**. Frente Negra Brasileira, São Paulo, 2 dez. 1931.

p. 39-45: [AMARAL, Raul Joviano]. **Frente Negra Brasileira**: suas finalidades e obras realizadas. [1936].

p. 46-57: SANTANA, Edgard Theotonio. Higiene mental para o negro brasileiro. **Primeiro Congresso Latino-Americano de Saúde Mental**, [São Paulo], 1954.

p. 58: OLIVEIRA, José da Silva. A ideia de um Cristo preto brasileiro. **Cruzada Cultural**, São Paulo, ano VI, n. 21, fev./abr. 1956.

p. 59-62: MOREIRA, Renato Jardim. **A Lei Afonso Arinos**. Mimeo, [1951?].

p. 63-66: CONTRA o preconceito de raça. **Jornal de Letras**, Rio de Janeiro, ano III, n. 26, ago. 1951. Anotações manuscritas.

p. 67-70: LUGAR ao Sol para os negros do Brasil. **Diário da Noite**, São Paulo, 5 jul. 1951.

p. 71-72: TEIXEIRA, Jorge Prado. Reerguimento do negro: um problema econômico. **Jornal de Notícias**, São Paulo, 7 jul. 1951.

p. 73: ficha em branco

p. 74-78: O NOVO HORIZONTE. São Paulo, n. 54, jan. 1954.

p. 79: SANCIONADA a lei contra os preconceitos de raça e cor. **Folha da Manhã**, São Paulo, 5 jul. 1951.

p. 80: SENTENÇA do juiz sobre discriminação. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 4 jun. 1961.

p. 81-90: ALVES, Sebastião Rodrigues. **Sociólogos subdesenvolvidos**: infiltração comunista no movimento negro no Rio de Janeiro. Conferência, mimeo, [s.d.].

p. 91-92: SANT'ANNA, Edgard Theotonio. **Convocação dos negros de São Paulo - "MABEC"**. Manifesto para distribuição interna no MABEC (Movimento afro-brasileiro de educação e cultura). [s.d.].

p. 93: JOÃO (98 anos) e Maria (100 anos). **Folha da Noite**, São Paulo, 10 jul. 1952.

p. 94: OLIVEIRA, José da Silva. Análise retrospectivo em face do africano. **Cruzada Cultural**, São Paulo, ano VI, n. 21, fev./abr. 1956.

p. 95-96: OLIVEIRA, José da Silva. A hereditariedade e o homem. **Cruzada Cultural**, São Paulo, ano VI, n. 21, fev./abr. 1956.

p. 97: HORA, José Pompílio da. Aspecto real da vida. **O Tempo**, São Paulo, 19 [e/ou 15?] ago. 1950. Cópia mimeo.

p. 98: OLIVEIRA, José da Silva. Situação do preto no Brasil. **A Voz do Bom Retiro**, São Paulo, 15 abr. 1956.

p. 99: SANTANA, Edgard. Igualdade de oportunidade aos negros. **Cruzada Cultural**, São Paulo, ano VI, n. 21, fev./abr. 1956.

p. 101-102: A RAÇA mais sacrificada do mundo. [s.l.], [s.d.].

p. 103: JONES, Imperador [LOBATO, Luiz]. O negro e o socialismo. **Vanguarda Socialista**, Rio de Janeiro, 9 ago. 1946. Anotações manuscritas.

p. 104: TAMBÉM a escrava ganhou uma boneca no natal. **Diário da Noite**, São Paulo, 17 nov. 1951.

p. 105: OLIVEIRA, José da Silva. O 13 de maio no Brasil. **A Voz do Bom Retiro**, São Paulo, ano 1, n. 41, [1956].

p. 106: TEIXEIRA, Hugo Penteado. Teste racial ao som de sambas e boleros. **O Tempo**, São Paulo, 3 ago. 1951.

p. 107-109: ASSASSINOU a antiga companheira com sete facadas e suicidou-se. **Diário de S. Paulo**, São Paulo, 18 jul. 1955.

p. 110: NOTAS policiais: discriminação racial provoca conflito. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 3 nov. 1959.

p. 111: A DISCRIMINAÇÃO racial dificulta a colocação de empregados em São Paulo. **Folha da Manhã**, São Paulo, 22 mai. 1959.

p. 112: NOTAS e informações: discriminação racial. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 6 mai. 1962.

[02.04.4585] Jornais/Revistas (61 páginas)

p. 1-61: Exemplares de jornais da "imprensa negra" que, segundo anotação de Florestan Fernandes, foram "obtidos por gentileza dos senhores José Correia Leite, Raul Joviano do Amaral e Henrique Cunha".

APÊNDICE B – Lista dos oradores nas Mesas Redondas[*]

	1ª	2ª	3ª	4ª	5ª	6ª	11ª	TOTAL
Jorge Prado Teixeira	X	X	X	X	X	X	X	**7**
Florestan Fernandes	X	X	X		X	X	X	**6**
Geraldo Campos de Oliveira		X	X	X	X		X	**5**
Luiz Lobato	X	X	X	X		X		**5**
Roger Bastide	X	X	X	X			X	**5**
Francisco Moraes		X	X		X		X	**4**
José Pelegrini		X		X		X	X	**4**
Raul Joviano do Amaral	X	X			X		X	**4**
Sofia Campos Teixeira	X	X		X			X	**4**
Arlindo Veiga dos Santos	X	X			X			**3**
Edgard Santana	X		X				X	**3**
Maria Aparecida Camargo	X			X		X		**3**
Afonso Dias				X	X			**2**
Francisco Lucrécio		X		X				**2**
José de Assis Barbosa					X	X		**2**
Romeu Oliveira Pinho	X			X				**2**
Vitalino B. Silva		X				X		**2**
Adélio Silveira						X		**1**

[*] O número de oradores era muito inferior ao número de presentes nestas Mesas Redondas: "É evidentemente impossível reproduzir os debates nos quais foi pequeno o número de oradores (a inscrição era espontânea, mas relativamente grande o público que intervinha por meio de aplausos ou vaias. Em regra, em cada reunião deste tipo participavam de 80 a 120 ou 140 pessoas)" (FERNANDES, 2008b, p. 597, n. 51). Como já foi dito no Apêndice A, as atas mimeografadas das Mesas Redondas 7 a 10 foram perdidas.

Admilton de Oliveira[**]	X							**1**
Alfred Métraux							X	**1**
Ângelo Abatayguara	X							**1**
Carlos Assunção		X						**1**
Cirineu Gôes				X				**1**
Enio Sandoval			X					**1**
Eurípedes Simões de Paula						X		**1**
Luiz Aguiar						X		**1**
Maria de Lourdes Rosária		X						**1**
Maria José Santos						X		**1**
Nestor Borges							X	**1**
Olegário Alexandre	X							**1**
Oracy Nogueira	X							**1**
Osvaldo de Andrade							X	**1**
Paulo Luz		X						**1**
Pedro de Alcântara	X							**1**
Rodolfo Patrocínio Godoy						X		**1**
Ruth de Souza		X						**1**
Vicente de Paula Custódio	X							**1**
Virgínia Leone Bicudo		X						**1**

[**] Não nos foi possível encontrar mais informações acerca deste participante de uma das Mesas Redondas, além do fato de que este é branco, nem confirmar seu verdadeiro nome. Nas atas, consta “Admilton de Oliveira” (1ª MESA REDONDA, 1951, p. 44); contudo, Florestan cita sua fala no debate público referindo-se a ele enquanto “Hamilton de Oliveira” (FERNANDES, 2008b, p. 463 e p. 596, n. 30).

APÊNDICE C – Apresentação dos principais intelectuais negros colaboradores da pesquisa

A seleção e ordem dos nomes apresentados abaixo é baseada em um mínimo de presença, como orador, em duas Mesas Redondas e em outras contribuições dadas, como estudos de caso, história de vida, participação na comissão do Seminário de Debates da Associação José do Patrocínio ou na Comissão das Senhoras de Cor).[170]

ÍNDICE

Jorge Prado Teixeira ____ 328
José Correia Leite ____ 328
Raul Joviano do Amaral ____ 329
Francisco Lucrécio ____ 330
Arlindo Veiga dos Santos ____ 330
Geraldo Campos de Oliveira ____ 330
Sofia de Campos Teixeira ____ 331
Luiz Lobato ____ 331
Francisco Moraes ____ 332
José Pelegrini ____ 332
José de Assis Barbosa ("Borba") ____ 333
Nestor Borges ____ 334
(Maria) Aparecida Camargo ____ 334

[170] José Bento Ângelo Abatayguara constitui a única exceção a estes critérios, pois aparece como orador apenas na Primeira Mesa Redonda, e tudo indica que tenha deixado de freqüentar os encontros após isto, pois muitos outros participantes reclamam sua ausência em inúmeras ocasiões. Incluímos uma pequena biografia aqui pois seu depoimento na Primeira Mesa Redonda é de grande importância para a pauta das discussões que seguem, provocadas, entre outras coisas, pela discordância de todos os outros oradores com as teses apresentadas por Abatayguara logo no início da primeira reunião. A biografia de Abatayguara esclarece em grande parte as peculiaridades da tese que este defende como explicação da inexistência do "preconceito de cor" no Brasil.

Prof. Afonso Dias 334
Edgard T. Santana 335
José Bento Ângelo Abatayguara 335

Jorge Prado Teixeira (1925-1960): Cresceu em Ribeirão Preto, criado por uma importante família branca, tendo frequentado as melhores escolas; até os quinze anos, quando passou a fazer parte de uma entidade do meio negro do interior, não havia tido contato com negros para além de sua família biológica (TEIXEIRA, [s.d.], p. 166). Em 1951 era funcionário público estadual e estudante de sociologia (1ª MESA REDONDA, 1951, p. 26). Em 1950, participou do I Congresso do Negro Brasileiro como representante da delegação da cidade de Ribeirão Preto, tendo apresentado junto com Rubens da Silva Gordo o trabalho "O negro - O Preconceito - Meios de sua extinção" (NASCIMENTO, 1968); na década de 1950 também colaborou com o periódico *O Novo Horizonte*. Foi Secretário da Comissão para o Estudo das Relações Raciais durante a pesquisa UNESCO em São Paulo, encarregado de organizar as reuniões entre sociólogos e militantes na Associação José do Patrocínio e na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (1951). Morreu em 04/12/1960 com apenas 35 anos (OLIVEIRA, 1998, p. 152).

José Correia Leite (1901-1989): Funcionário público municipal, em 1951 era guarda e encarregado de um almoxarifado no departamento de urbanismo da Prefeitura de São Paulo (LEITE, [s.d.]). Filho de uma negra sem ocupação fixa com um branco importante, mas que não o reconheceu como filho, não freqüentou a escola regularmente, trabalhando desde os seis anos de idade e morando com a mãe e a irmã em cortiços e na rua até os dez anos. Morou na casa de uma família italiana, da qual era empregado, dos dez aos vinte e um anos (MOREIRA; LEITE, [1951]). Em 1924, José Correia Leite foi fundador, ao lado de Jayme de Aguiar, do jornal *O Clarim d'Alvorada*, ativo até 1932. Em 1932 fundou com José de Assis

Barbosa o Clube Negro de Cultura Social, associação formada por dissidentes da Frente Negra Brasileira e que foi ativa até 1938. Em 1932 publicou dois números do jornal A Chibata, dedicado à sua divergência com a Frente Negra. Após o fim do Estado Novo fundou, ao lado de Raul Joviano Amaral e outros antigos membros da Frente Negra e do Clarim d'Alvorada, a Associação dos Negros Brasileiros e o periódico Alvorada (1945-1948), do qual Raul Joviano Amaral e Fernando Góes foram redatores. Em 1954 foi fundador, junto com José de Assis Barbosa, da Associação Cultural do Negro, ultima entidade da qual participou, na qual atuaram Carlos Assumpção e Oswaldo de Camargo (LEITE; CUTI, 1992).

Raul Joviano do Amaral (1914-1988): Bacharelou-se em Direito em 1937 na Universidade do Brasil na cidade do Rio de Janeiro, tendo ainda se formado nos cursos de Sociologia e de Economia e Estatística (OLIVEIRA, 1998). Funcionário público, "[...] assistente de Administração e Diretor de Divisão do Departamento de Estatística, assim como também é membro da Comissão do Serviço Civil do Estado e que foi convidado especialmente pelo Governador do Estado" (3ª MESA REDONDA, 1951, p. 134). Nesta última foi colega de Mário Wagner Vieira da Cunha, que trabalhou com Bastide em sua tese para o I Congresso do Negro Brasileiro (AMARAL, 1978; FERNANDES, 2008a, p. 424, n. 94). Foi fundador e diretor de *A Voz da Raça*, órgão da Frente Negra Brasileira desde 1933, bem como fundador e redator do *Alvorada*, órgão da Associação dos Negros Brasileiros entre 1945 e 1948; nas décadas de 1940 e 1950 foi colaborador, respectivamente, dos jornais *Senzala* e *Novo Horizonte* (SILVA, 2008). Foi consultor jurídico e professor de "orientação histórico-educativa"[171] na Associação José do Patrocínio (OLIVEIRA, 1998; AMARAL, 1978), onde conheceu Roger Bastide, por intermédio de Jorge Prado Teixeira. Foi também candidato a Deputado Estadual em São Paulo primeiro pelo Partido Trabalhista

[171] No período em que foi presidida por José Ângelo Pinheiro, que por secretário tinha Gil de Carvalho (AMARAL, 1978). O nome de Gil de Carvalho, por sua vez, figura nos agradecimentos de Bastide em sua introdução ao relatório original da UNESCO (BASTIDE; FERNANDES, 1959).

Brasileiro (PTB) em 1950 e depois pelo Partido Democrata Cristão (PDC) em 1954; em ambas as vezes, não passou de suplente (http://www.eleicoespos1945.com/).

Francisco Lucrécio (1909-2001): Odontólogo (cirurgião dentista), formado pela Faculdade Livre de Odontologia de São Paulo em 1938 (OLIVEIRA, 1998, p. 111). Foi Secretário-Geral da Frente Negra Brasileira em 1934, após a saída dos irmãos Isaltino e Arlindo Veiga dos Santos, na gestão do presidente Justiniano Costa. Posteriormente, foi colaborador de Alvorada (1945-1948), periódico da Associação dos Negros Brasileiros.

Arlindo Veiga dos Santos (1902-1978): Formado em filosofia e letras na Universidade Católica de São Paulo, foi professor "em ginásios, escolas técnicas e faculdades", além de jornalista e político (OLIVEIRA, 1998, p. 39). Irmão mais novo de Isaltino Veiga dos Santos, Arlindo foi o primeiro presidente da Frente Negra Brasileira (FNB), até junho de 1934, e colaborador do jornal oficial desta entidade, A voz da raça. Além do envolvimento com associações do meio negro, fundou em 1928 "[...] o Centro Monarquista de Cultura Política Pátria Nova, núcleo da futura Ação Imperial Patrianovista brasileira [...]", além de ter sido diretor do jornal monarquista Pátria Nova (OLIVEIRA, 1998, p. 39).

Geraldo Campos de Oliveira: "Era jornalista nos *Diários Associados* e exerceu, por muitos anos, o magistério secundário no Rio de Janeiro e São Paulo" (SILVA, 2008). Organizou com Abdias do Nascimento, Aguinaldo Camargo e outros o Congresso Afro-Campineiro em maio de 1938 (NASCIMENTO, 1968, p. 32-33). Nas décadas de 1940-1950 foi diretor de *Senzala* e depois colaborador de *Novo Horizonte* (SILVA, 2008) e em 1945 participou da Convenção Nacional do Negro Brasileiro (NASCIMENTO, 1968, p. 60). Foi também diretor do Teatro Experimental do Negro de São Paulo (TEN-SP) (BASTIDE, 1951) e em 1950 fez

parte da delegação paulista do I Congresso do Negro Brasileiro, ao lado de Roger Bastide, Fernando de Azevedo, Florestan Fernandes, Gilda de Melo, Oracy Nogueira e Fernando Góes (AMARAL, 1978, p. 127). Em 1954, foi o primeiro presidente da Associação Cultural do Negro em 1954 (LEITE; CUTI, 1992, p. 165), tendo saído da diretoria da entidade por volta de 1959 (LEITE; CUTI, 1992, p. 177). Candidatou-se a vereador pelo PSB em 1947 (SILVA, 2008) e a deputado estadual pelo PSB-SP em 1950 (http://www.eleicoespos1945.com/).

Sofia de Campos Teixeira: Professora e militante do PSB (LEITE; CUTI, 1992, p. 162); teria sido a "mulher negra símbolo para a democracia socialista" (HECKER, 1998, p. 96). Foi colaboradora de diferentes periódicos, como *O Novo Horizonte* e *Senzala* (SILVA, 2008). Tudo indica que ela foi importante membro da Associação José do Patrocínio, uma vez que fala oficialmente em nome desta instituição na última Mesa Redonda (11ª MESA REDONDA, 1951, p. 407).

Luiz Lobato: Operário e membro do PSB/Partido Socialista Brasileiro (HECKER, 1998), nasceu no Maranhão e veio para São Paulo em 1935 (LEITE; CUTI, 1992, p. 139). Foi fundador do Clube Jabaquara, também conhecido como "Organização de Cultura e Beneficiência Jabaquara" (KÖSSLING, 2007), que permaneceu em atividade durante o Estado Novo e foi vigiado pelo DEOPS/SP-Departamento Estadual de Ordem Política e Social durante o Estado Novo (KÖSSLING, 2007, p. 14 e 93). A partir de 1945, após o fim do Clube Jabaquara, teve uma seção no jornal *Vanguarda Socialista* (1945-1948, editado por Mário Pedrosa), na qual escrevia sob o pseudônimo de Imperador Jones (LEITE; CUTI, 1992, p. 148). Segundo Correia Leite, Luiz Lobato retornou a São Paulo em 1948 e tornou-se mais próximo do meio negro paulistano, tendo que enfrentar divergências quanto à suas idéias marxistas (LEITE; CUTI, 1992, p. 140 e 154). Em 1946, foi colaborador do jornal *Senzala* (de Geraldo Campos Oliveira). Mais tarde foi diretor do jornal *Notícias do Ébano* (1957, ligado ao Ébano Atlético Clube)

(SILVA, 2008; FERRARA, 1986). Assinou junto com Antonio Candido e outros o "Manifesto da União Democrática Socialista - UDS" em 1945, sendo o único operário dentre os 14 signatários (HECKER, 1998, p. 80); o PSB, segmento oficial da UDS e da Esquerda Democrática, era um "Partido de intelectuais urbanos, por excelência [...]. Durante muito tempo os socialistas de São Paulo adularam, no dizer de vários de seus militantes, o único operário - Luiz Lobato - que sempre se manteve fiel à agremiação" (HECKER, 1998, p. 229).

Francisco Moraes: Conforme as atas apontam, trata-se de um dos participantes mais ativos nas “Mesas Redondas” realizadas na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo durante a pesquisa UNESCO em 1951, mas não foram encontradas mais informações sobre Francisco Moraes além do fato de que em 1951 encontrava-se envolvido em uma campanha eleitoral, conforme declarado pelo próprio. Sua postura nas discussões travadas indica que era atuante, de alguma maneira, no “meio negro” (3ª MESA REDONDA, 1951, p. 152-160).

José Pelegrini: Corretor de algodão (2ª MESA REDONDA, 1951, p. 110). As informações que conseguimos recolher acerca dele se restringem à sua idade - ao que tudo indica, por volta do ano de 1951, ainda era jovem (2ª MESA REDONDA, 1951, p. 110; 11ª MESA REDONDA, 1951, p. 411) - e à sua relação com o meio artístico e teatral, pois acompanhou por um longo período "o desenvolvimento de ambos os grupos [o TEN-RJ de Abdias do Nascimento e o TEN-SP de Geraldo Campos de Oliveira]" (RAIDE, 1958), além do Teatro Folclórico (6ª MESA REDONDA, 1951, p. 316), assim como participou da abertura do Curso de Introdução ao Teatro Negro em 1964, junto com Abdias do Nascimento, Grande Otelo, Flexa Ribeiro - então diretor de Educação da UNESCO - dentre outros (NASCIMENTO, 1968). Conforme uma fotografia indica, conhecia José Correia Leite, Abdias do Nascimento, Sebastião Rodrigues Alves e

Fernando Góes desde a década de 1940 (LEITE; CUTI, 1992, p. 146); em outra fotografia aparece, “por volta de 1950”, com Raul Joviano Amaral, José Correia Leite, Fernando Góes e Jorge Prado Teixeira na Associação José do Patrocínio, local onde ocorreram os Seminários preparatórios dos trabalhos da Comissão para o Estudo das Relações Raciais em São Paulo (LEITE; CUTI, 1992, p. 125).

José de Assis Barbosa ("Borba"): Segundo Correia Leite, Borba "entendia um pouco dos ofícios de pedreiro, carpinteiro e eletricista" (LEITE; CUTI, 1992, p. 170) e trabalhou como eletricista na Prefeitura na década de 1930, onde conseguiu um emprego para José Correia Leite. Borba "[...] chegou a São Paulo vindo de Piracicaba [...] muito moço, mais ou menos na década de 1920" (LEITE; CUTI, 1992, p. 169). "Esportista atuante" e envolvido "com os clubes de futebol que existiam no meio negro", participou do Centro Cívico Palmares (LEITE; CUTI, 1992, p. 76), mas o deixou para "engrossar as fileiras d'O Clarim d'Alvorada", jornal dirigido por José Correa Leite (LEITE; CUTI, 1992, p. 169). Em 1932, junto com o grupo do já extinto Clarim d'Alvorada, foi o idealizador da criação de uma nova entidade, junto com José Correia Leite, com o nome de Clube Negro de Cultura Social (LEITE; CUTI, 1992, p. 103). Já na década de 1950, foi o idealizador da Associação Cultural do Negro, convidando, além de Correia Leite, várias outras pessoas para participar, da sua fundação: "o Geraldo Campos, o Raul Amaral, o Lucrécio" para "[...] fazer um trabalho com os elementos do passado. Vamos reconciliar todos, o grupo d'O Clarim d'Alvorada, Cultura Social, Frente Negra..." (LEITE; CUTI, 1992, p. 164). Borba foi responsável por arranjar a primeira sede da ACN (na praça Carlos Gomes: LEITE; CUTI, 1992, p. 163) bem como a sua posterior mudança de endereço (um conjunto no Prédio Martinelli: LEITE; CUTI, 1992, p. 169). Foi expulso da ACN pois havia começado "[...] a utilizar a sede para outros fins, o que chegou ao conhecimento do conselho"; a votação terminou empatada e Correa Leite, enquanto presidente do conselho deu o voto de minerva acompanhando os que queriam puni-lo pelo "seu comportamento imoral [...] que atingia a própria Associação" (LEITE; CUTI, 1992,

p. 170). Em 1960, dirigiu com José Correia Leite a revista *Niger* (FERRARA, 1986). Depois de 1965, volta para a ACN, mas por breve tempo, já que entrou em atrito com o então presidente, Pedro de Assis Barbosa, seu primo (LEITE; CUTI, 1992, p. 193-194). Correa Leite o caracterizou como "um lutador incansável" (LEITE; CUTI, 1992, p. 169) e "[...] desprendido, um idealista mesmo, com toda sinceridade" (LEITE; CUTI, 1992, p. 183).

Nestor Borges: Não encontramos mais informações a respeito de Nestor Borges, além de que foi colaborador da revista *Senzala* (dirigida por Geraldo Campos de Oliveira) (SILVA, 2008) e participou em 1945 da Convenção do Negro Brasileiro (NASCIMENTO, 1968, p. 60). Segundo indicação de Florestan, "[...] [teve] a oportunidade de conhecer, no mínimo pelo convívio direto com os mais velhos, as condições da transição enfrentada pelos 'libertos' em São Paulo" (FERNANDES, 2008a, p. 107 n. 110), o que o colocaria na mesma geração de José Correia Leite, Francisco Lucrécio e Raul J. Amaral.

(Maria) Aparecida Camargo: Nascida em 1924, formou-se em 1942 e ingressou no magistério público. Foi a primeira professora negra a se tornar diretora de uma escola pública estadual em São Paulo, além de ter pertencido "várias instituições negras" (OLIVEIRA, 1998).

Prof. Afonso Dias: Sabemos que chegou a São Paulo sozinho ainda na adolescência e iniciou sua carreira de músico em uma casa de elite, quando passou de faxineiro a pianista com a ajuda de uma "senhora branca" (5ª MESA REDONDA, 1951, p. 252). Posteriormente, tornou-se professor: "O professor Roger Bastide estava interessado em folclore africano. Em 1943 ele organizou uma excursão a Tietê, onde um professor negro de música da escola normal, chamado Afonso Dias, promoveu um batuque" (CANDIDO, 2002, p. 160-161). Por sugestão de Bastide, que o apresenta como seu amigo, Afonso Dias preside a

Quarta Mesa Redonda no dia 24/7/1951, a única que registra sua presença como orador: "[...] todos sabem que o Sr. Afonso Dias é um dos nossos grandes professores de música, e no ponto de vista folclórico, um dos que conhece melhor o folclore africano. Acaba de ser eleito para ser o delegado de S. Paulo no Congresso Folclórico que se realizará no Rio de Janeiro" (4ª MESA REDONDA, 1951, p. 178).

Edgard T. Santana: Cardiologista, se formou na Bahia em 1935 (BARBOSA, 2008, p. 79), trabalhou em Mogi das Cruzes por quatro anos a partir de 1937 e passou a morar em São Paulo depois de 1941 (SANTANA, 1951, p. 7). Estava envolvido nos movimentos sociais no meio negro, mas, ao que aparenta, sem pertencer a nenhuma associação ou grupo específico. Participou do I Congresso do Negro Brasileiro em 1950 - embora tenha tido sua tese rejeitada (NASCIMENTO, 1968) - e da pesquisa da UNESCO em São Paulo, por meio de sua amizade com Roger Bastide.

José Bento Ângelo Abatayguara: Farmacêutico especializado em homeopatia, nascido em "Grota[s], Minas Gerais" (1ª MESA REDONDA, 1951, p. 40), por volta da década de 1890 (1ª MESA REDONDA, 1951, p. 40: "Em 60 anos jamais passei por isto"). Estudou na Escola de Farmácia de Ouro Preto (1ª MESA REDONDA, 1951, p. 40), tendo trabalhado a partir de 1939 como homeopata no Centro Espírita "Luz e Verdade", futuro Hospital Espírita de Marília, no interior do estado de São Paulo (http://www.amebrasil.org.br/html/hosp_sp_mar.htm). Como farmacêutico homeopático, mantinha no início da década de 1950 uma "clínica em São Paulo, onde [tinha] um fichário com cerca de 10 mil clientes" (1ª MESA REDONDA, 1951, p. 40). Foi, além disso, um dos ativistas negros que participou da Convenção Nacional do Negro em novembro de 1945 (NASCIMENTO, Abdias, 1982 *apud* GUIMARÃES; MACEDO, 2008, p. 175, n. 3). Segundo sua própria apresentação no único debate público que compareceu da pesquisa da UNESCO,

era entusiasta da Teosofia (1ª MESA REDONDA, 1951, p. 38: "nosso eminentíssimo presidente C. Jinarajadasa [presidente da Sociedade Teosófica Internacional]"), tendo inclusive publicado três décadas antes um artigo intitulado "O Brasil à luz da theosophia" na *Revista do Brasil*, então editada por Monteiro Lobato (1ª MESA REDONDA, 1951, p. 38; [ABATAYGUARA], 1921). As concepções raciais de pensadores teosóficos, como o referido Curuppumullage Jinarajadasa, tiveram alguma ressonância na imprensa negra na primeira metade do século XX, como indica a seguinte passagem: "O jornal *Progresso* publicou [em 1928] a opinião de um viajante hindu teosofista [C. Jinarajadasa] que afirmavam que os brasileiros demonstravam ter mais 'fraternidade' que qualquer outro povo que ele havia conhecido [...]" (SIEGEL, 2007, p. 325). No entender da Teosofia, a humanidade caminha em direção ao surgimento de uma nova raça, mais intuitiva, criativa, cooperativa e fraterna, tendo a América Latina e principalmente o Brasil um papel de liderança na execução de um suposto plano divino rumo a uma nova civilização espiritualmente superior, que sintetizará todos os elementos positivos contidos nas raças e sub-raças anteriores (JINARAJADASA, [1921]).

APÊNDICE D – Roteiro para a leitura das atas das Mesas Redondas

Este roteiro apresenta as principais discussões ocorridas nas Mesas Redondas, cujas atas estão disponíveis no Arquivo PDF 02.04.4531 (Observação em Massa - Situação Grupal) do Fundo Florestan Fernandes (BCo/UFSCar). Escolhemos apresentá-las em blocos, seguindo a paginação do arquivo PDF, pois se trata literalmente de um roteiro ou guia de leitura das Mesas que respeita a ordem das discussões e depoimentos registrados.

Assim, este apêndice não é um resumo ou síntese do conteúdo das atas; o conteúdo resumido foi tratado no quarto capítulo desta dissertação, onde a apresentação das discussões não está ordenada de acordo com seu registro original e sim a partir de "eixos de discussão" definidos segundo critérios interpretativos, aos quais chegamos por meio da análise conjunta do material original e da leitura e recortes realizados pelo próprio Florestan, conforme nosso objetivo consistia em estabelecer conexões entre ambos. Pareceu-nos pertinente, portanto, disponibilizar este roteiro para o leitor localizar cada eixo temático que nomeamos conforme aparecem originalmente nas atas, de maneira mais fragmentada e descontínua.

Por fim, é relevante dizer que buscamos um equilíbrio na formulação deste roteiro: seguimos nomeando os diferentes momentos das discussões ou depoimentos pelas paginações inicial e final em que aparecem no arquivo PDF, sem sermos tão meticulosos a ponto de entrar em detalhes demais (como, por exemplo, nomear cada aparte feito durante um depoimento) mas também sem deixar nenhum momento relevante de fora.

"**MESA REDONDA** DA PESQUISA SOBRE O PRECONCEITO RACIAL NO BRASIL, REALIZADA NA BIBLIOTECA MUNICIPAL, NO DIA **8 DE MAIO DE 1951**, PATROCINADA PELA UNESCO, SOB A PRESIDÊNCIA DO PROF. ROGER BASTIDE" (p. 1-62)

Abertura de Roger Bastide (p. 1-4)

Abertura de Florestan Fernandes (p. 4-10)

Abertura de Jorge Prado Teixeira, com leitura de temário[172] preparado pelo próprio (p. 10-14)

Discussão do temário por Ângelo Abatayguara, Jorge Prado Teixeira, Edgard Santana e Arlindo Veiga dos Santos (p. 14-20)

Esclarecimento de Jorge Prado Teixeira e Florestan Fernandes sobre os objetivos da pesquisa e os interesses da UNESCO (p. 22-24)

Discussão sobre a existência ou não do "preconceito de cor" entre Arlindo Veiga dos Santos, Edgard Santana, Luiz Lobato, Jorge Prado Teixeira, Ângelo Abatayguara, Pedro de Alcântara, Hamilton de Oliveira, Raul Joviano Amaral, Olegário Alexandre, Sofia Campos Teixeira e Maria Aparecida Camargo (p. 24-50)

Leitura de discurso intitulado "O preconceito racial no Brasil", preparado para a reunião por Vicente de Paula Custódio, representante da Irmandade Nossa Senhora Do Rosário Dos Homens Pretos (p. 54-64)

Encerramento de Florestan Fernandes e Roger Bastide (p. 52)

[172] Na ata, a fala de Jorge Prado Teixeira se encerra sem a transcrição do temário (1ª MESA REDONDA, 1951, p. 14).

"**SEGUNDA MESA REDONDA** DA PESQUISA SOBRE O PRECONCEITO RACIAL NO BRASIL, REALIZADA NO SALÃO NOBRE DA FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, NO DIA **5 DE JUNHO DE 1951**, PATROCINADA PELA UNESCO, SOB A PRESIDÊNCIA DA SRA. RUTH DE SOUZA" (p. 64-118)

Esclarecimento de Florestan Fernandes sobre o funcionamento da observação em massa individual[173] (p. 64-68)

Abertura de Florestan propondo criação de um comitê ou de seminários periódicos para o preparo das discussões das próximas Mesas Redondas[174] (p. 68-70)

Encaminhamento para elaboração do Regimento interno e criação da Comissão de redação da súmula estatuária[175] (p. 70-84)

Encaminhamento para criação da "Comissão das senhoras de cor" para a discussão dos problemas específicos da mulher negra[176] (p. 84-88)

---

[173] Foram distribuídos os questionários a serem preenchidos em diferentes ocasiões. Cf. a reprodução dos questionários nos Anexos A e B.

[174] Posteriormente este comitê é designado como "Seminários de debate" na Associação José do Patrocínio. São convidados para participar: Edgard Santana, Abataiguara, Arlindo Veiga dos Santos, Raul Joviano Amaral, Geraldo Campos de Oliveira, Francisco Morais e Sofia Campos Teixeira, além da "Comissão de pesquisa" (Roger Bastide, Florestan Fernandes, Jorge Prado Teixeira e assistentes Renato Jardim Moreira e Lucila Hermann, e professores Virgínia Bicudo e Oracy Nogueira); Geraldo Campos de Oliveira também sugere José Correia Leite. Estes são os nomes na ordem que constam na ata. Ao final da reunião, são anunciados os nomes que ficaram como parte dos "Seminários de debate": Abataiguara, Arlindo Veiga dos Santos, Geraldo Campos de Oliveira, Francisco Lucrécio, Luiz Lobato, José Correia Leite, Raul Joviano Amaral, Sofia Campos Teixeira, além da "Comissão de pesquisa". Não há registro de votação e nem de como se chegou a esses nomes dado os convites da Comissão de Pesquisa e as sugestões do Plenário anteriormente feitas; Francisco Moraes e Edgard Santana teriam saído, Francisco Lucrécio e Luiz Lobato teriam entrado.

[175] Francisco Morais fica responsável pela redação de um regimento interno e como relator da Comissão de redação da súmula estatuária. É sugerido que esta Comissão seja composta por Geraldo Campos de Oliveira, Luiz Lobato, José Correia Leite, Mário Vaz Costa, Raul Joviano Amaral e Francisco Morais. Contudo, não há mais registro das atividades desta comissão nas atas às quais temos acesso.

[176] Jorge Prado Teixeira sugere os seguintes nomes: Virgínia Bicudo, Sofia Campos Teixeira, Aparecida Camargo, Ruth de Souza e depois sugere as estudantes Maria Isaura P. de Queiroz e

Continuação do debate em torno da existência ou não do "preconceito de cor" no Brasil entre Raul Joviano Amaral, Francisco Moraes, Arlindo Veiga dos Santos, Luiz Lobato, Francisco Lucrécio, Vitalino B. Silva, Carlos Assunção, José Pelegrini[177] (p. 88-112)

Encaminhamentos e encerramento por Jorge Prado Teixeira (p. 112-118)

"**TERCEIRA MESA REDONDA** DA PESQUISA SOBRE O PRECONCEITO RACIAL NO BRASIL, REALIZADA NO SALÃO NOBRE DA FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, NO DIA **26 DE JUNHO DE 1951**, PATROCINADA PELA UNESCO, SOB A PRESIDÊNCIA DO PROF. GERALDO CAMPOS DE OLIVEIRA" (p. 120-174)

Abertura de Roger Bastide pedindo a entrega dos questionários de observação em massa individual (p. 120)

Apresentação crítica de Jorge Prado Teixeira sobre o trabalho de Edgard Santana[178] (p. 122-150)

Continuidade da discussão sobre o trabalho de Edgard Santana entre Francisco Morais, Luiz Lobato e Enio Sandoval (p. 154-174)

Encerramento de Geraldo Campos de Oliveira (p. 174)

Maria Helena Barbosa como pertencentes à comunidade branca; são sugeridos outros nomes por nós desconhecidos: Benedita de Barbosa, Loreni Santos e Maria Rosário.

[177] Trata-se da continuidade do debate iniciado por Ângelo Abatayguara na Primeira Mesa Redonda, porém este está ausente nesta Segunda Mesa Redonda; os participantes do debate lamentaram a sua ausência.

[178] SANTANA, Edgard T. **Relações entre pretos e brancos em São Paulo**: "preconceito de côr" - Estudo de Cooperação à UNESCO. São Paulo: Editora do Autor, 1951. Trata-se de um trabalho redigido especificamente para ser discutido nas Mesas Redondas.

"**QUARTA MESA REDONDA** DA PESQUISA SOBRE O PRECONCEITO RACIAL NO BRASIL, REALIZADA NO SALÃO NOBRE DA FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, NO DIA **24 DE JULHO DE 1951**, PATROCINADA PELA UNESCO, SOB A PRESIDÊNCIA DO PROF. AFONSO DIAS" (p. 176-222)

Aberturas de Jorge Prado Teixeira e de Afonso Dias (p. 176-178)

Francisco Lucrécio retoma a discussão do trabalho de Edgard Santana (p. 178-182)

Sofia Campos Teixeira apresenta sua parte do tópico "Evolução da situação de contato" (p. 184-194)

Jorge Prado Teixeira apresenta os responsáveis pelo primeiro quesito do Projeto de Estudos, chamado "Do escravo ao cidadão": o tópico "Evolução da situação de contato" havia ficado com Sofia Campos Teixeira e Fernando Góes[179] e o tópico "O elemento negro na população de São Paulo" com Raul Joviano Amaral e José Correia Leite[180] (p. 194)

Discussão sobre a Lei Afonso Arinos entre Geraldo Campos de Oliveira, Romeu Oliveira Pinho, Luiz Lobato, Francisco Lucrecio, José Pelegrini, Cirineu Góes (p. 196-220)

Encerramento de Afonso Dias (p. 222)

"**QUINTA MESA REDONDA** DA PESQUISA SOBRE O PRECONCEITO RACIAL NO BRASIL, REALIZADA AUDITÓRIO DA BIBLIOTECA MUNICIPAL, NO DIA **26**

[179] Este último não apresenta sua parte pois se ausentou desta reunião.

[180] Afonso Dias afirma que o tópico será desenvolvido por ambos na próxima reunião, mas apenas Raul Joviano Amaral o apresentará, na Quinta Mesa Redonda.

DE JULHO DE 1951, PATROCINADA PELA UNESCO, SOB A PRESIDÊNCIA DO PROF. ARLINDO VEIGA DOS SANTOS" (p. 224-274)

Aberturas de Florestan Fernandes e Jorge Prado Teixeira

Raul Joviano Amaral apresenta um "projeto de estudo" sobre o tópico "O elemento negro na população de São Paulo" e em sua introdução conta como ele e mais alguém[181] receberam apelo de Florestan Fernandes para realizar o estudo (p. 230-240)

Comentário de Arlindo Veiga dos Santos acerca do trabalho de Raul Joviano Amaral (p. 242-248)

Retomada da discussão sobre a Lei Afonso Arinos por Afonso Dias e Francisco Moraes (248-264)

Jorge Prado Teixeira apresenta os responsáveis pelo segundo quesito, chamado "O que denomina brancos e pretos numa sociedade de classes": seus dois tópicos – "Contato racial, situação de classe" e "Situação econômica dos negros" – ficaram com Luiz Lobato, que os apresentará na próxima reunião (p. 268-270)

Novo apelo de Florestan Fernandes para que entreguem os depoimentos pessoais da observação em massa individual (p. 272-274)

Encerramentos de Jorge Prado Teixeira e Arlindo Veiga dos Santos (p. 274)

"**SEXTA MESA REDONDA** DA PESQUISA SOBRE O PRECONCEITO RACIAL NO BRASIL, REALIZADA NA FACULDADE DE FILOSOFIA, NO DIA **7 DE AGOSTO DE 1951**, PATROCINADA PELA UNESCO, SOB A PRESIDÊNCIA DO PROFA. APARECIDA CAMARGO" (p. 276-338)

[181] Supostamente José Correia Leite.

Abertura de Maria Aparecida Camargo (p. 276-279)

Jorge Prado Teixeira apresenta o terceiro quesito, “As manifestações do preconceito racial”, que tem como tópicos: “Oposição velada e capitulação pacífica”, “As barreiras raciais no peneiramento social” e “Miscigenação e inter casamento” e informa que as designações de quem irá apresentá-los serão feitas nos "Seminários de debates". Parte do primeiro quesito que cabia a Fernando Goes e não foi apresentada em decorrência de suas ausências é passada, por Jorge Prado Teixeira, para Arlindo Veiga dos Santos[182] (p. 276-279)

Apresentação de Luiz Lobato, com apartes, dos dois tópicos do quesito “Brancos e pretos numa sociedade de classes” (p. 280-308)

Intervenção de Eurípedes Simões de Paula e resposta de Luiz Lobato (p. 306-308)

Apresentação de Adélio Silveira, com apartes, sobre o comportamento da polícia, do juizado de menores e da penitenciária em relação ao “preconceito de cor”[183] (p. 310-332)

Curta discussão sobre educação entre José Assis Barbosa (Borba) e Jorge Prado Teixeira, em resposta às afirmações feitas por Eurípedes Simões de Paula (p. 332-336)

Encerramento de Jorge Prado Teixeira, apontando que na próxima reunião Mário Vaz Costa apresentará um tópico chamado “A educação do negro em geral e a educação do negro em relação à recente lei contra o preconceito de cor”[184] (p. 336-338)[185]

---

[182] Não temos registro nem das apresentações do terceiro quesito nem da apresentação da parte do primeiro quesito delegada a Arlindo Veiga dos Santos em substituição a Fernando Goes pois as atas das Sétima, Oitava, Nona e Décima Mesas Redondas foram perdidas; cf. Apêndice A.

[183] Este tópico não faz parte do Projeto de Estudos; sua inclusão teria sido decidida na última reunião mas nada consta na ata.

[184] O tópico não faz parte do Projeto de Estudos.

[185] Jorge Prado Teixeira convida Eurípedes Simões de Paula a participar das próximas reuniões, mas não temos registros desa participação.

"**DÉCIMA PRIMEIRA MESA REDONDA** DA PESQUISA SOBRE O PRECONCEITO RACIAL NO BRASIL, REALIZADA NA FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, NO DIA **17 DE NOVEMBRO DE 1951**, ÀS 15 HORAS" (p. 341-411)

Abertura de Jorge Prado Teixeira (p. 341-343)

Apresentação de Alfred Métraux sobre UNESCO e a pesquisa (p. 343-351)

Homenagens de Edgard Santana e Francisco Moraes a Roger Bastide[186] (p. 353-359)

Resposta de Roger Bastide (p. 359-361)

Encaminhamento de Jorge Prado Teixeira (p. 363)

Nestor Borges apresenta um trabalho sobre "a situação econômica do negro brasileiro"[187] (p. 363-371)

Discussão sobre o papel da UNESCO e a aplicação prática dos resultados da pesquisa: Edgard Santana e Geraldo Campos de Oliveira fazem cobranças e Alfred Métraux responde (p. 373-381)

Raul Joviano Amaral apresenta o trabalho "Reflexões sobre o preconceito"[188] (p. 383-393)

Declarações finais de Alfred Métraux (p. 397-399)

Depoimento de Geraldo Campos de Oliveira (p. 401-407)

Esclarecimento de Florestan Fernandes a Geraldo Campos de Oliveira sobre a pesquisa (p. 407)

---

[186] Bastide teria acabado de receber o título de professor emérito; as homenagens são feitas por esta ocasião.

[187] Este tópico não faz parte do Projeto de Estudos.

[188] Também não faz parte do Projeto de Estudos.

Depoimento de Sofia Campos Teixeira em nome da Associação José do Patrocínio (p. 409)

Encerramento de Jorge Prado Teixeira (p. 409)

Agradecimentos de José Pelegrini em nome dos “jovens negros de São Paulo” (p. 411)

ANEXO A – Orientações para a observação em massa individual de colaboradores negros*

INSTRUÇÕES

1) As questões propostas podem ser respondidas como quiser. Todavia, é indispensável que as respostas sejam sinceras.

2) Nenhum colaborador poderá jamais ser identificado.

3) Nenhum depoimento será utilizado para fins que não sejam científicos.

4) Toda a colaboração é indispensável: pode lhe parecer que a pesquisa não lhe "interessa". Mas pense no que ela significa praticamente para as pessoas de cor, cuja situação social e modo de vida nunca foi estudado em São Paulo.

5) Convença seus amigos ou companheiros a cooperarem conosco, solicitando o esquema do depoimento. Nós o enviaremos com presteza.

6) Se lhe parecer muito fatigante o esforço exigido, e não quiser redigir diretamente o seu depoimento, comunique-se conosco. O depoimento poderá ser ditado e nós temos pessoas que tem muito prazer em registrar as suas opiniões.

7) Se quiser colaborar de modo mais intenso na pesquisa, comunique-se conosco. A sua colaboração será muito valiosa para nós.

8) Pra comunicar-se conosco: telefone para 36-2132, e peça para falar com D. Ermelinda de Castro, das 16 às 18 horas.

Idade _____ Sexo _____ Estado civil _____

Rua em que mora _____

Lugar de que é natural _____

* Reproduzido de: BARBOSA, Lazaro. **Caso 2 - Negros**. Manuscrito de próprio punho, [s.d.]. Documento disponível no arquivo PDF 02.04.4530 (Observação em Massa - Questionários e depoimentos livres de militantes e informantes) do Fundo Florestan Fernandes (BCo/UFSCar), p. 78-83 e 85.

Profissão _____ Renda _____

1 - Como vive em São Paulo:

a) trabalha durante todo o dia?

b) quais são suas horas de folga?

c) o que faz no sábado à tarde e à noite no domingo?

d) fica muito tempo em sua casa?

e) o que faz em casa?

g) conversa frequentemente com sua esposa e seus filhos? Sobre o que conversa?

h) gosta de receber visitas? Recebe-as com frequencia e sua casa?

i) dá festas em sua casa? Quando e porque?

2 - Quem são os meus amigos:

a) é grande o seu círculo de relações?

b) qual é a raça predominante em seu círculo de relações?

c) costuma retribuir as visitas que lhe fazem? Como e de que amigos?

d) os seus colegas visitam-no em sua casa? Quais?

e) nas suas relações com os amigos, te ajudado alguns deles? Quais e como?

f) nas suas relações com os amigos, tem recebido auxílio de algum deles? Como e porque?

3 - Em que trabalha:

a) qual é a sua profissão? Quanto ganha por dia?

b) gosta dela?

c) por que se dedica à sua profissão?

d) exerceu, além dessa, outras profissões? Quais? Porque desistiu delas?

e) acha que a cor limita as oportunidades dos pretos? Porque?

f) sofreu alguns revezes na procura de emprego por causa da cor?

g) está satisfeito com o seu trabalho?

h) pretende mudar de emprego? Porque?

i) tem algumas possibilidades de realizar esses desejos?

j) gosta do ambiente em que trabalha? Fez relações de amizade com colegas? Quais?

k) da-se bem com o seu patrão, com o gerente ou com o chefe de secção? Quais são as suas relações?

4 - Quais são as suas diversões:

a) gosta de divertir-se nas horas de folga? Que diversões prefere?

b) frequenta clubes ou salões de baile? Quais e em que dias da semana?

c) frequenta cinemas? Quais e em que dias da semana?

d) quem são os seus companheiros de diversões?

e) costuma fazer "footing"? Em que lugar e em que dia?

f) pratica algum esporte? Quando e onde?

5 - Como gasta seu dinheiro:

a) como distribui o seu orçamento doméstico?

b) pode indicar quanto gasta: para aluguel; compra de mantimentos; compra de roupas; etc.?

c) auxilia algum parente?

d) tem empregados? Quantos?

e) compra alguma coisa a crédito? O que?

f) o que ganha é suficiente para satisfazer suas despezas?

g) está formando algum pecúlio facultativamente?

h) possui algum imóvel? Ou está comprando algum imóvel?

i) reside em prédio próprio?

6 - Idéias religiosas:

a) está ligado a alguma crença religiosa? Qual?

b) é frequentador assíduo ou praticante?

c) o que pensa das outras religiões?

d) como ingressou em sua religião?

e) seus amigos participam da mesma crença religiosa?

f) o que pensa das demais crenças religiosas?

7 - Idéias políticas:

a) qual o partido político de sua preferência?

b) está filiado a ele?

c) gosta das reuniões partidárias e dos comícios? Frequenta-os?

d) acha que os partidos aproveitam em seus quadros os homens de cor?

e) acha que o eleitorado negro deveria organizar-se e escolher seus próprios candidatos?

f) acha que o eleitorado negro tem reivindicações especiais a fazer? Quais?

8 - Idéias raciais:

a) acha que as "raças humanas" são iguais?

b) o negro é superior, inferior ou igual ao branco?

c) pode indicar quais são as pessoas que considera "brancas" e por que?

d) o que acha da afirmação de que "não existe preconceito de cor no Brasil contra o negro"?

e) entre os imigrantes e seus descendentes, quais os que se dão melhor com os pretos? E quais são os que opõe mais resistência aos pretos?

f) conhece a situação dos pretos nos Estados Unidos? acredita que a situação dos pretos no Brasil é melhor ou é pior que a situação dos pretos nos Estados Unidos?

g) com quem gosta mais de conviver: com pretos, com mulatos ou com brancos? Porque?

9 - A convivência com os brancos:

a) acha que os brancos se comportam com os pretos da mesma maneira que se comportam com os brancos?

b) tem alguma experiência desagradável com os brancos por causa da cor? Já lhe negaram algum emprego por causa disso? Teve que desistir de frequentar certos lugares ou de participar de reuniões ou diversões? Teve que desistir de namorar alguma moça branca?

c) acha que o branco aprova ou desaprova o casamento de suas filhas ou irmãs com rapazes de cor?

d) conhece casos de amigos que ficaram "magoados" ou "revoltados" com a conduta dos brancos para com os pretos? Poderia indicar o que lhe disseram esses amigos e o que pensam do branco por causa disso?

e) o branco é "culpado" da situação dos pretos em nosso meio?

10 - O que se deveria fazer para melhorar a situação dos pretos em São Paulo:

a) acha que a situação do preto em São Paulo é boa ou ruim? Porque?

b) pensa que a situação dos negros em São Paulo deveria ser melhorada?

c) os pretos deveriam tomar parte nessa transformação? Como?

11 - A sociedade em que gostaria de viver:

a) gostaria de viver em uma sociedade diferente da nossa? Qual?

b) poderia indicar como seria uma sociedade ideal, do seu ponto de vista? Como ela se comporia racialmente? Quem a dirigiria? Como se distribuiriam, nessa sociedade, os serviços e as riquezas?

OBSERVAÇÕES: Depois de respondidas as perguntas formuladas, poderá escrever sobre outros assuntos que, em seu parecer mereçam ser discutidos.

ANEXO B – Orientações para a observação em massa individual de colaboradores brancos*

Idade _____ Sexo _____ Estado civil _____

Escola _____ Rua em que mora _____

Lugar de que é natural _____

Nacionalidade: do pai _____ da mãe _____

Renda aproximada da família _____

1 - O negro no folclore e na música popular:

- registrar todos os elementos do folclore paulistano (provérbios, quadrinhas, lendas, etc.), que digam respeito ao negro;

- registrar a letra (com autor e época de composição, se for possível) de samba, marcha, baião, etc., que digam respeito ao negro.

2 - O negro na vida social do branco:

- descrever todas as ocasiões em que os pretos entram em relação com os brancos e como isso acontece. Na rua, nas esquinas, nos locais de trabalho, nas classes de aula, no recreio, nos bares, etc. E em sua casa: quais são os "amigos" de "côr" da família; quantas vezes se visitam, etc. Se tem "empregadas de côr", eles se tornam "amigos" ou não da família.

- Existem muitos pretos no bairro em que mora? Onde eles vivem: em casas residenciais, em quartos de aluguel, nos porões ou nos cortiços? Como eles vivem: se vestem bem; como se alimentam; frequentam a igreja ou clubes do bairro, etc.? Que reputação gozam entre os vizinhos?

* Reproduzido de: CASO 4 - Brancos. Manuscrito, [s.d.]. Documento disponível no arquivo PDF 02.04.4530 (Observação em Massa - Questionários e depoimentos livres de militantes e informantes) do Fundo Florestan Fernandes (BCo/UFSCar), p. 35-43.

3 - A vida social dos pretos entre si:

- descrever o que conseguir observar sobre as relações dos pretos entre si se fazem ou não visitas recíprocas; se preferem também clubes de "homens de côr"; se se ajudam mutuamente, se o círculo de relações sociais dos pretos se compõe mais de "pessoas de côr" do que de "brancos".

4 - Manifestações de preconceitos de côr:

- Registrar todos os casos que conhecer de manifestações do preconceito de côr contra o negro: o que seus parentes e amigos dizem dos pretos; quais são os lugares que frequenta em que os negros são recebidos: clubes, bailes, reuniões em casa de família, escola, círculo de amigos.

- Procurar saber, na cidade, quais são as lojas, bares, clubes, etc., em que os pretos não são recebidos. Enumerar esses "centros de reação ao negro".

5 - Barreiras contra os negros:

- conversar com seus pais, parentes e amigos, para saber se onde êles trabalham existem pretos. Indagar que serviços fazem. Perguntar se poderiam ocupar os postos de chefia, de direção ou conseguir serviçøs que envolvem contacto frequente com o público. Não esquecer de indicar a natureza dos serviços (comercio, industria, banco, etc.) e as razões fornecidas pelos informantes sôbre a execução dos pretos de determinados serviços;

- conversar com colegas da escola e de outras escolas sôbre a frequência de "colegas de côr". É importante em particular: saber se nessas escolas aceitam ou não "alunos de côr"; e quais são os recursos usados pelos diretores para evitar a entrada dêsses alunos. Com relação aos professores: perguntar se têm professores de côr ou mulato; qual o comportamento deles com relação aos

alunos e dêstes com relação a êles, e qual o comportamento dêles com relação aos colegas (professores da mesma escola).

6 - Quem são os "pretos"?

- Perguntas às pessoas de suas relações como eles caracterizam os "pretos", ou "negros". Se distinguem o "negro" do "mulato" ou se confundem ambos entre si. E se, a partir de determinada graduação de côr passa a considerar as pessoas como "pretos";

- conversar com êles sôbre os "pretos" e os "brancos" e perguntar se são iguais entre si; ou se a "côr" indica que não possuem as mesmas qualdiades, aptidões e capacidades. Nas perguntas, dar particular relêvo a questões que dizem respeito ao tratamento do negro: deve-se dar ao negro o mesmo tratamento que aos brancos? Devemos recebe-los em nossas casa? Devemos retribuir suas visitas? Podemos frequentar clubes de negros? Podemos deixar nossos filhos ou irmãos namorar com pretos? Podemos deixá-lo casar com pretos?

7 - Namoros, amasiamentos e casamentos de pretos com brancos:

- fazer um levantamento, por si ou por intermédio de conhecidos, sôbre os casos de namoros de rapazes brancos com "moças de côr" e reciprocamente de moças brancas com "rapazes de côr". Indicar o que dizem, dos falatórios, a respeito dêsses namoros e o que se espera deles.

- indicar todos os casos que conhece diretamente ou por ouvir dizer, de namoros de brancos com pretos que foram interrompidos por intervenção da família. Descrever todos os casos com todas as minúcias possíveis. Indicar o que aconteceu aos que desobedeceram os pais ou irmãos e casaram: a família rompeu relações com êles?

- informar-se sôbre os "falatórios", na vizinhança ou nas conversas cotidianas, que dizem respeito a casais em que um dos conjujes [sic] é brancos [sic] e o outro preto. Descrever todos os casos minuciosamente.

8 - Atitude diante do negro:

- Por fim, indique com a maior lealdade que lhe fôr possível o que "pensa" sôbre os pretos; acha-os iguais aos brancos; devem frequentar a nossa casa, compartilhar conosco as alegrias e as tristezas do lar? Aceitaria um médico "preto" para tratá-lo? E um cabeleireiro "preto"? Aceitaria um rapaz ou uma moça "de côr" como namorado ou namorada e como marido ou esposa? Acha que seria conveniente a segregação racial, como nos Estados Unidos? Tem amigos ou amigas de "côr" que lhe causaram aborrecimentos? Conhece pretos que venceram como brancos? Pode indicar como e onde e se isso se refletiu em suas atitudes para com os pretos?

OBSERVAÇÕES: Se por acaso descobrir alguma cousa que julgar importante, sobre o assunto, e não poude relatar acima, poderá tratar dela nesta parte do documento, com a extensão e como achar melhor.

ANEXO C – Monografia "Movimentos sociais no meio negro"*

Este anexo reproduz integralmente dois documentos localizados entre os Estudos de Caso produzidos como parte da pesquisa empírica de 1951.

O segundo documento consiste na monografia "Movimentos sociais no meio negro", produzida em conjunto por José Correia Leite e Renato Jardim Moreira, quando o segundo realizou uma série de encontros com o primeiro para a coleta de sua história de vida. A idéia de redigir uma história dos movimentos sociais no "meio negro" nasceu espontaneamente dos encontros entre o pesquisador e o informante; conforme José Correia Leite fornecia os dados para sua história de vida, concentrava sua atenção no longo período do qual participou de diferentes associações e órgãos de imprensa do "meio negro", levando Renato Jardim Moreira a separar o depoimento em três partes: (1) a história de vida propriamente dita, que acompanha o relato do informante até o momento em que ingressou nos movimentos sociais; (2) uma parte que reúne dados sobre a organização e estrutura ocupacional do "meio negro" da época[189]; e (3) a parte do depoimento que conta a história dos movimentos sociais, depois intitulada "Movimentos sociais no meio negro" e tratada como monografia por Florestan. Esta vai desde o aparecimento do jornal *O Clarim da Alvorada* e da Frente Negra Brasileira nas décadas de 1920 e 1930, até 1945 e a Associação dos Negros Brasileiros, sobre a qual José Correia Leite não quis fornecer dados em detalhes, como fez com relação ao período anterior, por julgar ser recente demais na época da pesquisa. Para maiores informações a respeito da gênese e conteúdo desta

---

* Reproduzido de: LEITE, José Correia; MOREIRA, Renato Jardim. **Movimentos sociais no meio negro**. Mimeo, [1951]. Documento disponível no arquivo PDF 02.04.4527 (Estudos de Caso) do Fundo Florestan Fernandes (BCo/UFSCar), p. 110-175.

189 Ambas esta parte e a história de vida podem ser localizadas em: MOREIRA, Renato Jardim; LEITE, José Correia. **História de vida de José Correia Leite**. Mimeo, [1951]. Documento disponível no arquivo PDF 02.04.4528 (Histórias de Vida) do Fundo Florestan Fernandes (BCo/UFSCar), p. 34-64.

monografia, o leitor poderá consultar o segundo capítulo desta dissertação, em que analisamos o documento referente à história de vida propriamente dita, a relação que se estabeleceu entre Renato Jardim Moreira e José Correia Leite e a metodologia utilizada na coleta dos dados.

Embora tenha sido arquivada e tratada por Florestan Fernandes como um estudo de caso, o original consiste literalmente em uma sequência de citações de José Correia Leite, organizadas por Renato Jardim Moreira. Optamos, nesta reprodução, pela seguinte formatação:

- em alguns casos, o parágrafo ou não abre aspas ou então não as fecha, o que presumimos ser um erro de datilografia; optamos por explicitar entre colchetes os momentos em que isto ocorre;

- os trechos que Florestan grifou a caneta estão <u>sublinhados</u> nesta reprodução; optamos por omitir anotações que Florestan fez à margem do texto, pela dificuldade de sua leitura;

- já as palavras em **negrito** nesta reprodução correspondem às palavras sublinhadas no original datilografado por Renato Jardim Moreira, que marcam cronologicamente a divisão da narrativa;

- por fim, a paginação do arquivo PDF do Fundo Florestan Fernandes está destacada com barras e em fonte menor. Barras duplas *antes* do número indicam início da página; ex.: //p. 110/. Barras duplas *depois* do número indicam término da página; ex.: /p. 112//. Lembrando que a numeração não é contínua pois, nos arquivos PDF do Fundo Florestan Fernandes, há quase sempre uma ficha escaneada entre cada página do documento.

O primeiro documento deste anexo, por sua vez, consiste em um outro texto datilografado por Renato Jardim Moreira, intitulado “Movimentos negros em São Paulo”, que resume a trajetória dos movimentos sociais no “meio negro”, seguido de uma lista de nomes de “negros ilustres” anotados à mão. Não identificamos a origem deste documento, mas conforme ele foi arquivado por

Florestan dentre os Estudos de Caso, logo antes da monografia, optamos por reproduzi-lo neste mesmo anexo, na ordem original.

//p. 110/ **MOVIMENTOS NEGROS EM SÃO PAULO**

Os movimentos negros em S. Paulo começam a tomar um conteúdo ideológico – de levantamento econômico e cultural do negro – somente depois de 1927 quando se funda o Centro Cívico Palmares e depois de ter existido durante alguns anos um jornal – O Clarim da Alvorada – cem [sic] orientação de esclarecimento do negro em relação aos seus próprios problemas. Até então as organizações de negros tinham finalidades recreativas e beneficientes [sic] e acabaram se disvirtuando [sic] e se transformando em sociedade de bailes ou em "fachadas" que serviam para os dirigentes conseguirem contribuições de políticos; é excepção [sic], nessa época o Gremio Recreativo Kosmos que realizou seu programa educativo, tendo organizado, além de sessões culturais, um grupo dramático e um jornal.

Parece que o Palmares é a primeira organização de negros que sai a publico para defender os direitos da "raça" quando conseguiu de um deputado um discurso, contra o fato da Guarda Civil não aceitar negros, que acarretou a queda da determinação do diretor dessa milícia. Deste momento em diante esta associação passou a ter papel na política – começa aqui uma orientação que vai ser constante em quasi [sic] todos os movimentos negros posteriores: a necessidade de intervenção na vida política do Estado e que vai ser um elemento de separação em dois grupos dos elementos dirigentes. Um que entendia que a luta do negro para sua elevação econômica e cultural deve ser a entendida ao campo político e outro que entende que "os movimentos de negros não tem nada que ver com política" e que neste campo "todos são cidadãos brasileiros".

Realizada a revolução de 1930, desmantelada a oligarquia que dominava o país, parece que os negros não se sentiam como gosando [sic] de todas as vantagens dessa nova situação. Fundou-se então a Frente Negra Brasileira com finalidades de arregimentação em massa para desenvolver um programa educativo e de defesa dos direitos dos negros. Esta organização teve um desenvolvimento espantoso e, em pouco tempo, tinha ramificações por todo o

país, com milhares de membros. Realizou um programa de educação e politização do negro através de reuniões cívicas, de um jornal que mantinha – A Voz da Raça – e acabou por se registrar como partido político.

Com a Revolução Constitucionalista de 1932, pelo fato da Frente Negra Brasileira não tomar partido, um grupo se desligou e fundou a Legião /p. 110// //p. 112/ Negra de São Paulo, com o fim específico de apoiar os revoltosos. Esta organização formou batalhões e adestrou negros para a luta.

Um dos grupos que dissentiu da orientação da Frente Negra – justamente o que mantinha o jornal "O Clarim da Alvorada", premido pela campanha que sofria, de que tinha tomado essa atitude porque não era capaz de manter uma organização como aquela de que tinha se retirado, fundou, pouco antes da Revolução de 32, o Club [sic] Negro de Cultura Social que se manteve estacionado durante o tempo que durou este levante armado. Só com a volta da vida paulista à normalidade é que seus dirigentes se preocuparam de torna-lo uma realidade. Assim, com finalidades esportivas e culturais essa associação viveu até 1945.

Implantado o regime ditatorial, a Frente Negra, que se registrara como partido político, foi fechada. Tentaram seus dirigentes continuar o movimento com o nome de União Negra Brasileira, mas não conseguem. Com a volta ao regime democrático em 1945 tentam os negros se reorganizar em torno da Associação dos Negros Brasileiros onde se congregam os elementos das correntes que se degradiaram [sic] [?] na década passada. As finalidades desta sociedade são de levantamento cultural e econômico dos negros. Tem vida efêmera e 5 anos depois não está mais em atividade. Manteve um jornal mensal que se publicou normalmente durante 3 anos e no qual fazia a difusão de suas ideias e programas. [Alvorada]

Durante este período existiram outras sociedade negras em São Paulo com finalidades beneficientes [sic] e recreativas, sem, no entanto, conseguirem a projeção das que citamos e sem uma preocupação central de levantamento econômico e cultural dos negros.

Negros ilustres

José Bento de Assis – prof. Faculdade de Direito

Guaraná de Santana – advogado

André Rebouças – engenheiro Companhia Mogiana [?]
frequentador da corte de Pedro II

Ronaldo [?] Sampaio Garcia – assistente da Faculdade de Filosofia
cadeira de História Americana

Fernando Góis – diretor da sucursal de “A Noite” do Rio
ex-secretário do “Jornal de Notícias”

Omar [?] Bento de Assis – engenheiro da Secretaria de Viação /p. 112//

//p. 114/ Movimentos Sociais no Meio Negro[190]

MOVIMENTOS DE NEGROS

Até 1930: **Clarim da Alvorada e Centro Cívico Palmares**

Para que se compreenda a história dos movimentos de negros é necessário que se comece no primeiro quartel do século, considerando duas forças que, durante muitos anos, conseguiram abafar, ou melhor, impediram a formação de condições para que os negros tomassem consciência da situação em que se encontravam.

Uma provém do fato de "muitas famílias negras terem permanecido ligadas aos seus ex-senhores, procurando-os comumente para pedir conselhos quando precisavam tomar decisões. As tentativas de organizar-se em movimento eram infrutíferas porque os senhores diziam que isso era bobagem, que nesta terra todos são iguais".

A outra origina-se das relações de italianos e negros. "Os italianos diziam, na ocasião, que fora o rei da Itália que fizera a abolição. Tratavam bem aos negros afim de conseguirem empregados baratos. Batizavam os filhos dos negros. No Bexiga havia negros que falavam bem o italiano, jogavam baralho com eles, etc. Em uma palavra, o negro italianizou-se."

"Enquanto isso se dava aqui, nos Estados Unidos o negro não podia andar na calçada e sofria inúmeras outras restrições que o levaram a reagir e organizar-se." /p. 114//

//p. 118/ Só depois da Grande Guerra, com o surto de industrialização verificado, que os "negros mais conscientes observaram o aparecimento da pequena burguesia de imigrantes produzir uma transformação nas camadas dirigentes, pois começavam os imigrantes a substituir uma suposta aristocracia

[190] O título no original datilografado lê "Movimentos de negros", mas Florestan anota acima, em caneta roxa, o título "Movimentos sociais no meio negro".

rural, sem iniciativas na indústria e no comércio, os quais ficavam nas mãos de italianos e turcos".

À estas transformações de estrutura social, corresponde uma série de outros sucessos que influíram na tomada de consciência por parte dos negros, de seus "problemas específicos".

"A partir da guerra de 14-18, começou a efervecência [sic] dos negócios de ismos (socialismo, comunismo). Frequentei reuniões da U.T.C, onde se embaralhava a revolta do negro com reivindicações do proletariado. Nas nossas rodas de conversa apareciam negros e brancos envolvidos nas teorias marxistas. Estes diziam que a posição verdadeira do homem negro era lutar contra a ordem social pois a culpada da situação era a exploração do regime capitalista. Falavam de um famoso pintor mexicano que tinha feito um mural onde aparecia Lenine [sic] no meio de dois trabalhadores: um branco e um negro com as mãos entrelaçadas, tendo Lenine [sic] as mãos sobre eles" (deve ser nos ombros, abraçando-os). Teve também intensa repercussão no meio negro, o caso Scotbar, pois nessa ocasião os comunistas trabalhavam intensamente entre os negros no sentido de demonstrar que haviam tomado a defesa, através de seu Socorro Vermelho, daqueles sete negros acusados, por mulheres brancas, de as haverem violentado. Ficou provado que essas mulheres eram prostitutas. /p. 118//

//p. 120/ "Em 1920 apareceram notícias dos primeiros êxitos dos negros na música. Dizia-se aqui que os primeiros rag-time eram 'coisa de negro'".

"De 1922 a 1927, o movimento modernista trouxe a sua contribuição para a criação de uma consciência que possibilitasse a organização de um movimento de negros para atender às suas reivindicações específicas, com os negros fornecendo temas para a poesia e a pintura. Era uma espécie de reabilitação do negro para o próprio negro, pelo branco."

"Conheceu-se nessa época as ideias garveistas de fundar um império negro na África, para cuja efetivação foram levantados milhões de dólares".

"Soube-se de movimentos de negros nos Estados Unidos, com desfiles de protesto contra restrições aos negros".

"Em 1924 já havia consciência formada, do idealismo do negro. Em Campinas, onde o emparedamento do negro era maior, essa consciência apareceu primeiro. Havia lá, um bom jornal (O Getulino) de combate e luta. De 24 a 26 Benedito Florêncio, Gervásio de Moraes e Lino Guedes transferiram-se para São Paulo e passaram a ser os principais oradores em todas as festas cívicas" do meio negro.

"Começou-se a sentir a revolta que causavam os negros capangas de políticos, bajuladores, e a necessidade de formar-se um grupo consciente para lutar contra esses que tinham sentimento de inferioridade."

"Esclarece bem esta situação o jornal – O Clarim da Alvorada – que Jaime de Aguiar teve a ideia de fundar, fazendo-o em companhia de José Correia Leite. Aparecendo em janeiro de 1924 com pretensões puramente literá- /p. 120// //p. 122/ -rias, tornou-se um ano depois um jornal doutrinário e de luta, por força da colaboração que recebia. A orientação que se imprimiu ao jornal, neste início, foi de aproximação ao branco e recuperação do negro, além da ideia constante da necessidade de união de classe (de homens de cor, porque o termo só mais tarde foi aceito)."

Ao lado desta situação, pela qual se percebia que os negros começavam a tomar consciência de sua existência como grupo aparte e com problemas específicos dentro da nossa sociedade, permanecia ainda, imperando de fato, a situação passada.

"Desde 1915 vinham sendo fundadas organizações de negros que acabavam se disvirtuando [sic] e virando bailes. É fato que os fins dessas sociedades não eram de arregimentação da raça, mas sim culturais e beneficientes [sic]. Assim foram fundadas de 1918-1924 a Sociedade Beneficiente 13 de Maio, o Grêmio Recreativo e Cultural, e outras. Constitui excessão [sic], nesta época, o Gremio Recreativo Kosmos, que realizou o seu programa educativo: teve um grupo dramático, e um jornal que publicava notícias sociais e ensaios literários."

"Ao lado destas intenções sérias, continuavam os negros a ser [sic] capangas e, quando não, a fazer peregrinações em escritórios políticos. São dessa época duas organizações: a Federação dos Homens de Cor e a Sociedade Beneficiente [sic] Amigos da Pátria. A Federação foi fundada pelos componentes da Ordem do Rosário e outras entidades, tendo duração efêmera; entretanto, um negro, Jaime de Camargo, continuou a recolher contribuições, em nome dela, nas /p. 122// //p. 124/ altas esferas políticas. É significativo o fato de, num 13 de maio (antes de 1924, provavelmente) esse Jaime ter feito uma comemoração com um grande banquete do qual participaram políticos e não negros. O nome da Sociedade Beneficiente Amigos da Pátria era usado por um negro de nome Salvador de Paula, para peregrinações em escritórios de políticos."

A "consciência racial" que então se formava pode ser melhor avaliada pelo tipo de vida que nosso pesquisado levava na ocasião e por fatos ocorridos nessa época:

"Eu levava vida de boêmio intelectual. Frequentava o Bar Porta Larga no Piques, o Avelino na Praça João Mendes, e um outro na Barão de Paranapiacaba. Enquanto não saia o jornal, era essa a vida: discussões sobre opiniões de 'sociólogos', a respeito do negro. Lembro-me de algumas: 'o negro representa a redenção universal' (Rocha Pombo); 'o negro madrugou no alicerce da formação da nacionalidade e da nossa base econômica'; 'o negro acompanha o branco desde o berço até a sepultura'; 'dos negros é que ninguém jamais quis se ocupar, cometendo assim o maior crime da história' (Silvio Romero) 'o negro é a imagem de Cristo talhada em ébano'. Condenava-se os nomes dos que não tratavam os negros com a devida justiça e viam neles um elemento de atrazo [sic] – entre estes encontrava-se Oliveira Viana, a quem chamávamos de 'mulato safado'. Eram frases e opiniões que publicávamos no Clarim. Eram comuns também discussões sobre o porque de poetas negros fazerem versos exaltando as cousas [sic] claras, como Cruz e Souza /p. 124// //p. 126/ que só falava em cousas alvas, alabastrinas."

"Em 1926, um negro, filho de um professor de latim, negro, muito conhecido, quiz [sic] entrar num club de regatas (Tietê ou Espéria, não me lembro bem). Foi barrado. O cronista Carlos de Campos Sobrinho iniciou, pelo Diário da Noite, uma campanha contra essa atitude. Como resultado da posição do cronista, o jornal recebeu uma grande quantidade de cartas apoiando o gesto da diretoria do club [sic]. A argumentação que então se fez para justificar o club [sic], invocava o atrazo [sic] de Cuba e outros países dirigidos por negros e cuja maioria da população era constituída de negros. Nessa ocasião o cronista foi procurado por um grupo de negros que, cumprimentando-o, ofereceu-lhe uma braçada de flores. Entretanto, a disposição geral favorável ao club [sic] levou-o a desistir da campanha."

"Também em 1926 foi lançada a ideia de um movimento [sic] à mãe negra, pelo jornal do Rio 'A Notícia'. Em 1927-28 essa ideia tomou corpo em São Paulo, chegando a aparecer pedidos de verba na Câmara. O Congresso Federal votou uma verba de 200 contos, a pedido de Georgino Avelino, o qual, juntamente com o relator Gilberto Amado, fez grandes elogios aos negros e à sua contribuição no desenvolvimento do Brasil. Em São Paulo a assembleia votou uma verba de 50 contos. Este seu ato foi atacado por Couto Esther (natural ou descendente de alemão), dizendo que um movimento [sic] à mãe negra na capital da República só podia provar que o Brasil era um país de negros."

"Outro fato liga-se à viagem do Jau em 1927. Em Casablanca um dos tripulantes brigou com os demais /p. 126// //p. 128/ porque seu nome não figurava como membro da tripulação. Os jornais daqui atribuíram essa atitude à sua cor – era mulato. As insinuações safadas era feitas nas entrelinhas, mas nós negros, acostumados a ver essas safadezas, percebemos logo. Para desmentir o que foi dito desse tripulante, um outro, Newton Braga, também mulato, manteve-se junto dele, fielmente."

A preocupação de discutir seus problemas, da qual o Clarim da Alvorada é um reflexo e um incentivador; a solidariedade para com uma pessoa que os defende; o estado de espírito preparado para receber um tratamento diferencial,

como no caso da viagem do Jaú; a sensibilidade e a agudeza usados na percepção, são índices de que começavam a ver que a condição de negro implicava numa posição social especial.

Nesse momento, em que o negro começava a tomar consciência (uma consciência ainda nublada, confusa, toda cheia de contradições) se sua situação social, "aparece um negro, Antonio Carlos, hoje major em Barbacena, com a ideia de formar uma biblioteca exclusivamente para negros. Surgiu, desta ideia, uma instituição com o nome de Centro Cívico Palmares, que assumiu logo um papel sui-generis entre os movimentos de negros. [não fecha a última aspas] "A finalidade nitidamente cultural com que surgiu – organização de uma biblioteca – foi a por força das condições em que vivíamos, passando essa sociedade a ter papel na defeza [sic] dos negros e dos seus direitos. É esclarecedora, nesse sentido, a campanha que fez contra uma portaria do chefe de polícia dr. Bastos Cruz, que impunha a condição de branco para a aceitação na Guarda-Civil. Conseguiu o Palmares, que o deputado Or- /p. 128// //p. 130/ -lando de Almeida Prado fizesse um discurso de grande repercussão, o qual provocou a queda dessa determinação. O diretor da Guarda, nessa ocasião, disse: 'com a entrada de negros, podemos abrir a porta a morféticos e portadores de defeito físico'."

Deste momento em diante o Centro Cívico Palmares passa a ter certo papel na política. É quando se verifica o rompimento do grupo do Clarim da Alvorada com essa sociedade. Era então presidente dela, um negro extrangeiro [sic], Mr. Gittens. O grupo do Clarim entendia que não ficava bem um extrangeiro [sic] estar à testa de um movimento político, dirigindo nacionais. Isso depunha contra nós, pois mostrava a nossa incapacidade..." [não abre aspas no começo do parágrafo].

O Palmares reuniu os homens que, mais tarde, no decênio de 30, iriam separar-se em dois grupos e travar uma luta sem tréguas para a imposição de seus ideais aos negros. Aí estavam os irmãos Veiga dos Santos e José Correia Leite; Vicente Ferreira aí se integrou e veio para São Paulo.

Vejamos ainda outros fatos, ocorridos no período de 1927-30, de importância para a compreensão dos movimentos negros.

"Em 1927, Vicente Ferreira, vindo do Rio exclusivamente para falar no sepultamento de Carlos de Campos, impressionou, pela sua oratória, todos os presentes à cerimônia fúnebre – e discursou ao lado dos maiores oradores da época (Roberto Moreira, Alfredo Pujol, Armando Prado). Depois disto, ficou em São Paulo, pois aqui encontrou /p. 130// //p. 132/ o elemento que no Rio não conseguia formar ou não existia, e se integrou, desde logo, no convívio social dos negros. Era pobre, paupérrimo; dormia numa hospedaria quando tinha dinheiro para o quarto. Não trabalhava e bebia pinga. De seus negros, recebia dinheiro; de branco, nunca. Era semi-analfabeto, não sabendo escrever o próprio nome, mas era um grande orador popular. Como tal participou, nessa ocasião, de uma série de comícios populares, realizados a fim de preparar as homenagens a serem prestadas aos tripulantes do Jaú. Foi, desde essa época, o principal orador de todas as reuniões de negros."

"Tendo encontrado o Palmares fundado, nele se integrou, dando, por ocasião de sua entrada nessa organização, uma entrevista, no 'São Paulo Jornal', que abalou os negros daqui, devido às acusações que fazia contra eles, por não estarem apoiando aquela organização. Disse entre outras cousas [sic]: 'os negros de São Paulo estão sambando em cima dos túmulos dos seus avós e amarelecendo na maior promiscuidade nos porões da cidade'."

"Quem respondeu a esses insultos, defendendo os negros, foi o Clarim da Alvorada. Assim, entraram em choque, só mais tarde sendo apaziguados [sic] pelo presidente do Palmares, na época um negro extrangeiro [sic]".

"Foi Vicente Ferreira quem introduziu o termo negro para substituir o então usado e vazio homem de cor. Homem de cor também é o amarelo e o índio; acabou com essa baboseira de homem de cor, que não quer dizer nada."

Fixemos nossa atenção, por mais algum tempo, em Vicente Ferreira, afim de lembrar alguns fatos de sua vida que servem para esclarecer certos aspectos dos mo- /p. 132// //p. 134/ -vimentos e das vidas dos negros.

“Havia, na Faculdade de Direito, um esqueleto de uma negra conhecida por Jacinta. Mudando o Diretor da Faculdade, o novo achou que aquilo era uma herezia [sic] e mandou que o enterrasem [sic] com toda a pompa que um corpo merece. No dia do enterro compareceram representantes de muitas organizações negras e, no Cemitério de São Paulo, Vicente Ferreira pronunciou um dos mais felizes discursos de sua vida: fez os estudantes chorarem, descrevendo São Paulo do tempo de Jacinta.”

“No fim da célebre conferência do dr. Batista Pereira, sob o título ‘O Brasil e a Raça’, em que criticava Gobineau, houve um grande tumulto entre os estudantes para resolver se o Vicente Ferreira devia ou não falar. Acabou falando e defendendo a raça negra.”

“Na páscoa dos operários (1929) realizada na Igreja do Pari, presentes, o mais tarde interventor Macedo Soares e o então Abade de São Bento, Vicente Ferreira, que lá estava em companhia de Carlos Cavaco, pronunciou um grande discurso que, como sempre, evocava o malsinado destino dos negros. Terminando o discurso, o Abade, no meio do grande público, beijou Vicente Ferreira na testa, para mostrar que a Igreja Católica não tinha nenhum preconceito contra os negros. Na volta da Igreja, o Vicente Ferreira, que andava sempre modestamente trajado, foi convidado a vir para a cidade em companhia do dr. Macedo Soares. Vinha o Carlos Cavaco ao lado do chofer e atrás, o Vicente Ferreira ladeado pelo Macedo e o Abade. Na cidade, o Macedo in- /p. 134// //p. 136/ - sistiu em levá-lo até a residência – não tinha residência fixa: dormia numa hospedaria que havia no Largo do Piques, quando conseguia c$2000 para pagar a cama. O Macedo, vendo a situação do Vicente Ferreira, convidou-o a passar em sua casa no dia seguinte para tomar um café, e disse-lhe que pedisse qualquer cousa [sic] , pois estava disposto a ajudá-lo. O Vicente Ferreira, antes de procurar o Macedo, passou na redação do Clarim e disse aos seus companheiros que iria dar uma lição àquele ilustre paulista, prevenindo, assim, que para ele nada pediria, mas antes solicitaria o favor de um empréstimo de quantia necessária para o Clarim montar uma pequena oficina. De fato o fez, mas o Macedo, espantado com

o pedido, solicitou uma coleção do jornal em questão, afim de estudar o assunto; mais tarde devolveu-a, dizendo que não poderia ajudar os negros a terem um jornal como aquele. Propôs o Macedo a transformação do Clarim numa revista de ilustração, comprometendo-se a conseguir que a revista fosse feita por um preço razoável".

"Na campanha presidencial, Vicente Ferreira, por uma questão afetiva (relações pessoas com a gente do Silvio de Campos) ficou do lado do Partido Republicano Paulista. No primeiro comício do Partido Democrático, quando ninguém sabia ainda qual sua posição, foi ele aclamado pela assistência, declarando-se então contra o candidato do Partido Democrático; acabou saindo corrido da campanha do periodista Sucupira."

"Em 1928 o Clarim da Alvorada tentou realizar o que se chamou, então, Primeiro Congresso da Mocidade Negra, tendo enviado convites aos intelectuais negros. Deste, somente o dr. Arlindo Veiga dos Santos acei- /p. 136// //p. 138/ -tou-o, tendo escrito uma mensagem publicada no Clarim e na 'A Capital' e ficado encarregado de redigir o programa. O dr. Evaristo de Morais enviou uma carta dando sua adesão ao Congresso. Houve nessa época, uma reação contrária, na imprensa da Capital, tendo o Diário da Noite publicado editorial nesse sentido."

"É também desse período – 1928 – o movimento para que 28 de setembro fosse considerado o dia da Mãe Negra. Em 28 de setembro de 1928 'A Gazeta' publicou a notícia do roubo, por uma negra, do colar de sua patroa, sob o seguinte título: 'No dia da Mãe Negra, Josefina roubou o colar'. Dois dias depois um português publicou, na seção-livre do 'Diário Nacional', um artigo com o título: 'Pede-se mais respeito aos negros'. O Grupo do Clarim descobriu quem era o autor e foi visitá-lo afim de agradecer a defesa espontânea – era um guarda-livros recém chegado de Portugal."

"Ainda nessa época foi lançada a ideia de erguer-se uma erma a Luiz Gama. O idealizador desse movimento (Argentino Celso Wanderley, presidente do club [sic] carnavalesco Campos Elysios [sic]) convidou o jornalista Lino Guedes (mais tarde conhecido como poeta) para exercer as funções de diretor intelectual."

"O Fanfula, jornal da colônia italiana e arauto do faxismo [sic], publicou um artigo no qual se dizia que São Paulo, colonizado pelos italianos, ainda não havia conseguido branquear sua população. Ainda mais: os extrangeiros [sic] sentiam-se mal, quando aqui chegavam, vendo tanto negro andando pelas ruas. Estes comentários provocaram uma reação nos estudantes de direito que, numa atitude de repulsa, ten- /p. 138// //p. 140/ -taram depredar o jornal."

1930-1932: **A Frente Negra, divergências do grupo do Clarim, a Legião Negra de São Paulo, o Clarim da Alvorada.**

Os movimentos adquirem, na década de 30, um conteúdo novo. De fato, se já podiam ser notadas, na ação do Clarim da Alvorada, no Palmares, na tentativa de realização de um Congresso da Mocidade Negra, intenções de reivindicação de um grupo que até então vivera a margem da sociedade, é só na referida década que procuraram os negros arregimentar sua massa para conseguir maior eficiência na efetivação dessas reivindicações. Para isto concorreu, ao lado das transformações expressas nos fatos apontados na parte anterior, "a não concretização das esperanças que os negros depositavam na revolução de 30".

As condições de vida dos negros, pouco satisfatórias até então, agravaram-se com a crise de 29, que fez grassar entre eles o desemprego. Este fato criou uma situação favorável para a emergência de um movimento reivindicatório, ao deixar sem ocupação elementos em condições de estabelecer o contato entre elite e massa, elementos esses que, por sua vez, encontraram campo favorável para a ação, num meio descontente com o desemprego. Neste sentido, a descrição que o depoente faz dos cabos, isto é, "daqueles que tinham o encargo de sair pelos bairros à procura de partidários", /p. 140// //p. 142/ é bastante sugestiva: "eram desempregados em virtude de uma situação de paralização [sic] do trabalho, viviam com dificuldades, e abraçaram com entusiasmo esse encargo; tinham também interesse nessa atividade, pois os inscritos pagavam c$1000 por mês e

nem todos os cabos eram fieis – no fim de um dia de trabalho sempre dava uns c$5000 ou c$6000."

"Antevendo a possibilidade de ter a sua situação mudada com a revolução de 30, os negros entusiasmaram-se e passaram a encará-la como a solução de todos os seus males. Na fase revolucionária os negros estavam contentes... podia mesmo ser observado, entre eles, um espírito vingativo: a satisfação de ver aqueles velhos homens da política perderem a posição dominante. A revolução, feita para liquidar um estado de cousas [sic] que predominava desde o início da República, serviu, na realidade, para satisfazer a ânsia, dos que estavam por baixo, em ocupar uma posição de destaque na vida nacional – pelo menos, aos que viverem a situação revolucionária, assim se apresentava[191]." /p. 142//

//p. 144/ São estas as condições vigentes à época em que surgiu a Frente Negra. "O fundo psicológico que permitiu a pronta aceitação desse movimento e o entusiasmo com que os negros aderiram a ele liga-se ao fato de que o negro estava cansado de viver numa situação de descaso[192] e de ser visto sempre, em suas aspirações e anseios a partir de um falso sentimentalismo, mais do que prático, pelos homens de responsabilidade pública, historiadores e sociólogos. Estes, sempre que se referiam ao negro, era para contar aquela velha ladainha de que tinham mamado no seio de uma negra, como se isso trouxesse, para o negro, alguma vantagem ou favor. Quando não isto, era também a velha história de que o

[191] Talvez o sucesso econômico dos imigrantes moradores do Bexiga, que viviam ao lado dos negros, também tenha um papel importante no despertar da ideia de uma organização para patrocinar o levantamento social, econômico e cultural do negro, assim como na de defesa de suas reivindicações. Não tenho elementos para esta afirmação, mas me parecem sugestivos dois fatos: um, o de terem, os movimentos de negros, surgido no Bexiga e não na Barra Funda, zona também de população negra densa, outro, o do depoente, tendo passado sua adolescência em casa de família italiana, fazer referências ao "erro que o negro estava percebendo em 27-28, de não ter imitado o imigrante, ao ter este ultimo passado necessidades e se alimentado mal – fato de que o negro caçoava. Nessa época os italianos era donos de todo o Bexiga e seus filhos, quando não doutores, eram guarda livros, alfaiates, marceneiros, ou tinham pequenas casa de comércio, enquanto os negros ainda viviam em porões e sofriam as mesmas picadas da desigualdade econômica. O Clarim chamou a atenção para este fato muitas vezes."

[192] Neste sentido é expressivo o modo como encaravam a Frente. "Diziam mesmo: agora sim nós temos quem nos defenda, ou dirigindo-se aos italianos: agora não são só vocês que têm os cônsules, nós também, os negros, já temos um consulado para defender nossos interesses".

negro madrugou nos alicerces da formação da nacionalidade, que era bom, afetivo, tendo sempre acompanhado o branco, desde o berço até a sepultura."

Se, nessas condições existiam forças agindo no sentido de possibilitar a emergência do movimento, assim como de impulsioná-lo na direção do êxito, existiam também outras a emperrá-lo. "A dependência econômica dos negros em relação aos brancos diluía o espírito de revolta. É sugestivo, nesse sentido, o seguinte fato: um dos responsáveis pela Frente (Isaltino Veiga dos Santos) quis dar uma entrevista violenta contra os brancos, em um dos jornais da capital, mas o redator objetou, argumentando que ele ia atacar os brancos em um jornal de brancos. Há também a considerar o medo das consequências de incentivar negros à revol- /p. 144// //p. 146/ -ta, o qual, pela boca de um deles, assim se expressa: 'se você assanhar todos esses negros, como é que isto vai ficar?' Ainda, havia negros que depois de assistir às reuniões da Frente, comentavam com brancos as discussões presenciadas e, ouvindo deles que entre nós não era necessários tais movimentos, nos abandonavam."

"O conhecimento dessa conjuntura não permitia que fossemos otimistas com relação ao êxito da Frente Negra. Por este motivo, o seu extraordinário sucesso deixou os elementos de sua direção abalados e sem saber que orientação tomar – não foram felizes ou não souberam escolher o caminho, tendo sido essa a causa do seu fracasso."

"A Frente Negra congregou, inicialmente, todos os grupos existentes no meio negro. Com o tempo, a sua orientação foi descontentando alguns dos grupos que a integravam e provocando o desligamento deles." É fácil o conhecimento da referida orientação, através dos **fatos sucedidos nessa fase de organização**.

"A palavra frente estava muito em voga quando Isaltino Veiga dos Santos em companhia de outros negros, entre os quais Francisco Costa, reuniram-se em um escritório e resolveram fazer um trabalho de agitação e arregimentação no meio negro".

"Ao se fundar a Frente Negra, em meados de 31, São Paulo via o entusiasmo com que a colônia italiana abraçava e pregava as novas idéias

políticas surgidas na Itália com o advento do fascismo. As reuniões em organizações dessa colônia eram presididas por pessoas de camisa negra, fazendo-se, aí, a saudação facista [sic]; nos círculos de trabalhadores já falava-se muito em Dopolavoro. Os alemães, de seu lado, estusiasmavam-se com a subida de Hitler ao poder. Apareciam, aqui, os primeiros pruridos da ação integralista, semelhante em muitos pontos ao movimento patrianovista dirigido pelo dr. Arlindo Veiga dos Santos."

"Por este motivo, a escolha do dr. Arlindo Veiga dos Santos para a presidência da frente Negra foi aceita com restrições por vários negros, inclusive pelo grupo que se formara em torno do Clarim da Alvorada. Logo na elaboração dos estatutos, os quais deram à organização um caráter nitidamente facista, surgiram as primeiras divergências, afastando-se nessa ocasião alguns elementos (entre os quais Alberto Orlando). A identificação da orientação da Frente com os ideais direitistas fica bem evidenciada através do fato – ocorrido mais tarde, quando da realização do Primeiro Congresso da Ação Integralista – de haver o dr. Arlindo Veiga dos Santos feito um discurso no qual hipotecava ao referido partido a solidariedade da Frente e seus 200.000 negros. O Grupo do Clarim, percebendo desde já a intenção dos irmãos Veiga dos Santos de fazer dos demais elementos simples caudatários de seus ideais, assumiram uma atitude vigilante e independente em relação aos acontecimentos. Apa- /p. 148// //p. 150/ -receram nesse momento os primeiros sintomas da **divergência logo depois manifestada entre a direção da Frente Negra e o Grupo do Clarim**. [não fecha as aspas]

"Na primeira grande reunião da Frente Negra, realizada nos salões das Classes Laboriosas, que ficaram totalmente lotados, o grupo do Clarim teve o primeiro choque com a direção da Frente. Um dos componentes do referido grupo apresentou, no meio da assistência, uma sugestão concernente a algumas das diretrizes que deveriam nortear a luta em prol da causa específica do alevantamento social, econômico e cultural dos negros. O dr. Arlindo Veiga dos Santos, na presidência dos trabalhos, não aceitou a sugestão."

É sugestivo para se avaliar o espírito dos negros nessa ocasião e também para se ver como abriram-se as portas da Frente Negra a Vicente Ferreira, o seguinte fato, ocorrido nessa primeira reunião: “Tendo um dos oradores pronunciado uma palestra muito patriótica sobre o primeiro movimento de independência – a Inconfidência Mineira -, Vicente Ferreira, até então colocado à margem do movimento, pediu a palavra e rebateu as ideias do orador, fazendo ver que, no Brasil, o primeiro grito de liberdade foi dado pelos negros, no seu reduto de Palmares. A grande repercussão de suas palavras, expressa nos aplausos que recebeu, levou a direção da Frente Negra a afrouxar a ordem de que o grande tribuno não poderia participar do movimento.”

“A segunda grande reunião da Frente Negra trouxe mais um tropeço para um entendimento entre a sua /p. 150// //p. 152/ direção e o grupo do Clarim. Foi anunciado que um cidadão ia levar à Frente um apoio de mais de vinte ou cinquenta mil índios. O grupo do Clarim, prevenido deste fato, apressou-se em elaborar um estudo, mostrando a inconveniência e o ridículo disso, visto como todo mundo sabia que os índios sempre foram bem defendidos, desde o tempo dos jesuítas. Esse trabalho foi lido naquela reunião e não sofreu contestação, ficando provada a desnecessidade dos negros advogarem a causa dos índios, assim como também a aversão, sempre manifestada por estes últimos, em relação aos primeiros. Com isso, o representante dos índios retirou-se da sessão, não mais se tocando, na Frente Negra, em assuntos de índios.”

Contava a Frente Negra em sua direção, desde o início, com dois irmãos – Arlindo Veiga dos Santos e Isaltino Veiga dos Santos – cujos pontos de vista eram manifestamente diferentes. O Sr. Isaltino começou, desde logo, a dar vasão [sic] a uma vaidade mórbida, doentia; assim, concedia aos jornais entrevistas de caráter mistificador, prejudicando a causa que a Frente Negra devia defender. A maioria, não compreendendo ou fingindo não compreender o prejuízo que acarretava à ‘causa’, aceitava e prestigiava essa atitude. Por outro lado, o dr. Arlindo moço equilibrado, de um caráter inatacável, com suas idéias de um nacionalismo extremado, arvorou-se em defensor não só dos negros mas também dos índios.

Com isso não concordava o Grupo do Clarim que entendia ter a Frente Negra, ou qualquer outra organização nos mesmos moldes, como missão histórica, tornar realidade aqueles ideais de levantamento social, econômico e cultural do negro, pelos quais o jornal vinha desenvolvendo um trabalho desde 1924." [não abre aspas no começo do parágrafo]. /p. 152//

//p. 154/ Vejamos, com as próprias palavras do sr. Correia Leite, qual o fato que fez 'entornar o caldo', determinando o rompimento do grupo do Clarim: "Estavam as cousas [sic] nesse pé quando, encontrando o dr. Arlindo Veiga dos Santos na R. José Bonifácio, em frente ao prédio onde funcionava o jornal 'A Razão', perguntei-lhe se pretendia usar a Frente Negra para a consecussão [sic] de seus ideais políticos. Respondeu-me afirmativamente, acrescentando que os integralistas haviam roubados suas idéias – tinham, mesmo, convidado-o para diretor deste jornal (apontou-me o prédio d'A Razão), mas deram o lugar a Plínio Salgado. Isto foi a gota d'água que produziu meu pedido de demissão do Conselho da Frente Negra".

"Uma vez definidas as posições opostas, da Frente Negra e do Grupo do Clarim, começou uma luta surda entre eles. Na Frente dizia-se que o Grupo do Clarim, e outros considerados inimigos, eram os Judas da Raça. Acusava-se o Grupo do Clarim de ser sem ação, de nunca ter feito nada pelos negros, de só saber falar e criticar – são palavras do sr. Isaltino: 'os nossos seguidores não precisam de intelectuais; precisamos de mais ação e menos palavras'. Por seu lado, o Grupo do Clarim continuava a fazer críticas, pelo jornal, à orientação seguida pela direção da Frente."

"Essa luta teve um desfecho imprevisto. O Isaltino cometeu uma falta que envolveu os negros de São Sebastião do Paraizo, onde tinha ido organizar um núcleo da frente. De lá, pediram que o Clarim advogasse a causa deles, no sentido de ser aplicado um corretivo ao Isaltino. O Grupo do Clarim entendeu que a discussão desses assuntos fugia à /p. 154// //p. 156/ tradição de seu jornal, lançou um outro, chamando-o 'A Chibata'. Foi um alvoroço nas hostes frentenegrinas, aumentando o clima, aí existente, contrário ao Clarim, e chegando mesmo o

Isaltino Veiga dos Santos a bradar ‘é preciso morrer um’. Quando estava para sair o terceiro número d’A Chibata, no sábado anterior à semana santa de 1932, a redação do Clarim foi invadida por um grupo de negros armados de cacete que, numa fúria de vândalos, depredaram a casa do diretor do jornal, sr. José Correia Leite, sem, no entanto, tocar na pequena oficina do jornal, situada no mesmo local. (Esta cena foi rápida e brutal, tendo as vítimas do atentado solicitado a abertura de inquérito policial, que terminou sendo arquivado).”

“Depois deste fato chocante, houve um momento de confusão e comentários desencontrados, a seu respeito, no meio negro. Notava-se um gesto de reprovação, e ouvia-se alguns protestos velados, através de expressões como estas: ‘Heroismo de Cain’; ‘será o inimigo do negro, o próprio negro?’; e, pilheriando, alguém dizia ‘não vou na frente, fico atrás’”.

“Formou-se, no espírito dos membros da Frente Negra, graças ao trabalho de Isaltino Veiga dos Santos, a ideia de que a divergência entre o Grupo do Clarim e eles não passava de uma mera questão de despeito e inveja, porque aquele grupo queria ser dono da Frente. Isto, dizia o Isaltino, porque não foram capazes de organizar uma sociedade como era a Frente. Foi este o motivo pelo qual /p. 156// //p. 158/ se resolveu fundar o **Clube Negro de Cultura Social**. Era a resposta à acusação que nos faziam.”

“O Cultura, como era chamado, foi instalado na R. Major Quedinho, numa sede modesta, no dia 1 de julho de 1932.”

“Estourando o **movimento revolucionário de 32**, não houve campo para as atividades desses dois grupos no meio negro. O Cultura, recém fundado, nem chegou a iniciar suas atividades. A Frente, ‘fundada sob a égide de 30’ (Isaltino), com sua atitude pró governo federal, manteve-se isolada da vida de São Paulo no período revolucionário: o movimento, em sua sede, limitava-se quase que apenas aos seus dirigentes, que nela residiam (Isaltino Veiga dos Santos, Roque A. Santos e outros) e alguns cabos.”

Antes de tratarmos da formação da **Legião Negra de São Paulo**, preocupamo-nos com a figura de um de seus organizadores, Guaraná de Santana, antigo membro da Frente Negra.

Tendo retirado-se da Frente Negra, pouco antes da revolução, "fundou um partido político com o nome de Partido Nacional Socialista, aliás o mesmo nome do partido de Hitler, que despertava simpatias em muitos que não previam suas verdadeiras finalidades. Lançou um jornal com o nome de 'Brasil Novo', onde se declarou o maior /p. 158// //p. 160/ líder negro do Brasil Novo. Partido e jornal tiveram vida efêmera porque São Paulo, em plena efervecência [sic] dos preparativos para a revolução, absorvia tudo e todos – a palavra de ordem era 'Tudo por São Paulo', 'São Paulo unido', etc."

"Pouco antes de explodir a revolução, esse homem – que fizera a aproximação da Frente com o General Gois Monteiro, de quem era amigo – pronunciou um discurso das janelas de um dos prédios da Praça do Patriarca, rompendo suas relações com o General caso ele (Gois) estivesse contra São Paulo."

"Instalada que foi a revolução – embora se soubesse de uma carta secreta do governador Pedro de Toledo aconselhando os chefes no sentido de que evitassem alistar negros e mendigos – Guaraná de Santana e o Major Goulart, auxiliados pelo capitão Arlindo e por Vicente Ferreira, fundaram a Legião Negra de São Paulo. Prestou a Legião uma grande colaboração à revolução mas maior colaboração ainda, aos negros, pois veio dar-lhes um crédito através das lutas por eles sustentadas nos setores mais renhidos de combate, crédito esse necessário quando se Sabia que a Frente Negra era um ninho de conspiração."

"Guaraná de Santana era o chefe civil e o Major Goulart com o Capitão Arlindo, chefes militares. A sede era na Chácara do Carvalho. Mais tarde Guaraná de Santana foi afastado do cargo que ocupava (consta que desviou mantimentos) sendo substituído pelo dr. J. Bento de Assis."

"Os negros da Capital, que se alistavam, /p. 160// //p. 162/ conseguiam postos de sargento ou de cabo, mas faziam força para ficar por aqui, num posto qualquer da Legião. Os do interior faziam preparativos muito rápidos e seguiam para o front. É curioso que muitas mulheres acompanharam seus maridos."

"A advertência de Pedro de Toledo, de não alistar mendigos e negros, relaciona-se com a interventoria do General Rabelo, que criou algumas inovações extravagantes. Assim, achava que só mendigos e negros podiam pedir alguma cousa [sic], o que criou entre os últimos uma disposição simpática em relação ao regime getulista, diziam mesmo: 'Agora podemos gozar dos nossos direitos, que foram postergados em outros tempos – podemos andar tranqüilos nas ruas, ocupar postos da Guarda Civil e outros, antes vedados. Ao lado disso, deve ser considerada a posição da Frente Negra."

"Antes e durante estas lutas, o Clarim da Alvorada procurou preparar-se afim de garantir a regularidade de sua publicação, através de uma sociedade de bases comerciais – sob este aspecto representa a primeira tentativa de organização negra de caráter mercantil. Sob o nome de Sociedade Cooperadora Clarim da Alvorada, tendo como presidente Frederico Batista de Souza, antigo dirigente do Grêmio Recreativo Kosmos e figura respeitada no meio negro, foi feita uma distribuição de mil ações ao preço de 20$000."

"O capital realizado foi suficiente para montar uma pequena oficina na R. Major Diogo, onde o jornal passou a ser composto. Somente os artigos mais compridos iam para a linotipia. No dia 13 de maio de 1931 foi /p. 162// //p. 164/ lançado o primeiro número feito na oficina própria."

"A direção do jornal, querendo dar um cunho mais festivo ao acontecimento, fez realizar, além da tradicional romaria ao cemitério da Consolação, a inauguração de um retrato a óleo de José do Patrocínio, feito por Olavo Xavier, um negro. Falaram nessa ocasião diversos oradores, entre os quais Vicente Ferreira e o dr. Guaraná de Santana."

"Como esta festa havia sido anunciada pela imprensa, recebeu o diretor do Clarim uma carta do dr. Leopoldo de Freitas dizendo que estivera no dia 13

rondando a casa onde o jornal era editado, sem ter coragem de entrar para assistir o ato de inauguração. Dizia ainda, na carta, que seu interesse se prendia ao fato de ser um dos últimos amigos vivos de Patrocínio e que vinha manifestar o seu contentamento e sua solidariedade ao gesto dos moços do Clarim ao fazerem de Patrocínio o patrono de sua redação. [não fecha aspas]

1932-1938: **A Frente Negra e o Cultura**

"Terminada a revolução, Guaraná de Santana registrou a Legião como entidade civil. Logo depois, a Legião lançou a campanha 'do mil reis', tendo bandos precatórios saindo pelas ruas e pelo interior; conseguiram muito dinheiro, mas ninguém sabe onde foi parar."

"A primeira manifestação de que a **Fren-** /p. 164// //p. 166/ **-te Negra** voltava às suas atividades, foi um boato sem consequências, solto pelo Isaltino, segundo o qual o dr. Arlindo Veiga dos Santos ia ser chefe de polícia. Depois disso, houve um 'serviço' de policiamento feito por seus membros, que constou de uma série de denúncias. Uma delas atingiu Vicente Ferreira, que teve um prazo de 48h para sair de São Paulo."

"No clima de abatimento moral posterior à revolução, a Frente Negra anunciou que iria prestar, com uma passeata, uma homenagem ao interventor, General Valdomiro Lima. O General, tomando conhecimento dessa intenção, recusou-se terminantemente a aceitar essa manifestação, pois ela representava uma provocação aos derrotados, e mandou que se cerrassem as portas do Palácio Campos Elísios."

"Nesta fase surge a 'Voz da Raça', órgão oficial da Frente. É essa a segunda tentativa de jornal que fizeram; a primeira, de pouca duração, foi feita antes da revolução, sob a direção dos irmãos Freitas e sob o nome de 'A Promissão'. A 'Voz da Raça' era dirigida pelo dr. Raul Amaral. A colaboração era exclusiva de elementos frentenegrinos e estava sugeita [sic] a censura por parte da direção. A propósito, nessa época, Benedito Vaz Costa, vendo regeitadas [sic]

algumas poesias que pretendia fossem publicadas, enviou uma de Raimundo Correia como se fosse sua – também foi regeitada [sic].”

“Foi expulso das fileiras frentenegrinas Isaltino Veiga dos Santos; logo depois retirou-se da presidência Arlindo Veiga dos Santos. Foram substituídos por Justiniano da Costa, presidente, e Francisco Lucrécio, secretá- /p. 166// //p. 168/ -rio. Saiu, nessa ocasião, um grupo que fundou a Frente Negra Socialista, sem maiores consequências.”

“A Frente Negra acabou por ser registrar como partido político. O pedido de registro provocou, no Tribunal, discussões sobre sua constitucionalidade, mas acabou sendo aceito. Os negros não tiveram grande interesse pelo fato, mas os mais ligados aos movimentos negros ficaram espantados. O golpe de 37 encontrou a Frente Negra registrada como partido político e o governo fechou-a. Transformou-se imediatamente em União Negra Brasileira, sob a presidência do dr. Raul Amaral, que se esforçou para continuar a obra até maio de 1938, quando dos festejos do cinquentário da abolição.”

O **Cultura** iniciou, de fato, suas atividades. “O antigo grupo do Clarim, deixando por um momento de preocupar-se com a circulação do jornal, entregou-se ativamente na recuperação do tempo perdido, afim de que o club [sic] recém fundado não desaparecesse, mas antes se tornasse uma realidade como um movimento exclusivo da mocidade. Seu objetivo era se um club [sic] nos moldes de outros, de brancos, como por exemplo o Tietê, o Espéria, o Paulistano ou a conhecida Associação Cristã de Moços. Apesar de modesto, o Cultura conseguiu imprimir na sua linha de orientação esse caráter, pois, em pouco tempo já tinha um departamento esportivo que conseguiu atrair grande número de moços.”

“É interessante notar que seus frequen- /p. 168// //p. 170/ -tadores eram, na maioria, filhos e parentes de conselheiros e cabos da Frente Negra. Conseguiu ter, no esporte extra oficial, um prestígio muito grande – patrocinou, por muito tempo, a prova 13 de Maio, corrida de pedrestianismo [sic] que, em seu regulamento, abria inscrição somente a negros e mestiços de todos os clubs [sic].

Teve várias turmas de bola ao cesto, de ambos os sexos, e preocupou-se com a difusão da prática de ginástica. Possuía uma boa biblioteca e procurou incrementar o gosto pelas boas leituras."

"Pelos estatutos, a diretoria do Cultura era eleita de dois em dois anos, livremente."

"De 32 a 45, bem ou mal, o Cultura existiu. Atravessou a fase da ditadura despistando, tendo seus dirigentes suprimido a palavra negro do seu nome, que ficou apenas Club [sic] de Cultura Social."

É de notar-se, neste período, a ação da **Aliança Nacional Libertadora**. "Como organização de base popular, procurou envolver os negros. Assim, a Frente, a Legião e o Cultura foram assediados por ela. Somente o Isaltino Veiga dos Santos caiu no canto da sereia, tendo dado várias entrevistas e tendo ingressado no jornal 'A Platéia' onde assinou um manifesto que resultou em sua prisão como comunista".

"Depois desta tentativa de agitação, os negros tiveram um período calmo até 1938, quando foi come- /p. 170// //p. 172/ -morado o **50º aniversário da abolição**. Nessa fase, cada um dos grupos agia em seus setores, não se preocupando com a ação dos demais."

"O cinquentenário foi dignamente comemorado, tendo a organização dos festejos estado a cargo dos negros (de todos os grupos) e do Departamento de Cultura da Prefeitura, então dirigido pelo sr. Mário de Andrade. Uma mudança de governo, à última hora, impediu a realização completa do programa organizado. Tiveram lugar, entretanto, várias sessões cívicas e educativas, no salão do Trocadeiro, nas quais se alteraram oradores apresentados pelos negros e pelo Departamento de Cultura."

"Aproveitaram os negros a presença do sr. Arthur Ramos, entre nós, para prestar-lhe uma homenagem. Durante o banquete, o grande estudioso dos problemas do negro no Brasil, ficou conhecendo esta parte das lutas sociais dos negros, que desconhecia e pelas quais se interessou vivamente."

"Depois deste movimento, por força das leis que a ditadura começara a impor, os negros ficaram impedidos de ventilar os seus problemas específicos e de lutar pela sua solução".

1945: **Associação dos Negros Brasileiros**

Não quis o depoente prestar informações sobre este período, alegando ser história recente. Forneceu-me uma coleção de "Alvorada", órgão oficial da "Associação /p. 172// //p. 174/ dos Negros Brasileiros", fundada com a democratização do país.

Observa-se, pela análise do jornal, que os elementos responsáveis por esta organização foram os mesmos que tomaram parte nos acontecimentos passados. Sangue novo praticamente não existia. O presidente foi o próprio depoente e secretário geral, o dr. Raul do Amaral. Os demais membros da diretoria haviam pertencido aos dois grupos que se degladiaram desde 31, quando os elementos do Clarim abandonaram a Frente Negra.

A base do programa é a necessidade de levantamento social, econômico e cultural do negro. Esta intensão [sic] é perseguida através de um planejamento objetivo, onde não figura qualquer relação com a política, desligamento esse constantemente afirmado. Assim, organizou-se um programa em que aparece como primeiro ponto, a inscrição de mil sócios, a Cr$20,00. Vencida esta etapa, lançou-se a campanha do prédio próprio, para o qual se chegou a comprar terreno. Enquanto isso, o jornal fez uma campanha de esclarecimento das finalidades da Associação e prega a união dos negros em torno dela. Verifica-se também publicação escrupulosa de balancetes acusando o movimento da caixa.

Em 1948, o Sr. José Correia Leite foi substituído, na presidência, pelo dr. Raul de Amaral. Logo depois, a Associação suspendeu suas atividades. /p. 174//